

RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2021 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 5C83266FD0C41A6.EB42CDA8DF09DC8.92BCFE63DC02143B.9595B881E123CC5D

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Governador do Estado do Pará

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Estado de Saúde Pública do Pará

SIPRIANO FERRAZ SANTOS JÚNIOR

Secretário Adjunto de Gestão de Políticas de Saúde

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

MAURICIO NUNES DA SILVA (Procurador)

Coordenador da Consultoria Jurídica (CONJUR)

LAIS MENEZES

Assessoria de Comunicação (ASCOM)

GUILHERME NUNES MESQUITA

Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria dos Serviços de Saúde (DDASS)

DENILSON JOSÉ SILVA FEITOSA JUNIOR

Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS)

LAENA COSTA DOS REIS

Diretoria de Políticas de Atenção Integral a Saúde (DPAIS)

TATIANA SORTE CHAVES GURJÃO

Departamento de Assistência Farmacêutica

ELILMA ANDRADE FERREIRA

Diretoria de Desenvolvimento de Redes Assistenciais (DDRA)

DENISE DA COSTA GOMES SILVA

Diretoria Administrativa e Financeira (DAF)

KELLY DE CÁSSIA PEIXOTO DE OLIVEIRA SILVEIRA

Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (DGTES)

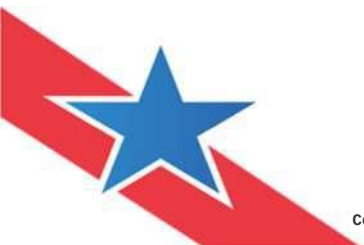
ELIZETE DO SOCORRO DA SILVA BRAGA

Escola Técnica do SUS “Dr. Manuel Ayres” (ETSUS)

JOSIETE CORREA LEÃO

Fundo Estadual de Saúde (FES)

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 5C83266FD0C41A6.EB42CDA8DF09DC8.92BCFE63DC02143B.9595B881E123CC5D



CENTROS REGIONAIS DE SAÚDE (CRS)
MARCO ANTONIO RODRIGUES NORMANDO

Diretor do 1º Centro Regional de Saúde

CARLOS MARIÓ DE BRITO KATÓ

Diretor do 2º Centro Regional de Saúde

MÁRIO MORAES CHERMONT FILHO

Diretor do 3º Centro Regional de Saúde

PATRÍCIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA

Diretora do 4º Centro Regional de Saúde

HERCULES LUIS NASCIMENTO MOURA

Diretor do 5º Centro Regional de Saúde

CLEIDSON JOSÉ SOUZA DA SILVA

Diretor do 6º Centro Regional de Saúde

VALDINEI SILVA TEIXEIRA JUNIOR

Diretor do 7º Centro Regional de Saúde

ANA ÂNGELA FIALHO FÉLIX

Diretora do 8º Centro Regional de Saúde

ALINE NAIR LIBERAL CUNHA

Diretora do 9º Centro Regional de Saúde

WALDECIR ARANHA MAIA

Diretor do 10º Centro Regional de Saúde

IRLANDIA DA SILVA GALVÃO

Diretora do 11º Centro Regional de Saúde

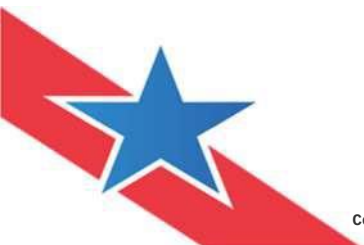
JUCIREMA DE SOUZA GOMES

Diretora do 12º Centro Regional de Saúde

JOÃO ELIAS SASSIM DA SILVA

Diretor do 13º Centro Regional de Saúde

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 5C83266FD0C41A6.EB42CDFA8DF09DC8.92BCFE63DC02143B.9595B881E123CC5D



UNIDADES VINCULADAS

PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará HEMOPA

MARGARETH MARIA BRAUN GUIMARAES IMBIRIBA

Diretora - Presidente da Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Viana

BRUNO MENDES CARMONA

Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará

IVETE GADELHA VAZ

Diretor Geral do Hospital Ophir Loyola

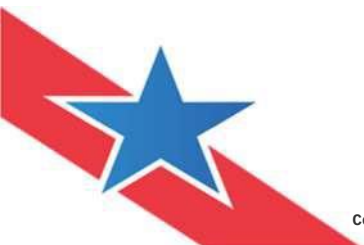
SETOR RESPONSÁVEL PELA CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Núcleo de Informação em Saúde e Planejamento/SESPA

MIRIAN ROCHA KAHWAGE

Coordenadora do Núcleo de Informação em Saúde e Planejamento

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 5C83266FDC0C41A6.EB42CDFA8DF69DC8.92BCFE63DC02143B.9595B881E123CC5D



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA tem por Missão “Garantir o acesso de qualidade a todos os cidadãos, através de Redes de Atenção resolutivas, gestão eficiente e desenvolvimento regional” (SESPA, 2019). E para atingir este propósito busca assegurar o acesso universal e igualitário da população às ações e aos serviços; a regulação do sistema de saúde através de intervenções que orientem e ajustem a atuação dos diversos agentes na prestação de ações e serviços de saúde ou nos fatores relacionados à saúde da população; a cooperação técnica junto aos municípios, através das ações de apoio técnico e de financiamento, para a realização e o desenvolvimento de ações e serviços de saúde, visando a consolidação do processo de descentralização e o pleno exercício da função de gestor do Sistema Único de Saúde - SUS e a execução de ações e serviços de saúde, em caráter complementar à gestão municipal.

Buscamos neste Relatório de Gestão Institucional apresentar de forma clara o desempenho alcançado, bem como as entregas feitas à Sociedade no ano de 2021, apresentando os principais destaque, período 2019-2021; as ações desenvolvidas e as estratégias utilizadas de forma regionalizada pelas áreas da Saúde, visando o atingimento das Metas pactuadas e os resultados almejados, alinhados ao Plano Estratégico de Governo, considerando atender as demandas da Sociedade, refletidas no Plano Plurianual de 2020-2023, nos 05 (cinco) Programas do PPA 2020-2023: 1) Cidadania, Justiça e Direitos Humanos; 2) Direitos Socioassistenciais; 3) Governança Pública; 4) Manutenção da Gestão; e 5) **Saúde**.

Em 2021, o foco da gestão foi superar os desafios ocasionados pela pandemia do COVID-19, cumprir os Compromissos Regionalizados e os Projetos Prioritários, promover a melhoria na organização das atividades e processos, reduzir os custos e o retrabalho, e principalmente a perpetuação das boas práticas de gestão.

1.1. Histórico e Lei de Criação

A SESPA foi criada pela Lei Estadual nº 400, de 30 de agosto de 1951, sancionada pelo Governador do Estado do Pará, General A. Zacarias de Assunção, e publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de 6 de setembro de 1951, entrando em vigor a partir de 1º de janeiro de 1952. Também, foi oficializada a Estrutura Organizacional da SESPA: Divisão de Administração Central, Divisão de Serviços



Técnicos Centrais, Centros de Saúde nº 1 e 2 e os Postos de Higiene da Pedreira e Jurunas, Hospital Juliano Moreira, os Hospitais de isolamento, o Instituto Evandro Chagas, o Serviço de Malária e anti-culex, Divisão dos Serviços de Profilaxia de Lepra, o Serviço de Proteção à Maternidade e à Infância, o Serviço de Assistência Médico-Social, a Escola de Enfermagem do Pará, a Colônia do Prata, a Colôniade Marituba e os Laboratórios.

Com o passar dos anos, a SESPA foi evoluindo e se transformando de acordo com as Políticas de Saúde vigentes no Brasil, até tornar-se gestora do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado, na década de 90, com nova missão a ser cumprida em benefício da população paraense, passando a ter uma nova definição na composição, através da Lei nº 5.838 de 22 de março de 1994, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 27.692, de 07 de abril de 1994, que redefine sua composição organizacional, cria e extingue cargos e funções. Dentre os diversos níveis de gerência superior que a lei traz destacamos as Diretorias que passam ter nova nomenclatura, a saber: Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria dos Serviços de Saúde (DDASS), Diretoria Operacional (DO), Diretoria Técnica (DT) e Diretoria Administrativa Financeira (DAF).

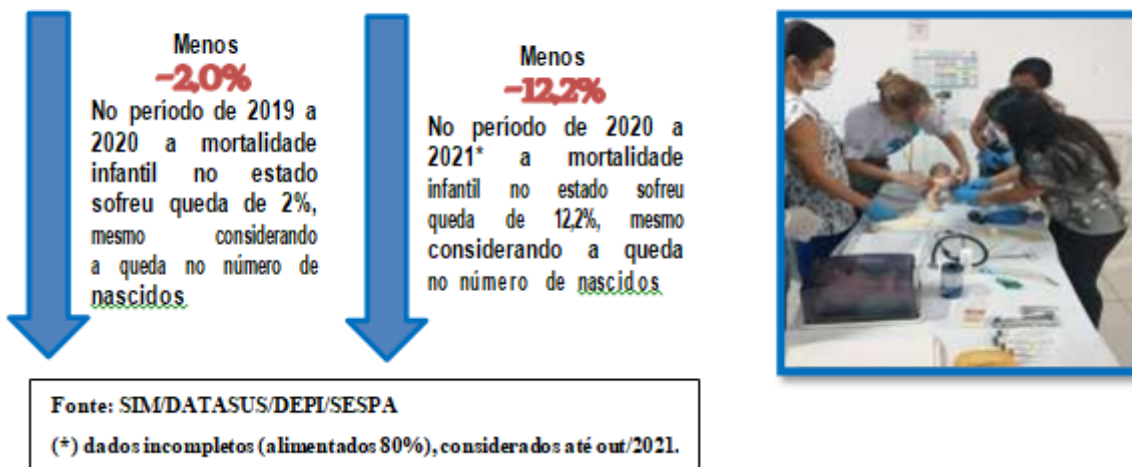
Alicerçada nos princípios fundamentais com a missão de assegurar à população Políticas Públicas de Saúde, contemplando os princípios do SUS, a gestão participativa e o controle social, visando à melhoria da qualidade de vida no Estado do Pará, na visão de ser instituição de excelência na gestão da Saúde Pública e com os valores da “Ética, Transparência, Comprometimento, Criatividade, Responsabilidade, Qualidade e Humanização” a Secretaria de Estado da Saúde do Pará (SESPA) executa a Política Estadual de Saúde a partir dos princípios, diretrizes e competências designadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Sendo assim, em nível estadual, atua na orientação às Secretarias Municipais de Saúde quanto ao planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de saúde, no sentido de assegurar a prevenção, recuperação e promoção da saúde pública. Para isso, atualmente conta com as Diretorias de Vigilância em Saúde (DVS), Políticas de Atenção Integral à Saúde (DPAIS), Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (DGTES), Desenvolvimento e Auditoria dos Serviços de Saúde (DDASS), Desenvolvimento das Redes Assistenciais (DDRA), Escola Técnica do SUS (ETSUS) e Administrativa e Financeira (DAF). Estamos atuando na reformulação da Lei de Estruturação da SESPA, visando adequação de suas áreas para atenda suas reais necessidades.



1. PRINCIPAIS DESTAQUES 2019 - 2021

• REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL NO ESTADO

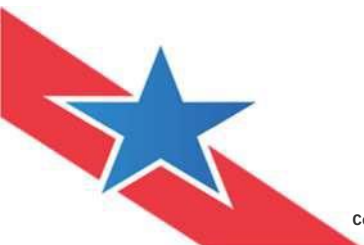


• COEFICIENTE DE MORTALIDADE MATERNA – PARÁ – 2018 A 2020.

Morte Materna	2019		2020*		2021*	
	Nº	CMM	Nº	CMM	Nº	CMM
	120	86,87	130	98,21	116	83,56

Fonte: SIM/SESPA -*Dados provisórios

O indicador de mortalidade materna reflete a qualidade da assistência à saúde da mulher e indicadores elevados dessas mortes estão associados à insatisfação na prestação de serviços de saúde à mulher. Embora a mortalidade materna tenha diminuído em algumas regiões, no Pará continua elevada, em parte se deve as investigações dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF). Dentre as principais causas dessa mortalidade destacamos as doenças preexistentes como as doenças hipertensivas, complicações do parto e as doenças infecciosas complicando a gravidez desde 2020, influenciadas pela infecção por corona vírus.



• **SAÚDE POR TODO PARÁ NO MARAJÓ**



18.897 serviços de saúde realizados:

- 847 consultas médicas – Clínico Geral;
- 661 consultas de Pediatria;
- 408 consultas Ginecológicas;
- 539 Teste Rápido HIV;
- 566 Teste Rápido Sífilis;
- 567 Teste Rápido HBV;
- 539 Teste Rápido HCV;
- 1330 Kits Bucal;
- 404 cadeiras de rodas;
- 177 Cadeira de Banho;
- 223 atendimento de fisioterapia;
- Teste de Triagem DENVER;
- 295 Teste da Orelhinha e Linguinha;
- 243 Avaliação Nutricional da Gestante e Puérpera e Aplicação da Escala GMFCS

Realizou-se ação de saúde Itinerante e diagnóstico de atenção à saúde materna e infantil nos 16 municípios da Região, sendo avaliadas as condições estruturais (área física e equipamentos) dos serviços; dos programas disponibilizados; da existência ou não de linhas de cuidado à mulher e à criança e a qualificação dos profissionais, tanto da atenção básica como especializada e hospitalar.

• **SAÚDE POR TODO PARÁ EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS,**



- 3.665 consultas médicas;
- 1.341 exames laboratoriais;
- 2.666 Testes Rápidos para ISTs;
- 44 cadeiras de rodas entregues;
- 333 encaminhamentos pela regulação.

Ação contemplou os Territórios Indígenas: Trincheira Bacaja, Kaiapo Mebêngôkrê e Kaiapo Mêkrägnötire com abrangência nos Municípios de Altamira, Anapú, Ourilândia do Norte, Tucumã, São Feliz do Xingu, Sta. Luzia do Pará, Paragominas, e Novo Progresso.

• AÇÕES DE SAÚDE EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO PARÁ

Serviços de Saúde Realizados:

1.985 vacinas

355 consultas médicas

428 testes rápidos
para ISTs

177 encaminhamentos
pela regulação

2.215 medicamentos
dispensados



Comunidades Beneficiadas:

- **Moju** - Quilombolas vacinados (D1 e D2); Belém - Realização do Dia D da Vacinação em áreas quilombola na Região Metropolitana (D1 230 e D2 155).
- **Bragança**, Comunidade Quilombola do América, aproximadamente 300 famílias atendidas com consultas médicas, exames laboratoriais, testes rápidos para ISTs, medicamentos dispensados, palestras de Saúde da população negra, saúde bucal, saúde do homem, saúde do Idoso, auriculoterapia.
- **Salvaterra**, a ação aconteceu em 3 diferentes comunidades quilombolas (*Vila União, Deus Ajude e Pau Furado*), abrangendo mais 14 comunidades ao entorno: Bucal da Mata, Cururu, Rosário, Paixão, Suricari, Providência, Mangueiras, Salvar, Boa Vista, Caldeirão, Bairro Alto, Bacabal, Santa Luzia e São Benedito. Esse quantitativo de comunidades conta com aproximadamente 1.000 quilombolas.

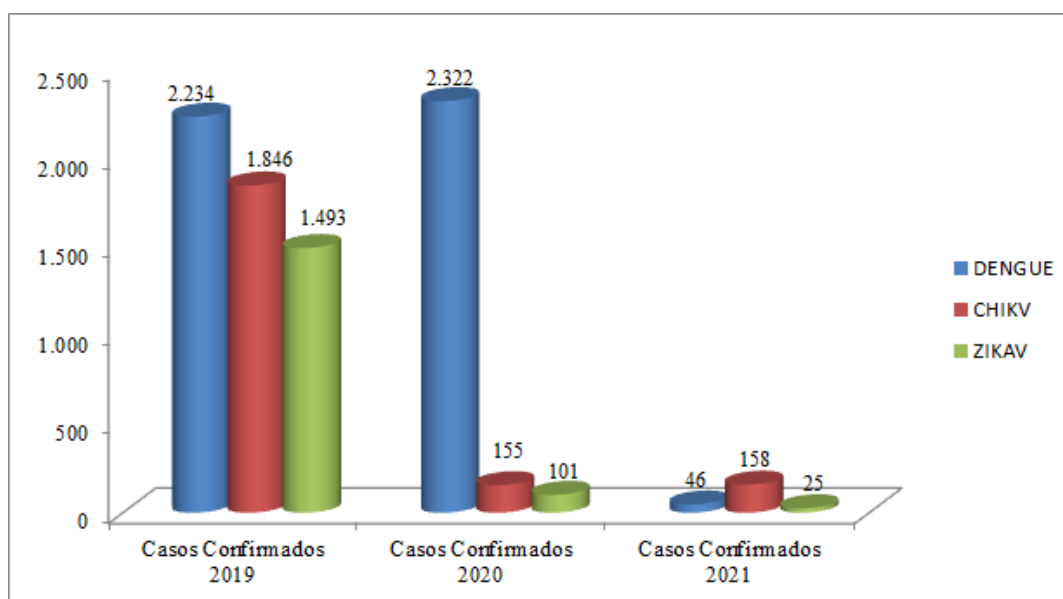
• AÇÕES TERSAÚDE / TERPAZ



TERPAZ - TOTAL DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS			
TERRITÓRIOS	2019	2020	2021
CABANAGEM	11.378	21.589	14.991
GUAMA	4.042	9.196	18.433
ICUI	5.773	15.128	14.575
JURUNAS	2.424	29.454	15.611
MARITUBA	5.815	8.265	13.290

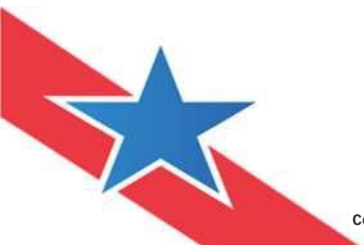
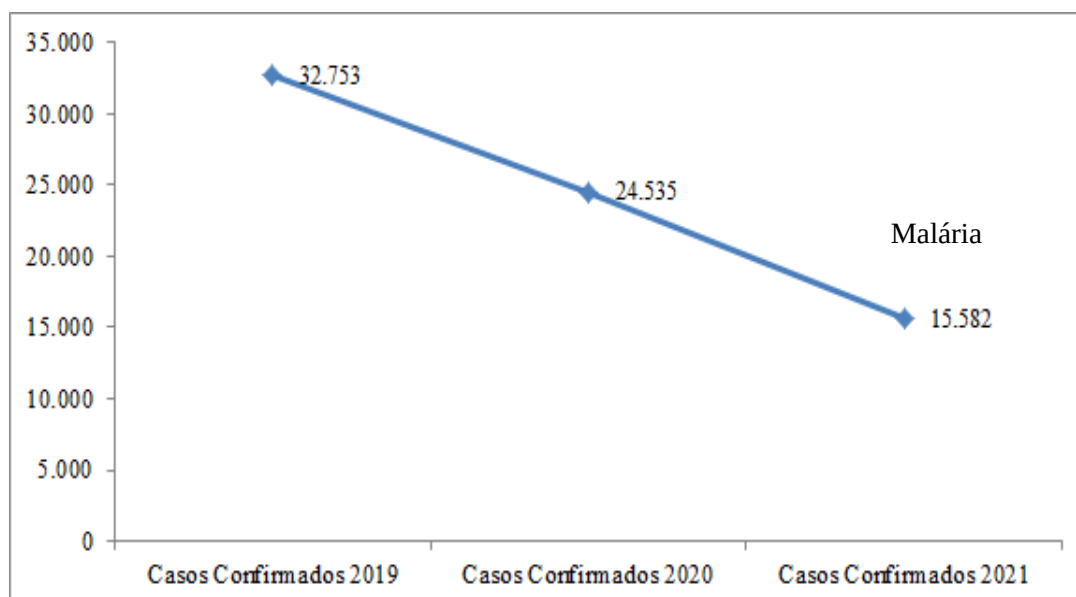
TerSaúde é um Programa da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará, que visa ofertar ações de saúde com foco na promoção e prevenção, a partir da realização de ações integradas e itinerantes nos 07 territórios do programa TerPaz. Os 07 territórios do Terpaz são: Cabanagem, Terra Firme, Benguí, Guamá, Jurunas, Icuí e Nova União/São Francisco.

● MITIGAÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS ENDÊMICAS NO PARÁ



Fonte: SINAN/SESPA/MS

Nos últimos três anos consecutivos, houve uma diminuição considerável de doenças endêmicas no Pará: como a malária, dengue, chikungunya e Zika, desde 2019 reduziram substancialmente, nas análises epidemiológicas, dessa forma mitigando o impacto da doença na população.

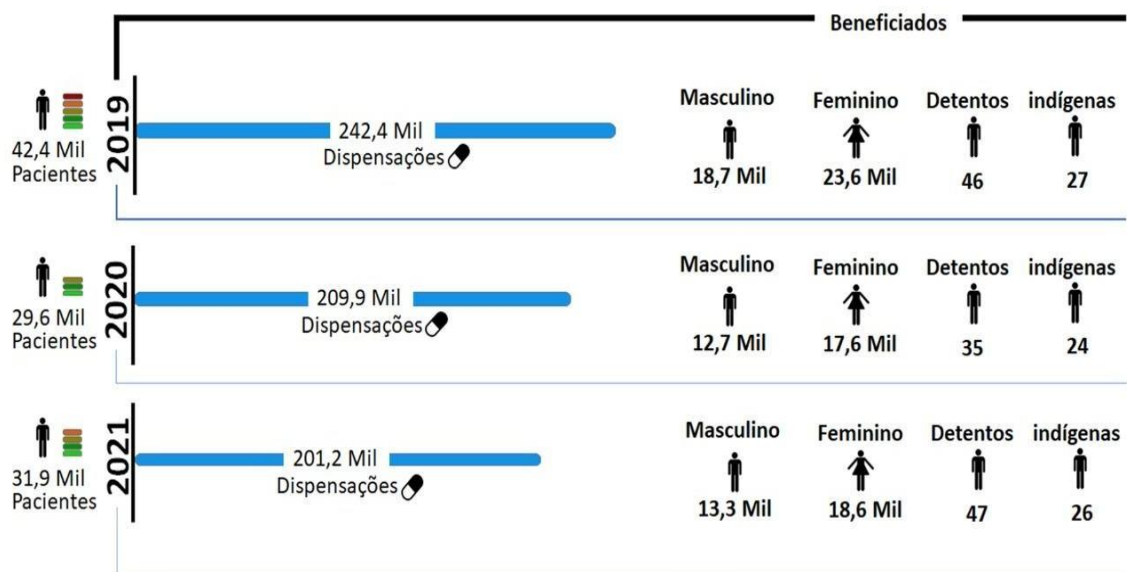


• VIGILANCIA LABORATORIAL



Fonte: LACEN/PA

• ACESSO DA POPULAÇÃO AOS MEDICAMENTOS DISPONIBILIZADOS NO SUS



Fonte: DEAF/SESPA

- **AMPLIAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS EM SAÚDE**



DDRA/SESPA

Inauguração do Hospital Regional Público do Tapajós em Itaituba no ano de 2019, ofertando à população **127** novos leitos nas especialidades: cirurgia e clínica geral, obstetrícia cirurgica e clínica, pediatria cirurgica e clínica, UTI II Adulto Covid 19 e ortopedia traumatologia.



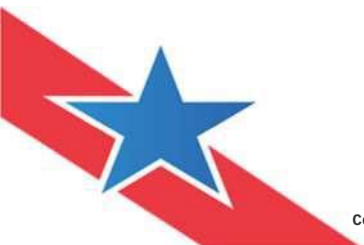
DDRA/SESPA

Inauguração do Hospital de Regional Público de Castanhal em 2020, ofertando à população **160** novos leitos nas especialidades: clínica geral e UTI II Adulto Covid 19.



DDRA/SESPA

Hospital Regional Público do Caetés inaugurado em 2019, ofertando à população **51** novos leitos nas especialidades: cirurgia e clínica geral, Unidade de isolamento, UTI II Adulto e ortopedia traumatologia.



- HOSPITAIS DE CAMPANHA PARA ENFRENTAMENTO COVID**

Criação de **5.898** leitos para enfrentamento da Covid 19 nos anos 2020/2021, em quatro Regiões de Integração do Estado.

Hospital de Campanha Hangar – Belém



DDRA/SESPA

Hospital de Campanha - Santarém



DDRA/SESPA

Hospital de Campanha Marabá/Carajás

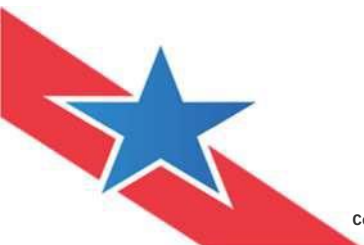


DDRA/SESPA

Hospital de Campanha Breves/Marajó



DDRA/SESPA



- **OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE**



Implantação do serviço de neuro pediatria no Hospital Regional da Transamazônica em Altamira;
Parcerias com Prefeituras e Entidades Filantrópicas



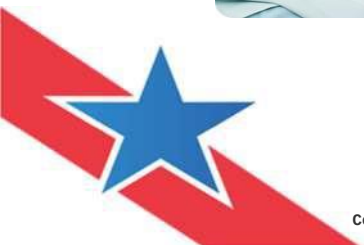
Implantação do serviço de Cirurgia Bariátrica no Hospital Santa Terezinha em Belém.



Ampliação do serviço de cirurgia cardíaca pediátrica, através do Hospital Santa Maria de Belém/Ananindeua



Implementação do Serviço de Terapia Renal Substitutiva no Hospital São Francisco Ulianópolis-PA



REGULAÇÃO DO ACESSO HOSPITALAR

Ano de 2019 – 66.357
internações de média e alta
complexidade reguladas

Ano de 2020 – 127.816
internações de média e alta
complexidade reguladas

Ano de 2021* – 119.428
internações de média e alta
complexidade reguladas

* Dados ainda não
totalizados (Jan a out)

LEITOS POR HABITANTE/ANO

Ano de 2019 – 1,3 leitos
/1000habitantes

Ano de 2020 – 1,5 leitos
/1000habitantes

Ano de 2021 – 1,6 leitos
/1000habitantes

• EDUCAÇÃO NA SAÚDE

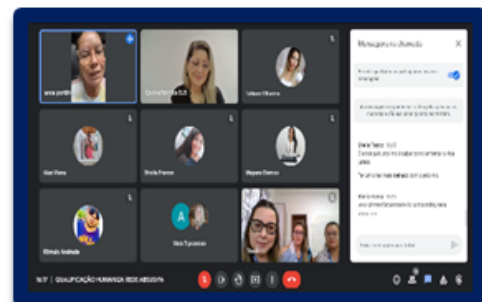
615
Trabalhadores do SUS qualificados



**Atuação em 12 Regiões de
Integração**

ETSUS XPA
Destaque
2019

457
Trabalhadores do SUS qualificados, em 11
Cursos ofertados na modalidade de Ensino a
Distância - EAD, Híbrido e Presencial.
Atuação nas 12 (doze) Regiões de Integração.



ETSUS XPA
Destaque
2021

- INAUGURAÇÃO DO NATEA - NÚCLEO DE ATENDIMENTO À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - NATEA (CIIR), EM 17/12/2020.



8.300 pessoas capacitadas em autismo 20 Estados do Brasil participaram 70 Municípios alcançados, nas 12 Regiões de Integração



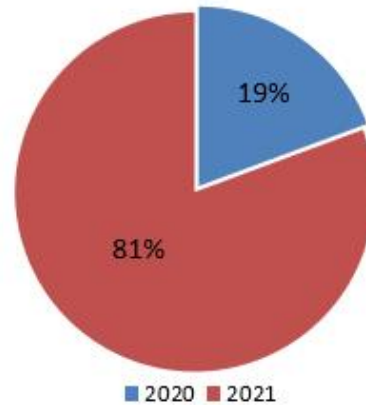
• EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO – CIPTEA



2020 entregues 541 carteiras
2021 entregues 2.254 carteiras



CIPTEA ENTREGUE
12 REGIÕES DE INTEGRAÇÃO

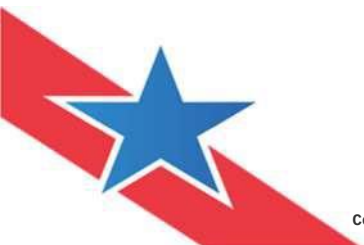


○ Festival Paraense de Tealentos



Realizada nos dias 17 e 18 de abril de 2021, envolveu apresentações em 5 modalidades artísticas: música, dança, artes visuais, teatro e poesia.

13 mil visualizações no Youtube
31 apresentações de pessoas com TEA
Alcançou as 12 Regiões de Integração
Representantes de 07 municípios paraenses



- **VACINAÇÃO CONTRA COVID 19**



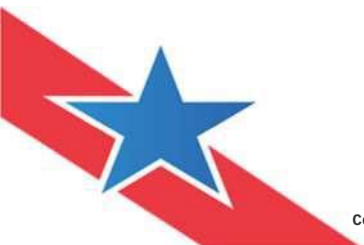
IMPLANTAÇÃO nos 144 municípios e áreas indígenas o sistema de informação das doses de vacina contra COVID 19 (SIPNI COVID);

LIBERAÇÃO das doses enviadas aos 144 municípios via sistema de informação de insumos estratégicos (SIES);

ACOMPANHAMENTO DAS DOSES liberadas e aplicadas com a finalidade de garantir a cobertura vacinal ideal de 90%+ do público eleito para receber a vacina;

AValiação DA CAMPANHA contra COVID 19, ajuste e limpeza do banco de dados dos vacinados, retirada de inconsistências, duplicidade e avaliação de cobertura;

PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO do painel técnico que serve de suporte para o monitoramento e deliberações das doses aplicadas da vacina COVID-19.



2) O QUE FIZEMOS EM 2021

2.1) ASSESSORIAS E SETORES VINCULADOS AO GABINETE

2.1.1) Fundo Estadual de Saúde – FES

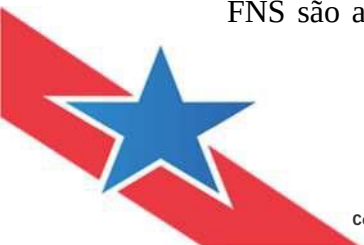
O Fundo Estadual de Saúde - FES, instituído pela Lei nº 5.740, de 16 de fevereiro de 1993, na forma do § 1º do art. 265 da Constituição Estadual, tem como competência, sob a gestão da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), administrar e garantir a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, para o atendimento das ações e serviços de saúde à população em todo o território estadual.

No exercício de 2021, o Governo do Estado do Pará aplicou em ações e serviços públicos de saúde, através do FES, o montante de **R\$ 4.033.627.399,20** (Quatro Bilhões, Trinta e Três Milhões, Seiscentos e Vinte Sete Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais e Vinte Centavos). Desse total, **76,65%**, ou seja, **R\$ 3.091.869.216,68** (Três Bilhões, Noventa e Um Milhões, Oitocentos e Sessenta e Nove Mil, Duzentos e Dezesesseis Reais e Sessenta e Oito Centavos) tiveram como fonte de recursos **do Tesouro Estadual**, o correspondente a **13,74%** da Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais e Legais, previstas na Lei Complementar 141/2012 que determina o mínimo de 12%.

Como **Fonte da União, através do Fundo Nacional de Saúde**, as aplicações totalizaram em **R\$ 798.292.510,17** (Duzentos e Setenta e Três Milhões, Cento e Vinte e Um Mil, Quinhentos e Treze Reais e Oitenta e Oito Centavos), equivalente a **19,79%** do total aplicado, **3,56%** corresponde a outras fontes. O recurso foi aplicado através dos grupos de financiamentos, descritos abaixo, Investimentos executados pelas Unidades Gestoras, Hospitais Vinculados à SESPA e Termo de Execução Descentralizada junto à SEDOP (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas).

- **Transferências Fundo a Fundo**

A transferência fundo a fundo é um instrumento de descentralização de recursos disciplinado em leis específicas, que se caracterizam pelo repasse diretamente de fundos da esfera federal para fundos das esferas estaduais, municipais e do Distrito Federal, dispensando a celebração de convênios. Os fundos que operam essa modalidade de transferência são o Fundo Nacional de Saúde – FNS e o Fundo Nacional da Assistência Social – FNAS. As normas que disciplinam essa forma de transferência no âmbito do FNS são a Lei nº 8. 142, de 19 de fevereiro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº



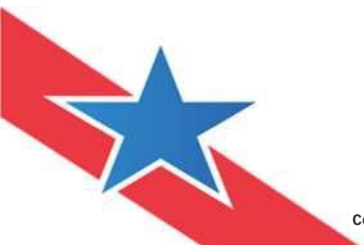
1.232, de 30 de agosto de 1994. Na transferência, os valores são depositados diretamente do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde.

O quadro abaixo apresenta os valores repassados para o Estado pelo governo federal, no exercício de 2021, referente às transferências fundo a fundo nos grupos de financiamentos

Grupos de Financiamento	Valor Bruto	Desconto	Valor Líquido
Atenção Básica	2.342.865,16	-	2.342.865,16
Média e Alta Complexidade	614.955.726,87	14.503.309,81	600.452.417,06
Vigilância e Saúde	26.300.900,10	672.480,00	25.628.420,10
Assistência Farmacêutica	1.510.893,06	-	1.510.893,06
Gestão do SUS	130.000,00	-	130.000,00
Coronavírus (Covid19)	43.874.385,13	-	43.874.385,13
Investimento	7.362.026,00	-	7.362.026,00
Total	696.476.796,32	15.175.789,81	681.301.006,51

Fonte: www.fns.saude.gov.br, acessado em 15/12/2021

O Fundo Estadual de Saúde repassou para os Fundos municipais do Estado do Pará, o montante de **R\$ 127.134.282,05** (Cento e Vinte e Sete Milhões Cento e Trinta e Quatro Mil Duzentos e Oitenta e Dois Reais e Cinco Centavos), do recurso do Tesouro Estadual, contribuindo dessa forma como contrapartida estadual aos municípios para o fortalecimento da cidadania, mediante a melhoria contínua das ações de saúde, bem como, no Enfrentamento à Pandemia COVID 19, conforme demonstrativo por programa de saúde abaixo:



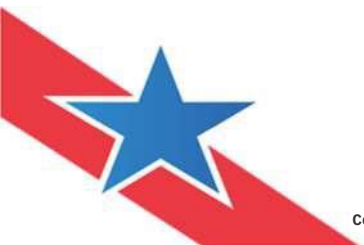
AÇÕES DE SAÚDE	Recurso do Tesouro Estadual - Fonte: 0103
Contrapartida Estadual para SAMU	12.296.211,00
Contrapartida Estadual para VIGILÂNCIA EM SAÚDE	4.357.637,32
Contrapartida Estadual para FARMÁCIA BÁSICA	18.857.093,53
Contrapartida Estadual para ATENÇÃO PRIMÁRIA	18.762.390,20
Contrapartida Estadual para UPA	38.267.500,00
SUB-TOTAL	92.540.832,05
AÇÕES DE SAÚDE - COVID 19	Recurso do Tesouro Estadual -
EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL AOS MUNICÍPIOS	34.593.450,00
SUB- TOTAL	34.593.450,00
TOTAL	127.134.282,05

Fonte: FES/SESPA

- **Cofinanciamento da Atenção Básica:** subdividido em Contrapartida Estadual Assistência Farmacêutica e Contrapartida Estadual da Atenção Primária Em Saúde, repassados aos 144 municípios do Estado. Os critérios de aplicação dos recursos de compensação de especificidades regionais devem ser pactuados naCIB.

- **Cofinanciamento da Média e Alta complexidade:** Os recursos Federais serão transferidos do FNS conforme PPI (Programação Pactuada e Integrada), publicada em ato normativo específico. EX: Prestadores de serviços do SUS, Cirurgias Eletivas, Órteses e Próteses.

- A Contrapartida Estadual para Unidades de Pronto Atendimento (UPA) foi repassada aos municípios São Félix do Xingu e Xingura na Região Araguaia; Santarém na Região Baixo Amazonas; Parauapebas na Região Carajás; Ananindeua, Belém, Benevides e Marituba na Região Guajará; Castanhal na Região Guamá; Breu Branco, Novo Repartimento e Tucuruí na Região Lago do Tucuruí; Breves na Região Marajó; Bragança, Capanema e Viseu na Região Caetés; Paragominas e Tomé-açu na Região Rio Capim; Itaituba na Região Tapajós; Abaetetuba, Barcarena e Cametá na Região Tocantins; e Altamira na Região Xingu.



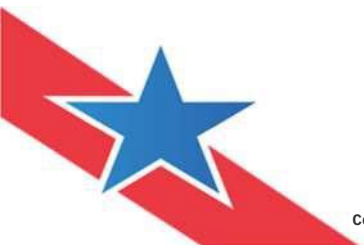
- A Contrapartida Estadual para Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foi repassada aos municípios Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Pau d'Arco, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Tucumã e Xingua na Região Araguaia; Bom Jesus do Tocantins, Marabá, Parauapebas e Piçarra na Região Carajás; Ananindeua, Belém, Benevides e Marituba na Região Guajará; Castanhal, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Maracanã, Santa Isabel do Pará, Santa Maria do Pará, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá e Vigia de Nazaré na Região Guamá; Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna e Novo Repartimento na Região Lago do Tucuruí; Breves e Portel na Região Marajó; Augusto Corrêa, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Salinópolis, Santarém Novo, São João de Pirabas e Viseu na Região Caetés; Bujaru, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis na Região Rio Capim; Abaetetuba, Acará, Barcarena e Tailândia na Região Tocantins; e Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Uruará e Vitória do Xingu na Região Xingu.

- Terapia Renal Substitutiva (TRS) foi repassada ao município de Santarém na Região Baixo Amazonas.

- Cofinanciamento para Traumatologistas e Neurologistas repassados ao município de Belém na Região Guajará.

- Serviços médicos hospitalares e laboratoriais para aporte financeiro para o FMS de Altamira

- **Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais:** refere-se ao financiamento mediante a adesão pelo pacto pela Saúde, por meio da assinatura do Termo de Compromisso de Gestão e respeitados os critérios estabelecidos em ato normativo específico. Constituído por dois componentes: Componente para Qualificação de Gestão do SUS e Componente para Implantação de Ações e Serviços de Saúde. Repassados aos municípios Sapucaias na Região Araguaia; Faro e Mojuí dos Campos na Região Baixo Amazonas; Piçara na Região Carajás; Santa Bárbara na Região Guajará; Castanhal, Santo Antônio do Tauá, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta na Região Guamá; Afuá, Anajás,

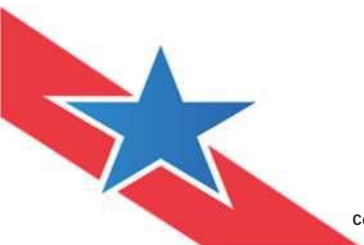


Cachoeira do Arari, Melgaço, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista na Região do Marajó; Augusto Corrêa, Bragança, Quatipuru, Santarém Novo e Tracuateua na Região Caetés, Bujaru e Rondon do Pará na Região Rio Capim; Jacareacanga na Região Tapajós; Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará na Região Tocantins; e Altamira na Região Xingu; e aos prestadores Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus; Associação Beneficente São José, Instituto Francisco Perez, Associação Douglas Braun, Hospital Geral de Bragança, Hospital Santo Antônio Maria Zacarias, Associação Social UNIVIDA, Hospital e Maternidade São Miguel, Instituto Médico de Bragança- IMEB, Laboratório de Análises Clínicas de Bragança, Ultrapreven, Hospital e Maternidade Angeli, Clínica Monte Sinai, Hospital São Lucas, Hospital Julia Seffer, Hospital e Maternidade Povo de Capitão Poço Instituto São Francisco.

- **Cofinanciamento da Vigilância em Saúde:** refere-se ao financiamento utilizado conforme a programação pactuada e integrada e orientados pelo respectivo plano de saúde. Repassados aos 144 municípios de forma regular e automática do FNS para o FES.

- **Investimento:** refere-se ao financiamento para realização de despesas de capital, mediante apresentação de projeto encaminhado pelo ente federativo interessado ao Ministério da Saúde. Os projetos deverão ser submetidos à CIB, após encaminhar ao Ministério da Saúde por meio do Sistema Proposta de Projeto para aprovação.

- **COVID:** O FES transferiu valores do Tesouro Estadual, oriundos de Emendas Parlamentares individuais que adicionaram recursos para o custeio de Ações e Serviços de Atenção Primária em Saúde e de Média e Alta Complexidade aos municípios do Estado do Pará contribuindo dessa forma como contrapartida estadual para o fortalecimento da cidadania, mediante a melhoria contínua das ações de saúde, bem como, no Enfrentamento à Pandemia COVID 19, conforme demonstrativo por programa de saúde abaixo, sendo repassado preferencialmente através da transferência do Fundo Estadual de Saúde do Pará para o respectivo Fundo Municipal de Saúde.



2.1.2-Núcleo de Informação em Saúde e Planejamento – NISPLAN

Para cumprir com a missão do Planejamento, destacamos as atividades que foram realizadas no ano de 2021, a partir da ação **Implementação do Planejamento do SUS**, constante no PPA:

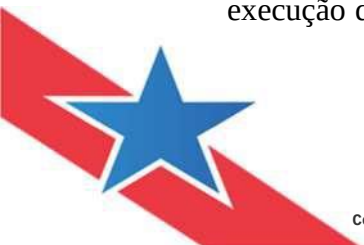
A partir de março 2021, durante o processo de elaboração do 3º RDQA e RAG 2020 foram constituídas 03 (três) Comissões Técnicas de acompanhamento às Diretoria da SESPA e as Vinculadas, para Revisão das Metas e Indicadores, do Plano Estadual de Saúde (PES), e das Ações detalhadas na Programação Anual de Saúde (PAS), cujo resultado foi grandioso, pois possibilitou mudanças conceituais e a percepção por cada Diretoria do seu papel e contribuição para o atingimento dos resultados almejados pelos Indicadores.

Em abril, a SESPA e a Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência firmaram o Termo de Adesão ao Projeto de Fortalecimento dos Processos de Governança, Organização e Integração da Rede de Atenção a Saúde (RAS) - Regionalização no âmbito do Estado do Pará. Durante todo o ano foram realizadas reuniões, on-line contando com a participação de representantes das Instituições SESPA/NISPLAN, Ministério da Saúde/CGAT/SEINSF e COSEMS, tais quais: elaboração de agenda de trabalho, composição do Grupo Estadual, adequação do orçamento disponibilizado pelo Ministério da Saúde, por meio Portaria nº. 3.065, de 11 de novembro de 2020; realização do WEB SEMINÁRIO, entre outras.

Em continuidade, nos dias 19 e 20/10/2021, sob a coordenação do NISPLAN foi realizado encontro **SAÚDE POR TODO PARÁ - Regionalização do SUS**, na SESPA que contou com a participação de representantes institucionais do COSEMS, SESPA, SEINF/SEMS e Beneficência Portuguesa (SP), cujo objetivo foi promover o alinhamento e Sinergia entre os projetos da portaria 1812/2020 e da Regionalização/PROADISUS.

Também, no mês abril a SESPA e o Hospital Alemão Oswaldo Cruz assinaram o Termo de Adesão ao Projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual do SUS, cujo objetivo é o desenvolvimento, implantação e execução de projetos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS), para o triênio 2021/2023.

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) foi desenvolvido a partir da execução do projeto, oriundo da demanda histórica dos Secretários Estaduais de Saúde,



via articulação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), por meio da elaboração do projeto, em conjunto com o Ministério da Saúde (MS) e o Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC).

No Estado do Pará o projeto foi desenvolvido com a realização de 07 Oficinas, iniciando em março de 2019. As oficinas objetivaram contribuir com a elaboração integrada dos instrumentos de planejamento em saúde com os de gestão - Plano Estadual de Saúde (PES), Programação Anual de Saúde (PAS), Relatório Anual de Gestão (RAG), Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Como produtos das oficinas que foram elaborados e validados pelo Secretário de Estado de Saúde, destacamos: o Mapa Estratégico das SESPA; o Plano de Ação e o Painel de Indicadores, organizados em 62 Metas e Indicadores.

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) foi retomado no final do mês de agosto de 2021, com a realização de reuniões virtuais e a recomposição do Grupo Condutor do Planejamento Estratégico Institucional (GCPEI), conforme portaria SESPA nº 898/2021.

Aconteceram 04 (quatro) reuniões virtuais do GCPEI, com os seguintes objetivos: apresentar a síntese dos produtos das oficinas e validar os macro problemas, perspectivas e objetivos estratégicos, metas e indicadores; sistematizar e alinhamento entre os instrumentos de gestão e planejamento institucional, de Governo e do SUS (PEI, PPA/LDO e PES).

Nos meses de Agosto e Setembro, deu-se início ao processo de Revisão do PPA biênio 2022-2023, o NISPLAN foi o condutor do processo junto a todas Unidades da Saúde, revendo produtos, metas físicas e financeiras de todos os Programas e Ações do Plano, oportunidade de avaliação dos resultados alcançados e das perspectivas futuras, possibilidade de construção dinâmica, integrada e participativa.

No período de 30/08 a 01/09/2021, a Secretaria de Estado e Saúde Pública do Pará (SESPA), com a Coordenação do NISPLAN, realizou o primeiro evento **“PLANEJAMENTO EM FOCO – Pensando na gestão de Saúde”**, voltado aos servidores da saúde pública estadual, contou com a participação de, aproximadamente 160 pessoas, entre Gestores e Técnicos das 24 unidades da SESPA.

Na ocasião foram apresentados os Instrumentos de Gestão e Planejamento do SUS e Estado: Plano Estadual de Saúde (PES), a Programação Anual de Saúde (PAS),



Plano Plurianual (PPA) e as Ações e Metas dos instrumentos de Gestão e Planejamento do SUS, dos Sistemas de gestão, monitoramento e avaliação (GM, DIGISUS e SIGLAN); Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e sobre o Planejamento Regional Integrado (PRI). A finalidade do evento foi alinhar com os servidores o trabalho que deverá ser feito até o final deste ano e projetar as ações para 2022.

No que tange ao PLANEJAMENTO REGIONAL INTEGRADO (PRI) no ano de 2020 com a implementação do “Projeto de Aprimoramento das Ações de Gestão, Planejamento e Regionalização da Saúde para o Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde (RAS)”, estratégia Tripartite no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido nos termos da Portaria MS/GM nº 1.812, de 22 de julho de 2020. A Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) apresentou projeto, que contempla 6 (seis) metas/produtos:

- (1) Realizar Seminário Estadual “REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NO PARÁ;
- 2) Implantar o Processo de Planejamento Regional Integrado de forma ascendente e participativo envolvendo as 13 (treze) Regiões de Saúde e as 4 (quatro) Macrorregiões;
- 3) Implantar as 4 (quatro) Macrorregiões de Saúde;
- 4) Implantar a Programação das Ações e Serviços de Saúde;
- 5) Construir 4 (quatro) Planos Regionais Integrados das Redes de Atenção à Saúde prioritárias, a saber: Materno Infantil, Urgências e Emergência e Doenças Crônicas Não Transmissíveis;
- 6) Instalação dos 4 (quatro) Comitês Executivos de Governança das RAS (CEGRAS).

Objetivando a implementação do referido projeto foi constituído grupo técnico estadual com representantes da SESPA, Colegiado de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS), Superintendência Estadual do Ministério da Saúde (SEMS) e Conselho Estadual de Saúde (CES), instituído pela Portaria SESPA nº 457, de 26 de abril de 2021, e atualmente foi instituído como Grupo Condutor Estadual do PRI e Processo de Regionalização.

No tocante ao software GM – Gerenciador de Metas, no ano de 2021 o NISPLAN promoveu a reestruturação do mesmo, adequando em completude a ferramenta com os instrumentos de planejamento do SUS (PES e PAS). Para tanto, além do labor técnico envolvido na reformulação, foi imprescindível a realização de diversos



treinamentos e oficinas com as áreas técnicas a fim de que as mesmas incorporassem o novo modus operandi do GM, aprimorando não apenas o manuseio, mas também e principalmente, a qualidade da alimentação e dos dados inseridos no sistema em comento, o que culminou na construção de Relatórios Quadrimestrais e Anuais ainda mais fidedignos, completos e satisfatórios.

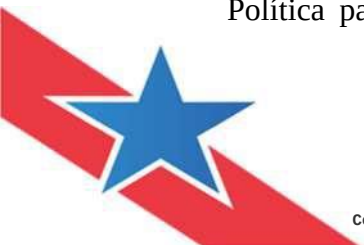
2.1.3- Assessoria de Comunicação – ASCOM

Em 2021, a equipe da Ascom recebeu um reforço na equipe de jornalismo com a contratação de uma jornalista. Entre 01 de janeiro e 24 de novembro, a Assessoria de Comunicação da Sespa produziu 609 textos jornalísticos veiculados na Agência Pará de Notícias (www.agenciapara.com.br), respondeu 1.184 e-mails com respostas por nota à imprensa e emitiu 21 sugestões de pauta aos veículos de comunicação.

Entre os destaques do ano, a equipe da Ascom acompanhou, em janeiro, o início da campanha de vacinação contra a Covid-19 e cada chegada de doses no Aeroporto Internacional de Belém, com apoio da Secretaria de Estado de Comunicação (Secom). A campanha está em curso e já aplicadas 11.047.879 doses, em todo o Estado.

No decorrer do ano, a equipe de Jornalismo tem atuado na definição das estratégias de identificação visual de ações da Sespa, de forma presencial ou virtual, como as do Centro de Atendimento à Covid-19 em Bragança, Parauapebas, Santarém e Belém – incluindo a cobertura jornalística da entrega de cada uma, como também no stand da Sespa na Feira do Livro e tendo assento em grupos de trabalho da Sespa, como o Centro de Operações de Emergência de Combate ao Coronavírus, o COE Covid19 Pará, e o grupo de acreditação da Ouvidoria. Em 2021, com a implantação do novo site oficial da Sespa <http://www.saude.pa.gov.br/> pela CTIS, a equipe de jornalistas da ASCOM replicou as 609 matérias já publicadas na Agência Pará. No mesmo período, intermediou, junto ao Departamento de Publicidade da Secom, a publicação de 30 editais em jornais impressos de grande circulação no Pará.

Ainda em 2021, a equipe de jornalismo da Ascom foi empenhada na cobertura jornalística de ações da Sespa, dentre as quais destacam-se a retomada do Programa Telemedicina; o início do Qualifica Saúde; as ações da Expedição Saúde por todo o Pará- Marajó e Territórios Indígenas; as realizações da Coordenação Estadual de Política para o Autismo (Cepa); a compra de vacinas Coronavac; a continuação do



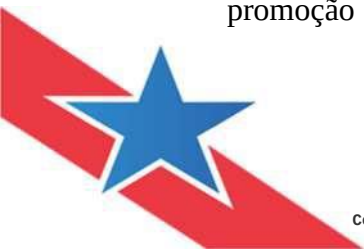
projeto Fila Zero e dos hospitais de campanha de Belém, de Castanhal e de Santarém; os atendimentos das policlínicas para Covid-19; as ações do TerPaz/TerSaúde, 21 incluindo as entregas de cadeiras de rodas; as ações de saúde da Usina da Paz, do IcuíGuajará e o atendimento de traumatologia por portas abertas, feito gradativamente pelos hospitais: Divina Providência, em Marituba ; Hospital Regional de Conceição do Araguaia; Hospital Regional Santa Rosa, em Abaetetuba; Hospital Regional do Tapajós, em Itaituba; Hospital Geral de Ipixuna do Pará e Hospital Regional do Caetés, em Capanema.

Em 2021, entre 01 de janeiro e 31 de outubro, a Assessoria de Comunicação da SESPA recebeu um reforço na equipe de Design com a chegada de 2 profissionais e produziu 2.740 artes, com aumento de 36,5% em relação a 2020, e 337% em relação a 2019. Os maiores destaques na produção dizem respeito aos materiais para redes sociais, além de identidades para campanhas e ações de saúde, eventos de capacitação, materiais didáticos e peças para identificações prediais e de frota.

Foram atendidos 64 setores, incluindo hospitais e Centros Regionais de Saúde com aumento de 88,2% com relação a 2020, o que demonstra um maior envolvimento da Assessoria de Comunicação no que diz respeito a Comunicação Interna da SESPA, isso reflete o interesse dos setores em padronizar os materiais gráficos de acordo com a comunicação visual adequada ao Manual de Comunicação Visual do Governo do Pará.

Em 2019, a SESPA contava com atividade de rede social nas plataformas Facebook e Twitter, o que gerava uma audiência de cerca de 100 mil pessoas. No contexto da pandemia, em 2020, foi necessário criar uma conta no Instagram para atuar como um dos canais de comunicação dos informes da secretaria, desta forma as 3 Redes Sociais tiveram um crescimento expressivo de 76.900% com relação ao mesmo período de 2019. As redes geraram credibilidade e se tornaram fontes de informação oficial chegando a alcançar 74 milhões de contas no Twitter. Em 2021, destacou-se a criação do canal do YouTube em parceria com a Coordenação de Tecnologia e Informática em Saúde (CTIS), atualmente a secretaria atua em 4 plataformas oficiais de Redes Sociais.

Em 2021, com a implantação do novo site oficial da Sespas <http://www.saude.pa.gov.br/> pela CTIS, a ASCOM passou a contar com 2 espaços para 22 divulgação de materiais. Uma área dedicada a Campanhas de Saúde e outra para Materiais Gráficos. Isso permitiu uma maior distribuição de materiais didáticos e de promoção em saúde para os 13 Centros Regionais de Saúde e municípios, como por



exemplo ocorreu com a Campanha Novembro Azul (2021) que alcançou mais de 500 downloads. A parceria com a CTIS demonstrou-se eficaz, também, na aplicação de papel de parede nos computadores da secretaria, alcançando cerca de 1600 servidores nas mais de 1000 máquinas do prédio, o que promoveu o conteúdo do servidor multiplicador.

Em 2021, a ASCOM participou do Encontro de Gestores da Sespa - Comunicação e Intersetorialidade, organizado pela Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (DGETS), o que permitiu a interação com os diversos setores da Secretaria, além dos Centros Regionais de Saúde. Esse envolvimento permitiu apresentar as atividades da ASCOM, bem como, orientar os gestores sobre as formas de atuação da comunicação na SESPÁ e em como a assessoria pode contribuir com o serviço da gestão de cada setor.

2.1.4- Coordenação de Tecnologia e Informação em Saúde – CTIS

Estruturação do Auditório, com multimídia (equipamentos de áudio e vídeo); configuração e manutenção de equipamentos (Datashow, microfones, telas de projeção, microfones, câmeras, mesas de áudio);

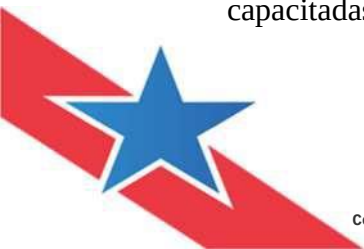
Para melhoria da segurança e comunicação institucional instalamos Sistema de acesso – (Catraca/leitor biométrico ou QRCode), Sistema de monitoramento – (Câmera de Segurança), Instalação de 30 equipamentos de filmagem e vídeo com gravação em tempo real e Novo Portal Sespa (interação, informação ao cidadão, autonomia aos servidores/editores do portal, mais informativos aos usuários do portal em tempo real, disponibilizar a maior quantidade de informações organizada de qualquer conteúdo relacionado a SESPÁ), Serviços de Atendimentos Internos, em todos os setores deste prédio e incluímos atendimentos e solicitações externas, tais como visitas técnicas periódicas e de manutenção de micro; Sistema de Diárias – SISDIA para controle das diárias e prestação de contas das mesmas pelos servidores da SESPÁ, migrando para um sistema mais atual, com interface WEB e melhores funcionalidades; Sistema de Frequência – SISFREQWEB (<https://sistemas.saude.pa.gov.br:8443/sisfreq>) para controle e cadastro das frequências dos servidores da SESPÁ; Criação do BI – PROJETO DE BUSINESS INTELLIGENCE que possibilita o dashboards (Painéis) dos sistemas (BO, SIAFEM, SIGIRH, SISDIA, SISFREQ; DESENVOLVIMENTO DE



WEBSITES (<http://www.saude.pa.gov.br/>) tais como: Portal da Saúde, LACEN, CES, ETSUS, CEPA, CIEVS; CONTROLE INTERNO DE QUALIDADE (CIQ) – LACEN (<https://sishomologar.saude.pa.gov.br:8443/ciq/>) para controle de qualidade dos exames laboratoriais no LACEN exigidos pela auditoria de qualidade; MAPEAR (<https://sistemas.saude.pa.gov.br:8443/projetoMapear/publico/CadastroPessoa.xhtml>) o Projeto surgiu da necessidade de identificar o perfil dos servidores da SESPA (Sistematização, análise dos dados e identificação das necessidades e interesses dos servidores voltados à sua formação e qualificação profissional; CORONAVÍRUS Análise dos dados fornecidos pelos municípios junto com o CIEVS; EMISSÃO DO CERTIFICADO, Facilitar a disponibilidade de acesso dos participantes e comprovação da mesma nos eventos (Círio 2019, CAPS, Outubro Rosa, Seminário, Cerimonial, Jornada Técnica-científica, EAP, NAGAM) realizados pela secretaria; Zimbra email(<https://mail.pa.gov.br/>, <https://mailadmin.pa.gov.br/>), facilitando o Controle de acesso ao e-mail institucional.

2.2) DIRETORIA DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE – DPAIS

As ações de Apoio aos Serviços de Atenção Primária, ligadas ao Programa Saúde, alcançou a Meta Pactuada de 100% de cobertura dos Municípios, através das atividades de assessoria, monitoramento, atendimento, visita técnica e capacitações voltadas à qualificação dos serviços na atenção básica. A Coordenação Estadual de Atenção à Saúde da Família, realizou ações conjuntamente com a Vigilância em Saúde de controle ao surto do sarampo e reorganização do fluxo de atendimento às hepatites virais. Realizou junto aos Municípios capacitação presencial e online: **Presencial** - Oficina sobre o novo financiamento da atenção primária (Previne Brasil), realizada para os municípios do 1CRS, 2CRS, 4CRS, 5CRS, 6CRS, 9CRS, 11 CRS, 12 CRS e 13 CRS, totalizando 160 pessoas capacitadas; **PLANIFICAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE**: Realizada uma oficina presencial de Planificação em Capanema para os 14 municípios da região Caeté totalizando 29 participantes. **Online** - 5 capacitações sobre cadastro no E-SUS, E-SUS sala de vacina (2), construção de projetos para credenciar UBS Fluvial e -ESUS e Programa Saúde na Escola-PSE, totalizando 531 pessoas capacitadas por esta modalidade; além de monitoramento para desbloqueio de recurso

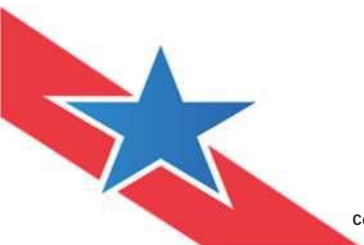


federal em Medicilândia, Nova Esperança do Piriá e Garrafão do Norte. Monitoramento das ESF ribeirinhas Fluviais em Melgaço, Curralinho e Bragança.

Ações voltadas à saúde do adolescente foram realizadas nas 12 regiões de integração, sendo apoiados 132 (91%) dos Municípios no Estado. Destes, 43 dos municípios foram apoiados com capacitação presencial e como estratégia a ação realizada em polos regionais. Os demais municípios foram apoiados com assessoramentos por meio de canais virtuais ou digitais de comunicação. As regiões do Araguaia, Guajará, Guamá, Rio Caeté, Tocantins e Tapajós, 100% dos municípios foram apoiados, as demais regiões se apoiou em média 72% dos municípios. Os municípios foram apoiados na implementação da política do adolescente e jovem através de assessorias e capacitação visando fortalecer a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Adolescente em Regime de Internação-PNAISARI, a Caderneta de Saúde do Adolescente-CSA, o Programa Crescer Saudável, a Agenda Proteger e Cuidar do Adolescente e ao Programa Saúde na Escola-PSE, contemplando orientações ao uso do recurso da COVID-19 recebido pelos municípios para retorno as aulas, a elaboração de material do PSE para as atividades virtuais, já que a pandemia deixou o escolar fora das salas de aulas. As ações beneficiaram 1.848 profissionais da atenção básica, educação, assistência social e sociedade civil. E, impactaram nos indicadores da gravidez na adolescência e na ampliação do número de Unidades Notificadoras de Violência. Fatos que consideramos como destaque no ano.

As ações voltadas às Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Estado, são utilizadas para promoção de saúde e adoção de estilo de vida saudável e prevenção das DCNT (hipertensão, diabetes, tabagismo e obesidade) e seus fatores de risco (tabagismo, inatividade física, alimentação inadequada). As realizadas em 2021 aconteceram nas 12 regiões de Integração, contemplando 123 municípios (85,41%).

Foram realizadas 24 Oficinas de capacitação profissional para execução das ações e programas; 42 Assessoramentos técnicos e 08 Monitoramentos e avaliações sobre as ações e programas estratégicos; 38 apoios Institucionais com disponibilização de material educativo como banners, folders, cartilhas e manuais de tratamento do tabagismo, cadernos do Programa Academia da Saúde, Guias de Atividade Física para a população Brasileira, vídeos de promoção de saúde e prevenção de DCNT e seus fatores

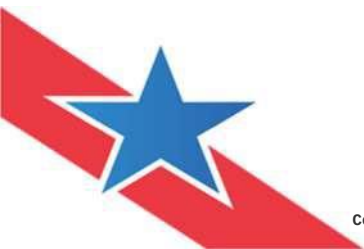


de risco; 19 Oficinas Municipais in loco de Capacitação para o Tratamento de Cessação do Tabagismo no SUS - 531 profissionais da APS capacitados.

Principais avanços alcançados:

- Aumento do percentual de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividade física no tempo livre. Vigitel 2020 Preliminar/PNS 2019;
- Redução do percentual de adultos (≥ 18 anos) com inatividade física. Vigitel 2020 Preliminar/PNS 2019;
- Aumento do percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem frutas e hortaliças em 5 ou mais dias da semana. Vigitel 2020 Preliminar/PNS 2019;
- Redução do percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem refrigerantes em 05 ou mais dias da semana. Vigitel 2020 Preliminar/PNS 2019;
- Redução do percentual de adultos (≥ 18 anos) fumantes ativos e passivos em domicílio. Vigitel 2020 Preliminar/PNS 2019;
- Redução de internações por diabetes no período de Jan a Jul de 2021 em comparação ao mesmo período do ano anterior. SIH/SIA DATASUS e;
- Redução de internações por hipertensão no período de Jan a Jul de 2021 em comparação ao mesmo período do ano anterior. SIH/SIA DATASUS.

Com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e a promoção das práticas alimentares saudáveis, foram realizadas 33 ações de capacitação, 144 ações de monitoramento e 144 ações de assessoramento técnico em parceria com os 13 Centros Regionais de Saúde (CRS) do Estado, que oferecem aos gestores municipais: auxílio quanto ao planejamento e organização das ações e estratégias da PNAN; monitoramento e avaliação dos programas e ações da PNAN; ações de educação permanente para gestores e profissionais de saúde de acordo com as características e necessidades específicas dos municípios e regiões com o propósito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição. Foram realizadas pelo menos uma ação em todas as regiões de integração do Estado. Dentre estas destacamos:



Produção e divulgação da Cartilha de Acolhimento aos novos gestores do programa municipal de alimentação e nutrição com o objetivo de apoiar e orientar acerca da execução dos programas e ações relacionados à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), fortalecendo e potencializando o trabalho da Atenção Primária à Saúde (APS); Produção e divulgação do Manual de cuidados da terapia nutricional enteral em domicílio com o objetivo de ajudar e esclarecer dúvidas de familiares e cuidadores de pacientes que tiveram alta hospitalar e permanecem de alimentação via enteral no domicílio; Garantia do completo abastecimento do suplemento de vitamina A (de 100.000 e 200.000 UI) a todos os municípios paraenses, considerando a importância do mesmo na proteção à saúde das crianças; Capacitação, monitoramento e assessoramento técnico referentes as ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, em diversos municípios, por meio virtual e presencial em parceria com diversas Coordenações do Departamento de Atenção à Saúde; Produção e divulgação do Manual de cuidados da terapia nutricional enteral em domicílio com o objetivo de ajudar e esclarecer dúvidas de familiares e cuidadores de pacientes que tiveram alta hospitalar e permanecem de alimentação via enteral no domicílio; Fornecimento de 175 fórmulas nutricionais especiais, em atendimento às demandas (judiciais e administrativas), com garantia de reserva para dar continuidade à essa ação no ano de 2022; Atendimento dietético direto à população (avaliação nutricional e orientação alimentar) no contexto das ações do TerPaz.

Importante destacar as ações de Educação em Segurança Alimentar, ligadas ao **Programa Direitos Socioassistenciais**, que compreendem os atendimentos de Formulas Nutricionais e as atividades de acompanhamento, monitoramento, assessoria e capacitação dos Municípios. Ocorreu atendimento a 527.251 beneficiários, com avaliação do crescimento/desenvolvimento no bojo do Programa Bolsa Família (PBF).

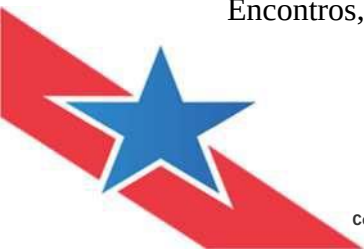
Em relação à saúde do idoso, no ano de 2021, as ações ocorreram por meio de reuniões com os municípios remotamente, através de plataformas digitais. Destacamos os esforços de fortalecer a avaliação multidimensional da pessoa idosa através de inúmeras capacitações nas várias regiões de integração do estado, com o objetivo de qualificar a atenção aos idosos e possibilitar a estratificação de risco e estabelecer a linha de cuidado na rede de atenção à saúde. Este ano foram realizadas 16 capacitações por esta coordenação tanto diretamente ou em polos regionais totalizando 29 municípios apoiados, ressaltando que algumas dessas capacitações foram realizadas concomitante



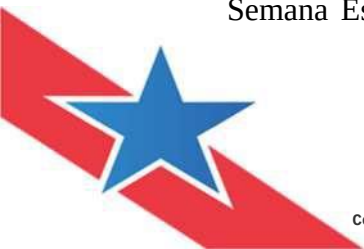
com alguns monitoramentos das ações programadas aos referidos municípios. Foram monitorados, assessorados e supervisionados 96 municípios.

Considerando os principais avanços das ações relacionadas à saúde do homem de 2019 a 2021, podemos citar que no ano de 2019, o principal destaque foi a participação da coordenação no Projeto Vida no Trânsito, com a introdução do tema nas ações educativas e oficinas, uma vez que os homens são os principais causadores e vítimas dessa natureza de acidente. Foram realizadas 04 oficinas e 05 monitoramentos nas Regiões de Integração Rio Caeté, Araguaia, Carajás e Baixo Amazonas. Contudo, com o surgimento da pandemia, as atividades junto aos municípios foram suspensas e novas estratégias precisaram ser implementadas. No ano de 2020, o maior feito da coordenação foi o projeto de implantação de serviço de referência em saúde masculina, com ênfase em urologia e gastrologia, que culminaram na parceria com o Hospital Regional Abelardo Santos e Policlínica Metropolitana. O projeto foi feito pela Coordenação Estadual de Saúde do Homem e Coordenação Estadual de Oncologia e o objetivo principal seria garantir o atendimento integral, principalmente na área de oncologia urológica. De tal modo o usuário teve garantido o diagnóstico e tratamento dos cânceres que mais matam a população masculina: câncer de próstata e de estômago. O resultado desse trabalho foi bastante positivo, que continuou em 2021, tendo como foco o câncer de pênis. Realizou-se 13 oficinas de câncer de pênis para todos os municípios contemplados pela Portaria Nº 3.069, de 11 de novembro de 2020. Foram também realizadas 17 visitas para monitoramento e orientações voltadas à Política Nacional Atenção Integral à Saúde do Homem e Programa Vida no Trânsito. 79 municípios receberam assessoria técnica o que resulta em 54% de municípios apoiados. O destaque foi para as ações mais inclusivas: a coordenação esteve presente em quilombos localizados em 04 municípios (Bragança, Augusto Correa, Salvaterra e Soure), unidades prisionais da SEAP e eventos de grupos LGBTQI (cumprindo metas da PNAISH para os mais diversos segmentos masculinos). É importante ressaltar a ênfase dada à estratégia do pré-natal do parceiro, com apresentação de experiências exitosas, por meio de web conferências, que despertaram o interesse do Ministério da Saúde. A finalidade é reduzir os elevados números de sífilis congênita e violência doméstica.

Em relação ao segmento das Populações Tradicionais, promoveu-se 20 Encontros, presenciais e virtuais, de Assessoramento Técnico e/ou de Monitoramento



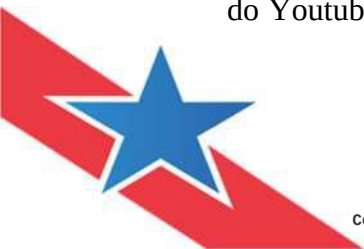
das Atividades da Estratégia Saúde da Família direcionadas aos Quilombolas, Negros, Assentados, Ribeirinhos e Fluviais, além de Ações de Fomento para Educação e Prevenção de Agravos em Saúde voltadas à População Quilombola e outros segmentos vulneráveis em municípios paraenses, com especial menção à Ação do NOVEMBRO NEGRO alusiva ao Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, quando no município de Bragança (Rio Caeté), foram realizados em parceria com a Coordenação Saúde Por Todo Pará, Secretaria Municipal de Bragança, Coordenação Estadual de Saúde do Idoso, Coordenação Estadual de Saúde Bucal e Polícia Civil, serviços de saúde e cidadania em comunidades quilombolas, contemplando crianças, jovens, adultos e idosos com mais de 150 atendimentos entre consultas médicas de Clínica Geral, Pediatria e Ginecologia; 60 Testagens Rápidas de HIV, Hepatites e Sífilis; 355 Medicamentos dispensados; 61 Kits de Higiene Bucal distribuídos para as crianças; mais de 200 Kits de Álcool e Mascaras; e Procedimentos de Regulação (Consultas especializadas: 18, Diagnóstico por imagem: 22 e Patologia clínica: 19), além da emissão de 92 documentos de identidade. Visando fortalecer Ações de Saúde para a população Indígena, desenvolveu-se atividades de Educação e prevenção de Agravos em Saúde direcionadas aos refugiados Warao, assim como a indígenas de outras etnias com foco importante na questão da vacinação **contra COVID 19 nas aldeias indígenas**. Também foram realizados Assessoramentos Técnicos e/ou Monitoramentos em Municípios com referência para fomento da Política Nacional de Saúde Indígena no Estado do Pará. Em relação às atividades de Enfrentamento aos Acidentes de Motor com Escalpelamento no Estado do Pará, a área técnica promoveu diversas ações junto aos Municípios das regiões das águas, buscando sensibilizar gestores para a importância do trabalho preventivo ao acidente. Estabeleceu Encontros Inter setoriais para Alinhamento de Estratégias para notificação dos casos e assistência às vítimas de escalpelamento e realizou vários Assessoramentos Técnicos, presenciais e virtuais, aos Gestores Municipais visando a Implantação e/ou Monitoramento de Comitês Municipais de Combate ao Escalpelamento, assim como, Capacitação de Profissionais de Saúde para os atendimentos aos casos de escalpelamento. Principais avanços em 2021, nesta área foram a Implantação de 10 Comitês de Enfrentamento aos Acidentes com Escalpelamento nos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé Miri, Acará, Oeiras do Pará, Tomé Açu, Curralinho, Breves, Portel e Anajás; e a realização da Semana Estadual de Enfrentamento aos Acidentes com Escalpelamento, por meio de



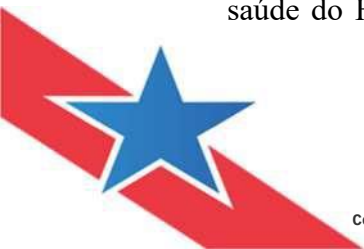
atividades alusivas ao Dia Nacional de Combate ao Escalpelamento, em 28 de Agosto. As atividades em questão contaram com a parceria da Marinha do Brasil e aconteceram em pontos estratégicos de maior circulação de pessoas como os Portos da Grande Belém (Terminal Hidroviário, Porto de Icoaraci, Terminal do Ver o Peso, Porto do Açaí e Feira do Açaí), onde foram distribuídos materiais educativos e contempladas mais de 300 pessoas com esses recursos impressos de informação.

Com base na Política Nacional de Atenção Integral de Saúde da Mulher, com destaque para redução da mortalidade materna por causas evitáveis, bem como da morbimortalidade por câncer de colo de útero e mama, a saúde da mulher além de realizar reuniões virtuais com todas as regiões de integração separadamente para atender a demanda e necessidade de cada peculiaridade. As ações realizadas foram no sentido de apoiar e monitorar os municípios e serviços quanto a assistência à saúde da mulher em todos os níveis de assistência, sendo assim, destacamos as seguintes: realização de visita Técnica ao hospital Regional Abelardo Santos, com o objetivo de monitorar o cumprimento das diretrizes da rede Cegonha, que garante as boas práticas de parto e nascimento, bem como institui o número de profissionais mínimos e serviços instalados; Realização de Campanha Março Lilás com a proposta de aumentar a produção de exames para o diagnóstico precoce de câncer de mama e colo de útero através do incentivo financeiro disponibilizado pelo Governo Federal através da Portaria nº 3.712 de 26 de Dezembro de 2020, onde foi organizado um plano de ação com determinação de serviços de referência para diagnóstico precoce de câncer de mama e colo de útero baseado em dados de 2019, com a proposta de aumentar a produção em 30%.

Em meio ao cenário da Pandemia, com o aumento do número de casos de óbitos maternos por infecção ao novo coronavírus, além de gestantes e puérperas serem consideradas grupo de risco à exposição a Covid-19, foi organizado discussões de casos clínicos de manejo de gestantes e puérperas com COVID-19, onde a cada encontro era realizado uma discussão com especialistas da área, apresentado por um município determinado. Como representantes das Regiões de Integração, apresentaram o caso, o município de Ananindeua, Barcarena, Castanhal, Oeiras do Pará, Breves, Santarém, Capanema, Marabá, Medicilândia e Afuá. Como evento alusivo ao dia nacional da redução da mortalidade materna, aconteceu o “I Fórum de mortalidade materna do Estado do Pará: uma realidade a ser modificada”, evento online, transmitido pelo canal do Youtube do COSEMS, com presença representantes do Ministério da Saúde, Centro



Latino Americano de Perinatologia e Organização Pan-americana de Saúde para discutir rede de atenção materno e infantil e seus principais desafios, com participação de 93 profissionais de saúde, sendo a maioria da região de Tocantins (14 pessoas) e Guajará (22 pessoas). Realização de web conferência para atualização de profissionais dos 144 municípios ao programa de Planejamento sexual e reprodutivo, considerando os contraceptivos ofertados pelo ministério da Saúde e concepção segura, com participação de 86 profissionais de saúde de todas as 12 regiões de Integração. Realização de Oficina de Pré-natal com a Região Guamá, ocorrida no município de Castanhal e Santa Izabel do Pará, e São Miguel do Guamá, durante 3 dias cada uma, para atualização dos profissionais da saúde que realizam a assistência ao pré-natal na Atenção Básica, agentes comunitários de saúde, além de visitar os hospitais dos municípios e o Centro de Parto Normal de Castanhal e visita técnica no Hospital Municipal de Paragominas que conta com um CPN intra-hospitalar, na região Rio Capim, com participação de 60 profissionais de saúde cada. Reuniões com a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará para articular o avanço da estratégia zero morte materna por hemorragia na instituição visto que apresenta o maior número de profissionais de saúde já treinados. Realização de diagnóstico situacional da rede materno e infantil nos 16 municípios do Marajó, com visitas técnicas nos hospitais municipais e regional, Unidades de Saúde de atenção básica, além da oferta de consultas médicas pelo programa “Saúde por todo o Pará” e avaliação e exames especializados garantidos pelo Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR). Os profissionais percorreram os 16 municípios do Marajó com o objetivo de identificar as maiores fragilidades de cada um para definir de que forma o Estado poderia apoiar o fortalecimento da rede. Como proposta devolutiva foi solicitado estruturação com equipamentos mínimos para salas de parto e leitos obstétricos, além de consultórios médicos da APS para melhor adequação a atenção ao pré-natal, parto e nascimento. Foi realizado, também, diagnóstico situacional da rede materno e infantil no município de Santarém, região do Baixo Amazonas, com visitas nas unidades de saúde, hospital municipal, hospital Sagrada Família, Hospital Regional do Baixo Amazonas, Casa da Mulher, Unidade de Referência do 9º Centro Regional de Saúde e visita a obra do Hospital Materno e infantil que se encontra em sua fase final com data prevista de entrega para março de 2022. Com a análise do que foi identificado, foi proposta uma oficina de Boas Práticas de Parto e Nascimento com os profissionais de saúde do Hospital Municipal de Santarém “Dr. Alberto Tolentino” com o objetivo de



trabalhar *in locu* os protocolos instituídos pela Secretaria de Estado de Saúde Pública ao que refere-se as principais causas de óbito materno na região (HPP, SHEG e SEPSE) que irá acontecer no período de 08 a 11 de dezembro de 2021 com recurso do 2º Termo de Ajuste ao 100º termo de cooperação técnica para o desenvolvimento de ações vinculadas à redução das desigualdades regionais trabalhadas na perspectiva dos DSS e da Promoção da Saúde com o objetivo de fortalecer a rede materno-infantil no Estado do Pará, que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Saúde, o Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde Pública e a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial de Saúde-OPAS/OMS. Participação da retomada de reuniões do Fórum Perinatal, realizado nos municípios de Capanema (virtual) e Castanhal (presencial), onde foi possível discutir sobre os serviços ofertados a mulheres no período de pré-natal, parto e nascimento, com representantes do município, ministério público e sociedade civil. Realização da Campanha Outubro Rosa com a proposta de educação em saúde, além de fomentar o aumento de mamografias de rastreamento de mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos, nos hospitais regionais, policlínica metropolitana, serviços de diagnóstico de CA de mama que contam com mamógrafos, além de encaminhamentos para mamografias e exames citopatológico do colo do útero no programa TerPaz, sendo realizadas no mês de outubro, por essa iniciativa, 1204 mamografias no mês de outubro. Realizado diagnóstico situacional e auditoria dos hospitais que atendem gestantes e puérperas, de gestão estadual, dos municípios de Rio Maria, Redenção e Conceição do Araguaia, a fim de qualificar a rede materna e infantil da região Araguaia, na oferta de serviços de média e alta complexidade. E realização de curso de atualização para profissionais de saúde que atuam na assistência da mulher no ciclo gravídico puerperal, com foco na APS, em parceria com a Escola Técnica do SUS (ETSUS), sendo um avanço para que ocorra em 2022 o curso de formadores para multiplicadores de pré-natal, proposta inicial que precisou ser redesenhada devido a pandemia pelo novo coronavírus.

Os recém-nascidos têm a maior representação (69%) no Coeficiente de Mortalidade Infantil do Brasil e do Pará e, dessa forma, observou-se que em 2020, das 1.957 crianças que morreram no Estado no curso do seu primeiro ano de vida, cerca de 1.350 eram neonatos e 1062 morreram nos primeiros 7 dias após o nascimento. Dessa forma, em 2021 a Coordenação Estadual de Saúde da Criança priorizou algumas ações mais estruturantes dos serviços e municípios, como: a continuidade do **Projeto de**

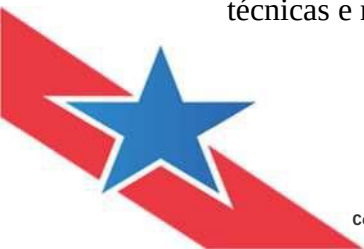


Estruturação de Salas de Parto e implantação de Salas de Estabilização Neonatal, iniciado em 2020 (através de um piloto realizado o Hospital Regional de Salinópolis), com o propósito de qualificar a assistência disponibilizada aos recém-nascidos de regiões de difícil acesso, promovendo a qualificação das equipes que atendem nas maternidades, por meio de cursos de reanimação e transporte neonatal, além da disponibilização de equipamentos básicos para esse fim. Foram realizadas, em média, 3 oficinas de capacitação, em cada um dos municípios, em Salinas, Portel, Afuá, Soure, Monte Alegre e Alenquer, e espera-se que as equipes consigam, a partir das capacitações e estruturação das salas, atender aos recém-nascidos que apresentem dificuldades para respirar, além de realizar a estabilização desses bebês, até que seja garantida a transferência para local especializado. Após capacitar 22 multiplicadores da Estratégia Atenção Integrada as Doenças Prevalentes na Infância-AIDPI Criança para o Estado em 2020, a CESAC passou a replicar e implantar a Estratégia em vários municípios, em 2021. A AIDPI propõe avaliar sistemática e integradamente os sinais clínicos preditivos positivos que definem a necessidade de tratamento específico, visando diminuir a morbi-mortalidade infantil mediante o atendimento das doenças prevalentes na criança de 2 meses a 5 anos. A AIDPI viabiliza a melhor resolubilidade no atendimento infantil nas unidades de saúde e possibilita a redução do grande volume de exames, internações desnecessárias, perda de tempo e recursos. Em 2021 foram capacitados os municípios de Ananindeua (32), Altamira (28), Vitória do Xingu (29), Itaituba (30), Parauapebas (30), Bragança (29), Breves (30), Anapu (08) e Pacajá (14). Os cursos têm sido realizados com recursos do Convênio de Cooperação Técnica com a OPAS, para a atenção materna e infantil e deve beneficiar as crianças na faixa de 2 meses a 5 anos dos municípios onde foram realizadas. Outra prioridade foi a Triagem Neonatal, ou Teste do Pezinho. Trabalhou-se com vistas a fazer funcionar adequadamente o novo Serviço de Referência - SRTN, na Unidade de Referência Materno Infantil. Promovendo a capacitação das equipes da Atenção Básica para atuarem na promoção da Triagem Neonatal com garantia da coleta nas unidades básicas no tempo preconizado. Outro ponto de grande importância com relação à Triagem Neonatal, diz respeito ao início da operacionalização da Fase IV do Programa ainda em 2021, ou seja, a inclusão do diagnóstico e tratamento em tempo hábil da Hiperplasia Adrenal Congênita e da Deficiência de Biotinidase. Um dos destaques foi a ***Certificação de mais um Hospital Amigo da Mulher e da Criança para o Pará - o***



Hospital Materno Infantil de Barcarem-HMBI passou por Avaliação Global do MS e foi aprovado para ser certificado como Hospital Amigo da Criança. O HMIB é o primeiro da Região Tocantins a se tornar Amigo da Criança e esse fato deve impactar positivamente a melhoria da atenção neonatal, aleitamento materno e a saúde em geral de cerca de 7.000 crianças e suas mães a cada ano (NV da Região do Tocantins), com objetivo de avaliar o HMIB sobre o *cumprimento dos “Dez Passos” para o sucesso do aleitamento materno e os critérios Amigos da Mulher*, com a finalidade de certificar e habilitar a instituição na Iniciativa Hospital Amigo da Criança - IHAC, conforme estabelecido pela Portaria nº 1153/2014. O Hospital foi aprovado e aguarda a certificação e habilitação. Foram realizados: 131 ações entre Monitoramento, avaliação e supervisão de maternidades aos municípios quanto ao planejamento e execução das estratégias da Política de Atenção Integral à Saúde da Criança no Estado em seus 7 eixos; Qualificados 1800 profissionais dos municípios/Estado no planejamento e execução das ações estratégicas da Política de Atenção Integral à Saúde da Criança no Estado propostas nos 7 eixos estratégicos; Realizou-se 14 ações de promoção da saúde e prevenção de agravos na Política de Atenção Integral à Saúde da Criança no Estado, propostas nos seus 7 eixos estratégicos.

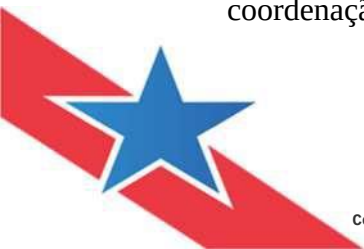
Visando monitorar o funcionamento dos serviços existentes e incentivar a ampliação de novos pontos de atenção, com objetivo de ampliar o desenho da **Rede de Atenção Psicossocial - RAPS Estadual** e diversificar o atendimento em saúde mental, foram realizadas 39 ações presenciais e 06 reuniões de forma online, tendo em vista a condição sanitária da pandemia, com a participação de diversos profissionais da RAPS de diferentes municípios, inclusive de outros Estados, a fim de esclarecimentos de dúvidas acerca de fluxos, procedimentos e assistenciais. As visitas in loco nos municípios tiveram por objetivo principal o fomento e assessoramento de gestores municipais que manifestaram o interesse na implantação ou ampliação do atendimento no seu território. Entretanto, as solicitações de incentivos e/ou habilitação de novos dispositivos ou reclassificação, devido à flutuação de abertura para novos projetos no sistema SAIPS/MS, receptor das propostas, que ora apresentava períodos inoperantes, ora a possibilidade de inserção não contemplava o planejado, impossibilitou o credenciamento e seguimento processual, embora a coordenação de saúde mental tenha realizado a qualificação técnica de todas as solicitações. Foram realizadas visitas técnicas e monitoramento da RAPS dos municípios da Região de Integração do Guajará,



Guamá, Tocantins, Marajó, Rio Caetés, Rio Capim, Baixo Amazonas, Xingu, Tapajós, Araguaia, Carajás e Lago de Tucuruí. A formação de recursos humanos dentro da lógica da Educação Permanente, importante para a implementação de políticas, na intenção de viabilizar um projeto de educação que contemple a complexidade da reinserção psicossocial no SUS, na perspectiva de sua qualificação e melhorar a condução do trabalho em Rede, a CESMAD realizou 19 capacitações direcionadas para o cuidado integral de pessoas com sofrimento mental e necessidades decorrentes ao uso abusivo de álcool e outras drogas, qualificando 695 profissionais.

Reconhecendo a importância de se trabalhar a saúde mental de maneira transversal e articulada com as demais secretarias e serviços do Estado, com vista à **Implementação da Rede de Atenção Psicossocial**. Destacamos a realização de 40 atividades, dentre elas, audiências, seminários, cerimônias de desinternação condicional de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, reuniões intra e intersetoriais com coordenadores de CAPS (municipais e estaduais), demais Políticas Estaduais de Saúde (CESIPT, CEPED, CEPA, Nutrição, Idoso, Criança e Adolescente, EAP, IST/AIDS, U/E Humanização), diretores de hospitais (HCGV, HGP) Secretarias (SEAP, SEGUP, SEJUDH e SESMA), dentre outros serviços como os Centros Regionais de Saúde, Coordenação Nacional de Saúde Mental, DDRAR, DDASS, TERPAZ, CONED e ALEPA, envolvendo a participação de aproximadamente 367 pessoas, de diferentes órgãos e serviços. A viabilização destas atividades, através de parcerias com outros órgãos e instituições governamentais, segue a lógica intersetorial de cumprimento da programação anual, o que permitiu a retomada gradativa dos trabalhos, mesmo diante do cenário pandêmico. Para essa meta, optou-se por manter e ampliar as parcerias internas já firmadas, somadas às externas (Coordenações de Programas da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas – VEP/TJ/PA, entre outros). A realização de ações intersetoriais e conjuntas possibilitaram a permanência de um diálogo técnico e esclarecedor sobre a condução da Política Estadual de Saúde Mental, que apesar de existir na prática, ainda não está legitimada no Estado por uma lei estadual específica. O resultado alcançado foi positivo, considerando a transversalidade do tema da saúde mental nos diversos campos de atuação das Políticas Públicas governamentais.

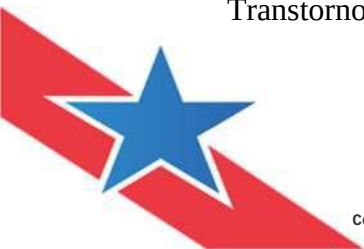
Para 2021 em apoio aos municípios para o fortalecimento das ações de saúde, a coordenação estadual de saúde bucal planejou e realizou atividades, dentre as quais



destacam-se: Assessorias técnicas aos municípios (online e presencial); monitoramentos dos serviços de saúde bucal, da produção nos sistemas de informação da saúde e dos indicadores de saúde bucal pactuados; promoção de capacitações de saúde bucal, encontro de coordenadores; organização e participação em ações de saúde. Foram realizadas 207 assessorias aos municípios; Monitoramento de equipes de saúde bucal em 10 municípios e visita para implantação de 3 Centros de Especialidades Odontológicas-CEO (Santa Bárbara do Pará, Belém e Curuçá); Realizou-se Encontros descentralizados em 4 regiões de integração: Capacitação de câncer bucal em Cametá (Tocantins), Castanhal (Guamá) e Santarém (Baixo Amazonas), e o Encontro de Coordenadores em SB em Marabá (Carajás), capacitando 194 profissionais de saúde bucal. Em 2020 o Estado possuía 987 equipes de saúde bucal credenciadas na atenção primária, atualmente está com 1.055 equipes correspondendo a 48,42% de cobertura populacional, o que representa o acesso a saúde bucal para 4.208.393 pessoas. Quanto a atenção secundária, existem atualmente 40 CEOs, sendo 02 de Nível Federal, 04 Estadual, 34 Municipais, que ofertam minimamente as especialidades de Cirurgia Oral menor, Estomatologia (voltada ao diagnóstico precoce do câncer de boca), Periodontia, Endodontia e Atendimento ao Paciente Especial; possui ainda 84 laboratórios de próteses dentárias credenciados (01 de Gestão Federal e 83 Municipais), que ofertam reabilitação em prótese dentária tipo total.

As atividades desenvolvidas pela coordenação visam ampliar cada vez mais o acesso da população a saúde bucal, seja nas ações de saúde que levamos promoção e prevenção, bem como acesso aos serviços de saúde bucal nos três níveis de atenção, com foco na atenção primária. Mas sem deixar de contemplar a assistência a pessoa acometida pelo câncer bucal, bem como ao fissurado labiopalatal. Estamos desenvolvendo estratégias para estruturar a rede de atenção ao fissurado, com fluxo definido e tratamento integral, desde o diagnóstico precoce no pré-natal até as cirurgias corretivas, reabilitadoras e terapias pós cirúrgico.

A SESPA realiza atendimento básico de saúde aos custodiados do Sistema Penitenciário, através do Monitoramento in loco das Equipes de Atenção Primária Prisionais Municipais e Estaduais com orientações e recomendações para melhoria do processo de trabalho e assistência às pessoas privadas de liberdade. Assim como, realiza Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis às Pessoas com Transtorno Mental em Conflito com a lei (EAP), através da Equipe da EAP. No Estado



do Pará existem cinco Municípios com 11 equipes de atenção primária prisional monitorados: Ananindeua (1EAPP), Santa Izabel (6 EAPP), Bragança (1 EAPP), Marabá (2 EAPP) e Santarém (1 EAPP). **Principais ações desenvolvidas:** Reativação do Grupo Condutor da PNAISP; Contribuiu com a construção do protocolo de saúde de Prevenção à Covid-19 para as pessoas privadas de liberdade em parceria com a SEAP; Reorganização do modelo de assistência em saúde mental de pessoas que cometem delitos em função de surtos psicóticos, passando de um modelo de segregação e abandono para um modelo reabilitador e proporcionador de vida em comunidade; Desinternação de 286 pessoas que estavam no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, dos quais 112 puderam seguir para outras unidades penais e assim seus processos judiciais seguiram o curso normal, os restantes seguiram para morar com seus familiares e/ou em serviço residencial terapêutico, e outros saíram para residir de forma autônoma, saindo de alvará ou de desinternação condicional; Monitoramento in loco das Equipes de Atenção Primária prisionais municipais e estaduais com orientações e recomendações para melhoria do processo de trabalho e assistência as pessoas privadas de liberdade. Municípios com equipe de atenção primária prisional monitorados; Região do Guajará, Caetés, Baixo Amazonas, Rio Capim, Araguaia e Xingú, realizou-se capacitação de servidores da RAS para atendimento dos pacientes egressos do HGP e auxílio na construção de PTS de paciente com transtorno mental em conflito com a lei; Criação de grupo de trabalho de técnicos e gestores do SUS e do SUAS para construção e acompanhamento de PTS de pacientes com transtorno mental em conflito com a lei; Sensibilização de profissionais para o atendimento dos egressos do HGP; Realização de Oficinas para Adesão à PNAISP, junto aos Municípios: Abaetetuba, Belém, Santa Izabel do Pará, Castanhal, Marituba, Cametá, Mocajuba, Parauapebas, Itaituba, Breves, Salinópolis, Vitória do Xingú, Tomé Açu, Paragominas e Redenção, sendo que cinco destes estão aguardando homologação da portaria e os demais cadastraram proposta junto ao Ministério da Saúde.

Foram realizados pelo Governo do Estado, através da Coordenação do Saúde por todo Pará nos municípios das 12 regiões de integração, atendimentos para fortalecimento e apoio da atenção à saúde primária e ao combate à COVID- 9, ampliando pontos de atendimentos na Região Metropolitana de Belém, e Policlínica Itinerante em alguns municípios das Regiões de Integração. Assim como, também foram realizadas ações nos 7 territórios do programa TERPAZ, levando serviços de



fortalecimento e apoio da atenção à saúde primária, ampliando pontos de atendimentos. Atendimentos tais como: atendimentos de saúde básica (clínica médica, pediatria, ginecologia, palestras das coordenações, saúde do idoso, saúde da mulher, saúde do homem, saúde mental, saúde bucal com entrega de kits e avaliação nutricional), aferição de P.A e glicemia, saturação, temperatura, Vacinas, Auriculoterapia, regulação, testes rápidos (HIV, SIFILIS, HEPATITE B E C) e testes de COVID-19 (RT-PCR e TESTE RÁPIDO COVID), mamografias, participação da coordenação CEPED com entrega de (cadeiras de rodas, próteses e passe livre).

No mês janeiro a outubro às ações de saúde itinerante atenderam às Regiões de Integração do **Guajará, Araguaia, Baixo Amazonas, Guamá, Carajás, Rio Caeté, Marajó, Tocantins, Tapajós, Rio Capim e Xingu e Territórios do TERPAZ do Icuí, Guamá, Terra Firme, Jurunas, Cabanagem, Nova União Marituba, Bengui** com serviços voltados ao atendimento à saúde clínica e COVID-19 através da Policlínica Itinerante. Alcançando assim o número de **595.034** procedimentos realizados até o momento, sendo a meta alcançada e já ultrapassada nas totalidades das Regiões de Integração.

2.3)-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – DEAF.

Durante o período de Janeiro à Outubro de 2021, o Departamento Estadual de Assistência Farmacêutica - DEAF, através da Coordenação de Apoio Logístico-CALOG, distribuiu para as 32 Unidades Dispensadoras de Medicamentos do Componente Especializado – UDME as quais dispensaram o total de 2.012.970 unidades de medicamentos para 31.983 pacientes. Destes, 18.620 são pacientes do sexo feminino e 13.363 são do sexo masculino. Foram atendidos também 47 pacientes detentos e 26 de etnia indígena.

As Regiões de Integração Marajó, Tapajós e Tocantins não possuem UDME em sua região. O pacientes destas regiões são direcionados para a capital ou para a unidade mais próxima de sua residência para atendimento na UDME.

Após levantamento da demanda de pacientes e oferta de serviços nas UDME, foi detectada a necessidade de redimensionamento do atendimento por região de saúde, desta forma foi realizado Webinar para discutir o assunto, e posteriormente houve



publicação da Nota Técnica nº 09/2021, normatizando o atendimento por município de residência dos usuários.

Segue abaixo a informação do total de UDME por Região de Integração e seus respectivos municípios:

- Guajará: Belém (19), Ananindeua (01) e Marituba (02);
- Guamá: Castanhal (01);
- Rio Caeté: Bragança (01);
- Rio Capim: Ulianópolis (01);
- Baixo Amazonas: Santarém (01);
- Xingu: Altamira (01);
- Lago do Tucuruí: Tucuruí (01);
- Carajás: Marabá (01) e Parauapebas (01);
- Araguaia: Conceição do Araguaia (01) e Redenção (01).

Realizada revisão e publicação da Instrução Normativa nº 01/2021, sobre normas e procedimentos no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Normatizado o uso de assinaturas digitais no CEAF através da Nota Técnica nº 08/2021.

Atualizada a seção sobre Assistência Farmacêutica no site da SESPA. Intensificado trabalho na redução de glosas (erros) de procedimentos de APAC, que impacta diretamente no ressarcimento financeiro de recursos à SESPA. Foi realizado Webinar sobre o assunto, no intuito de orientar as UDME sobre como evitar este tipo de erro. Como resultado, houve redução de 34.894 erros em janeiro de 2021 para 28.170 em outubro do mesmo ano, representando queda de 19,26% no total de erros.

Realizadas 09 supervisões técnicas em várias UDME do estado:

1. RI Baixo Amazonas: UMDE Santarém.
2. RI Guajará: UDME CESUPA, UDME Hospital Divina Providência, UDME Ananindeua, UDME Marituba, UDME Ure Dipe, UDME Fundação Santa Casa de Misericórdia, UDME Hospital Universitário João de Barros Barreto e UDME Presidente Vargas.

Contratação de nova empresa de operação logística, para manutenção da operação de recebimento, armazenamento e distribuição de medicamentos e

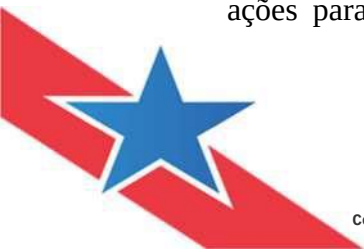


con gêneres. Em conjunto, essas atividades visaram ampliar o acesso da população aos medicamentos disponibilizados no SUS, considerando o uso racional de medicamento, e as boas práticas de dispensação a serem observadas nas UDME.

2.4) DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DVS

2.4.1) Centros de informações estratégicas de Vigilância em Saúde– CIEVS.

Gestão de Combate a Pandemia da COVID-19 e doenças de relevância Epidemiológicas no Estado do Pará. É o responsável pela gestão das informações relacionadas à COVID-19, bem como a criação de um sistema de notificação de casos e óbitos por COVID-19 dando mais agilidade da realização de planos e respostas para a mitigação dos riscos associados à pandemia, dando subsídio à tomada de decisão da gestão estadual, as ações realizadas em 2021 foram as seguintes: **Criação e gestão do Centro de Operações Emergenciais de combate à Covid-19 – COE**, como estratégia de governo e de caráter consultivo, para discutir o cenário epidemiológico e elaborar estratégias de combate com todos os setores envolvidos da SESP A e atores externos que apoiam no combate a pandemia. O COE COVID-19 também atuou na elaboração de notas técnicas do teste de antígeno e monitoramento de contato, atualização do plano de contingência do Estado, plano de retorno gradual as aulas, plano de vacinação estadual e na instalação da sala de situação da vacina para o monitoramento das ações da campanha; Criação de painéis técnicos para verificar de forma mais detalhada o cenário epidemiológico nas regiões e municípios do Estado do Pará; Realizou o monitoramento de eventos e emergências de saúde pública através da Lista de Monitoramento de Eventos – LME; Monitoradas 19 situações de surtos e eventos de impacto à saúde pública, que são: Sarampo, COVID-19, SIM-P, Reinfecção de COVID-19, Novas Variantes da COVID-19, Febre Amarela, Casos de Pneumonia, Doença de Haff, Doença de Chagas e Malária; O CIEVS/SESPA foi responsável por instituir o **Centro Integrado de Operações Conjuntas em Saúde – CIOCS** que é uma unidade operacional de trabalho em caráter extraordinário e temporário, que visa o compartilhamento de informações do setor saúde para apoiar na tomada de decisão durante o monitoramento dos incidentes à saúde, com o objetivo de monitorar e planejar ações para o Círio de Nazaré de 2021; O CIEVS possui uma Rede de Centros de



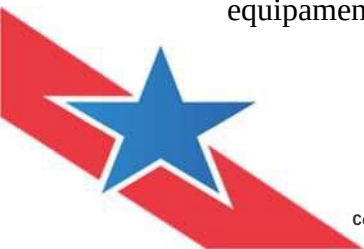
Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde no território paraense, que atuam no sentido de desenvolver ações para detecção, monitoramento, comunicação, alerta e resposta, no âmbito estadual, municipal e nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). São estes: CIEVS Municipal-Capital Belém, CIEVS Municípios Estratégicos-Ananindeua, CIEVS Regional Amazônia-Instituto Evandro Chagas e os CIEVS DSEI - Guamá /Tocantins, Altamira, Kaiapó do Pará e Rio Tapajós; Fortalecimento dos núcleos hospitalares de epidemiologia do Estado do Pará passou de 10 núcleos para 27 núcleos hospitalares de epidemiologia pertencente à RENAVEH-PA.

2.4.2) Estudos epidemiológicos – DEE

A assessoria técnica aos sistemas: Sistema de Informação sobre Mortalidade - **SIM**, Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - **SINASC**, Sistema de Informação de Agravos de Notificação - **SINAN** e, Vigilância do Óbito, com o objetivo de melhorar a cobertura e qualidade dos dados dos sistemas para o fortalecimento e delineamento das políticas de saúde e tomada de decisões por parte dos gestores, realizou as seguintes ações: **Capacitações no SINAN** para os Centros Regionais de Saúde: 2º, 3º, 4º, 7º, 8º, 9º, 10º, 13º, abrangendo os municípios sob jurisdição dos mesmos; **Capacitações no SINASC**: 1º CRS, 3º CRS, 7º CRS, 11º CRS abrangendo os municípios sob jurisdição dos mesmos; **Capacitações no SIM**: 1º CRS 3º CRS, 7º CRS e 9º CRS, 11º CRS, abrangendo os municípios sob jurisdição dos mesmos; **Capacitação Vigilância dos óbitos maternos e infantis**, 1º CRS, 3º CRS, 7º CRS, 9º CRS, 11º CRS, 12º CRS abrangendo os municípios sob jurisdição dos mesmos; **Treinamento codificação CID-10**: 5º CRS, 12º CRS e abrangendo os municípios sob jurisdição dos mesmos, 1º CRS; 13º CRS; 8º CRS e 15 municípios prioritários, 10º CRS e municípios de jurisdição; **Supervisão e busca ativa em vigilância do óbito**, 13º CRS, 12º CRS e abrangendo os municípios sob jurisdição dos mesmos, 1º CRS, Belém (3 hospitais), 4º CRS em 01 município; **Supervisão e busca ativa em vigilância de nascimentos**, 13º CRS, em 01 município, 8º CRS, em 01 município.

2.4.3) Laboratório Central – LACEN

O LACEN-PA foi contemplado através da portaria 1.841/2020 do Ministério da Saúde com o valor de 3 milhões de reais para aquisição de bens permanentes, equipamentos laboratoriais, com o objetivo de fortalecer as ações de Vigilância



laboratorial, garantindo a implantação de novas metodologias e ampliando o escopo de análises.

Mais de meio milhão de exames foram realizados em 2021 pelo LACEN-PA, mais precisamente 581.043 até outubro, com a expectativa de encerrar o ano com em torno de 700.000 exames ofertados à população. Representa incremento de 201% em relação a 2019, 1º ano do governo.

Em 2021, o LACEN realizou, até outubro, 124.285 análises para o diagnóstico da covid-19, beneficiando todas as Regiões de Integração, representando incremento de +93,82% na produção laboratorial para este agravo à saúde, ante a 2020, quando foram produzidos 64.125; Descentralização do diagnóstico de Covid-19, por meio da habilitação do Laboratório de Biologia Molecular da UFOPA, em Santarém, garantindo melhor acessibilidade aos 20 municípios das regiões do Baixo Amazonas e do Tapajós; Equipe do LACEN e Vigilância Sanitária/SESPA no aeroporto internacional de Belém realizando a coleta de material biológico para detecção de covid-19; Implantação de metodologia sorológica por quimioluminescência para a detecção de sífilis, citomegalovírus afeição e toxoplasmose afeição, HTLV e Epstein Barr, possibilitando um diagnóstico laboratorial mais ágil; Implantação de exames por biologia molecular para a detecção de Clamídia e Gonococo, doenças sexualmente transmissíveis, permitindo a detecção precoce e o tratamento oportuno de Chlamydia trachomatis e Neisseria gonorrhoeae; Como importante instituição executora da Política de Saúde Pública de Triagem Neonatal no Estado, o LACEN-PA realizou em 2021 o impressionante número de 332.178 exames para o Teste do Pezinho, em benefício dos 144 municípios do Estado, possibilitando, por meio do diagnóstico laboratorial, o tratamento precoce relativo a diversas doenças congênitas que acometem o recém-nascido representa 60% da produção laboratorial geral. No que se refere às políticas públicas voltadas à saúde da mulher, o LACEN-PA realizou em 2021 cerca de 30.000 exames referentes ao diagnóstico laboratorial do câncer do colo do útero e câncer de mama, com isso viabilizando o tratamento oportuno à população feminina.

2.4.4- Controle de Endemias

2.4.4.1- Malária

No ano de 2021, foram beneficiados com ações de Malárias 44 municípios do Estado do Pará, a saber: Breves, Bujaru, Cachoeira do Arari, Cachoeira do Piriá,



Cametá, Capanema, Castanhal, Chaves, Cumaru do Norte, Ipixuna do Pará, Jacareacanga, Limoeiro do Ajuru, Marabá, Maracanã, Mocajuba, Mocajuba, Moju, Muaná, Novo Repartimento, Oeiras do Pará, Ourilândia do Norte, Pacajá, Paragominas, Portel, Redenção, Salvaterra, Santarém, Santa Cruz do Arari, Santa Izabel, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Tailândia, Tome-Açu, Tucumã e Viseu. Tais ações como supervisão e monitoramento de casos, capacitações, assessoria técnica, reunião com gestores municipais, ações de intensificações entre outras atividades, em municípios de alto, médio e baixo índice parasitário, assessorados tecnicamente através da verificação e orientação do esquema adequado de tratamento, qualidade do diagnóstico, ações desenvolvidas por ACS's e ACE's, reunião com gestores municipais.

Entretanto, ressalta-se que o Estado manteve também abastecido com insumos, tais como: medicamentos, testes rápidos e mosquiteiros impregnados nos 144 municípios distribuídos estrategicamente de acordo com a sua situação epidemiológica, sendo: 15.800 mosquiteiros impregnados (com inseticida de Longa Duração) para municípios com altos índices de malária, Foram distribuídos 5.375 TDR – Teste de Diagnóstico Rápido possibilitando o tratamento oportuno, principalmente em áreas de difícil acesso, para os 13 Centros Regionais de Saúde sempre de acordo com número de casos de cada região. Os medicamentos foram distribuídos de forma que mantivesse abastecidas todas as unidades de diagnóstico e tratamento de todos os municípios do Estado, com estoque mínimo mesmo nas unidades sem registro de casos, 580.620 unidades de medicamentos Antimaláricos distribuídos aos 144 municípios.

Quanto à capacitação e reuniões foram realizada avaliação das atividades de Controle e Vigilância da Malária, realizado pelas equipes de Força Tarefa, nos municípios de Cametá e Oeiras do Pará; Capacitação e certificação de microscopistas em Diagnóstico Laboratorial de Malária e Doença de Chagas, realizada nos municípios de Cametá, Oeiras do Pará, Baião e Mocajuba, Altamira, Pacajá, Anapú e DSEI Altamira; Treinamento dos microscopistas em terapêutica dos antimaláricos para os Coordenadores e Supervisores Municipais dos DSEIs (GUATOC e Rio Tapajós) em Santarém, Jacareacanga, Itaituba e Altamira; Capacitação em tecnologia de aplicação de inseticidas com equipamentos portáteis manuais e motorizados para controle de surto epidêmico de Malária aos Agentes de Controle de Endemias de Jacareacanga e DSEI Tapajós; Atualização dos Sistemas de Informação de Vigilância Epidemiológica



(SIVEP-Malária) e Vetorial (SIVEP-Vetores) nos municípios de Limoeiro do Ajuru, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Salvaterra, Soure, Cachoeira do Arari, Marabá, Ourilândia, Tucumã e Novo Repartimento, DSEIs (GUATOC e Rio Tapajós) em Santarém e Jacareacanga; Reunião com a Coordenação de Endemias e Responsável pelo Programa de Malária do 8º CRS e com a Apoiadora Municipal de Breves para discussão da situação epidemiológica da malária nas áreas de fronteiras entre os municípios pertencentes ao 7º e 8º CRS; Reunião em Belém com a participação do 7º CRS e 8º CRS, bem como apoiadores municipais dos municípios de Anajás, Breves e Oeiras do Pará, para planejamento de ações de controle da malária nas fronteiras intermunicipais dos municípios de Afuá, Anajás, Breves e Chaves. As ações planejadas vêm sendo executadas de forma quinzenal de agosto até dezembro de 2021, visando reduzir a transmissão de malária em áreas de fronteira; Reunião para alinhamento das ações de controle da malária na fronteira interestadual entre os municípios de Itaituba (Pará) e Maués (Amazonas), com a participação do PNCM, SES- PA, Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM), Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Maués e SMS de Itaituba;

Foram realizadas de atividades complementares para o combate e controle da Malária: Envio de cota Extra de combustível (diesel e gasolina) para desenvolver as atividades do plano de ações de controle de malária em regionais e municípios. Foram repassados 13.800 litros de combustível sendo 9.400l de diesel e 4.400l de gasolina para os 7º, 8º e 12º CRS para intensificar as ações de força tarefa em municípios de Afuá, Anajá, Breves, Chaves, Cumaru do Norte; Campanha municipal para o controle e eliminação da malária em Oeiras do Pará, com a implantação de exames de gota espessa no pré-natal, ampliação da rede de diagnóstico e tratamento e tratamento supervisionado de 100% das recaídas por malária; Elaboração e execução do Planejamento Anual de Controle da Malária de 2021/ 2022 em Anajás, Mocajuba, Afuá, Chaves, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Salvaterra, Soure e Cachoeira do Arari; Elaboração e execução de plano de ação que está sendo analisado pela diretoria para ser executado em conjunto pelo 9ºCRS, município de Jacareacanga e Dsei-Rio Tapajós, o qual está sendo desenvolvidas diversas ações tais como: busca ativa de casos, tratamento, instalação de MILDS, controle vetorial, educação em saúde em território indígena, garimpos dentro e fora de áreas indígenas, implantação de unidade de diagnóstico e tratamento dentro do garimpo Juarizal. Visando reduzir a transmissão de malária em áreas de garimpo e



território indígena; Pactuação de estratégias de combate e controle da malária e atualização dos sistemas de Vigilância Epidemiológica em decorrência do surto de malária em áreas rurais e/ou indígenas e garimpos.

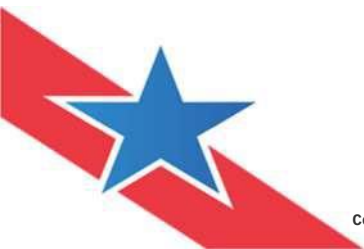
2.4.4.2- Entomologia

Monitoramento entomológico com ovitrampas para captura de Aedes nos municípios de São Sebastião da Boa vista e Parauapebas; Investigação de caso da febre Mayaro no município de Igarapé-Miri, foram instaladas 12 armadilhas ovitrampas, com um total de 206 ovos de aedes sendo que todos eles deram 100% Aedes Albopictus, com percentual de eclosão abaixo de 50%; Investigação entomologia para surto de FA em Afuá, em parceria com o Instituto Evandro Chagas, dentre as espécies coletadas foi detectado a presença de vetores incriminados na transmissão da doença, porém com biologia molecular RT-qPCR febre amarela não detectável; Realizado um treinamento em identificação e infectividade de triatomíneos que capacitou 03 municípios (Belém, São Sebastião da Boa Vista e São Domingos do Capim) e 04 Centros Regionais de Saúde (2º, 6º, 7º e 10º), em parceria com o Ministério da Saúde; Em 2021 foram realizados 11 levantamentos entomológicos para flebotomíneos nos seguintes municípios, Abaetetuba, Acará Anapú, Breu Branco, Breves, Curralinho, Moju, Oeiras do Pará, São Domingos do Capim, Tom-e-Açu, e Tucuruí; Realizada uma atividade de avaliação dos indicadores entomológicos no município de Jacareacanga com um expressivo número de casos de Malária; Visitas técnicas em 12 (doze) Centros Regionais de Saúde (com exceção do 12ºCRS) como forma de fortalecer e/ou reativar os laboratórios de entomologia a nível regional.

2.4.4.3- Zoonoses

Zoonoses são doenças infecciosas transmitidas entre animais e pessoas. A coordenação Estadual de Zoonoses realiza monitoramento dos casos de Leptospirose, Animais Peçonhentos, Hantavirose, Epizootias, Raiva Humana, Raiva Animais domésticos, Toxoplasmose e Brucelose.

No ano de 2021, até o dia 17 de novembro, na 40ª Semana Epidemiológica, foram notificados 6.245 acidentes por animais peçonhentos. Em comparação ao ano anterior, no mesmo período, houve redução de 1,33% casos notificados. No que tange



aos casos que evoluíram a óbito em decorrência do acidente por animal peçonhento, no comparativo com o ano de 2020 houve redução de 41,03%.

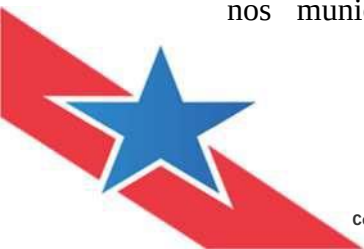
Até a 37ª semana epidemiológica, o SINAN tem confirmados 48 casos de leptospirose. Os casos que evoluíram a óbito em decorrência de leptospirose, no comparativo com o ano de 2020 houve redução de 20%.

Quanto aos casos de Raiva Humana e Raiva em Animal Doméstico, não houve ocorrência em 2021 e 2020. Contudo, houve aumento de casos de raiva em animais de produção, que são monitorados pela ADEPARÁ.

Em relação à Hantavirose não houve casos positivos em 2021 e 2020.

Segundo o SINAN, em 2021 foram confirmados 10 casos de Epizootia, uma redução de 23,07% em relação a 2020 que houve 13 casos confirmados.

Como principais destaques no ano de 2021 a 3ª Etapa do Projeto para detecção e titulação de anticorpos neutralizantes (AcN) do vírus da raiva para acompanhamento de imunidade em população sob risco para raiva após ação de vacinação no município de Portel, abrangência do 8º CRS- Breves, no período de 03 a 10 de outubro. Foram 78 amostras coletadas; Reunião de Toxoplasmose com as regionais para definir fluxo e protocolo de tratamento e com as demais coordenações envolvidas no agravo (LACEN, saúde da criança, saúde da mulher e HIV) onde foi solicitado a inclusão de um teste de toxoplasmose no 3º trimestre da gravidez, a inclusão do teste do pezinho no diagnóstico da toxoplasmose e o aumento na pactuação dos municípios com o LACEN para a sorologia das gestantes e demais pacientes; Como Impacto o 13 CRS foi orientado o fluxo de atendimento, oportunizando a suspeição, diagnóstico e tratamento oportuno da população paraense; Participação do I Fórum Regional de Esforço Integrado para Prevenção da Raiva Humana no Pará, realizado pelo COSEMS no município de Breves, motivado pela baixa cobertura da campanha canina de 2020; Sensibilização dos Gestores da região quando a importância do fortalecimento das ações de vigilância e controle da raiva; Ações do Plano Estadual de Prevenção da Raiva Humana e Controle da Raiva Animal do 7º CRS, realizada nos municípios de Muaná, Currallinho, Ponta de Pedras, São Sebastião e Chaves. Estas ações representam um Investimento Estadual de R\$ 87.034,81 (oitenta e sete mil, trinta e quatro reais e oitenta e um centavos) e visa diminuir os riscos de ocorrência de raiva humana nos referidos municípios; Ações do Plano Estadual de Prevenção da Raiva Humana e Controle da Raiva Animal do 8º CRS, nos municípios de Portel, Gurupá, Currallinho, e Melgaço, representando um



investimento de R\$137.307,60 (cento e trinta e sete mil, trezentos e sete reais e sessenta centavos) e visa diminuir os riscos de ocorrência de raiva humana nos referidos municípios. 3ª Etapa do Projeto para detecção e titulação de anticorpos neutralizantes (AcN) do vírus da raiva para acompanhamento de imunidade em população sob risco para raiva após ação de vacinação no município de Portel, abrangência do 8º CRS-Breves, no período de 03 a 10 de outubro, valor de investimento estadual de R\$ 29.554,00 (vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais) visando a proteção dos vacinados diante da ocorrência de espoliações que ocorrem nesta área. Acesso a informativos da coordenação com a disponibilização da rede social link tree da coordenação: <https://linktr.ee/zoonosespa>; Como impacto o acesso rápido dos profissionais de saúde a material que subsidie no manejo do paciente e orientações educativas; Distribuição dos Imunobiológicos e medicamentos dos agravos da coordenação e a garantia de imunobiológico para atendimentos dos pacientes agredido por animais peçonhentos.

2.4.4.4- Doença de Chagas

Os casos diagnosticados para Doença de Chagas Aguda (DCA), com tratamento específico representam 88,89%, dos 54 total de casos confirmados até o segundo quadrimestre de 2021, sendo com tratamento específico 48 casos, segundo registros no SINAN. Entre os casos confirmados foi detectado no período duas grávidas com diagnóstico de DCA sem tratamento específico. Observamos que os resultados deste quadrimestre superam a meta estabelecida pelo Estado, que é tratar 80% dos casos confirmados.

As ações e estratégias foram realizadas nos seguintes municípios: Belém, Capanema, Bragança, Abaetetuba, Barcarena, Igarapé. Miri, Afuá, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Breves, Currálinho, Santarém, Altamira, Vitória do Xingú, Canaã do Carajás, Tucuruí, Água Azul do Norte, Cametá, Oeiras. Reuniões com o LACEN, Vigilância Sanitária e ASCOM-SESPA, para alinhamento de estratégias no combate a DCA, produção de produtos informativos sobre a doença de Chagas e divulgação das ações da Coordenação; Organização dos Atendimentos por TELEMEDICINA aos pacientes de municípios sem o suporte médico especializado; Monitoramento e Supervisão nos municípios de Barcarena, Abaetetuba, Igarapé Miri, Altamira, Vitória do Xingu, Rurópolis, Juruti, Santarém, Bagre, Currálinho, Breves,



Santa Maria do Pará, São Miguel, Irituia, Capitão Poço, Xinguara, Redenção, Conceição do Araguaia, Castanhal, São Domingos do Capim, Marapanim, Bragança, Capanema, Augusto Correa, Acará, Bujaru, Concordia do Pará, Cametá, Tomé Açu e São Caetano de Odivelas.

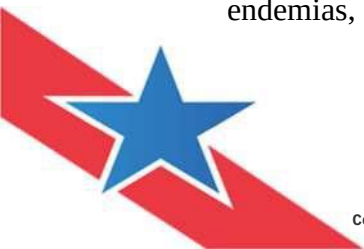
Realização do Evento em Alusão ao dia mundial de combate a doença de Chagas; Criação da Página eletrônica da Coordenação Estadual no site da SESPA e Mídias que foram divulgadas nas redes sociais da SESPA (Mitos e Verdades sobre a doença de Chagas) com objetivo de informar a população sobre procedimentos de prevenção; Participação na 1º Oficina de Vigilância e controle das doenças Endêmicas para os municípios do 1º Centro Regional de saúde (Belém, Ananindeua, Santa Barbara, Marituba e Benevides); Treinamento para os profissionais da rede de atendimento a doença de Chagas nos municípios do 11º CRS.

2.4.4.5- Leishmanioses

O percentual de cura das Leishmanioses Visceral (LV) ainda é baixo, os pacientes realizam o tratamento, mas nos municípios, e estes não inserem informações de evolução no sistema, apesar das inúmeras recomendações. Não houve nenhum óbito relacionado ao agravo.

A taxa de letalidade foi superior ao mesmo período de 2020. Neste caso temos que levar em consideração o período de pandemia, onde todas as atividades de vigilância e controle foram suspensas e houve demora na procura de atendimento dos indivíduos com suspeita de LV, levando ao agravamento dos casos. Diante do aumento do número de óbitos, mesmo com menor número de casos, orientou-se, a partir de maio, que os municípios com baixa taxa de transmissão do Covid, retomassem em parte as atividades de vigilância e controle das leishmanioses.

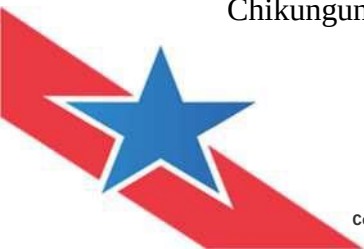
Na perspectiva de orientar, monitorar e fortalecer os municípios paraense na promoção e prevenção à saúde o Estado realizou estratégias com ações e atividades nos seguintes municípios: Oeiras do Pará, Marabá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Marabá, Parauapebas, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia; Reuniões em 8 municípios (Tracuateua, Santa Luzia do Pará, Parauapebas, São João de Pirabas, Santarém Novo, São Domingos do Capim, Ourém, Bonito) com secretários de saúde e coordenações de vigilância em saúde, de epidemiologia, endemias, visa, atenção farmacêutica e atenção primária objetivando a sensibilização



dos gestores quanto a necessidade de apoio para a realização das ações de vigilância, e as coordenações para a melhora na organização do fluxo de atendimento e uso correto dos protocolos de tratamento e acompanhamento do paciente com leishmaniose; Reuniões sobre a introdução da nova medicação MILTEFOSINA no estado, protocolo de tratamento, armazenamento e forma de descentralização abrangendo as regiões de saúde Metropolitana III, Rio Caetés, Lago Tucuruí, Carajás e Araguaia e seus municípios de jurisdição, objetivando com isso amenizar o sofrimento do tratamento injetável, visto que a miltefosina é uma droga oral, e a redução do abandono do tratamento. Assessoria e monitoramento no sistema de notificações – SINAN, nos municípios; Tracuateua, Santa Luzia do Pará, Parauapebas, São João de Pirabas, Santarém Novo, São Domingos do Capim, Ourém, Bonito; Assessoria aos municípios prioritários para LV na construção do projeto para adesão à estratégia de encoleiramento canino, proposta pelo SVS/MS como método de controle da LV, visando reduzir assim, número de casos e óbitos humanos. Foram elencados 19 (dezenove) municípios; Capacitação em ações de vigilância e controle das leishmanioses para coordenadores PACS's, Endemias, PSF, VISA, VISAMB e suas equipes em 8 municípios (Tracuateua, Santa Luzia do Pará, Parauapebas, São João de Pirabas, Santarém Novo, São Domingos do Capim, Ourém, Bonito) a fim de obterem entendimento quanto a importância da investigação dos casos LV e It, assim como dos óbitos suspeitos ou confirmados de pacientes em tratamento; Reuniões técnicas para médicos (as) e enfermeiros (as) de 8 municípios, para repasse de protocolos de tratamento, acompanhamento e o fluxo de atendimento de pacientes com leishmanioses dentro do próprio município de residência reduzindo dessa forma, o número de pacientes tratados fora do domicílio; Participação nas 5 oficinas de Vigilância e Controle das endemias do Estado do Pará que abrangeram as regiões Metropolitana I, Lago Tucuruí, Marajó II, Tapajós, Baixo Amazonas e Xingu.

2.4.4.6- Arboviroses

Atividades desenvolvidas no exercício de 2021 referentes às Arboviroses foram as seguintes: Elaboração do Plano de Contingência Estadual de Dengue. Chikungunya e Zika vírus 2021; recebemos 75 Planos Contingenciais dos municípios equivalentes a 52% do total de municípios; Elaboração do informe epidemiológico de dengue, Chikungunya e Zika vírus mensalmente; Atualização das atividades de controle vetorial



e vigilância epidemiológica para os municípios do 4º CRS/Capanema e Bragança, 5º CRS/São Miguel do Guamá, 8º CRS Breves, 6º CRS, Igarapé-Miri e Barcarena, 11º CRS e Marabá, com relatórios referentes às dificuldades e melhorias propostas para o êxito das atividades referentes ao combate do vetor *Aedes aegypti*; Investigação de casos de febre amarela no município de Afuá, Plano de combate e bloqueio de vacinação; Investigação de casos de febre amarela no município de Chaves, Plano de combate e bloqueio de vacinação; Manejo Clínico das arboviroses para profissionais médicos e enfermeiros do município de Itaituba e técnicos do 9º CRS; Oficina de Atualização em Endemias para Vigilância Epidemiológica, Atenção Primária, Assistência Farmacêutica e manejo clínico do paciente para os municípios do 11º, 12º, 08º, 09º Centro Regional de Saúde. Abrangendo um total 51,4% de profissionais multiplicadores para o manejo do paciente e coordenadores municipais preparados para fluxos eficientes de combate as arboviroses; Palestra para acadêmicos de medicina da UEPA de Marabá – Tema: Diagnóstico Diferencial das Doenças Endêmicas; Reunião online com Igarapé Miri, Itaituba e Abaetetuba, para orientação quanto a planos emergenciais ainda em curso de mayaro e dengue; Treinamento em epidemiologia 1º, 2º e 3º CRS para epidemiologia (online), atendendo 25 municípios, com todos os funcionários da vigilância epidemiológica e atenção primária, referente a notificação, busca ativa, acompanhamento do banco de dados e encerramento oportuno do número de caos e momento oportuno das arboviroses; Notas técnicas referentes ao retorno das atividades de campo nº 1,2 e 3; Nota técnica nº 4 referente à notificação de Mayaro; Capacitação para o novo adulticida Cielo com o 1º, 2º,3º,4º, 5º,6º, 8º, 9º,10,11,12º e 13ºCRS, atingindo 93,75% dos municípios foram capacitados para a utilização caso necessário.

2.4.5 – Doenças Transmissíveis

2.4.5.1 - Hanseníase

Foram realizadas no ano de 2021 as atividades de monitoramento e avaliação presencial e a distância aos municípios da área metropolitana de Belém; Capacitação presencial em Vigilância, ações de controle da hanseníase e prevenção de Incapacidade para profissionais da APS; Municípios beneficiados: Viseu, 13º CRS: Cametá, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru. 1º CRS: Benevides, 12º CRS: Xinguara e Água Azul do Norte. 11º CRS: Parauapebas e 3º CRS: Igarapé-Açu; Capacitação online em ações do



controle da hanseníase para profissionais da APS, pela SBD/ MS/ OPAS e Projeto APELI/MS/FUAM, priorizando vagas para os municípios da região metropolitana de Belém, 7º, 8º e 3º Centro Regional de Saúde; Assessoramento/Monitoramento aos municípios com indicadores de cura e vigilância de contatos abaixo da meta proposta, com a participação dos coordenadores do programa a nível regional e municipal: 1º CRS: Ananindeua, Marituba, 2º CRS: Santa Bárbara, Acará, Tomé-açu, 3º CRS: São Domingos do Capim, 4º CRS: Tracuateua, Viseu, Santa Luzia do Pará, 5º CRS: São Miguel do Guamá, Ulianópolis, 6º CRS: Barcarena, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Moju, 7º CRS: Afuá, 8º CRS: Breves, 9º CRS: Monte Alegre, 10º CRS: Porto de Moz, 11º CRS: Breu Branco, Goianésia do Pará, 12º CRS: Conceição do Araguaia e 13º CRS: Baião; Monitoramento presencial nas ações de farmácia no 9º e 11º CRS com a participação dos municípios de jurisdição regional; Capacitações sobre ações de controle da hanseníase e combate ao estigma, através de videoconferência para os agentes comunitários de saúde – ACS, dos 144 municípios; Oficina do Sinan Net com Avaliação parcial dos indicadores operacionais e epidemiológicos de hanseníase do ano de 2021 com discussão e elaboração do plano estratégico para execução em 2022; Palestra sobre sinais, sintomas, tratamento, cura e combate ao estigma, provocado pelo agravamento, integrado às ações do TER PAZ nos bairros de Belém.

2.4.5.2- Tuberculose

As atividades inerentes ao agravamento de tuberculose ocorreram através de Monitoramento das ações de diagnóstico, tratamento, controle e sistema de informação da Tuberculose; Foram realizadas atividades de monitoramento e avaliação das ações do Programa de Controle da tuberculose nas 13 regiões de saúde do estado com a participação dos Centros Regionais de Saúde e municípios adstritos nas regiões: Metropolitana I, Metropolitana II, Metropolitana III, Marajó I, Marajó II, Baixo Amazonas, Rio Caetés, Tapajós, Tocantins, Xingu, Lago de Tucuruí, Carajás e Araguaia; Análise e atualização dos dados gerados no SINAN/TB objetivando melhorar a qualidade da informação. Monitoramento e apoio técnico aos Centros Regionais de Saúde. Encaminhadas planilhas com a situação epidemiológica e operacional, por região de saúde, para atualização do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN junto à rede de serviços e municípios adstritos; Divulgação de informações epidemiológicas das regiões para fins de definição de prioridades, planejamento,



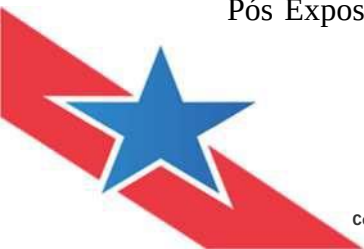
monitoramento, avaliação, bem como para o fortalecimento da transparência ativa e do controle social. Planejamento das ações de enfrentamento da tuberculose para as populações vulneráveis: realizadas reuniões de avaliação e planejamento com a Coordenação Estadual de Saúde Prisional - PNAISP/SESPA, Coordenação Estadual de Saúde Indígena e Populações Tradicionais - CESIPT/SESPA e com a Secretaria de Estado de Assistência Penitenciária - SEAP; Treinamento realizado de forma virtual para a implementação do sistema IL-TB para novos coordenadores de tuberculose e digitadores de sistemas de informação municipais nas 13 regiões de saúde: Alenquer, Aveiro, Belterra, Curuá, Juruti, Mojuí do Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Placas, Prainha, Rurópolis, Terra Santa; Planejamento com o Hospital Universitário João de Barros Barreto – HUIBB, 1º CRS/SESPA, LACEN e programas municipais de TB sobre o fluxo de consultas, realização de testes rápidos, fluxo de realização de cultura e teste de sensibilidade, insumos para realização de exames; Divulgação, avaliação, planejamento com as referências secundária e terciária e encaminhamento das demandas para a Carta Acordo (OPAS/OMS) que destina recursos financeiros para as referências de tuberculose.

2.4.5.3- IST/AIDS

No ano de 2021, as atividades executadas pela Coordenação Estadual de IST/Aids beneficiaram a população dos 144 municípios das 12 regiões de saúde e das 12 regiões de integração do Estado do Pará. Assim, foram distribuídos 574.675 unidades de Teste Rápido para a Rede de Atenção à Saúde do Estado, objetivando a detecção precoce e oportuna do HIV e da Sífilis Adquirida, Materna e de suas parcerias, beneficiando gestantes, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Adicionalmente, foram distribuídos 71.873 ampolas de Benzilpenicilina Benzatina de 1.200.000 UI para o manejo de tratamento dos casos de sífilis notificados.

Outra ação estratégica realizada foi a dispensação de 22.418 latas de Fórmula Infantil para 20 municípios que compõem a Rede de Transmissão Vertical cadastradas/vinculadas ao atendimento, contemplando os SAEs (19.658 latas) e as Maternidades (2.760 latas).

Dentre as estratégias voltadas ao controle de novos casos de HIV e sífilis podemos citar: Ampliação dos Serviços de Profilaxia Pré Exposição - PREP e Profilaxia Pós Exposição-PEP ao HIV: Durante o período de 2019 a 2021 cinquenta e dois (52)



serviços que estavam inativos foram reativados gradativamente neste período, sendo que em 2021 somam 74 serviços ativos, o que corresponde a um aumento de 236,4 % na ampliação da rede, o que impactou positivamente no fortalecimento da rede de serviços, com o atendimento de um maior número de pessoas, ocorrendo em 09 (nove) regiões de saúde e em 09 (nove) regiões de integração, onde estes serviços estavam localizados; Distribuição de preservativos femininos e masculinos, através do atendimento mensal contemplando as 12 regiões de saúde e as 12 regiões de integração, com isso abrangendo os 144 municípios. Além disso, os preservativos foram distribuídos em diversas campanhas alusivas ao combate da sífilis e HIV e ações de cidadania. Assim, em 2021 foram distribuídos: 2.133.656 unidades de preservativos masculinos de 52 mm e 33.280 unidades de preservativos femininos; Execução do Plano Piloto de Ação para Controle e Eliminação da Sífilis Congênita no Estado do Pará, realizado em parceria com o Ministério da Saúde, com objetivo de promover as ações de investigação e intervenção para a operacionalização da integração entre Vigilância e Atenção Primária em Saúde, visando a eliminação da Transmissão Vertical da Sífilis Congênita. Assim, durante o ano de 2021, no período de março a julho, foram capacitados 1.620 profissionais de saúde da atenção básica, maternidades e CTA/SAEs (Médicos, Enfermeiros, Farmacêuticos, Biomédicos e Agentes Comunitários de Saúde - ACS), de cinco municípios prioritários, para atuarem no Controle e Erradicação da Sífilis Congênita no Estado do Pará: Abaetetuba (355 profissionais - 6ª CRS, Região de Saúde Tocantins e Região de Integração Tocantins); Cametá (205 profissionais - 13ª CRS, Região de Saúde Tocantins e Região de Integração Tocantins); Castanhal (352 profissionais - 3ª CRS, Região de Saúde Metropolitana III e Região de Integração Rio Guamá); Tucuruí (203 profissionais - 11ª CRS, Região de Saúde Lago de Tucuruí e Região de Integração Lago de Tucuruí) e São Félix do Xingú (162 profissionais - 12ª CRS, Região de Saúde Araguaia e Região de Integração Araguaia).

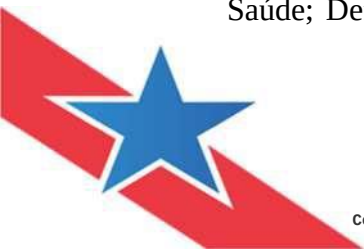
A ampliação da Rede Estadual de Atenção às Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (PVHA), que ocorreu de forma gradativa, sendo que em 2021 houve uma maior ampliação dos serviços, contando atualmente com: oitenta (80) Centros de Testagem e Aconselhamento - CTA; trinta e um (31) Serviços de Atendimento Especializado - SAE; duas (02) Unidades de Dispensação de Medicamento (CTA/Belém e Hospital Offir Loyola); quarenta e nove (49) Unidades de Referência Especializada; sessenta e cinco (97) serviços que disponibilizam a PEP e dezessete (17) a PREP; noventa e nove



(99) Maternidades/Hospitais que realizam testes rápidos para diagnóstico no pré-parto; dezesseis (16) Maternidades/Hospitais que oferecem cabergolina para gestantes HIV positivas; noventa e um (91) Serviços que realizam profilaxia às pessoas em situação de violência sexual; 1.309 Serviços da Atenção Primária em Saúde que realizam testes rápidos para diagnóstico; noventa e sete (97) Serviços que realizam profilaxia para pessoas em situação de acidente com material biológico/material perfurocortante. É importante esclarecer que a Rede de Atendimento quanto a oferta de medicamentos pelos SAE's, Maternidades, UDM's relacionadas ao atendimento ao HIV estão devidamente cadastrada no Sistema de Gerenciamento de Controle de Medicamento – SICLOM.

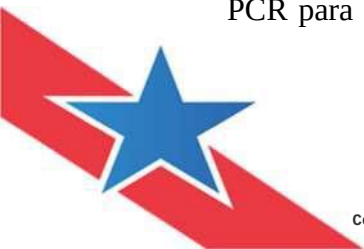
Além dessas atividades também foram realizadas: Elaboração do Plano de Ação para Controle e Eliminação da Sífilis Congênita no Estado do Pará, com objetivo da Certificação da eliminação da sífilis congênita nos Municípios pilotos do Estado Pará; Estudo para implantação do Comitê Estadual de Investigação e Controle de Mortalidade e Transmissão Vertical de HIV/AIDS, com o objetivo principal de investigar os óbitos por HIV/AIDS no Estado do Pará, visando uma estratégia de redução da mortalidade e transmissão vertical evitável em Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (PVHA), respondendo a demanda do Departamento de Condições de Controle de Infecções Sexualmente Transmissíveis – DCCI/SVS/MS, através do Ofício Circular nº 91/2021/SVS/MS, em virtude dos dados epidemiológicos nacionais; Processo de implantação da Câmara Técnica Estadual Assessora no Manejo de Antirretrovirais, com objetivo de prestar assessoramento à Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS) em matérias específicas de interesse do Departamento de Controle de Doenças Transmissíveis (DCDT), Coordenação Estadual de IST/AIDS, com a finalidade de avaliar, discutir e propor critérios e ações integradas para garantir maior segurança no cuidado de pessoas vivendo com HIV e AIDS.

O Processo de integração do HIV/AIDS no Comitê Estadual de Tuberculose, considerando a coinfeção dos dois agravos, passando a denominar Comitê Estadual de TB/HIV; Capacitação sobre “Manejo Clínico da Sífilis, HIV e Hepatites Virais para as Maternidades ocorrido no auditório da SESPA, no período de 7 a 8 de outubro, evento alusivo ao mês de Combate a Sífilis, sendo capacitados 168 profissionais de saúde de forma on-line e 83 de forma presencial; cobrindo assim os treze Centros Regionais de Saúde; Definição do Fluxo de Atendimento da Gestante com HIV na Maternidade de



Salinópolis, sendo capacitados 10 profissionais; Capacitação para o Gerenciamento do SISLOGLAB para os serviços de Atenção Básica do Município de Belém – 46 profissionais; Oficina de Avaliação e Planejamento das Ações do Programa de Controle da Tuberculose: Coinfecção TB/HIV estratégias para o Controle – 47 profissionais dos CRS, distrito sanitário indígena e do Hospital Universitário João de Barros Barreto; Realização de monitoramento nas maternidades com Protocolo de Transmissão Implantado no município de Abaetetuba (6º Região de Saúde e Região de Integração Tocantins). Esta ação envolveu três técnicos em saúde da Coordenação Estadual de IST/AIDS e cinco profissionais de saúde da maternidade.

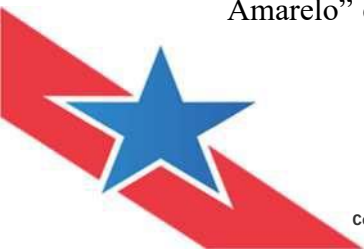
Participação em 28 reuniões técnicas envolvendo 166 profissionais de saúde: reuniões de tratativas sobre a situação Epidemiológica da Sífilis Adquirida, Materna e Congênita com as Coordenações de Atenção Básica, Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Divisão de Vigilância Sanitária; Comitês de Câmara Técnica de Coordenadores Nacionais de IST/HIV/AIDS (webinar) da Rede de Profilaxia PEP nas UPAs do Município de Ananindeua, da organização da oferta do exame IGRA para Região de Saúde Metropolitana 1; da Rede de Hemovigilância do Estado do Pará; de distribuição de teste rápido organizado pelo DCCI/SVS/MS, de redefinição de metas e ações emergenciais para implementar a política de HIV/Aids na Região Metropolitana de Belém; Atualização dos Sistemas: SISLOGLAB e SINAN em Tailândia (6ª CRS, Região de Saúde Lago de Tucuruí e Região de Integração Tocantins); Cadastro no SICLON de PEP no Hospital Geral de Altamira (10ª CRS, Região de Saúde Xingú e Região de Integração Xingu); Habilitação no SICLON de PreP nos Serviços de Atenção Especializada –SAE's em Capanema e Bragança (4ª CRS, Região de Saúde Rio Caetés e Região de Integração Rio Caetés); Participação dentro e fora do estado de 123 profissionais de saúde em 13 eventos online/presencial sobre: a) Cuidado e monitoramento clínico de pessoas vivendo com HIV/Pará- SIMC (DCCI) – 34 profissionais de saúde; b) HTLV-1/2: “Uma Infecção Negligenciada” – 30 profissionais de saúde; c) “Conferência com os serviços selecionados para implantação do Projeto Piloto dos Testes de Biologia Molecular para detecção de Clamídia e Gonococo no SUS” – 20 profissionais de saúde; d) Reunião com o Ministério Público Federal e SESP sobre o Projeto Interfederativo: “Resposta Rápida à Sífilis na Rede de Atenção à Saúde”- 06 profissionais de saúde. Coleta de material biológico para realização da PCR para diagnóstico de clamídia e gonococo – 2 profissionais; Webinar Investigação



de Sífilis Congênita – 1 profissional; Oficina Nacional de Apresentação de Resultados e Planejamento do Projeto Sífilis Não, realizado em Natal-RN com o Ministério da Saúde/Coordenação de IST/AIDS – 2 profissionais; Semana Nacional de Enfrentamento a Sífilis e Sífilis Congênita, realizado em Brasília – 1 profissional; Workshop Nacional para a Construção de Ações para o Fortalecimento e o Protagonismo no Ativismo de Jovens vivendo com HIV/AIDS, realizado em Brasília – 1 profissional; j) Projeto de Reestruturação dos CTA's – 7 profissionais; l) Diálogo Fast Track/Cities – 6 profissionais; Na capacitação participação no “Planejamento em Foco: Pensando na Gestão da Saúde”, coordenada pelo Núcleo de Informação em Saúde e Planejamento–NISPLAN, com o objetivo de instruir e auxiliar todos os servidores e gestores que, direta ou indiretamente, se relacionam com o processo de planejamento. Foram abordados os instrumentos de Gestão e Planejamento do SUS e do Governo: PES, PAS, PPA e Monitoramento e Avaliação: Sistemas (GM - Gerenciador de Metas, DIGISUS e SIGPLAN) e Relatórios (Quadrimestrais e Anual), realizado no auditório da SESPA, no período de 30 e 31/08 e 01/09/2021, com a participação de 03 profissionais do DCDT/CEIST/Aids; oficina de atualização de médicos referência em genotipagem (MRG) – 10 médicos; Participação com representatividade (2 profissionais da CEIST/Aids/SESPA) no Comitê Gestor LGBTIFOBIA coordenado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Ocorreram reuniões ordinárias e extraordinárias para elaboração do Plano Estadual de Enfretamento à população LGBTIFOBIA/Revisão 2021-2023, que visa ser um instrumento de declaração e firmação da política estadual de enfrentamento à LGBTIFOBIA, servindo de referência para a melhoria da prestação dos serviços públicos e de conscientização da sociedade paraense em todas as regiões de integração. Haverá o lançamento do plano estadual de enfrentamento LGBTIFOBIA e sua execução será monitorada pelos GT's;

2.4.5.4- Hepatites Virais

O ano de 2021 foi um ano de desafios e avanços no que tange as políticas públicas das Hepatites Virais, houve participações em importantes reuniões; participação na implantação do programa para detecção da infecção do HIV, sífilis e Hepatites B e C em prisões femininas com ênfase na transmissão materno infantil (OPAS e MS); companha no mês de conscientização das Hepatites Virais “Julho Amarelo” e em destaque no mês de junho foi pactuado em CIB/SUS/PA a resolução nº



74/2021 referente à Reorganização do Fluxo de Atendimento às Hepatites Virais no Estado.

Mediante protocolos e fluxos estabelecidos para a descentralização da linha de cuidados das pessoas vivendo com hepatites virais, houve articulação e parceria com a Coordenação Estadual da Atenção Primária à Saúde. Essa parceria promoveu a capacitação dos profissionais de saúde dos Serviços de Atendimento Especializados (SAE) e Atenção Primária à Saúde (APS) na reorganização do fluxo de atendimento às hepatites virais no Estado.

Dessa forma, foram realizadas varias ações e estratégias com as seguintes atividades: Pactuação em CIB/SUS/PA resolução nº 74/2021 referente à reorganização do fluxo de tratamento as Hepatites Virais no Estado; Mapeamento e vigilância para micro eliminação da hepatite C nas clínicas de hemodiálise; Iniciamos o processo de capacitação com o Encontro Estadual dos Serviços de Atendimento Especializado (SAE) às Hepatites virais e posteriormente prosseguimos como projeto piloto a capacitação dos profissionais de saúde nas regiões de integração dos Carajás com os municípios polos do SAE (Marabá e Parauapebas), e no decorrer do semestre avançamos em outras regiões de integração: Tocantins (Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju), Metropolitana III (Castanhal, Curuçá, Igarapé-Açu) Metropolitana I (Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará), Metropolitana II (Santa Izabel do Pará, Acará, Bujaru, Concordia do Pará, Tomé Açu, Colares, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, Vigia), Rio Caetés (Capanema, Primavera, Tracuateua, São João de Pirabas, Bragança, Augusto Corrêa, Peixe-Boi, Cachoeira do Piriá), Baixo Amazonas (Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa, Alenquer, Almerim, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Mojuí dos Campos, Prainha, Santarém), Tapajós (Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis, Trairão); Realização dispensações de tratamentos para Hepatites B aos 30 Serviços de Atendimento Especializados (SAE) do Estado, e dispensação de tratamento para Hepatite C para 06 (seis) Serviços de Atendimento Especializados (SAE) do Estado (UREDIFE, Abaetetuba, Marabá, Santarém, Parauapebas, Redenção), inicialmente a dispensa de tratamento para o vírus C.

O impacto dessas atividades promoveu e oportunizou maior acessibilidade dos pacientes diagnosticados com hepatites B e C ao seu tratamento, garantindo assim maior qualidade de vida, e ofertando maior chance de cura, para o vírus da hepatite C.



2.4.6- Epidemiologia

2.4.6.1- Vigilância Epidemiológica

No ano de 2021, entre 01/01/2021 a 31/10/2021, os municípios do Pará notificaram 350 casos de doenças de notificação compulsória imediata, dos quais 281 (80,29%) foram encerrados oportunamente, ou seja, foi alcançada a meta pactuada nacionalmente de 80%. Entre as doenças ou agravos listados pela Portaria 1.061 de maio de 2020, quatro doenças de notificação compulsória imediata foram registradas no estado. A maioria das notificações foi de doenças exantemáticas - Sarampo (N=329; 94%), seguido por Paralisia Flácida Aguda (N=11; 3,1%), Febre Amarela (N=09; 2,5%) e ainda 01 caso de Raiva Humana.

Conforme o quadro 1, observa-se que na totalidade dos casos do Estado foi alcançado um percentual de 80,29% de encerramento oportuno do total de notificados. A Região com maior número de notificações foi a do Marajó com 165 registros (47,14%), seguida pela Região do Tocantins com 51 e a Metropolitana I com 41 casos. Somente essas três regiões notificaram 260 casos, os quais representam mais de 74% das notificações ocorridas no Estado no período. Relativo ao desempenho frente ao indicador analisado, sete regiões alcançaram a meta de 80% preconizada pelo Ministério da Saúde, sendo que a Metropolitana II (Cinco casos), Lago de Tucuruí (dez casos) e Araguaia (um caso) encerraram oportunamente 100% dos casos que notificaram.

Quadro 1-Casos de doenças de notificação compulsória encerrados oportunamente regiões de saúde, em 2021*

Regiões de Saúde/Município	Casos notificados	Casos encerrados oportunamente	% de Encerramento oportuno
Metropolitana I (05)	41	29	70,73
Metropolitana II (09)	5	5	100,00
Metropolitana III (22)	36	30	83,33
Marajo (16)	165	135	81,82
Baixo Amazonas (14)	7	4	57,14
Rio Caetes (16)	18	14	77,78
Tapajos (06)	2	0	0,00
Tocantins (09)	51	42	82,35
Xingu (09)	5	4	80,00
Logo de Tucurui (06)	10	10	100,00
Carajás (17)	9	7	77,78
Araguaia (15)	1	1	100,00
Total	350	281	80,29

Fonte: SINAN *Janeiro a outubro (dados sujeitos a alterações).



Assim, o quadro 1 demonstra o bom resultado alcançado pelas regiões de saúde do Estado, onde sete de 12 regiões (mais da metade) alcançaram a meta e três ficaram muito próximo do percentual preconizado (entre 70 e 77%). Apenas a Região do Baixo Amazonas com 57,14% de alcance de meta e a região do Tapajós que não encerrou nenhum dos dois casos que notificou, tiveram um desempenho abaixo do esperado. Porém, pela casuística pequena de ambos, não interferiu no geral do Estado e ao mesmo tempo com boas possibilidades de correção no ano que vem.

Quanto ao encerramento oportuno por doença, observa-se que a doença que mais teve notificações foi disparadamente as Exantemáticas – Sarampo com 329 casos notificados, representando 94% do total do Estado. À análise sobre a casuística de Sarampo, observou-se que 273 casos foram encerrados oportunamente (82,98%). Este resultado positivo contribuiu sobremaneira para o desempenho final do Estado em 2021. À observação por região, verificou-se que somente a região do Marajó notificou quase a metade de todos os registros de Sarampo (161; 48,9%). Deste total foram encerrados oportunamente 83,33% (134 casos). Nessa região o município mais notificante foi Afuá com 130 notificações (80% do total). Dessas notificações 85% foram encerrados oportunamente (111 casos), fazendo com esse município tenha influenciado bem positivamente para sua região e o próprio Estado já que o mesmo foi o maior notificador estadual com quase 40% do total de notificações de Sarampo em 2021.

Dessa forma é importante ressaltar o bom desempenho em relação à Vigilância Epidemiológica do Sarampo o que demonstra a boa gestão do Estado e a eficiência dos municípios no desenvolvimento de seus papéis. Inclusive, essa dinâmica pode servir como estímulo e exemplo para a melhoria dos resultados de outras doenças.

As demais doenças de notificação imediata notificadas, tiveram uma casuística menor, sendo importante comentar o baixo alcance da meta na Paralisia Flácida Aguda com 11 notificações e apenas 3 encerramentos oportuno (27,7%) e a Febre Amarela com nove registros e quatro encerramentos (44,4%). Relativo à Raiva Humana houve notificação de apenas um caso devidamente encerrado oportunamente.

Esse baixo desempenho com relação à Paralisia Flácida Aguda e à Febre Amarela merece uma avaliação mais detida da gestão estadual com os municípios que não conseguiram encerrar oportunamente os casos que notificaram para tentar verificar quais os problemas que levaram aos mesmos a não efetividade de suas vigilâncias epidemiológicas.



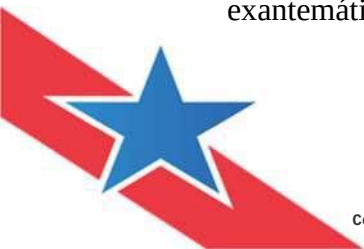
Ressalte-se que a gestão de Vigilância em Saúde relativa a essas doenças é realizada na SESPA principalmente pelo Departamento de Epidemiologia e pelo Departamento de Controle de Endemias, ambos vinculados à diretoria de Vigilância em Saúde.

2.4.6.2- Doenças Exantemáticas

As atividades realizadas no ano de 2021 fora as seguintes: Reunião com o 8º CRS, município de Portel e equipe do EPISUS e VE para tratar da possível vinda do EPISUS ao município de Portel; Web conferência: Reunião EPSUS, Portel e SESPA (nível Central), logística da ida do EPISUS para Portel; Web conferência: Discussão sobre os casos de sarampo dos municípios limítrofes entre os Estados de Pará, Amapá e MS; Web Conferência - Avaliação dos indicadores exantemáticas 6º CRS; Web Conferência – Situação epidemiológica do Sarampo. SESPA e estado do Ceará; Visita Técnica – Avaliação e qualificação do banco no SINAN exantemáticas no município de Belém, Santa Bárbara, Benevides, Marituba 1 CRS; Busca ativa de casos suspeitos de sarampo e COVID-19 com acompanhamento in locu da situação epidemiológica dos municípios silenciosos para doenças exantemáticas. Qualificação na base de dados nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara- Região de Integração Guajará; Realizada busca ativa de casos suspeitos de sarampo e COVID-19 com acompanhamento in locu da situação epidemiológica dos municípios silenciosos para doenças exantemáticas nos municípios de Paragominas, Mãe do Rio e São Miguel - Região de Integração Rio Capim e Guamá; Capacitação integrada com a área técnica da Divisão de estudos Epidemiológicos em Sistemas de Informação sobre Agravos de Notificação-SINAN com apresentação da “Vigilância Epidemiológica das Doenças Exantemáticas e avaliação dos indicadores com a presença dos 13 Centros Regionais e municípios sede, com ausência do município de Belém; Busca ativa de casos suspeitos de sarampo com acompanhamento in locu da situação epidemiológica dos municípios silenciosos para doenças exantemáticas, Afuá- Região de Integração Marajó; Busca ativa de casos suspeitos de sarampo com acompanhamento in loco da situação epidemiológica dos municípios silenciosos para doenças exantemáticas Santa Isabel do Pará, Bujaru e Vigia qualificação de banco de dados, notificação negativa- Região de integração Guamá e Rio Capim; Busca ativa de casos suspeitos de sarampo com acompanhamento in loco da situação epidemiológica dos municípios silenciosos para

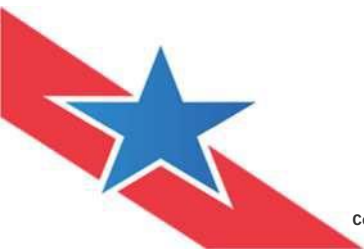


doenças exantemáticas nos municípios de Castanhal, Inhangapí, Curuçá e Terra Alta- Região de Integração Guamá; Busca ativa de casos suspeitos de sarampo e COVID-19 com acompanhamento in loco da situação epidemiológica dos municípios silenciosos para doenças exantemáticas Bragança, Traquateua, Augusto Correa, Capanema- Região de Integração Rio Caeté; Busca ativa de casos suspeitos de sarampo e COVID-19 com acompanhamento in loco da situação epidemiológica dos municípios silenciosos para doenças exantemáticas de Soure e Salvaterra - Região de Integração Marajó; Web conferência em Qualificação do banco de dados - SINAN exantemáticas, casos confirmados, com técnicos dos Centros Regionais e os Municípios de Castanhal, Inhangapí, Porto de Moz, Marabá e Afuá, Abrangência-Região de Saúde de Integração Guamá, Xingu, Carajás e Marajó; Web conferência em Qualificação do banco de dados SINAN Exantemáticas com técnicos do 8º Centro regional e os Municípios de Gurupá, Bagre e Anajás- Abrangência - Região de Integração Marajó; Web conferência em Qualificação do banco de dados - SINAN -exantemáticas com os técnicos do 5º regional e dos Municípios de Santa Maria do Pará, Ulianópolis, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia e São Miguel do Guamá - Abrangência - Região de Integração Guamá e Rio Capim; Web conferência em qualificação do banco de dados SINAN - exantemáticas com os técnicos do 3º Centro Regional e os Municípios de Castanhal, Magalhães Barata, Maracanã, Igarapé Açu e Curuçá - Região de Integração Guamá; Web conferência em qualificação do banco de dados SINAN -exantemáticas técnicos do 4º Centro regional e os Municípios de Quatipuru, Bragança e São João de Pirabas- Abrangência- Região de Integração Rio Caeté; Web conferência de atualização sobre vigilância do Sarampo e rubéola e discussão de estratégias com imunização e ATENÇÃO BÁSICA do nível central regional- o 3º Centro Regional de Saúde e seus municípios - Abrangência- Região de Integração Guamá; Busca ativa de casos suspeitos de sarampo com acompanhamento in loco da situação epidemiológica dos municípios silenciosos para doenças exantemáticas, Augusto Correa, Capanema, Bragança, Traquateua-Região de Integração Rio Caeté; Realizada busca ativa de casos suspeitos de sarampo com acompanhamento in loco da situação epidemiológica dos municípios silenciosos para doenças exantemáticas. Soure, Salvaterra- Região de Integração Marajó; Busca ativa de casos suspeitos de sarampo e COVID-19 com acompanhamento in loco da situação epidemiológica dos municípios silenciosos para doenças exantemáticas. Reunião com a equipe da vigilância Epidemiológica, imunização e



estratégia de Saúde da Família sobre a situação epidemiológica do sarampo e rubéola/ realizada busca ativa em prontuários nos municípios de Acará e Concordia do Pará, e treinamento das equipes locais. Região de Integração Rio Capim e Tocantins; Web conferência com a 7º CRS e municípios de abrangência sobre o Sarampo e para tratar sobre os indicadores de qualidade das doenças exantemáticas - Região de Integração Marajó; Realizados Treinamento sobre Sarampo e Rubéola para profissionais de saúde da secretaria Municipal de Benevides, Região de Integração Guajará; Reunião com representantes da Vigilância Epidemiológica do município de Marituba para tratar da formulação do plano de Ação de eliminação do Sarampo em Marituba. Região de Integração Guajará; Reunião com a equipe da Vigilância Epidemiológica, imunização e estratégia de Saúde da família sobre a situação epidemiológica do sarampo e rubéola/ realizado busca ativa em prontuários nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Itupiranga e treinamento das equipes locais; Região de Integração Carajás e Lago de Tucuruí; Reunião com a equipe da vigilância epidemiológica, imunização e Estratégia de Saúde da família, sobre a situação epidemiológica do sarampo e rubéola/ e realizada busca ativa em prontuários nos municípios de Itaituba e Santarém e treinamento das equipes locais. 9º CRS- Região de Integração Tapajós e Baixo Amazonas; Reunião com a equipe da Vigilância Epidemiológica, Imunização e Estratégia de Saúde da família. Realizada Visita Técnica, Assuntos Abordados: Construção De Cronograma De Busca Ativa Doenças Exantemáticas, em Prontuários e na Comunidade/ Elaboração Dos Relatórios De Busca Ativa E Arquivo Dos Mesmos/Estratégia de Vacinação em Puerperas Não Vacinadas/Construção Do Plano de Enfrentamento do Sarampo com o município de Marituba. 1º CRS. Região de Integração Guajará.

Como estratégia para evitar o contágio com a Covid 19, realizamos algumas ações em online, como: **Web conferência:** com OPAS para apresentação do Plano de Ação Emergencial de interrupção do Sarampo e Manutenção das áreas livres do Sarampo no estado do Pará. Participantes: Vigilância Epidemiológica, Imunização, atenção básica Estadual, OPAS, CGELAB; Web conferência com os municípios de Marituba, Belém, Curralinho, Primavera, Canaã dos Carajás, Paragominas e Cametá, OPAS e coordenação de imunização, VE e ESF Estadual e COSEMS; Presencialmente, realizamos Reunião com VE do Ministério da Saúde, OPAS e municípios com surto ativo (Marituba, Belém, Curralinho, Primavera, Canaã dos Carajás, Paragominas e



Cametá) no LACEN; Reunião presencial com Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde, OPAS e coordenação Estadual VE, imunização e ESF.

2.4.6.3- Paralisia Flácida Aguda - PFA

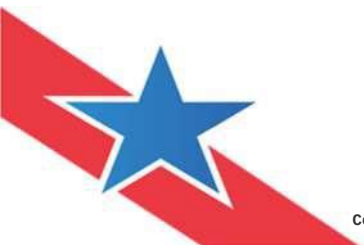
As atividades realizadas no ano de 2021 foram: Qualificação, in locu, do banco das Paralisias Flácida Aguda e Difteria, Tétano, Coqueluche nas SMS dos municípios do 1º CRS; Web conferência sobre o preenchimento da FIE da PFA para o 9º CRS - Região Baixo Amazonas e Tapajós; Web conferência com todos os CRS sobre a Vigilância das Paralisias flácidas Agudas 17/06/2021; Investigação de casos suspeitos de Paralisia Flácida Aguda em três municípios (Santarém, Itaituba, Juruti) 28/06 a 02/07 - Região de Integração Baixo Amazonas e Tapajós; Capacitação sobre Vigilância das Paralisias Flácidas Agudas e busca ativa de prontuários nos municípios de Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu - Região de Integração Xingu; Investigação e tratamento de banco de dados de PFA – Capanema e Paragominas 4º e 5º CRS - Região de Integração Guamá e Caete; capacitação da vigilância epidemiológica das, PFAs, (estudo de caso), metodologia pesquisa ação - 9º CRS- Região de Integração Baixo Amazonas e Tapajós;

2.4.6.4- Serviço de Verificação de Óbito - SVO

O Serviço de Verificação de óbito - SVO é responsável por determinar a causa do óbito, nos casos de morte natural, com ou sem assistência médica, sem esclarecimento diagnóstico e principalmente aqueles para efeito de investigação epidemiológica, com objetivo de constatar o esclarecimento da causa da morte para aperfeiçoar a qualidade da informação sobre mortalidade, colaborando assim no aprimoramento da construção e implantação de políticas públicas de saúde.

Considerando a pandemia de COVID 19, foi instituído no mês de maio/2020 o SVO móvel que permaneceu com seus serviços até o dia 16/06/2021, com equipe médica que emite declaração de óbito no domicílio, conforme boletim de ocorrência e contato prévio, no intuito de agilizar o atendimento.

No mês de maio de 2021, tivemos a retomada das necropsias, voltando a realizar assim as remoções de óbitos de morte natural em residências, óbitos em via pública, Hospitais, UPAS, UBS e UMS.



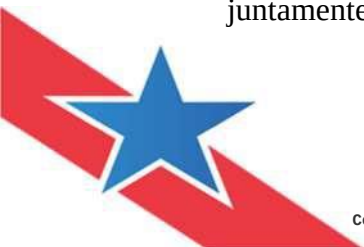
Ações realizadas: **Capacitação** em preenchimento de declaração de óbito para os médicos do Serviço de Verificação, pela equipe técnica do DEPI; **Reunião** com equipe da empresa e coordenação operacional e técnica sobre o funcionamento e indicadores do SVO; Realiza nos dias 05 a 07/07/2021 uma visita ao 9º Centro Regional/Santarém para tratarmos do fluxo de verificação de óbito/autópsia verbal e elaboração de protocolo do Serviço de Autópsia Verbal – SAV; Realizada uma nova visita nos dias 13 a 15/09/2021 para instrução de preenchimento das Declarações de óbitos para equipe médica e análise nos preenchimentos já ocorridos nas declarações de óbitos juntamente com o Município de Santarém no qual são responsáveis pelo atendimento inicial do serviço.

2.4.6.5- Imunização

Central Estadual de Imunobiológico (CEI): Armazenamento e Entrega de insumos (seringas e agulhas) e imunos (Vacina, Soros imunoglobulinas) utilizadas na vacinação de rotina e campanhas nacionais de vacinação (COVID, influenza e atualização de caderneta) para os 13 CRS e 144 municípios, em 2021 foram entregues até o dia 11/11/2021 um quantitativo de (20 milhões 432 mil e 52 doses).

CRIE (Cento de Referencia de imunobiológico Especiais): O estado do Pará possui dois um localizado no Hospital Ophir Loyola outro na Fundação Santa Casa, que tem como finalidade principal atender uma população diferenciada eleita para receber um imunobiológico especial, com exceção da região metropolitana, este CRIE funciona virtualmente, levando imunos especiais aos 144 municípios.

Central de Imunobiológico: Acompanhamento dos Surtos de doenças imunopreveníveis (Sarampo, Febre Amarela). Surto de Sarampo, realizadas oficinas para nivelamento da equipe da saúde regional/municipal nos 13 centros regionais de saúde com a finalidade de qualificar o município para o enfrentamento e interrupção do surto. Foram visitados os seguintes municípios 1º CRS (Benevides, Santa Barbara, Marituba, Ananindeua e Belém), 2º CRS (Tomé Açu, Concordia, Bujaru, Acará e Santa Izabel) 3º CRS (Castanhal, Inhangapi, Curuçá e Terra Alta), 4º CRS (Bragança, Capanema, Tracuateua e Augusto Correa), 6º CRS (Barcarena ,Tailândia , Abaetetuba e Moju), 7º CRS (Soure, Salvaterra, Afuá e Chaves), 8º CRS (Breves, Curalinho, Portel) 11º CRS (Marabá, Novo Repartimento e Itupiranga) e 13º CRS (Cametá, Oeiras, Baião e Limoeiro do Ajuru); Febre Amarela: (Afuá Participação na investigação dos casos juntamente com a equipe endemias responsável pelo agravo); Monitoramento de



cobertura vacinal pós-intensificação vacinal realizada pelo município; Chaves. **Elaboração do plano de vacinação contra Febre amarela**, orientação e organização do processo de trabalho da imunização.

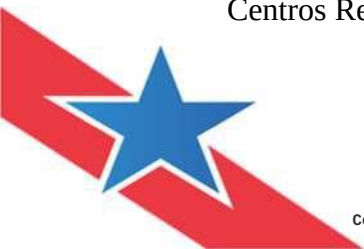
Vacinação contra COVID 19: Implantação nos 144 municípios e áreas indígenas o sistema de informação das doses de vacina contra COVID 19 (SIPNI COVID); Liberação das doses enviadas aos 144 municípios via sistema de informação de insumos estratégicos (SIES); Acompanhamento das doses liberadas e aplicadas com a finalidade de garantir a cobertura vacinal ideal de 90%e + do público eleito para receber a vacina; Visita Técnica para auxílio na digitação de fichas em parceria com a SEPLAD (Marituba, Baião, Cametá e Mãe do Rio); Reunião técnica com as regionais 3º CRS, 5ºCRS, 9ºCRS, 12ºCRS e 13º CRS para avaliação da campanha contra COVID 19, ajuste e limpeza do banco de dados dos vacinados, retirada de inconsistências, duplicidade e avaliação de cobertura; Participação na construção do painel técnico que serve de suporte para o monitoramento e deliberações das doses aplicadas da vacina COVID19.

2.4.7- Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador

2.4.7.1- Vigilância Ambiental

A Vigilância em Saúde Ambiental atua nos agravos que afetam a saúde humana oriunda no meio ambiente alterado, através de, primeiramente de orientação e apoio ao processo de implantação, implementação e/ou estruturação da Vigilância em Saúde Ambiental (VSA) nos municípios e regiões de integração. A partir disso realiza **supervisão, monitoramento e assessoria** aos Programas da VSA e respectivos Sistemas de Informação nos 13 Centros Regionais de Saúde e nos 144 municípios, beneficiando assim toda a população do estado do Pará. Além disso, realiza a identificação de populações potencialmente expostas à contaminação química, poluentes atmosféricos e doenças de veiculação hídrica.

As estratégias utilizadas para desenvolvimento das metas e alcance dos objetivos foram: **Capacitação de técnicos** dos centros regionais de saúde e municípios para a coordenação e o desenvolvimento de atividades dos **Programas da VSA - Vigiágua, Vigiolo, Vigiar, Vspea e Vigidesastre** e respectivos Sistemas de Informação nos 13 Centros Regionais de Saúde e nos 144 municípios. Realização de reuniões técnicas intra



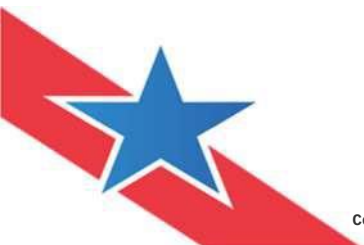
e intersetorial; Participação em comitês, fóruns, conselhos de áreas temáticas de interesse da VSA; Realização de **visita técnica** a gestores municipais de saúde; Análise sistemática e continua do **SISÁGUA, SISSOLO, SINAN, SIVEP DDA**; Análise em banco de dados e sites de interesse para o planejamento e apoio das ações (Datasus, Ibge, Fapespa, Sedap, Ibama, Mapa, Sedop, Semas, ANM, CPRM, entre outros); Elaboração e atualização de documentos norteadores para implantação, implementação e/ou estruturação da VSA em regionais e municípios e para o desenvolvimento dos Programas da VSA (Plano de Ação/Trabalho, Planilhas de Programação Financeira, Roteiros de Supervisão, Boletins Informativos, Notas Técnicas, entre outros).

Diante disso realizaram-se as seguintes atividades pelo estado do Pará nas respectivas regionais e municípios: Foi realizado em **treinamento para os novos técnicos** dos municípios do 3º, 2º 4º, 5º 6º, 10º, 12º e 13º CRS. Alcançando aproximadamente **210** técnicos regionais e municipais. Dessa forma todos ficaram com as informações necessárias para a realização da vigilância da qualidade de água de consumo humano favorecendo a diminuição da incidência das doenças de veiculação hídrica, conforme meta da ODS; Realização de inspeções em Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Soluções Alternativas Coletivas (SAC) e Solução Alternativas individuais (SAI), com objetivo de avaliar a eficiência do tratamento da água e os riscos à saúde associados com pontos críticosme vulnerabilidades detectadas; e Capacitação de técnicos municipais para realização de inspeção em SAA, SAC E SAI;

2.4.7.2- Vigilância em Saúde do Trabalhador

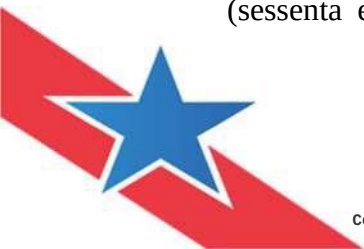
A Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) é uma rede nacional de informação e práticas de saúde, organizada com o propósito de pôr em prática as ações de vigilância, assistência e promoção da saúde, nas linhas de cuidado da atenção básica, da média e alta complexidade, ambulatorial, pré-hospitalar e hospitalar, sob a égide do controle social, nos três níveis de gestão do SUS.

Na esfera estadual a Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (VISATT) é um conjunto de ações feitas sempre com a participação dos trabalhadores e articuladas intra e intersetorialmente, de forma contínua e sistemática, com o objetivo de detectar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes da saúde relacionados ao trabalho, cada vez mais complexo e dinâmico.



A VISAT é desenvolvida por análises de documentos, entrevistas com trabalhadores e observação direta do processo de trabalho (forma de trabalhar, relação do trabalhador com os meios e processos de produção e da relação dos meios de produção com o ambiente) de uma forma geral, a VISAT faz supervisão de seus programas, de forma presencial, nos Centros Regionais de Saúde: 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª. E se divide em três eixos complementares: **Vigilância Epidemiológica:** coordenação dos procedimentos técnicos para sistematização da informação e a notificação compulsória das doenças e agravos relacionados ao trabalho. Por meio do acompanhamento periódico de indicadores de saúde e sistemas, como o de informação de agravos de notificação (SINAN-NET), busca-se conhecer o perfil de morbimortalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como o cruzamento com variáveis, tais como atividade econômica e ocupação. **Atenção à Saúde:** Objetiva a consolidação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora por meio do fortalecimento das ações dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Esses centros, comumente de abrangência estadual ou regional, assumem o lugar de suporte e retaguarda técnica no seu território de abrangência. Atuam como polo irradiador da cultura da centralidade do trabalho e produção social no processo saúde-doença. Além disso, a Atenção à Saúde almeja a ampliação e estímulo às ações do controle social, exercido, por exemplo, através das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) vinculadas aos respectivos Conselhos de Saúde. **Vigilância dos Ambientes e Processos de Trabalho (VAPT):** Compreendida como um conjunto de ações interventivas; planejadas, executadas e avaliadas a partir da análise dos agravos/doenças e de seus determinantes relacionados aos processos e ambientes de trabalho; que visam atenuar ou controlar os fatores e as situações geradoras de risco para a saúde dos trabalhadores.

As ações desenvolvidas: Reorganização técnica dos colaboradores dos CEREST no âmbito dos 13 centros Regionais de saúde e na área de abrangência dos CEREST regionais; Apoio matricial e articulação com os CEREST regionais, avaliação de produtividades medidos pelo qualifica CEREST principal indicador do Ministério da saúde das ações desenvolvidas na Saúde do Trabalhador (ST) a nível Brasil; Ampliação de cobertura de saúde do trabalhador com a implantação de referências técnicas (RT) em saúde do trabalhador no âmbito municipal, ampliando a cobertura para 64% (sessenta e quatro por cento) no território paraense totalizando 92 (noventa e dois)



municípios; Retomada do processo de implementação e estruturação da VAPT nos Municípios para ações de vigilância Sanitária Laboral; Implantação conjunta com o LACEN/PA e VISAMB de exames de Acetilcolinesterase para auxiliar na investigação em saúde de casos suspeitos de intoxicação exógena por agrotóxico; Repactuação da CISTT Estadual/(CES-PA) para ampliação aos municípios com maior cadeia produtiva; Pactuação intersetorial com as vigilâncias Estaduais em especial a Sanitária nos processos de investigação de agravos e ambientes de trabalho no contexto da pandemia de COVID – 19, compartilhando instruções de rotinas de trabalho em ambientes desfavoráveis ou que ofereçam risco demasiado ao trabalhado; Articulação com a GAT na construção do projeto de valorização profissional dos servidores do Estado do Pará; Construção do plano de capacitação em Saúde do Trabalhador em nível de especialização em parcerias com instituições educativas e formadoras a nível estadual e privado.

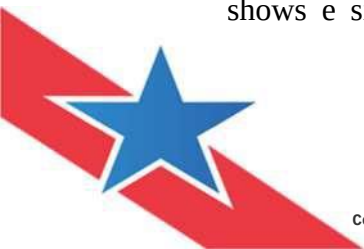
2.4.8- Vigilância Sanitária

O Departamento de Vigilância Sanitária, além de suas ações realizadas pelas Divisões Técnicas, agregou o monitoramento, fiscalização e intervenção do evento Pandêmico de COVID- 19, desenvolvendo ações voltadas ao cumprimento do Decreto Estadual n.º 800 de 31/05/2020.

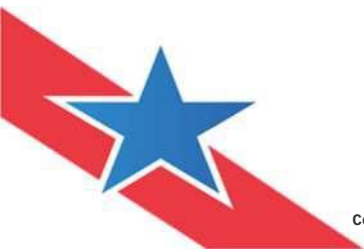
As ações de VISA não envolvem pessoas diretamente, mas asseguramos através das nossas ações, minimizar riscos decorrentes de serviços e produtos que possam, direta ou indiretamente, prejudicar a população usuária.

Pensando nesta Pandemia, a VISA Estadual está atuando com esforços técnicos para realização de monitoramento, avaliação dos locais considerados de risco sanitário e elaboração de informes técnicos temáticos de conhecimento, com intuito de minimizar aglomerações de pessoas, o não uso de máscara, distanciamento entre pessoas e não uso de álcool a 70% para higienização, ações essas, baseadas em Nota técnica da ANVISA/MS, Decreto Estadual n.º 800 de 31/05/2020, Protocolos sanitários e orientações sanitárias elaboradas pelo DEVS/DVS/SESPA.

Detalhamento das ações por município de execução: Município de Belém: Ação no combate a COVID 19, (STATE CARE), conjuntamente com a Segurança Pública, DETRAN, CBM nos segmentos econômicos (restaurantes, bares, lanchonetes, casas de shows e similares); Barreira sanitária para controle da disseminação do Covid-19 –



AEROPORTO; Ações Sanitárias para garantia do cumprimento do Decreto Estadual N.º 800 – PORTO HIDROVIÁRIO; Cumprimento do decreto 800/2020, em clubes e balneários; Testagem Itinerante e Vacinação – CAN; Testagem COVID RT PCR – Aeroporto – Parceria com o LACEN; Ação de verificação do cumprimento do decreto 800 – Círio 2021; Realização de inspeção sanitária nos arredores e setores internos do Baenão e Curuzú para realização dos Campeonatos Brasileiros séries B e C; Município de Ananindeua: **Fiscalização sanitária** em Estabelecimentos de Segmentos Econômicos para contenção do COVID-19; Cumprimento do Decreto 800/2020, em Clubes e Balneários; Município de Marabá: Análise de projeto Arquitetônico; Município de Castanhal: Realização de Auditoria na Indústria de Água Mineral FLORATTA, Água Adicionada de Sais da Rocha; Inspeção Sanitária no Hospital Regional de Castanhal; Inspeção Sanitária no Hemocentro Regional de Castanhal; Inspeção Sanitária no Centro de Hemodiálise Ari Gonçalves LTDA – CEHMO; Inspeção Sanitária na Clínica de Nefrologia de Castanhal; Município de Santarém: Realização de Inspeção no Serviço de Farmácia; Realização de inspeções sanitárias em diversos estabelecimentos assistenciais de saúde – EAS no município de Santarém/PA, tais como: Serviço de Hemodiálise do Hospital Municipal de Santarém CEHMO, Clínica Oncomaster de Santarém, Clínica Oncológica Tapajós de Santarém, Cintiloscanner, Hemocentro Regional de Santarém, habilitação do serviço de neurocirurgia e cardiologia. Município de Parauapebas: Realização de inspeção sanitária para emissão da licença de funcionamento empresa especializada em saneantes/Cosméticos; Fiscalização, orientação e prevenção ao COVID 19 em cumprimento ao Decreto n.º 800 de nos demais municípios: Barreiras Sanitárias nos municípios que realizam fronteira com o estado do Maranhão para controle sanitário do Novo Corona Vírus-Variante Indiano, Detectada No Estado Vizinho (Maranhão), Conceição do Araguaia, Cachoeira do Piriá, Viseu, Dom Elizeu e Abel Figueiredo); Ações de fiscalização, orientação e prevenção ao COVID-19 durante o período de Corpus Christi 2021; Salinópolis; Realização de Testagem Itinerante COVID 19 – SALINÓPOLIS – parceria; Avaliação da estrutura e serviços oferecidos no Centro Integrado de Prevenção e Combate à Covid-19 – CIPCOVID; RURÓPOLIS; Realização de barreiras sanitárias, fiscalização em estabelecimentos, casas de festas bares, e similares, evitar aglomerações, orientar o uso adequado de máscaras e distanciamento social, no município de Salinópolis, de



abrangência da 4ª CRS, para o cumprimento do decreto 800 de 31 de maio de 2020 e suas atualizações.

A Área de Engenharia Sanitária realizou através da Divisão de Engenharia – DIVEST, 39 Análise de Projetos arquitetônicos e Emissão de Pareceres, com avaliação das condições de infraestrutura física e higiênica sanitária e andamento das inspeções.

Quanto a Área de Serviço de Saúde, em cumprimento da legislação sanitária e do Decreto Estadual n.º 800 de 31/05/2020, realizou: Inspeção sanitária em: Instituição de Longa Permanência para idosos – ILPI, Estabelecimentos assistenciais de Saúde – E.A.S: Serviços de terapia renal substitutiva, serviços de Nutrição Enteral e Parenteral, Centros de Hemoterapia e Agencias Transfusionais, Banco de células e tecidos, e sangue de cordão umbilical e placentário e quimioterapia e Oncologia. Inspeção Técnica para Habilitação do serviço de Transexualização no Hospital Jean Bitar no LACEN. Inspeção para Licenciamento do Hospital Regional dos Caetés e Habilitação de leitos de UTI

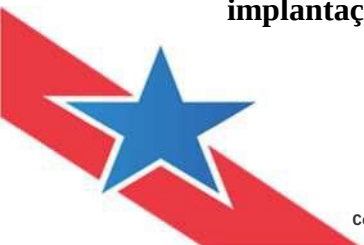
Na Área de Produtos realizou-se inspeção sanitária nas Farmácias, empresas de controle de pragas urbanas, Gases Medicinais, beneficiamento de babaçu, indústria de palmito em conserva.

O impacto dessas atividades para sociedade foi a redução do risco sanitário advindo de produtos (medicamentos, saneantes, cosméticos, produtos para higiene, produtos para saúde) com as condições higiênicas sanitárias satisfatórias com as adoções das Boas Práticas de Fabricação e em consonância com a Legislação sanitária em vigor.

O Serviço de Saúde prestado nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (hospitais, diálise, hemoterapia, oncologia, banco de olhos, banco de leite, equipamentos e outros) com a garantia de qualidade dos serviços ofertados a população usuária desse sistema, minimizando o risco sanitário.

2.5 – DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE REDES ASSISTENCIAIS - DDRA.

O desafio da elevação da qualidade da atenção à saúde prestada à população paraense neste ano corrente, sobretudo no que tange à média e alta complexidade (segmento de responsabilidade direta da DDRA), passa principalmente pela **implantação de novos pontos de assistência a saúde** como a **construção de novos**



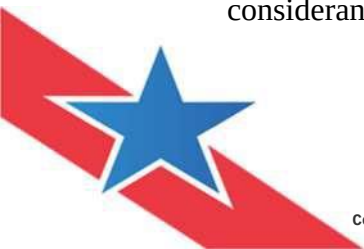
hospitais regionais, requalificação dos existentes bem como **atenções as assistências municipais** através de parcerias com prefeituras ou entidades filantrópicas de assistência à saúde.

Outro desafio importante da DDRA consistiu na **disponibilização de serviços ambulatoriais e hospitalares** em quantitativos cada vez mais crescentes e a busca do alcance de níveis de qualidade mais significativos para os usuários do Sistema Único de Saúde, bem como o equilíbrio da relação saúde/habitante, assim como o seu aprimoramento no sentido de tornar as estruturas existentes mais adequadas aos padrões de atendimento e melhores condições aos trabalhadores na saúde.

Também protagonizou as ações do DDRA em 2021 a missão **organizar os serviços oncológicos, orientando a formação de redes regionais**, com fluxo de acesso regulado e garantindo o direito do usuário do SUS as ações de controle do câncer, da atenção básica à alta complexidade, contemplando ações de promoção, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos. Nortear e fortalecer as ações voltadas à melhoria dos indicadores de prevenção e diagnóstico por câncer, garantia da qualidade da assistência oncológica, capacitação dos profissionais, monitoramento dos sistemas de informação do câncer, apoiar a **construção dos Planos Regionais e Municipais de Atenção Oncológica**.

Ademais, coube à DDRA **coordenar a Central Estadual de Transplantes**, que através das suas atribuições e competências **planeja e implementa e expansão da rede de doação e transplantes no estado do Pará**.

Por fim, destacam-se entre os fazeres da DDRA no ano de 2021 o **controle e avaliação da Gestão dos Hospitais Gerenciados por OSS**. Os estabelecimentos assistenciais de saúde gerenciados por OSS possuem além dos serviços de média complexidade a oferta de serviços alta complexidade em saúde como referência para as regiões de sua abrangência. Impende frisar que o Hospital Regional Público de Baixo Amazonas (HRBA), em Santarém e Hospital Regional da Transamazônica em Altamira, ambos possuem Acreditação Nível III, o maior reconhecimento da Organização Nacional de Acreditação (ONA), que avalia a qualidade em todas as áreas de atividade dos hospitais, como infraestrutura, internação, controle de infecções, higienização e outros processos focados na assistência aos pacientes. Como consequência, esses dois hospitais regionais passaram a figurar entre os 10 melhores hospitais públicos do Brasil, considerando um universo de 2.987 hospitais públicos que atendem ao Sistema Único

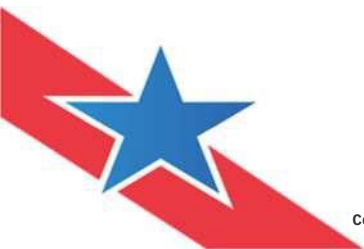


de Saúde (SUS). Além desses, o Hospital Público Estadual Galileu (HPEG), o Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo e a Fundação Santa Casa de Misericórdia em Belém também possuem a Acreditação Hospitalar com a distinção ONA.

O modelo de gerenciamento por Organização Social, entre custo benefício, têm apresentado maior vantajosidade para o sistema público de saúde garantindo modernidade eficiência e a economia no gerenciamento de recursos, qualificando os atendimentos elevado padrão de qualidade ao usuário do SUS. Os Hospitais Regionais sob gestão direta da SESPA (Hospital Regional de Conceição do Araguaia, Hospital Regional de Cametá e Hospital Regional de Salinópolis), atuam como estratégia utilizada para reduzir o fluxo de demandas de média complexidade para região metropolitana. São hospitais de menor porte, com perfil em hospital geral, utilizados como retaguarda aos municípios da região de abrangência, para serviços de maior complexidade. Os mesmos atendem respectivamente as demandas das regiões Araguaia, Baixo Tocantins e Rio Caetés.

Pelo exposto, cumpre-se destacar como performance do DDRA em 2021:

- Implementação de serviços no Hospital São Francisco através de Convênio destinado para incremento de custeio nos serviços de Hemodiálise.
- Implementação de serviços no Hospital Santo Antônio Maria através de Convênio destinado para incremento de custeio nos serviços de média e alta complexidade, nas metas contratualizadas.
- Implementação de serviços no Instituto Servir Amazônia destinado ao Projeto Prevenção pelo Pará, que tem como foco ações itinerantes onde serão realizadas Mamografias, PCCU, PSA e Eletrocardiograma nas regiões Metropolitana II e III, Rio Caetés, Carajás, Araguaia, Lago Tucuruí e Tocantins.
- Implementação de serviços no Centro de Saúde do Município de Quatipuru – e convênio com a Prefeitura Municipal de Quatipuru, para aquisição de equipamento.
- Implementação de serviços na Associação Cultural Amazônia Independente (ACAI), através de fomento destinado ao Projeto Saúde no Olhar II, tem como foco serviços itinerantes em Oftalmologia, na região Metropolitana I e Tocantins.
- Contratualização de diversos leitos de UTI COVID, através de aditivos de contratos (Hospital 9 de Junho).

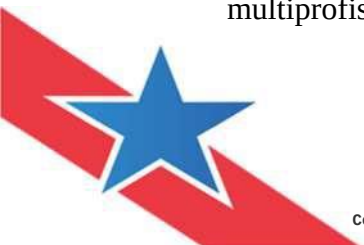


- Aquisição de ambulâncias tipo A para as prefeituras de Igarapé Açu, Marapanim, Bom Jesus do Tocantins, Aveiro, Inhagapi, Augusto Corrêa e Marabá.
- Hospital Dom Luiz Beneficente Portuguesa e Hospital Divina Providência: contratualização de leitos, exames de imagem e cirurgias.
- Apoio à construção e implementação de diversos hospitais municipais no estado;
- Barco Papa Francisco: custeio dos atendimentos ambulatoriais e hospitalares gerais e COVID-19 análise dos planos de trabalho.
- Hospital Regional de Tucuruí e Hospital Regional Público do Araguaia: Ampliação de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto em cada.
- Atendimentos odontológicos itinerantes;
- Campanhas Março Lilás 2021, Outubro Rosa 2021 e Novembro Azul
- Ações em parceria com TerPaz / ParáPaz
- Implementação da Média e Alta Complexidade em Oncologia;
- Implementação e expansão da rede de doação e transplantes nas 04 Macrorregiões;
- Divulgação de parte dos resultados da Coordenação de Estadual de Atenção Oncológica - CEOA através da publicação em revista científica de quatro artigos que apresentam perfil do câncer no estado.

2.6 – COORDENAÇÃO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA O AUTISMO - CEPA.

2.6.1 NATEA - Núcleo de Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – NATEA (CIIR)

Através da análise situacional realizada pela CEPA/SESPA, observou-se a necessidade de ampliar e/ou reestruturar os serviços disponíveis na Rede de Atenção em Saúde (RAS) para pessoa com autismo, suprir a elevada demanda reprimida por atendimentos multiprofissionais, minimizar as longas filas de espera em nosso Estado e principalmente descentralizar e regionalizar as práticas propostas pelo CETEA, sendo criado o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (NATEA). Dessa forma o NATEA tem como objetivo oferecer serviço multiprofissional de qualidade e excelência aos autistas e seus familiares. Atualmente se



tem um NATEA no Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), inaugurado dia 17 de dezembro de 2020. Esse núcleo atende cerca de 300 usuários e suas famílias mensalmente nas 12 regiões de integração.

2.6.2 I PARÁ CONTEA: Congresso Paraense sobre Transtorno do Espectro Autista

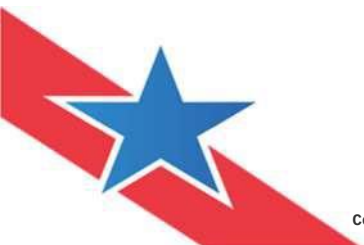
Como forma de valorizar a ciência e favorecer o intercâmbio científico, o "PARÁ ConTEA" teve por objetivo atualizar o conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista através de um evento gratuito, aberto ao público, envolvendo desde as questões de diagnóstico precoce à intervenção no campo da saúde, palestras relacionadas aos direitos, assistência social, mundo do trabalho e famílias. A primeira edição foi realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2021, contou com convidados nacionais e internacionais, referências no campo do autismo, sendo realizadas palestras com temas atuais. O congresso reuniu mais de 8.300 inscritos, aberto aos 144 municípios do Pará, as 12 regiões de integração do Pará e outros estados do país. Obteve aproximadamente 12 mil visualizações na plataforma do Youtube do Governo do Estado em cada dia do evento.

Destaca-se ainda a importância de continuar promovendo edições desse projeto, pois além de disseminar conhecimentos sobre o autismo, com base nas práticas com evidências científicas, promove também conscientização ampliada (alcance de grandes públicos) e favorece o intercâmbio científico em diferentes áreas como saúde, educação, mundo do trabalho, assistência social, direitos, dentre outros.

2.6.3 PROJETO "TEA MARKET"

O projeto TEA MARKET foi uma vitrine para o pequeno negócio regional, uma plataforma online gratuita, que disponibilizou a divulgação e oferta de produtos e serviços de forma inovadora, transparente e sustentável, produzindo conteúdo inteligente e gerando oportunidades de mercado e renda.

No mês de abril a "Plataforma Amazônia Market", vitrine já existente do SEBRAE, transformou-se na plataforma "TEA Market", a qual fortaleceu a compra do pequeno empreendedor com autismo e/ou de seus familiares, exibindo produtos e serviços no campo do artesanato, serviços de fotografia e multimídia, serviços de



papelaria, dentre outros. Obteve 9.478 visualizações na plataforma, acesso de 5.974 usuários cadastrados, 05 negócios cadastrados, 46 produtos divulgados.

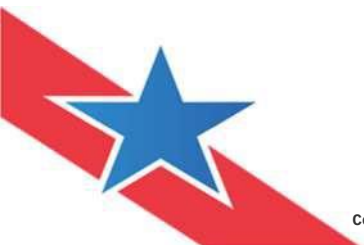
2.6.4 Validade de Laudo TEA: LEI 9.214/21

Em fevereiro de 2021 foi sancionado pelo Governo do Estado o Projeto de Lei que retira o prazo de validade de laudo-medico pericial que atesta o Transtorno do Espectro do Autista. Este projeto prevê de maneira expressa, que as famílias e os serviços públicos e privados poderão requerer a expedição de laudos atualizados que visem a melhor condução no acompanhamento medico, educacional e assistencial.

A Lei. 9214/21 trata-se de mais uma conquista da garantia de direitos das pessoas com Autismo no Estado do Pará, pois desobstrui o sistema de saúde para renovações periódicas e torna desnecessárias exigências burocráticas relativas ao documento, facilitando a vida das pessoas com autismo e suas famílias. O caráter permanente facilita a vida das famílias no Sistema único de Saúde, pois conseguir laudo atual demandava agendamento médico, perda de dia de trabalho, deslocamento e gastos, sobretudo para a população de baixa renda.

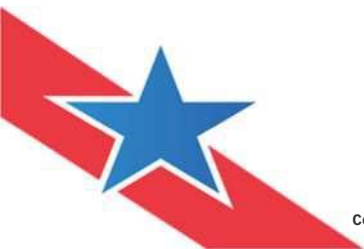
2.6.5 Carteira de identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro - CIPTEA e Cadastro de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - CADTEA.

Diante do vazio informativo no campo do Autismo, o Cadastro de Identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - CADTEA tem como objetivo a criação de uma base de dados para identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado Pará, bem como para o cadastramento de informações importantes para o recebimento da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA). A CIPTEA é uma carteira de identificação com o objetivo de garantir a atenção integral, pronto atendimento e prioridade no acesso a serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social conforme os artigos 17 a 20, da Lei 9.061 de 21 de maio 2020, que dispõe sobre o registro único informatizado, através de um sistema que conste todas as informações pertinentes às pessoas com Autismo no Estado do Pará. O documento é previsto na Lei 12.764/2012, dispondo sobre expedição da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - CIPTEA no âmbito nacional. As informações contidas



neste cadastro constarão na base de dados da Secretaria Estadual de Saúde Pública (SESPA) e poderão ser utilizadas para a formulação de políticas públicas e pesquisas científicas de acordo com a legislação vigente para o acesso à informação. Em 2021, realizamos 5.000 (cinco mil) cadastros nas 12 regiões de integração e foram realizadas 2.795 (dois mil setecentos e noventa e cinco) entregas de carteiras CIPTEA por todo estado do Pará. Alguns municípios as entregas foram feitas presencialmente e em outras ocasiões enviadas pelos correios.

2.6.6 PROJETO Festival TEAlentos - O Programa TEAlentos teve seu início a partir do I Festival Paraense de TEAlentos, como uma iniciativa da CEPA/SAPS/SESPA, em parceria com Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), que teve por objetivo divulgar as habilidades e talentos artísticos de jovens e adultos com Transtorno do Espectro do Autismo-TEA. A primeira edição foi realizada nos dias 17 e 18 de abril de 2021, envolveu apresentações em 5 modalidades artísticas (música, dança, artes visuais, teatro e poesia) com a participação presencial e/ou virtual de 31 TEAlentos. Os municípios com representantes foram: Belém, Ananindeua, Marituba, Castanhal, Breves, Bragança e Augusto Corrêa. O evento teve mais de 13 mil visualizações na plataforma do Youtube do Governo do Estado e assim abrangeu os 144 municípios e as 12 regiões de integração do Pará. O valor aplicado foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). As estratégias utilizadas envolveram a divulgação nas mídias do governo, nas mídias sociais da SESPA, CEPA e SECULT, além de propaganda na TV aberta. Para as apresentações dos TEAlentos foram cuidadosamente pensadas adequações considerando as especificidades de cada participantes a exemplo de problemas com luminosidade, altura do som, falar ou não em público, entre outras questões. A abertura da possibilidade de fazer a inscrição toda em formato online, bem como, de participar do evento de forma presencial ou online (a critério dos participantes), também foram pontos positivos. Destaca-se que a transmissão do evento que foi totalmente online, permitiu que pessoas do Pará, Brasil e do mundo pudessem assistir ao vivo as apresentações. O Festival TEAlentos foi o primeiro Festival de pessoas com TEA do Brasil. O impacto do evento foi a possibilidade de dar maior visibilidade para os talentos das pessoas com TEA no Estado, demonstrando que para além do diagnóstico, existem também habilidades e capacidades que precisam ser



valorizadas. Garantir também, momentos de lazer que geram saúde e bem estar, tanto as pessoas com TEA, quando à suas famílias e comunidade em geral em meio a pandemia.

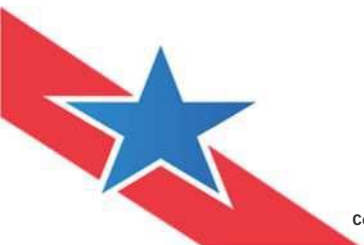
2.6.7 Parceria com a Defensoria Pública do Estado do Pará - DPE e Coordenação Estadual de Políticas para o Autismo - CEPA (emissão de Registro Geral - RG para pessoa com transtorno do espectro autista - TEA. (Belém e Região Metropolitana).

Devido à um grande número de cadastros CIPTEA, sem RG, investigamos via ligações com as famílias onde observou-se que os usuários não tinham o RG, e os responsáveis encontravam dificuldade quando a demora para conseguir emitir o RG, pelas datas de marcações via internet a longo prazo, sendo assim a Coordenação Estadual de Políticas para o Autismo dia 04 de maio de 2021 iniciou a parceria com a Defensoria Pública do Estado, a emissão de RG de pessoas com autismo em Belém e região metropolitana, sendo a sua emissão na hora não precisando as famílias esperarem prazo de entrega, como se trata de uma ação continua até o presente momento foram emitidos 300 RG.

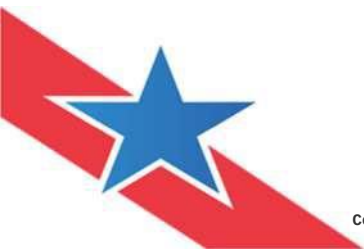
Sendo assim a CEPA, através desta parceria objetiva auxiliar as famílias garantido que o direito da pessoa com TEA seja atendido amparados pela Lei 9.061 de 21 de maio 2020 Lei de Política Estadual de Proteção a Pessoa com transtorno do Espectro Autista - PEPTEA.

2.6.8 Programa Capacitar para incluir: um olhar para Autismo

As estratégias de educação permanente são uma das áreas de prioridade para a CEPA, portanto, após a sanção da Lei. 9.061/2020, várias práticas já foram iniciadas visando implementar as ações instituídas nos artigos 14º ao 16º da PEPTEA, no qual, visa à capacitação de profissionais e famílias de pessoas com autismo do Estado do Pará. Sua base técnica encontra fundamento especialmente na Lei Estadual nº 9061/2020. Foco também da legislação estadual é a capacitação dos servidores envolvidos direta ou transversalmente na implementação e execução da PEPTEA, vinculados às áreas da saúde, educação e assistência social, constitui diretriz essencial e permanente da Política Estadual criada nesta Lei, devendo ocorrer de forma articulada e continuada, conforme previsão do artigo 14 da mencionada lei. Como forma de identificar como tal capacitação deve ocorrer, a lei 9061/2020 dispõe: Art. 15. A



capacitação permanente de agentes públicos para o atendimento especializado das pessoas com Transtorno do Espectro Autista deve priorizar: I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias que promovam o atendimento especializado das pessoas com Transtorno do Espectro Autista nas suas dimensões multidisciplinar, interdisciplinar e transversal; II - a busca por alternativas curriculares e metodologias mais adequadas, tanto na capacitação de agentes públicos, quanto no desenvolvimento de técnicas e metodologias para o ensino estruturado de pessoas com Transtorno do Espectro Autista; III - a produção e a difusão de conhecimentos, metodologias e informações nas áreas de saúde, educação e assistência social, aportados em práticas baseadas em evidências científicas no âmbito regional, nacional e internacional; e IV - a elaboração de estudos que gerem indicadores locais e regionais e auxiliem o desenvolvimento, fortalecimento e aperfeiçoamento das políticas públicas do Estado vinculadas ao TEA. Na execução da capacitação de agentes públicos, no âmbito da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, devem ser realizadas ações articuladas da SESPA, SEDUC, SEASTER, da Escola de Governança Pública do Estado do Pará e de Universidades Estaduais e Federais, por meio de convênios ou instrumentos congêneres. Neste sentido o “Programa Capacitar para Incluir” foi uma das iniciativas pioneiras desta Coordenação, tendo como frutos uma parceria entre a CEPA e a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) através do Projeto TEA. Em ambas as parcerias foi promovida uma formação continuada para servidores municipais e estaduais, como forma de proporcionar o nivelamento de gestores e servidores da rede pública para a temática do autismo em contextos intersetoriais e capacitá-los para atuarem como agentes de inclusão em seus municípios. A capacitação ocorreu na modalidade de ensino a distância e atendeu nesta etapa a 14 municípios do Estado, sendo eles: 1) Acará, 2) Altamira, 3) Ananindeua, 4) Barcarena, 5) Belém, 6) Bragança, 7) Breves, 8) Capanema, 9) Castanhal, 10) Conceição do Araguaia, 11) Concórdia do Pará, 12) Goianésia do Pará, 13) Itaituba e 14) Marabá. Nesta Primeira versão foram certificados 500 servidores públicos que realizaram curso de aperfeiçoamento com média de 180h de carga horária e também com atuação como multiplicadores dos conteúdos adquiridos através da realização do I Seminário Estadual de Políticas públicas para o Autismo.

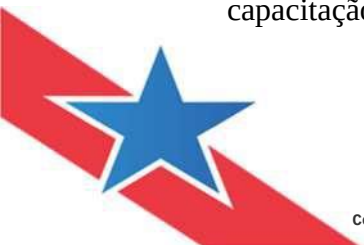


2.6.9 Projeto Proteger para Incluir

O projeto Proteger para Incluir é uma proposta da CEPA com a Secretaria de Segurança Pública (SEGUP), executada pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), com apoio técnico da UFRA através do Projeto TEA. Está incluindo no rol de ações do Programa Capacitar para Incluir e prevê a formação continuada para profissionais que atuam na seara da segurança pública em articulação com a rede de proteção da pessoa com autismo. Assim, a partir da articulação intersetorial conforme previsto nas Leis federais 13.146/2015 e 12.764/2012 e Lei estadual 9061/2020, o projeto visa à capacitação de 300 profissionais que atuam na área da segurança pública e neste contexto, promover a abordagem adequada, a proteção e a garantia de políticas públicas voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias.

2.6.10 Projeto EducaTEA

O Projeto EducaTEA consiste em uma proposta desenvolvida pela Coordenação Estadual de Políticas para o Autismo - CEPA/SESPA, em parceria com a Coordenação de Educação Especial COEES/SEDUC, tem como objetivo promover a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista e outras condições no contexto escolar, através de capacitação aos professores para a produção de recursos multifuncionais que contemplem uma proposta inclusiva no processo de ensino-aprendizagem. A capacitação no formato online, será disponibilizada aos 5.000 gestores e professores das instituições federais, estaduais, municipais e particulares de ensino do Estado do Pará, como forma de promover conhecimento acerca das estratégias para inclusão de alunos com TEA no contexto escolar, através da avaliação de necessidades dos alunos e implementação de recursos multifuncionais, tais como: Silabário Simples, Prancha de Comunicação Alternativa/Aumentativa e Quadro de Rotinas. É importante ressaltar que Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), Suportes Visuais (VS) e Instruções e intervenções assistida por tecnologia (TAII) são práticas que tem evidências claras dos seus efeitos positivos em crianças e jovens com autismo. O "EducaTEA" contará ainda com certificação e cartilha com orientação dos recursos multifuncionais disponibilizados no curso, promovendo a participação efetiva de pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA) em âmbito escolar, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Foram 5.000 (cinco mil) inscritos na capacitação para a produção de recursos multi funcionais.



2.7- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E AUDITORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - DDASS.

No que se refere ao acesso regulado às consultas e exames ambulatoriais e internações de média e alta complexidade, o quantitativo de internações e procedimentos regulados no período de 2021 por complexo regulador regional, alcançou o total de **839.831 atendimentos** sendo 720.403 ambulatoriais e 119.428 internações regulados no Estado.

Diante dos dados apresentados observa-se a garantia de acesso a procedimentos ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade em serviços especializados ofertados na rede assistencial de gestão estadual para a população em todas as regiões de integração, efetivada pelos Complexos Reguladores Regionais, sendo observados os maiores percentuais de atendimento regulado nas regiões de integração, Baixo Amazonas (26,79%), Rio Caetés (17,40%), Guajará (15,86%) e Carajás (11,32%) e o menor percentual de atendimento nas demais regiões Marajó (1,85%), Rio Capim (4,77%), Tocantins (8,26%), Guamá (2,99%) e Carajás (11,32%) que somadas alcançam o percentual de 28,63% de atendimentos regulados.

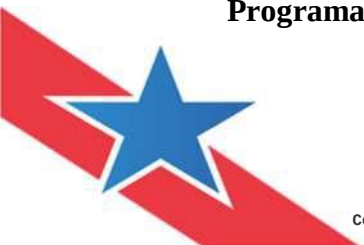
Neste ano de 2021 foi iniciado o monitoramento dos indicadores de avaliação de desempenho da Central Estadual de Regulação Hospitalar e Ambulatorial no que refere à taxa de ocupação e tempo médio de espera de acesso a internação e consultas e exames especializados.

Neste período a análise da taxa de ocupação de leitos Clínicos e de UTI por COVID19 obteve a variação de ocupação de leitos clínicos entre 70% a 100% e o de UTI de 90% a 100%, com maior taxa de ocupação nos serviços da Região de Integração Guajará e Baixo Amazonas.

No que se refere ao monitoramento do tempo médio de espera de solicitações de internação de pacientes em fila cadastrados na Central Estadual de Regulação, demonstrou o tempo médio de espera das solicitações de internação em fila em torno de 1,16 dias.

Quanto ao monitoramento do tempo médio de espera para consultas especializadas girou em torno de 58 dias, enquanto o tempo médio de espera para exames especializados alcançou a média de 59 dias.

Ainda referente ao processo de regulação do acesso agora em relação ao **Programa Tratamento fora do Domicílio para fora do estado foram beneficiados**



111 pacientes sendo 09 encaminhados de primeira vez e 102 em continuidade no tratamento.

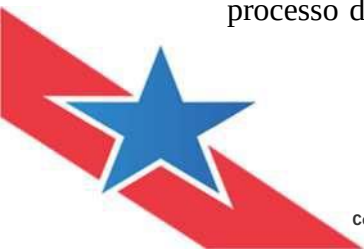
Desta ação, a Região de Integração com maior índice de pacientes encaminhados para fora do Estado foram a Região Caeté com 31 pacientes, Xingu com 23 pacientes, Rio Guamá com 15 pacientes, Marajó com 9 pacientes, Rio Capim com 8 pacientes, Baixo Amazonas e Carajás igualmente com 7 pacientes.

Os Estados com maior incidência de encaminhamentos de pacientes foram: São Paulo (42), São Luís/MA (24), Brasília/DF (17), Fortaleza/CE (17). Os Hospitais com maior número de inclusão de pacientes foram: Hospital Rede Sarah/MA (24), Hospital Rede Sarah/Brasília (14), Hospital Walter Cantídio/CE (12), Hospital de Clínicas de São Paulo (8), Hospital Rio Grande/RN (8). GRAAC/SP (6). Destaca-se as especialidades com maior incidência nas áreas de Ortopedia (24), Hepatologia (13), Oncologia (11), Traumato-Ortopedia (8), Neurologia (1), Nefrologia (7), Neurologia (6), Hematologia (6).

A atuação da regulação do SUS referente à estruturação da rede assistencial no que se refere à rede hospitalar tanto de gestão municipal como estadual apresentou o quantitativo de 13.604 leitos com vínculo com o SUS. Realizando uma comparação evolutiva dos dados de leitos de forma geral do mês de janeiro com o mês de setembro, nota-se um acréscimo de 540 leitos, tanto na gestão estadual, como municipal elevando o indicador de ampliação de leitos para 1.6 leitos por mil habitantes.

Destaca-se que o processo de habilitação de novos serviços especializados influencia na ampliação de leitos para a população, sendo neste ano realizadas visitas técnicas em 09 novos serviços de saúde especializados da rede estadual dos 17 programados. Tal avaliação permitiu agilizar o processo de habilitação de 10 leitos Adulto tipo I do Serviço de Gestão em Alto Risco, 10 leitos de UTI Adulto Tipo II, 07 máquinas de Hemodiálise, Unidade de Referência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON, Unidade de Assistência em Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave e Componente de Atenção Especializada no Processo Transexualizador. Tais processos estão aguardando parecer técnico do Ministério da Saúde.

Outra atividade de monitoramento que contribui para manutenção dos leitos existentes e garantia do acesso regulado da população aos serviços especializados é do processo de contratualização de prestadores de serviços de saúde cujo investimento da



gestão estadual é realizado através da oferta de serviços na área ambulatorial e hospitalar nas 12 regiões de integração do Estado do Pará. O monitoramento de tais serviços é de grande importância para qualificar o acesso da população aos serviços de saúde em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde e transparência na utilização do recurso público, com destaque para rede contratualizada na Região de integração Rio Capim com 80% dos Estabelecimentos monitorados. O hospital São Francisco no município de Ulianópolis que oferece atendimentos ambulatoriais e hospitalares do cuidado direcionado aos pacientes em Terapia Renal Substitutiva - TRS dos municípios da região de integração Guamá. O hospital São Lucas no município de Bujaru precisou ser interrompido para adequações estruturais no estabelecimento hospitalar.

A obra encontra-se em andamento para melhorias dos serviços a serem ofertados que são de extrema importância para a região por se tratar de único hospital no município. Na Região de Integração de Carajás realizado monitoramento das comissões referente ao Hospital São José e Clínica Monte Sinai ambos localizados em Rondón do Pará, onde ofertam serviços a população relacionada à clínica médica, obstetrícia, e procedimentos ambulatoriais. Na Região de integração do Rio Caetés 100% dos estabelecimentos (06) monitorados. Assim como nas regiões de integração do Baixo Amazonas, Tocantins, Guajará e Guamá. A equipe técnica estadual acompanhou e orientou as comissões regionais quanto à necessidade de acompanhamento e adequação dos serviços referentes à qualidade da assistência prestada à população e das informações geradas conforme as normas e regras referentes ao manual de fiscalização da SESPA e legislação pertinente de acompanhamento dos contratos e formas de avaliação dos itens compostos no Documento Descritivo dos mesmos.

Um dos pontos que auxilia tanto a gestão municipal com estadual no processo de regulação do acesso da população às ações e serviços de saúde de forma planejada e organizada de acordo com as necessidades locais é o monitoramento da Programação Pactuada e Integrada que neste período se destaca o processo de descentralização dos prestadores de Serviços públicos sob Gestão Estadual dos municípios de São Domingos do Capim e Sapucaia passando os mesmos a assumirem a gestão do recurso do Limite financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. Outro ponto importante a destacar foi a composição da Programação Pactuada Integrada de Assistência à Saúde do município de Mojui dos Campos e teto hospitalar do município



de Bagre. Quanto ao processo de atualização da programação das ações e serviços de saúde foram realizadas oficinas de Revisão da Programação Pactuada Integrada - PPI Assistencial para os municípios neste ano de 2021, para as regiões de integração do Araguaia, Tocantins, Baixo Amazonas e Tapajós, possibilitando aos gestores municipais maiores esclarecimentos sobre o processo de pactuação das ações e serviços de saúde na região para a realização da assistência à saúde de forma ordenada com garantia de acesso na região.

No que concerne à ampliação do acesso aos serviços da Rede de Urgência e Emergência às ações programadas para o ano de 2021 destaca-se o serviço de transporte aero médico pelo qual foram transportados 412 pacientes de 37 municípios, com transportes para Unidades Hospitalares da Região Metropolitana e Hospitais Regionais do Estado em conformidade com a complexidade e necessidades de saúde do paciente. Houve a ampliação da cobertura do Serviço Aero médico para a Região do Carajás o que justifica o aumento do número de transportes realizados e somados a estes, os números do 1º quadrimestre de pacientes transportados com diagnóstico do COVID-19.

Foram realizadas 56 supervisões em 16 municípios quanto ao desempenho do componente hospitalar em relação aos leitos clínicos de retaguarda para os casos de urgência, de UTI e Porta de Entrada, Serviço SAMU 192 e UPA 24h, nos municípios que tiveram por objetivo qualificar os serviços, orientando a gestão e as Unidades Hospitalares a atender os requisitos da portaria ministerial a fim de qualificar a atenção, melhorando a qualidade do atendimento e humanização dos espaços. Foram realizados 04 treinamentos para 122 profissionais de 23 municípios com objetivo à qualificação da atenção do profissional que se encontra em municípios distantes para que ofertem um atendimento adequado e resolutivo à população em conformidade com os protocolos atuais e também sejam multiplicadores em suas regiões.

Neste período ocorreram cinco 05 habilitações de serviços de urgência sendo 03 do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU 192 dos municípios de Capanema (USA), Marituba (USA), Marabá (USB) e São Geraldo do Araguaia (USB) e 02 Unidades de Pronto Atendimento nos Municípios de Bragança e Itaituba, os quais irão contribuir para a ampliação do acesso da população ao atendimento mais próximo de sua residência e em tempo adequado.

Quanto às Auditorias em Saúde foram desenvolvidas ações direcionadas no âmbito da Atenção Básica, tendo como foco o Pacto pela Redução da Mortalidade



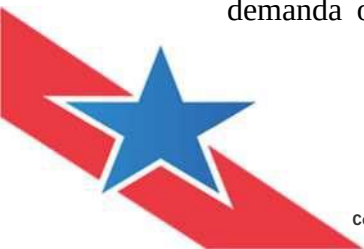
Materna nos municípios de Santa Bárbara do Pará, Benevides e Nova Timboteua .

Em Santa Bárbara do Pará, município da Região Guajará, houve verificação das condições operacionais (Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica, Regulação), com visitas em 03 três Unidades Básicas de Saúde para verificação das suas condições físico-funcionais no que tange ao atendimento voltado para saúde da mulher (consultas, exames, vacinação, medicação). Análise da aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo Estadual de Saúde, em 2020, para o Fundo Municipal de Saúde através da verificação dos processos de despesas. Por uso indevido de recurso da Atenção Primária, foi solicitada devolução para o Fundo Estadual de Saúde face às inconformidades verificadas. A auditoria notificou os auditados para que apresentassem suas justificativas. O impacto principal da atividade auditora no município foi ensinar a realização de processos licitatórios para compra de medicamentos e insumos; material técnico, mobiliários e equipamentos; reforma de unidades de saúde e contratação de empresa especializada no recolhimento do lixo infectante, o que irá trazer melhoria no atendimento da população de Santa Bárbara do Pará. No que concerne ao pacto pela redução da mortalidade materna, o principal avanço foi instauração de um Grupo Técnico Municipal de Vigilância de Óbito Materno, Infantil e Fetal/GTVO.

No município de Benevides (Região Guajará) e Nova Timboteua (Região Rio Caetés), o foco foi avaliar o pacto pela redução da mortalidade materna, tendo sido implementadas visitas aos setores das Secretarias Municipais de Saúde e Unidades Básicas de Saúde, com ênfase na avaliação técnica dos registros contidos nos prontuários das gestantes.

No âmbito da Média e Alta Complexidade (MAC), as auditorias envolveram 03 instituições, a saber: Hospital Saúde Center, município de Capanema; Hospital Santa Maria de Ananindeua e Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em Belém com o objetivo de auditar convênios e comprovar a realização de 13 (treze) cirurgias cardíacas pediátricas, em pacientes oriundos da Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna - FHCGV, no ano de 2020 e realizar a análise do bloqueio de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) no Sistema de Informação Hospitalar/SIH/SUS, por envolver valor elevado.

Também foram realizadas 07 (sete) auditorias com o objetivo de atender demanda oriunda da Coordenação Geral de Atenção Especializada do Ministério da



Saúde, sendo emitidas Notas Técnicas, alertando os respectivos gestores hospitalares para o cumprimento da legislação do SUS no que concerne aos documentos que devem compor o prontuário médico, tendo como impacto diretrizes para uma melhor organização dos documentos comprobatórios do atendimento integral aos usuários.

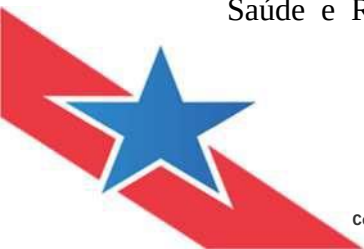
Em 2021 houve apuração de denúncia sobre óbito materno, ocorrido no Hospital Regional do Sudeste do Pará, em Marabá, região de integração Carajás, Relatório em fase de elaboração.

Objetivando capacitar servidores no processo de auditoria do SUS, foram treinados 07 (sete) servidores do 1º Centro Regional de Saúde/SESPA, 08 (oito) do 7º CRS/SESPA e 03 (três) do Departamento de Auditoria. Como impacto, os citados Centros Regionais passaram a contar com servidores aptos a colaborar com o Departamento de Auditoria nas atividades a serem implementadas nos seus respectivos municípios de abrangência, bem como, de monitorarem o cumprimento das recomendações feitas aos gestores municipais através de relatórios técnicos produzidos pelo Departamento de Auditoria em Saúde.

Os componentes municipais do Sistema Nacional de Auditoria de Ananindeua e Castanhal também receberam a visita dos técnicos em atividade de Cooperação Técnica e teve como objetivo orientar os técnicos das Secretarias Municipais de Saúde de Ananindeua e Castanhal sobre a importância da atuação do componente municipal de auditoria gerando como impacto a melhoria da funcionalidade dos respectivos componentes municipais de auditarem seus serviços e estabelecimentos de saúde, com reflexos positivos na efetividade das ações de saúde prestados à população.

A **Ouvidoria** do SUS registrou no período de janeiro a novembro de 2021 um quantitativo de **1.138 manifestações**, que foram qualificadas e classificadas em 461 reclamações, 347 solicitações, 146 informações, 166 denúncias, 14 sugestões e 04 elogios, destas **806 manifestações finalizadas**, alcançando um Índice de resolutividade de 71%.

Os assuntos mais demandados no ano de 2021 foram referentes à Gestão (362), Assistência à Saúde (280), Assistência Farmacêutica (253) e Vigilância em Saúde (168). Observamos os altos índices dos assuntos gestão e assistência em saúde o que demonstra que a população utiliza os canais da Ouvidoria do SUS para manifestações referentes aos atendimentos dos serviços de saúde (Estabelecimento de Saúde e Recursos Humanos) e de acessos aos serviços (consultas, cirurgias, apoio



diagnóstico e leitos).

Também foram realizadas ações em parceria com as ouvidorias regionais de apoio à implantação e implementação do serviço de ouvidoria nos municípios e estabelecimentos de saúde, com a realização de oficinas de capacitações nas regiões de integração do Tocantins e Rio Caetés com o objetivo de fortalecer o Sistema de Ouvidoria do SUS a fim de garantir espaços de participação na gestão dos serviços de saúde ofertados à população.

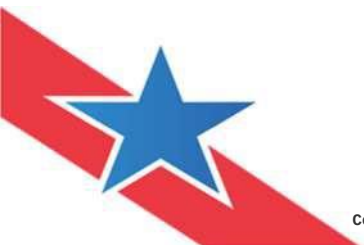
O Sistema de Informação ao Cidadão - SIC foi incorporado pela Ouvidoria DDASS/SESPA e no ano de 2021 recebeu 359 pedidos de solicitação de informação, sendo 342 solicitações, 11 reclamações e 06 recursos 1ª instância. Das 342 solicitações recebidas 81% foram respondidas no prazo.

A ouvidoria central da SESPA está participando como piloto da experimentação do processo de Acreditação das ouvidorias do SUS por meio do Sistema Nacional de Acreditação Institucional de Ouvidorias do SUS (SNAIOS). A experimentação do Sistema Nacional de Acreditação Institucional de Ouvidorias do SUS é uma iniciativa do Ministério da Saúde visando implementar a qualidade do trabalho das Ouvidorias do SUS no Brasil. A gestão estadual se comprometeu em colaborar com a referida experimentação, em parceria com a Ouvidoria Geral do SUS do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz, através do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), considerando 04 eixos estruturantes dos padrões de qualidade determinados que possui subdimensões de qualidade (D): Infraestrutura, Gestão, Processos de Trabalho e Resultados.

2.8- DIRETORA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE - DGTES.

Em 2021, a pandemia do COVID 19 transformou a maneira de se pensar e se executar as ações planejadas. As rotinas desenvolvidas pelos setores da DGTES foram realizadas em sua maioria de forma remota, e em alguns casos presenciais, mas com respeito aos protocolos de prevenção determinados pelo Decreto Governamental. Assim, a DGTES através de suas Coordenações e Gerências realizou:

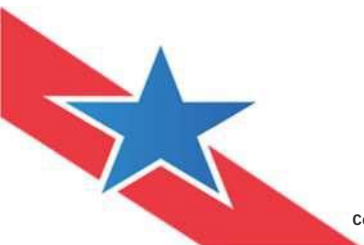
a) Para implementar ações de Humanização para qualificação de serviços de saúde na Rede de Atenção à Saúde (RAS) do Estado do Pará:



Realizamos processos de formação em humanização na saúde para as Referências Técnicas de Educação na Saúde e Humanização das 12 Regiões de Integração do Estado; Assessoramos e acompanhamos 5 (cinco) Coletivos de Humanização do Estado do Pará (Câmara Técnica de Humanização Hospitalar da Região Guajará de Belém - CTH-H/RMB, Câmara Técnica de Humanização da Rede de Urgência e Emergência da RMB - CTH-H RUE, Colegiado de Humanização das Unidades de Referências Especializadas em Saúde – URES-CH URES, Coletivo HumanizaRAPS e Coletivo Estadual de Referências Técnicas de Educação na Saúde e Humanização dos 13 Centros Regionais de Saúde - RTESH), para atendimento das diversas demandas provenientes da RAS; Coordenamos e apoiamos a formação de apoiadores e multiplicadores da Política Nacional de Humanização – PNH com a realização de 10 (dez) cursos e oficinas de formação para as unidades de saúde membros do Coletivo HumanizaRAPS; Continuamos a implementação das Diretrizes e Dispositivos da PNH nos 13 Centros Regionais de Saúde; e a Integração para atendimento psicológico dos casos leves e moderados da COVID-19 aos servidores do Nível Central da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA.

b) Para implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS:

Com o objetivo de fortalecer as práticas de Educação Permanente em Saúde em consonância com o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS) e o cumprimento das metas previstas na Programação Anual de Saúde (PAS) para 2021, foram realizados **10 assessoramentos online e 03 assessoramentos** presenciais para 13 Comissão de Integração e Serviço (CIES Regionais). Também foi realizado o **Workshop de Educação na Saúde e Humanização**, com o objetivo de fortalecer as ações da Política de Educação Permanente em Saúde no Estado do Pará através do alinhamento conceitual sobre a EPS, desenvolvimento de estratégias educativas para elaboração de projetos de EPS, engajamento dos atores com a PNEPS nas 12 Regiões de Integração (Diretores dos Centros Regionais de Saúde (CRS) e membros das Secretarias Executivas Regionais, totalizando 39 pessoas). Assessoramentos presencialmente nas Regiões de Integração: Guajará, Guamá, Rio Caeté, Xingu, Marajó e Tocantins, totalizando 129 participantes.

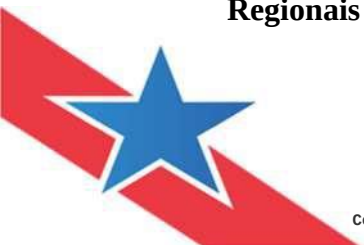


A implantação do **Repositório Institucional**, cujo o objetivo é obter toda documentação publicada sobre a SESP, levantamento e divulgação de publicações científicas na área de saúde no Estado em articulação com as Instituições de Ensino e Pesquisa (360 Pesquisas Bibliográficas), pesquisas para trabalhos universitários e funcionários da SESP (22-Trabalhos de Conclusão de Curso, 17 Teses de Doutorado e pós Doutorado, 09 Monografias e 16 Dissertações de Mestrado, 16 projetos de Pesquisa e 3 Trabalhos Colaborativos Autoral).

Ampliação de vagas e/ou novos Programas de Residência em Saúde, 01 (um) novo programa de Residência Médica em Cirurgia Vascular, sem definição do número de vagas no FHCGV, e 56 vagas Residência Multiprofissional foram ofertadas.

Ampliação do número de pontos de Telessaúde Brasil Redes, algumas iniciativas foram tomadas para atingir a meta, portanto, firmamos convênio entre o COSEMS e o Hospital Israelita Albert Einstein (**PROADSUS**) para o triênio 2021-2023, também implantamos o **Programa Telemedicina Pará**, favorecendo dez municípios com atendimento de consultas especializadas, pretendemos ampliar a meta para mais 14 novos pontos de Telemedicina, tendo no momento estes municípios atendidos: Igarapé Mirim, Mocajuba, Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Bujaru, Rurópolis, Bom Jesus do Tocantins, Portel e Belém. O Programa **TeleSaúde** que é mais amplo, pois além de consultas especializadas, realiza ainda processos de Educação em saúde, atualmente, é implementado pela Gestão da UFPA (Hospital Betina Ferro de Sousa), sendo monitorado, avaliado, assessorado pela SESP.

Para ampliar o percentual de trabalhadores atingidos por metas estratégicas de fortalecimento da gestão do trabalho, realizamos junto aos trabalhadores **ações de Acolhimento** (atendimento psicossocial), práticas corporais e atividades físicas, atendimento nutricional, aferição de pressão arterial, atendimento (telefônico e presencial) quanto à demanda da Covid 19, agendamento quanto ao teste da COVID 19, evento online sobre a Saúde do Trabalhador, implantação/implementação das GAT's Regionais, implantação do projeto Coral "SESPA em Canto", implantação do Projeto "Vida com Arte", análise dos Processos da Comissão Especial da COVID 19, programação em alusão aos Dias do: **Nutricionista**, "Setembro Amarelo", "Novembro Azul", **Programação do Dia do Servidor da SESP**. Destaca-se que nesse ano foram realizados alguns **encontros em Regionais de Saúde**, com o objetivo prosseguir na descentralização do gerenciamento



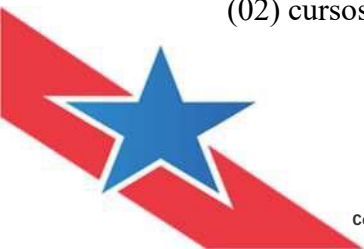
da Política Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador, por conseguinte a estruturação de suas Gerências de Atenção ao Trabalhador – GAT's Regionais. Também realizamos o “Encontro de Gestores da SESP” com a participação de 200 servidores, com objetivo de fortalecer as ações da Gestão do Trabalhador/SESPA; e assessoramento de processos de inscrição de servidores; Foram desenvolvidas ações de formação, valorização e qualificação dos trabalhadores da SESP. Também foram realizados monitoramento da conclusão de capacitação de servidores para estudos e eventos dentro e fora do estado, incluído EGPA (cursos de aperfeiçoamento, especializações, mestrados). Também se executou ações do **Projeto Itinerante** de acordo com a necessidade de formação e qualificação dos trabalhadores da SESP e do serviço onde foram **capacitados 73 servidores**.

A DGTES promoveu, principalmente em decorrência da pandemia da Covid-19, a **contratação de 342 profissionais de forma temporária e de cunho emergencial, conforme LC nº 131/2020**, sendo 110 para os Hospitais Regionais (Cametá, Salinópolis e Conceição do Araguaia), Hospitais de Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, para reforço das áreas técnico administrativas (Nível Central e Centros Regionais de Saúde) 232 novos profissionais. Neste ano também se realizou ainda **quatro Processos Seletivos Simplificados**, efetivando-se a contratação de **80 profissionais** destinados aos CRS (4º, 5º, 8º e 11º) e Setor de Transporte. O terceiro PSS foi exclusivo para o Hospital de São Caetano de Odívalas, provendo o hospital com **19 profissionais**, os demais PSS (segundo e quarto) foram destinados a atender ao **Projeto Territórios da PAZ**, com a composição de equipe multidisciplinares e **USIPAZ** do Icuí, Bengui, Cabanagem e Marituba, com o total de **48 de profissionais** (8 de cada categoria).

2.9- ESCOLA TÉCNICA DO SUS - ETSUS

A educação em saúde constitui um dos principais objetivos da ETSUS/PA, sendo assim, com o intuito de dar continuidade aos cursos para os alunos, aumentamos a nossa oferta de cursos à distância, nos quais foram ofertados 06 (seis) **cursos online**, através da plataforma do AVACEFOR, totalizando um total de 245 profissionais qualificados.

Na modalidade híbrida (aulas presenciais e a distância) estão em andamento dois (02) cursos, totalizando 75 profissionais.



Ademais, nos cursos presenciais foram cinco 05 (cinco) turmas, com um total de 84 (oitenta e quatro) profissionais da saúde capacitados e 53 (cinquenta e três) profissionais que estão com turma em andamento, totalizando, assim, 137 (cento e trinta e sete) alunos que serão qualificados. Logo, totalizando um número de 457 profissionais de saúde que serão certificados.

Do total de alunos beneficiados, devemos dar destaque ao público feminino, que representam 85% do total de alunos. Desse modo, é de suma importância o trabalho da ETSUS/PA de capacitação, principalmente, em relação ao público feminino, pois demonstra que as mulheres estão buscando se qualificar cada vez mais.

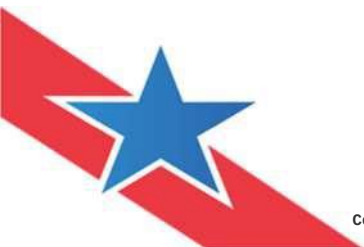
Destarte, a ETSUS/PA atingiu 42 municípios paraenses e 09 regiões de integração, conforme segue a seguir:

- Municípios: Belém, Ananindeua, Benevides, Santa Bárbara, Marituba, Santo Antônio do Tauá, Bujaru, São Caetano de Odivelas, Inhangapi, Maracanã, São Miguel do Guamá, São Domingos do Capim, Baião, Oeiras do Pará, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Moju, Mocajuba, Afuá, Chaves, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedra, Santa Cruz do Arari, Soure, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista, Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel, Bragança, Capanema, Viseu, Rio Maria, Santana do Araguaia, Santarém, Juruti e Monte Alegre.

- Regiões de Integração: Região de Integração Guajará; Região de Integração Guamá; Região de Integração Marajó; Região de Integração Rio Caeté; Região de Integração Araguaia; Região de Integração Baixa Amazonas; Região de Integração Tocantins.

No planejamento de cursos 2021, foi aplicado o valor de R\$ 63.398,36 (Sessenta e três mil trezentos e noventa e oito e trinta e seis centavos), sendo R\$ 34.560,00 (Trinta e quatro mil quinhentos e sessenta Reais) referentes à fonte de recursos da Educação Permanente e R\$ 28.838,36 (Vinte e oito mil oitocentos e trinta e oito e trinta e seis centavos) do PROFAPS e valores oriundos da fonte do tesouro.

As estratégias utilizadas para o desenvolvimento das atividades foram através do planejamento de cursos, que envolve a contratação de docentes, abertura do curso, supervisão pedagógica, impressão do material didático, aquisição de material de consumo e permanente.



A escola em um novo contexto estrutural recebe do Governo do Estado um espaço moderno contemplando as normas de funcionamento das escolas técnicas e as exigências do Conselho Estadual de Educação - CEE/PA.

Impactando no processo de mudanças no ambiente educacional, a ETSUS/PA amplia a oferta de cursos com o objetivo da qualificação do profissional e melhor atendimento da população.

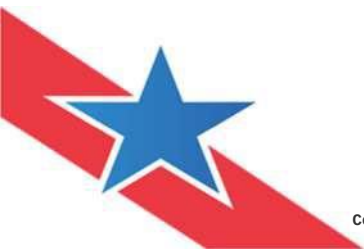
3) O QUE IREMOS FAZER

3.1) ASSESSORIAS E SETORES VINCULADOS AO GABINETE

3.1.1) Nucleo de Informação em Saúde e Planejamento – NISPLAN

Objetivando dinamizar o processo de Avaliação e o Núcleo de Planejamento pretende aperfeiçoar ainda mais o software Gerenciador de Metas - GM, ferramenta de monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento do SUS (PES e PAS), por meio da atualização da plataforma, disponibilizando aos usuários das Unidades Gestoras de Saúde a versão mais atual disponível no mercado, o que foi possibilitado pela pactuação (por meio de licitação que iniciou no segundo semestre/2021) de uma novo contrato com a empresa STRATEC, detentora exclusiva da licença do software GM. Dessa feita, a programação é implantar esse novo GM no primeiro semestre/2022 e capacitar todos os usuários através de oficinas e treinamentos no segundo semestre/2022. Importante destacar que esse processo de implantação é um percurso dinâmico, envolvendo atores da SESPA e também da empresa STRATEC.

Em continuidade ao projeto de “REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NO PARÁ” pretendemos implantar: o Processo de Planejamento Regional Integrado de forma ascendente e participativo envolvendo as 13 (treze) Regiões de Saúde e as 4 (quatro) Macrorregiões de Saúde; a Programação das Ações e Serviços de Saúde; construir 4 (quatro) Planos Regionais Integrados das Redes de Atenção à Saúde prioritárias, a saber: Materno Infantil, Urgências e Emergência e Doenças Crônicas não Transmissíveis; Instalar 4 (quatro) Comitês Executivos de Governança das RAS (CEGRAS), certamente estaremos dando um passo importante para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Estado do Pará, no que tange ao



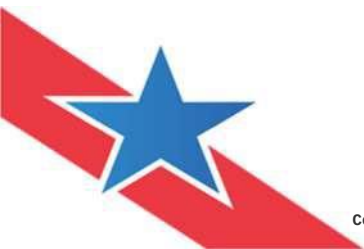
fortalecimento da Governança Regional com a institucionalização das Macrorregiões de Saúde.

Ressaltamos também, a implantação do processo do Planejamento Regional Integrado (PRI), de forma ascendente desde os 144 Planos Municipais de Saúde aos Planos Regionais Integrados das Redes de Atenção à Saúde prioritárias: Materno Infantil, Urgência e Emergência e Doenças Crônicas não Transmissíveis dando maior concretude ao preceito constitucional que estabelece que as Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um Sistema Único.

Esses desafios estão em consonância com a efetiva atuação da SESPA, em sua missão de “Garantir o acesso a saúde de qualidade a todos os cidadãos através de redes de atenção resolutivas, gestão eficiente e desenvolvimento regional” (SESPA,2019).

3.1.2- Assessoria de Comunicação – ASCOM

Tendo em vista o crescimento das atividades da Assessoria de Comunicação e sua atuação na prestação de informações à população, quanto ao cenário da pandemia e demais orientações no âmbito da Saúde, verifica-se a necessidade de ampliação da equipe para o alcance das informações de utilidade pública, em pelo menos 03(três) jornalistas e um publicitário; aumentar o envolvimento dos Centros Regionais de Saúde, com esta ASCOM, visando estabelecer uma unidade da comunicação da Secretaria para com público em geral e imprensa; aumentar a produção de conteúdo da Secretaria divulgando serviços e ações realizados pela Sespa em todo o Estado; Melhorar a interação com o público nas redes sociais, após aumento da equipe, responder de forma mais breve e frequente as dúvidas e questionamentos feitos pelos usuários; incentivar os setores apresentarem temas que possam se tornar pautas interessantes para a imprensa, com o objetivo de divulgar mais os serviços, programas e ações disponíveis para a população usuária do SUS; realizar Seminário de Comunicação voltado aos Diretores e Coordenadores para orientações sobre as ações da Assessoria de Comunicação, bem como, os repasses de regras sobre o período eleitoral; trabalhar em consonância às pautas do Calendário de Saúde do Ministério da Saúde para promoção dos conteúdos nos meios de comunicação.



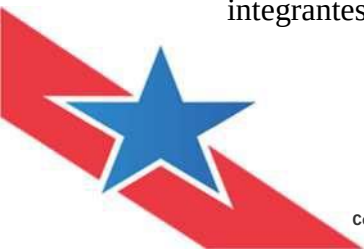
3.1.3 - Coordenação de Tecnologia e Informação em Saúde - CTIS

Pretendemos atualizar o **SITE Novo Portal SESP**A, para as futuras implantações do módulo de estatísticas, o qual exibirá as matérias e páginas de maior mais acesso pela sociedade, a palavras chaves mais buscadas, quantos usuários estão on-line e etc; Daremos continuidade a **criação de novos mini sites** de unidades/setores da Saúde, que possuem diversidades de conteúdos; OS – Sistema Ordem de Serviço visa atender e substituir os chamados incompletos (com falha de registro, via ramal do setor) e **Projeto Declaração de Bens de Agentes Públicos**;

3.2) DIRETORIA DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE – DPAIS.

Nos próximos anos, pretende-se garantir o Compromisso Regional de Governo, com as ações do Saúde por Todo Pará. Assim como, dar ênfase ao fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde Materno-Infantil, com foco às ações do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna-Infantil, visando o “Fortalecimento e Aperfeiçoamento da Capacidade de Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Pará”. Dessa forma, como proposta para os próximos anos, está a contratação de consultores saúde da criança, mulher e vigilância para atuar nas regiões de integração como suporte para a qualificação do processo de trabalho em todos os níveis da assistência com reflexo direto no pré-natal, reduzindo casos de sífilis congênita e prematuridade, além de promover a oferta do parto normal com redução de risco de agravos relacionados ao parto. A estruturação da sala SOS obstetrícia, também está prevista para 2022-2023 onde funcionará como apoio remoto aos profissionais de saúde que apresentem urgências obstétricas e que estejam em territórios com dificuldade de acesso imediato ao serviço especializado, além do treinamento aos profissionais médicos para a inserção de DIU para o fortalecimento do programa de planejamento sexual e reprodutivo como estratégia de redução da mortalidade materna. Outra iniciativa prevista para os próximos anos é a implantação e/ou implementação de comitês regionais de óbitos maternos para fortalecer o eixo de vigilância do óbito.

Outro ponto importante a ser priorizado é o fortalecimento do Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, assegurando o monitoramento, a qualificação, a regularidade das reuniões, a diversidade de composições e membros integrantes, a fim de ampliar os espaços coletivos nas diferentes instâncias de discussão



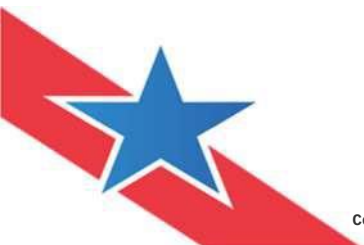
e pactuação, desenvolvendo estratégias de monitoramento e avaliação. E fortalecer a estratégia de Referência Técnica nos treze Centros Regionais de Saúde para apoio institucional a todos os municípios de sua jurisdição, visando melhorar o fluxo de encaminhamentos da regulação, acesso aos medicamentos, qualificação de recursos humanos na compreensão da missão institucional/social dos CAPS, permitindo o apoio contínuo aos gestores municipais para um olhar mais sensível no gerenciamento da RAPS local.

O Fortalecimento da Rede de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, também se constitui como um desafio a ser implementado para os próximos anos, considerando sua importância para garantia do acesso e continuidade dos cuidados de saúde nos níveis de média e alta complexidade.

Em relação a Saúde Prisional, pretende-se contribuir para elaboração do perfil epidemiológico das pessoas privadas de liberdade no Estado do Pará, em parceria com a SEAP; Ampliar o projeto de aprimoramento da atenção às IST nas prisões femininas para os Municípios de Marabá e Ananindeua; Manter o processo de desinternação progressiva e planejada de pessoas que ainda estão no Hospital Geral Penitenciário; Expandir a atuação da EAP para outras Comarcas do Interior do Estado; Continuar apoiando o cuidado das pessoas desinternadas em seus municípios de origem e; Qualificando o cuidado em rede.

3.3) DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - DEAF

Considerando a necessidade de se manter e ampliar o acesso a medicamentos do CEAF, o DEAF planeja aberturas de novas UDME nos hospitais regionais localizados nas Regiões de Integração Tocantins, Marajó e Tapajós. Esta ampliação visa facilitar o acesso da população dessas regiões, e ao mesmo tempo diminuir a pressão sobre as outras regiões de integração. Está em andamento processo para contratação de transportadora de medicamentos, para melhoria da logística para o interior do estado. Elaboração e publicação de manual técnico com orientações quanto à prevenção de glosas de APAC's. Intensificação das visitas técnicas nas UDME, incluindo interior do estado.



3.4) DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DVS

3.4.1- Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde – CIEVS.

Há como meta para o ano de 2022, a ampliação da Rede CIEVS no estado do Pará, visando à implantação de dois CIEVS Regionais que atendam a região do Oeste do Pará e a região do Marajó, atuando como ponto focal nestas regiões e apoiando e desenvolvendo ações de vigilância, que competem ao CIEVS.

3.4.2- Laboratório Central – LACEN

Implantação da técnica de sequenciamento genético do vírus SARS-CoV – 2, que irá possibilitar ao LACEN a identificação e o monitoramento das variantes do vírus, aumentando a capacidade de reação das autoridades de saúde diante de potenciais riscos.

Implantação do diagnóstico sorológico quantitativo por quimioluminescência para detecção de SARS-CoV – 2 para os casos suspeitos de Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) temporalmente associada a COVID – 19, agilizando a confirmação dos casos de SIM-P, favorecendo o combate às complicações causadas pela infecção por SARS- Cov-2 em crianças.

Implantação do exame sorológico quantitativo por quimioluminescência para detecção de anticorpos neutralizantes contra o vírus SARS-CoV – 2, o que propiciará maiores informações sobre a produção de anticorpos dos pacientes de interesse em vigilância epidemiológica para o combate à COVID – 19.

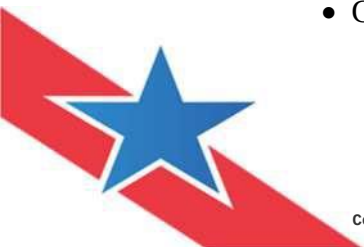
Visando elevar os parâmetros de qualidade e confiabilidade de suas operações, o LACEN busca acreditação dos ensaios laboratoriais: COVID-19 pela metodologia de RT-qPCR; Arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya) pela metodologia de RT-qPCR; Quantificação da Carga viral de HIV, HBV e HCV; Cultura e teste de sensibilidade para Mycobacterium tuberculosis (tuberculose).

Implementação da metodologia de biologia molecular RT-qPCR para o diagnóstico de Arboviroses (dengue, zica e chikungunya) no Labimol da UFOPA, beneficiando 20 municípios das regiões de integração do Baixo Amazonas e do Tapajós.

3.4.3- Controle de Endemias

3.4.3.1- Malária

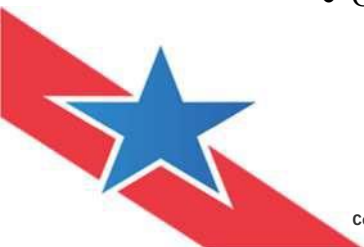
- Capacitação para novos microscopistas de base dos municípios;



- Capacitação para novos microscopistas revisores;
- Atualização para microscopistas de bases
- Capacitação no diagnóstico com teste rápido e tratamento para malária para Agentes de Combate às Endemias (ACE) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS);
- Atualização em Tablout e SIVEP-Malária e Vetores, para os Centros Regionais de Saúde;
- Capacitação em Investigação de Campo;
- Capacitação em Georeferenciamento para fins de mapeamento de dados do SIVEP,
- Continuidade no plano de ação do município de Jacareacanga;
- Continuidade no plano de ação da malária de fronteira do Marajó dos municípios de Breves, Anajás, Chaves e Afuá;
- Elaboração do plano de ação para região de fronteira de dos municípios de Anapú, Pacajá, Portel e Tucuruí.
- Elaboração de plano de ação para combate da malária em áreas indígenas e quilombolas no município de Oriximiná;

3.4.3.2.- Leishmanioses

- Dar continuidade nas oficinas de Vigilância e controle das Endemias do Estado do Pará abrangendo as demais regiões;
- Iniciar o processo de encoleiramento nos municípios prioritários que se enquadrarem no perfil da SVS/MS;
- Realizar o I Seminário Estadual em comemoração à semana de combate às Leishmanioses;
- Realizar Capacitação em manejo clínico em pacientes com leishmanioses para médicos e enfermeiros;
- Intensificar capacitações em vigilância e controle nos municípios prioritários;
- Monitorar as ações de encoleiramento dos municípios prioritários;
- Dar continuidade nas reuniões sobre a MILTEFOSINA e protocolo de tratamento, armazenamento e forma de descentralização no restante das regiões de saúde;
- Confeccionar e distribuir materiais de divulgação (cartilhas, banners, folders)



às regiões de saúde e municípios do estado.

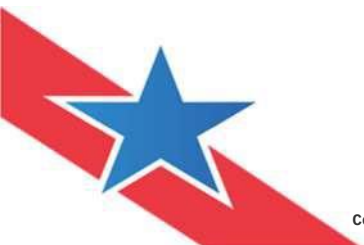
- Reduzir de 12,5% no número absoluto de óbitos de pacientes com LV em 2022 e 12,5% em 2023 (Meta estadual).

3.4.3.3- Zoonoses

- Continuidade ao Zoonoses Itinerante, projeto que desenvolvemos desde 2017, e em 2022 pretendemos fazer no 13º e 1º CRS e ao Plano Estadual da Raiva na região do 7º e 8º CRS;
- Capacitação para os Hospitais Regionais, no Programa Nacional de Animais Peçonhentos, visando esclarecer o protocolo de uso dos soros ao corpo médico e de enfermagem.
- Descentralização para a triagem de Leptospirose em pacientes com quadro febril- hemorrágico para posterior mapeamento da espécie de leptospira.
- No agravo Toxoplasmose, intensificar o protocolo nos municípios (teste de toxoplasmose no 3º trimestre, teste do pezinho no diagnóstico da toxoplasmose e o aumento na pactuação dos municípios com o LACEN para a sorologia das gestantes e demais pacientes).
- Capacitação dos servidores da Endemias do 7º CRS em coleta de material em epizootias com ênfase em Febre Amarela e Raiva

3.4.3.4- Entomologia

- Elaboração de nota técnica para implementação na rotina dos municípios do monitoramento de ovos de *aedes* com o uso de ovitrampas;
- Início imediato do monitoramento entomológico em pelo menos 04 municípios prioritários para Leishmaniose Visceral no estado do Pará, visando diminuir o número de casos e impactar dessa forma na saúde da população.
- Pesquisar hábitos dos vetores (barbeiros), destacando a questão climática como influenciadora neste processo, buscando assim oportunizar medidas profiláticas mais exequíveis;
- Avaliação da efetividade das ações de controle vetorial (controle químico), além de intensificar os bioensaios (prova de parede com cone e gaiola) e avaliação da efetividades dos MILD's, em municípios com alto índice de Malária.



3.4.4- Doenças Transmissíveis

3.4.4.1- Hanseníase

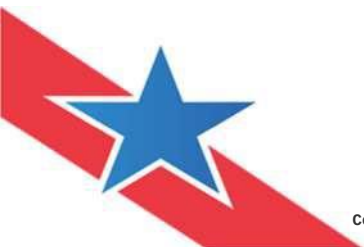
- Incrementar as ações de controle do agravo através de atividades de monitoramento nos 13 Centros Regionais de Saúde e municípios prioritários,
- Capacitação in loco e à distância,
- Oficinas do Sinan Net com monitoramento e avaliação dos indicadores epidemiológicos e operacionais de hanseníase,
- Campanhas educativas,
- Campanhas de busca ativa de contatos dos últimos cinco anos nos 13 centros regionais de saúde.

3.4.4.2- Tuberculose

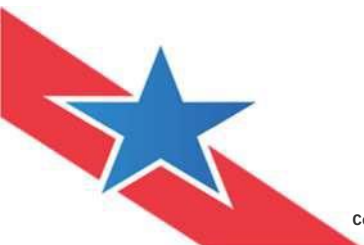
- Apoiar as atividades regionais, municipais e monitorar as ações do Programa de Controle da Tuberculose realizará visitas técnicas em 12 regiões de Integração, como a Vigilância epidemiológica: notificação, investigação, acompanhamento e encerramento dos casos no SINAN, investigação de contatos, monitoramento dos óbitos; vigilância em ambiente hospitalar; vigilância em populações mais vulneráveis;
- Reuniões técnicas de trabalho, oficinas de atualização sobre tuberculose, visitas técnicas em laboratórios, reunião com gestores municipais e em unidades de saúde municipais e serviços especializados;
- Oficinas de atualização no Sistema de Informação para 13 Regiões de Saúde;
- Reuniões com gestores municipais de saúde e equipes para ampliar e fortalecer o diagnóstico e tratamento por meio de metas relacionadas à confirmação laboratorial, exames de contato, cura do tratamento, acesso e promoção à saúde e prevenção para populações vulneráveis;
- Apoio à realização de fóruns, comitês, ações de comunicação, mobilização e advocacy para ampliar a visibilidade da doença.

3.4.4.3- IST/AIDS

- Garantir a distribuição de teste rápido para a rede de atenção à saúde do estado, objetivando a detecção precoce e oportuna da sífilis materna e de suas parcerias;



- Capacitar os profissionais de saúde das URE's, Atenção Básica, Maternidades e CTA/SAE dos municípios que compõem as 12 Regiões de Integração, quanto a sífilis adquirida, sífilis materna e sífilis congênita baseada nas atualizações dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis – PCDT, o qual tem atualizações periódicas;
- Garantir a distribuição da Benzilpenicilina Benzatina 1.200.000 UI para rede atenção a saúde do estado, objetivando o manejo clínico/tratamento adequado do caso em 100% dos municípios;
- Realizar Monitoramento dos 5 (cinco) municípios prioritários do Projeto “Sífilis Não” do MS (Belém, Marituba, Bragança, Parauapebas e Marabá);
- Treinamento das equipes de saúde dos municípios na realização adequada do Teste rápido para sífilis, bem como, quanto ao acolhimento humanizado pré-testagem e aconselhamento do paciente pós-testagem;
- Acompanhamento dos profissionais da Atenção Básica, Maternidades, CTA/SAE quanto a importância da notificação, sensibilizando os municípios quanto aos seus indicadores epidemiológicos da Sífilis Adquirida, Sífilis Materna e Sífilis Congênita, mostrando os vieses observados nestas notificações.
- Garantir a distribuição de teste rápido para a rede de atenção a saúde do estado, objetivando a detecção precoce e oportuna do HIV;
- Realizar a distribuição de preservativos em 100% dos municípios do Estado do Pará, conforme pactuado na CIB, destinados a população em geral, com prioridade às populações chaves;
- Realizar Campanhas de Prevenção em IST/AIDS e mobilização social em parceria com a sociedade civil organizada;
- Realização de monitoramento das maternidades cadastradas na Rede de Transmissão Vertical e inclusão de maternidades, melhorando a profilaxia do controle da transmissão vertical;
- Ampliar em 25% a rede de serviços que ofereçam a profilaxia PEP e PREP, em 2022;
- Realizar aquisição e distribuição de Fórmula Infantil para RN de mães HIV+, conforme resolução em CIB;
- Realização de Oficinas, Seminários e Eventos em Geral da Coordenação



Estadual de DST/AIDS.

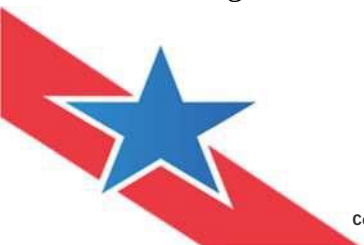
3.4.4.4- Hepatites Virais

- Ampliação e capacitação da rede de atenção à saúde à linha de cuidados dos pacientes vivendo com hepatites virais contemplando todas as regiões de integração do Estado,
- Dar continuidade no mapeamento e vigilância do micro eliminação da hepatite C em clínicas de hemodiálise.
- Parcerias e integração com a Coordenação Estadual dos povos tradicionais (índios, quilombolas) e Coordenação Estadual de Saúde Prisional, pois são coordenações importantes que desenvolvem trabalhos as populações chaves das hepatites virais, além de desenvolver a linha de cuidados para a transmissão vertical.

3.4.5- Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador

3.4.5.1- Vigilância em Saúde Ambiental

- Programar o Vigiágua em 75% dos municípios paraenses;
 - Ações de Vigilância da qualidade da água em 75% dos municípios;
 - Cobertura de abastecimento de no mínimo 90% em 75% dos municípios;
 - Fomentar a criação de Grupo de Trabalho em 67 municípios prioritários;
 - Aumentar em 25% as notificações de intoxicação exógena por agrotóxicos em relação ao ano anterior;
 - Fomentar o Plano de Ação do Programa VSPEA em 67 municípios prioritários;
 - Produzir informações para análise e direcionamento das práticas e ações do VIGIAR;
 - Estimular a criação de Unidades Sentinelas, que são centros criados para realizar uma vigilância Epidemiológica intensificada de casos de doenças respiratórias em populações;
 - Acompanhamento e análise dos dados epidemiológicos de Morbimortalidade por agravos respiratórios;
 -
- Divulgar em âmbito estadual, através de boletins informativos e Relatório anual informações



geradas pelos municípios. Elaboração de Nota técnica anual com a análise de situação de saúde da população exposta à poluição atmosférica com ênfase em focos de queimadas e posterior divulgação em âmbito estadual;

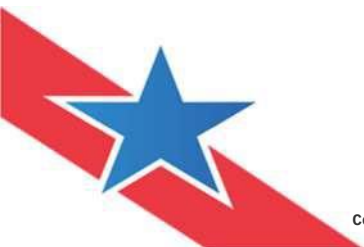
- Produzir informações para análise e direcionamento das práticas e ações do VIGIDESASTRE;
- Levantamento e identificação sistemáticos, cadastramento e Georeferenciamento de áreas com populações expostas ou potencialmente expostas a contaminação química e alimentação do Sistema de Informações.

3.4.5.2- Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador

- Ampliar a proporção de municípios com referências técnicas (RT) para 95% nos territórios paraenses;
- Aumentar o número de notificação de casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados em 30% (trinta por cento);
- instituir as CISTT municipais em 10% (dez por cento) dos municípios paraenses, iniciando pelos municípios de maior cadeia produtiva e no Polos municipais com CEREST regionais instalados;
- Instituir a VAPT como atividades de Inspeção Sanitárias rotineiras ou demandadas pelo Ministério Público do Trabalho;
- Reativar agenda de acolhimento de usuários portadores de sequelas decorrente de acidentes de trabalho estabelecendo nexos causal, no CEREST(s), estabelecer fluxo de referência e contra referência na rede de reabilitação Estadual;
- Lançar edital de chamada pública no âmbito da DVS para capacitação em saúde do Trabalhador em nível de especialização;
- Acompanhar as atividades do programa VSPEA nos 71 (Setenta e um) municípios prioritários sobre vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos e realizar a notificação de Intoxicação exógena por agrotóxico e outros contaminantes químicos.

3.4.6- Vigilância Sanitária

- A Vigilância Sanitária do Estado continuará a realizar ações de garantia da promoção da saúde à **população**, através do seu desenvolvimento das ações (Inspeção



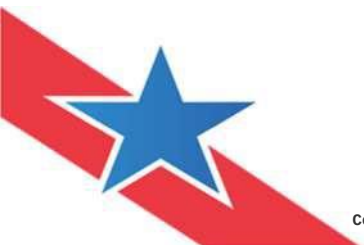
sanitária, capacitação, Monitoramento, Investigação de surto, avaliação, prevenção ao COVID-19 e outras)

- Com a gestão do risco à saúde identificado nos seus objetos de intervenção, impõe a adoção de medidas de controle à efetiva ocorrência de um dano ou agravo, para a eleição da medida administrativa a ser adotada com vista a minimizar o risco sanitário.
- Avaliação, monitoramento, capacitação nos Municípios e desta forma, mobilizar os gestores, e organizar a VISA para o processo de descentralização das ações de VISA.
- Continuaremos a monitorar o cumprimento do Decreto n.º 800 de 31/05/19 que estabelece critérios de prevenção do COVID-19.

3.5- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE REDES ASSISTENCIAIS - DDRA.

Dentro das estratégias elaboradas para o desenvolvimento satisfatório dos serviços de média e alta complexidade, considerando as demandas da sociedade, no que concerne a ampliação de novos pontos de atenção bem como a implementação dos existentes, através do planejamento, organização, monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde de média e alta complexidade, de acordo com a regionalização da assistência e em conjunto com as áreas afins da SESPA, elencamos os seguintes destaques de ações planejadas para o biênio 2022-2023:

- Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde nas regiões do Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará e Guamá;
- Implementação da Rede de Atenção a Pessoa com Deficiência nas regiões do Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago do Tucuruí, Marajó, Rio Caetés, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu;
- Implementação do contrato de gestão dos Estabelecimentos de Saúde gerenciados por OSS nas regiões do Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago do Tucuruí, Marajó, Rio Caetés, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu;
- Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade nas regiões do Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago do Tucuruí, Marajó, Rio Caetés, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu;



- Requalificação de Estabelecimento Assistencial de Saúde nas regiões do Araguaia, Baixo Amazonas, Lago do Tucuruí, Marajó, Tapajós, Tocantins e Xingu.

3.6 – COORDENAÇÃO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA O AUTISMO – CEPA.

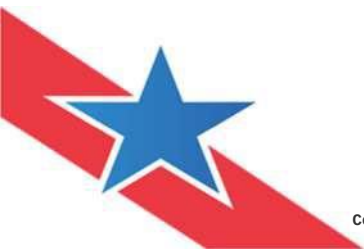
3.6.1 Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista – CETEA.

A partir da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, obteve-se a previsão legal para a criação do Centro Especializado de Transtorno do Espectro Autista CETEA, dispositivo central que terá como papel fundamental gerar modelo de atendimento baseado em práticas com evidências científicas, seguindo os moldes trazidos pelo Manual de Práticas Baseada em Evidências para Crianças, Adolescentes e Jovens Adultos com Autismo para os demais municípios do Estado.

Além disso, o CETEA servirá como um laboratório de formação profissional, no qual acolherá gestores, profissionais envolvidos na causa, discentes e comunidade em geral, com objetivo de incentivar e promover o ensino, a pesquisa e a extensão sobre autismo em contextos intersetoriais. O Centro terá ainda atendimento especializado, com equipe multiprofissional e interdisciplinar, acolhimento, formação à família e um suporte especializado de saúde para o diagnóstico e intervenção precoce. O CETEA abrirá as portas de assistência e formação para todos os municípios do Estado, mas disponibilizará vagas de atendimento para 150 usuários, entre crianças, jovens e adultos e uma agenda de capacitação para 100 pessoas por mês.

3.6.2 Núcleo de Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - NATEA

Como dito anteriormente, o NATEA tem como objetivo oferecer serviço multiprofissional de qualidade e excelência aos autistas e seus familiares. Tendo em vista a importância de oferecer esse serviço de qualidade não apenas na capital, mas também para municípios em diferentes regiões de saúde, os NATEAS foram incluídos nos projetos das Policlínicas. Atualmente estão fase de construção e/ou finalização, seis NATEAS dentro de Policlínicas, com previsão de inauguração para o primeiro semestre de 2022. Dessa forma se estima que:



- NATEA-Policlínica Capanema – Estima-se que serão atendidos 101 a 190 usuários e seus familiares;
- NATEA-Policlínica Tucuruí - Estima-se que serão atendidos até 100 usuários e seus familiares;
- NATEA-Policlínica Marabá - Estima-se que serão atendidos até 100 usuários e seus familiares;
- NATEA-Policlínica Santarém – Estima-se que serão atendidos até 100 usuários e seus familiares;
- NATEA-Policlínica Altamira Estima-se que serão atendidos até 100 usuários e seus familiares;
- NATEA-Policlínica Breves – Estima-se que serão atendidos até 100 usuários e seus familiares;

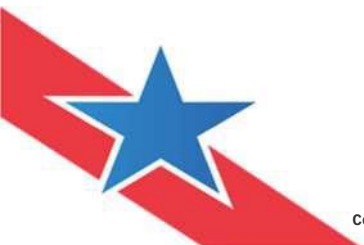
Ao todo, considerando suas capacidades máximas, podem ser atendidos até 990 usuários e seus familiares com os NATEAS.

3.6.3 Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - CIPTEA e Cadastro de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - CADTEA.

Em 2022 a Coordenação Estadual de Políticas para o Autismo - CEPa, realizará ações de cadastro, bem como saneamento de pendências para que seja cadastrado aproximadamente um total de 3.000 (três mil) novos usuários ou mais no CADTEA/CIPTEA. E manteremos as ações de entregas em Belém e região metropolitana. Faremos também treinamento de multiplicadores para que sejam criados novos pólos de cadastro CIPTEA.

Projeto NorTEA Pará

O Projeto NORTEA PARA consiste em uma proposta desenvolvida pela Secretaria de Estado de Saúde Pública, através da Coordenação Estadual de Políticas para o Autismo em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/PA) para o apoio à inserção de jovens e adultos com Autismo para o mundo do trabalho.



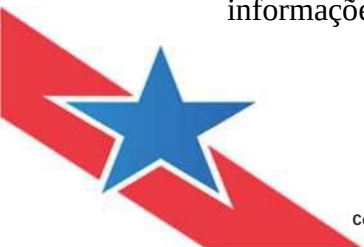
Consistem em uma formação continuada no tema "Autismo e mundo do trabalho" para capacitar sessenta pessoas enquanto "multiplicadores da inclusão" (profissionais de RH, gestores e técnicos), o programa buscará desenvolver ações de mentoria, cursos sobre empreendedorismo, estratégias de inclusão ao mercado de trabalho. Ainda que o diagnóstico sugira características peculiares que variam em três níveis diferentes, a pessoa com TEA pode também apresentar habilidades e competências importantes a serem investigadas, estimuladas e aplicadas em contextos de trabalho e outras atividades humanas. Esta investigação está fundamentada na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.145/2015). Pretende alcançar 11 municípios do Estado, entre 51 instituições envolvidas, 60 servidores capacitados enquanto multiplicadores da inclusão com objetivo de ampliar o conhecimento para a sociedade como um todo.

3.6.4 2º Edição Pará ConTEA

Estima-se realizar mais uma edição do congresso Pará ConTEA, tendo em vista a possibilidade de capacitação em massa e a cobertura de diversos municípios do Estado através de capacitação online, principalmente pelo contexto de pandemia pelo qual vivemos. Espera-se que possamos atingir ainda mais outros Estados do País, por ser um evento gratuito e de grande relevância científica, aumentar o número de gestores, profissionais, famílias participantes com objetivo de ampliar não apenas a conscientização para o autismo, mas prioritariamente o conhecimento das práticas com evidências científicas e outras atualizações.

3.6.5 Rede ConecTEA Pará

Considerando o vazio informativo no campo do autismo a nível nacional e estadual, o Programa Rede ConecTEA Pará buscará mapear o território e gerar produtos informativos sobre os diferentes pontos de atenção à pessoa com Transtorno do Espectro Autista e seus familiares, como forma de garantir o direito ao acesso à informação (Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011) e minimizar os fluxos percorridos por parte das pessoas com autismo e seus familiares em busca de atendimento. Desta forma, a CEPA estima alcançar o maior número de informações possíveis, com dados reais sobre os serviços intersetoriais em todos os municípios, mas é importante ressaltar que, por se tratar de uma rede ampliada de assistência, as informações atualizadas sobre os serviços estarão em constante desenvolvimento, pois



novos dispositivos, projetos e programas podem surgir ao longo dos anos. Como produto deste mapeamento, em uma primeira versão, será publicado um guia cartográfico com dispositivos de saúde da média e alta complexidade, o qual será ofertado para os Centros Regionais de Saúde com objetivo de ampliar o acesso à informação e um mapa interativo, que está sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Rural da Amazônia (UFRA) e estará disponível no site da Secretaria de Estado de Saúde Pública: <http://www.saude.pa.gov.br/autismo>. Pretende-se alcançar serviços dos 144 municípios do Estado e disponibilizar todas as informações atualizadas em uma plataforma acessível para toda a população que queiram buscar atendimento.

3.6.6 Ações Itinerantes

É essencial a realização de ações coletivas e integradas de atenção à saúde, educação e cidadania, que possam ser desenvolvidas em municípios que apresentem uma grande demanda de pessoas com autismo e longas filas de espera para formação em saúde, atendimento de consultas gerais e de especialistas, além de outras ações que possam garantir direitos fundamentais. As ações itinerantes da Coordenação Estadual de Políticas para o Autismo pretendem disponibilizar a este público orientações sobre Rede de atendimento, procedimentos em saúde e outros temas de relevância sobre autismo por meio de capacitação in loco, materiais didáticos e outras tecnologias. Estima-se alcançar pelo menos 01 município de cada região de integração do Estado.

3.6.7 2ª Edição do Festival TEAlentos

O Programa TEAlentos terá a segunda edição em 2022 com o Festival Paraense de TEAlentos. O objetivo será divulgar as habilidades e talentos de jovens e adultos com Transtorno do Espectro do Autismo-TEA, como na arte, no esporte, além de outras relacionadas ao mundo do trabalho. O valor aplicado será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). As estratégias utilizadas envolverão a divulgação nas mídias do governo, nas mídias sociais da SESPA, CEPA e parceiros, além de propaganda na TV aberta. Para as apresentações dos TEAlentos serão cuidadosamente pensadas adequações considerando as especificidades de cada participante a exemplo de problemas com luminosidade, altura do som, falar ou não em público, entre outras questões. O impacto do evento será a possibilidade de dar maior visibilidade para os talentos das pessoas com TEA no Estado, demonstrando que para além do diagnóstico, existem também habilidades e



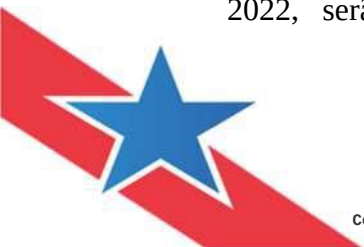
capacidades que precisam ser valorizadas. Garantir também, momentos de lazer que gerem saúde e bem estar, tanto as pessoas com TEA, quando à suas famílias e comunidade em geral.

3.6.8 PROJETOS Espaços Inclusivos

Esse projeto tem como perspectiva ampliar a proposta de abertura ou (re) estruturação de espaços de saúde, cultura, lazer e/ou esporte. A proposta é melhorar o ambiente físico, de mobiliários e/ou de equipamentos e assim, favorecer a qualidade dos serviços de atendimento prestados pelas instituições para as pessoas com autismo e seus familiares. A primeira instituição que será contemplada em 2022 é a Unidade de Referência Materno-infantil e Adolescente-URE a qual terá reforma e ampliação de espaços, além da aquisição de equipamentos para o Programa de Intervenção Precoce-PEP e Programa de Saúde do Adolescente-PROSAD, e praça de uso comum. O Projeto alcançará os 144 municípios, e as 12 Regiões de Integração, visto que a UREMIA é Unidade de Referência e recebe crianças e adolescentes de todo o Estado. Poderá beneficiar no Programa de Estimulação Precoce (PEP), em especial as cerca de 70 crianças com TEA ou com suspeita atendidas nesse programa, enquanto que no Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) que atende cerca 20 adolescentes com TEA ou suspeita. O valor aplicado será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). As estratégias utilizadas envolverão articulação com o Primeiro Centro Regional de Saúde-1º CRS, que é responsável pela URE MIA; O Departamento de Saneamento e Engenharia e Saúde Ambiental-DESAM/SESPA que apoiará na execução da obra de reforma e adequação; Solicitação de mobiliário pelo almoxarifado (Divisão de Almoxarifado-DALM) e encaminhamento para aquisição de alguns itens não disponíveis na SESPA. O impacto do projeto será garantir espaços com maior acessibilidade e estrutura física, de equipamento e /ou mobiliário que melhorem a qualidade dos atendimentos.

3.6.9 PROJETO Caixa TEA

O Projeto Caixa TEA objetiva a oferta de recursos terapêuticos, que auxiliem no processo de avaliação e intervenção da pessoa com autismo, a serem distribuídos para serviços da Rede de Atenção à Saúde que prestam atendimento a esses usuários. Em 2022, serão entregues 50 kits com 06 recursos terapêuticos para os serviços



contemplados, e também será disponibilizada uma cartilha informativa sobre as possibilidades de utilização dos recursos. Alcançará todas as 12 regiões de integração e por volta de 50 municípios. O valor aplicado será de cerca de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). As estratégias utilizadas envolverão articulação com os 13 Centros Regionais de Saúde- CRS, Serviços de Saúde Estaduais e Municipais, além de [Organização da Sociedade Civil de Interesse Público \(OSCIP\)](#). O impacto do projeto será a ampliação das possibilidades de avaliação e intervenção terapêutica em serviços de saúde para pessoas com TEA no Estado do Pará que por vezes, não apresenta, recursos disponíveis.

3.6.10 Parceria para a emissão de Registro Geral - RG

No ano de 2021 atendemos somente o município de Belém e região metropolitana, para 2022 continuaremos a parceria de emissão de RG com a Defensoria pública pretendendo expandir esta iniciativa para os 144 municípios do Estado do Pará, com a estimativa de atender o quantitativo de 1000 usuários em toda região do Estado.

3.7- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E AUDITORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - DDASS.

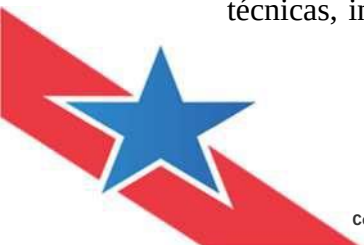
A Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria em Serviços de Saúde – DDASS/SESPA, na perspectiva do alinhamento estratégico com as metas de governo e buscando melhor desempenho das ações, realizou a revisão das metas do PPA 2022 e 2023, a fim de que correspondam de forma eficaz ao Plano de Governo, atendendo as demandas elencadas à sociedade para o referido período em seu âmbito.

Sendo assim a revisão do PPA 2002-2023 perpassou por ajustes no que concerne a Auditoria do SUS – iremos realizar 10 auditorias demandadas pelo Componente Estadual do SNA.

1-Implementação da Rede de Urgência e Emergência: iremos apoiar 95 municípios Regulação em Saúde: ajuste do produto, para melhor mensuração da ação, passando de acesso/serviço regulado para acesso regulado.

2-Implementação do Programa de Tratamento Fora do Domicílio: iremos beneficiar 217 usuários.

3-A definição destas estratégias baseadas em reflexões e avaliações das áreas técnicas, incidirão diretamente na execução das metas, consequentemente na **melhoria**

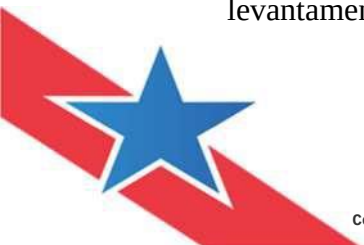


do desempenho das referidas ações.

3.8- DIRETORA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE-DGTES.

Nas Ações de **implementação da Humanização na Saúde**, iremos **descentralizar** a Política Nacional de Humanização no Estado do Pará; **implementar** processos de **formação em humanização** na saúde para as referências Técnicas de Educação na Saúde e Humanização com foco nas 5 (cinco) linhas de atenção prioritárias do Estado do Pará; **assessorar, monitorar e avaliar os 5 (cinco) Coletivos de Humanização do Estado e as RTHs dos 13 CRS** no apoio às RTHs municipais na implantação/implementação de GTHs/Comitês de Humanização nos serviços de saúde; **Coordenar e apoiar formação de apoiadores e multiplicadores** da Política Nacional de Humanização; **Implementar as Diretrizes e Dispositivos** da Política Nacional de Humanização; e Propiciar **apoio técnico** sobre a PNH à linha de atenção do atendimento de **Transtorno do Espectro Autista – TEA**, no Estado do Pará.

Nas Ações de **Educação na Saúde**, continuaremos realizando as mesmas atividades propostas em consonância com a pandemia da COVID-19, como: **visitas técnicas** na Unidades de Saúde da SESPA, vinculadas, Organizações Sociais (OSS) e Centros Regional de Saúde; **expandir** ações do **Projeto Itinerante**; **fortalecer** vínculos com as Instituições de Ensino; realizar a **VII Jornada Técnico-Científica de Educação na Saúde da SESPA**; implementar as ações do **Projeto de Integração ao Servidor Ingressante na SESPA**; realizar **videoconferências** com as Regionais de Saúde e manter contato direto e recíproco com as Organizações Sociais para fortalecer vínculos profissionais; monitorar as atividades práticas nas Unidades de Saúde da SESPA e solicitar o retorno desta ação. Também, o **realinhamento** das **ações** previstas em 2021 para execução em 2022, como: os **Assessoramentos nas regiões** do Baixo Amazonas, Tapajós, Lago Tucuruí, Carajás e Araguaia; mantendo uma agenda permanente de assessoramento aos **13 Centros Regionais de Saúde**, bem como motivar a organização regional para a **implementação** das **Comissões de Integração Ensino Serviço Estadual** (CIES Regionais) e realizar **encontro de Residências e o Encontro Estadual de Educação Permanente** que está previsto no PPA e será programado para 2022. Para levantamento e **Divulgação de Publicações Técnicas e Científicas na área de Saúde**



no Estado, deveremos disponibilizar todo o Acervo Bibliográfico da Biblioteca da Secretaria no site da SESPA; implantar **Estações da Biblioteca Virtual de Saúde-BVS** em Unidades e Serviços de Saúde e áreas afins no estado do Pará; mapear as unidades que farão parte da rede (Levantamento de Cenário) e monitoramento das que já estão em funcionamento; **cadastrar** novas instituições da área da saúde para participação na **Rede de Bibliotecas do SUS - Rede BiblioSus** e realizar o **I Encontro da Rede BiblioSus da Região Norte**.

Para **Valorização, Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador**, será realizado **atendimento psicossocial**, práticas **Corporais e Atividades Físicas**, Educação em Saúde, **Projeto Humanizare, Vida com Arte, Sexta de Saúde e Lazer, aposentadoria planejada, Coral**, Programa de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador e **Programa Sua Casa** e ações voltadas aos dias das Mulher, do Trabalhador, das Mães, dos Pais, Setembro Amarelo e Semana do Servidor.

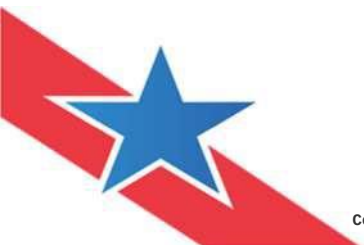
3.9 - ESCOLA TÉCNICA DO SUS – ETSUS

Na revisão do PPA 2022–2023 estabelece diretrizes, metas e objetivos para fortalecer a gestão pública do SUS, visando o crescimento constante da qualificação dos profissionais na educação na saúde.

Serão ofertados cursos aos 13 Centros Regionais de Saúde, planejando-se o total de 29 cursos, sendo 15 (quinze) presenciais e 14 (quatorze) cursos na modalidade EAD.

A ETSUS/PA através do projeto Lives, com transmissões ao vivo em parceria com a plataforma AVACEFOR, vem para atualizar profissionais de saúde através de temáticas prioritárias aos temas Saúde da Mulher, Redução da Mortalidade Materna e Infantil, Vigilância em Saúde, Saúde Mental e Humanização.

Com vista a ampliar o acesso à Educação em Saúde a ETSUS/PA formaliza o planejamento de cursos e envia ofício para os 13 (treze) Centros Regionais de Saúde o planejamento de cursos que posteriormente devem ser enviados para os 144 municípios do Estado. Contemplando as necessidades dos municípios, ofertamos cursos de qualificação profissional com publicação de Edital em Diário Oficial, visando à formação técnica de qualidade na Rede SUS.



4. AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUEM COM AS METAS ODS.

4.1- ASSESSORIAS E SETORES VINCULADOS AO GABINETE

4.1.1-Núcleo de Informação em Saúde e Planejamento – NISPLAN

Considerando as atribuições do Núcleo de Informação em Saúde e Planejamento de: Planejamento e Avaliação do Processo de Planejamento do SUS, da função estratégica de gestão da SESPA; Reorganização e desenvolvimento do Planejamento Estratégico Estadual no âmbito da Saúde; Assessorar aos Municípios na elaboração de seus Planos de Saúde; Coordenar o processo de Gestão por Resultados com as Diretorias da SESPA; entre outras, que beneficiam a toda população do Estado e de seus 144 municípios, os resultados alcançados quando da execução de suas ações contribuem significativamente para a Meta de ODS 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

4.2- DIRETORIA DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE - DPAIS

As ações de Apoio aos serviços de Atenção Primária, desenvolvida pela Diretoria de Política de Atenção Integral à Saúde, visam corroborar para o alcance das Metas ODS: 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.7, 3.a.

Considerando o compromisso de reduzir, até 2030, em um terço a mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar, foram realizadas ações voltadas para promoção da saúde e prevenção das DCNT e fatores de risco e que vêm contribuindo para a formação de indivíduos responsáveis e críticos, capazes de decidir sobre a adoção de estilos de vida saudáveis, com responsabilidade social sobre a preservação de meio ambiente, principalmente em relação à poluição tabagística ambiental, em uma concepção mais ampla de saúde. A implementação dos programas de abrangência da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) - Suplementação de Vitamina A, Suplementação de Ferro, NutriSUS e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Fundo de Alimentação e Nutrição (FAN) e a estratégia para o fornecimento de Fórmulas Nutricionais Especiais (FNE); a promoção da alimentação saudável e adequada, divulgação do Guia Alimentar para a População Brasileira e de ferramentas



de informação sobre composição e a qualidade dos alimentos, são ações que também contribuem para ressignificação de valores e mudanças de hábitos alimentares, favorecendo melhoria na qualidade de vida e consequentemente contribuem p/ redução dos riscos de DCNTs, o que está diretamente ligado às Metas ODS: 1.2, 1.3, 1.4, 2.1, 2.2 e 2.3.

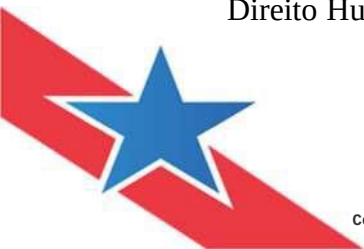
As iniciativas desenvolvidas pelas coordenações de saúde da criança e da mulher estão relacionadas a melhoria do sistema de saúde, seja no sentido de sua organização, capacitação das equipes e gestão, seja através da estruturação dos serviços, tendo em vista que este é o principal fator a contribuir para a redução das mortes materna, neonatais e infantis evitáveis. Por meio do apoio ofertado aos serviços de atenção primária à saúde e ao repasse do Cofinanciamento da Atenção Básica, que tem como critério a redução dos índices de mortalidade materno-infantil no Estado, as ações de saúde da mulher vêm contribuindo para as metas dos ODS.

As ações realizadas que contribuem com objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS): paz, justiça e instituições efetivas (16.3) vem sendo fomentadas pelas ações de saúde prisional que consiste em realizar as articulações necessárias entre os municípios, SEAP e outros órgãos para a garantia de o acesso das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional ao cuidado integral no SUS, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde Prisional – PNAISP, prevê que os serviços de saúde no sistema prisional passem a ser ponto de atenção da rede de atenção à saúde (RAS) do SUS, qualificando também a atenção primária no âmbito prisional como porta de entrada do sistema e ordenadora das ações e serviços de saúde pela rede.

Em relação à saúde mental observa-se que a integração da APS no cuidado em saúde mental constitui-se como uma diretriz internacional para reorganização dos sistemas de saúde, além de constituir uma tarefa imprescindível para alcance de um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que corresponde ao item: 3,5 – “Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool”.

4.3 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - DEAF

O DEAF contribui com as ações dos ODS, no Programa Cidadania e Justiça Direito Humanos, no Objetivo 2 - Promover ações intersetoriais de prevenção e atenção



ao uso de álcool e outras drogas, Ação 1 - Meta 3,5, disponibilizando medicamentos para a Rede de Atenção Psicossocial através das UDME's. No período de janeiro a outubro, foram distribuídas 315.994 unidades de medicamentos psicotrópicos do CEAF. No Programa Saúde, Objetivo 2: Fortalecer da rede de atenção à saúde dos serviços de média e alta complexidade, Ação 3 - Meta 3,8, é assegurado o acesso ao serviço farmacêutico e medicamentos seguros, eficazes, de qualidade à população em todas as UDME's, foram dispensados 2.012.970 medicamentos especializados, beneficiando 31.983 pessoas.

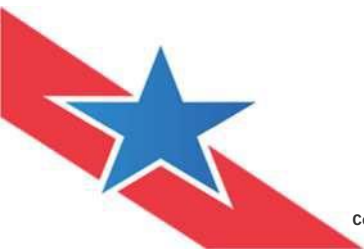
4.4- DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DVS

A Saúde e Bem-Estar constitui um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS/ONU/Objetivo 3), Agenda 2030. A premissa é “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”. Entre as metas do objetivo 3 da Agenda 2030, estão não apenas a redução da mortalidade neonatal, da obesidade e a erradicação de doenças como o HIV, a tuberculose e a malária, mas também a conscientização quanto ao uso de álcool e drogas e o esclarecimento cada vez maior em torno da saúde mental e da importância do bem-estar psicológico e físico.

Comprometido com a agenda subnacional, que todos os países membros da ONU assinaram o Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), que tem como missão “garantir o acesso à saúde de qualidade a todos os cidadãos através de redes de atenção resolutivas, gestão eficiente e desenvolvimento regional”, certamente está vigilante a este objetivo e vem balizando suas ações em prol de seu alcance.

Nesse sentido, a Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS), trabalha a diretriz que tem como objetivo de “reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável”.

Assim, o Departamento de Controle de Doenças Transmissíveis (DCDT), através da Coordenação Estadual IST/AIDS, dentro de suas competências, vem



contribuindo para o alcance do ODS 3, quando pactua metas no Plano Plurianual (PPA), no Plano Estadual de Saúde (PES) e no Plano Anual de Saúde (PAS) para reduzir a incidência de Aids em menores de 5 anos e reduzir a incidência de Sífilis, com a meta regionalizada de reduzir em 10% o número de casos de Sífilis Congênita para 12 Regiões de Integração.

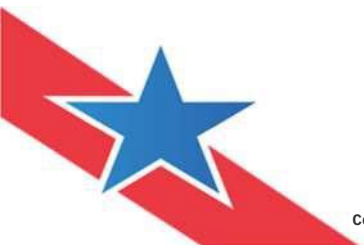
Com a execução das ações de saúde desenvolvidas através dos vários serviços, programas e projetos e sua continuidade nas 12 regiões de integração, abrangendo os 144 municípios do Estado do Pará, registradas neste relatório e outras previstas estamos contribuindo efetivamente com o cumprimento das metas (ODS/ONU/Objetivo 3), Agenda 2030, visando assegurar uma vida saudável e o bem-estar de inúmeras pessoas e famílias, fortalecendo assim, a promoção em saúde à população através da política ofertada pelo Estado.

No ano de 2021 foram realizadas ações que contribuíram com as metas pactuadas como:

- Capacitações para os profissionais de saúde da rede de atenção à saúde sobre a reorganização da linha de cuidados dos pacientes vivendo com hepatites virais;
- Distribuição de 1.597.310 testes rápidos para os vírus das Hepatites B e C aos 13 Centros Regionais de Saúde abastecendo seus municípios de jurisdição, contemplando o acesso à triagem ao diagnóstico do agravo aos 144 municípios de Estado;
- Dispensações de tratamentos das Hepatites B aos 30 Serviços de Atendimento Especializados (SAE) do Estado e dispensação de tratamento para Hepatite C para 06 (seis) Serviços de Atendimento Especializados (SAE) do Estado (UREDIPÉ, Abaetetuba, Marabá, Santarém, Parauapebas, Redenção);
- Participação nas ações em saúde do Governo no programa TERPAZ e PARAPAZ, levando testagem rápida das hepatites B e C para triagem do diagnóstico e encaminhamentos dos casos reagentes (positivos) para rede de atendimento à saúde de referência.

No intuito de fortalecer estratégias e ações de controle da tuberculose a SESPA/DVS através da Coordenação Estadual apresenta o Plano Estadual de controle da tuberculose:

- Nortear os Centros Regionais de Saúde (CRS) e auxiliar os municípios na



vigilância e monitoramento, contribuindo no acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento da tuberculose, resultando na diminuição da incidência e do número de mortes pela doença no estado;

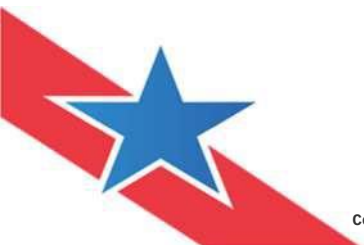
- Assegurado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde à pessoa com tuberculose se encontra presente nos 144 municípios do estado;
- Acesso ao serviço através da atenção primária de saúde com acesso a medicamentos, exames, vacina BCG, oferecidos pelo SUS.
- Referenciamento à atenção Secundária através de duas Referências que funcionam no Hospital Universitário João de Barros Barreto - HUIBB (Belém) e URE Ismael Araújo (Santarém) e ainda atenção terciária no HUIBB.
- Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis contemplado no PILAR 03 do Plano Estadual de Controle da Tuberculose;

Até 2030, a Vigilância Ambiental tem por objetivo de reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo, onde o indicador, Taxa de mortalidade por poluição ambiental (externa e doméstica) do ar. Até o momento essa meta vem sendo trabalhada pela VISAMB de forma transversal, haja vista, que os programas da VISAMB têm atribuição de melhorar tais indicadores, mas a partir de 2022, trabalharemos com maior foco para que tais indicadores sejam alcançados.

Com respeito de água potável e saneamento da ODS e que tem interferência direta da execução do programa VIGIAGUA, principais contribuições:

- Realização de treinamento e supervisão da execução do programa: foi realizado em treinamento para os novos técnicos dos municípios da 3ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 10ª, 12ª e 13ª CRS. Favorecendo a diminuição da incidência das doenças de veiculação hídrica, conforme meta da ODS.
- Realização das Inspeções Sanitárias das formas de abastecimento de água: Contribuição pra meta: As atividades de inspeção incluem a investigação *in loco* das condições técnico-operacionais da forma de abastecimento de água, identificação de situações/condições que possam alterar ou comprometer a qualidade da água, representando risco à saúde da população.

A Coordenação Estadual de Malária e da Vigilância Entomológica vem



sendo usada como instrumento que tem base técnica e ajuda administrar e operacionalizar os indicadores. Dentre as estratégias utilizadas pelas coordenações destaca-se:

- ✓ Indicação de medidas de controle vetorial mediante a magnitude da malária no estadoPará;
- ✓ Intensificação da educação em saúde como forma de prevenção da doença;
- ✓ Intensificar junto aos centros regionais de saúde e municípios a necessidade deutilização da vigilância entomológica nas gestões locais;
- ✓ Explorar os indicadores entomológicos como orientadores de medidas preventivas;

4.5- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE REDES ASSISTENCIAIS - DDRA

É importante observar que as ações desenvolvida no âmbito dessa Diretoria visam atender as diversas perspectivas dos usuário do SUS, que se materializam desde a contratação e remuneração de trabalhadores em saúde, aquisição o de insumos (medicamentos, equipamentos, entre outros), ações voltadas a pessoa com deficiências, transtorno autismo, na construção e manutenção de hospitais, ambulatórios, unidades de saúde, veículos sanitários, e as diversas instalações para brigar, transportar e produzir assistência a saúde, além da prestação o direta de serviços. Isso contribuem claramente com as prioridades requerida nos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) abaixo:

>> Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar

3.1 - Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

3.2 - Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

3.3 - Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.



3.4 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bemestar.

3.7 - Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

3.b - Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

>> Objetivo 5 - Igualdade de Gênero

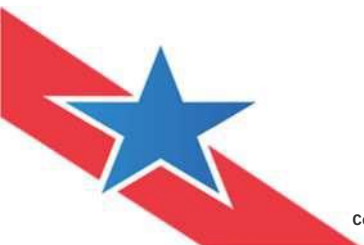
5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

>> Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

16.1 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

4.6 – COORDENAÇÃO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA O AUTISMO – CEPA

Considerando as ações realizadas por esta Coordenação Estadual de Políticas para o Autismo - CEPA no ano de 2021, cujos os resultados alcançados contribuem diretamente para as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, observou-se:



4.6.1 Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista-CIPTEA e Cadastro de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - CADTEA

A ação realizada nas 12 regiões de integração teve mais de 5.000 cadastros e atingiu 2.795 usuários, tendo contribuído para meta 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos do ODS 3. Saúde e Bem-estar.

NATEA (CIIR)

O NATEA no Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), inaugurado dia 17 de dezembro de 2020, atende cerca de 300 usuários e suas famílias mensalmente nas 12 regiões de integração, tendo contribuído para meta 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de

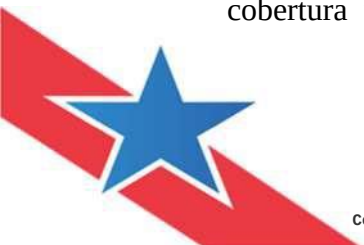
saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos do ODS 3. Saúde e Bem-estar.

4.6.2 2º FESTIVAL TEALENTOS

A ação realizada de forma on-line teve mais de 13 mil visualizações na plataforma do Youtube do Governo do Estado e assim abrangeu os 144 municípios e as 12 regiões de integração do Pará, tendo contribuído para meta 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos do ODS 3. Saúde e Bem-estar.

4.6.3 PROGRAMA CAPACITAR PARA INCLUIR: UM OLHAR PARA O AUTISMO

A ação foi realizada em 14 municípios: Acará, Ananindeua, Altamira, Barcarena, Belém, Breves, Bragança, Capanema, Castanhal, Conceição do Araguaia, Concórdia do Pará, Goianésia do Pará, Itaituba e Marabá qualificou 500 servidores públicos estaduais e municipais, tendo contribuído para as metas 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a



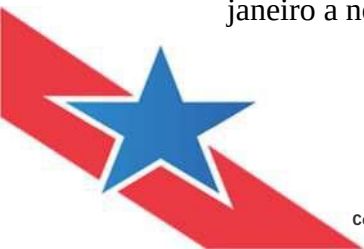
serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos e 10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, religião, condição econômica ou outras do ODS 3. Saúde e Bem-estar.

4.6.4 Projeto Pará conTEA

O congresso reuniu mais de 8.300 inscritos, aberto aos 144 municípios do Pará, as 12 regiões de integração do Pará e outros estados do país. Obteve aproximadamente 12 mil visualizações na plataforma do Youtube do Governo do Estado em cada dia do evento, tendo contribuído para as metas 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos e 10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, religião, condição econômica ou outras do ODS 3. Saúde e Bem-estar.

4.7 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E AUDITORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – DDASS

Quanto à agenda de metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) as ações apresentadas neste relatório realizadas pela Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria em Saúde –DDASS/SESPA, estão diretamente ligadas ao cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3- Saúde e Bem-estar, correspondendo as metas 3.3, 3.4, 3.7, 3.8, 3.c e 16.6, contribuindo no alcance principalmente no que se refere à melhoria da cobertura universal de saúde, garantindo o acesso a serviços de saúde de qualidade, essenciais, seguros e eficazes, para todos e a desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis. Para realização destas ações no ano de 2021, foi aplicado o montante de R\$ 13.911.858,18 (treze milhões novecentos e dezoito mil oitocentos e cinquenta e oito reais e dezoito centavos) na execução financeira compreendida entre os meses de janeiro a novembro, beneficiando todas as regiões de integração do Estado, do Pará.



4.8 - DIRETORA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE-DGTES.

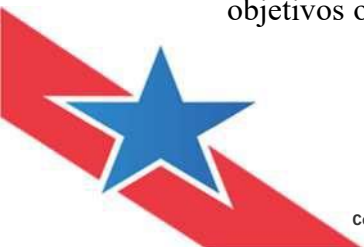
Com as ações de implementação de processos de formação em humanização na saúde para as Referências Técnicas de Educação na Saúde e Humanização do Estado **contribuímos com a meta ODS 3.5** que pretende reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool, **bem como para a meta 3.7** que pretende, até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutivo, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Com estas mesmas ações de humanização, **contribuímos com a meta 3.4**, que pretende, até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem estar, **bem como para a meta 3.8**, que pretende, atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

Nas ações da Gerencia de Educação Permanente, onde foram realizados 08 assessoramentos que tiveram por objetivo fortalecer as práticas de Educação Permanente em consonância com o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde, bem como o assessoramento das CIES Regionais objetivando a reativação/fortalecimento de funcionamento, o que impacta diretamente no fortalecimento da força de trabalho do SUS, na transformação de práticas, reorganização dos processos de trabalho e melhoria dos serviços à população, **contribuem para o alcance das metas 3.4, 3.5 e 3.7**, já citadas acima e **3.c**, que pretende aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

4.9 - ESCOLA TÉCNICA DO SUS - ETSUS

A Escola Técnica do SUS do Pará “Dr. Manuel Ayres”, constitui um dos objetivos o Desenvolvimento Sustentável (ODS 3), objetivo ODS 3 Saúde e Bem-Estar,



que garante a promoção da Ação de Educação na Saúde, através do produto pessoa qualificada.

Foram 457 profissionais da saúde beneficiados no ano de 2021 que contribuíram para o alcance das 17 metas do ODS. A Escola adequou-se à nova realidade de ensino pactuando com o Termo de Cooperação com CEFOR/SEDUC a viabilização do uso da plataforma digital AVACEFOR que possibilita o alcance de acesso aos cursos por todo o Pará.

Os cursos realizados contribuíram para meta pactuada 16 (implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS, com duas ações – Ação 6 e 7 – realizar curso de formação inicial e continuada para trabalhadores do SUS e realizar cursos técnicos para trabalhadores do SUS).

5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

5.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

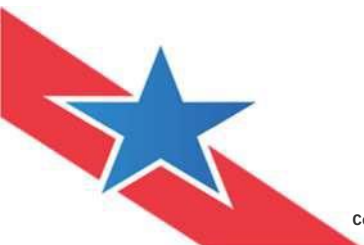
Programação Orçamentária			Execução Orçamentária	% Exec.
PPA Inicial 2021	OGE 2021	OGE Dot Real	Realizado	
3.329.282.390	3.467.556.840	4.813.747.240	4.005.690.967	83,21

R\$1.000,00

Fonte: SIAFEM/BO/GT ORÇAMENTO/SESPA

Análise:

Com base no demonstrativo da Programação Orçamentária no exercício 2021, observamos que houve uma suplementação de recurso no valor de R\$ 1.346.190.400,16 tendo como resultado uma Dotação Real no valor de R\$ 4.813.747.240,16, correspondente a um acréscimo orçamentário no percentual de 38,82% em relação ao valor previsto no OGE 2021. A despesa realizada durante o exercício até o dia 13/12/2021 em relação a Dotação Real importou no valor de R\$ 4.005.690.967,46 correspondente ao percentual de 86,20%.



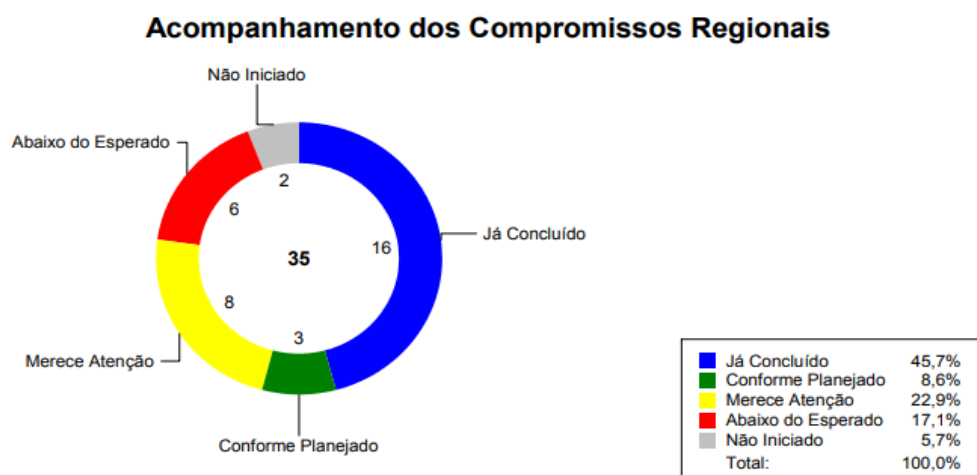
R\$ 1.000,00

Grupo de Despesa	Dotação Suplementada	Valores Pagos	%
ODC	3.027.458.924,00	2.743.204.656,42	91%
Investimento	469.923.513,00	183.623.493,41	39%
Pessoal	1.149.082.272,82	1.032.067.501,58	90%
Total	4.646.464.709,82	3.958.895.651,41	85%

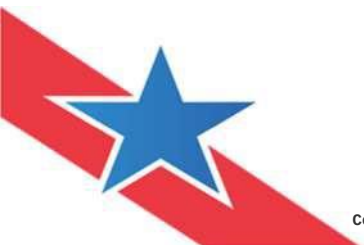
Fonte: SIAFEM/BO/GT ORÇAMENTO/SESPA

Análise:

No Grupo de Despesa de ODC o valor pago foi de R\$2.743.204.656,42, correspondente ao percentual de 91% da dotação suplementar, com INVESTIMENTO o valor pago foi de R\$ 183.623.493,41 equivalendo a 39%, e as despesas de PESSOAL o valor foi de R\$ 1.032.067.501,58, correspondente a 90%, sendo a maior concentração de recursos em Outras Despesas Correntes.

5.3 AVALIAÇÃO DO ALCANCE DOS COMPROMISSOS

Fonte: SIGPPLN



Análise:

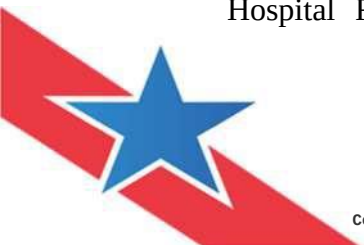
Os Compromissos Regionais são demandas da sociedade que se tornam prioridades de governo e foram programadas no PPA 2020-2023.

No Programa Saúde foram estabelecidos 35 compromissos regionais, abrangendo as 12 regiões de integração do estado, programados em 02 (dois) Objetivos: I. Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade - 23 Compromissos; II. Fortalecer a Rede de Atenção Primária - 12 Compromissos.

As demandas dos Compromissos Regionais da área da Saúde são viabilizadas com ampliação da estrutura hospitalar por meio de construção de novos hospitais ou da requalificação dos estabelecimentos assistenciais já existentes, visando aumentar a cobertura de leitos e serviços para população, bem como apoiar os Municípios do Estado através de serviços de saúde itinerante com a ação de Saúde Por Todo Pará.

Atualmente 16 Compromissos Regionais estão com status “Concluídos” que representam 45,7%, dos 35 firmados. Estão distribuídos nas seguintes Regiões de Integração: **ARAGUAIA** - 1 Evento da Saúde por todo Pará; **BAIXO AMAZONAS** - Implantar o Serviço de Traumatologia no Hospital Regional de Santarém e 1 Evento da Saúde por todo Pará; **CARAJÁS** - 1 Evento da Saúde por todo Pará; **GUAJARÁ** – Concluir o Hospital Abelardo Santos e 1 Evento da Saúde por todo Pará; **GUAMÁ** – Implantar o Hospital de Castanhal e 1 Evento da Saúde por todo Pará; Lago Tucuruí - 1 Evento da Saúde por todo Pará; **MARAJÓ** - 1 Evento da Saúde por todo Pará; **CAETÉ** - 1 Evento da Saúde por todo Pará; **RIO CAPIM** - Concluir a Reforma do Hospital Municipal de Ourém, 1 Evento da Saúde por todo Pará; **TAPAJÓS** - 1 Evento da Saúde por todo Pará; Tocantins - 1 Evento da Saúde por todo Pará; **XINGU** - 1 Evento da Saúde por todo Pará.

Quanto aos Compromissos com status “Conforme Planejado”, representam 8,6%. São obras em andamento aguardando ajustes para finalização, constantes nas seguintes Regiões de Integração: **BAIXO AMAZONAS** – 1. Concluir a Reforma do Hospital Santo Antônio em Alenquer, a obra está com 92% de execução com repasse de R\$ 3.600.000,00, o convênio está vigente até 12/03/22; **MARAJÓ** - Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Breves, sendo entregue o Centro de Hemodiálise no dia 09/04/2021, contudo, ainda serão implantados outros serviços de Atenção Especializada; **RIO CAETÉ** - Implantar o Centro de Atenção Especializada do Hospital Regional de Capanema, obra da policlínica concluída, entretanto houve



alteração do projeto para implantação do Núcleo de Atendimento ao Transtorno do Espectro Autista.

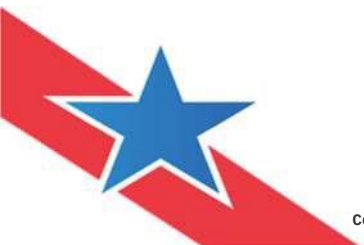
Com relação aos Compromissos com status “Merece Atenção” representam 22% que integram as seguintes regiões: **ARAGUAIA** – 1. Ampliar o Hospital Regional de Redenção, está em fase de contratação de empresa para elaboração do projeto. Será licitado pela OS. / 2. Implantar 10 Novos Leitos de UTI Neonatal e 10 de UTI Adulto no HR de Conceição do Araguaia, implantação finalizada e em funcionamento com 12 leitos de UTI Adulto (implantados e habilitados). A SES está viabilizando a troca dos equipamentos de 10 leitos de UCI Neonatal, para transformar em UTI Neonatal. **BAIXO AMAZONAS** – 1. Concluir a Reforma da Santa Casa de Óbidos, a obra encontra-se com 75%, executado através de termo de fomento com a entidade Santa Casa de Misericórdia de Óbidos para reforma e ampliação. O fomento foi dividido em 2 etapas, sendo que o primeiro foi concluído e repassado o valor de R\$ 2.478.320,80. Quanto ao segundo fomento, aguardando a celebração no valor de R\$ 1.121.679,20. / 2. Concluir a Reforma do Hospital de Mojuí dos Campos, obra paralisada, com 60% de execução, está em processo de reavaliação técnica pela SES. / 3. Concluir o Hospital Materno-Infantil de Santarém, convênio entre SEDOP e Prefeitura de Santarém nº 02/2020 no valor de R\$ 25 milhões, percentual físico-financeiro de 36%, aguardando nova vistoria para repasse de recursos da 2ª parcela; **CARAJÁS** – 1. Implantar o Centro de Atenção Especializada e os Serviços de Oncologia, Hemodinâmica e Hemodiálise no Hospital Regional de Marabá. O projeto básico da policlínica em fase de elaboração. Quanto aos serviços: a área para oncologia - em reforma; serviço hemodiálise - está sendo ofertado; hemodinâmica - o processo para aquisição de equipamentos está em tramitação na SES. **LAGO DE TUCURUÍ**: 1. Implantar o Serviço de Hemodiálise com 20 Máquinas no HR Tucuruí, realizado análise epidemiológica, projeto e proposta em estudo técnico para implantação do serviço de TRS na Região. **RIO CAPIM**: Concluir a Reforma do Hospital Municipal de Irituia, Projeto sendo desenvolvido pela Prefeitura de Irituia, obra em andamento com 13% dos serviços executados.

“Abaixo do Esperado”: representam 17,1% são obras das quais os trâmites estão em fase inicial, nas seguintes regiões: **MARAJÓ** – 1. Reforma do Hospital Municipal de Portel, Aquisição de Equipamentos e materiais permanentes para Unidades de Atenção Especializada em Saúde- Hospital Municipal de Portel em tramite nessa SESP. / 2. Reforma do Hospital Municipal de Soure, documentação em análise pela



área técnica, planilha orçamentária analisada e encaminhada ao município para correção; **RIO CAPIM** – 1. Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Paragominas, em análise de viabilidade técnica. **TAPAJÓS** – 1. Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Itaituba, em estudo de viabilidade técnica considerando a capacidade instalada do Hospital Regional do Tapajós; **TOCANTINS** – 1. Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Cametá, em fase de contratação da empreiteira pela SEDOP; **XINGU** - Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Altamira, alterado na Revisão do PPA para “Implantar a Policlínica de Itaituba”, estudo de viabilidade técnica e perfil assistencial elaborado, obra em fase inicial.

“Não Iniciado”: **BAIXO AMAZONAS** – 1. Implantar o Hospital Regional de Calha Norte em Juruti, andamento comprometido pelo redirecionamento das atenções às tratativas referentes à pandemia e segundo engenharia, não receberam informação sobre tais projetos. **RIO CAETÉ** – 1. Ampliar o Serviço de Hemodiálise para 25 Máquinas no Hospital Santo Antônio Maria Zacarias, em Bragança, processo em trâmite nesta SESP. Proposta analisada com emissão de parecer pela área técnica. Proposta preliminar em análise, considerando a implantação na policlínica de Capanema para o atendimento na região do Caeté.



AÇÃO	PRODUTO	UN	EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA			
			META PREVISTA	META REALIZADA	%	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO REAL	DESPESA REALIZADA	%
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	14	12	85,71	1.564,00	511,35	405,87	79,37
Apoio à Implementação de Consórcios Públicos em Saúde	Município Consorciado	Un	18	0	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	144	144	100,00	6.377,16	6.740,33	4.770,16	70,77
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	2	2	100,00	321,60	300,49	32,58	10,84
COVIDPARÁ - Ações de Saúde	Município Atendido	Un	0	0	0,00	0,00	481.648,84	442.349,53	91,84
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	1.720	210	12,21	878,60	2.454,26	35,58	1,45
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	227	75	33,04	1017375,11	1421170,65	1393995,18	98,09
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	9	5	55,56	39926,14	126,5	106,5	84,19
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	1.210	1,082	89,42	270,00	795,83	16,38	2,06
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	8	7	87,50	20,16	23,00	0,00	0,00
Implementação da Rede das Doenças Crônicas não Transmissíveis	Paciente Atendido	Un	235	0	0	60	12,5	0	0
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	38.346	15,111	39,41	9.742,93	3.887,00	2.039,80	52,48
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	13	48	369,23	144,00	65,77	41,04	62,40

Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	Procedimento Realizado	Un	12	0	0,00	573,80	901,51	95,14	10,55
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	114	88	77,19	19.164,16	10.976,36	10.031,52	91,39
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	2	3	150,00	251,00	8,70	0,67	7,68
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	2.235.860	1,864,983	83,41	155.733,80	189.839,60	161.479,85	85,06
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	220	13	5,91	172,40	119,35	77,35	64,81
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	4	0	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	7.758	233,657	3.011,82	7.112,47	6.358,62	5.331,77	83,85
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	54	16	29,63	55.686,03	67.246,13	14.297,39	21,26
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	121.848	266,752	218,92	3.213,46	529,10	519,81	98,24
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	144	144	100,00	17.977,61	16.511,77	12.165,44	73,68
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	19	125	657,89	5.263,18	3.145,21	2.464,16	78,35

Fonte: SIGPLAN

Análise das Ações:

Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde visa dar apoio por meio dos Centros Regionais de Saúde (CRS) e Sespa aos 144 Conselhos Municipais e ao Conselho Estadual de Saúde, atingindo-se 84% da meta física e 67% da meta financeira. Sendo que 20% dos recursos foi realizado na RI Guajará, pela SESPA. Dentre as atividades realizadas foram contempladas capacitações para 10(dez) Conselheiros de saúde em 7 (sete) municípios, assessoria e apoio técnico ao Conselheiros, nas reuniões Ordinárias da mesa Diretora.

Articulação Interfederativa objetiva, a Comissão Intergestora Bipartite (CIB), visando pactuar as etapas do processo e os prazos do planejamento municipal em consonância ao planejamento estadual e nacional, atingindo a meta física em 100%, e a execução financeira em 11% da dotação inicial.

Educação na Saúde visa capacitar os cidadãos usuários do SUS, os servidores da saúde e a realização de residência médica que é uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. Esta última é oferecida pela Santa Casa de Misericórdia, Hospital de Clínicas Gaspar Vianna e Hospital Ophir Loyola, ambas na RI Guajará. A meta programada para 2021 não foi atingida, em consequência de estar superestimada considerando as dificuldades trazidas pelo cenário sócio-econômico e Epidemiológico atual.

Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS objetiva recepcionar e manter a comunicação entre os órgãos gestores da saúde no Estado e os usuários do SUS. Destinada à busca ativa, informações em saúde, sugestões, reclamações, solicitações, elogios e denúncias. atingindo a meta física em 114%, e a execução financeira em 13% da dotação inicial.

Implementação da Humanização na Saúde tem por finalidade o fortalecimento da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (PNH). Atingindo a meta física em 88%, onde foram realizadas 07(sete) ações, não houve execução financeira.



Implementação do Planejamento do SUS visa especialmente ao Planejamento da Saúde em âmbito estadual, a partir das necessidades dos municípios, por meio dos Instrumentos de Planejamento do SUS que são: Plano Estadual de Saúde (PES), Plano Municipal de Saúde (PMS), Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), Programação Anual de Saúde (PAS) e Relatório Anual de Gestão (RAG) e Plano Regional Integrado (PRI). Atingindo a meta física em 100%, com a 12 Instrumentos de Gestão implementados e execução financeira em 1% da dotação inicial, considerando que as orientações e assessoria ocorreram de forma on-line.

Realização de Auditoria do SUS são as realizadas pela SESPA central aos estabelecimentos de saúde, a fiscalização e o acompanhamento feito pelos CRS. Quanto a meta programada, foi superestimada quando da elaboração do PPA. razão na qual sofreu redução significativa para o ano de 2021, tendo atingindo a meta física em 7%, com a execução financeira em 19% da dotação inicial.

Reestruturação das Unidades Administrativas da Saúde visa a reforma das instalações administrativas dos CRS e Sespa. Não atingiu o desempenho almejado, ficando a meta física muito aquém do planejado, e sem a utilização do recurso financeiro, que foi remanejado para execução de outra ação.

Regulação em Saúde objetiva garantir a organização das redes e fluxos assistenciais, provendo acesso equânime, integral e qualificado aos serviços de saúde para população, por meio do controle, monitoramento, avaliação e estruturação do processo de credenciamento/habilitação de serviços de saúde da atenção especializada de média e alta complexidade. Entretanto a meta está muito acima do programado, em função do produto da ação ser Serviço/Acesso Regulado, gerando um resultado superestimado e que não traduz a realidade da execução, tendo utilizado 213%, dos recursos financeiros, haja vista ter sido suplementado em 113% da dotação inicial.

COVIDPARÁ - Ações de Saúde foi criada no exercício de 2020, por meio da Lei Estadual nº 9.039/20, a fim de executar despesa referente ao enfrentamento da pandemia. Na Região Guajará não foram utilizados recursos da meta financeira e nem estipulada meta física.



Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde objetiva o repasse de recursos a organizações do Terceiro Setor, que gerencia hospitais públicos que estão sob gestão do Estado. O modelo de gerenciador por OSS oferece serviços de média e alta complexidade, priorizando a modernidade, eficiência e qualificando o atendimento com normas e padrões contratualizados resultando em qualidade ao usuário nas regiões de sua abrangência. Foram utilizados 136 % dos recursos financeiros, ultrapassando em 36% a dotação inicial e atingido 29% da meta física estabelecida.

Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde visa ampliar a estrutura hospitalar por meio da implantação de novos hospitais, a fim de fortalecer o desenvolvimento e oferta dos serviços especializados de média e alta complexidade no estado. Foram gastos 642% dos recursos financeiros, ultrapassando em 542 % a dotação inicial em 82 % da meta física estabelecida. (SEDOP)

Implementação da Rede das Doenças Crônicas não Transmissíveis visa majoritariamente custear o atendimento a pacientes de doenças crônicas não transmissíveis, a exemplo do câncer, sendo o Hospital Ophir Loyola (HOL) a referência no Estado e, portanto, o maior executor da ação. Desta feita não há execução dessa ação pela SESP.

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência tem como objetivo viabilizar o atendimento especializado a pessoas com deficiências na rede pública, tais como: diagnósticos e provimento de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção como cadeiras de rodas, carrinhos dobráveis, os chamados OPM, palmilhas ortopédicas e acessórios. Foram atingidos **69 %** dos recursos financeiros dotação inicial e atingido 33% da meta física estabelecida, 21.290 mil atendimentos especializados a pessoas originárias de vários municípios do estado.

Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência (RUE) propicia apoio aos municípios com instruções, capacitações a equipes locais, além dos serviços aeromédicos para hospitais de referência dentro do Estado. O desempenho da ação alcançou 57% meta programada, atendendo 04 (quatro) municípios, Foram



utilizados 121 % dos recursos financeiros, ultrapassando em 21% a dotação inicial e atingido 57% da meta física estabelecida.

Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos objetiva a captação de doadores, além de prover ações relacionadas às etapas pré, trans e pós-transplantes de órgãos e tecidos junto à rede (pública e privada) de saúde no Estado. Apesar de não haver estipulado meta física no PPA, foi utilizado recurso financeiro para aquisição de 2 und de sinalizador eletrônico giroflex, 12v, c/ base magnética; aquisição de materiais de consumo para central de transplantes; pagamento de locação de imóvel para fins não residenciais da central de transplante - cncdo; prestação de serviço de instalação de equipe de refrigeração e outros para CET realização de diagnósticos situacional local e intervenção dos processos de doação. Foram gastos, aproximadamente, 17% dos recursos financeiros.

Implementação de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) tem a finalidade de garantir atendimento à saúde na atenção especializada aos pacientes fora do seu domicílio, inclusive fora do Estado. Neste exercício foram atendidos usuários do TFD dos municípios de todas as RI. Dentre os tratamentos demandados, destaque para as doenças vinculadas às áreas: Cabeça-pescoço, neuro cirurgia, nefrologia, cirurgia plástica, oncologia pediátrica, genética, cirurgia pediátrica, traumatologia-ortopedia, angiologia, hematologia, hepatologia. Na Região Guajará foram gastos pela SESPA 115% dos recursos financeiros, ultrapassando em 15 % a dotação inicial e atingida 367 % da meta física estabelecida, que era de 77 usuários .

Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade objetiva viabilizar a oferta e os registros dos procedimentos de saúde com execução direta do estado e pelas Organizações social de Saúde (OSS). Além dos serviços tais como consultas médicas especializadas, internações hospitalares, cirurgias e exames complementares, são ainda registradas nesta ação, as dispensações de medicamentos, que fazem parte das linhas de cuidado para as doenças contempladas no âmbito do componente Especializado da Assistência Farmacêutica (FAF). E ainda, o pagamento do resgate aeromédico de urgência e emergência, cujos municípios atendidos



encontram-se registrados em ação específica. Os recursos financeiros atingiram 636%, ultrapassando em 536% a planejada, também a meta física superou a estimada em 14%.

Requalificação de Estabelecimento de Saúde visa à ampliação da estrutura hospitalar por meio de reformas, restaurações e equipamentos das unidades assistenciais de saúde do Estado e de municípios, visando aumentar a cobertura de leitos e serviços, com ênfase também, na instituição de novas soluções tecnológicas ao desenvolvimento das atividades em saúde. Na Região Guajará foram utilizados 39 % da meta financeira, e atingida 17 % da meta física estabelecida.

Apoio aos Serviços de Atenção Primária, alcançou todos os 144 municípios das 12 Regiões de Integração, através da coordenação do Sistema de Saúde no âmbito regional. Quanto à execução financeira observa-se que a dotação inicial foi em torno de R\$ 7 milhões, sendo utilizado aproximadamente R\$ 4 milhões (57%). A não utilização total do recurso, justifica-se devido às restrições de deslocamento de equipes e atividades presenciais, que foram suspensas por determinação no decreto estadual de contenção e prevenção do novo coronavírus. Algumas ações ocorreram por meio de recursos on-line e em plataformas de sistemas virtuais vinculados ao Ministério da Saúde.

Saúde por Todo o Pará, que tem como proposta o atendimento itinerante, in loco e adequado para cada região. Em 2020, obteve resultado significativo tornando-se um diferencial de atendimento à população, que mediante as limitações sanitárias, por conta da pandemia, conseguiu atingir 100% das Regiões do estado.

Em parceria e articulação com equipes da média e alta complexidade da Policlínica Itinerante, esta ação envolveu os gestores estaduais e municipais, em caráter de itinerância, que estrategicamente concretizou atendimentos diretos de consultas, exames especializados, disponibilização de medicamentos, além da realização dos testes para detecção do foram realizados por equipes de multiprofissionais, que se deslocaram em ônibus e barcos adaptados e equipados para atender as demandas em diversos territórios estaduais. Quanto à regionalização, duas RI, Tocantins e Xingu apresentaram execução física abaixo do esperado, com menos de 50% da meta programada. Foram apoiados 91 municípios, com mais de 200 mil atendimentos no ano de 2020, segundo

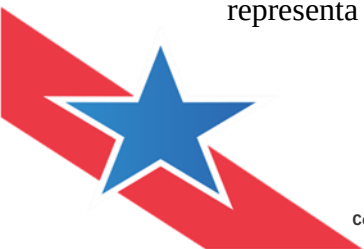


relatório da Sespa. Na programação orçamentária teve R\$ 2,3 milhões de dotação inicial e executou de apenas R\$ 114 mil. Destaca-se que o desempenho financeiro inferior ao programado se justifica porque a execução financeira ocorreu por meio da ação de Gestão de Estabelecimento de Saúde por Organização Social, que garantiu a oferta de atendimento de saúde no âmbito da média e alta complexidade em diversas regiões do estado. Mediante a necessária articulação emergencial com as equipes das policlínicas itinerantes foram viabilizados os atendimentos adequados, sendo supridos e liquidados pela referida ação, a qual está vinculada a Organização Social de Saúde – OSS.

Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos, vincula-se à coordenação em nível estadual do controle às doenças e agravos transmissíveis e acompanha diretamente os riscos existentes e preexistentes com foco no planejamento, monitoramento, avaliação e na produção e divulgação de pesquisas em caráter de prevenção e controle das condições de saúde da população, no âmbito da saúde coletiva.

A ação alcançou 100% de execução física programada em 2020, com destaque para a intensificação das ações de prevenção da malária, dengue e chikungunya, principalmente nas regiões que apresentavam um alto índice das doenças, como, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Marajó, Tapajós, Tocantins e Xingu, que diminuíram consideravelmente os casos. Quanto à execução orçamentária, a dotação financeira atualizada no valor de R\$ 28,2 milhões, realizou R\$ 18 milhões, alcançando 66% do recurso previsto.

Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária, engloba iniciativas que visam promover a integridade física, mental e social dos indivíduos, quando provocados por doenças ou situações nocivas, como acidentes, intoxicação, abuso de drogas, lesões, dentre outras. Envolve também, o conjunto de atividades que fortalecem e identificam mudanças de fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que possivelmente podem agravar a saúde da população e capacitação e educação permanente aos profissionais da rede SUS. A meta física foi prevista para os 144 municípios e alcançou 100% do programado. Na execução orçamentária, a dotação atualizada foi de R\$ 7,7 milhões, dos quais R\$ 2,5 milhões foram realizados, o que representa execução de 33%. Tal baixa na execução financeira, justifica-se pelos



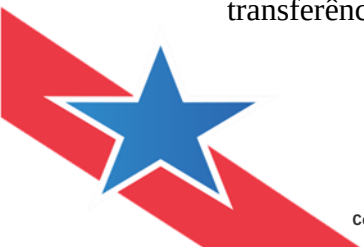
impactos da pandemia, que restringiram algumas ações como treinamentos presenciais, capacitações, seminários de avaliação e deslocamento de equipes, suspensas temporariamente pelo Decreto Estadual n.º 800 de 31 de maio de 2020.

Vigilância Laboratorial, foi executada pelo Laboratório Central do Estado – **LACEN**, por meio de análises no campo da vigilância sanitária e ambiental e das demais ações pertinentes ao campo de análises laboratoriais, como a água em diversas formas (consumo humano, meio ambiente, efluentes), além de análises de alimentos, sendo de controle de qualidade, categoria de medicamentos, e são vinculados à vigilância ambiental e monitorados pelos programas: SISAGUA/GAL do Ministério da Saúde - MS. Em 2020, foi programada a realização de 41.100 análises, alcançando 31.067 análises, ou seja, 75%, com abrangência em 144 municípios, incluindo as análises do Covid 19. Quanto aos Recursos orçamentários, a dotação atualizada foi de R\$ 975 mil com execução de R\$ 484 mil, o que representa desempenho de 50% total programado.

Cofinanciamento da Vigilância em Saúde, viabiliza o repasse dos recursos financeiros anuais pelo **FES**, pisos, equivalentes a contrapartida estadual do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS), prevista na Resolução CIB nº 125 de 18/11/19, para todos os 144 municípios. Foram repassadas 1584 parcelas até novembro de 2020, ficando a parcela de dezembro para o ano seguinte. A dotação atualizada foi no valor de R\$ 5,6 milhões e foram executados 100% do programado.

Implementação de Consórcios Públicos em Saúde objetiva executar o art. 10 da Lei Federal nº 8.080/90 (Lei do SUS), onde Sespa tem a função de interlocutora no processo. Porém, em função do atual cenário epidemiológico do Estado não foi possível a implementação do consórcio junto aos municípios da R.I. Guamá. 3ºCRS.

Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade objetiva o repasse financeiro aos Fundos Municipais de Saúde (FMS), pelo Fundo Estadual de Saúde (**FES**) para atendimento das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Salas de Estabilização e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), além das transferências para prestação dos serviços de Traumatologia e Neurologia de alguns



municípios, atendendo a todas as Regiões de Integração do Estado. Foram atingidos **110 %** dos recursos financeiros, ultrapassando em 10% a dotação inicial e 80% da meta física estabelecida.

Repassa financeiro para diagnosticos rastreamento, detecção precoce e controle do cancer no SUS; repasse financeiro para programa rede cegonha para cirurgias eletivas; repasse financeiro para serviço hospitalar serviços de AIH/SUS e repasse financeiro para serviços ambulatoriais SIA/SUS. Foram atingidos **642 %** dos recursos financeiros, ultrapassando em 542% a dotação inicial e 82% da meta física estabelecida.

Cofinanciamento da Atenção Básica, o FES repassou sistematicamente pela Sespa, os recursos financeiros anuais aos fundos municipais, para atender o componente básico da assistência farmacêutica e o cofinanciamento estadual da atenção básica. Foram contemplados 143 municípios que assinaram o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna, conforme Decreto nº 310 de 19/09/2019 e Portaria nº 680 de 19/09/19, que preconiza o tema como prioritário no fortalecimento da atenção primária, com ações específicas no combate à mortalidade materna. Alcançou 100% da meta física programada e 99% de execução do recurso financeiro previsto, visto que, houve repasses até novembro 2020, ficando a última parcela de dezembro para ser repassado no próximo exercício de 2021. Foram 1.573 repasses realizados para a Atenção Básica e 1.584 para Assistência Farmacêutica. A dotação inicial do recurso financeiro foi de R\$ 42,2 milhões, mas com a suplementação foi executado o valor de R\$ 49,3 milhões.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 5C83266FD0C41A6.EB42CDA8DF09DC8.92BCFE63DC02143B.9595B881E123CC5D



CENTROS REGIONAIS DE SAÚDE (CRS)

1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O 1º Centro Regional de Saúde, sob direção do Sr. Marco Normando, investido no cargo conforme Portaria nº 76/2019-CCG, possui responsabilidade sobre 19 (dezenove) unidades de abrangência, entre URES, CAPS, Abrigo, Residência Terapêutica e Casa de Acolhimento, além dos 05 (cinco) municípios da Região Metropolitana I, compreendendo Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, vem apresentar o Relatório de Gestão – 2021. Este Relatório de Gestão apresenta de forma sistematizada informações relacionadas às atividades desenvolvidas no exercício 2021, considerando esta breve explicação sobre a conciliação entre esses instrumentos de planejamento, em seguida apresentamos nosso Relatório de Gestão, em atendimento à legislação vigente.

1. PRINCIPAIS DESTAQUES E ENTREGAS 2019-2021

PROGRAMA TER PAZ EM 2021



Nos bairros da cabanagem, bengui, jurunas, Guamá, terra firme, em Ananindeua: nos bairros do icui-guajará e em Marituba: nos bairros da nova união, totalizando em 80.324 atendimentos.

Clinica Médica	11487
Ginecologista	2179
Pediatria	1704
At. De Enfermagem	15072
Vacinas	2375
Pa lestra Saúde Bucal	8827
Farmácia	1750
P.A.	13172
Oximetria	9509
Glicemia	835
Temperatura	13414



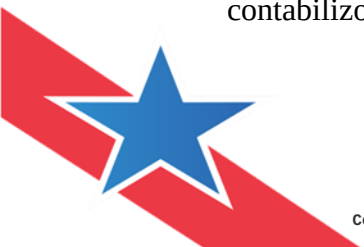
Fonte: Divisão Técnica

2. O QUE FIZEMOS EM 2021

O Apoio as ações dos Conselhos Municipais de Saúde aos 05(cinco) município: Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara ocorreu por meio da participação da equipe do 1º CRS nas 77(setenta e sete) reuniões: ordinárias, Apoio Administrativo, Comissão de ética, extraordinárias, Ordinárias da CIR e outras, também nas 02 Conferência Municipal de Saúde e 01 Pré-Conferência de Saúde no município, em 2021, tendo utilizado o valor de R\$918,77, equivalente a 12% do total de recursos disponibilizados no OGE 2021.

Foram implementadas 05(cinco) Comissões Intergestoras nos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Barbara, tendo sido utilizado o valor de R\$8.184,96 o equivalente a 39% da dotação inicial do OGE2021. Nossa equipe participou das 03 Reuniões com Secretaria da CIR M I e Secretário Municipal de Benevides; 01 Reunião com Secretário Municipal de Saúde de Marituba; 02 reuniões da CIR RMI em Marituba; Organização e Realização da Reunião Ordinária CIR MI em Belém, em fevereiro; Realização da Reunião Ordinária CIR MI de Julho de 2021, realizada em 30 de junho de 2021 em Belém. Realização e Participação da Reunião Ordinária CIR MI de 04 de agosto de 2021 em Ananindeua. Realização da Reunião Ordinária CIR MI referente ao mês de outubro de 2021 no município de Benevides.

Com relação a Educação na Saúde, visa capacitar os cidadãos usuários do SUS, os servidores da saúde e a realização de residência médica que é uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. Como resultados atingiu-se 100% da meta estabelecida, tendo sido qualificadas 27 servidores, a formação foi realizada na modalidade RAD, on-line, não sendo utilizado o recurso inicialmente disponibilizado no OGE 2021.12.15. Mesmo num cenário de pandemia, o trabalho online seguiu-se, validando o resumo que segue: Educação Permanente na Saúde 1.074 Trabalhadores foram capacitados; 69 Reuniões realizadas; 01 Encontro; 09 Formações em serviço, 02 Seminários, 07 slides, 13 Materiais de comunicação. EPS ONLINE – Divulgações online em 15 grupos de whatsapp, de forma mensal. Educação Continuada - 239 Atividades formativas divulgadas; 21 Processos Seletivos divulgados; 161 acervos compartilhados, 73 Cursos Divulgados e Apoio a 01 Pesquisa de Capital Intelectual. Gestão do Campo da Prática, os processos de janeiro a junho ficaram pendentes por conta do cenário da pandemia, no entanto, o departamento contabilizou 10 processos recebidos, que ainda estão em andamento. A partir de junho a



pesquisa foi viabilizada, sendo atendidas 05 solicitações e outras 02 encontra-se em tramitação. CIES METROPOLITANA I - Produção de material técnico e didático sobre experiência de “EPS e Humanização, no contexto da COVID-19”; Compartilhamento de informações, base legal e material didático de EPS. Realização da primeira etapa de formação para membros e apoiadores da CIES RMI, Articulação com Secretários e NEPS da Metropolitana I, em reunião da CIR MI. Membros da CIES R M e Apoiadores capacitados e orientados, compreendendo o papel da CIES R M I, o PAREPS, a CIR R M I e seu papel na PNEPS, na Região de Saúde Metropolitana I. Apoio a ações de articulação ensino serviço, voltadas à saúde integral. Qualificação de membros de apoiadores para atuar na CIES R M I, na condução da PNEPS. Garantir o funcionamento da CIES R M I. Fortalecer a CIES R M I Comunicação e articulação com: membros da CIES; Coordenação de Educação Permanente/SESPA; Direção do 1º CRS, Diretores, Setores; CIR M I; e apoiadores da PNEPS. 13 ações apoiadas com divulgação entre os contatos da Educação na Saúde em Redes Sociais.

Meta física da ação programada Implementação da rede de ouvidoria do SUS para 2021, foi de 25 unidades nos 5 municípios em Ananindeua, Benevides, Marituba, Belém e Santa Bárbara no qual atingiu (100%); Meta inicial da OGE R\$7.038,00 e Realizado R\$668,16 (6%). Produto: Demanda Finalizada.

A ação de Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS objetiva receber e manter a comunicação entre os órgãos gestores da saúde no Estado e os usuários do SUS. Destinada à busca ativa, informações em saúde, sugestões, reclamações, solicitações, elogios e denúncias, tendo como produto da ação o quantitativo de demanda finalizada. Em que pese outras atividades terem sido realizadas atendendo aos 5 municípios de nossa abrangência, tais como: 23 manifestações sobre denúncias e 02 manifestações sobre reclamações, não houve nenhuma demanda finalizada, não sendo atingida a meta estipulada no PPA, utilizou-se o valor de R\$668,16, o equivalente a 9% do recurso inicial disponibilizado.

Dentre as Estratégias utilizadas para apoio a implementação do planejamento do SUS pela equipe de servidores do 1º CRS, destacamos as que seguem: Reunião da Seplad; análise do Relatório do SIGPLAN e Assessoria técnica aos 5 municípios; Reunião sobre Revisão dos Indicadores, Revisão Biênio do PPA 2022-2023, Estratégias Municipais de Saúde (Manual PMS 2021), participação na Audiência Pública do PPA e LOA; participação do encontro Planejamento em Foco "Pensando na Gestão da Saúde",



onde foram apresentados os Instrumentos de Gestão e Planejamento do SUS, Plano Estadual de Saúde - PES; Programação Anual de Saúde - PAS; Reunião Quadrimestral do Cronograma de Oficinas de Monitoramento e Avaliação de Programas do PPA/2020-2023 e Revisão do Caderno da ODS com o tema Cidadania, foi atingido 100% da meta programada.

Na ação Regulação em Saúde, cujo produto é serviço/acesso regulado e a meta física da ação programada foi de 14 unidades, nos 5 municípios em Ananindeua, Benevides, Marituba, Belém e Santa Barbará, utilizou-se o montante de R\$1.670.00, equivalente a 20% da dotação inicial. Para execução foram utilizadas as seguintes estratégias: Fiscalização das Empresas de água. Coleta de amostras de água adicionada de sais para fins fiscais de monitoramento da qualidade. Vacinação dos servidores: 1º CRS, UREs e CAPS contra a Covid-19 (1ª dose da Vacina CORONAVAC) em Belém (Auditório 1º CRS); Vacinação dos servidores: 1º CRS, UREs e CAPS contra a Covid-19 (2ª dose da Vacina CORONAVAC) em Belém (Auditório 1º CRS); Vacinação dos servidores: 1º CRS, UREs e CAPS contra a Covid-19 (1ª dose da Vacina ASTRAZENECA) em Belém (Auditório 1º CRS). Reunião Técnica no Nível Central (GAT) – Saúde do Trabalhador em Belém (N. central); Reunião da CIR Metropolitana I em Belém (Auditório 1º CRS); Reunião c/ os Órgãos fiscalizadores (Procon, MP, Agência Nacional de Mineração, Vig. Sanitária Municipal de Belém) para tratar de fiscalização de água mineral em Belém; Reunião com o DEPI, Supervisão técnica do Sistema de Informação da SIMP/Influenza, Covid e Coqueluche em Benevides; Visita Técnica sobre Sistemas de Informação, Plataforma de Monitoramento da Covid, SIVEP-Gripe e Imunização em Ananindeua. 01 Supervisão Técnica no Sistema de Informação SIMP (Influenza, Covid-19 e Coqueluche) em Santa Bárbara.

Com relação a implantação dos serviços de Atenção Primária, e visando dar apoio aos municípios aos 05(cinco) municípios quanto a prestação de serviços e atendimento à Sociedade foram realizados diversos projetos, dentre eles destacamos: Implantação do SAMU, em Santa Barbará do Pará; serviço de Atenção Domiciliar (SAD), composto por uma equipe multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD) e outra de apoio (EMAP), integrantes do Programa (Melhor em Casa); Implantação do CEO e do Laboratório de Prótese e órteses, também no município de Santa Barbará do Pará; Implantação do CEO tipo I na Unidade Municipal de Saúde do Maracajá, Distrito de Mosqueiro, no Município de Belém; Aprovar a habilitação do Centro de Atenção



Psicossocial III-CAPS III, no município de Ananindeua; Implantação do serviço especializado de laboratório clínico, no centro de saúde de Benevides; Aprovar a habilitação do Centro Especializado em Reabilitação-CER tipo III, no município de Marituba. Foi disponibilizado no OGE 2021, o montante de R\$109.610,00, sendo que até a presente data nenhum valor foi utilizado.

De janeiro a outubro de 2021 a equipe realizou apoio técnico (palestras sobre a importância da escovação dentária e distribuição de kits de higiene bucal) as ações do TERPAZ nos Municípios de Ananindeua, Belém e Marituba. Acompanhar processo licitatório de aquisição de curativo, realizando avaliação e análise dos itens solicitados para fornecer parecer técnico, dos itens. Apoio técnico as ações da Policlínica Itinerantes contra o COVID-19, no município de Belém.

Monitoramento e assessoramento técnico para apoio aos Serviços de Atenção Primária que integram o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A com o objetivo de garantir a cobertura em todos os municípios da jurisdição do 1º CRS, para os Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara Monitoramento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família (PBF), para os Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara Ação Educativa alusiva ao Dia nacional de combate a hipertensão arterial para os pacientes na sala de espera da URES Presidente Vargas, com 25 participantes (apoio da Coordenação Estadual de Nutrição) Participação/apoio técnico nas ações itinerantes de COVID-19, nos Municípios de Belém, Ananindeua e Marituba As ações presenciais de monitoramento aos Municípios adstritos ao 1ºCRS não foram realizadas em virtude da pandemia. Participação nas ações do TERPAZ com palestras educativas e distribuição de Kits odontológicos nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba. 800 participantes.

Apoio técnico aos Odontólogos dos CEO's e Unidades Básicas; Ações de Prevenção em saúde bucal com palestras e distribuição de kits de escovação durante ações dos territórios pela paz; Monitoramento e assessoramento técnico aos municípios sobre a atuação da odontologia nos programas de saúde da família; Assessoramento aos municípios na implantação dos CEO's aumentando o acesso a Atenção Especializada. Durante o ano de 2021, mesmo não tendo sido totalmente cumpridas as metas constantes no planejamento devido à pandemia, foram realizadas ações que auxiliaram na saúde bucal como um todo principalmente no que se refere no apoio aos profissionais



e usuários durante pandemia de COVID. Dificuldades: Equipamentos de informática insuficientes para a demanda de trabalho; Acesso à internet irregular e instável; falta de transporte, para as visitas técnicas de monitoramento; Atendimento básico e especializado comprometido devido à pandemia de COVID.

Participação da Oficina de Capacitação do Sistema do Câncer (SISCAN), participação da Vídeo conferência Dia Internacional da Mulher, participação do Treinamento do PAE, Participação da Oficina de Capacitação do Sistema do Câncer (SISCAN), Participação nas Webs conferências e lives ofertadas pela MS e coordenação Estadual Saúde da Mulher e Participação do Webinar de Abertura do outubro Rosa. Durante o ano de 2021, mesmo não tendo sido totalmente cumpridas as metas constantes das PAS, foram realizadas pelo menos uma ação de monitoramento da PNAN em todos os municípios de nossa jurisdição.

Capacitação de profissionais de saúde na qualificação dos cadastros do ESUS/APS como componente de captação ponderada, Apoio técnico aos profissionais dos municípios da Região Metropolitana I. Ações de Prevenção às doenças Exantemáticas e Crônicas dos municípios, Monitoramento e assessoramento técnico aos municípios sobre os programas da Atenção Primária. Assessoramento aos municípios sobre o novo sistema de financiamento de custeio da APS. (PREVINE BRASIL). Participação nas webs conferência e lives oferecidas pelo Ministério da Saúde/ESF. Divulgação, junto aos municípios de todas as ações voltadas para a promoção da Atenção Primária. Apoio técnico aos profissionais envolvidos no programa da Humanização. Reuniões com técnicos dos Municípios em relação a situação epidemiológica do sarampo e de indicadores das doenças Exantemáticas, busca ativa de doenças exantemáticas dos municípios do 1º CRS. - Web-Conferências sobre o Financiamento das APS. Durante o ano de 2021, mesmo não tendo sido totalmente cumpridas as metas constantes do PAS, foram realizados diversos treinamentos por Web-Conferência.

Capacitação de profissionais de saúde nas ações de alimentação e nutrição inseridas no contexto da PNAN e do PBF; Apoio técnico aos nutricionistas dos CAPS; Ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), avaliação antropométrica e orientação alimentar oferecida diretamente à população; Monitoramento e assessoramento técnico aos municípios sobre os programas de abrangência da PNAN e das condicionalidades de saúde do PBF; Assessoramento aos municípios na construção



do arcabouço técnico e legal, além de capacitação de profissionais para atendimento às demandas locais por fórmulas nutricionais especiais (FNE); - Atendimento às demandas (administrativas e judiciais) por FNE que chegam ao nível estadual;. Durante o ano de 2021, mesmo não tendo sido totalmente cumpridas as metas constantes das PAS, foram realizadas pelo menos uma ação de monitoramento da PNAN em todos os municípios de nossa jurisdição.

3. O QUE IREMOS FAZER

Conforme revisão do PPA, a tendência para os próximos anos será conter ações ainda voltadas para a pandemia do Covid - 19, seja em monitoramento, quanto em ações efetivas de vigilância, atenção básica e regulação com foco na redução de casos epidemiológicos, fortalecimento na rede de acesso e supervisão de acesso e serviços à população, bem como a medicamentos e insumos.

Haverá também as ações de humanização previstas na CIES – Metropolitana I, cuja a secretaria reside na Região Guajará e existe um amplo cronograma de ações voltado para os municípios e para a Regional, promovendo a intensificação da humanização no atendimento no SUS. Haverá um planejamento mais envolvido com os departamentos internos da Metropolitana I, promovendo diálogo entre as estruturas.

Há por fim, prevista na Revisão do PPA a readequação das unidades e do próprio 1º CRS cujas reformas garantam um acesso mais igualitário ao serviço de saúde.

4. AÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA AS METAS DOS ODS

A ação **Apoio aos Serviços de Atenção Primária** está contribuindo com a **meta 3.8** atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais e seguros, eficazes de qualidade e a preços acessíveis a todos.

Educação na Saúde contribui com a **meta 10.2** de empoderar e promover a inclusão social, econômica e política a todos, independentemente de idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência contribuiu com a meta 3.b - Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os



países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis,

Outras ações que também contribuíram com **a meta 3.b: Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade; Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos; Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária e na ação da Educação na Saúde.**

Com os resultados alcançados obtivemos um impacto relevante à sociedade, por haver proporcionado a vários bairros da região Guajará, o “Mutirão de Vacinação”, no qual a 1ªCRS/SESPA teve 05 postos de atendimento montados com o quantitativo de doses aplicadas, no período de 30 de outubro à 02 de novembro. Tivemos a parceria da Secretaria de Educação, que cedeu os espaços das suas Unidades Escolares para que assim pudéssemos realizar as ações, tendo obtido um excelente resultado, com o total de 7.584 doses aplicadas da PFIZER; ASTRAZENECA 419 doses e CORONAVAC 235 doses.

As **ação Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade** contribuiu para a Meta 3.3 e também o **Apoio aos Serviços de Atenção Primária**, que tem por objetivo “acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo aedes aegypti e outras doenças transmissíveis.

Apoio aos Serviços de Atenção Primária, está contribuindo para **meta 3.8** assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.

Articulação Interfederativa, Implementação do Planejamento do SUS, e Apoio a Ações do Conselho de Saúde estão contribuindo com a **meta 16.6** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis e **meta 16.7** Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.



5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

Em **Cidadania, Justiça e Direitos Humanos**, observa-se que a informação na meta física se encontra zerada, mas parte da informação sobre saúde mental vem sendo alimentada na ação de atenção básica do programa saúde. E como o ano de 2021 foi afetado ainda pela Pandemia, muitas das ações foram executadas de forma online, sem justificativa financeira.

Nas ações do Programa **Saúde**, encontramos a maioria com metas físicas equalizando o planejado com o executado (com exceção as ações de pessoa com deficiência e média e alta complexidade); e na execução financeira, 04 ações que não tiveram suas metas físicas realizadas: Educação na saúde, Planejamento, Pessoa com Deficiência e Atenção Primária. Ao contato com esses setores, muitos dos seus serviços se tornaram online por conta da pandemia. Somente ao segundo semestre foi liberado o acesso presencial.

Observando, pois o gráfico abaixo, consideramos que apesar do desempenho de algumas ações estarem ainda zeradas financeiramente, o programa de monitoramento do PPA (SIGPLAN) considera que os três programas de abrangência da Região Guajará estão cumprindo suas ações apesar dos percalços gerados pela pandemia. Esperamos em 2022, corrigir os erros de preenchimento do sistema e melhorar o desempenho do plano



Fonte: SIGPLAN/SEPLAD



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 1ºCRS demonstra uma execução de atividades diferenciadas, adaptadas a uma nova perspectiva e uma execução financeira difícil de explicar quando as supervisões e monitoramento na área de abrangência da Metropolitana I ficaram por meses paralisadas. Houveram dificuldades no repasse de recursos, adequação de planejamento dentro da própria estrutura da Regional e, ainda assim, a execução de ações permaneceu sob novas realidades.

O que se detectou a um primeiro momento, avaliando as metas físicas, é que o 1ºCRS realizou muito além do programado – apesar das inconsistências apresentadas dentro do Sistema de monitoramento do PPA. O recorte realizado para as principais realizações e as realizações de combate ao COVID-19, demonstram acima de tudo uma equipe comprometida, voltada para os valores essenciais deste Centro de Saúde.

Este relatório exprime as realidades da Pandemia, que foram críticos para a efetivação de ações mais planejadas e menos emergenciais, mas também denota a necessidade, sobretudo de organização e planejamento, adequado aos instrumentos preconizados na legislação vigente. Ressaltamos que considerando a necessidade de conclusão do RELATÓRIO DE GESTÃO 2021, antes do encerramento deste ano, as informações de atividades, e em especial financeiras, se encontram incompletas. Um prazo mais extenso poderia expor uma ampla análise das necessidades desta Regional.



2º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O 2º Centro Regional de Saúde é uma Unidade Administrativa e Orçamentária descentralizada da Secretaria de Estado de Saúde Pública, tem como abrangência o território de 09 municípios, sendo: Região de Integração Guamá, com 190.234 pessoas, nos municípios de Colares, Santa Izabel do PA, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas. Região Rio Capim com 128.557 pessoas nos municípios de Bujaru, Concórdia do Pará, Tompessoé-Açu e 55.744 as no município de Acará, na Região Tocantins, totalizando 374.535 pessoas.

A Gestão tem vinculado em sua estrutura administrativa a Unidade Mista de São Caetano de Odivelas, e desenvolve prioritariamente ações de apoio técnico e monitoramento das ações e serviços desenvolvidos pelos 09 (nove) municípios de sua área de abrangência, prioritariamente em relação à atenção integral à saúde; as atividades de vigilância em saúde; regulação do sistema, de serviços e do acesso; o controle social do SUS através dos Conselhos Municipais de Saúde e a Ouvidorias, além de empenhar-se em manter efetivo o funcionamento da Comissão Intergestores Regional assegurando a articulação interfederativa e o pacto entre os gestores do SUS nas Região de Saúde Metropolitana II.

Nosso Relatório de Gestão do exercício de 2021, elaborado de acordo com o Sistema Integrado de Planejamento do Pará (SIGPLAN), visa demonstrar o desempenho das metas estabelecidas pelo PPA 2020-2023, possibilitando a comprovação e análise da aplicação dos recursos financeiros, cumprindo determinações dos diversos dispositivos normativos do Governo do Estado do Pará e nacionais. Tendo como propósito permitir a verificação da efetividade alcançada no desempenho das competências do 2º Centro Regional de Saúde relativa às responsabilidades sanitárias da Gestão Estadual do Sistema Único de Saúde.

Foi elaborado a partir das informações elaboradas e consolidadas pelos técnicos lotados na Divisão Administrativa e Financeira; Divisão de Organização, Controle e Avaliação; Divisão Técnica, e Divisão de vigilância em Saúde.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



1. PRINCIPAIS DESTAQUES E ENTREGAS 2019-2021

Ações voltadas ao combate da Covid-19:

Recebimento e distribuição imediata das primeiras doses de vacinas contra COVID 19;



2. O QUE FIZEMOS EM 2021

A Implementação da Rede de Atenção Psicossocial beneficiou 190.234 pessoas nos municípios da Região Guamá (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São C. de Odivelas), 128.557 pessoas nos municípios da Região Rio Capim (Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu) e 55.744 pessoas no município da Região Tocantins (Acará), totalizando 374.535 pessoas. Foi prestada assessoria Técnica ao município de Santo Antônio do Tauá com acompanhamento de casos de internações compulsórias em unidade de referência, em resposta à demanda judicial, sem ônus ao Estado. Também, realizada vistoria técnica no Caps I, para emissão de relatório atualizado para posterior habilitação desse serviço (um caps visitado e vistoriado. Foram utilizados R\$ 487,97 de recursos nesta ação, equivalendo a 25% da dotação inicial do OGE 2021, impactando na sociedade a garantia da Atenção Psicossocial.

Os **Agentes Públicos Capacitados** foram certificados pela EGPA, a servidora do 2º CRS em Santa Izabel, no curso de "Contratos na administração Pública", com carga horária de 20 horas, no período de 23 a 27/08/2021 e outra Servidora do 2º CRS em Santa Izabel, no curso de "Formação de Pregoeiro: Presencial e Eletrônico", com carga horária de 20 horas, no período de 30/08 a 03/09/2021, qualificação que guarda relação com as atividades desenvolvidas por elas no órgão. Não foram utilizados recursos financeiros, em função dos cursos serem ofertados pela EGPA.

Operacionalização das Ações Administrativas Os contratos são realizados pelo Nível central da SESPA, e contemplam as suas regionais. São realizados pagamentos de outras despesas correntes, para manutenção do 2º CRS e da Unidade Mista de São Caetano de Odivelas, sob ingerência desta unidade gestora, tais como o pagamento do serviço de fornecimento de água e esgoto do prédio do 2º CRS ao município de Santa Izabel (SAAE: solução própria de água e esgoto municipal). tendo sido utilizados R\$ 87.561,90 para equivalente a 42% do valor de dotação inicial do OGE 2021.

O Apoio as Ações dos Conselhos de Saúde ocorreu por meio de assessoramento técnico, aos municípios de Santo Antônio de Tauá e São Caetano de Odivelas, a COVID-19 impossibilitou que atingíssemos a meta prevista, foram utilizados R\$1.393,56, cujo impacto na sociedade é poder contar com a Efetividade do Controle Social do SUS através do funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde e das Conferências Municipais de Saúde. No início do ano, ainda em fase de



planejamento e estruturação, o 2º CRS ocorreu mudança de referência regional, e iniciou-se o processo de capacitação e articulações com os atores envolvidos com esta política. Com a impossibilidade de realizarmos as capacitações necessárias e participamos das CIR itinerantes, em função dos impedimentos ocasionados pela Pandemia, pequenas orientações foram realizadas por meios remotos. Foram realizadas assessoria técnica e monitoramento, reunindo com o Conselho Municipal de Saúde e Secretária Municipal de Saúde, com repasse de orientações em linhas gerais em meio às especificidades locais e expertises, contribuindo para uma melhor qualificação e otimização da organização das Conferências Municipais de Saúde, foram contemplados os municípios de Santo Antônio do Tauá em 21/09 e São Caetano de Odivelas em 22/09.

No **Apoio aos Serviços de Atenção Primária** foram beneficiadas 190.234 pessoas nos municípios da Região Guamá (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São C. de Odivelas), 128.557 pessoas nos municípios da Região Rio Capim (Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu) e 55.744 pessoas no município da Região Tocantins (Acará), totalizando 374.535 pessoas. Foram utilizados R\$38.209,66, cujo impacto das estratégias desenvolvidas melhoraram o acesso e a qualidade da atenção primária à saúde recebida pelos usuários do SUS na rede de atenção primária dos municípios. No início de 2021, o apoio foi de forma híbrida:

No período de 06 a 29/01 beneficiando Santa Izabel, Colares, Tauá, São Caetano e Vigia prestamos assessoria técnica de forma remota para combate à Pandemia, orientações às Gestantes e ao acesso ao SISCAN. Presencialmente ocorreu a distribuição de Cadernetas para Gestantes, Cadastro no Programa Previne Brasil, Abastecimento nas UBSs, referente ao enfrentamento à COVID-19 e Adesão ao Programa Saúde na Escola.

Nas ações de assistência às doenças crônicas e obesidade, na APS no contexto da Pandemia de COVID-19 (port. 2.994): Santo Antônio do Tauá em 05/03 e Vigia em 09/03; assessoria ao Programa Saúde na Escola (PSE) e ações do PSE no contexto da pandemia da COVID-19. Em Colares no mês de março, foram realizadas Ações de Escovação supervisionada e primeiro atendimento em gestantes. de 09 a 24/03 em Santa Izabel, Tauá, Vigia, São Caetano e Colares; Monitoramento dos programas saúde da criança e dos povos tradicionais. de 22 a 31, contemplando também os municípios de Vigia, e São Caetano.



Para o fortalecimento da política de Saúde da Mulher (SISCAN) por meios remotos; in loco: Saúde do Homem, coordenações de APS, ESF; assessoria aos Secretários Municipais de Saúde; distribuição de cadernetas para gestantes: 06/04 em São Caetano, 13/04 em Colares e 14/04 no Tauá. assessoria - sobre as diretrizes dos Programas de Vitamina "A", Bolsa família e Micronutrientes; e Monitoramento das DCNTs e Obesidades. 15/04 em Colares e 30/04 São Caetano.

Visita Técnica foi realizada para avaliar ações e registros realizados no contexto da Pandemia de COVID-19, 04/05, São Caetano Programa saúde na Escola (PSE), repasses de orientações sobre a portaria nº. 3.396 referente ao levantamento dos Povos Tradicionais, 04/05 em São Caetano e 17/05 em Colares; o Monitoramento e Orientação sobre a Portaria nº.731 que trata do incentivo financeiro, referente à Saúde Bucal, 21/05 em Vigia e 28/05 em Colares.

Avaliação a condução dos Programas de Nutrição; (08/06 em Santa Izabel - 2º CRS). Monitoramento dos Programas de Alimentação e Nutrição (28/06 em São Caetano), Programa Saúde do Homem (30/06 em São Caetano), Portaria GMS/MS 3.194 sobre a execução do Pro eps SUS (18/06 em São Caetano), Programa de Saúde Bucal e Sistema E-Gestor (01/06 no Tauá) e (30/06 em São Caetano), Programas de Saúde da Criança (28/06 em São Caetano). Assessoria em GTIM do PSE, para avaliar as ações realizadas no contexto da pandemia do COVID-19 (17/06 em Vigia). Participação em treinamento, por web conferência, sobre planejamento sexual e reprodutivo e lançamento da carteira da criança (21/06) contemplando Santa Izabel (2º CRS). Ação de Divulgação, por meios remotos, sobre a solicitação de autorização para o uso de Misoprostol para maternidades municipais (26/06, para o Tauá e Vigia), e Incentivo Financeiro para custeio do programa de Saúde da Criança (16/06 para Colares)

Foi realizado o monitoramento, in loco, dos programa de nutrição - Colares, em 02/07; Tauá, em 13/07 e Vigia, em 29/07. Monitoramento, junto aos profissionais da APS, com a apresentação dos resultados alcançados pelo município no Programa Previne Brasil, no 1º quadrimestre de 2021 - São Caetano, em 12/07; Vigia, em 15/07 e Tauá, em 16/07. Monitoramento dos programas de Saúde do Homem (Vigia, em 19/07) e de Saúde da Criança - Vigia, em 20 e 29/07. ASSESSORAMENTO: sobre os registros de informações de atendimento individual e coletivo nas fichas do E-SUS pela equipe de saúde Bucal dos municípios e monitoramento do sistema E-SER- Colares, em 02/07;



São Caetano, em 12/07; Tauá, em 13/07 e 16/07; Vigia, em 15/07. Apresentação dos Programas da Divisão Técnica à nova Coordenação da APS do Tauá, em 22/07 no 2º CRS, sem ônus para o Estado.

CAPACITAÇÃO realizada de 05 a 06/08, no 2º CRS em Santa Izabel, sobre o SISCAN (Sistema de Informações do Câncer) abordando procedimentos e inserções de informações quanto ao Câncer de colo do útero e mama e manejo com casos clínicos e fluxos. **MONITORAMENTO**: das ações de Saúde do Idoso, com base na portaria nº 894 de 11/05/21 (09/08 em Colares, 10/08 no Tauá, 12/08 em São Caetano e 23/08 em Vigia); das Ações de Saúde da Mulher, sobre o incremento financeiro referente ao pacto de redução da mortalidade materna (12/08 em São Caetano); das ações de Saúde do Homem, 20/08 em Colares). **PARTICIPAÇÃO EM WEBNÁRIO**: discutindo a estratégia Nacional para prevenção e atenção à obesidade infantil- PROTEJA (18/08, 2º CRS/Santa Izabel). **PARTICIPAÇÃO EM RUNIÃO VIRTUAL**: referente ao planejamento de capacitação e qualificação para o Hospital Santo Antônio, no município de Santo Antônio do Tauá, adquirir o título de "Hospital Amigo da Criança". (2º CRS / Santa Izabel).

OFICINA DE QUALIFICAÇÃO: para sensibilizar e aprimorar os profissionais da APS no cuidado à gestante, objetivando a redução da mortalidade materna para os municípios da Metro II, no 2º CRS de 08 a 10/09. **REUNIÃO TÉCNICA**: entre as divisões do 2º CRS e a Corrdenação Estadual da Saúde da Mulher sobre a situação do atendimento às gestantes nos municípios da Metro II; Também, com objetivo de alinhar os conhecimentos das equipes intersetoriais da SESPÁ com relação ao atendimento, indicadores e dificuldades sobre essa política; Reunião com a equipe técnica e gestor municipal para assessoria as ações do Programa "Saúde na Escola" (Colares, em 24/09). Reunião com a Coordenação Municipal de Saúde Bucal e Odontólogos, para o repasse de orientações sobre as fichas do E-SUS com os monitoramentos do Sistema (São Caetano, em 06/09).

Reunião com a Coordenação Municipal de Saúde Bucal e Odontólogos, para o repasse de orientações sobre as fichas do E-SUS com os monitoramentos do Sistema (São Caetano, em 26/09). **ASSESSORAMENTO**: aos Hospitais: Hospital e Maternidade Santo Antonio e Hospital santa Izabel, para estimular e viabilizar os serviços de atendimento dentro dos Programas "Saúde da Mulher" , no parto e "Saúde da Criança". (Tauá em 09/09 e Santa Izabel (sem ônus) em 10/09). **VISITA TÉCNICA**:



para monitoramento dos dispositivos da APS dentro do Programa "Saúde da Pessoa Idosa". (Vigia, em 10/09). PARTICIPAÇÃO EM WEBNÁRIO: pela coordenação Estadual de Saúde do adolescente e Joven para tratar da notificação das violências e sensibilizar os profissionais da APS da importância desta notificação. (sem ônus, do 2º CRS em Santa Izabel). MONITORAMENTO: do programa "Saúde Bucal" para o desbloqueio de recurso financeiro pela auditoria de nº 7810 de 2009. (Vigia, em 15/09 na ESB do distrito do Porto Salvo e em 22/09 na ESB do distrito de Santa Rosa).

ARTICIPAÇÃO EM CAPACITAÇÃO: Oficina sobre financiamento da atenção Primária / Previne Brasil, proporcionando o aprimoramento nas avaliações dos cadastros e indicadores de desempenho para incentivar os municípios a atingirem suas metas.(Belém, em 07/10, contemplando o 2º CRS - Santa Izabel); Oficina ampliada, com foco no enfrentamento do Sarampo, Belém, em 21/10, contemplando o 2º CRS/Santa Izabel; MONITORAMENTOS: Ações da Saúde Materno Infantil, através de reuniões com gestores e técnicos municipais, Nível central/SESPA, direção do Hospital, para avaliação dessa rede. (sem ônus para essa UG, Santa Izabel, em 18/10 e com ônus, no Tauá, em 19/10, Vigia, em 20/10), (Reunião com a coordenação da APS, Unidade Mista e ESF de Colares, que não possui maternidade-materno/infantil, em 21/10); Dos registros das informações do coletivo na ficha de E-SUS realizados pela Equipe de Saúde Bucal / ESB na atenção Básica, e junto ao sistema E- SUS e coordenação municipal e odontólogos (São Caetano, em 18/10); E, do programa "Academia da Saúde, verificado a Proposta no Sistema de Monitoramento de Obras - SISMOB, com reuniões e visualização no Sistema citado; PARTICIPAÇÃO EM WEB MEETING, capacitação sobre a política de Atenção à Saúde do Adolescente na AP, com foco em conhecimentos sobre o Adolescente (pai) inserido na dinâmica do Pré-natal do casal adolescente. (observados problemas com a conectividade). (2º CRS - Santa Izabel, em 22/10, sem ônus).

PARTICIPAÇÃO EM WEB-REUNIÃO - "Novembro Azul": Cuidado e prevenção da Saúde do Homem, capacitação sobre orientações e divulgação das atividades e ofertas de consultas, e transmissão de dados para notificações; contemplando Santa Izabel (2º CRS e Metro II), sem ônus, EM 04/11. PARTICIPAÇÃO EM ENCONTRO: Regional de Atenção Domiciliar da Região Caetés e V Encontro Estadual do Programa Melhor em Casa, com apresentação de experiências exitosas (Bragança, de 09 a 12/11) contemplando o 2º CRS (Sede em Santa Izabel);

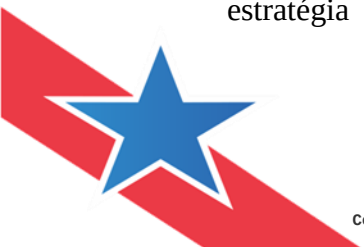


PARTICIPAÇÃO EM WEB REUNIÃO: Referente à Saúde do adolescente e Jovem / PSE, com o tema: "O registro das ações do PSE no E-SUS, com o objetivo de, a posteriori, expandir para os municípios da região Metro II". Reunião com a coordenação de Saúde Bucal, com a demonstração de exercício no sistema, referente à ESB dos bairros de Marabitaná, com análise das fichas do E-SUS e do atendimento individual e coletivo (São Caetano de Odivelas, 19/11); **PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO TÉCNICA:** para avaliação do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A no exercício de 2021 e realização de planejamento de ações para o exercício de 2022 (Belém, em 23/11 (contemplando o 2º CRS com sede em Santa Izabel do Pará) (sem ônus para o erário)).

Com a Implementação da **Rede de atenção à Urgência e Emergência Primária** foram utilizados o montante de R\$ 5.011,40, beneficiando 190.234 pessoas nos municípios da Região Guamá (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São C. de Odivelas), 128.557 pessoas nos municípios da Região Rio Capim (Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu) e 55.744 pessoas no município da Região Tocantins (Acará), totalizando 374.535 pessoas. Com a estratégia de Monitoramentos nos componentes pré-hospitalares: SAMU 192, e UPA 24HS e Monitoramento para atestar conformidade à qualificação de leitos da Rede de Urgência e Emergência (RUE), cuja implementação dos pontos de atenção da RUE, proporcionam a população mais eficiência e efetividade na prestação dos serviços de atendimento de Urgência e emergência, e Resgates aeromédicos, reduzindo ao máximo o tempo resposta do atendimento a sua solicitação.

Na **Articulação Interfederativa** participamos de Reuniões Ordinárias, conforme o Regimento Interno da CIR, com pauta fixa e variável, apresentações, debates e deliberações entre todos os Secretários Municipais de Saúde da região, e representantes do Secretário de Estado de Saúde Pública. A articulação entre os entes federativos asseguram para a população o fortalecimento da gestão e a Governança regional do SUS, a otimização dos serviços de saúde, estruturação das redes de atenção à saúde, o financiamento e o acesso aos serviços de referência, visando à integralidade da atenção à saúde. Não foram utilizados recursos nesta ação, por não ter havido reuniões itinerantes devido à Pandemia de Covid 19.

Na Educação na Saúde foram beneficiadas 374.535 pessoas, tendo como estratégia a Assessoria Técnica visando a reativação da Comissão de Integração de



Ensino e Serviço (CIES). O valor utilizado foi R\$ 997,89. O impacto desta ação á população foi ter Profissionais de saúde mais qualificados melhorando a eficiência das ações e serviços do SUS na Região.

Na Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS foram beneficiadas 374.535 pessoas. O valor utilizado foi R\$6.651,11. Tendo como estratégias: Implantação e Implementação das Ouvidorias municipais do SUS por meio da Nomeação de ouvidores municipais; Visitas institucionais e domiciliares e contatos telefônicos para apuração e finalização de demandas de ouvidoria no Sistema Ouvidor SUS, Capacitação de trabalhadores da saúde/Ouvidoria do SUS. O impacto destas estratégias na vida população é ter o fortalecimento da participação popular na gestão do SUS. Contribuindo com a melhoria das ações e serviços de saúde, no momento que atende as reivindicações do cidadão e/ou dos funcionários/servidores. Além de ser um espaço para defender o respeito à dignidade humana, à cidadania e à legalidade nas relações entre o SUS e a sociedade, e Garantir resolutividade aos atendimentos solicitados pelos usuários por meio da Ouvidoria do SUS onde as ouvidorias estão implantadas.

Na Implementação do Planejamento do SUS foram beneficiadas 374.535 pessoas. O valor utilizado foi R\$4.620,17. Teve como estratégias: Monitoramento, supervisão, e apoio técnico no desenvolvimento das ações de elaboração dos instrumentos de gestão do SUS, Assessoramento técnico na operacionalização do sistema DIGISUS, e discussão de notas técnicas, de forma on line e presencial, a Secretários de Saúde e técnicos de planejamento municipais, Monitoramento da atualização de dados no Sistema DIGISUS e Pactuação Interfederativa. O impacto destas estratégias na vida população é ter a oferta de ações e serviços de saúde para a população e seu financiamento assegurados pelos instrumentos de Gestão do SUS.

Com a Implementação da Humanização foram beneficiadas 374.535 pessoas. O valor utilizado nesta Ação foi R\$1.164,95. Teve como estratégias: Apoio técnico e capacitações para estruturação da Política Nacional de Humanização no 2º CRS,

Explanação sobre a PNH, seus princípios e diretrizes no “Encontro de Gestores” da Região de Saúde Metropolitana II, Apresentação e Discussão da Política Nacional de Humanização na Comissão Intergestores Regional. O impacto destas estratégias na vida população é que Ações e Serviços de saúde humanizados evitam violências na atenção á saúde, como a violência obstétricas no momento do parto, desistências por parte dos



usuários em buscar ou continuar tratamentos de saúde; Proporciona melhor qualificação e efetividade do atendimento e confiabilidade nos serviços de saúde.

Na Implementação da Rede de atenção a Pessoa com Deficiência foram beneficiadas **57 pessoas** dos municípios da Região Guamá (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São C. de Odivelas); 38 pessoas dos municípios da Região Rio Capim (Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu) e 17 pessoas do município da Região Tocantins (Acará), totalizando 125 pessoas. Não foram utilizados recursos nesta ação. Teve como estratégias: Recebimento da demanda municipal e encaminhamento dos pedidos de Passe Arcon para Coordenação Estadual da Pessoa com Deficiência – CEPED, Recebimento dos passes Arcon impressos e encaminhamento aos municípios solicitantes para posterior repasse aos beneficiários. O impacto destas estratégias na vida população é a garantia de isenção de pagamento de passagens das pessoas com deficiência nos Transportes Intermunicipais favorecendo sua mobilidade e garantia de direitos.

Na Implementação do Tratamento Fora de Domicílio foram beneficiadas **180 pessoas** dos municípios da Região Guamá (Santo Antonio. do Tauá e São Caetano de Odivelas); 90 pessoas do município de Bujaru da Região Rio Capim totalizando 270 pessoas. O valor utilizado nesta Ação foi R\$350.371,00. Teve como estratégia o pagamento de Auxílio Financeiro à Pessoa Física (diárias de TFD). Esta ação tem grande impacto na vida da população por possibilitar a realização do TFD, com a garantia de recursos para alimentação.

Na Realização dos Serviços de Média e Alta Complexidade foram beneficiadas **29.717 pessoas** do município de São Caetano de Odivelas, da Região Guamá. O valor utilizado nesta Ação foi R\$330.748,00. Teve como estratégias específicas na Unidade Mista de São Caetano de Odivelas: Aquisição de medicamentos, material técnico hospitalar, gêneros alimentícios, material de limpeza hospitalar, gás de cozinha e demais materiais de consumo para a manutenção do funcionamento da Unidade Mista, Supervisão para averiguação das informações sobre a produção de procedimentos Hospitalares, Reunião Técnica para discussão da requalificação da Unidade Mista de São Caetano de Odivelas.

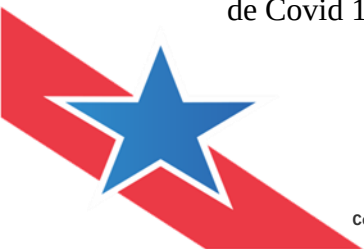
Na Realização de Auditoria do SUS foram beneficiadas 64.604 pessoas do município de Tomé-Açu, Região Rio Capim. O valor utilizado nesta Ação foi R\$237,38. Teve como estratégias Integrar equipe de Auditoria do Nível Central para



realizar averiguação documental e dos ambientes, referente às inconformidades apontadas no relatório de Auditoria nº 18.539 do DENASUS, nas ESF, de Tomé-Açu. O impacto desta ação para a população é receber ações e serviços de saúde ofertados em conformidade com as normas estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde.

Na Regulação em Saúde – Gestão do SUS foram beneficiadas 374.535 pessoas. O valor utilizado nesta Ação foi R\$4.004,75. Teve como estratégias: Monitoramento e apoio técnico na atualização do sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos – CNES, Monitoramento e avaliação da contratualização de serviços hospitalares em dois Hospitais contratualizados pelo SUS: no Tauá e em Bujaru (atualmente, somente em Santo Antônio do Tauá). O impacto desta ação para a população é o estado assegurar a prestação de ações e serviços em estabelecimentos de saúde com estrutura física, equipamentos, recursos humanos, procedimentos realizados com qualificação da assistência, compatíveis com as normas do SUS.

Na Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos foram beneficiadas pessoas nos municípios da Região Guamá (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São C. de Odivelas), da Região Rio Capim (Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu) e 55.744 pessoas no município da Região Tocantins (Acará). O valor utilizado nesta Ação foi de R\$114.688,50. tendo como estratégias: Monitoramento, supervisão, e apoio técnico no desenvolvimento das ações de controle endemias, Capacitação as equipes municipais, Definição de fluxos assistenciais. Investigação entomológica, Revisão Regional de lâminas de diagnóstico laboratorial de endemias, Desenvolvimento das estratégias de campanha de vacinação da COVID 19, de acordo com o Plano paraense de Vacinação contra COVID 19, Avaliação e recomendações aos municípios, referente a vacina da PFIZER, quanto a adequação da cadeia de frio de imunobiológicos, armazenamento, distribuição e administração das vacinas, e organização e funcionamento das salas de vacina, Recebimento e distribuição imediata de vacinas contra COVID 19, Mutirão de Vacinação contra a COVID-19, Apoio técnico aos municípios para Vigilância de Eventos adversos da vacinação, Apoio técnico aos municípios no Registro de doses aplicadas de Vacina da Covid 19 nos sistemas de informação, Monitoramento e supervisão das Ações de combate à COVID-19 (Orientação a Equipe de Vigilância em Saúde e a Rede de Unidades de Saúde do município para atuação na identificação, notificação e investigação de casos suspeitos de Covid 19 e a Síndrome Respiratória Aguda de modo a evitar e/ou mitigar os riscos de



transmissão), Investigação dos óbitos por COVID-19 nos municípios (Avaliar o Sistema de Informação de Mortalidade – SIM a fim realizar a investigação dos óbitos por Covid 19), capacitação de equipes municipais nas ações de vigilância epidemiológica da COVID 19, Reunião com as equipes técnicas dos municípios a fim de sensibilizar quanto a importância da cobertura vacinal preconizada de todas as vacinas do calendário básico vacinal.

O impacto desta ação para a população foi a Redução de casos novos e controle de doenças e agravos como a Malária, Doença de Chagas, Leishmaniose Tegumentar, Leishmaniose Visceral, Dengue, Tuberculose, Hanseníase, Infecções Sexualmente Transmissíveis, Hepatites Virais, Redução dos casos e de morte por Covid 19 na população, Combate no avanço da Covid 19, tratamento das doenças de notificação compulsória foi adequado e o paciente foi curado, com encerramento oportuno dos casos, Melhor definição das causas de morte na população, levando ao enfrentamento dessas causas pela sociedade e pelos serviços de saúde.

Na Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária foram beneficiadas 190.234 pessoas nos municípios da Região Guamá (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São C. de Odivelas), 128.557 pessoas nos municípios da Região Rio Capim (Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu) e 55.744 pessoas no município da Região Tocantins (Acará), totalizando 374.535 pessoas. O valor utilizado nesta Ação foi R\$27.483,44. Teve como estratégias: Capacitação, orientação em Núcleo de Segurança do Paciente, Treinamento dos Programas VIGIÁGUA E VESPEA, Vistoria e inspeção sanitária nos estabelecimentos comerciais e de saúde, e de maneira suplementar aos municípios solicitantes, Reunião Técnica com as Secretarias Municipais e demais órgãos e entidades para discutir a Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador no município. **O impacto desta ação para a população é** Melhoria contínua dos processos de cuidado do paciente, Garantia da qualidade da água para o consumo humano, Diminuição e/ou prevenção de riscos à saúde da população, Segurança e Saúde do Trabalhador



3. O QUE IREMOS FAZER

Na **Operacionalização das Ações Administrativas:** Manutenção das ações de Gestão Estadual do SUS em nível regional, assegurando a funcionalidade do 2º CRS, o apoio técnico e monitoramento aos municípios a fim de alcançarmos as metas pactuadas.

Na **Capacitação de Agentes Públicos:** Intensificar em todos os municípios a divulgação da programação da Escola de Governo, a fim de aumentar o número de pessoas capacitadas nos municípios de abrangência do 2º CRS.

Na **Implementação da Rede de atenção Psicossocial:** Apoiar os municípios de Acará, Concórdia do Pará, Colares e São Caetano de Odivelas na implantação de pontos de Atenção Psicossocial em seu território.

Apoio as Ações dos Conselhos de Saúde: Prestar assessoramento técnico para realização das Conferências de Saúde e operacionalização das atribuições do Conselho Municipal de Saúde em relação ao DIGISUS;

No **Apoio aos Serviços de Atenção Primária:** Manter as ações de monitoramento e assessoria técnica aos municípios, conforme os pactos estabelecidos para o alcance de metas e indicadores, prioritariamente para melhoria dos indicadores não melhorados.

Na **Implementação da Rede de atenção à Urgência e Emergência (RUE):** Monitoramento dos pontos de atenção da RUE e apoio para habilitação de serviços para garantir ampliação do financiamento. Para desenvolver esta ação em todos os municípios foi habilitada esta ação no PPA para 2022.

Na **Articulação Interfederativa:** Voltar a realizar as reuniões mensais ordinárias e itinerantes da Comissão Intergestores Regional;

Na **Educação na Saúde:** Apoio aos municípios para implantação dos Núcleos Municipais de Educação Permanente em Saúde – NEPS.

Na **Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS:** Incentivar as ações de Ouvidoria do SUS na utilização do novo Sistema Ouvidor SUS que entrará em vigência em fevereiro de 2022. Nomeação de ouvidores municipais, e Monitoramento e assessoramento técnico na finalização de demandas de ouvidoria no Sistema Ouvidor SUS . Para desenvolver este apoio técnico em todos os municípios foi habilitada esta ação no PPA para 2022.

Na **Implementação da Regulação em Saúde do SUS**: Implantar no Hospital de São Caetano de Odívalas o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA- SUS), Sistema de Informação Hospitalar (SIH-SUS), e Núcleo Interno de Regulação (NIR). Para desenvolver esta ação em todos os municípios foi habilitada esta ação no PPA para 2022.

Na **Implementação do Planejamento do SUS**: assessoramento técnico para elaboração dos instrumentos de gestão do SUS e operacionalização do DIGISUS Gestor.

Na **Implementação da Humanização**: Implantar a Política Nacional de Humanização em todos os municípios do 2º CRS, para tanto foi habilitada esta ação no PPA para 2022.

Na **Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência**: A ação foi desabilitada para o nível Regional no PPA para 2022, uma vez que apenas o Nível Central da SESPA adquiriu órtese e prótese. Contudo, Centro Regional continuará desenvolvendo as ações relativas a distribuição do Passe Arcon para as pessoas com deficiência.

Na **Implementação do Tratamento Fora do Domicílio**: assegurar o pagamento de diárias aos pacientes beneficiários do Programa, com no máximo 30 dias após a comprovação do TFD.

Na **Implementação da Média e Alta complexidade**: Envidar esforços para iniciar o funcionamento da ala hospitalar e do serviço de apoio diagnóstico do Hospital de São Caetano para internação nas clínicas básicas;

Na **Realização de Auditoria do SUS**: Continuar integrando a equipe de Auditoria do Nível Central da SESPA quando da realização de Auditoria nos municípios da Regional.

Na **Regulação em Saúde**: Estruturar o Serviço de Regulação Regional, para desenvolver a regulação do Sistema de Saúde, do Acesso, e dos Serviços de Saúde e implantar o Núcleo Interno de Regulação no Hospital de São Caetano de Odívalas.

Na **Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos**: dar continuidade às ações de enfrentamento a Covid-19, visando reduções de casos e óbitos, bem como, intensificação da cobertura vacinal respeitando as recomendações do Ministério da Saúde; Monitorar e assessorar os municípios a cerca dos agravos em saúde com implementação da vigilância para redução de danos e surtos na região.



Auxiliar em ações objetivando qualidade em dados inseridos nos sistemas de informações, visando elevar os indicadores de qualidade dos municípios e região de saúde; Apoiar implementação e funcionamento de fluxos laboratoriais visando seguimento de amostras em tempo oportuno ao Laboratório Central do estado para fomentar e otimizar resultados e ações de vigilância.

Na **Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária**: Monitorar e assessorar os municípios nas ações de vigilância ambiental e sanitária. Auxiliar em ações objetivando qualidade em dados inseridos nos sistemas de informações, visando elevar os indicadores de qualidade dos municípios e região de saúde.

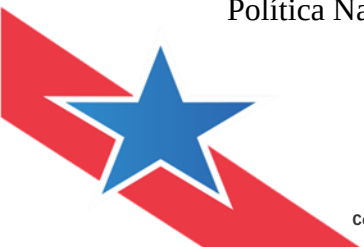
4. AÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA AS METAS DOS ODS

Foram beneficiadas 374.535 pessoas da área de abrangência do 2º CRS. Região Guamá: município de Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São Caetano de Odivelas Região Rio Capim: municípios de Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu Região Tocantins: município do Acará. Com relação ao valor aplicado não foi possível calcular, considerando que as metas da área da saúde integram várias Ações do PPA. Além disso, em uma Ação várias atividades são desenvolvidas, com único valor financeiro para toda abrangência da ação.

Em contribuição a **Meta 3.5**, na Ação **Implementação da Rede de atenção Psicossocial** as principais iniciativas foi apoio técnico aos municípios e a vistoria nos Pontos de Atenção Psicossocial para emissão de relatório visando à habilitação dos serviços, para assegurar recursos financeiros para manter seu funcionamento.

Na Ação **Apoio aos Serviços de Atenção Primária**, para a **Meta 3.1 e 3.2** está sendo feita a reelaboração do Plano da Rede de Atenção Materna e Infantil, além do monitoramento e assessoria técnica às equipes e aos Coordenadores municipais de Atenção Primária para o alcance de metas e indicadores conforme os pactos estabelecidos, no Programa de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança.

Para a **Meta 3.4, 3.7 e 3.a**, as principais iniciativas foram o monitoramento e assessoria técnica às equipes e aos Coordenadores municipais de Atenção Primária para o alcance de metas e indicadores conforme os pactos estabelecidos, no Programa de Atenção à Saúde da Mulher, Programa de Atenção à Saúde do Homem; do Programa de Saúde Mental, do Programa Academia da Saúde e Programa saúde do Escolar, e da Política Nacional de Promoção da Saúde.



Para a **Meta 3.8** foi feito o monitoramento e assessoria técnica às equipes e aos Coordenadores municipais de Atenção Primária para o cumprimento de metas e indicadores, conforme os pactos estabelecidos para assegurar o financiamento federal e cofinanciamento estadual da Atenção Primária em Saúde e a ampliação da rede de atenção básica, bem como os compromissos entre os entes federativos para promover a Assistência Farmacêutica Básica e a cobertura vacinal adequada, conforme estabelecido no Programa Nacional de Imunização.

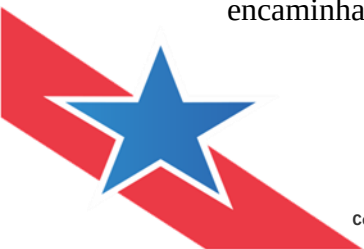
Na **Meta 3.8** da Ação **Implementação da Rede de atenção à Urgência e Emergência** as principais iniciativas foram a manutenção da Unidade Mista de São Caetano de Odivelas no atendimento de urgência e emergência 24 horas e o monitoramento dos pontos de atenção da RUE para assegurar a qualidade de atenção, verificando a existência de equipamentos, equipes e procedimentos realizados, bem como apoio para habilitação de serviços para garantir ampliação do financiamento.

Na **Meta 10.2** da Ação Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência a principal iniciativa foi o desenvolvimento das ações relativas à distribuição do Passe Arcon para as pessoas com deficiência, garantindo a isenção de pagamento de passagem nos Transportes Intermunicipais, às pessoas com deficiência.

Na **Meta 3.4** da Na Ação **Implementação do Tratamento Fora do Domicílio** foi assegurado o pagamento de ajuda de custo aos pacientes beneficiários do Programa TFD, possibilitando realizar seu tratamento nos municípios de referência.

Nas **Metas 3.4, 3.8 e 16.1** da Ação **Implementação da Média e Alta complexidade** as principais iniciativas foram o monitoramento mensal dos Hospitais de Santo Antonio do Tauá e de Bujaru contratualizados com a SESPA para fins de garantia da oferta dos serviços conforme contrato; a manutenção da Unidade Mista de São Caetano de Odivelas no atendimento de urgência e emergência 24 horas, e a garantia de acesso a serviços de maior complexidade aos pacientes dos municípios com gestão da atenção de média e alta complexidade sob gestão estadual.

Nas **Metas 3.3 e 3.8**, da ação **Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos** as principais iniciativas foram o monitoramento, assessoria técnica e capacitação das equipes e Coordenador municipal de Vigilância em Saúde a cerca das ações de prevenção e controle dos agravos em saúde, redução de danos e surtos na região; a implementação e monitoramento de fluxos laboratoriais para encaminhamento de amostras em tempo oportuno ao LACEN para otimizar resultados e



ações de vigilância, o desenvolvimento de ações de enfrentamento a Covid-19 e intensificação da cobertura vacinal visando reduções de casos e óbitos por Covid 19; apoio às campanhas de vacinação do calendário Básico de Imunização, e o estabelecimento de fluxos laboratoriais em tempo oportuno ao LACEN para otimizar resultados e ações de controle de doenças e agravos à saúde.

Na **Metas 3.9**, da ação **Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária** as principais iniciativas foram o monitoramento, assessoria e capacitação das equipes e coordenação municipal de vigilância em saúde municípios nas ações de vigilância ambiental e sanitária, e em seus sistemas de informação, e a realização de Inspeção, Vistoria Sanitária em Estabelecimento de Média e alta complexidade.

5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

5.1. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ 15/11/2021					
Mês	Diárias Civis	Informática	Outros	Total Executado	Total orçado
Janeiro	0	0	0	0	
Fevereiro	14.836,42	0	33.955,80	48.792,22	
Março	14.898,02	0	118.939,10	133.837,12	
Abril	13.671,65	0	0	13.671,65	
Maio	17.896,13	0	101.061,40	118.957,53	
Junho	22.349,08	32.718,60	92.533,25	147.600,93	
Julho	38.526,51	0	93.100,68	131.627,19	
Agosto	17.693,75	0	69.340,93	87.034,68	
Setembro	32.833,52	0,00	65.866,90	98.700,42	
Outubro	16.458,47	0	69.233,15	85.691,62	
Novembro	21.900,54	0	2.839,10	24.739,64	
Dezembro	0,00	0	0	0	
Total	211.064,09	32.718,60	646.870,31	890.653,00	2.091.114
Percentual	23,70	3,67	72,63	100	0

Fonte: SIGPLAN/SEPLAD



De acordo com o Relatório Gerencial do SIGPLAN/SEPLAD/PARÁ, até 15 de novembro de 2021, foi executado 42,59% do total de recursos orçados para o 2º CRS, em 2021, correspondendo a R\$890.653, dos R\$2.091.114 orçados. Contudo, as despesas de outubro, novembro e dezembro ainda não pagas devem implementar o valor em aproximadamente R\$180.000, o que levará a execução para R\$1.070.653 e corresponderá á 51,20% de execução orçamentária.

O quadro abaixo apresenta os valores orçados no OGE e a execução de todas as fontes. Até 03/12/2021, o que corresponde a 45% do valor orçado.

PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2021 TODAS AS FONTES										
Região de Integração	PROGRAMA								Total Orçado	Total Executado
	Cidadania Justiça Direitos Humanos		Governança Pública		Manutenção da Gestão		Saúde			
	Orçado	Executado	Orçado	Executado	Orçado	Executado	Orçado	Executado		
Guamá	1.992	250,59	3.558	0	253.100	13.785	1.855.683	678.268,05	2.114.333	692.303,64
R. Capim	0	237,38	0	0	0	0	432.939,5	176.006,11	432.939,5	176.243,49
Tocantins	0	0	0	0	0	0	74.381	32.063,75	74.381	32.063,75
TOTAL	1.992	487,97	3.558,	0	235.100,	13.785,	2.022.299,	900.610,8	2.262.949	914.883,85

Fonte: SIGPLAN/SEPLAD

5.2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS POR REG. DE INTEGRAÇÃO

As principais despesas com maior volume orçamentário do 2º Centro Regional de Saúde estão relacionadas abaixo, com as devidas justificativas da execução orçamentária ter sido em apenas 45% dos valores orçados;

a) Manutenção da Unidade Mista de São Caetano de Odívalas:

Não finalização de Licitações para aquisição de medicamentos e material técnico para uso na Unidade de Saúde.



b) Pagamento de ajuda de custo para os pacientes em TFD:

Tratamento Fora do Domicílio, dos municípios de Bujaru, Santo Antônio do Tauá e São Caetano de Odivelas. Pagas apenas 9 competências mensais em 2021, restando 3 meses ainda em processamento e realização de TFD.

c) Pagamento de Diárias para servidores em viagem para monitoramento e assessoramento das ações e serviços nos municípios de abrangência do 2º CRS.

Em decorrência das limitações impostas pela Pandemia do Covid !9, as ações desenvolvidas nos municípios só iniciaram em março de 2021.

Embora existam 4 veículos automotivos no 2º CRS, no quadro de pessoal tem-se apenas 2 motoristas. Assim, apenas 2 carros ficam dando suporte para todas as ações, incluindo as administrativas.

Existe déficit de pessoal de nível superior em todas as divisões do 2º CRS para dar conta de todas as atividades a serem desenvolvidas nos municípios, muitas vezes sendo realizados monitoramentos, assessoramentos na própria Regional, com o deslocamento dos técnicos dos municípios até a Regional de Saúde, ou o apoio técnico é feito em atividades remotas.

d) Manutenção do Centro Regional de Saúde:

Execução na Região de Integração Guamá: Foi utilizado apenas 37% dos recursos orçados. Foi a RI com menor execução orçamentária. Nesta RI está situada a sede do 2º CRS, no município de Santa Izabel do Pará, e a Unidade Mista de São Caetano de Odivelas, o que leva maior alocação de recursos nesta RI. Entre as Justificamos de baixa execução podemos citar:

Houve programação de recursos cuja execução se dá apenas pelo nível central da SESPA, podendo ser citada ação Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação com R\$ 43.500, sem nem uma execução.

Ações que, devido à pandemia de Covid 19 não foram realizadas de maneira ordinária e itinerante como as Reuniões da Comissão Intergestores Regional, atividade da Ação Articulação Interfederativa com R\$38.928 sem nem uma execução.

A não conclusão de licitações para aquisição de medicamentos e material técnico para a Unidade Mista de São Caetano de Odivelas.

A redução de ações que exigiam deslocamento da equipe em função da pandemia de Covid 19, uma vez que as equipe municipais estavam envolvidas



prioritariamente nas ações de vacinação Anti Covid, com consequente redução da execução orçamentária programada.

Execução na Região de Integração Rio Capim: Foi utilizado apenas 41% dos recursos orçados. Foi a RI com maior execução orçamentária. Nesta RI está situado o município de Bujaru, com maior recurso orçado nesta RI para pagamento de TFD, seguido das ações de Vigilância em Saúde (Vigilância epidemiológica do Covid 19, endemias e vigilância Sanitária e Ambiental), e atividades da Ação de implementação da Atenção Primária em Saúde. Contudo, houve redução de ações que exigiam deslocamento da equipe em função da pandemia de Covid 19, uma vez que as equipe municipais estavam envolvidas prioritariamente nas ações de vacinação Anti Covid, com consequente redução da execução orçamentária programada.

Execução na Região de Integração Tocantins: Foi utilizado apenas 43% dos recursos orçados. Nesta RI temos apenas o município de Acará. Foi a RI com segunda maior execução orçamentária. Nesta RI está situado o município de Bujaru, com maior recurso orçado nesta RI para pagamento de TFD, seguido das ações de Vigilância em Saúde (Vigilância epidemiológica do Covid 19, endemias e vigilância Sanitária e Ambiental), e atividades da Ação de implementação da Atenção Primária em Saúde. Contudo, houve redução de ações que exigiam deslocamento da equipe em função da pandemia de Covid 19, uma vez que as equipe municipais estavam envolvidas prioritariamente nas ações de vacinação Anti Covid, com consequente redução da execução orçamentária programada.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



5.3.AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, META FÍSICA E FINANCEIRA, 2021.

Programa: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

Ação: Implementação da Rede de Atenção Psicossocial:

Região de Integração	Orçamento Programado R\$	Financeiro Realizado R\$	Meta Física Programada	Meta Física Realizada	Avaliação do Executado/Programado
Guamá	1.929,00 (Santa Izabel do Pará)	250,59	01 mun	02	Não há previsão de recurso no OGE para os demais municípios da RI, somente para Santa Izabel do Pará. Porém, foram executadas ações nos demais municípios. Na RI Rio Capim foi executado 12% do financeiro da RI Guamá. A meta financeira alcançada foi: Guamá : 13%. A meta física alcançada foi: Guamá: 200%.
Rio Capim	0,00 (Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu)	237,38	0	0	Nesta RI, não consta orçamento no OGE, mas existe CAPS em 2 municípios da mesma, onde foi realizada a ação e reprogramado inclusão para 2022

Programa: Governança Pública

Ação: Capacitação de Agentes Públicos

Região de Integração	Orçamento Programado R\$	Financeiro Realizado R\$	Meta Física Programada	Meta Física Realizada	Avaliação do Executado/Programado
Guamá	3.558 (Santa Izabel do Pará)	0,00	4 agentes capacitados	1 Agente capacitado em dois cursos modulares na EGPA.	Houve realização de 25% da meta física não correspondendo à financeira, pois teve execução financeira para pagamento de diárias para duas capacitações. Contudo, foi realizado com recurso de outra ação. Esta ação ainda sofreu restrições por conta da pandemia de COVID-19.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



Programa: Manutenção da Gestão**Ação: Operacionalização das Ações Administrativas**

Região de Integração	Orçamento Programado R\$	Financeiro Realizado R\$	Meta Física Programada	Meta Física Realizada	Avaliação do Executado/Programado
Guamá	209.600 (Santa Izabel do Pará)	13.785,20	1 contrato mantido	0	Realizou 7% do valor programado. Várias atividades programadas não foram realizadas, decorrente da Pandemia da Covid 19. Neste exercício não houve licitações. Foram realizadas despesas com dispensa de licitação para o pagamento de ODC.
Ação: Gestão de Tecnologia da Informação e comunicação					
Guamá	43.500 (Santa Izabel do Pará)	0,00	01 Serviço realizado	0	Não foi realizada despesa, pelo 2º CRS nesta ação. Foi reprogramado no PPA a retirada da ação para o ano de 2022.

Programa: Saúde

Ação: Apoio às Ações dos Conselhos					
Região de Integração/	Orçamento Programado R\$	Financeiro Realizado R\$	Meta Física Programada	Meta Física Realizada	Avaliação do Executado/Programado
Guamá	18.650, sendo 3.730 x 5 mun. (Colares, Santa Izabel do Pará, Santo Antonio do Tauá, São Caetano de Odivelas, Vigia)	606,66	05 un = 01 conselho por município	2	Algumas atividades programadas não foram realizadas, em função da Pandemia COVID 19. Algumas ações foram realizadas sem ônus, aproveitando-se a logística e recursos da ação de planejamento. A meta financeira alcançada foi: Guamá 3%. Rio Capim: 31,82% Tocantins: 0,00 A meta física alcançada foi: Guamá 40%. Rio Capim: 66,66% Tocantins: 0,00.
Rio Capim	11.187, sendo 3.729 x 3 mun. (Bujaru, Concórdia, Tomé-Açu)	1.186,90	03 Un = 01 conselho por municípios	02 un	
Tocantins	3.729 (Acará)	0,00	01 conselho (Acará)	01 un	

Ação: Apoio aos Serviços de Atenção Primária

Guamá	19.576 (Colares) 968 (Santa Izabel) 19.576 (Tauá) 19.576 (São Caetano de Odivelas) 19.576 (Vigia) Total 79.272	20.626,22	5 municípios	5	- Início da execução das ações em março/2021. - O 2º CRS dispõe de 04 Veículos e 02 motoristas para Suporte de todas as demandas da instituição. -Algumas atividades não realizadas devido à Pandemia COVID 19. A meta financeira alcançada foi: Guamá 26,01%. Rio Capim: 23,24% Tocantins: 19,91 Meta física 100% alcançada.
Rio Capim	58.728, sendo 19.576 x 3 mun. (Bujaru, Concórdia, Tomé- Açu)	13.649,22	3 municípios	3	
Tocantins	19.756 (Acará)	3.934,22	1 município	1	

Ação: Implementação da Rede de Atenção à Urgência e Emergência

Guamá	9.444, sendo 1888,80 x 5 mun. (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São C. de Odivelas; Vigia)	1.213,32	05 un	02 un	- Início da execução das ações em março/2021. - O 2º CRS dispõe de 04 Veículos e 02 motoristas para Suporte de todas as demandas Regionais -Algumas atividades não realizadas devido à Pandemia COVID 19. Meta financeira alcançada: Guamá 26,01%. Rio Capim: 23,24% Tocantins: 19,91 A meta foi alcançada em 100 %.
Rio Capim	0,00 (Bujaru, Concórdia, Tomé- Açu)	2.729,87	0	02 un	
Tocantins	0,00 (Acará)	1.068,21	0	1	

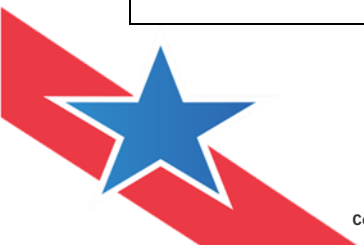
Ação: Articulação Interfederativa

Guamá	38.928 (Santa Izabel do PA / 2º CRS)	0,00	1 Comissão Intergestores Regional	1	As atividades prejudicadas em função da Pandemia COVID 19, que não permitiu a realização das reuniões ordinárias e nem reuniões da CIR itinerantes. Não havendo despesas com diárias e nem com alimentação. Meta física 100% alcançada.

EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA91C.6A95B8DD7A634C3.CAECDB37063C9906
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)

Ação: Educação na Saúde					
Região de Integração/	Orçamento Programado R\$	Financeiro Realizado R\$	Meta Física Programada	Meta Física Realizada	Avaliação do Executado/Programado
Guamá	11.168, sendo 2.233 x 5 mun. (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Antonio do Tauá, São Caetano de Odivelas, Vigia)	760,51	75 pessoas = 15 x 5 munic.	59	- A execução das ações em Nível Regional iniciou em março de 2021 em função da pandemia. - Foram realizadas atividades nos municípios e na sede regional. - Existem atividades programadas para execução no mês de dezembro de 2021. A meta financeira alcançada foi: Guamá 6,80%. Rio Capim: 3,54% Tocantins: 0,00% A meta física alcançada foi: Guamá: 78,66%. Rio Capim: 40 % Tocantins: 33,33%
Rio Capim	= 6.699, sendo 2.233 x 3 mun. (Bujaru, Concórdia, Tomé-Açu)	237,38	45 Pessoas = 15 x 3 munic.	18	
Tocantins	2.233 (Acará)	0,0	15 Pessoas (Acará)	5	
Ação: Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS					
Guamá	20.406,00 (Santa Izabel do Pará	1.903,51	30 unidades	04 unidades	Para desenvolver ações de apoio a implementação de ouvidoria do SUS nos municípios da RI Rio Capim e Tocantins foi executado financeiro da RI Guamá, sendo: 16,86 % na Rio Capim e 6,39 na RI Tocantins. A meta financeira alcançada foi: Guamá 13%. A meta física alcançada foi: Guamá: 9%. O não alcance da meta financeira deve-se a: - número reduzido de motoristas (2), embora tenha 4 veículos para as demandas do CRS. -Início da execução em Março /21 devido à pandemia de Covid 19. Meta física foi super estimada e será reduzida em 2022. Também reprogramadas em todas as RI.
Rio Capim	0,00	3.442,01	0	0	
Tocantins	0,00	1.305,59	0	0	

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D49BADAEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95808DD7A634C3.CAECDB37D63C9D06



Ação: Implementação do Planejamento					
Região de Integração	Orçamento Programado R\$	Financeiro Realizado R\$	Meta Física Programada	Meta Física Realizada	Avaliação do Executado/ Programado
Guamá	25.501, sendo 5.100,20*5 mun. (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São Caetano de Odivelas; Vigia)	1.534,23	05 instrumentos de gestão implementados	05	A baixa execução foi decorrente da limitação de veículos, p/ falta de motoristas, para atender todas as demandas da regional, além do início de todas as ações, com deslocamento da equipe aos municípios ter iniciado em março de 2021. Algumas atividades programadas não realizadas devido a Pandemia COVID 19. A meta financeira alcançada foi: Guamá 6,01%. Rio Capim: 11,11% Tocantins: 20,48% Meta física 100% alcançada.
Rio Capim	19.122, sendo 6.374 x 3 mun. (Bujaru, Concórdia, Tomé-Açu)	2.136,42	03 instrumentos de gestão implementados	03	
Tocantins	6.374 (Acará)	1.305,59	1 instrumentos de gestão implementados	01	
Ação: Implementação da Humanização					
Guamá	7911, sendo 1.582,20 x 5 mun. (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São Caetano de Odivelas; Vigia)	571,50	10 ações realizadas = 02 ações x 5 municípios	03 un	Para desenvolver ações de apoio a implementação da Humanização nos municípios da RI Rio Capim e Tocantins foi executado financeiro da RI Guamá, sendo: 3 % na Rio Capim e 4,5 na RI Tocantins. A meta financeira alcançada: Guamá: 0,07%. A meta física alcançada foi: Guamá: 30%. Algumas atividades programadas não foram realizadas devido à falta de estruturação dessa política nos municípios. Outros impedimentos foram devido à pandemia da Covid-19. Em 2022 serão programadas metas físicas e financeiras para os municípios das RI Rio Capim e Tocantins.
Rio Capim	0,00 (Bujaru, Concórdia, Tomé-Açu)	237,38	0	0	
Tocantins	0,00 (Acará)	356,07	0	1	

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFFA01C.6A95808DD7A634C3.CAECDB37063C99D6



Ação: Implementação da Rede de Atenção à pessoa com deficiência					
Região de Integração/	Orçamento Programado R\$	Financeiro Realizado R\$	Meta Física Programada	Meta Física Realizada	Avaliação do Executado/Programado
Guamá	21.711,00 (Santa Izabel do Pará)	0,00	29 pessoas atendidas	0	Não houve execução de jan a set de 2021 do valor orçado. O orçamento fixado na Região Guamá para fornecimento de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, se dá no Nível Central da SESPA, tendo sido desabilitada esta ação para as Regionais a partir de 2022.
Ação: Implementação de Tratamento Fora do Domicílio					
Guamá	210.366,50 (Santo Antônio do Tauá) 210.366,50 (São Caetano de Odivelas) Total: 460.673,00	Santo Antonio do Tauá + São Caetano de Odivelas = 263.144,86	90 usuários (Santo Antonio do Tauá) 90 usuários (São Caetano de Odivelas)	103 (S. Tauá) 77 (São Caetano de Odivelas)	A execução de jan a set de 2021 foi de 62,54% do valor orçado. Ainda serão pagas as despesas de outubro e novembro/21 antes do fechamento do exercício 2021. Projeção para 2 meses: Santo Anton. do Tauá: 27.839,45 São C. de Odivelas: 23.508,29 Total a ser executado: 51.347,74. Assim, a execução total de 2021 será de 314.492,60 , 74,74% Com a redução dos impactos da Pandemia, os atendimentos foram retornando gradualmente, com execução física maior que o programado em Tauá, e o não alcance em São Caetano de Odivelas.

EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95808DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)



Rio Capim	210.366,50 (Bujaru)	87.226,10	90 usuários	90	A execução de jan a set de 2021 corresponde a 41,46% do valor orçado. A projeção para os dois meses é: 15.372,11. Assim, a execução total de 2021 será de 48,77%. Meta física 100% alcançada.

Ação: Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade					
Guamá	689.780 (São Caetano de Odivelas)	328.849	10.950 procedimentos realizados	41.412	Foi executado 47,94% dos recursos orçados , para aquisição de material de consumo (medicamentos, material técnico hospitalar, gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza hospitalar, gás de cozinha) para manutenção da Unidade Mista de São Caetano de Odivelas.
Rio Capim	0,00 (Bujaru, Concórdia, Tomé-Açu)	1.899,04	0	0	Em Bujaru e Santo Antônio do Tauá temos Hospitais particulares contratualizados com a SESPA que são monitorados mensalmente por técnicos do 2º CRS, nas regiões Rio Capim e foram pagas diárias com recursos desta ação programado na RI Guamá.
Ação: Realização de Auditoria					
Guamá	595, sendo 119 x 5 municípios (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São Caetano de Odivelas; Vigia)	0,00	5 auditorias = 1 por munic.	0	Esta ação é realizada dependendo da existência de demanda no nível central da SESPA. Não tendo havido demanda pra esta RI em 2021
Rio Capim	357, sendo 119 x 3 mun. (Bujaru, Concórdia, Tomé-Açu)	237,38	3 auditorias = 1 por munic.	1	Houve uma demanda de auditoria no município de Tomé-Açu.
Tocantins	119 (Acará)	0,00	1 auditoria	0	Não houve auditoria em 2021.

Ação: Regulação em Saúde – Gestão do SUS					
Guamá	3.743,00 (Colares, Santa Izabel do PA, Santo Ant. do Tauá, São Caetano de Odivelas; Vigia)	1.274,88	05 acessos regulados	02	A meta financeira alcançada foi: Guamá 34%. Rio Capim: 74 % Tocantins: 143%



Rio Capim	2.244,00(Bujaru, Concórdia, Tomé-Açu)	1.661,66	03 acessos regulados	02	A meta física alcançada foi: Guamá: 40 %; Rio Capim: 66,66%; Tocantins: 100% Do total programado foram executados 40% do valor orçado. A regional não regula acesso. Foram realizados Monitoramento e Assessoria em Regulação em Saúde totalizando 75 estabelecimentos de saúde visitados. O produto Será reprogramado em 2022 para município apoiado.
Tocantins	748,00(Acará)	1.068,21	01 acesso regulado	01	
ação: Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos.					
Guamá	137.536, sendo 34.384 x 4 mun. (Colares, Tauá, São Caetano e Vigia) 42.207 (Santa Izabel)	54.156,61	5 municípios atendidos	5	Não foi executado em sua totalidade devido à pandemia da Covid 19. Após o início da vacinação nos municípios e com a redução dos casos houve intensificação das ações nos municípios. A meta financeira alcançada foi: Guamá 30%. Rio Capim: 42 % Tocantins: 50% A meta física alcançada foi 100% alcançada.
Rio Capim	103.152, sendo 34.384 x 3 mun. (Bujaru, Concórdia, Tomé-Açu)	43.203,16	3 municípios atendidos	3	
Tocantins	34.384 (Acará)	17.328,74	1 município atendido	1	

Ação: Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária.					
Guamá	7.038 (colares) 8.457 (Santa Izabel) 7.038 (Tauá) 7.038 (São Caetano) 7.038 (Vigia) Total = 29.571	3.626,75	5 municípios atendidos	5	Em relação ao recurso orçado para esta ação em 2021, não foi executado em sua totalidade em decorrência da pandemia da Covid 19. Após o início da vacinação nos municípios e com a redução dos casos as houve intensificação das ações executadas nos município. A meta financeira alcançada foi: Guamá: 12% Rio Capim: 86 % Tocantins: 81% A meta física alcançada foi 100% alcançada.
Rio Capim	21.114, sendo 7.03 x 3 mun. (Bujaru, Concórdia, Tomé-Açu)	18.159,57	3 municípios atendidos	3	
Tocantins	7.038 (Acará)	5.697,12	1 município atendido	1	



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Gestão do Exercício de 2021 da Unidade Orçamentária 2º Centro Regional de Saúde / SESP, oferece o Plano de Trabalho elaborado, a partir do Plano Plurianual de Governo (PPA), como foi executado e quais os resultados alcançados com as atividades desenvolvidas pela equipe de Direção e de servidores da Regional, para promover as Ações de Governo em cada Programa do PPA.

As Políticas de Saúde desenvolvidas pela Regional, através de assessoria técnica, monitoramento, desenvolvimento de ações e serviços de saúde prestados a população, visando complementar ou subsidiar os municípios, de acordo com as pactuações estabelecidas entre os gestores e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS) traduziram a Missão institucional e responsabilidade sanitária da Gestão Estadual do SUS, descentralizada em nível regional.

O desempenho aqui apresentado demonstra que apesar das limitações vivenciadas, principalmente em decorrência da Pandemia de Covid-19 que prejudicou a plena realização das atividades programadas, conseguimos melhorar nossa performance em relação ao ano de 2020, promovendo maior apoio técnico aos municípios, ampliando a oferta de serviços na Unidade Mista de São Caetano de Odivelas e melhorando a estrutura física do 2º Centro Regional de Saúde.

Foram executados 45% do Orçamento inicial, devendo ainda atingir até o final do exercício de 2021, em torno de 51%. As justificativas desta execução foram apresentadas em cada Programa e Ação neste Relatório. Em 2022, envidaremos todos os esforços para efetivar a abertura do serviço de internação hospital na Unidade Mista de São Caetano de Odivelas, que atualmente só oferece atenção nas urgências e emergência 24 horas, com observação em até 48 horas.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O 3º Centro Regional de Saúde, localizado no município de Castanhal, possui como área adscrita, 11 municípios: Castanhal, Curuçá, Igarapé Açú, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta, fazendo parte da Região de Integração Rio Guamá, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, a qual é formada por 18 municípios (Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia), a qual possui população estimada para 2020, em 700.205 habitantes, o que corresponde a 8% da população do Estado do Pará. Deste total, 427.391 habitantes, compõem a população estimada para o 3º CRS.

2- PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021

GEORREFERENCIAMENTO DE 73 CEMITÉRIOS CLANDESTINOS.



EXPANSÃO DA COBERTURA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE



Cobertura de eACS passou de **987** para **1021** equipes

Cobertura de eSF passou de **127** para **130** equipes

Cobertura de eSB passou **76** para **81** equipes

Implantação de **05** eSF Ribeirinha em Curuçá e São Domingos do Capim

Implantação de **01** eSF Fluvial em São Domingos do Capim

Implantação do Informatiza SUS em **31** equipes.

3 - O QUE FIZEMOS EM 2021

O ano de 2021 foi um período considerado bastante atípico no tocante às rotinas desenvolvidas nesta Instituição, onde, em obediência aos protocolos de prevenção da transmissão do Covid 19, o trabalho remoto foi adotado por vários servidores.

Através de suas Divisões, atuou em Programas voltados para todos os ciclos de vida (criança, adolescentes e jovens, mulher, homem, pessoa idosa), desenvolvendo atividades de monitoramento, avaliação, capacitação, oficinas, em 100% dos municípios adstritos, beneficiando 100% dos residentes desta região, cadastrados na rede de APS, no que tange ao atendimento por meio dos programas implantados nas unidades básicas de saúde.

Destacamos como resultados positivos, a expansão da cobertura populacional nesta região, na ordem de 92%, com o aumento da rede, que atualmente conta com 130 ESF e 80 ESB, onde tivemos aumento de cadastro dos usuários na **Atenção Primária de Saúde** em 43% na região entre 2019 e 2021; declínio da proporção de gravidez na adolescência passando de 21,63 para 21,01%; melhora significativa no desempenho do acompanhamento dos programas saúde da mulher, onde salientamos o aumento do rastreamento do câncer de colo de útero nas mulheres de 25 a 64 anos, melhor acompanhamento da hipertensão e diabetes, medidos através dos indicadores do programa Previne Brasil; aumento do desempenho da APS, medido através do ISF (índice sintético final), dos indicadores do Previne Brasil, que passou de 3,95 para 5,48; fortalecimento da atenção nutricional integral, com a implantação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB) em 39 ESF (Estratégia Saúde da Família), representando 26% das implantações em todo o Pará. Nestas ações foi realizado o valor de R\$31.556,58.

Por ocasião das **Conferências Municipais de Saúde** ocorridas em Igarapé-açu, Maracanã, Marapanim, São Domingos do Capim, e Terra Alta, houve apoio técnico deste 3ºCRS através de 8 (oito) palestras de diversos temas centrais e temáticos, solicitados por estes municípios, contribuindo desse modo com a qualificação das discussões e conseqüentemente na elaboração das Diretrizes da Saúde Municipal. Valor gasto: 2.325,00.

Em decorrência da pandemia pelo Coronavírus, ocorreram 09 (nove) reuniões ordinárias e extraordinárias, sendo 05 reuniões via web e 04 reuniões presenciais, cujo foro de discussão conduziu a importantes decisões que puderam impactar em vários



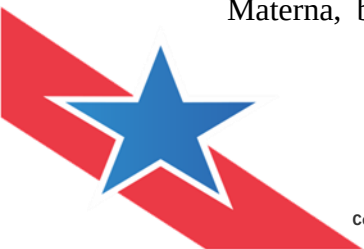
municípios da região, através da aprovação de recursos oriundos de emendas parlamentares para aquisição de ambulâncias, equipamentos; discussões quanto à implementação das redes de atenção, reprogramação das ações e serviços de saúde, cujos encaminhamentos puderam beneficiar a população residente na região Metropolitana III. Valor gasto: 2.017,00.

Considerando a necessidade de fomentar as ações da **Educação na Saúde**, promoveu-se Oficina regionalizada para a reativação da CIES (Comissão de Integração Ensino e Serviço), cujo objetivo foi a retomada do PAREPS, visando o cumprimento das ações planejadas no instrumento voltadas para a qualificação dos sujeitos envolvidos. Valor gasto com ações voltadas para a Educação na Saúde R\$7.112,00.

Criado espaço com estrutura adequada ao atendimento presencial para a **Ouvidoria** do Órgão, possibilitando acolhimento humanizado, com a disponibilidade de vários canais de comunicação de acesso ao serviço para os usuários da região, tais como telefone, e-mail, atendimento presencial, canal 136 - Ouvidoria Geral do SUS, a fim de melhorar a comunicação com a gestão do SUS. Além destas ações, prestamos apoio técnico e supervisionamos Ouvidorias de 04 municípios: São Domingos do Capim, Terra Alta, São João da Ponta e Magalhães Barata a fim de reorganizar o serviço e capacitar equipe quanto a operacionalização do sistema OUVIDOR SUS; Recebimento, análise e encaminhamento das manifestações às autoridades competentes, acompanhando o tratamento e efetiva conclusão. Valor gasto: R\$738,50.

Através das referências técnicas deste CRS, promoveu-se o acompanhamento dos 11 (onze) municípios, com orientação para alimentação dos **instrumentos de planejamento no DigiSUS**; apoio técnico quanto ao processo de construção dos PMS (Planos Municipais de Saúde) para o quadriênio 2022 a 2025, por meio de 11 (onze) oficinas com metodologias pertinentes a este processo de trabalho, atingindo 65 (sessenta e cinco) profissionais e 13 (treze) conselheiros de saúde. Até o mês de novembro, 03 (três) municípios concluíram o Plano Municipal de Saúde 2022 a 2025. O valor gasto foi R\$5.393,00.

Executando demanda do DEAUDS/SESPA, fiscalizamos o cumprimento das recomendações de **auditoria**, realizada no município de Castanhal, com o objetivo de avaliar a atuação da Gestão Municipal às normativas regulamentadas pela Política Nacional de Atenção Básica – PNAB/MS, com foco na Redução da Mortalidade Materna, buscando contribuir para o melhor desenvolvimento das ações oferecidas,



relacionados à redução da mortalidade materna no município de Castanhal. Sem gastos na ação.

Para o acompanhamento da Taxa de Ocupação Hospitalar por Covid 19 na região, criamos formulário eletrônico, prestou-se apoio técnico através de supervisão às Centrais de regulação ambulatorial e hospitalar em 8 municípios, objetivando melhor organização dos serviços, prestamos apoio técnico no processo de descentralização da gestão do teto de Média e Alta Complexidade do município de São Domingos do Capim. Estas ações buscaram a qualificação do atendimento ao usuário e melhorar o acesso aos serviços de saúde, beneficiando os 11 municípios adstritos no atendimento à sua população residente. Valor gasto: R\$2.492,00

Através da UDME - Unidade Dispensação de Medicamentos Especializados, foram realizados 14.345 atendimentos, nos meses de janeiro a outubro, beneficiando 53 municípios. Cerca de 26% do total de atendimentos para dispensação de medicamentos (3.802) foi com a utilização de recursos financeiros do Estado, para aquisição dos mesmos no componente especializado da Assistência Farmacêutica.

Foram distribuídas 38 Carteiras de Passe Livre e entregues a usuários dos municípios de Castanhal, Inhangapi, São Francisco do Pará e São João da Ponta. Quanto à aquisição de Órteses, foi finalizado processo de compra para aquisição de 25 cadeiras de rodas e 10 cadeiras de banho para o atendimento às solicitações dos municípios adstritos, no Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência. Valor empenhado: R\$15.889,78.

Buscando implementar os serviços de Média e Alta Complexidade, realizamos procedimentos no Centro de Saúde da Colônia do Prata, município de Igarapé Açu atendendo usuários do SUS, notadamente devido às sequelas da Hanseníase, ofertando procedimentos ambulatoriais, quando ofertamos 5.283 procedimentos. As demais atividades planejadas tais como supervisões, visitas técnicas aos estabelecimentos hospitalares foram suspensas boa parte do ano devido à Pandemia em curso, as quais deverão ser retomadas no exercício seguinte.

No início do ano de 2021, havia 510 pacientes ativos no Sistema de TFD, 265 usuários foram beneficiados com ajuda de custo e transporte, de janeiro a outubro/2021, pertencentes aos municípios de Inhangapi, Magalhães Barata, São Francisco do Pará, São João da Ponta e São Domingos do Capim (até o mês de fevereiro), quando a partir de março houve o repasse a esse município de 202 processos de tratamento fora de



domicílio intermunicipal e interestadual, devido esse município por ter assumido a descentralização das ações de média e alta complexidade, junto a CIB/Pa. Foram realizadas em 2021 ao longo do período de março a novembro, 353 visitas domiciliares a usuários do programa, objetivando a correção de distorções e orientação quanto a rotina de atendimento do programa, beneficiando essa população na continuidade de seu tratamento. Valor gasto: R\$216.328,31.

Nas ações de enfrentamento a COVID, foram realizadas junto aos municípios, reuniões técnicas presenciais e on-line, para discussão do Plano de contingência, vacinação, protocolos assistenciais; monitoramento dos sistemas(COVID-19,SIVEP GRIPE, SIPNI COVID, SIM); supervisão dos estoques de imunobiológicos, salas de vacina e rede de frio; divulgação de protocolos e normas técnicas; capacitação em diagnósticos laboratoriais; distribuição de testes e materiais informativos. Com isso, qualificou-se a assistência e ampliou-se as coberturas vacinais para redução de hospitalizações e óbitos, trazendo impacto para redução da disseminação da doença na população. Quanto às ações para o controle do surto de Sarampo, foi prestado apoio para a ampliação da cobertura vacinal, apoio técnico na capacitação da rede assistencial e laboratorial; investigação dos casos. Estas ações foram realizadas em 100% dos municípios adstritos.

Realizada ações de monitoramento para o enfrentamento das IST's, Tuberculose (TB) e Hanseníase (MH); garantimos oferta oportuna de testes rápido de diagnóstico das IST e de medicamentos específicos dos programas de TB e MH. A Vigilância do Óbito realizou o diagnóstico dos cemitérios municipais através do georreferenciamento assim como a busca ativa e monitoramento in loco de investigações de óbitos com capacitações aos técnicos das Secretarias Municipais de Castanhal; Curuçá, São Domingos do Capim; Maracanã, Marapanim e São João da Ponta.

Controle e vigilância da Doença de Chagas Aguda, Leishmanioses e Raiva junto aos municípios prioritários através de ações de capacitação no manejo clínico, no diagnóstico laboratorial humano e animal; apoio técnico nas ações de inquéritos entomológicos, implantação dos PIT, investigação de epizootias, assim como ações de prevenção direcionadas a batedores de açai e a profissionais de saúde sendo beneficiados a população residente dos municípios de Castanhal, Curuçá, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, São Domingos do Capim e São Francisco do Pará e favorecendo o controle dessas endemias.



Nas ações das Arboviroses e Malária foram realizadas atividades de busca ativa de prontuário para reduzir as subnotificações, monitoramento e apoio técnico nos sistemas de informação, supervisões nos pontos de diagnóstico e nas ações de campo e qualificação de supervisores de campo, sendo garantido o tratamento de 100% dos casos de Malária diagnosticados e a redução da hospitalização pelas arboviroses, beneficiando a população residente de 100% dos municípios adstritos ao 3º CRS.

Foram realizadas inúmeras capacitações, com público absoluto formado por profissionais dos 11 municípios do 3º CRS, buscando qualificá-los em ações que puderam impactar na prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e acompanhamento das pessoas portadoras de agravos agudos e endêmicos, residentes nos município adstritos ao 3ºCRS. Valor gasto nestas ações: R\$306.842,55.

Dentre as ações de vigilância em saúde do trabalhador realizou-se capacitação de profissionais nas ações de vigilância e na notificação dos agravos. Na Vigilância Ambiental realizou-se treinamento e monitoramento das metas pactuadas. Este programa não vem conseguindo ampliar os impactos nas ações em virtude da ineficiência de 80% dos municípios adstritos em realizar o tratamento dos sistemas de abastecimento da água. Nas ações de VISA foram realizados monitoramentos das ações da comissão de controle de infecção hospitalar e inspeção, cadastro e capacitação de batedores de açai nos municípios de Curuçá, Inhangapi e Igarapé-açu e São Domingos do Capim, garantindo a prevenção de surtos em virtude dos perfis municipais. Valor total gasto: R\$25.258,14.

3 O QUE IREMOS FAZER

Para o apoio aos serviços de Atenção Primária, iremos realizar ações nos municípios do 3ºCRS, através do processo de acompanhamento e apoio técnico, com a utilização do recurso financeiro programado para 2022, de R\$74.263,00.

Para a implementação da rede de Ouvidorias do SUS, buscaremos finalizar 30 manifestações, além de outras ações de apoio e supervisão na rede de Ouvidorias municipais, com a utilização de R\$9.283,00.

Visando o fortalecimento dos serviços de média e alta complexidade, tendo em vista a crescente demanda populacional por serviços de saúde, pretendemos realizar 6.900 procedimentos de saúde, além de outras atividades relacionadas à supervisão e apoio técnico, com o recurso programado de R\$36.000,00.



Para implementar a Rede de Atenção Psicossocial, aumentamos nossa meta para 11 municípios apoiados, utilizando recurso de R\$12.616,00, em 2022.

Com relação à atenção à pessoa com deficiência, estaremos atendendo 20 pessoas com solicitação de órteses, utilizando recurso de R\$20.000,00.

Beneficiaremos 422 usuários através do Programa Tratamento Fora do Domicílio, com recurso de R\$400.000,00.

Com relação às demandas de Auditoria, esperamos realizar 06 Auditorias demandadas pelo DEAUD/SESPA, cujo recurso programado é de R\$6.000,00.

No Planeja SUS, esperamos implementar na região, 22 Instrumentos de Gestão, e para isso, teremos um recurso de R\$15.000,00.

A Regulação executará ações de apoio técnico, supervisão nos serviços de regulação municipal, uma vez que não possuímos Complexo regulador e para isto, utilizaremos recurso de R\$6.000,00. Por meio de ações de fortalecimento aos Conselhos Municipais, apoiaremos 11 municípios utilizando recurso de R\$10.000,00. Visando melhores condições de trabalho aos servidores, este 3º CRS solicitou a inclusão no PPA do próximo exercício, investimento na ordem de R\$ 78.278,00 (Setenta e oito mil e duzentos e setenta e oito reais), para o reaparelhamento do Escritório Regional.

A articulação Interfederativa visa implementar uma Comissão Intergestora, com recurso de R\$11.000,00.

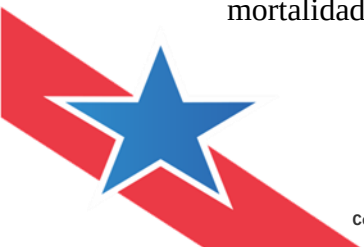
As ações de Educação na Saúde espera qualificar 20 pessoas, no mínimo, utilizando recurso de R\$35.000,00.

Em 2022, programamos 11 ações para implementar a Humanização na Saúde, com a utilização de R\$12.000,00.

Para reduzir os riscos e agravos à saúde da população, apoiaremos e atenderemos os 11 municípios adstritos utilizando recurso total de R\$848.848,00.

4. AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUEM COM AS METAS ODS

Com ações de **Apoio à Rede de Atenção Primária**, tais como capacitações de qualificação na assistência ao pré-natal, parto e puerpério e apoio às ações de investigação de óbito materno, além da execução de ações articuladas com a Vigilância em Saúde, **contribuímos com a meta 3.1** que pretende até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para menos 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.



Ainda neste contexto, com a realização do Fórum Perinatal e **ações integradas entre Saúde da Criança, Saúde da Mulher e Vigilância em Saúde**, obtivemos declínio da Mortalidade Infantil para 8/1000 NV em 2021 (dados preliminares), o que **contribuiu com a meta 3.2** de enfrentamento das mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no máximo 8 por mil nascidos vivos.

Assegurada a **distribuição de contraceptivos orais e injetáveis** como forma de fortalecimento do Planejamento Sexual Reprodutivo em 100% dos municípios, melhorando o acesso aos insumos com a implantação do programa nos 11 municípios adstritos ao 3ºCRS, impactou-se na **Proporção de Gravidez na Adolescência**, que apresentou discreto declínio, passando de 21,63, em 2020, para 21,01, em 2021. Esta **ação contribuiu com a meta 3.7** de assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;

As ações para **Implementação do Tratamento Fora de Domicílio**, através de atendimentos a pacientes no programa TFD, beneficiou usuários com necessidade de deslocamento intermunicipal e interestadual, além de ações de Implementação dos serviços de Média e Alta Complexidade, por meio do atendimento da UDME/3ºCRS a usuários com necessidade de medicamentos especializados; aquisição de material hospitalar para realização de procedimentos de saúde, e da execução de Ações de Vigilância e controle a Agravos Agudos e endêmicos, tais como, garantia de vacinas e medicamentos estratégicos para o tratamento da Tuberculose e Hanseníase, **contribuíram com a meta 3.8** atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;

Ações de **enfrentamento a COVID 19, Sarampo, Doenças endêmicas como Malária, Doença de Chagas, Leishmanioses; IST's; Hepatites Virais**, por meio de ações como, Capacitações aos profissionais de saúde, distribuição de vacinas, orientações quanto aos protocolos assistenciais, capacitação em diagnósticos laboratoriais, Testes Rápidos, dispensação de medicamentos estratégicos, vigilância epidemiológica, **contribuíram para a meta ODS 3.3**, que visa acabar com as



epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;

O Monitoramento das metas pactuadas no **SISAGUA** nos municípios de Magalhães Barata, São Domingos e São Francisco do Pará e o Georreferenciamento dos cemitérios clandestinos de 100% dos municípios sob jurisdição deste Centro Regional **contribuiu com a meta 3.9** que pretende reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

A **aquisição de órteses e passes livres**, para posterior dispensação aos usuários dos municípios adstritos ao 3º CRS, **contribui com a meta 10.2** quanto a empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Realizamos **atendimento na Ouvidoria 3ºCRS**, com recebimento das manifestações, análise, tratamento e encaminhamentos pertinentes, das manifestações registradas no sistema OUVIDOR SUS; mediação de conflitos estimulando a participação responsável; disseminação de informações; Supervisão e apoio técnico à sub rede de ouvidorias municipais adstritas ao 3ºCRS. Estas ações **contribuem com a meta 16.6** no objetivo de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

O **apoio aos 11 municípios com orientações voltadas aos instrumentos de Planejamento do SUS, por meio de oficinas de elaboração do Plano de saúde 2022 a 2025, articulação contínua com os Conselhos de Saúde fortalecendo o Controle Social**; participação em Conferências Municipais de Saúde, reuniões ordinárias da CIR, foram ações executadas que **contribuíram com a ODS 16.7** que visa garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis



5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

5.1) Avaliação da Execução orçamentária

Tabela 1 - Execução Orçamentária por Programa

Em R\$

PROGRAMA	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
	PPA inicial	OGE 2021	OGE Dotação real	Realizado	% Executado
CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	29.665	2.021	1.000	0	0
GOVERNANÇA PÚBLICA	122.130	50.207	22.000	2.373,80	11%
MANUTENÇÃO DA GESTÃO	1.076.661	253.938	212.222	88.352	42%
SAÚDE	5.825.743	1.501.474	1.277.397	692.472	54%

Fonte: SIGPLAN, acesso em 24/11/2021

o controle da Pandemia, pudemos retornar às atividades paulatinamente, salientando que mesmo nos momentos mais críticos da Pandemia, a equipe do 3º CRS, buscou **Análise:**

Quanto ao Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, ao avaliar a execução das ações, apesar de não ter havido execução orçamentária, algumas ações foram realizadas neste sentido de forma remota, não demandando ônus para o Órgão, atingindo 100% das metas programadas.

A execução do Programa de Governança Pública teve 11% da execução orçamentária que se refere a capacitação de agentes públicos, que foi bastante impactada com a pandemia, considerando que a grande maioria das capacitações ocorreram por videoconferência, só retornando recentemente de modo gradativo os cursos de modo presencial, o que resultou em percentual de gastos de apenas 21% da dotação orçamentária disponível que foi de R\$11.500,00 para esta ação. Quanto à ação Edição e Publicação de Atos da Administração Pública, ressalta-se que embora existam recursos disponíveis no orçamento, as despesas têm sido executadas pelo Nível Central da Sesp, necessitando correção de programação.

Portanto, não houve movimentação orçamentária nesta unidade gestora para o desempenho desta ação.

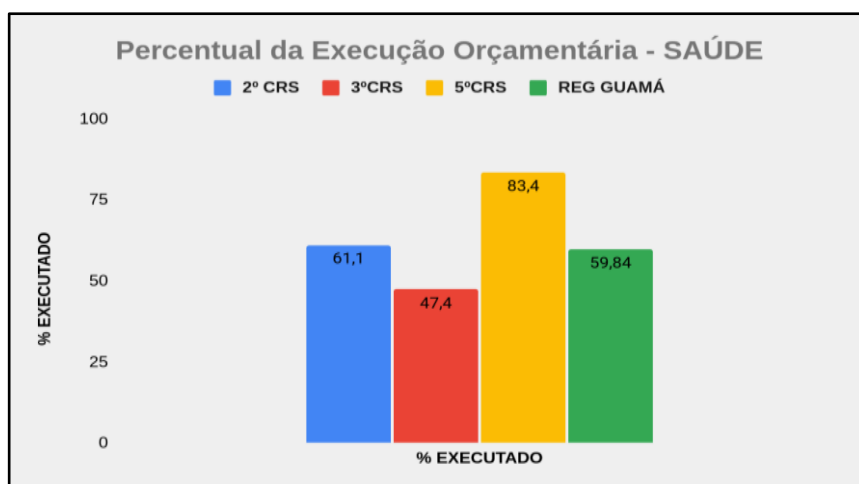
A Manutenção da Gestão apresenta até então baixa execução orçamentária de apenas 42% do orçamento disponível, entretanto, esse percentual será ampliado



considerando que ainda estão em tramitação vários processos não empenhados, tais como serviços de manutenção de almoxarifado, hidráulicos e sistema de água, entre outros.

O Programa Saúde executou 46% do seu orçamento para o desenvolvimento das ações planejadas em 2021. Na análise geral, temos a considerar vários fatores impactantes para a baixa execução apresentada no Órgão. O ano de 2021, apresentou uma rotatividade expressiva na mudança de Direção deste CRS por três vezes, além de como já mencionado, a excepcionalidade da situação provocada pela Pandemia em curso, contribuiu significativamente dificultando a atuação “in loco” dos servidores conforme o planejamento construído, devido a questões relacionadas ao trabalho remoto. Contudo, a partir do segundo semestre/2021, com melhores resultados nincansavelmente, alternativas para o cumprimento das metas estabelecidas.

5.2) Avaliação da Execução dos Recursos Por Região de Integração



Fonte: SIGPLAN, em 25/11/2021

Análise:

A execução orçamentária do Programa Saúde sofreu intensamente o impacto provocado pela Pandemia por Covid 19, uma vez que, vários técnicos, servidores deste Órgão, não puderam se deslocar aos municípios a fim de desenvolver ações planejadas para o período, tendo sido executada grande parte das ações de forma remota. A dotação real para a Região Guamá foi de R\$3.373.981,52 e o total realizado foi de R\$2.019.088,88, executando portanto, 59,84% do orçamento na região, provenientes do



FES-Recursos ordinários, com destaque para o 5º CRS, que executou 83,4% do orçamento, seguido pelo 2º CRS com 61,10% e 3º CRS com 47,4%.

5.3) Avaliação do Alcance dos Compromissos Regionais



Fonte: SIGPLAN, em 25/11/2021

ANÁLISE:

Dos compromissos programados para a região do 3º CRS, 100% dos compromissos regionais já foram concluídos. Em cumprimento ao planejado para o objetivo de Fortalecer a rede de atenção à saúde dos serviços de Média e Alta Complexidade, tivemos a Implantação do Hospital Regional de Castanhal, cuja obra foi entregue em 2020, antecipadamente, em razão da necessidade de ampliar a oferta de leitos clínicos e de UTI para o atendimento aos pacientes com Covid 19. Atualmente o Hospital é administrado pela OSS ASELC. O outro compromisso planejado, cujo objetivo é Fortalecer a rede de APS, cumpriu a realização de 01 evento de “Saúde por todo o Pará”, com atendimento realizado pela Policlínica Itinerante, também já foi cumprido, tendo sido contemplado nesta região, o município de Castanhal.

5.4) Avaliação da Execução das Ações, Meta Física e Financeira.

PROGRAMA SAÚDE

Tabela 2 - Execução Física e Financeira Governança das RAS

Em R\$

OBJETIVO: Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	11	11	100	10.104	2.500	2.325	93,02
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	1	1	100	11.000	11.777	2.017	17,13
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	20	28	140	35.364	11.500	7.112	61,85
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	15	7	47	9.093	6.000	738,5	12,31
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	11	11	100	15.156	12.500	5.393	43,15
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	6	1	17	6.060	3.000	0	0
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	20	14	70	6.062	6.107	2.492	40,81

Fonte: SIGPLAN, acesso em 24/11/2021

Análise:

Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde

Esta ação, que tem como produto “conselho apoiado”, atingiu sua meta física programada em 100% e financeira em 93%, por meio de ações remotas e presenciais, destacando-se a participação efetiva deste 3º CRS, proferindo palestras de Temas Centrais e Eixos temáticos propostos pelas comissões organizadoras locais nas Conferências Municipais de Saúde que passaram a ocorrer neste último quadrimestre; já



realizadas em Igarapé-Açu, Marapanim, Maracanã, São Domingos do Capim, São João da Ponta e Terra Alta, e seguindo-se posteriormente as de Curuçá e Magalhães Barata ainda este ano.

Articulação Interfederativa

O produto desta ação, apesar de apresentar 100% da meta física executada, apresenta 17,13% do orçamento executado, muito impactado pelo fato de as reuniões da CIR terem ocorrido em sua maioria, de forma remota, em função da Pandemia.

Educação na Saúde

Tem como produto “pessoa qualificada”, tendo sido utilizado 61,85% do recurso orçamentário previsto, e atingiu 140% da meta física. Isso decorreu em grande parte pelo fato de que muitas das capacitações realizadas, em particular pela vigilância em saúde, não utilizaram deste orçamento para a realização das mesmas, e sim do orçamento direcionado à própria DVS. Esta situação deverá ser corrigida no exercício de 2022, com o alinhamento entre o produto da ação e o orçamento programado.

Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS

Tem como produto, “demanda finalizada”. Alcançou de janeiro a outubro, 47% da meta física, com execução de 12,31% do orçamento previsto, e 47% da meta física realizada. Estes resultados foram bastante impactados devido à baixa procura dos usuários pelos serviços de forma presencial, uma vez que o serviço de Ouvidoria, até agosto/2021 ainda não estava devidamente organizado e nem dispunha de divulgação adequada para atendimento ao usuário por outros canais próprios de atendimento, o que dificultou a busca pelo serviço. Outro fator a se considerar na execução orçamentária, foi a mudança de processo de trabalho, que passou a ser desenvolvido de forma remota, limitando sob alguns aspectos a atuação de uma ouvidoria mais atuante, principalmente junto aos municípios, além de problemas relacionados à gestão de recursos humanos para o setor.

Implementação do Planejamento do SUS

Alcançamos 100% da meta física programada, porém com apenas 43,15% da meta financeira executada, considerando que atividades planejadas para atuação in loco não puderam ser realizadas por fatores prioritariamente ligadas ao momento pandêmico, a falta de técnicos ou equipes de planejamento exclusivas para esta atividade tanto na regional quanto nos municípios, o que impede um envolvimento exclusivo e efetivo para esse processo de trabalho.



Realização de Auditoria no SUS

Considerando que este 3º CRS não possui auditores e nem programa auditorias, apenas acompanha as demandas oriundas do Departamento de Auditoria da SESPA (DEAUDS), e considerando que apenas um processo de auditoria foi encaminhado durante este ano a este 3º CRS para acompanhamento, alcançado 17% da meta física prevista, não havendo execução orçamentária devido ter ocorrido em Castanhal.

Regulação em Saúde

As ações planejadas pela Coordenação de Urgência e Emergência e de Regulação em Saúde buscam desenvolver suas atividades nos 11 municípios trabalhando parte do produto “Serviço”, uma vez que esta Regional não possui Complexo Regulador, não apresentando como produto, o “acesso regulado”. A execução orçamentária nesta ação foi de 40% da dotação atualizada e sua meta física executada foi 70%. Os motivos impactantes neste resultado foram devidos em parte, por restrições impostas pela pandemia e parte em decorrência da saída do servidor da Referência Técnica da RUE no início do ano de 2021, com retorno das ações a partir de setembro deste ano.

Tabela 3 - Execução Física e Financeira Atenção de Média e Alta Complexidade

Em R\$

OBJETIVO: Fortalecer a Atenção à Saúde dos serviços de Média e Alta Complexidade								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	11	0	0	17.000	0	0	0
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	442	265	60	468.125	392.600	216.328	55
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de saúde realizado	1.690	5.283	313	36.062	34.000	5.121	15

Fonte: SIGPLAN, acesso em 24/11/2021



Análise:

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência

Embora a planilha acima que trata desta ação apresente ausência de execução física e financeira, é importante ressaltar que a compra de 25 (vinte e cinco) cadeiras de rodas e 10 (dez) de banho está sendo finalizada, tendo sido empenhado o valor de R\$15.889,78, o que equivale a quase 100% do valor da dotação atualizada. Isso implicará também no alcance superior à meta física prevista que é de 11 (onze), onde pessoas serão atendidas com esses meios de locomoção.

Implementação de Tratamento Fora de Domicílio

Foi utilizado 55% do recurso orçamentário previsto, com alcance de 60% da meta física, até a competência outubro/2021. O baixo alcance do financeiro deve-se em grande parte à descentralização das ações de média e alta complexidade para o município de São Domingos do Capim a partir da competência de fevereiro, não havendo a partir de março/2021, despesas consideráveis com relação ao Programa de Tratamento Fora de Domicílio – PTFD, o que impactou na redução dos gastos com o pagamento de ajuda de custo e transporte a usuários do Programa.

Com relação aos outros municípios sobre os quais o estado tem o compromisso de financiar as ajudas de custo e deslocamentos dos usuários residentes nos mesmos, houve durante todo o período de 2021 uma redução na procura do serviço, assim como nos atendimentos de saúde destes usuários pela rede de serviços de saúde municipais e estaduais, considerando o período pandêmico, levando a uma execução orçamentária menor do que o orçado. Assim como, as atividades de supervisão e visitas domiciliares realizadas pela equipe regional só foram iniciadas a partir do 2º semestre/2021.

Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade:

Tem como produto, “procedimentos realizados”, com o Estado atuando especificamente no Centro de Saúde da ex-Colônia do Prata, onde ofertou 5.283 procedimentos, superando a meta física em mais de 200%, embora com execução orçamentária em torno de 14%. Atribui-se esta baixa execução à dificuldade existente neste ano, em especial, pela ausência de Comissão de Licitação desta Unidade Gestora, o que dificultou a aquisição de produtos inerentes a média e alta complexidade. O que será superado no próximo exercício, considerando que a referida comissão foi formalizada a partir de novembro de 2021.



Tabela 4 - Execução Física e Financeira da Atenção Primária em Saúde

Em R\$

OBJETIVO: Fortalecer a rede de APS								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Apoio aos serviços de APS	Município Apoiado	11	11	100	736.750	57.000	31.556	55

Fonte: SIGPLAN, acesso em 25/11/2021

Análise:

Na avaliação das ações para o Apoio aos Serviços da Atenção Primária, foi realizado 100% da meta prevista, não havendo alinhamento entre o planejamento e a execução orçamentária, considerando que grande parte de atividades de orientações, monitoramentos de indicadores e feedback aos municípios foram oferecidas online, por conta ainda da situação pandêmica.

Tabela 5 - Execução Física e Financeira da Vigilância em Saúde

Em R\$

OBJETIVO: Reduzir os Riscos e Agravos à Saúde								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Apoiado	11	11	100	780.534	685.143	306.842	45
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	11	10	91	30.239	38.869	25.258	65

Fonte: SIGPLAN, acesso em 25/11/2021



Análise:

Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos

Apesar de atingir 100% da meta física, executamos 45% do orçamento previsto. O desempenho dessa ação ficou comprometido em função do período pandêmico em que vários servidores estavam afastados de suas funções por serem do grupo de risco de comorbidade e idosos. O que levou os programas a reduzir as atividades a serem realizadas em nossos municípios, que por sua vez também, estavam com servidores remanejados a atuação para o enfrentamento do COVID-19; Além do que, muitos servidores municipais e regionais apresentaram adoecimento e outros infelizmente até óbito.

Diante do cenário, houve um alto índice de adoecimento psicoemocional e abalo que prejudicou a normalidade do trabalho neste Centro Regional, afinal a perda de colegas abala toda uma equipe. E essa realidade se estendeu em nossos municípios, já que falamos de uma pandemia mundial.

Especificamente no Programa de Tuberculose e hanseníase, a referência técnica esteve afastada durante muitos meses deste ano, a priori por se tratar de uma servidora do grupo de risco e posteriormente a isso, por conta de um acidente grave em que a mesma esteve hospitalizada com fraturas pelo corpo. Considerando o déficit que temos atualmente em recursos humanos, tornou-se impossível a substituição, pois seria necessário desfalcado outro programa, o que tornaria inviável do ponto de vista da gestão.

Além destes fatos, tivemos um ano atípico, do ponto de vista de gestão, em que no ano corrente tivemos que passar por três diferentes gestões (Diretor Regional).

Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária

Com a perda imensurável por óbito de servidor, médico veterinário, perdemos a nossa referência técnica deste programa, carecendo haver uma reestruturação de toda a equipe e ainda ter que treinar as novas referências, que acarretou na desaceleração das ações e realizações das atividades. Contudo, executamos 65% do orçamento previsto e 91% da meta física, com 10 municípios atendidos. Outro fator a ser mencionado e não menos importante, é a questão da diferenciação entre a experiência da antiga referência técnica para os atuais, o que será conquistado ao longo de um tempo.



Temos ainda uma questão a ser pontuada, que por termos um déficit no quadro de recursos humanos, temos técnicos cuidando de mais de um programa, o que acarreta sobre os mesmos, acúmulo de muitas atividades e responsabilidades, prejudicando o fluxo e celeridade do trabalho.

PROGRAMA CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Tabela 6 - Execução Física e Financeira Atenção Psicossocial

Em R\$

OBJETIVO: Promover Ações Intersectoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	2	2	100	2.021	1.000	0	0

Fonte: SIGPLAN, acesso em 25/11/2021

Análise:

Quanto à execução orçamentária programada, não houve empenho do recurso orçado até o momento, devido ao desenvolvimento de trabalho remoto, o que nos possibilitou atingir 100% da meta física.

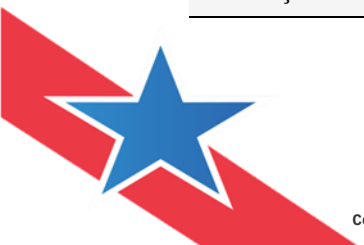
PROGRAMA GOVERNANÇA PÚBLICA

Tabela 7 - Execução Física e Financeira da Governança Pública

Em R\$

OBJETIVO: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	20	6	30		11.500	2.373	21

OBJETIVO: Prover a governabilidade do Poder Executivo								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			



		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotaçã o Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	36	0	0	20.207	10.500	0	0

Fonte: SIGPLAN, acesso em 24/11/2021

A ação que se refere à capacitação de agentes públicos foi muito impactada com a pandemia, interferindo na execução orçamentária principalmente, considerando que a grande maioria das capacitações ocorreram por videoconferência, só retornando recentemente de modo gradativo os cursos de modo presencial, o que resultou em percentual de gastos de apenas 21% da dotação orçamentária e 30% da meta física, com apenas 6 (seis) servidores participantes de cursos ofertados pela EGPA.

Quanto à Edição e Publicação de Atos da Administração Pública, ressalta-se que embora existam recursos disponíveis no orçamento, as despesas têm sido executadas pelo Nível Central da Sespa. Portanto, não havendo movimentação orçamentária nesta unidade gestora para o desempenho desta ação.

PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

Tabela 8 - Execução Física e Financeira Administrativa

Em R\$

OBJETIVO: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotaçã o Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Operacionalizaçã o das ações Administrativas	Contrato mantido	5	13	260	224.309	212.222	88.352	42

Fonte: SIGPLAN, acesso em 25/11/2021



Análise:

Neste ano de 2021, foi executado 42% do recurso orçamentário programado para desenvolvimento das Ações Administrativas, com despesas relacionadas ao apoio técnico na área da gestão, além de beneficiar 4 municípios adstritos, através de aquisição de materiais diversos; manutenção do Centro Regional (prédio, instalações elétricas, veículos)

O desempenho físico da ação com 260% de execução, da meta física programada, foi decorrente da inclusão do elemento de despesa de diárias administrativas, cuja liquidação se deu em municípios fora do município sede (Castanhal), conflitando com produto que é contrato mantido.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como parte integrante da SESPA, buscamos somar com os outros Centros Regionais de Saúde do Estado, assumir a missão de “Garantir o acesso à saúde de qualidade a todos os cidadãos através de redes de atenção resolutivas, gestão eficiente e desenvolvimento regional”, cujos valores são pautados na Ética, Transparência, Comprometimento, Criatividade, Responsabilidade, Qualidade e Humanização.

O ano de 2021 trouxe inúmeros desafios com a Pandemia por Covid 19, que se somaram aos problemas pré existentes, agravados por um quadro de declínio sócio econômico, o que não nos impediu em continuar o trabalho para o atendimento das necessidades de saúde de nossa população adscrita, buscando contribuir positivamente para o alcance dos objetivos e metas programadas para o ano de 2021.

A pandemia transformou muitas relações e processos de trabalho, o que nos levou a estabelecer novas rotinas, seguindo a ciência e os protocolos de proteção em defesa da vida dos trabalhadores e usuários do sistema de saúde.

Neste documento, destacamos o trabalho dos servidores do 3º Centro Regional de Saúde, que com dedicação e profissionalismo desenvolveram ações que puderam se somar contribuindo para a saúde do povo paraense.

Este relatório descreve atividades desenvolvidas no âmbito do 3º. Centro Regional de Saúde localizado no município de Castanhal, que integra a estrutura da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA), e tem sob sua jurisdição onze municípios que da Região de Saúde Metropolitana III e a Região de Integração Guamá em consonância com o desenho de Regionalização do Estado do Pará. Tais atividades



visam atender as diretrizes do Sistema Único de Saúde, onde o Estado detém importante papel de coordenar e avaliar a implantação e implementação de ações e serviços de saúde a nível municipal.

O conteúdo deste documento representa a expressão de um compromisso e um desejo que brotam da mais nobre vontade de realização, reconhecendo que os desafios serão sempre constantes, porém são justamente estes que colocam à prova a capacidade humana de criar e recriar.

É com essa disposição interior que assumimos a Direção Regional deste 3º CRS, contando com o apoio imprescindível de todos os colaboradores e entes direta ou indiretamente envolvidos.

Com base nas ações propostas e resultados obtidos, considerando a programação e o alcance de metas, a mensuração do desempenho dos programas feitos por este relatório, objetivos contribuir para a elaboração da Mensagem de Governo para o ano de 2022.

EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)



4º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

Tendo como competências orientar os municípios para que executem os Serviços e Ações de Saúde enquanto Atenção Primária; prestar apoio às unidades de saúde do sistema público de média e alta complexidade, de referência regO 4º Centro Regional de Saúde, sob a direção da Sra. Patrícia de Fátima Lima da Silva, investida no cargo conforme Portaria nº 2.521/2019-CCG, possui responsabilidade sobre 16 (dezesesseis) municípios de abrangência da Região Caete, compreendendo: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Ourém, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu. Apresenta o Relatório Anual de Gestão.

ional ou estadual; identificar e articular prestação de serviços entre estabelecimentos hospitalares de referência e os privados que são conveniados ao SUS; prestar apoio técnico e financeiro aos municípios; em nível complementar, elaborar, monitorar e acompanhar o andamento de ações e serviços de Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Serviços da Atenção Básica, Saúde do Trabalhador, Laboratório de Saúde Pública, Hemocentros, insumos e equipamentos para saúde; participar, junto com órgãos afins, da formulação das políticas e do controle dos agravos ao meio ambiente, da execução das ações de saneamento básico, dos ambientes e das condições de trabalho; e acompanhar, avaliar e divulgar os indicadores de morbidade e mortalidade da Unidade Federada.

O 4º Centro Regional de Saúde é a representação regional da SESPA na Região Caeté de Saúde, tendo como área de abrangência os 15 municípios da Região: Augusto Corrêa, Bragança, Bonito, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santarém Novo, Santa Luzia, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu, na Região Rio Capim 01 município Ourém.

O Relatório Anual de Gestão do 4º Centro Regional tem como objetivo atender aos preceitos da Lei Complementar 141/12, de 13 de janeiro de 2012, através da prestação de Contas das Ações desenvolvidas pela SESPA/4º Centro Regional de Saúde, durante o exercício de 2021, visando alcance dos objetivos, diretrizes e metas regionais da Região Caeté de Saúde, do Plano Plurianual 2020 a 2023.



1. PRINCIPAIS DESTAQUES E ENTREGAS 2019-2021.



I Encontro Regional de Atenção Domiciliar da Região dos Caetés e V Encontro Estadual de Atenção Domiciliar.

135 Participantes presenciais
2.463 visualizações nos três dias de eventos
6.062 Engajamentos
261 seguidores na página do Facebook
26 Municípios do Pará
23 Municípios online em 11 Estados



CAMPANHA OUTUBRO ROSA
200 Mamografias extras para Região dos Caetés



2. O QUE FIZEMOS EM 2021

O 4º Centro Regional de Saúde através da Divisão Administrativa, entre as atividades de rotina pertinentes ao setor e atualização e/ou implantação de serviços, realizou as seguintes atividades:

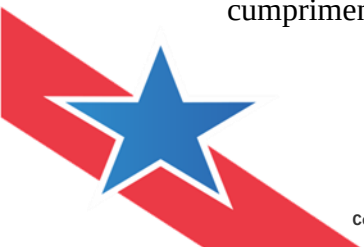
- Contratos de Pessoas Jurídicas, contratos mantidos:
 - Informática – Contrato de nº 03/2016; valor gasto foi de R\$23.720,00;
 - Central de Ar – Contrato de nº 06/2016; valor gasto foi de R\$16.350,00;
 - Funeral – contrato de nº 02/2016; valor gasto foi de R\$18.870,12;
 - Manutenção de veículos – contrato de nº 05/2016; valor gasto foi de 219.915,00.

OBS.: todos os contratos são monitorados através dos fiscais designados por portarias.

Este 4º Centro Regional de Saúde atuou em Programas voltados para todas as fases da vida (criança, adolescentes e jovens, mulher, homem, pessoa idosa) monitorando, capacitando e liberando medicamentos e formulas nutricionais, além de vivermos a situação atípica do Covid-19 onde foram distribuídas vacinas aos municípios desta região e região do Rio Capim. Monitoramos pacientes de saúde mental em conflito com a lei, no município de Capanema e houve acompanhamento de paciente em situação de vulnerabilidade nos municípios de Primavera, São João de Pirabas e Bragança; realizamos desenvolvimento de estratégia para atendimento a paciente de saúde mental que se encontram no sistema prisional, fez orientação técnica para adesão de um CAPS tipo II, através da reabertura do SAIPS no município de Bragança e monitoramento ao CAPS em processo de habilitação nos municípios de Cachoeira do Piriá, Augusto Correa e Viseu.

Houve capacitação de dezoito (18) servidores no Melhor em Casa e oito (8) agentes Públicos municipais em regulação na saúde. Foi garantida a participação dos servidores municipais em cursos de qualificação profissional (oficina de abordagem e tratamento do fundamento do SUS).

Por meio do 4º CRS foram feitas orientações aos coordenadores dos programas Vit. A, Ferro, Saúde do Idoso, SISVAN e Bolsa Família dos 15 municípios da região dos caetés e do município de Ourém da Região do Rio Capim onde poderão beneficiar os seus munícipes com fórmula nutricional, vitaminas e ferro, além de orientar no cumprimento de prazos do Programa Bolsa Família.



Liberamos aos 16 municípios medicamentos para: tuberculose, hanseníase, hiperdia, malária, leishmaniose e contraceptivos. Apoio em treinamento sobre protocolos de: contraceptivos, Saúde Mental, Hiperdia, Toxoplasmose, Tuberculose, Hanseníase, Leishmaniose. Valor gasto para o desenvolvimento das ações em apoio ao serviço de Atenção Primária: R\$182.756,00 meta estabelecida pela OGE.

A equipe de Auditoria composta de um profissional Médico e um Administrador, em consonância com o Departamento de Auditoria em Saúde – DEAUDS/SESPA, realizou visita técnica no Hospital e Maternidade Saúde Center – Associação Guiomar Jesus, além disso, acompanhou a equipe do DEAUDS/SESPA no município de Nova Timboteua, com a finalidade de realizar auditoria nos Programas da Atenção Básica, com foco nas ações e serviços de saúde, voltados para a Redução da Mortalidade Materna e Recursos Financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde-FES/SESPA e Contrapartida Municipal. Realizado: R\$1.780,35.

A Equipe da Ouvidoria Central SESPÁ participou do Seminário de Controle Social no SUS, para a capacitação Conselho Municipal de Saúde de Peixe Boi (13 conselheiros qualificados). Os municípios de Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Salinópolis, Santa Luzia, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu pertencentes a Região Caetés, foram beneficiados com ações realizadas pela equipe da Ouvidoria com um total de 49 demandas finalizadas. Meta OGE: R\$ 16.572,00. Realizado R\$ 8.308,30.

O Tratamento Fora de Domicílio – PTFD, compõe uma das principais ações realizadas, instrumento legal que visa garantir, através do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem por falta de condições técnicas. consistindo em ajuda de custo ao paciente, e em alguns casos, também ao acompanhante, encaminhados por ordem médica às unidades de saúde de outro município ou Estado da Federação, quando esgotados todos os meios de tratamento na localidade de residência do mesmo, desde que haja possibilidade de cura total ou parcial, limitado no período estritamente necessário a este tratamento e aos recursos orçamentários existentes. Possuímos 533 pacientes cadastrados e 518 beneficiados mensalmente durante o ano de 2021, residentes nos municípios de Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Santarém Novo e Tracuateua.



Em 2021 o Programa de Tratamento Fora de Domicílio – PTFD, realizou diversas ações de monitoramento, acompanhamento, avaliação e alinhamento entre equipes nos municípios da Região Caetés e Região Metropolitana. Dentre as quais capacitação com os coordenadores municipais, coordenação estadual, com visita técnica abrangendo plenos e básicos; visita técnica aos hospitais da Rede SUS para alinhamento quanto ao serviço de funeral.

Diante do cenário que tivemos em 2020 com a pandemia de COVID-19 e com a possibilidade de mudança no processamento dos documentos através da implantação do PAE no 4ºCRS, que estimulou a implantação de um projeto de gerenciamento informatizado do Tratamento Fora do Domicílio com a finalidade de viabilizar a gestão e o planejamento estratégico do PTFD, não somente para o 4º CRS, mas também para os municípios do Rio Caetés, possibilitou aumentar a confiabilidade dos dados processados, agilizar o processamento do BPA/SIA, acesso a relatórios gerenciais com alta disponibilidade para os Diretores e retirou a necessidade de novas contratações para o processamento. Também, o acesso a dados financeiros e ao perfil dos usuários, possibilitando o acesso a dados epidemiológicos. Esse projeto teve seu auge quando concorreu ao **2º Prêmio Inova Servidor** promovido pela Escola de Governança do Estado do Pará em 2021, ficando em **6º lugar e considerado o melhor projeto de saúde de 2021**. Meta OGE: R\$ 1.035.000,00. Realizado: R\$ 655.775,72.

Monitoramento do Cadastro Nacional de estabelecimentos de saúde de Média e Alta Complexidade (CNES), supervisão do sistema de digitação de laudos nos hospitais, digitação e autorização de procedimentos de Alto Custo, digitação e Autorização de Internação Hospitalar dos hospitais públicos e contratualizados pertencentes a Região Caetés: Hospital Maternidade São Miguel, Hospital das Clínicas de Bragança, Hospital Geral de Bragança, Hospital Santo Antônio Maria Zacarias, Hospital Municipal de Tracuateua, Hospital Regional Público dos Caetés e Hospital Regional Dr. Olímpio Cardoso, total de 20.010 (vinte mil e dez) autorizações/ano.

Através da comissão de avaliação e acompanhamento das metas dos prestadores contratualizados com a SESPA, foi realizado mensalmente o monitoramento e a avaliação do cumprimento das metas assistenciais pactuadas entre a SESPA e Hospitais, Clínicas e Laboratórios conveniados ao SUS: Hospital Santo Antônio Maria Zacarias, Hospital Geral de Bragança, Hospital das Clínicas de Bragança, Hospital Maternidade



São Miguel, Clínica ULTRAPREVEN, Instituto Médico de Bragança, Laboratório de Análises Clínicas. Meta OGE: R\$ 56.500,00. Realizado: R\$43.915,00.

Foram distribuídas 3.005 unidades de medicamentos que fazem parte da linha de cuidado para as doenças contempladas no âmbito do componente especializado da assistência farmacêutica, conforme portaria vigente do Ministério da Saúde para a Unidade Dispensadora de Medicamentos do Componente Especializado do Município de Bragança, recurso financeiro R\$ 4.546,56.

Apoio e assessoria técnica ao Conselho de Saúde do município de Santa Luzia e participação na Conferência Municipal de Saúde de Bragança/PA. Tendo sido executado valor de R\$3.085,94, equivalente a 52% do total do OGE, R\$5.792,00.

O Complexo Regulador Ambulatorial realizou 08 Visitas Técnicas de monitoramento dos procedimentos regulados através do SER, nas Centrais de Regulação Municipais e prestadores de serviços da Região BR 010 e Caetés; apresentação do relatório de utilização, para orientar o gerenciamento adequado dos procedimentos regulados, com isso reduzir as perdas por subutilização e absenteísmo; monitoramento e orientações dos procedimentos regulados através do Sistema Estadual de Regulação (SER); Regulações Municipais/Prestadores de Serviços visitados e orientados da Região BR 010: Paragominas, Ipixuna, Mãe Do Rio, Aurora Do Pará, São Miguel, Irituia, Santa Maria, Nova Esperança, Garrafão Do Norte, Capitão Poço; 14 Regulações Municipais/Prestadores de Serviços visitadas e orientadas da Região dos Caetés: Augusto Côrrea, Bonito, Bragança, Cachoeira Do Piriá, Nova Timboteua, Ourém, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia, Santarém Novo, São João De Pirabas e Tracuateua; 02 capacitações com os Reguladores Municipais da Região Caetés e BR 010, sendo uma para cada região; orientação sobre o Relatório de Utilização municipal para redução das perdas primárias e secundárias e também quanto a Campanha Outubro Rosa na Região dos Caetés; 07 capacitações com os novos Reguladores Municipais de Bragança, Cachoeira Piriá, Nova Timboteua, Primavera, Santa Luzia e Viseu da Região Caetés; 15 pessoas treinadas e qualificadas, quanto a operacionalizar o Sistema Estadual Ambulatorial SER II, sobre fluxos e protocolo de acesso; 01 Reunião Técnica DRA/DDASS para treinamento da equipe CRR/CAPANEMA quanto a parametrização no sistema SER das agendas do Hospital Regional Público Dos Caetés.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6

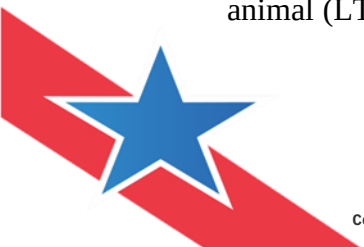


O total de atendimento realizado aos usuários/pacientes pertencentes a Região Caetés e Capim de Janeiro até o dia 24 de novembro de 2021 somaram 40.666, de acordo com os checkins realizados pelos prestadores de serviço contratualizados com a SESP. A dotação inicial do OGE foi de R\$508.554,00. tendo sido realizado o valor R\$ 197.694,88, equivalente a 39% do total.

As ações de enfrentamento a COVID-19, foram realizadas junto aos 16 municípios, através de reuniões técnicas presenciais e Web conferências, elaboração de Plano de contingência municipal, vacinação, protocolos; monitoramento dos sistemas de informações (COVID-19, SIVEP GRIPE, SIPNI COVID, SIM); dispensação e controle dos testes rápidos antígenos, distribuídos para os 16 municípios; ações itinerantes em nos municípios de Bragança, Ourém, Bonito, Nova Timboteua, Salinópolis, São João de Pirabas com oferta de testagem contra COVID-19. Na coordenação de imunização, realizou dispensação e controle das vacinas contra COVID-19, influenza e rotina, supervisão de salas de vacina e rede de frio. Com isso, houve melhora na qualificação e assistência, sendo que o gradativo aumento da cobertura vacinal da COVID-19, resultou na redução de hospitalizações e óbitos, trazendo impacto para a diminuição da disseminação da doença nas populações da área de abrangência deste Centro Regional. No que diz respeito às ações para o controle do surto de Sarampo, foi oferecido apoio para a ampliação da cobertura vacinal, busca ativa de casos em prontuários nos municípios de Bragança, Tracuateua, Augusto Correa, Cachoeira do Piriá e Viseu; apoio técnico na capacitação da rede assistencial e laboratorial; investigação de casos.

No que diz respeito às ações de monitoramento das IST's, oficina para profissionais da CTA/SAE e Atenção de Básica do fluxo de reorganização das hepatites virais, Tuberculose (TB) e Hanseníase (MH); garantimos oferta regular de testes rápido para diagnóstico das IST's, assim como, oficinas de avaliação de indicadores operacionais da Hanseníase, além da oferta de medicamentos específicos dos programas de TB e MH. A Vigilância do Óbito realizou busca ativa e monitoramento in loco de investigações de óbitos com capacitações aos técnicos das Secretarias Municipais nos 16 municípios do 4º CRS.

O controle e vigilância de Doença de Chagas Aguda (DCA), Leishmanioses (LTA), Esquistossomose e Raiva ocorreu junto aos municípios prioritários através de ações de capacitação no manejo clínico (DCA), no diagnóstico laboratorial humano e animal (LTA); investigação de epizootias, assim como ações de prevenção direcionadas

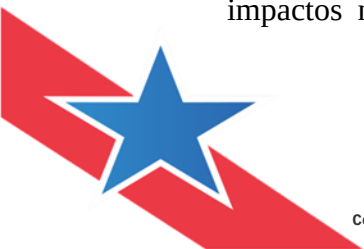


aos batedores de açai e a profissionais de saúde tendo como alvo as populações residentes nos municípios de Viseu, Bragança, Capanema, Cachoeira do Piriá, Primavera, Quatipuru e Augusto Correa. A coordenação regional de Leishmaniose esteve em conjunto com equipe do nível central nas ações, busca ativas em prontuários e sistemas de informações para o controle e no combate a incidência de leishmaniose, e oficinas com repasse de protocolos para os profissionais médicos e enfermeiros nos municípios de Cachoeira do Piriá, Tracuateua, Capanema, Santa Luzia do Pará, Bonito e Ourém.

Nas Ações de Controle de Malária foram realizadas, monitoramento e apoio técnico nos sistemas de informação, e supervisões nas áreas de risco com entrega de mosquiteiros impregnados de inseticidas (MILDS) para a prevenção nas áreas de garimpos as ações se deram nos municípios de Cachoeira de Piriá e Viseu, nos pontos de diagnóstico e tratamento com o apoio técnico do PECM/PA do Nível Central, garantindo 100% dos casos tratados de malária que foram diagnosticados nos municípios de riscos de nossa jurisdição beneficiando assim a população dos referidos municípios do 4º CRS.

Nas ações de controle do *Aedes aegypti*, foram realizados monitoramentos e controle de qualidade das atividades de campo no combate a Dengue, Zica, Chikungunya e Febre Amarela, assim como, capacitações de equipes municipais devido ao fato da situação funcional dos agentes de endemias estarem sem vínculo empregatício estável, sujeitos a mudanças a cada nova gestão.

Na vigilância em saúde do trabalhador realizamos Qualificação dos profissionais de saúde sobre os Agravos da Política de Saúde do Trabalhador no SINAN – NET contemplando 10 (dez) municípios do total de 16 (dezesesseis) da nossa região, no primeiro semestre realizou-se o monitoramento das ações e projetos pertinentes a Saúde do Trabalhador e reunião com todos os Secretários de Saúde acerca da Implantação de Referencias Técnicas em STT, conforme Resolução Nº 603, de 08 de novembro de 2018, tendo ocorrido o primeiro Encontro de Referencias Técnicas em Saúde do Trabalhador da região dos Caetés, em parceria com o CEREST/PA. Dentre as ações de vigilância em Saúde Ambiental, de acordo com as metas pactuadas no programa VIGIAGUA, foram realizadas capacitação, monitoramento e cadastro de novos pontos de captação de água em 15 municípios. Este programa não conseguiu ampliar os impactos nas ações, em virtude de 56% por cento dos municípios adstrito não em



realizarem o tratamento dos sistemas de abastecimento de água e, 44% dos municípios não realizaram tratamento de água de suas análises. No SISOLO, foi realizada atualização de cadastro em 03 municípios. Cachoeira do Piriá, Bonito e Santa Luzia do Pará. Os demais não foram atualizados em virtude da pandemia. O VSPEA - foram realizados monitoramento e fiscalização nos 16 municípios deste 4º CRS. Nas ações de VISA foram realizados monitoramentos das ações da comissão de controle de infecção hospitalar e inspeção, cadastro e capacitação de batedores de açai, no 4º CRS priorizamos em virtude da pandemia orientação com uso de EPIs (máscara e álcool gel e higienização dos balcões) nos estabelecimentos comerciais, em 16 municípios de nossa jurisdição. Outra prioridade foram os treinamentos aos manipuladores de alimentos e açai, preparando para a prevenção e higienização em virtude do novo coronavírus. Os municípios atendidos foram: Augusto Correa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Ourém, Peixe Boi.

Na Zoonoses foram realizadas atividades nos 16 municípios que fazem parte do 4º CRS, prevenção e controle da Raiva (Campanha canina, controle de população de quirópteros, investigação de pessoas e animais de produção com agressão por morcegos, busca ativa por faltosos), educação em saúde, capacitações dos técnicos da atenção básica no atendimento antirrábico e animais peçonhentos, distribuição de imunobiológicos da raiva, animais peçonhentos, toxoplasmose etc.

No ano de 2021 devido ao intenso trabalho realizado e a parceria com ADEPARA e as Secretarias Municipais de Saúde, não houve casos positivos de Raiva em humanos e animais de produção, na área de abrangência do 4º CRS. Enfatizando que a campanha canina ainda está em andamento no mês de dezembro, devido a falta e atraso na entrega das seringas.

Em relação ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) ocorreu o recebimento e geração de lotes e posterior envio para o nível central, com periodicidade semanal, dos 16 municípios. Monitoramento semanal do sistema de informações. Participação de Oficina SINAN/HANSENIASE, ministrada pela Coordenação Estadual do PCMH, e do Sistema SINAN para todos os municípios. Capacitação Regional para operadores de sistema dos municípios de Tracuateua, Peixe Boi, Santarém Novo (SINAN, SINAN DENGUE WEB, SISPNC, SISTEMA DE LOCALIDADE, PCE, ESUS-VE, SIVPE GRIPE e SIVPE MALÁRIA). Envio de fichas de notificação.



Na Entomologia Trabalho de campo com captura de Triatomíneo; Envio do documento "Orientação dos Trabalhos Executados nos Municípios" (de Triatomíneo), Revisão de amostras de Larvas e Pupas de Aedes Aegypti e Albopictus recebidas dos 16 Municípios; Capacitação de servidores dos municípios para identificação de Larvas e Pupas de Aedes Aegypti. Georeferenciamento em alguns municípios.

3. O QUE IREMOS FAZER

A Divisão Administrativa e Financeira, com o objetivo de capacitar o seu quadro de pessoal, implementar ação de Capacitação de Agentes Públicos, cujo recurso é de R\$ 6.125,00 (Seis Mil, Cento e Vinte e Cinco Reais); capacitar as equipes de gestão das Divisões. No Programa Manutenção da Gestão, cujas ações estão relacionadas à Operacionalização das Ações Administrativas, e recursos na ordem de R\$310.148,00 (Trezentos e Dez Mil, Cento e Quarenta e Oito Reais).

Em fortalecimento a rede de Atenção Primária, iremos apoiar os 16 municípios do 4ºCRS visando reduzir a taxa de mortalidade global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos; assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais. Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo acesso a serviços de saúde essenciais. Para essas ações será utilizado o recurso de R\$76.000,00.

Para implementação da rede de Ouvidorias do SUS, iremos continuar a realizar os acompanhamentos de demandas, informação, solicitação, elogio, atualização do cadastro no sistema dos hospitais contratualizados pela SESPA, verificação de ouvidoria ativa, treinamento para novos ouvidores; apoio técnico para operacionalização do sistema Ouvidor SUS.

Beneficiaremos 7.000 usuários do Programa de Tratamento Fora de Domicílio com recurso de R\$ 850.000,00.

Por meio do fortalecimento aos Conselhos de Saúde, apoiaremos os 16 municípios pertencentes a região, utilizando o valor de R\$ 4.432,00.

O Complexo Regulador continuará realizando ações de monitoramento dos procedimentos regulados através do SER, nas Centrais de Regulação Municipais e prestadores de serviços da Região BR 010 e Caetés, para orientar o gerenciamento



adequado dos procedimentos regulados, com isso reduzir as perdas por subutilização e absenteísmo, utilizando o recurso de R\$ 141.161,00.

Visando o fortalecimento dos serviços de média e alta complexidade, tendo em vista a crescente demanda populacional por serviços de saúde, iremos continuar realizando a supervisão do sistema de digitação de laudos nos hospitais, digitação e Autorização de Procedimentos de Alto Custo (APAC), digitação e Autorização de Internação Hospitalar (AIH) dos hospitais públicos e contratualizados pertencentes a Região Caetés, além disso, prosseguir com as avaliações e acompanhamento das metas dos prestadores contratualizados com a SESPA. Sem programação orçamentária para esta ação.

Para o apoio aos serviços de Vigilância em Saúde, iremos realizar ações nos 16 municípios do 4ºCRS, através do processo de acompanhamento e apoio técnico, com a utilização do recurso financeiro programado para 2022, no valor de R\$642.520,00.

As ações serão executadas de acordo com o programado para o PPA 2022-2023 e no QDQQ 2022, levando em consideração as particularidades dos municípios a serem atendidos e o quantitativo de técnicos disponíveis para as ações de monitoramento, capacitação e apoio as ações municipais. A atenção ao controle da pandemia de COVID-19 ainda deve ser prioridade para esta divisão, principalmente no que diz respeito ao aumento da cobertura vacinal, haja vista, que a maioria das atividades a serem executadas demanda a presença de equipes desta divisão junto aos municípios de nossa área de abrangência.

4. AÇÕES REALIZADAS EM 2021 QUE CONTRIBUEM COM AS METAS DOS ODS

Considerando as atribuições do Núcleo de Informação em Saúde e Planejamento de: Planejamento e Avaliação do Processo de Planejamento do SUS, da Função Estratégica de Gestão da SESPA; Reorganização e Desenvolvimento do Planejamento Estratégico Estadual no âmbito da Saúde; Assessorar aos Municípios a elaboração de seus Planos de Saúde; Coordenar o processo de Gestão por Resultados com as Diretorias da SESPA; entre outras, que beneficiam a toda população do Estado e de seus 144 municípios, os resultados alcançados quando da execução de suas ações contribuem significativamente para a Meta de ODS 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.



No tocante da **Atenção Primária** foi assegurada a distribuição de contraceptivos orais e injetáveis como forma de fortalecimento do Planejamento Sexual Reprodutivo em 100% dos municípios, melhorando o acesso aos insumos com a implantação do programa nos 16 municípios adstritos ao 4ºCRS, impactou-se na Proporção de Gravidez na Adolescência, que apresentou discreto declínio. Esta ação contribuiu com a **meta 3.7** de assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Ainda em **apoio a Rede de Atenção Primária**, tais como capacitações e qualificação na assistência ao pré-natal, parto e puerpério e apoio às ações de investigação de óbito materno, além da execução de ações articuladas com a Vigilância em Saúde, contribuimos com a **meta 3.1** que pretende até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para menos 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

Ações de **enfrentamento a COVID 19, Sarampo, Doenças endêmicas; IST's; Hepatites Virais; Hanseníase; Tuberculose**; entre outras, por meio de ações como, Capacitações aos profissionais de saúde, dispensação de vacinas, orientações quanto aos protocolos assistenciais, capacitação em diagnósticos laboratoriais, Testes Rápidos, dispensação de medicamentos estratégicos, vigilância epidemiológica, **contribuíram para a meta ODS 3.3.** que visa acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;

5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

Dos compromissos programados para a região do 4º CRS, tais quais implantar o Centro de Atenção Especializada do Hospital Regional de Capanema (SESPA), obra da Policlínica concluída e em estudo técnico quanto à implantação do Núcleo de Atendimento ao Transtorno do Espectro Autista. **Status da obra:** Concluída. **Progresso da obra:** 100%. Quanto ao compromisso de ampliar o Serviço de Hemodiálise para 25 Máquinas no Hospital Santo Antônio Maria Zacarias, em Bragança (SESPA), o processo está em trâmite nesta SESPA. Proposta analisada com emissão de parecer pela área técnica. Proposta preliminar em análise, considerando a implantação na policlínica de Capanema para o atendimento na Região Caetés.



Sobre a execução orçamentária, a Região Caeté apresenta o quadro abaixo por Programa:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

Sistema Integrado de Planejamento - Sigplan

Execução Orçamentária por Programa

Exercício: 2021

Emissão: 13/12/2021 13:46:50

R\$

ÁREA/PROGRAMAÇÃO/AÇÃO	DOT.INICIAL	DOT.ATUALIZ(1)	EMPENHADO	LIQUIDADO	%EXE	SALDO
PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS						
- IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL		7.199,62	5.419,62	5.419,62	75	1.780,00
TOTAL "CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS"		7.199,62	5.419,62	5.419,62	75	1.780,00
GOVERNANÇA PÚBLICA						
- CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS		2.000,00	0,00	0,00		2.000,00
- EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		3.648,18	1.648,18	1.648,18	45	2.000,00
TOTAL "GOVERNANÇA PÚBLICA"		5.648,18	1.648,18	1.648,18	29	4.000,00
MANUTENÇÃO DA GESTÃO						
- OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS		202.259,00	165.341,26	138.827,01	69	36.917,74
TOTAL "MANUTENÇÃO DA GESTÃO"		202.259,00	165.341,26	138.827,01	69	36.917,74
SAÚDE						
- APOIO A AÇÕES DOS CONSELHOS DE SAÚDE		3.085,94	3.085,94	3.085,94	100	0,00
- APOIO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA		369.841,62	325.802,67	315.365,41	85	44.038,95
- ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA		1.200,00		0,00		1.200,00
- EDUCAÇÃO NA SAÚDE		6.136,42	2.136,42	2.136,42	35	4.000,00
- IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE OUVIDORIAS DO SUS		20.764,37	8.664,37	8.664,37	42	12.100,00
- IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA		1.070,00		0,00		1.070,00
- IMPLEMENTAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO		741.514,17	720.818,80	674.980,53	91	20.695,37
- IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO SUS		47.839,58	45.339,58	45.339,58	95	2.500,00
- IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		48.620,83	45.339,58	43.915,30	90	3.281,25
- REALIZAÇÃO DE AUDITORIA DO SUS		1.780,35	1.780,35	1.780,35	100	0,00
- REGULAÇÃO EM SAÚDE		356.362,28	278.127,78	180.881,78	51	78.234,50
- SAÚDE POR TODO O PARÁ			0,00	0,00		0,00
- VIGILÂNCIA E CONTROLE A AGRAVOS TRANSMISSÍVEIS AGUDOS E ENDÊMICOS		574.150,00	565.735,16	547.925,64	95	8.414,84
- VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR, AMBIENTAL E SANITÁRIA		70.504,94	52.698,36	52.698,36	75	17.806,58
TOTAL "SAÚDE"		2.242.870,50	2.049.529,01	1.876.773,68	84	193.341,49
TOTAL PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		2.457.977,30	2.221.938,07	2.022.668,49	82	236.039,23

13/12/2021 13:46:50

1/2

Fonte: SIGPLAN, ACESSO EM 13/12/2021.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
 EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95808DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:

- Implementação da Rede de Atenção Psicossocial

Análise

A ação de Implementação da Rede de Atenção Psicossocial atingiu a meta física com louvor e não utilizou toda a meta financeira, pelo fato de a ação de educação na saúde acompanhar todas as ações desenvolvidas por essa unidade gestora, sendo um trabalho contínuo desenvolvido por todas as equipes do 4ºCRS, como um trabalho efetivo e econômico aos cofres públicos.

GOVERNANÇA PÚBLICA:

Capacitação de Agentes Públicos

Análise

A meta física de Capacitação de Agentes Públicos foi atingida com louvor, capacitando muito além do que foi estipulado, no entanto não alcançou a meta financeira, vista que a meta financeira estabelecida foi muito acima do necessário, diante disso a meta financeira foi revisada para o exercício de 2022.

- Edição e Publicação de Atos da Administração Pública

Análise

Quanto à ação Edição e Publicação de Atos da Administração Pública, ressalta-se que embora exista um saldo disponível no orçamento, as despesas têm sido executadas de forma esperada, mensalmente, cujo saldo é para as publicações de dezembro.

MANUTENÇÃO DA GESTÃO:

- Operacionalização das Ações Administrativas

Análise

A Manutenção da Gestão (Operacionalização das Ações Administrativas) apresenta, de certa forma, uma execução orçamentária razoável em relação ao orçamento disponível, todavia, esse percentual será ampliado considerando que ainda estão em tramitação alguns processos empenhados recentemente, tais como serviços de manutenção de veículos, aquisição de adesivos, entre outros.



SAÚDE:

- Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde

Análise

A ação de apoio aos Conselhos de Saúde ficou abaixo do esperado neste exercício, uma das razões é a baixa procura por parte dos municípios nos períodos fora de conferências. Sendo realizado apoio conforme solicitação somente em dois municípios neste ano de 2021. Porém as ações serão reavaliadas e será alcançada solução para que no próximo exercício as metas sejam alcançadas. A ação de Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde ficou merecendo atenção neste exercício, umas das razões foi momento atípico que vivemos por conta da pandemia do COVID-19, mas as ações serão reavaliadas e será alcançada solução para que no próximo exercício as metas determinadas sejam alcançadas, os municípios atendidos e a população da Região Rio Caeté e Rio Capim sejam beneficiadas.

- Apoio aos Serviços de Atenção Primária

Análise

O Fortalecimento à Rede de Atenção Primária foi uma ação desenvolvida com louvor, deixando a ação no status esperado, alcançado na meta física e excedendo a meta financeira, tendo em vista que para a realização das ações de fortalecimento da atenção primária nos 15 municípios do da Região dos Caetés e 1 município da Região Rio Capim o que foi anteriormente pactuado era insuficiente, no entanto o valor foi revisado na revisão do PPA para o próximo exercício.

- Articulação Interfederativa

Análise

As reuniões da CIR foram realizadas dentro do planejado, conforme seu calendário anual, com a participação da maioria dos municípios, com algumas exceções quanto a algumas modificações de datas. Inclusive na CIR de novembro o secretário de saúde, Rômulo Rodovalho esteve presente, tratando do apoio e fortalecimento da APS, com a pauta principal do resgate do PlanificaSUS na Região Caetés.

- Educação na Saúde

Análise

A ação de Educação na Saúde apresenta meta física abaixo do esperado, e meta financeira também abaixo do esperado, diante dos resultados apresentados a ação em



análise será reavaliada, para verificar os erros cometidos e a razão dos resultados apresentados para reformulação da ação para o exercício de 2022.

- Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS

Análise

A rede de Ouvidoria do SUS foi implementada em mais de 60% da meta estipulada, considerando que ações foram efetivamente realizadas, superando as dificuldades já mencionadas sobre a pandemia, com motivação de estratégias realizadas através de contatos telefônicos, encontros virtuais e presenciais, capacitações, reuniões e formações de ouvidores, visitas técnicas nos municípios. Diante dos resultados a ação em análise será reavaliada para verificar os erros cometidos e corrigi-los no próximo exercício.

- Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência

Análise

A Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência apresenta meta física e financeira abaixo do esperado, merecendo atenção para o próximo exercício, diante dos resultados apresentados a ação em análise será reavaliada, para verificar os erros cometidos e a razão dos resultados apresentados.

- Implementação de Tratamento Fora de Domicílio

Análise

A implementação de Tratamento Fora de Domicílio foi desenvolvida de maneira adequada, atendendo aos 7 municípios que ainda estão sob gestão básica na Região dos Caetés, todavia houve equívoco na inserção das metas do programa no SIGPLAN, onde consta 1.000 usuários beneficiados, na realidade são 100 por município, limitando o alcance real de meta física. Em contrapartida alcançamos 65% da meta financeira.

- Implementação do Planejamento do SUS

Análise

A Implementação do Planejamento do SUS apresenta meta física em apenas de 50% do esperado excedendo a meta financeira, merecendo atenção para o próximo



exercício, diante dos resultados apresentados a ação em análise será reavaliada para o exercício em 2022.

- Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Análise

A ação Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade apresenta meta física acima do esperado em decorrência de erro de interpretação no ato do envio de informações, diante dos resultados a ação será reavaliada para minimizar erros no exercício de 2022. A meta financeira atingiu 78% dentro do esperado.

- Realização de Auditoria no SUS

Análise

A ação realização de auditoria do SUS em saúde não apresenta meta física e financeira, pois este 4º Centro Regional de Saúde realiza acompanhamentos em conjunto com o DEAUD conforme demanda solicitada.

- Regulação em Saúde

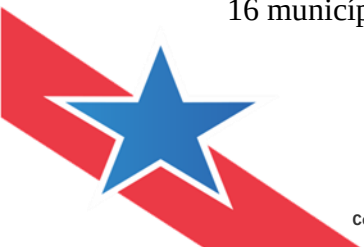
Análise

As ações de regulação em saúde apresentam meta física excessivamente acima do esperado, possivelmente por equívoco de interpretação e meta financeira abaixo do esperado, diante dos resultados a ação em análise será reavaliada, para verificar os erros cometidos e a razão dos resultados apresentados para reformulação da ação para o exercício de 2022.

- Saúde Por Todo o Pará

Análise

A ação Saúde Por Todo o Pará, foi uma ação desenvolvida com louvor, deixando a ação no status esperado, excedendo a meta física e também a financeira, tendo em vista que para a realização das ações no 15 municípios da Região dos Caetés e 1 município da região Rio Capim o que foi anteriormente pactuado foi insuficiente, pois as ações de saúde para COVID-19 com serviços ofertados de consultas: clínico, aferição de PA, saturação, temperatura, farmácia, medicamentos, testes rápidos e RT-PCR nos 16 municípios ultrapassou a meta física e financeira.



- Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos

Análise

Foram atingidos 100% da meta física com 71% do orçamento previsto. Mas as ações, embora ainda do período pandêmico, foram executadas dentro de certa normalidade. Algumas dificuldades por conta da redução de motoristas, que estão se afastando por tempo de serviço, o que têm ocasionado espera para realizar alguns trabalhos de campo. Alguns servidores ainda tiveram a necessidade de afastamento por motivo de saúde, ficando alguns técnicos nessas atividades, sobrecarregados no seguimento dos trabalhos. E a dificuldade de alocar alguns servidores em algumas atividades, por não dominarem informática. Estaremos dando continuidade aos trabalhos com intuito de alcançar melhores resultados para o ano de 2022.

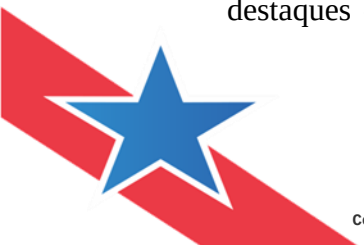
- Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária

Análise

A VISA executou 100% dos trabalhos relacionados ao COVID-19, em parceria com servidores municipais. Com dificuldades em algumas ações pela redução de motoristas que se afastaram por tempo de serviço e da indisponibilidade de veículos. Pontuamos apenas os valores descritos na tabela, extraídos do SIGPLAN, que estão com valores estimados bem acima do orçamento disponibilizado e que pode ter ocorrido erros de digitação. Muitas das ações da Saúde do Trabalhador e Trabalhadora foram executadas em conjunto com equipes do nível central, inclusive no que diz respeito ao financeiro e condução da coordenadora regional, por conta da redução de motoristas que se afastaram por tempo de serviço e da indisponibilidade de veículos. No que diz respeito à execução dos trabalhos, ainda há necessidade de dar continuidade na implantação de alguns programas e capacitação de servidores de alguns municípios.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a data inicial das atividades laborais de cunho administrativo e a execução das atividades de campo na Região de Saúde Caeté voltados para o apoio técnico, supervisão e acompanhamento dos serviços ofertados dentro da Atenção Primária, da Média e Alta Complexidade e da Vigilância em Saúde na região, um dos destaques deste corrente ano na região foi a retomada do QualificaSUS da APS e da



Rede de Atenção Secundária, na tentativa de melhorar os processos de trabalho nas rotinas das unidades básicas de saúde, o estado do Pará reiniciou nesta região de saúde um projeto piloto em parceria com o hospital Albert Einstein de São Paulo com o objetivo de integrar a Atenção Primária e a Atenção Especializada qualificando todos os profissionais que atuam na atenção primária a saúde e especializada, estabelecendo fluxos e estratégias eficazes para o melhor desenvolvimento das rotinas de trabalho nas UBS tendo como base a vivência e as particularidades de cada município. Foi realizado um workshop no auditório deste 4ºCRS, com a presença do Secretário de Estado de Saúde Pública Rômulo Rodovalho Gomes, envolvendo os secretários de saúde e prefeitos da região para a assinatura do TAC.

Cita-se a ampliação da grade de serviços ofertados no Hospital Regional Público dos Caetés. Outra área de atuação que tem exigido desta regional atenção redobrada é a imunização, que apresenta índices aquém do que preconiza o Ministério da Saúde. Outro marco deste ano foi a Implantação da Vigilância em Saúde do Trabalhador nos 16 municípios. Vale ressaltar o trabalho de monitoramento, suporte técnico e até operacional que esta regional tem dado aos dezesseis municípios, mas, mesmo assim, os índices são preocupantes e identificamos vários fatores que contribuem para este resultado tais como: região geográfica de difícil acesso, alta rotatividade da equipe de profissionais nas unidades básicas de saúde dos municípios, insuficiência de alimentação dos sistemas de informação, omissão de alguns gestores municipais de saúde em resolver questões de estrutura física e de garantia dos trabalhos nas unidades básicas de saúde, desinformação da população que, em alguns casos, ignora a importância de realizar a vacinação, entre outros fatores que contribuem para que o estado não atinja as metas definidas pelo Ministério da Saúde. Mesmo diante das dificuldades continuamos a trabalhar de forma integrada com todos os nossos dezesseis (16) municípios que compõem a região para juntos fortalecer e melhorar os serviços de saúde a toda população na busca pelo alcance das metas propostas pelo Estado no cumprimento das diretrizes e dos objetivos do Plano Estadual de Saúde elencados dentro da Programação Anual de Saúde.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



5º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O 5º Centro Regional de Saúde encontra-se inserido na Região de Saúde Metropolitana III, tendo como finalidades, normalizar, regulamentar, fiscalizar, executar e controlar os assuntos relacionados às políticas de assistência à saúde, sua área de abrangência, que compreende 12 (doze) municípios, os quais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, apresentam os seguintes indicadores gerais:

QUADRO I - População, Área Territorial (km²), Densidade Demográfica e IDHM

Estado/Município	População Estimada (2019)	Área Territorial (km²)	Densidade Demográfica (hab/km²)	IDHM
Pará	8.777.124	1.245.870,707	6,07	0,646
Aurora do Pará	32.200	1.811,840	14,65	0,519
Capitão Poço	54.545	2.899,553	17,90	0,548
Dom Eliseu	60.469	5.268,809	9,74	0,615
Garrafão do Norte	26.155	1.599,028	15,66	0,526
Ipixuna do Pará	67.170	5.215,555	9,84	0,489
Irituia	32.639	1.379,362	22,74	0,559
Mãe do Rio	30.389	469,492	59,43	0,599
Nova Esperança do Piriá	21.519	2.808,395	7,18	0,502
Paragominas	115.838	19.342,565	5,06	0,645
Santa Maria do Pará	25.127	457,724	50,31	0,598
São Miguel do Guamá	60.268	1.110,175	46,45	0,591
Ulianópolis	62.286	5.088,468	8,52	0,604

Fonte: IBGE: Nov/2021 Fonte: SIAFEM/BO/GT ORÇAMENTO/SESPA

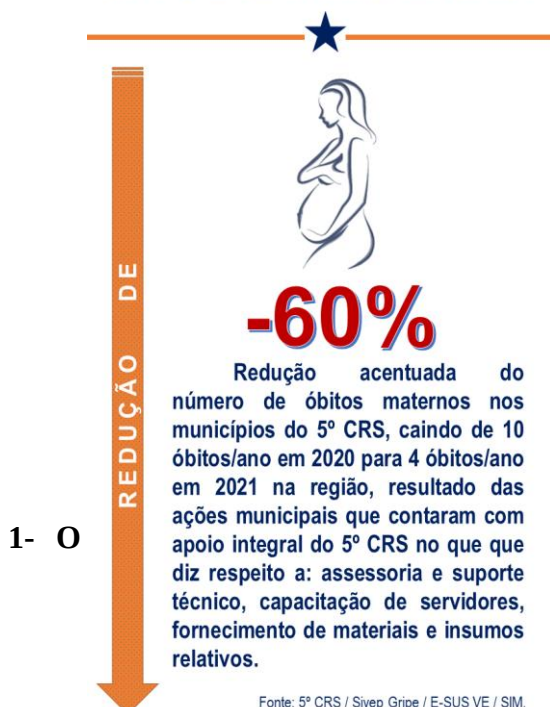


PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021.

VACINAÇÃO



SAÚDE MATERNA



COVID-19



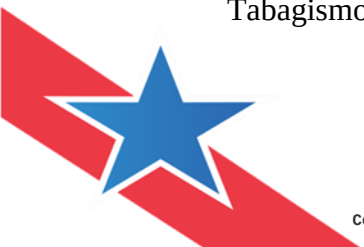
As ações realizadas pelo 5º Centro Regional de Saúde durante o ano de 2021 estão alinhadas com as metas e ações previstas no PPA Estadual do exercício em vigência e refletem a realidade dessa gestão regional no que se refere a execução física, orçamentária e financeira do Plano Estadual de Saúde em consonância com as necessidades da região pela qual o 5º CRS é responsável.

O demonstrativo das ações executadas e expostas a seguir, seguem o ordenamento organizacional de ações do PPA e sua disposição no Sistema Integrado de Planejamento do Governo do Estado do Pará (SIGPLAN), sendo os resultados apresentados de forma individualizada, porém em texto único, de acordo com cada programa (Manutenção da Gestão, Governança Pública e Saúde), suas ações respectivas e sua execução dentro das regiões de integração do estado, em nosso caso, a Região Guamá (02 municípios) e a região Rio Capim (10 municípios).

O programa Saúde é o que possui o maior número de ações e atividades vinculadas, razão pela qual apresenta um quantitativo maior de informações, haja vista, que seus resultados refletem a execução de todas as divisões administrativas do 5º CRS, sendo que em diversos momentos é perceptível a transversalidade nesta execução de ações e atividades por parte de tais divisões, onde duas ou mais divisões contribuem para o resultado de desempenho de uma referida ação.

Na ação **Apoio aos Serviços de Atenção Primária** foram pactuados a qualificação de 12 municípios, sendo os 02 na Região Guamá e os restantes na Região Rio Capim, tem sido executado a meta de forma integral, uma vez que foram realizadas diversas atividades tais como: Assessoria técnica aos programas e processos de trabalhos específicos da Atenção Primária à Saúde, Suporte técnico a sistemas de informações relativos, Supervisão, avaliação e monitoramento de programas e estruturas físicas nos municípios adstritos, Palestras educativas para profissionais da rede de APS, atividades estas que tiveram um alcance aproximado de 502 profissionais de saúde qualificados e melhoram consideravelmente a qualidade dos serviços de APS nos municípios de nossa região.

Essas atividades foram desenvolvidas de forma circunstancialmente individualizada e/ou paralela pelas as Divisões Técnica e de Vigilância em Saúde, abordando diversas temáticas de interesse da APS, tais como: Saúde da Mulher, Indicadores do Previnir Brasil, IST/Aids, PCCU, Saúde do Homem, Controle do Tabagismo, Saúde Nutricional, Pactuação Interfederativa, SISCAN, entre outros, e



tiveram um custo global aproximado de R\$ 15.429,70 para sua execução, no entanto é importante destacar que algumas dessas atividades não tiveram custos para este Centro Regional.

Considerando a necessidade de fortalecimento das ações da Atenção Primária, prestamos apoio a Coordenação Estadual no município de São Miguel do Guamá (região Guamá), em torno da elaboração de PSS para contratação de novos ACSs e com isso beneficiando a população em geral: Sem gastos.

Realização de palestra para enfermeiros e dentistas sobre o novo financiamento do Previne Brasil, na região Guamá, levando esta ação até o município de Santa Maria onde tivemos a participação de dois coordenadores de cada unidade (10) pessoas, contribuindo desse modo com a qualificação das discussões. Sem gastos

Prestamos apoio técnico a Equipe Coordenação Estadual Saúde da Mulher (CESMU), na realização da Oficina de qualificação da Atenção ao Pré-natal e ao parto, no município de São Miguel do Guamá, e fizeram-se presentes dois técnicos de cada município(24 pessoas) a nós jurisdicionado, seguimos apoiando a Coordenação Estadual de Nutrição ,quanto a mobilização dos municípios ao treinamento de micro nutrientes, onde (04) municípios tiveram seus representantes de forma presencial neste evento possibilitando nosso apoio às duas regiões: Região Guamá e região Capim. Sem gastos.

Auxiliamos o município de Ipixuna do Pará (região Capim), em torno do desbloqueio no SISCAN, para o cadastramento de mamografia, melhorando de forma positiva a prevenção nesta região. Quanto a Monitoramento e Supervisão, realizamos ações das Equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e apoio na capacitação do tratamento e Cessão do tabagismo nos 12 municípios a nós jurisdicionados, atingindo a Região Guamá e Capim, beneficiando os profissionais e a população destas regiões, nessas ações foi realizado o valor de 15.429,70 que corresponde a 74% estimado do PPA.

Foi realizada a programação de apoio ao município de Ulianópolis, em alusão ao agosto Dourado, mês de incentivo e conscientização a amamentação exclusiva até aos seis meses, contribuindo com o fortalecimento da região Capim. Valor gasto: 1.068,21.

Em relação as Ações dos Conselhos o usuário do SUS é o maior beneficiado, logo a realização das conferencias nos municípios de Garrafão do Norte, Ipixuna, Nova esperança do Piriá , Capitão Poço tiveram o apoio técnico deste 5º CRS, na organização



do evento e na participação de técnicos na apresentação de palestras com os temas centrais escolhidos e apresentados como eixos temáticos para discussão, o que contribuiu para qualificar os debates e a formular diretrizes para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Saúde. É importante destacar a atuação evidenciada dos conselhos no que se refere a alimentação do sistema DGMP\DIGISUS, pois a participação dos conselheiros foi fundamental para destravar e alavancar o fluxo de informações que o sistema exige. Valor gasto: R\$ 1.542,37

Durante o ano tanto Região Guamá quanto a Região Capim tiveram a participação da ação de ouvidoria. Realizamos apoio na implantação da ouvidoria no município de Ulianópolis e treinamento para servidor do município de São Miguel do Guamá, logo podemos dizer que as ações realizadas foram cruciais para possibilitar o diálogo entre a sociedade e as diferentes instâncias de gestão, pois as ouvidorias contribuem para a participação do cidadão na avaliação e fiscalização da qualidade dos serviços de saúde. Apesar do 5ºCRS não disponibilizar de profissional farmacêutico atuante na função, não deixou a desejar quanto as demandas, logo foram autorizadas e finalizadas de acordo com os recebimentos via sistema, dessa forma o usuário obteve resposta na sua solicitação, principalmente quando faz relação a medicamentos especializados, pois o apoio do DEAF / SESPA, 3º CRS em Castanhais e o farmacêutico do município de Ulianópolis foram fundamentais para responder em tempo hábil as demandas deste Centro Regional. Sem gastos financeiros na ação.

É importante destacar a atuação dos municípios quanto aos Instrumentos de Gestão, logo realizamos *in loco* apoio técnico, supervisão, monitoramento e avaliação destes no sistema de informação em todos os jurisdicionados ao 5ºCRS. Nesse sentido podemos comparar a atuação positiva da equipe de planejamento desde o início do apoio técnico (junho 2021 a dezembro de 2021). Diante do contexto é visivelmente observado o avanço, contribuindo positivamente para que os Instrumentos de Gestão em Saúde sejam de fato os mecanismos que garantem o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em todos os seus níveis. Dessa forma foi possível trabalhar com maior clareza e propriedade o Plano Municipal de Saúde 2022 a 2025. Para o acompanhamento dos indicadores criamos uma tabela de fácil visualização, onde alimentávamos de acordo com a inserção dos dados no sistema DIGISUS, logo conseguimos aumentar as porcentagens dos indicadores de 13% para 100%, plano

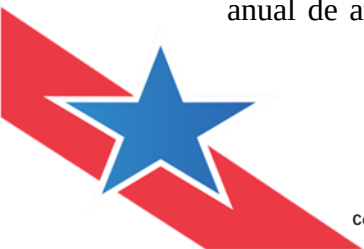


municipal de saúde de 98% para 100%, PAS de 29% para 86% e RAG de 21% para 32%. Valor gasto: R\$ 20.533,37

Com objetivo de fiscalização, controle e avaliação dos serviços podemos destacar várias atividades desenvolvidas no ano corrente, entre elas a regulação sobre sistemas de saúde que foi de grande valia, uma vez que a fiscalização de contratos nos hospitais de Ulianópolis e Dom Eliseu foram bastante expressiva. Os técnicos realizaram *in loco*, definição de normas, monitoramento, fiscalização de leitos para COVID 19, controle e avaliação dos serviços de saúde, contemplando o que rege no manual de fiscalização de contratos. Durante a realização de supervisões, vistorias técnicas, visitas técnicas, monitoramentos e apoio técnico nos municípios dessa Regional, foram constatadas algumas divergências com relação ao cadastramento de alguns estabelecimentos e/ou serviços de saúde no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde), nesse sentido foi realizada as orientações e correções necessárias para a atualização do sistema. Valor gasto: R\$ 64.567,36.

Apesar do 5ºCRS não dispor da ação Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência, atendemos a solicitação de Santa Maria do Pará na aquisição de 5 cadeiras de rodas e 3 cadeiras de banho, disponibilizadas pela SESP/Pará para atender os pacientes do município. Distribuímos 211 carteiras de passes livres aos usuários dos municípios de São Miguel do Guamá, Capitão Poço, Paragominas, Aurora do Pará, Santa Maria do Pará e Nova Esperança do Piriá. Apoiamos os municípios de São Miguel do Guamá, Paragominas e Capitão Poço na articulação junto a coordenação Estadual de Regulação para exames e consultas a pacientes de TFD fora do Estado do Pará. Esporadicamente recebemos demandas judiciais de alguns municípios (leitos, medicamentos e exames especializados a pacientes em tratamento de TFD) a nós jurisdicionados e consequentemente retornamos no prazo estabelecido pelo judiciário, logo podemos afirmar que 90% das demandas foram atendidas: Sem gastos financeiros na ação.

A ação Educação na Saúde se refere a todas as atividades desenvolvidas pelo 5º CRS com o intuito de qualificar os profissionais de saúde, tanto os que atuam na própria instituição, bem como, os profissionais que atuam nos municípios de sua área de abrangência, nesse sentido, foram pactuadas como meta para 2021 a qualificação de 12 pessoas/ano, dado que acabou sendo feito de forma errônea, haja vista que a perspectiva anual de atividades de Educação em Saúde nas regiões Guamá e Rio Capim são bem



maiores que o quantitativo proposto, tanto que o resultado alcançado no indicador superou consideravelmente tais metas.

Diante ao exposto foi possível capacitar 4 servidores do quadro no evento realizado pelo Nisplan/Sespa acerca do Planejamento Estadual enfatizando os sistemas, SIGPLAN, GM e DIGSUS o que contribuiu para o bom desempenho no apoio técnico dos 11 municípios de nossa jurisdição. Para capacitar técnicos municipais, aconteceu no município de São Miguel do Guamá, com apoio da equipe Coordenação Estadual Saúde da Mulher (CESMU) a oficina de qualificação da atenção ao pré-natal e ao parto, compreendeu o período de 06/10/2021 a 08/10/2021, estiveram presentes 2 (dois) técnicos de cada município a nós jurisdicionados. No dia 27 de Outubro foi realizado de forma presencial, oficina de treinamento de qualificação da política de Atenção Integral a Saúde do Homem, no município de São Miguel do Guamá, que se estenderia aos 12 municípios, porém, somente São Miguel esteve presente neste evento. A participação no encontro de gestores da SESPÁ foi uma oportunidade para o nosso gestor /ordenador e técnicos conhecerem melhor as funcionalidades dos setores da SESPÁ. Com objetivo de capacitar servidores do quadro administrativo e financeiro, houve a participação na III Oficina de Prestação de Contas promovida pelas equipes de Orçamento, Financeiro e Contabilidade da SESPÁ/Nível Central, logo foram sanadas dúvidas e repassadas orientações a cerca da prestação de contas visando o fim do exercício 2021, além de realizar análise quanto aos balanços orçamentários e financeiros baseados no sistema SIAFEM 2021. Pensando ainda no melhor atendimento e suporte técnicos aos municípios jurisdicionados, realizamos juntamente com a Coordenação Estadual capacitação de TFD para 24 servidores municipais, o que de fato vai contribuir para um melhor atendimento e assistência aos pacientes de tratamento contínuo.

As atividades acima descritas foram executadas por todas as divisões administrativas do 5º CRS, sendo cada uma delas responsável pelas suas temáticas vinculantes. O resultado de tais atividades contribuíram de maneira incisiva para o aperfeiçoamento dos mais diversos aspectos dentro das regiões de integração no qual o 5º CRS faz parte, dentre os resultados alcançados destacamos: melhoria dos serviços prestados à comunidade, reordenamento dos processos de trabalhos, qualificação das informações de saúde, implementação de protocolos assistenciais, etc. Atividades estas que tiveram um custo estimado de R\$ 19.346,47 para o erário estadual.



As atividades ora executadas abrangeram as mais diversas temáticas, tais como: Sistemas de Informações da Vigilância Epidemiológica; Saúde da Mulher; Controle do Tabagismo; Hanseníase, Controle de Endemias e Zoonoses; Planejamento na Saúde; Prestação de Contas; Vigilância em Saúde Ambiental; Vigilância do Óbito; IST/Aids; Imunização; Covid-19, entre outras e tiveram um resultado aproximado de 380 pessoas qualificadas nas duas regiões de integração, entre servidores do 5º CRS e de seus municípios adstritos.

A ação Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos é uma das de maior exequibilidade no 5º CRS, haja vista, que possui uma grande quantidade de atividades planejadas aliadas ao maior orçamento deste Centro Regional. Para o ano de 2021 a meta física planejada para esse programa foram de 12 atividades a serem executadas, porém esse dado foi estimado e lançado de forma incorreta, inclusive com relação ao executado, haja vista que a estimativa de atividades a serem executadas por ano superaram consideravelmente a meta proposta.

As atividades dessa ação foram extensivas a todos os municípios das regiões Guamá e Rio Capim, onde foram relacionadas as diversas temáticas envolvendo a Vigilância, dentre os quais se destacaram: Covid-19; Imunização; Sistemas de Informações; Hanseníase e Tuberculose; Controle de Endemias e Zoonoses; Vigilância do Óbito; IST/Aids, entre outros agravos de interesse da Vigilância Epidemiológica. Essas temáticas foram trabalhadas através de diversos tipos de eventos, tais como: Assessoria e Suporte Técnicos; Supervisão, Avaliação e Monitoramento de estruturas físicas, programas e processos de trabalho; Distribuição de medicamentos, insumos e materiais diversos para uso nos municípios. Eventos estes que fortaleceram e/ou ampliaram as ações de Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos em nossos municípios jurisdicionados, bem como, contribuíram de maneira incisiva para a melhoria na oferta de serviços relativos em nossa área de abrangência, beneficiando direta ou indiretamente os cerca de 580 mil habitantes residentes em nossos municípios adstritos.

Tais atividades tiveram um custo aproximado de R\$ 412.989,10 e foram executadas pelas diversas coordenações correlatas que compõem a Divisão de Vigilância em Saúde, entretanto a Divisão Técnica participou na composição de algumas demandas, especialmente a que tinha relação direta com as práticas e processos de trabalho relacionados à Atenção Primária em Saúde.



Com relação à ação Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária, foram planejadas a realização de 12 atividades/ano em cada uma das regiões de integração (Guamá e Rio Capim), no entanto, foram executadas apenas três, sendo, duas na Região Rio Capim e uma na Região Guamá, ambas com foco nas práticas de Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde Ambiental, dentre as quais se destacam: Assessoria e Suporte Técnicos; Supervisão, Avaliação e Monitoramento de estruturas físicas, programas e processos de trabalho, os quais abordaram as seguintes temáticas: Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano; Sistemas de Informações; Procedimentos Administrativos e Legais da Vigilância Sanitária. Os mesmos tiveram um custo estimado de R\$ 38.259,48, e um alcance de aproximadamente 88 pessoas atendidas de forma direta, sendo estes profissionais de saúde dos municípios adstritos, porém, a continuidade de atividades subsequentes por parte de tais agentes municipais ampliou para um número muito maior o total de pessoas beneficiadas indiretamente com o resultado de tais intervenções.

O resultado de tais atividades melhorou de forma satisfatória alguns indicadores específicos de cada coordenação responsável, como por exemplo: um maior número de profissionais de saúde municipais qualificados em práticas de vigilância, um maior número de amostras de água analisadas pelo laboratório de referência, dentre outros métodos avaliativos de desempenho.

2- O QUE IREMOS FAZER

Para um melhor apoio aos serviços de Atenção básica, iremos continuar em nossos monitoramentos e ações direcionadas aos municípios, onde teremos como base um trabalho voltado para a Educação Permanente e relatórios mensalmente, focando nas necessidades de cada municípios a nós jurisdicionados com a utilização do recurso financeiro programado para 2022, de R\$28.400,00. Para possibilitar o diálogo entre a sociedade e as diferentes instâncias de gestão, assim como contribuir para a participação do cidadão na avaliação e fiscalização da qualidade dos serviços de saúde, iremos implantar a rede de ouvidoria em mais 3 município, hoje no sistema temos 13 manifestação aguardando resposta dos municípios para finalizar, além de outras ações de apoio e supervisão na rede de Ouvidorias, nesse sentido iremos utilizar um valor de R\$ 7.200,00.



Para ampliar os serviços de Regulação através de monitoramento, supervisão nos estabelecimentos de Saúde e apoio nos serviços de atendimento ao paciente regulado, pois executamos ações de apoio técnico mesmo não possuindo complexo regulador, logo precisamos de recursos para executá-lo. Valor de R\$ 28.200,00

Com objetivo de fortalecer os conselhos de saúde, programamos capacitações em 2022 para os novos conselheiros em todos os 12 municípios a nós jurisdicionados, utilizaremos recurso financeiro no valor de: R\$7.200,00

Para implementar os instrumentos de Gestão programados para 2022 nos municípios do 5CRS, programamos ações de monitoramento, avaliação e apoio técnico por quadrimestre, logo utilizaremos a disponibilidade financeira de R\$ 16.339,00

Com o intuito de fortalecer e aprimorar a ação Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos em nossa região foram planejados para o ano de 2022 uma série de atividades diversificadas, tais como: Assessoria técnica em todas as áreas técnicas vinculadas, supervisões e visitas técnicas in loco, monitoramento de ações, eventos de qualificação de servidores regionais e municipais, garantia e ampliação da oferta e distribuição de insumos, medicamentos, materiais educativos e de apoio, entre outros itens de interesse sazonal ou emergencial, quando assim for necessário.

Pretendemos ampliar consideravelmente o número de atividades a serem executadas, das atuais 12 atividades/ano para 60 atividades/ano, com a ampliação da oferta de serviços já existentes e implementação de novas temáticas de interesse da Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos, conforme a necessidade e demanda de nossos municípios adstritos, utilizando-se de disponibilidade orçamentária no valor de R\$ 222.854,00

Com relação a ação Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária está planejado para o ano de 2022 várias atividades, entre quais: Assessoria técnica, supervisões e visitas técnicas in loco nos municípios adstritos, monitoramento de ações, eventos de qualificação de servidores regionais e municipais, garantia e ampliação da oferta e distribuição de insumos, materiais educativos e de apoio, implantação do Laboratório Regional de Análise de Água para Consumo Humano.

Nossa meta para essa ação também será redefinida dos atuais 12 atividades/ano para 36 atividades/ano, com a ampliação de eventos relativos as Vigilância Sanitária e de Vigilância em Saúde Ambiental, bem como, como a implementação e



aprimoramento de atividades específicas da Vigilância em Saúde do Trabalhador, as quais são desenvolvidas, ainda, de forma tímida em nossa região, utilizando valor financeiro de R\$ 153.598,00.

4. AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUÍRAM COM AS METAS DOS ODS.

Em referência a Divisão Técnica, seguiu contribuindo para meta ODS 3.1 e 3.2 realizando juntamente com a Equipe Coordenação Estadual Saúde da Mulher (CESMU) oficina de treinamento de qualificação da Atenção ao pré-natal e ao parto. Fortalecendo esse pensamento prestamos apoio técnico à Coordenação Estadual de Nutrição, quanto a mobilização dos municípios ao treinamento de Micro Nutrientes, pois entende-se que a mesma previne deficiências e consequentemente mortes.

A realização de capacitação em investigação e codificação de óbitos para todos os municípios adstritos ao 5º CRS, associada a outras práticas qualitativas voltadas para a Vigilância do Óbito, o que contribuiu de maneira direta na qualificação de informações de óbito em nossa região, bem como, nos permitiu melhorar nosso desempenho como região relativos as metas ODS 3.1. e 3.2.

Realização de capacitações e orientação técnica de coordenadores municipais nas práticas de vigilância de agravos diversos, dentre os quais: Covid-19 Sarampo, Doenças endêmicas como Malária, Dengue, Doença de Chagas, Leishmanioses; IST's; Hepatites Virais, bem como a realização de outras ações de interesse integrado, tais como: distribuição de vacinas, Testes Rápidos, dispensação de medicamentos estratégicos e materiais de apoio relativo, além de outras ações de vigilância epidemiológica. Essas ações foram fundamentais na contribuição para o alcance da meta ODS 3.3. em nossa região, a qual objetiva acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, além de combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

Foram realizadas Assessorias, suporte técnico e distribuição de materiais sobre o Tabagismo aos municípios jurisdicionados a este 5º centro contribuíram para meta ODS 3.4 e 3.a. Para fortalecer a Rede de Atenção Primária e a meta ODS 3.7, monitoramos os 12 municípios à nós jurisdicionada de forma técnica e humanizada, buscando assegurar o acesso aos serviços de Saúde com eficiência.



Apoiar os municípios com compromisso e seriedade para que os pacientes tenham mais acesso ao atendimento de saúde representa uma oportunidade para convergir políticas públicas em prol de um modelo de desenvolvimento mais solidário – tanto para os cidadãos de hoje, quanto para as gerações futuras, logo contribuímos como meta 3.8 em 90% das solicitações de cadeiras de rodas e cadastramento para aquisição de medicamentos especializados. A capacitação para os técnicos dos municípios que realizam atividades de TFD - Tratamento Fora de Domicilio contribuiu para um melhor atendimento aos usuários, contribuindo para um servido assistencial mais humanizado.

Monitoramento, assessoria e suporte técnico em ações de Vigilância em Saúde Ambiental para todos os municípios adstritos do 5º CRS, dentre as quais, as relativas ao monitoramento da água para consumo humano e da população exposta a agrotóxicos, fatores estes que foram essenciais para a contribuição a meta ODS 3.9.

A realização de oficinas na sede do 5ºCRS a todos os municípios de jurisdição voltada para a elaboração do plano municipal de saúde 2022-2025; o monitoramento nos sistema DGMP para sanar as pendências e a falta de alimentação; a articulação ininterrupta com os conselhos municipais de saúde para a realização das conferencias municipais contribuíram para a meta de ODS 16.7.

5.AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

5.1- AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Tabela 1 – Execução Orçamentária por Programa

Em R\$

PROGRAMAÇÃO	Programação Orçamentária			Execução Orçamentária	
	PPA inicial	OGE 2021	OGE Dotação Real	Realizado	Executado (%)
GOVERNANÇA PÚBLICA	21.407	18.382	11.242,11	11.242,11	100
MANUTENÇÃO DA GESTÃO	36.389	34.000	16.725,70	16.725,70	100
SAÚDE	330.452	431.554	591.539,40	579.543,73	98

Fonte: SIGPLAN, acesso em 16/12/2021



Os programas Governança Pública, Manutenção da Gestão e Saúde, tiveram suas ações executadas tanto de forma remota quanto de forma presencial, porém algumas ações não tiveram execução orçamentária o que não prejudicou o alcance das metas programadas.

O programa Governança Pública teve sua execução orçamentária realizada em 100% da dotação real. No que se refere a ação de Capacitação de Agente Público, não tivemos execução orçamentária, uma vez que esta destina-se às capacitações na EGPA-Escola de Governança Pública do Estado do Pará e devido ao cenário de pandemia, por decisão do Ordenador de Despesa do Órgão preferiu-se não enviar servidores para capacitação na referida escola localizada no município de Belém-PA. Quanto à ação de Edição e Publicação de Atos da Administração Pública foi executado 86% da execução orçamentária que corresponde ao valor de R\$ 6.652,11 utilizado para pagamento de publicação de documentos no Diário Oficial do Estado do Pará para este 5º Centro Regional de Saúde referente a DEA/2020, o restante da dotação foi suplementada nas ações correspondentes ao programa da saúde, enfatiza-se que o custeio das publicações passou para a responsabilidade da SESP/Área Central, precisando corrigir a meta física programada.

Ressalta-se a ação Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação pensada para o OGE-Orçamento Geral do Estado ano 2022, porém a mesma por necessidade de contratação de aluguel de impressoras para o 5º CRS foi disponibilizada no ano corrente tendo como execução orçamentária o valor de R\$ 4.590,00 correspondente a 100% da execução.

No programa Manutenção da gestão, estamos com baixa execução orçamentária devido ao saldo disponibilizado para o 5º CRS ser no valor de R\$ 10.800,00 mensais, insuficiente para custear as ações dos programas Governança Pública, Manutenção da Gestão e algumas ações do programa Saúde, portanto a execução se deu de acordo com a dotação real no valor de R\$ 16.725,70 correspondente a 49% da dotação prevista no PPA, sendo utilizado para custear aquisição de computadores e material de expediente para o 5º CRS.

Informa-se que o Programa Saúde teve execução orçamentária de 98% da dotação real o que corresponde ao valor de R\$ 579.543,73 utilizado para o desenvolvimento das programações planejadas para o ano de 2021 que visa o Apoio



Técnico, Supervisão, Monitoramento, entre outras atividades, aos jurisdicionados ao 5ºCRS.

5.2- AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO.

O 5º Centro Regional de Saúde faz parte das regiões de integração Guamá que corresponde a 2 (dois) municípios e Rio Capim que corresponde a 10 (dez) municípios, e teve como execução orçamentária para as duas regiões de integração os valores de R\$ 579.543,73 correspondente a 98% da execução orçamentária. Mesmo em época de pandemia os servidores se esforçaram para pudéssemos alcançar as metas físicas correspondentes as ações. Na maioria das ações que pertencem a região Guamá não tivemos execução orçamentária por estarmos nas proximidades do prédio sede do 5ºCRS, sendo os municípios de São Miguel do Guamá e Santa Maria do Pará.

5.3- AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, META FÍSICA E FINANCEIRA.

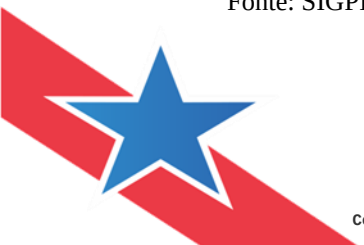
5.3.1 REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAMÁ.

TABELA 2 – Execução Física e Financeira Governança da RAS – Região de Integração Guamá.

Em R\$

Objetivo: Fortalecer a Gestão do SUS para a Governança da Rede de Atenção à Saúde							
Ação	Produto	Execução física			Execução Orçamentária/Financeira		
		Meta prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	%
Apoio as Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	2	4	200	890	0	
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	1	0	0	3.676	584,71	16
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	2	13	650	1.780	10.682,10	00
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	2	3	150	890	593,45	77
Implementação do lanejamento do Sus	Instrumento de Gestão Implementado	2	4	200	4.730	4.984,98	105
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	2	3	150	4.166	712,14	17

Fonte: SIGPLAN, acesso em 16/12/2021



Análise das ações:

Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde

Esta ação tem como produto Conselho Apoiado e destina-se ao apoio dos conselhos municipais, sendo as programações realizadas de forma remota e presencial. No mês de dezembro ocorreu a Conferência Municipal de Saúde do município de São Miguel o qual o 5ºCRS se fez presente dando suporte técnico a comissão organizadora. Referente a meta física verificou-se inconformidade na alimentação do sistema pois na região de Integração Guamá apoiamos apenas 2(dois) municípios, sendo assim estamos providenciando as correções devidas e em relação a meta financeira não utilizamos recursos uma vez que os municípios ficam nas proximidades da sede do 5ºCRS.

Articulação Interfederativa

Esta ação destina-se as ações da Comissão Intergestora Bipartite Metropolitana III a qual o 5ºCRS pertence em conjunto com o 3ºCRS. Tendo como meta física 1 a mesma apresenta-se como zerada devido a alimentação da mesma está ocorrendo pelo 3ºCRS o qual detém a presidência no ano de 2021, uma vez que os 2(dois) Centros Regionais de Saúde alimentem as respectivas metas haverá inconsistência devido termos apenas uma comissão intergestora. A meta financeira para esta ação teve como valor R\$ 584,71 o que corresponde a 16% da execução financeira, justifica-se a baixa execução por estarmos em período de pandemia e as atividades programadas estarem sendo realizadas de forma remota na maioria dos casos.

Educação na Saúde

O produto desta ação refere-se à Pessoa Qualificada, a meta física programada encontra-se equivocada por isso aparece os 650% da meta estipulada, fato este que foi corrigido na revisão do PPA para o ano de 2022. O valor financeiro gasto foi de R\$ 10.682,10 correspondente a 600% do valor inicial planejado, ressaltamos que o valor foi suplementado afim de arcar com os custos dos treinamentos e capacitações. Informamos que algumas capacitações foram custeadas com recursos da DVS, fato que estamos alinhando para que tal equivocação não ocorra futuramente.



Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS

A ação da Ouvidoria foi realizada em sua maior parte através de atividades remotas o que ocasionou um valor de R\$ 593,45 para despesas com atividades presenciais, o que corresponde a 67% do valor financeiro programado. O produto desta ação é demanda finalizada tendo como meta física 2(dois) porém atingimos a meta em 150% o que corresponde a 3(três) demandas finalizadas.

Implementação do Planejamento do SUS

O produto desta ação refere-se aos Instrumentos de Gestão Implementado, sendo meta física alcançada em 200% do programado, isto so ocorreu devido a meta ter sido planejada equivocadamente o que foi corrigido para os próximos anos do PPA 2020-2023. A meta financeira realizou-se em 105% o que corresponde ao valor de R\$4.984,98.

Regulação em Saúde

A ação discriminada tem como produto Serviço/Acesso Regulado e teve como meta física 150% do estipulado inicialmente e meta financeira 17% do valor programado. Ressalta-se que os municípios da Região de Integração Guamá localizam-se nas proximidades da sede da Regional o que inviabiliza custos com as atividades realizadas.

TABELA 3 – Execução Física e Financeira da Atenção Primária em Saúde – RI Guamá.

Em R\$

Objetivo: Fortalecer a Rede de Atenção Primária							
Ação	Produto	Execução física			Execução Orçamentária/Financeira		
		Meta prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	%
Apoio aos Serviços da Atenção Primária	Município Apoiado	2	2	100	4.166	0	0

Fonte: SIGPLAN, acesso em 16/12/2021

Análise da ação:

A ação de apoio aos serviços da Atenção Primária em Saúde tem como produto Município Apoiado o qual tivemos a meta alcançada em 100% do programado e desenvolvimento das atividades sem custos uma vez que os municípios pertencentes a esta região são próximos permitindo a realização das atividades in loco, observa-se que algumas orientações foram repassadas de forma remota.

TABELA 4 – Execução Física e Financeira da Vigilância em Saúde – RI Guamá.

Em R\$

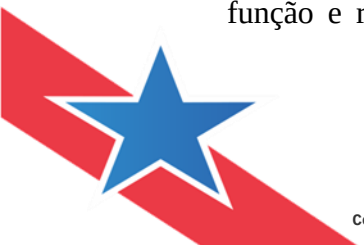
Objetivo: Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População							
Ação	Produto	Execução física			Execução Orçamentária/Financeira		
		Meta prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	%
Vigilância e Controle a Agravos Agudos e Endêmicos	Município Apoiado	2	2	100	27.306	97.748,46	358
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Apoiado	2	2	100	25.598	18.794,32	73

Fonte: SIGPLAN, acesso em 16/12/2021

Análise das ações:

Vigilância e Controle a Agravos Agudos e Endêmicos; Nesta ação cujo produto é Município Apoiado alcançou a meta física em sua totalidade. A execução financeira estima-se em 358% do programado devidos o valor repassado pelo Fundo Estadual de Saúde ter sido repassado a maior do que o programado no OGE-Orçamento Geral do Estado para o ano de 2021, tendo como valor executado R\$ 97.748,46.

Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária; O produto desta ação é Município Atendido, a mesma teve como execução financeira o valor de 18.794,32 correspondente a 73% do valor programado. Justifica-se a baixa execução devido as atividades serem em municípios localizados nas proximidades da sede da 5ªCRS. O recurso foi utilizado para serviço de fornecimento de alimentação para o evento “Um Dia Saudável” que visa avaliar o bem estar físico e mental dos servidores, preservar a saúde dos trabalhadores, com uma visão preventiva, curativa, reabilitação de função e readaptação profissional. Na mesma ação foi custeada programação com a



SESPA/Nível Central para receber orientações de inspeção e investigação das ações de Vigilância Sanitária.

5.3.2 REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM.

TABELA 5 – Execução Física e Financeira Governança da RAS – RI Rio Capim.

Em R\$

Objetivo: Fortalecer a Gestão do SUS para a Governança da Rede de Atenção à Saúde							
Ação	Produto	Execução física			Execução Orçamentária/Financeira		
		Meta prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	%
Apoio as Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	15	12	80	57.342	20.770,75	36
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	10	31	310	8.902	8.664,37	97
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	10	28	280	4.452	0	0
Implementação do Planejamento do Sus	Instrumento de Gestão Implementado	10	14	140	23.656	20.533,37	87
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	10	6	60	20.834	64.567,36	310

Fonte: SIGPLAN, acesso em 16/12/2021

Análise das ações:

Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde

Esta ação tem como produto Conselho Apoiado e destina-se ao apoio de 10(dez) conselhos municipais, informamos que a meta física está equivocada pois o programado para esta ação são 10(dez) conselhos apoiados o que alcançamos em totalidade, já solicitamos os ajustes devidos. Em relação a meta financeira realizamos 36% do valor programado o que corresponde ao valor de R\$ 20.770,75. Ressaltamos que devido ao ano pandêmico nossas atividades in loco se iniciaram a partir do 2º semestre, sendo a maioria de forma remota. O valor excedente foi suplementado em ações da Regulação em Saúde para custear despesas de fiscalização de contratos de média e alta



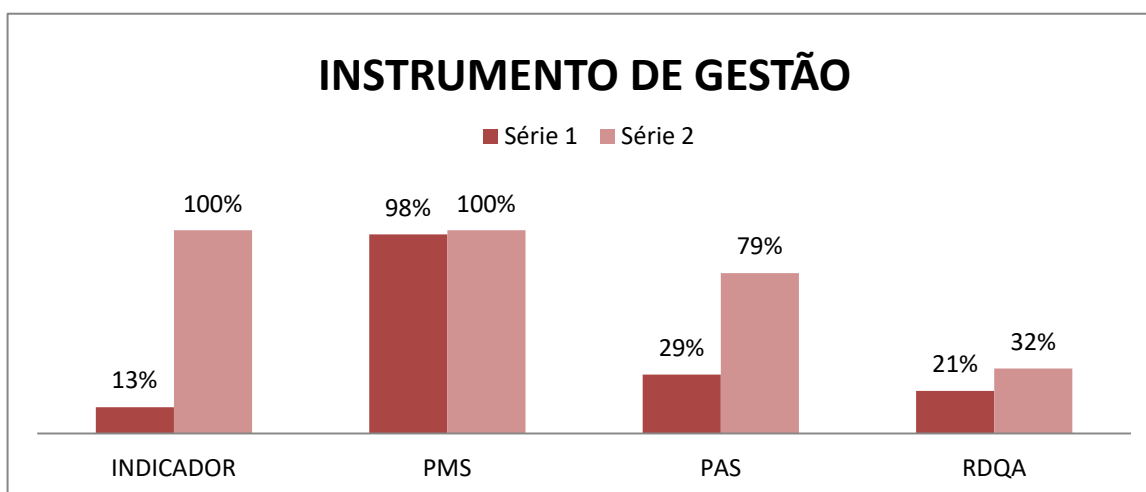
complexidade dos Hospitais Betesda município de Dom Eliseu e São Francisco município de Ulianópolis. Informamos a ocorrência do apoio as conferências municipais de Nova Esperança do Piriá e Garrafão do Norte.

Educação na Saúde

Tendo como produto Pessoa Qualificada, a meta física programada encontra-se equivocada por isso aparece os 310% da meta estipulada, fato este que foi corrigido na revisão do PPA para o ano de 2022. O valor financeiro gasto foi de R\$ 10.682,10 correspondente a 600% do valor inicial planejado, ressaltamos que o valor foi suplementado afim de arcar com os custos dos treinamentos e capacitações, sendo utilizado aqui as fontes do recurso Estadual e Federal. Informamos que algumas capacitações foram custeadas com recursos da DVS na ação de Vigilância e Controle a Agravos Agudos e Endêmicos, fato que estamos alinhando para que tal equívoco não ocorra futuramente. Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS.

A ação da Ouvidoria tem como produto Demanda Finalizada, foi realizada em sua maior parte através de atividades remotas e apoio técnico aos municípios na sede do 5ºCRS. A meta física programada equivocadamente em 10(dez) demandas finalizadas teve como meta alcançada 280% correspondente a 28(vinte e oito) demandas finalizadas. O recurso financeiro estipulado para o desenvolvimento das atividades foi suplementado na ação de Regulação em Saúde.

- Implementação do Planejamento do SUS



Fonte: Didisus DIGISUS/MS



O produto desta ação refere-se aos Instrumentos de Gestão Implementado, sendo meta física alcançada em 140% do programado o que corresponde a 14(quatorze) instrumentos implementados, isto ocorreu devido a meta ter sido planejada equivocadamente o que foi solicitado alterações cabíveis para o exercício 2022. Ressalta-se que durante o ano de 2021 é visível o avanço nos instrumentos de Gestão, esse crescente percentual positivo se deu pelo empenho da equipe DOCA /5CRS e atuação de forma persistente junto aos técnicos de planejamento municipais, as reuniões in loco e os momentos presenciais na sede do 5ºCRS foram cruciais para o cumprimento da ação.

Regulação em Saúde

Esta ação teve como execução financeira o valor de R\$ 64.567,36 correspondente a 310% do programado inicialmente, justifica-se a suplementação da ação devido a necessidade de fiscalização dos Hospitais de jurisdição do 5ºCRS, monitoramentos e supervisões da Urgência e emergência, SAMU e sistema CNES, SIH/SUS; apoio técnico no sistema HORUS; e demais atividades de competência da Divisão de Controle e Avaliação. Em relação a meta física alcançamos 60% do estipulado.

TABELA 6 – Execução Física e Financeira da Atenção Primária em Saúde – RI Rio Capim.

Em R\$

Objetivo: Fortalecer a Rede de Atenção Primária							
Ação	Produto	Execução física			Execução Orçamentária/Financeira		
		Meta prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	%
Apoio aos Serviços da Atenção Primária	Município Apoiado	10	10	100	20.834	15.429,70	70

Fonte: SIGPLAN, acesso em 16/12/2021



Análise:

Na avaliação da ação de apoio aos Serviços da Atenção Primária, alcançamos a meta física em sua totalidade cujo produto da ação é Município atendido. A execução financeira foi alcançada em 70% do programado referente ao valor R\$ 15.429,70, justifica-se aqui a realização de algumas atividades de forma remota.

TABELA 7 – Execução Física e Financeira da Vigilância em Saúde –RI Rio Capim

Em R\$

Objetivo: Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População							
Ação	Produto	Execução física			Execução Orçamentária/Financeira		
		Meta prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	%
Vigilância e Controle a Agravos Agudos e Endêmicos	Município Apoiado	10	10	100	136.540	315.240,64	231
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Apoiado	10	3	30	128.000	19.465,16	15

Fonte: SIGPLAN, acesso em 16/12/2021

Análise das ações:

Vigilância e Controle a Agravos Agudos e Endêmicos

Nesta ação cujo produto é Município Apoiado, alcançamos a meta física em sua totalidade. A execução financeira estima-se em 231% do programado o que corresponde ao valor de R\$ 315.240,64 utilizado nas atividades programadas. Ressalta-se que o valor repassado pelo Fundo Estadual de Saúde foi maior do que o programado no OGE-Orçamento Geral do Estado para o ano de 2021, por isso o excedente em relação ao programado para o ano. Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária

O produto desta ação é Município Atendido, a mesma teve como execução financeira o valor de 19.465,16 correspondente a 15% do valor programado. Justifica-se a baixa execução devido ao número reduzido de técnicos para o desenvolvimento das atividades. Em relação à meta física alcançamos 30% do programado.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o 5º CRS como parte da SESP, estamos sempre em busca de resultados, onde assumimos o compromisso e cumprimento do Serviço Público ao cidadão, com Qualidade, Ética, Transparência e Responsabilidade.

Durante o ano de 2021, tivemos diversos desafios, nos quais entre eles a mudança de Gestão por três momentos e a pandemia da Covid-19 se apresentou sobre tudo, somado com problemas já existentes no meio da saúde pública em âmbito geral. Mas com força e determinação, conseguimos continuar os trabalhos de forma positiva. No contexto geral, tivemos que nos adaptar ao novo modo de trabalho e de proteção, onde também aprendemos a nos relacionar com o ser humano mais efetivamente com empatia, e mesmo a um aprendizado desafiador, juntos fizemos a força.

Destacamos aqui, todos os servidores do 5ºCRS, nos quais assim que solicitados as suas responsabilidades, se destacaram pelo seu profissionalismo, onde desenvolveram com eficiência e eficácia suas devidas ações em prol de um bem maior que é a Saúde Pública do Estado, representados pelo 5ºCRS/SESPA, com diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Portanto, diante das ações propostas e resultados obtidos, consideramos que contribuimos de forma efetiva na realização das metas programadas.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95808DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



6º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O 6º Centro Regional de Saúde, localizado no município de Barcarena, foi implantado no mês de abril de 1984, sendo o órgão responsável pelo apoio ao desenvolvimento da política de Saúde Pública na área de abrangência que envolve 05 (cinco) municípios: Abaetetuba, Barcarena, Igarapé Miri, Moju e Tailândia.

Atualmente, o 6º CRS está inserido na Região de Saúde Tocantins, integrando a Comissão Intergestores Regional – CIR e, por força regimental, representa o gestor estadual na referida Comissão.

No decorrer de 37 anos de implantação, o 6º Centro Regional de Saúde tem cumprido sua missão de assegurar à população Políticas Públicas de Saúde, contemplando os princípios do SUS, a gestão participativa e o controle social, visando à melhoria da qualidade de vida, conforme estabelecido na legislação vigente.

Este relatório consolida as informações sobre as ações das Divisões e áreas técnicas no desenvolvimento dos Programas sob a responsabilidade do 6º Centro Regional de Saúde no exercício de 2021.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B08DD7A634C3.CAECD837D63C99D6



1. PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021.

Capacitações nos Programas da Atenção Primária



100% dos municípios que abrangem a região foram atendidos, através das seguintes realizações:

- Capacitação do Projeto de Câncer de Pênis;
- Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem na Atenção Básica;
- Programa Saúde na Escola;
- Notificação da Violência no Contexto da Pandemia da COVID-19;
- Programa Crescer Saudável;
- Gravidez na Adolescência;

Distribuição de vacinas contra Covid-19 aos municípios da área de abrangência do 6º Centro Regional de Saúde. Em: 2021



Quantitativo De Doses:

- Doses liberadas: 745.688;
- Doses aplicadas: 577.645.

Municípios contemplados com as doses de vacina contra covid-19:

- Abaetetuba: 257.827;
- Barcarena: 191.330;
- Igarapé Miri: 98.820;
- Moju: 91.692;
- Tailândia: 106.019.

Itinerante de Testagem de Covid-19 realizada nos municípios da área de abrangência. Em: 2021



2. O QUE FIZEMOS EM 2021

- Abaetetuba: 178 realizados, 17 positivos;
- Barcarena: 267 realizados, 22 positivos;
- Igarapé Miri: 57 realizados, 01 positivos;
- Moju: 150 realizados, 17 positivos.

A Divisão Administrativa e Financeira (DAF) desenvolveu a Operacionalização de Ações Administrativas com atividade como: participação em capacitações para atender as necessidades da Divisão Administrativa; aquisição de veículos (doação), manutenção, reforma de veículos, aquisição de peças; capacitação de servidores para atuarem no Processo Administrativo Eletrônico – PAE; elaboração de Relatórios para prestação de contas junto aos órgãos de controle externo; adequação de espaço físico da Divisão Técnica para melhoria do ambiente de trabalho das equipes; manutenção dos 10 (Dez) contratos com fornecedores e de serviços para atender aos programas das áreas técnicas. O custeio dessas ações da DAF foi de R\$ 71.957,83.

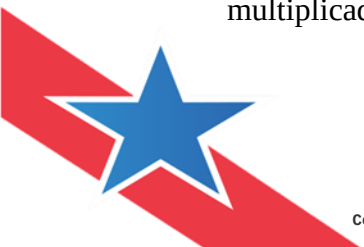
A Divisão de Organização, Controle e Avaliação (DOCA) teve 09 (nove) ações sob sua responsabilidade para apoiar todos os municípios da área de abrangência do 6º Centro Regional de Saúde, conforme relatado a seguir.

O Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde ocorreram no município de Igarapé Miri, onde foram verificadas as dificuldades do Conselho, em mediar e orientar, quanto à importância do Conselho para o município, através da eleição e capacitação de novos Conselheiros. No terceiro quadrimestre houve a participação nas Conferências Municipais de Saúde dos municípios de Moju e Igarapé Miri. Também ocorreu a participação de representantes do 6º CRS nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Barcarena.

Na Articulação Interfederativa no primeiro e segundo quadrimestres a Comissão Intergestores Regional de Tocantins realizou reuniões de forma remota pela plataforma Google Meet, onde foi discutido sobre pautas de Atenção Primária, Planejamento do SUS e Vigilância em Saúde. Somente no terceiro quadrimestre as reuniões presenciais voltaram a ser realizadas, com as participações dos servidores deste CRS na Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES), Câmara Técnica e CIR Tocantins.

Em Educação na Saúde houve treinamento no sistema de controle logístico de insumos laboratoriais; capacitação com vistas à operacionalização do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, o SINAN, no município de Abaetetuba; Participação do Encontro de Gestores da SESP/PA com Qualificação dos servidores sobre Educação na Saúde e Humanização e Treinamento do SIGPLAN.

O Programa Saúde na Escola realizou capacitações com participação de Técnicos da Saúde, Educação, Assistência Social e Conselho de saúde, que serão multiplicadores da Política de Atendimento à saúde do adolescente e jovem, Notificação



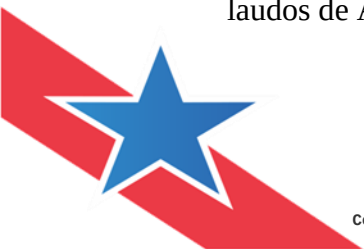
da violência; Saúde da Mulher e Treinamento para o Sistema de Controle do Câncer de colo de útero e mama, no município de Moju. Foram capacitados 300 técnicos das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência.

Na Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS as demandas foram finalizadas no sistema OuvidorSUS e as devidas respostas, foram encaminhadas aos usuários. Nos municípios de Tailândia, Moju, Igarapé Miri e Abaetetuba, ocorreram às visitas técnicas para prestarem assessorias nas Ouvidorias de saúde da rede pública. Foi realizado o Encontro Regional de Ouvidorias do SUS, no município de Barcarena, com a participação dos ouvidores municipais, dos prestadores contratualizados e dos hospitais sob gestão de OSS. Durante o Encontro ocorreu Treinamento do Sistema Ouvidor SUS pela equipe técnica da Ouvidoria Central da SESP, que contou com 27 participantes.

Na Implementação da Humanização na Saúde foram realizadas reuniões on line para o Coletivo Estadual de Referências Técnicas em Humanização na Saúde, com o objetivo de organizar o planejamento das ações do ano de 2021, onde houve as dificuldades de alcançarem as metas e os indicadores da Política Nacional de Humanização. Foi realizada palestra sobre a Política Nacional de Humanização para funcionários do Hospital e Maternidade Santana e de Unidades Básicas de Saúde, no município de Igarapé Miri, com a participação de 22 pessoas. Também foram encaminhados documentos orientativos para a formação do Coletivo Regional de Referências Técnicas de Educação Permanente e Humanização na Saúde e aguardamos a indicação dos municípios.

Na Implementação do Planejamento do SUS houve orientação aos municípios sobre a Elaboração dos Planos Municipais de Saúde e monitoramento dos instrumentos de gestão do exercício 2021 para a devida informação no Sistema DigiSUS. Todos os municípios elaboraram os Planos Municipais de Saúde (PMS), Programações Anuais de Saúde (PAS) e Relatórios Anuais de Gestão (RAG), além da Pactuação Interfederativa.

As ações de Regulação em Saúde foram feitas com análise técnica e elaboração do Relatório de Avaliação do Contrato do Hospital Afonso Rodrigues (Igarapé Miri) e Júlia Sefer (Abaetetuba), com o objetivo de monitorar as metas qualitativas para pagamento dos serviços oferecidos à população da região. Outras ações de regulação foram as visitas técnicas nos serviços de urgência e emergência (UPA e SAMU), monitoramento do Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e autorização de laudos de AIH do Hospitais sob Gestão de OSS.



Na Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência foram adquiridas 04 (quatro) cadeiras de rodas para usuários do município de Barcarena, de acordo com as especificações técnicas encaminhadas à Divisão de Organização, Controle e Avaliação.

Na Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade não foi possível desenvolver esta ação, devido às restrições da pandemia referente ao COVID 19, pois os municípios entraram em Lockdown.

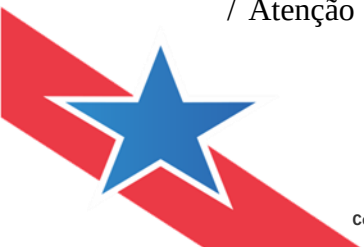
O custeio das ações da DOCA foi de R\$ 89.202,07.

A Divisão Técnica desenvolveu o Programa Saúde Mental em face de que os transtornos mentais têm prevalência de 28 a 35% dos atendimentos em Atenção Básica, sendo os mais comuns: transtornos depressivos, ansiosos e somatoformes. A equipe Técnica do Programa de Saúde Mental do 6º CRS realizou o 1º Monitoramento sobre o Matriciamento dos CAPS dos municípios de Abaetetuba (CAPS II e CAPS AD), Barcarena (CAPS II e CAPSAD), Moju (CAPS II), Igarapé Miri (CAPS II) e Tailândia (CAPS II).

O Monitoramento foi realizado nos municípios e ocorreu com 100% de aproveitamento, sendo divulgada a Campanha Setembro Amarelo e incentivamos os municípios a mobilizarem e sensibilizarem a população para uma campanha tão importante.

Em parceria com a Coordenação Estadual de Saúde Mental foi realizada a Oficina de Atualização Técnica para os técnicos dos CAPS dos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Moju, Igarapé Miri e Tailândia com total de 35 participantes. O recurso utilizado para as ações que foram desenvolvidas no Programa de Saúde Mental no ano de 2021 foi de R\$ 13.919,96.

O Programa Saúde na Escola – PSE é realizado por meio de ações intersetoriais e articulado entre as Equipes de Saúde da Atenção Básica e as Escolas do território, em todas as etapas: Adesão, Planejamento, Execução, Monitoramento e Avaliação das Ações. A coordenação trabalhou inicialmente no sentido de sensibilizar que todos os cinco municípios realizassem a Adesão ao programa dentro do prazo determinado pelo Governo Federal, apesar das dificuldades conseguimos sensibilizar todos os cinco municípios a realizarem a adesão ao programa. No segundo momento a equipe capacitou os 100% dos municípios através das Capacitações Projeto de Câncer de Pênis / Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem na Atenção Básica / Programa Saúde na



Escola/Notificação da Violência no Contexto da Pandemia da COVID-19, Programa Crescer Saudável /Gravidez na Adolescência/Notificação da Violência no Contexto da Pandemia do COVID 19, e do I Encontro Presencial “Intersectorialidade: Programa Saúde Na Escola, Programa Bolsa Família na Educação e Conselho Escolar”, o qual capacitou um total de 300 técnicos das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência; entre os quais podemos citar: Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Pedagogo, Assistente Social, Professores, ACS, Auxiliar Administrativo, Educador Social, Farmacêutico, Psicólogo, etc.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição apresenta singular trajetória de avanços e tem à sua frente importantes desafios nos âmbitos intra e intersectorial. No que se refere aos avanços, cabe destacar o fortalecimento da rede de alimentação e nutrição. No ano de 2021 realizamos a primeira supervisão dos programas ainda em meio a pandemia e recente realização de eleições municipais com trocas naturais de coordenadores e agentes que muitas vezes obtinham na prática informações necessárias ao andamento destes programas. A Coordenação Regional do 6ºCRS responsável pelo Programa de Nutrição realizou a 1ª Supervisão dos Programas de Nutrição. Foram realizadas visitas técnicas nas Secretarias de Saúde e Unidades de Saúde para traçar um perfil da atual situação do Programa em cada município, através de visitas técnicas, entrevistas com coordenadores, agentes de saúde (enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, agentes administrativos, entre outros) obtenção de relatórios avaliando indicadores, inserção de dados em sistemas e a logística aplicada para obtenção de dados estatísticos e percentuais de acompanhamento dos beneficiários. O Programa Bolsa Família assume outro papel de suma importância na sociedade o de ser estratégia junto à secretaria de saúde para o resgate de famílias que apresentam ausência da procura a serviços de saúde, portanto, os técnicos estaduais ao verificar a implementação do programa com seus monitoramentos, capacitações e outros serviços, auxiliam o município a melhorar seus índices de saúde e consequentemente a qualidade de vida do cidadão que busca os estabelecimentos de saúde.

O Programa Nacional de Suplementação da Vitamina A (PNSVA) tem como objetivo auxiliar na prevenção de carência desta vitamina no público alvo que são as crianças de 06(seis) meses a 05(cinco) anos incompletos promovendo a prevenção de doenças. O monitoramento do programa realizado em 2021 teve o objetivo de avaliar o fluxo de realização deste nos municípios de jurisdição do 6º CRS proporcionando à



equipe verificar o recebimento, acondicionamento, distribuição e aplicação desta vitamina A no crescimento e desenvolvimento de crianças contempladas no perfil.

O custeio das ações que foram desenvolvidas no Apoio aos Serviços de Atenção Primária foi de R\$ 50.259,12.

A Divisão de Vigilância em Saúde (DVS) realiza duas ações dentro do PPA 2021-2024, quais sejam: 1) Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos e; 2) Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária.

O Programa de IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais, apoiou, participou, capacitou e realizou orientações técnicas para gestores, coordenadores e profissionais de saúde dos municípios de abrangência do 6º CRS, direcionados a promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento as IST/HIV/Aids, Sífilis e Hepatites Virais, por meio de supervisão, monitoramento, visitas técnica e reuniões, focadas aos sistemas; SISLOGLAB (sistema de logística laboratorial dos testes rápido para sífilis, HIV, e Hepatites B e C, SICLOM (sistema de controle logístico de medicamentos antirretrovirais), logística de insumos de prevenção. Por meio de capacitações 53(cinquenta e três) profissionais da saúde dos municípios de abrangência receberam capacitação nos sistemas de vigilância.

A equipe técnica do Programa Saúde do Trabalhador realizou nos meses de Agosto e Setembro acompanhamento da equipe do Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador – CEREST-PA aos municípios de abrangência do 6º CRS/SESPA para esclarecer às autoridades municipais, sobre a importância da implantação e implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador nos municípios e, indicação das referências técnicas municipais para dá andamento nas atividades. No mês de Novembro a equipe técnica do CEREST realizou Capacitação das Referências Técnicas dos municípios do 6º CRS, a respeito da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, abordando os agravos relacionados ao tema, como fazer o preenchimento das Fichas de Notificação e Planejamento das Atividades a serem desempenhadas. Estiveram presentes representantes dos municípios de Abaetetuba, Barcarena e Tailândia e do 6ºCRS/SESPA (total de 18 participantes).

A Vigilância em Saúde Ambiental estrutura-se no pensar e agir em saúde frente às exposições aos fatores ambientais (água, solo e ar) para diminuir e/ou amenizar os riscos à saúde para populações. Os municípios ainda não possuem a Vigilância em Saúde Ambiental estabelecida por isso realizamos Treinamento de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiágua) e Vigilância em Saúde de



populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) no auditório da regional com parceira com técnicos do nível central para 15 técnicos dos municípios de abrangência.

A Vigilância Sanitária deste 6º CRS/SESPA procedeu à fiscalização nas Indústrias, respectivamente, de fabricação de palmito em conservas e água envasada adicionadas de sais nos municípios para verificar as condições Físico-Funcional das referidas empresas, para fins de renovação de licença de funcionamento. Programa Estadual de Monitoramento da Qualidade Sanitária de Alimentos e fiscalização na Indústria de fabricação de Água Envasada Adicionadas de Sais, para verificar a condição Físico - Funcional para fins de renovação de licença de funcionamento. Outra ação realizada nos municípios foi de orientação que para a inspeção seja considerado o cumprimento da Resolução Nº 197, de 26 de dezembro de 2017, que dispõe de requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana, Resolução-RDC Nº 63 de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde e as demais Notas Técnicas com recomendações para os serviços de vacinação durante o período de pandemia da COVID-19.

A Vigilância Epidemiológica Regional participou e forneceu orientação técnica permanente para os profissionais de saúde dos municípios de abrangência para detecção ou prevenção de agravos tais como a Covid 19, SRAG, Exantemáticas (sarampo e rubéolas), meningites, doenças diarreicas etc. Participou de investigações epidemiológicas de casos e surtos de determinados agravos. Recomendou e promoveu promoção de medidas de controle para populações em riscos de saúde. Participou de reuniões e/ou palestras presenciais e/ou on lines sobre diversos agravos disponibilizados pelas equipes do Departamento Estadual de Vigilância Epidemiológica (DEPI) e CIEVS (Centro de Informação Estratégicas de Vigilância em Saúde) tais como Doença de Haff, Doença Mão-pé-boca, Paralisia Flácida Aguda, Covid 19, etc.

As ações realizadas pela Vigilância Epidemiológica do 6º CRS na Operação Verão visaram à promoção à saúde coletiva da população através da veiculação de informações em folders esclarecendo entre outros assuntos, sobre a forma de prevenção a COVID 19, juntamente com a distribuição a população em trânsito de máscaras, álcool gel, hipoclorito e preservativos em locais como feiras, rodoviária, e distritos. Como resultado a informação foi veiculada de forma assertiva, mantendo os cuidados



de distanciamento e uso de EPI e material descrito distribuído a população transeunte nos municípios m de abrangência conforme cronograma pré-estabelecido.

Foi realizada atualização dos Sistemas de informações sobre Mortalidade/SIM e os sistemas de seleção de causa Básica – SCB, para codificação no contexto da COVID-19 e outros códigos necessários. Tailândia, com 100% dos municípios do território deste 6º CRS visitados e Sistema de informações de mortalidade atualizado com base no cruzamento de informações oriundas de outros sistemas de informações como: SIVEP-Gripe, Monitoramento, E-SUS Notifica e informações Hospitalares locais. Equipe técnica local atualizada quanto à codificação da causa básica de óbito no contexto da COVID 19.

Foram realizadas reuniões com Coordenadores de regulação, atenção Básica e prestadores de serviços para estabelecer fluxo para digitação no SISCAN e realizar monitoramento aos serviços para leitura de lâminas de PCCU e mamografia, em 100% dos municípios do território deste 6º CRS que foram visitados e monitorados identificados pouca oferta do serviço de coleta de PCCU em 80% dos municípios, serviço de leitura de lâminas na rede pública baixo das necessidades reais, demora nos resultados, mamógrafos estabelecidos na região subutilizados e falta de estrutura e recursos humanos para informatização adequada e estabelecimento de fluxo de informação.

O Programa de Controle da Dengue trabalha com o Indicador 43: Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue e com a Meta: Realizar visitas domiciliares para controle da dengue. Realizar visitas domiciliares para controle da dengue. Realizar visitas domiciliares para controle da dengue.

As ações da equipe do Programa do 6º CRS são de apoio aos municípios por meio de supervisões, monitoramentos, avaliações, reuniões com gestores e técnicos, seja de forma presencial ou por meio de telefone, e-mails, grupos de WhatsApp, videoconferências afim de reduzir os riscos e agravos à saúde da população, conforme pactuado no Plano Plurianual do Governo do Estado de 2020 a 2023.

O Programa Nacional de Controle da Malária trabalha com o Indicador 43: Número de Casos Autóctones de Malária e a Meta: Reduzir a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária na Região Amazônica.



A interrupção da transmissão de malária é o objetivo final do controle da doença. Com ampliação rápida e esforços sustentáveis, a eliminação da malária é possível em todos os cenários de transmissão. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) estabelecem no Objetivo 3.3 acabar com as epidemias de malária até 2030. A Estratégia Técnica para Malária da Organização Mundial da Saúde (OMS) tem como meta a redução de pelo menos 90% dos casos até 2030 e a eliminação da malária em pelo menos 35 países. Para isso, prevê o estabelecimento de três pilares: 1) Garantir acesso universal à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento da malária; 2) Acelerar os esforços para a eliminação e obtenção do status livre de malária; 3) Transformar a vigilância de malária em intervenção essencial. (BRASIL, 2020)

A equipe do Programa do 6º CRS desenvolve ações de apoio aos municípios por meio de supervisões, monitoramentos, reuniões com gestores e técnicos, seja in loco ou por meio de telefone ou ferramentas virtuais, como e-mails, grupos de WhatsApp para cumprir o objetivo da Vigilância em Saúde que é “Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População” e também da Secretaria Estadual de Saúde – SESPA assessorando as Secretarias Municipais de Saúde de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé Miri, Moju e Tailândia quanto ao planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de saúde, para assegurar a prevenção, a recuperação e a promoção da saúde da população. A equipe está alinhada, por isso desenvolve as atividades que contribuem com as metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – ODS que é até 2030, acabar com as epidemias de doenças tropicais negligenciadas e outras doenças transmissíveis.

As atividades envolvendo a Entomologia no período 2021 envolveram atividades voltadas ao apoio técnico entomológico aos municípios à pesquisa e quantificação da dispersão vetorial ativa e passiva para Leishmaniose, Pesquisa e identificação de Anophelinos vetores da Malária. Investigação de surto de Doença de Chagas. Apoio à equipe de entomologia do nível Central ao surto de Febre Mayaro. Participação em capacitação em identificação e infectividade de Triatomíneos. Reunião com a coordenação estadual de Entomologia.

Ao longo de 2021 as atividades voltadas aos laboratórios de endemias restringiram-se apenas as supervisões diretas aos laboratórios de endemias, as quais visam detectar, corrigir e reduzir deficiências dentro dos processos pré-analíticos, analíticos e pós-analíticos proporcionando o aperfeiçoamento dos procedimentos



laboratoriais e minimizando a ocorrência de divergências diagnósticas, assim como contribuir para que as atividades sejam desenvolvidas respeitando os padrões de biossegurança e procedimentos práticos padronizados.

O Programa de Doença de Chagas Aguda foi instituído no Estado do Pará em 2006, após a realização de inquérito sorológico no Nacional no período de 1975 a 1980, onde se verificou uma média de soroprevalência Nacional de 4,2% e no Estado do Pará aproximadamente 1%. A partir de então se verificou a necessidade de iniciar um trabalho voltado para essa endemia. O programa iniciou trabalhando em conjunto com o Programa de malária onde através da leitura de lâminas na metodologia gota espessa era pesquisado tanto o plasmodium quanto t. Cruzi.

Na nossa região com o passar dos anos foi verificado que a forma de transmissão principal é a oral. Temos casos confirmados em todos os municípios, porém, o município de Tailândia não ocorre em todos os anos.

Dentro do Programa temos uma meta para alcançar que é iniciar tratamento em 100% dos casos positivos de Doença de Chagas Aguda. Em todos os anos ocorre de alguns municípios não conseguirem tratar todos os pacientes, alguns recusam o tratamento ou não são localizados.

Por termos ocorrência de doença de Chagas na maioria dos municípios, vimos à necessidade de acompanhar de perto o programa, as programações são realizadas de acordo com a necessidade ou solicitação. Durante as visitas técnicas verificamos o andamento do programa, sistema SINAN, controle de medicamento, realizamos capacitação quando necessário incentivamos o trabalho em conjunto vigilância em saúde e atenção primaria, e a importância do trabalho educativo durante todo ano. Em 2021 podemos considerar que tivemos uma melhora significativa nos municípios em relação ao sistema SINAN e ao diagnostico, pois aumentou o número de diagnósticos fechados pelo parasitológico que é o padrão ouro e com isso a adesão ao tratamento.

A meta do Programa de Zoonoses é controlar em 100% das regiões de Saúde/Município, evitando e/ou controlando ocorrência de surto e/ou casos de raiva humana, febre amarela, leptospirose, hantavirose de interesse e saúde pública. Atualmente estamos com óbitos por raiva de animais de grande porte em nossos municípios, com isso há necessidade de realizar ações profiláticas com mais intensidade, dentre elas temos a campanha antirrábica e captura de morcego. Apesar



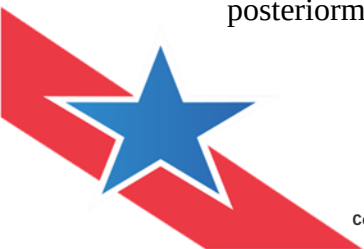
deste 6º CRS incentivar essa prática, alguns municípios continuam com dificuldades em realizar essas ações.

Quanto ao programa de hanseníase em relação às metas da Pactuação Interfederativa, os municípios não alcançaram, nem os indicadores operacionais não foram bem sucedidos. O Monitoramento que a coordenação de MH realiza nos municípios é de grande importância, pois ajuda bastante na atualização dos dados no boletim de acompanhamento dos pacientes em tratamento, que automaticamente melhora o banco de dados do Sinan-Net e com isso os indicadores. Este ano só foi possível realizar uma Capacitação em hanseníase em Barcarena, e ainda foi on-line, ofertado pelo UEA/MS. Realizamos o Monitoramento das Ações de Controle de Hanseníase nas Unidades de Saúde e PSF, onde visitamos as unidades da zona urbana, a zona rural.

No programa de tuberculose a meta da maioria dos municípios precisa ser melhorada, principalmente a avaliação dos contatos examinados e testagem Anti-HIV. Ainda no município de Igarapé-Miri, continua a mais de 3 anos sem a realização do exame de Baar para diagnóstico e acompanhamento do tratamento, em desacordo como preconiza o Manual de TB, devido ao laboratório está em desacordo com os requisitos mínimos de biossegurança. Neste ano foi realizada uma reunião com a secretária de saúde e coordenação estadual e regional para conversar a respeito da oferta do serviço à população.

Este ano realizamos também um Monitoramento das ações de tuberculose e investigação de óbito que tem a tuberculose como menção de causa básica. O percentual dos indicadores acima está muito abaixo do proposto, a cura dos casos confirmados, nenhum município atingiu a meta que é >85%, o abandono todos estão acima de 5%, apesar dos exames de testagem de HIV não atingirem 100%, mas estão com o indicador bom. Os contatos examinados apenas Tailândia não conseguiu avaliar os 80%.

No ano de 2019 fomos acometidos por uma pandemia, COVID/19 e desde então os trabalhos estavam voltados para a interrupção desse vírus. O ano de 2020 foi a ápice da pandemia, sendo que as ações foram suspensas através de decretos e portarias. Somente a partir do dia 18 de Janeiro de 2021 foram disponibilizados através de Ministério da Saúde os primeiros lotes da vacina para a COVID-19, inicialmente com a vacina Coroavac, a qual estava direcionada somente para os idosos acima da 70 anos, e posteriormente para os profissionais de saúde, e com o avançar da vacinação se atingiu



todas as faixas etárias, incluindo adolescentes de 12 a 17 aos. Hoje estamos trabalhando com quatro tipos de vacinas (Caronavac, AstraZeneca, Janssen e Pfizer).

As atividades realizadas no ano de 2021 tiveram como foco principal à prevenção a COVID/19, visitas técnicas nos municípios para realizar o inventário de imunos e insumos na rede de frio dos municípios. Outro trabalho de grande relevância realizada nos municípios, e solicitada pela Coordenação Estadual foi à avaliação da Rede de Frio dos municípios, para verificar quais municípios apresentavam condições de receber a vacina do laboratório Pfizer. Observou-se que alguns dos municípios necessitavam de pequenos ajustes, os quais foram orientados a realizar as adequações para garantir o recebimento da referida vacina.

Após as adaptações nas redes de frio, para o recebimento da vacina do laboratório Pfizer, foi necessário atender as necessidades dos municípios, os quais encaminharam documento solicitando Treinamento da equipe de Imunização e Supervisão do início da campanha com a utilização da vacina da Pfizer, sendo iniciada nesse momento a vacinação para a população de adolescentes de 12 a 17 anos. Durante o treinamento foi trabalhado as especificidades para com o manuseio, acondicionamento e utilização da referida vacina, sendo capacitadas todas as equipes (um total de 60 técnicos) para o recebimento da referida vacina.

De acordo com informações do sistema SIES foram liberadas 745.688 doses e 577.645 doses aplicadas na área de abrangência deste CRS, sendo que o município de Abaetetuba recebeu 257.827, o município de Barcarena recebeu 191.330, o município de Igarapé Mir recebeu 98.820, o município de Moju recebeu 91.692 e Tailândia recebeu 106.019 doses.

Além das supervisões, monitoramentos, diversas capacitações foram realizadas pelas equipes dos Programas de Doença de Chagas, Dengue, Malária, Leishmanioses, Zoonoses, Imunização e IST/AIDS/Hepatites Virais para profissionais técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde (ACS), agentes de controle de endemias (ACE). Total de 601 profissionais capacitados.

Com as capacitações foram beneficiados profissionais e moradores das sedes dos Abaetetuba, Barcarena, Igarapé Miri, Moju e Tailândia e de localidades longínqua como a Aldeia Anambé, localizada no município de Moju. As capacitações foram realizadas junto com os monitoramentos como forma de aperfeiçoar o tempo e recursos



financeiros. As equipes dos Programas da Malária, Imunização, IST/AIDS/Hepatites Virais e Leishmanioses foram as que realizaram ações exclusivas para as capacitações.

A ação de Leishmaniose foi solicitada pela equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI/ Distrito Sanitário Especial Indígena – DISEI do Guamá Tocantins - Polo indígena Base de Tucuui, com o objetivo de atender a comunidade indígena de seis (6) polos da Aldeia Anambé, no sentido de diminuir o alto risco dessa população humana de ser atingida pela leishmaniose visceral (LV), como apontou o estudo entomológico realizado em março de 2021.

A região é muito distante da cidade, sendo que o acesso é pelo município de Mocajuba. As casas na maioria feitas de madeira, a principal atividade econômica e/ou de subsistência é a produção de farinha de mandioca e plantações diversas, criações de patos, galinhas, porcos. Nas proximidades das residências têm abrigos para esses animais como: galinheiros e chiqueiros. Na maioria das casas tem cães, muitos deles visivelmente em condições precárias de saúde.

Existe grande quantidade de lixo no entorno das casas, principalmente nos locais de fabricação da farinha, como restos de matéria orgânica a céu aberto, devido a grande quantidade de extração e beneficiamento da mandioca para a produção da farinha, folhas secas, fezes de animais, cascas de frutas. Ressalta-se que estas condições são extremamente propícias ao desenvolvimento e aparecimento da LV e LTA humana.

A Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, por meio dos Centros Regionais de Saúde busca assegurar a prevenção, a recuperação e a promoção da saúde da população. Frente a isso, os programas apoiaram os municípios na realização de ações de prevenção contribuindo com a saúde e o bem estar dos moradores de localidades de difícil acesso.

As capacitações para os agentes de controle de endemias (ACE) e agentes comunitários de saúde (ACS) de várias localidades do município do Moju contribuem para que as pessoas tenham acesso ao diagnóstico e tratamento precoce nos casos de malária evitando as formas graves da doença. O tratamento adequado interrompe a cadeia de transmissão o que contribui para que os casos não aumentem nessas regiões.

Nos polos da Aldeia Anambé existem 56 imóveis, destes 05(cinco) não representam moradias fixas, são igrejas, barracas, anexos, posto de saúde. A população residente é de 194 pessoas. Encontra-se uma população de 74 cães. Foram realizadas orientações tanto individuais nas residências quanto em grupo com foco na prevenção



da doença, forma de transmissão, vetor, reservatórios caninos cuidados e manutenção e controle ambiental, assim como outras orientações e esclarecimentos. As ações foram de suma importância e necessidade, devido esta população indígena rural, encontrar-se em risco iminente de ser atingido pela doença, dado indicado por, além da proliferação do mosquito transmissor, a presença de 12% dos cães positivos no inquérito feito. O custeio das ações de Vigilância em Saúde foi de R\$ 386.604,95.

3. O QUE IREMOS FAZER.

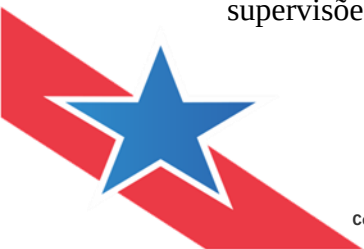
Conforme a revisão do PPA biênio 2022-2023, o 6º CRS realizará as seguintes ações no Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos na Implementação da Rede de Atenção Psicossocial como apoio dos cinco municípios da área de abrangência, sendo programado para o ano de 2022 o recurso de R\$ 15.000,00 e para 2023, R\$ 15.487,00. Serão realizadas ações de apoio aos municípios para incentivar a implantação/ implementação de novos pontos de atenção à saúde mental, conforme o desenho previsto no Plano Estadual da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

No Programa Governança Pública realizará Capacitação de Agentes Públicos com orçamento de R\$ 3.000,00 em 2022 e R\$ 3.097,00 para 2023. Nesta ação está prevista a capacitação de 20 (vinte) servidores do 6º CRS nos cursos oferecidos pela Escola de Governança do Estado do Pará, com vistas ao aperfeiçoamento profissional, melhorando os serviços oferecidos à população nesta Unidade Gestora.

No Programa Manutenção da Gestão realizará Operacionalização das Ações Administrativas, com orçamento para 2022 de R\$ 92.640,00 e R\$ 95.650,00 para 2023. Serão mantidos os 05 (cinco) contratos com os prestadores de serviços e fornecedores para garantir as atividades administrativas e técnicas de apoio aos municípios.

O Programa Saúde desenvolverá Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde, com orçamento de R\$ 5.000,00 para 2022 e R\$ 5.167,00 para 2023. Nesta ação serão apoiados os 05 (cinco) municípios da área de abrangência com capacitações para conselheiros, participação em reuniões ordinárias e monitoramento do Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS), com vistas à qualificação desses colegiados de controle social.

Apoio aos Serviços de Atenção Primária, com orçamento de R\$ 100.000,00 em 2022 e R\$ 103.250,00 para 2023. Nesta ação serão realizadas visitas técnicas, supervisões, monitoramentos, capacitações e treinamentos nos Programas da Atenção



Básica, visando fortalecer os municípios na implementação dos serviços de atenção primária à saúde.

Articulação Interfederativa fará a implementação da Comissão Intergestores Regional, tendo orçamento para 2022 de R\$ 17.000,00 e R\$ 17.552,00 em 2023. A Comissão Intergestores Regional Tocantins será conduzida pelo 6º Centro Regional de Saúde, no próximo biênio. Serão realizadas 12 reuniões anuais, além da ativação das comissões e câmaras técnicas que dão suporte à CIR Tocantins.

A Educação na Saúde, com orçamento para 2022 de R\$ 15.000,00 e para 2023 de R\$ 15.487,00. Com a implementação da Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES Tocantins) e das Referências Técnicas em Educação Permanente do 6º CRS serão formados os Núcleos de Educação Permanente (NEP) dos municípios, além das capacitações, curso e treinamentos a serem realizados buscando qualificar 200 (duzentas) pessoas.

Implementação da Humanização na Saúde, terá orçamento pra 2022 de R\$ 6.000,00 e para 2023 R\$ 6.195,00. Serão realizadas 40 (quarenta) ações de humanização na saúde, como palestras, Workshops, encontros, além da constituição do Coletivo Regional de Humanização na Saúde, formado pelas referências técnicas municipais e regionais.

Implementação do Planejamento do SUS, com orçamento para 2022 de R\$ 14.000,00 e para 2023 de R\$ 14.455,00. Será realizado apoio técnico aos municípios para a implementação de 30 (trinta) instrumentos de gestão, sendo três de cada ente federativo.

Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS, com orçamento para 2022 de R\$ 6.000,00 e para 2023 de R\$ 6.195,00. Nesta ação será realizado apoio aos municípios para o funcionamento do serviço de Ouvidoria, monitoramento das Ouvidorias dos hospitais contratualizados e sob gestão de OSS, além de 100 (cem) demandas finalizadas no Sistema OuvidorSUS.

Regulação em Saúde, com orçamento de R\$ 30.000,00 para 2022 e de R\$ 30.975,00 para 2023. Serão realizadas ações para garantir 100 (cem) acessos regulados nos serviços de saúde, além de monitoramentos nos serviços de urgência e emergência (SAMU e UPA), avaliação dos contratos hospitalares, monitoramento do serviço de TFD e apoio ao processo regulatório dos hospitais sob gestão de OSS.



A Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos, terá o orçamento de R\$ 385.090,00 para o ano de 2023 e de R\$ 397.605,00. Nesta ação serão realizadas visitas técnicas, supervisões, monitoramentos, capacitações e treinamentos nos Programas da Vigilância em Saúde, visando reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças.

A Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária, com orçamento de R\$ 150.000,00 para o ano de 2022 e R\$ 154.875,00 para 2023. Nesta ação serão realizadas visitas técnicas, supervisões, monitoramentos, capacitações e treinamentos nos Programas Saúde do Trabalhador, Vigilância Ambiental e Sanitária em apoio aos municípios da área de abrangência.

4. AÇÕES REALIZADAS EM 2021 QUE CONTRIBUEM COM AS METAS DOS ODS.

O 6º Centro Regional de Saúde desenvolveu ações de **apoio aos 05(cinco) municípios** de sua área de abrangência através do Programa Saúde Mental, com visitas técnicas, monitoramento dos CAPS e realização da Oficina de Atualização Técnica para mais equipes dos CAPS dos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Moju, Igarapé Miri e Tailândia com total de 35 participantes. O valor aplicado nestas ações foi de R\$ 13.919,96. Esta ação contribui para a **Meta dos ODS 3.5** - Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

Ações de apoio aos 05(cinco) municípios de sua área de abrangência através do Programa **Apoio aos Serviços de Atenção Primária**, com Supervisão do Programa Saúde da Criança, Previne Brasil, participação em Oficinas e Treinamentos, Vigilância do Óbito materno-Infantil, Programa Saúde do Homem, Programa Saúde do Adolescente, Programa Saúde da Mulher, Programa Saúde do Idoso, Programa de Nutrição. Pode se considerar que toda a população dos municípios foi beneficiada. O valor aplicado nestas ações foi de R\$ 50.259,12. **Esta ação contribui para a Meta de ODS 3.8** - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

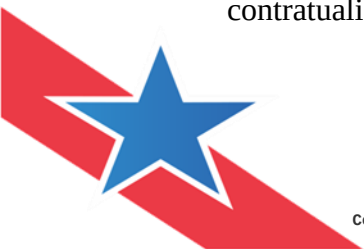


Fornecimento de 04(quatro) cadeiras de rodas a usuários do município de Barcarena, com os recursos destinados à aquisição de órteses, próteses e outros meios de locomoção, conforme as especificações técnicas encaminhadas à Divisão de Organização, Controle e Avaliação. O valor aplicado nesta ação foi de R\$ 17.500,00. Esta ação contribui para a **Meta 10.2** - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

As **ações de vigilância em saúde** nos 05(cinco) municípios da área de abrangência, tais como, visitas técnicas, monitoramentos, capacitações, treinamentos nos Programas da Malária, Dengue, Tuberculose, Hanseníase, Sífilis, Hepatite, Doença de Chagas. Destaca-se o Programa de Imunização, que viabilizou o fornecimento de vacinas contra Covid-19 e demais imunos para a população desses municípios. Pode se considerar que toda a população dos municípios foi beneficiada. O valor aplicado nesta ação foi de R\$ 333.069,21. Esta ação **contribui para as Metas 3.3** - Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis; e **3.b** - Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

Desenvolveu **ações de vigilância em saúde** nos 05(cinco) municípios da área de abrangência, tais como, visitas técnicas, monitoramentos, capacitações, treinamentos nos **Programas Saúde do Trabalhador, Vigilância Ambiental e Vigilância Sanitária**. Pode se considerar que toda a população dos municípios foi beneficiada. O valor aplicado nesta ação foi de R\$ 53.535,74. Esta **ação contribui para a Meta 3.9** - Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

As **ações de Ouvidoria** nos 05(cinco) municípios da área de abrangência, tais como, monitoramentos nos serviços de Ouvidoria municipal, nos hospitais contratualizados e sob gestão de OSS, treinamento no Sistema Ouvidor SUS com a



participação de 27 pessoas. Também realizou os acompanhamentos das demandas para que fossem finalizadas no OuvidorSUS, sendo até o momento finalizadas 10(dez), demandas. Pode se considerar que toda a população dos municípios foi beneficiada com a implementação da Rede de Ouvidorias. O valor aplicado nesta ação foi de R\$ 24.948,56. Esta ação **contribui para a Meta 16,6** - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

As **reuniões da Comissão Intergestores Regional** (CIR Tocantins), da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), Comissão Integração Ensino-Serviço (CIES) para discutir pautas sobre a política de saúde da Região, aprovar pleitos municipais e fortalecer a governança no território. Pode se considerar que toda a população dos municípios foi beneficiada com a implementação da CIR Tocantins. O valor aplicado nesta ação foi de R\$ 2.611,18. **Esta ação contribui para as Metas 16.6** - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; e **16.7** - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

Desenvolveu **ações de implementação do planejamento do SUS** nos 05(cinco) municípios da área de abrangência, tais como, monitoramentos no Sistema DigiSUS, alimentação do Sistema Sigplan, Orientação para elaboração dos Planos Municipais de Saúde, Pactuação Interfederativa, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão, além da participação da equipe técnica do Núcleo de Planejamento Regional em reuniões e encontros de planejamento. Pode se considerar que toda a população dos municípios foi beneficiada com a implementação do Planejamento do SUS. O valor aplicado nesta ação foi de R\$ 11.898,91. **Esta ação contribui para a Meta 16,6** - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

Ações de **educação na saúde** nos 05(cinco) municípios da área de abrangência, tais como, treinamentos, capacitações e palestras, além da participação dos servidores do CRS em eventos de educação permanente. Foram constituídas as Referências Técnicas Regionais de Educação Permanente na Saúde para apoiar a implementação da política nos municípios. Também ocorreu a participação de representantes do CRS na Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES Tocantins). O valor aplicado nesta ação foi de R\$ 11.987,69. Esta ação **contribui para as Metas 3.7** - Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento



familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;

3.c - Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Desenvolveu **ações de regulação em saúde** nos 05(cinco) municípios da área de abrangência, tais como, supervisões, visitas técnicas, monitoramentos e treinamentos nos sistemas de regulação. Além de capacitação para a Comissão de Avaliação dos Contratos Hospitalares, que realizam o acompanhamento e elaboração de relatórios dos contratos. Outras atividades de regulação desenvolvidas foram monitoramento do Programa de Tratamento Fora de Domicílio, monitoramento de SAMU e UPA e autorização de laudos de AIH dos hospitais contratualizados e sob gestão de OSS. O valor aplicado nesta ação foi de R\$ 19.278,26. Esta ação **contribui para a Meta 3,8** - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

Ações de Humanização na Saúde, tais como, palestra sobre a Política Nacional de Humanização na Saúde no município de Igarapé Miri, com a participação de 22 pessoas; participação de servidores do CRS no Encontro de Gestores da SESPA, onde foram oferecidos Workshops e palestras sobre humanização na saúde. Foram constituídas as Referências Técnicas Regionais de Humanização na Saúde para apoiar a implementação da política nos municípios. O valor aplicado nesta ação foi de R\$ 1.068,21. Esta ação **contribui com as Metas 3.7** - Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais; e

3.c - Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.



Apoio aos Conselhos de Saúde no município de Igarapé Miri para orientar a nova gestão da Secretaria Municipal de Saúde quanto à importância do Conselho para o município a partir da eleição e capacitação de novos conselheiros. Houve a participação nas Conferências Municipais de Saúde dos municípios de Moju e Igarapé Miri. Também ocorreu a participação de representantes do 6º CRS nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Barcarena. O valor aplicado nesta ação foi de R\$ 830,83. Esta ação **contribui para as Metas 16,6** - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; e **16.7** - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

5.AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS.

DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - 2021/UG: 200110

FONTE	DISPONIVEL	A LIQUIDAR	LIQUIDADO	DESP. PAGA
103	R\$ 40.298,50	R\$ 2.780,60	R\$ 209.754,44	R\$ 209.398,37
149	R\$ 84.847,71	R\$ 2.848,56	R\$ 410.978,55	R\$ 409.554,27
349	R\$ 22.100,00	-	-	-
TOTAL	R\$ 147.246,21	R\$ 5.629,16	R\$ 620.732,99	R\$ 618.952,64

Fonte: siafem

Implementação da Rede de Atenção Psicossocial

A ação teve desempenho conforme programado, somente o financeiro teve execução além do programado devido ao acúmulo das atividades durante a pandemia de Covid-19, que precisavam ser realizadas em apoio aos municípios da área de abrangência.

Capacitação de Agentes Públicos

Devido à suspensão dos cursos presenciais oferecidos pela Escola de Governança no ano de 2021, motivada pela pandemia da Covid-19 não foi possível realizar esta ação. Torna-se necessário organizar as capacitações dos agentes para o exercício de 2022 e também aumentar o quantitativo físico para 25 (vinte e cinco) Unidades e o teto financeiro para R\$ 10.000,00. O desempenho desta ação ficou abaixo do esperado.



Edição e Publicação de Atos da Administração Pública

O desempenho desta ação ficou abaixo do esperado, devido à suspensão das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19, não foi possível executar o programado.

Operacionalização das Ações Administrativas

A ação merece atenção no desempenho físico, pois não alcançou a meta pactuada, bem como, precisa de mais recursos financeiros. O físico deverá permanecer em 05 (cinco) contratos.

Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde

O desempenho desta ação ficou abaixo do esperado, devido à suspensão das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19, não foi possível executar o programado.

Articulação Interfederativa

A ação teve desempenho conforme programado, somente o financeiro não foi totalmente executado devido à suspensão das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19, não foi possível executar o programado. Contudo, devido ao caráter parcial deste relatório, ainda serão realizadas ações nos meses de novembro e dezembro de 2021 para melhorar o desempenho desta ação.

Educação na Saúde

A ação teve desempenho conforme programado, somente o financeiro não foi totalmente executado devido à suspensão das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19, não foi possível executar o programado. Contudo, devido ao caráter parcial deste relatório, ainda serão realizadas ações nos meses de novembro e dezembro de 2021 para melhorar o desempenho desta ação.

Implementação da Rede de Ouvidorias do

O desempenho desta ação ficou abaixo do esperado, devido à suspensão das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19, não foi possível executar o programado. O financeiro ficou acima do orçamento inicial devido destaque financeiro para a realização do Treinamento do Sistema OuvidorSUS. Contudo, devido ao caráter parcial deste relatório, ainda serão finalizadas as demandas dos meses de novembro e dezembro de 2021 para melhorar o desempenho desta ação.



Implementação da Humanização na Saúde

O desempenho desta ação ficou abaixo do esperado, devido à suspensão das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19, não foi possível executar o programado. Contudo, devido ao caráter parcial deste relatório, ainda serão realizadas ações nos meses de novembro e dezembro de 2021 para melhorar o desempenho desta ação.

Implementação do Planejamento do SUS

A ação teve desempenho conforme programado, somente o financeiro não foi totalmente executado devido a suspensão das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19, não foi possível executar o programado. Contudo, devido ao caráter parcial deste relatório, ainda serão realizadas ações nos meses de novembro e dezembro de 2021 para melhorar o desempenho desta ação.

Regulação em Saúde

A ação merece atenção no desempenho físico, pois não alcançou a meta pactuada, devido à suspensão das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19. Contudo, devido ao caráter parcial deste relatório, ainda serão realizadas ações nos meses de novembro e dezembro de 2021 para melhorar o desempenho desta ação.

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência

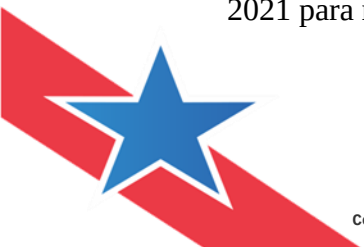
O desempenho desta ação foi conforme programado, sendo adquiridas quatro cadeiras de rodas adaptadas que foram fornecidas a pessoas com deficiência do município de Barcarena. Devido as devido dificuldades na aquisição de equipamentos em decorrência da pandemia de Covid-19, não foi possível executar o físico programado, pois os materiais estavam com elevação de preços.

Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade

O desempenho desta ação ficou abaixo do esperado, devido a suspensão das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19, não foi possível executar o programado.

Apoio aos Serviços de Atenção Primária.

A ação teve desempenho conforme programado, somente o financeiro não foi totalmente executado devido à suspensão das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19, não foi possível executar o programado. Contudo, devido ao caráter parcial deste relatório, ainda serão realizadas ações nos meses de novembro e dezembro de 2021 para melhorar o desempenho desta ação.



Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos.

A ação teve desempenho conforme programado, somente o financeiro foi executado abaixo do orçamento inicial, devido à restrição das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19. Contudo, devido ao caráter parcial deste relatório, ainda serão realizadas ações nos meses de novembro e dezembro de 2021 para melhorar o desempenho desta ação.

Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária.

A ação teve desempenho conforme programado, somente o financeiro foi executado abaixo do orçamento inicial, devido à restrição das atividades em decorrência da pandemia de Covid-19. Contudo, devido ao caráter parcial deste relatório, ainda serão realizadas ações nos meses de novembro e dezembro de 2021 para melhorar o desempenho desta ação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 6º Centro Regional de Saúde apoiou os 05 (Cinco) municípios da área de abrangência no Programa Saúde, contribuindo para o alcance das metas e indicadores estaduais e federais, bem como, assegurando vida saudável e promoção do bem-estar para a população da Região de Saúde, conforme preconizam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que enfrentam todas as condicionalidades e dificuldades do setor saúde, como crise financeira, rotatividade de profissionais, baixa qualificação técnica e de gestão, interferência política, ausência de planejamento, entre outros fatores que somados a mudanças intensas do cenário político fazem deste escritório regional instrumento de cogestão e orientador da tomada de decisão dos gestores municipais, unindo forças para o enfrentamento das necessidades e problemas de saúde.

O processo de planejamento em saúde é fator preponderante para organização dos serviços e causa de ajustes em demandas que merecem ser prioritárias onde os destaques de recursos objetivem a eficiência da gestão do cuidado. O 6º CRS tem como missão prestar essa assessoria, monitoramento e supervisão dos municípios da região, na qual sua equipe técnica une esforços para realizar as atividades planejadas e fortalecer as políticas públicas de saúde nos municípios.



7º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O 7º Centro Regional de Saúde é uma das 13 unidades administrativas da SESPA distribuídas em todo o território paraense, o 7CRS visa descentralizar os serviços e objetiva acompanhar de forma mais próxima à região do Marajó I, visando reduzir as barreiras geográficas entre a SESPA e os municípios de Afuá, Chaves, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari, Soure, Salva Terra e São Sebastião da Boa Vista, para melhor atender ao cidadão.

A sede do 7CRS é localizada na Rua Rose Danin, nº 563, Bairro de Canudos, Belém-Pa, CEP: 66070-602. A mesma não se localiza na região do Marajó por questões de logística estratégicas, considerando que poucos municípios do Marajó possui transporte que faça linha entre os municípios, sendo assim, para que todos os municípios da região tenha maior facilidade de acesso ao 7º centro regional, o mesmo fixa sede na capital do estado.

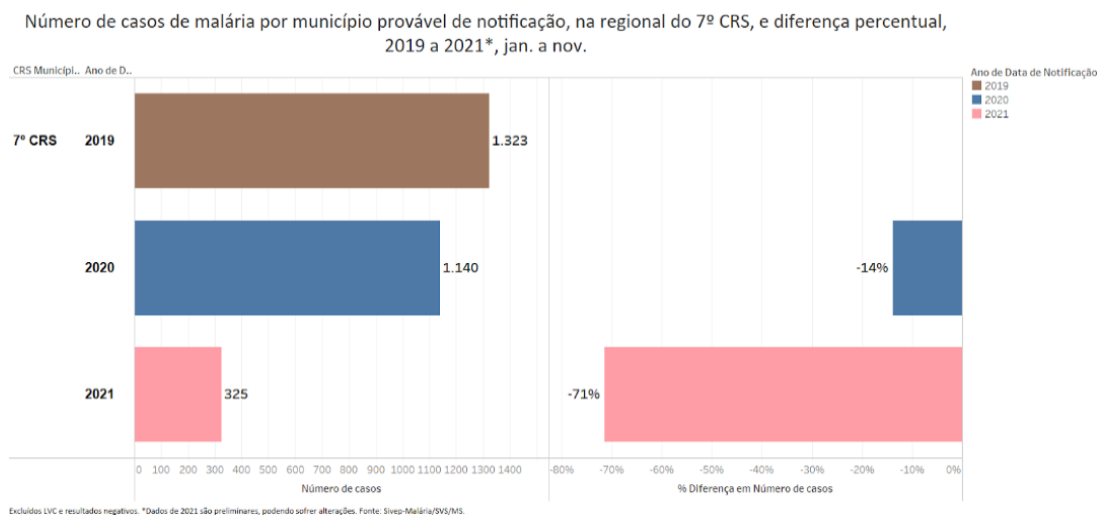
O 7º centro regional de saúde exerce monitoramento, supervisão, realiza capacitação e presta apoio técnico, quando solicitado, a 9 municípios, para exercer as suas atribuições o mesmo conta com 5 divisões: Divisão Administrativa e Financeira; Divisão de controle, Avaliação e Auditoria; Divisão Técnica; Divisão de Vigilância em Saúde e Divisão de Endemias; e possuiu corpo técnico de 66 servidores, deste total 15 são servidores cedidos pelo Ministério da Saúde.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B808DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



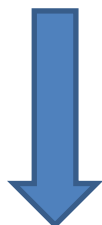
1. PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021.

Redução nos casos de malária na região do 7º Centro Regional de Saúde – Marajó I, ao longo dos anos de 2019 a 2021.



CASOS DE MALÁRIA NOS ANOS DE 2019, 2020 E 2021.

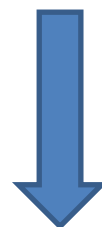
REDUÇÃO



14%

Redução de X casos entre 2019-2020.

REDUÇÃO



71%

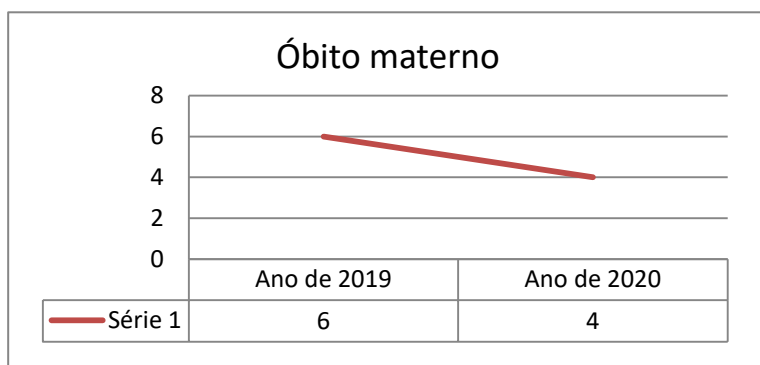
Redução de X casos entre 2020-2021.

Reflexo de um trabalho com resultado extremamente positivo, decorrente de atividades desenvolvidas pelo 7º Centro Regional em conjunto com a SESPA- Nível Central.

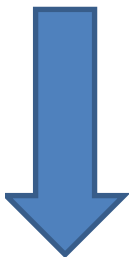




A Divisão de Vigilância e Saúde realizou a capacitações e atualização das equipes municipais.



REDUÇÃO



33%

**Redução de Óbitos maternos
entre 2019-2020.**

Redução da Mortalidade Materno na região do 7º Centro Regional de Saúde – Marajó I, dados apontam queda de 33% - Fonte SIM Federal, 26/11/2021.



2. O QUE FIZEMOS EM 2021

A Divisão de Vigilância e Saúde, objetivando reduzir os riscos e agravos à saúde da população, desenvolveu ações de vigilância e controle a agravos transmissíveis agudos e endêmicos e desenvolveu ações em saúde do trabalhador, ambiental e sanitária.

As ações desenvolvidas tinham com objetivo atender aos municípios, realizando treinamentos dos servidores municipais, realizando a supervisões das ações desenvolvidas pelos municípios e o monitoramento dos sistemas de informações verificando o aumento de algum risco a saúde da população ou o acontecimento de algum surto, e realizou ações de apoio técnico quando foi necessário e solicitado pelos municípios. As Secretarias Municipais de Saúde foram o foco do trabalho desenvolvido em 2021, visando como consequência do trabalho desenvolvido a oferta de um serviço de qualidade na eliminação, diminuição ou prevenção de riscos à saúde População.

Diante do acontecimento do aumento de casos de malária nas fronteiras dos municípios de Chavez e de Afuá o 7crs, com o apoio da SESPA-Nível central e dos dois municípios atingidos, o 7CRS realizou força tarefa de combate à malária falciparum, tendo como publico alvo a população ribeirinha dos municípios, realizando a busca ativa de caso, ofertando tratamento, distribuindo mosquiteiros impregnados e realizando a conscientização da população com educação em saúde, a força tarefa teve duração de 06 meses, e atendeu mais de 3.000 pessoas.

A força tarefa teve como principal estratégia o diagnóstico precoce, o tratamento oportuno, bem como a instalação de mosquiteiros de longa duração nas localidades em situação de risco epidemiológico, interrompendo a cadeia de transmissão, diminuindo o numero de casos, controlando o agravo endêmico, e para tal foi utilizado destaque financeiro de R\$ 187.260,00 (Cento e Oitenta e Sete Mil e Duzentos e Sessenta Reais).

Ademais, também foi realizada ação de Treinamento de controle e captura de quirópteros nos municípios de Ponta de Pedras, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Santa Cruz do Ararí e Cachoeira do Ararí, estas ações objetivaram a redução no número de animais e pessoas agredidas por morcegos, os municípios possuíam notificação de agressões, e o treinamento dos servidores municipais em captura e controle de morcegos; a doação de armadilhas de captura e pasta Vampírica visou possibilitar que o ente municipal fosse capaz de dar continuação da ação, fortalecendo a saúde municipal

e reduzindo os riscos e agravos à saúde da população, para tal foi utilizado destaque financeiro de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e Oito Mil Reais).

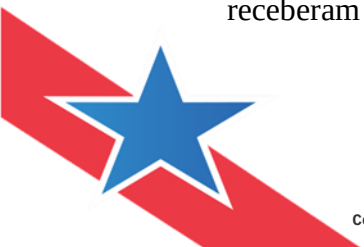
Importante dar destaque as ações a cima descritas, pois as mesmas e a verba utilizada não estavam no planejamento para o ano de 2021, sendo uma verba suplementar disponibilizada diante de um acontecimento inesperado.

O 7º CRS realizou a **CAMPANHA JULHO AMARELO** nos municípios de Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure, foi realizada orientação da população a respeito dos cuidados sobre as IST's, foi feita a testagem de HIV, Hepatite B, Hepatite C e Sífilis, testando 92 pessoas em ponta de pedras, 180 pessoas em Salvaterra e 127 pessoas em Soure, mas se estima que se tenha atingindo com testagem e educação em saúde 1.500 pessoas. Pretende-se realizar em Dezembro de 2021 a **CAMPANHA DEZEMBRO VERMELHO**, visando atingir os municípios de Soure, Salvaterra, Muaná e Ponta de Pedras, e atender um total de 2.000 pessoas.

No mas, com exceção das três ações acima descritas que tinham como fim imediato a população, as demais ações desenvolvidas foram realizadas no intuito de fortalecer as Secretarias Municipais de Saúde, ofertando diversos treinamentos de capacitação e de atualização para os servidores municipais; tirando dúvidas e dando orientações tanto *in loco* quanto de forma remota, atualizando quanto a novas notas técnicas, realizando reuniões técnicas on-line para esclarecimentos de dúvidas sobre os sistemas e sobre protocolos; realizando supervisões sob os trabalhos municipais com o objetivo identificar equívocos e construir soluções conjuntas com os municípios, e também foram realizadas ações de apoio técnico em situações de surtos e situações inusitadas.

O foco foi à promoção da saúde Municipal, pois se o serviço Municipal funciona de forma adequada, a Vigilância em conjunto com a Atenção Primária, é correto afirmar que são criadas condições melhores de preservar a qualidade de saúde da população como um todo, principalmente no que se refere à prevenção, que evita a instalação, agravamento ou complicações das mais variadas doenças e enfermidades, impactando na baixa do índice endêmico epidemiológico, quebra da cadeia de transmissão das doenças, e controle das doenças e redução dos casos dos agravos endêmicos nos municípios da Região das Ilhas – Marajó I.

Para o ano de 2021, havia sido determinada a meta física de 09 municípios, e a meta foi alcançada, sendo os 09 municípios da região do Marajó I atendidos, os 09 receberam ações *in loco* mais de 2 vezes no ano, e de forma remota é impossível



quantificar, pois o contanto do 7CRS com os municípios acontece de forma diária por e-mails, ligações e por aplicativos de mensagens incontáveis vezes.

Para o ano de 2021, havia sido estabelecida meta financeira para a ação de vigilância e controle a agravos transmissíveis agudos e endêmicos de R\$ 483.000,00 (Quatrocentos e Oitenta e Três Mil Reais) e para a ação de vigilância em saúde do trabalhador, ambiental e sanitária de R\$108.00,00 (Cento e Oito Mil Reais).

No entanto o financeiro disponibilizado foi de R\$ 361.000,16 (Trezentos e Sessenta e Um Mil e Dezesesseis Centavos) para a ação de vigilância e controle a agravos transmissíveis agudos e endêmicos e de R\$ 66.796,00 (Sessenta e Seis Mil, Setecentos e Noventa e Seis Reais) para a ação de vigilância em saúde do trabalhador, ambiental e sanitária.

Quanto ao objetivo de fortalecer a gestão do SUS para governança da rede de atenção a saúde, foi desenvolvida a articulação Inter federativa através da Comissão de Inter gestores Regional do Marajó I - CIR, sendo atingida a meta física, sendo realizadas reuniões mensais durante o ano, com a participação dos 09 municípios, com aprovação das resoluções: aquisição de ambulância para o município de Chaves; aquisição de uma ambulância para o município de Muaná; aquisição de um aparelho de raio-x para o município de Muaná; aprovado o credenciamento do projeto UBS Fluvial do município de Ponta de Pedras; aprovada a indicação do secretário de saúde do município de São Sebastião da Boa Vista como vice.

Nas reuniões além de resoluções, também foram tratadas de temáticas de interesse dos 09 municípios e do estado para a promoção da saúde pública: participações de expositores dos programas de DCNT, Educação permanente, (DGETS), saúde mental do nível central/SESPA, escola de governança do estado e COSEMS, entre outros.

Quanto ao programa Tratamento Fora do Município, foram realizadas visitas técnicas em conjunto com a coordenação estadual nos seguintes municípios: Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, onde foi realizada a capacitação das equipes municipais. Os 09 municípios do Marajó I- Região das ilhas receberam orientações, e três tiveram verificações de todos os processos encaminhados, além de fortalecer a relação do município e do estado na busca de melhorias no atendimento.

Quanto ao pagamento, no Marajó I apenas cinco municípios é gestão básica, município de São Sebastião da Boa Vista, Ponta de Pedras, Santa Cruz da Arari,



Cachoeira do Arari e Afuá, para o tratamento fora do município foi determinada meta de financeira de R\$ 280.000,00 (Duzentos e Oitenta Mil Reais), no entanto foi disponibilizado R\$ 242.000,00 (Duzentos e Quarenta e Dois Mil Reais), até o mês de novembro foram beneficiados 223 pessoas, sendo pago mais de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) de TFD.

Ademais, quanto à implementação da rede de ouvidoria do SUS encontra-se realizada, estando disponível para contato dos 09 municípios.

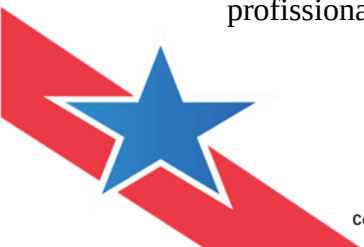
Quanto à educação na saúde, atividade desenvolvida continuamente em conjunto com as demais ações desenvolvidas, tanto pela DOCA, quanto pela DVS e DT.

A Divisão Técnica, visando fortalecer a rede de atenção primária realizou reuniões técnicas com as Equipes das ESFs em Ponta de Pedras, Muaná e Afuá, realizou ação de apoio e supervisão em Salvaterra, e foi desenvolvida a ação OPERAÇÃO E-SUS EM AÇÃO, ação que alcançou os 09 (nove) municípios do Marajó I: Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

A **OPERAÇÃO E-SUS EM AÇÃO** teve a proposta de melhorar o atendimento e os serviços realizados nas Estratégias Saúde da Família, que está inserido dentro de um contexto de política institucional de fortalecimento da Atenção Primária, conforme Portaria nº 2436 de 21 de setembro de 2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do SUS).

A atividade visou alcançar as metas propostas pelo Ministério da Saúde dos 07 (sete) indicadores do Programa Previne Brasil, instituído pela Portaria 2979 de 12 de novembro de 2019 e dos indicadores da Pactuação Interfederativa. E aprimorar as informações no Sistema E-SUS/AB e melhorar os recursos financeiros para o crescimento e sustentabilidade das Estratégias Saúde da Família dos municípios do Marajó I.

Esta operação contemplou: 63 profissionais das Estratégias Saúde da Família do município de Afuá; 26 profissionais das Estratégias Saúde da Família do município de Cachoeira do Arari; 20 profissionais das Estratégias Saúde da Família do município de Chaves; 24 profissionais das Estratégias Saúde da Família do município de Muaná; 91 profissionais das Estratégias Saúde da Família do município de Ponta de Pedras; 39 profissionais das Estratégias Saúde da Família do município de Salvaterra; 37



profissionais das Estratégias Saúde da Família do município de Santa Cruz do Arari; 72 profissionais das Estratégias Saúde da Família do município de São Sebastião da Boa Vista; 80 profissionais das Estratégias Saúde da Família do município de Soure.

Como estratégias utilizadas pela equipe regional o seguinte: foram realizadas visitas in loco, reunindo todos os profissionais das equipes de atenção primária em saúde por setores das UBS's de cada município com apresentação de slides mostrando as ferramentas do E-SUS e as portarias do Ministério da Saúde, e também o novo modelo de atendimento aos servidores municipais.

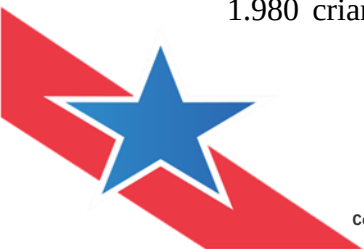
Tais atividades trouxeram impactos das melhorias das informações dos sistemas de saúde, possibilidades de maiores recursos financeiros aos municípios dentro do Programa do Previne Brasil, melhorias no acolhimento e atendimento qualificados das clientelas nas ESFs, melhorias das informações dos clientes nos sistemas e atualizações das documentações dos clientes.

Após finalizar esta atividade, foi dado início ao monitoramento que foi realizado até a presente data em 04 (quatro) municípios Afuá, Chaves, Soure e Salvaterra sendo que os demais municípios estão no aguardo da programação.

Também foram realizados no ano corrente “in loco” monitoramento em 03 (três) UBS Fluviais nos municípios de: Afuá, Chaves e Ponta de Pedras. E como estratégias utilizaram um questionário preenchido pela equipe regional e vistoria “in loco” aos setores da unidade e sempre acompanhada pela coordenação da atenção primária municipal. Onde estas unidades irão beneficiar um grande número de pessoas: Afuá: 3.502 pessoas, Chaves: 10.225 pessoas e Ponta de Pedras 2.058 pessoas.

Com isso teremos um grande impacto na vida destas pessoas onde todas as comunidades ribeirinhas terão maior acesso aos serviços de saúde, assim como acompanhadas dentro dos programas preconizados pelo Ministério da Saúde.

O Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA), contemplou os nove municípios da Região do Marajó I: Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa vista e Soure, vitamina A para a população do Marajó I que é contemplada no programa, traduz-se na melhora do estado de saúde das crianças suplementadas, com melhora do estado nutricional e de qualidade de vida, visto que a suplementação dá suporte na prevenção de doenças, tais como o sarampo e a xeroftalmia (carência de Vitamina A). Cerca de 1.980 crianças de 6 a 11 meses foram beneficiadas com o recebimento de doses de



vitamina A. Além disso, aproximadamente 6.160 crianças de 12 a 59 meses foram suplementadas com doses dessa, nos municípios da Região do Marajó I.

No programa de saúde e atenção à criança neste ano de 2021 houve um movimento de conscientização da importância da realização e monitoramento da triagem neonatal em todos os nascidos vivos. Essas ações foram realizadas em forma de orientação aos municípios de abrangência deste Centro regional, distribuição de kits do teste do pezinho, participação em Live sobre novos fluxos e rotina da Triagem Neonatal. O público alvo destas ações são todos os nascidos vivos dos nove municípios do 7º crs: 3.964 bebês, fonte SINASC.

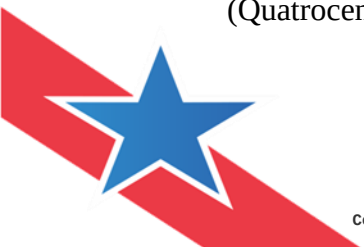
No mais, foi realizada a supervisão, monitoramento, foram tiradas dúvidas, visando o fortalecimento da atenção primária, e para o alcance deste objetivo foi traçada a meta de alcançar em 2021 os 09 municípios do Marajó, meta alcançada com louvor, e também foi traçada a meta financeira de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e Um Mil Reais), no entanto, o financeiro disponibilizado foi de R\$ 66.495,00 (Sessenta e Seis Mil Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais).

3. O QUE IREMOS FAZER.

A Divisão Administrativa e Financeira, com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento de pessoas, planeja para 2022 o desenvolvimento da ação de capacitação de agentes públicos, instituída como meta a capacitação de 10 agentes públicos, a meta financeira é de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), o curso já em fase de organização é o de Vigilância epidemiológica.

Com o objetivo de viabilizar a gestão administrativa do estado, se pretende a manutenção do contrato de locação do prédio sede do 7º centro Regional, para o mesmo a meta financeira é de R\$ 162.760,00 (Cento e Sessenta e Dois Mil Setecentos e Sessenta Reais).

Divisão de Vigilância e Saúde com o objetivo de reduzir os riscos e agravos à saúde da população de toda a região do Marajó I planeja realizar a vigilância e controle a agravos transmissíveis agudos e endêmicos, tendo como meta física o desenvolvimento de ação nos 09 municípios que compõem a região do Marajó I: Soure, Salvaterra, Cachoeira do Ariri, Santa cruz do Ariri, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Ponta de Pedras, Chavez e Afuá, possuindo como meta financeira R\$ 483.000,00 (Quatrocentos e Oitenta e Três Mil Reais).



Pretende-se realizar o monitoramento dos municípios através dos sistemas de informação, realizando supervisão das ações realizadas pelos municípios e apoio técnico, quando solicitado.

Está planejado levantamento entomológico, buscas ativas de casos de malária, supervisão as salas de imunização, realizar supervisão nas ações operacionais do PECD (Programa Estadual de Controle da Dengue), SISPNCD (Sistema do Programa Nacional de Controle da Dengue) e SINAN (Dengue Online), supervisão das campanhas municipais de vacinação animal, entre outras, também se planeja realizar a campanha julho amarelo e a campanha dezembro vermelho.

Objetiva realizar a vigilância em saúde do trabalhador, ambiental e sanitário, tendo como meta física o desenvolvimento de ação nos 09 municípios que compõem a região do Marajó I, possuindo como meta financeira R\$ 108.000,00 (Cento e Oito Mil Reais).

Se pretende realizar ação de Fiscalização das Palmeiras, ação de Monitoramento e Assessoria de VISA's, se pretende dar continuidade à implementação do VSPEA e MDDA, e realizar reavaliações periódicas. Ademias pretende-se realizar visitas técnicas periódicas de supervisão.

A Divisão de Controle Avaliação e Auditoria com o objetivo de fortalecer a gestão do SUS para governança de rede de atenção à saúde são planejadas para 2022 o desenvolvimento da ação de articulação Interfederativa, que possui meta financeira de R\$ 2.620,00 (Dois Mil Seiscentos e Vinte Reais); ação de implementação do planejamento do SUS, meta financeira de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais); ação de regulação na Saúde, com meta financeira de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais); ação de implementação de humanização na saúde, meta financeira de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), ação de apoio às ações dos conselhos de saúde, meta financeira de R\$ 15.000 (Quinze Mil Reais).

Dentro do programa SIAH, DIGISUS, SCNES e Cartão SUS se pretende realizar pela equipe multidisciplinar da Divisão de Controle Avaliação e Auditoria a orientação via e-mail, telefone e pessoalmente in loco a todos os municípios do Marajó I, 09 municípios.

Quanto a ações de apoio as ações dos conselhos de saúde, se objetiva realizar apoio aos 09 municípios do Marajó, e participar de no mínimo uma reunião do conselho de saúde de cada município. Quanto à Articulação Interfederativa, para o ano de 2022,



se tem como o objetivo realizar as reuniões presenciais obedecendo ao protocolo estadual da Covid-19, duas reuniões conjuntas com a CIR Marajó II, sendo uma em Belém e a outra em Breves, aumentar a participação dos 09 secretários nas reuniões mensais obedecendo ao calendário anual.

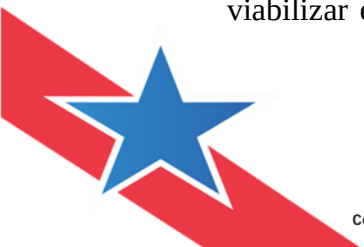
Com o objetivo de fortalecer a rede de atenção à saúde dos serviços de média e alta complexidade, se pretende a implementação do Tratamento Fora do Município, se pretende realizar visitas técnicas nos 09 municípios que compõem a região Marajó I, Objetivando realizar orientações e verificações de todos os processos encaminhados, além de fortalecer a relação do município e do estado na busca de melhorias no atendimento. Ademais, objetiva-se atender 05 municípios: São Sebastião, Ponta de Pedras, Afuá, Santa Cruz e Cachoeira do Arar, tendo como meta financeira o valor R\$ 280.000,00 (Duzentos e Oitenta Mil Reais), e beneficiar mais de 300 pessoas. No que tange às AIHS, se pretende realizar orientações nos trâmites dentro do sistema.

A Divisão Técnica Com o objetivo de Fortalecer a rede de atenção primária é planejada para 2022 o desenvolvimento da ação de apoio aos serviços de atenção primária, que possui meta financeira de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e Um Mil Reais); como a meta física de atender aos 09 municípios do Marajó I.

Para o ano de 2022 planeja-se realizar monitoramento das ESFs em 05 municípios do Marajó I, realizar visitas aos municípios para o acompanhamento das ações relacionadas ao programa das DCNTs (Doenças Crônicas Não Transmissíveis): Verificar as implantações das Academias de Saúde, assessorar na implantação do programa de tabagismo aos municípios prioritários, realizar a capacitação dos servidores dos municípios no programa do tabagismo e implantar ou programar o plano de ações estratégico para a hipertensão arterial e o diabético.

Realizar avaliação dos indicadores nos dois semestres do ano nos nove municípios. Participar e realizar reuniões técnicas nos cinco municípios (Salvaterra, Ponta de Pedras Muaná são Sebastião da Boa Vista e cachoeira do Arari) no programa de populações tradicionais e quilombolas.

Para o próximo ano, planeja-se realizar um novo treinamento geral, abrangendo todos os nove municípios, com carga horária teórica e prática para os servidores municipais de saúde na esfera da gestão e assistência. Também iremos continuar a viabilizar e assessorar os nove municípios sob nossa jurisdição, a fim de garantir que



todas as crianças tenham acesso à saúde, um direito constitucional e que precisa ser realizado em todo o território nacional.

Para o ano de 2022 planeja-se melhorar ainda mais o acesso das mulheres aos serviços de saúde e com isso diminuir os números de óbitos em mulheres em idade fértil, gestantes e puérperas, e planeja-se iniciar a execução dos planos municipais de educação permanente, utilizando o recurso financeiro disponível e destinado para a execução física total de R\$ 64.504,50 (Sessenta e Quatro Mil Quinhentos e Quatro Reais e Cinquenta Centavos).

Também iremos continuar a viabilizar e assessorar os nove municípios sob nossa jurisdição, a fim de garantir que todas as adolescentes tenham acesso à saúde, bem como, realizaremos reuniões técnicas aos municípios para acompanhamento de indicadores/ações relacionados à Saúde de Adolescentes e Jovens. Monitorar os municípios quanto à utilização da caderneta do adolescente.

Para o próximo ano, planeja-se realizar treinamento aos técnicos dos nove municípios, visando qualificar os profissionais, estimular os municípios a realizarem campanhas de conscientização, bem como, continuar a assessorar os nove municípios sob nossa jurisdição e realizar visitas aos municípios para acompanhamento de ações relacionadas à Saúde Mental.

4. AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUEM COM AS METAS DOS ODS.

Este centro regional vem trabalhando metas estabelecidas dentro do ODS 3- saúde e bem estar, através de suas equipes, como saúde do trabalhador, saúde ambiental, vigilância do óbito, doenças transmitidas pela água e doenças negligenciadas como tuberculose e hanseníase.

Dentro da saúde ambiental as metas 3.3 e 3.9 vêm sendo trabalhadas através de estratégias que reforçam o consumo humano de água, além do uso de produtos químicos, como agrotóxicos, de forma qualitativa e segura, faz o acompanhamento à execução de ações voltadas para o controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano em nove municípios do arquipélago do Marajó tanto em comunidades das zonas urbanas quanto das rurais e/ou tradicionais por meio de coletas mensais de amostras de água feita pelos entes municipais, buscando dar orientações técnicas e apoio às vigilâncias em saúde ambiental dos municípios.



No biênio 2020-2021, foram realizadas 1.519 amostras de água para consumo humano em nossos nove municípios, enquanto que se esperavam um total de 2.472, ou seja, até a presente data só conseguimos atingir 61,44% do esperado para o referido biênio fato este que esperamos corrigir para o ano 2022, através de supervisões, monitoramentos e controle.

Dentro da Vigilância do óbito, vem preconizando treinamentos constantes nos sistemas de informações de nascidos vivos e de mortalidade, sim SINASC, participação nos treinamentos de CID-10 e treinamento do sistema de agravos de notificação, SINAN.

Com isso contribuindo para a qualidade da informação e investigação epidemiológica de óbitos e doenças não transmissíveis que possam comprometer a saúde humana e possível óbito, tendo como metas norteadoras a 3.1, 3.2 e 3.4.

Dentro da Vigilância das Coberturas Vacinais (VCV), vem atuando no monitoramento de tais coberturas, interligando agravos a baixa cobertura vacinal e sua incidência na população e supervisão nas salas de vacinas, nas estratégias utilizadas para vacinar sua população e principalmente no cadastramento desta população seja feita pela equipe de atenção básica, haja vista ser este cadastramento um norteado para desenvolver políticas públicas para o fortalecimento e aumento de tais coberturas, tais ações vão ao encontro da meta 3.8.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS.

No que tange a compromissos regionais, a região do Marajó I não possui compromisso pactuado. Quanto à execução orçamentária, foi executado dentro do planejado, importante ressaltar que não foi recebido orçamento igual ao estabelecido no PPA, no entanto, o suficiente para realizar as ações, executando 90% do financeiro disponibilizado, como exposto abaixo:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração
Sistema Integrado de Planejamento - Sigplan

Execução Orçamentária por Programa
Exercício: 2021
Emissão: 7/12/2021 13:05:19

R\$

ÁREA/PROGRAMAÇÃO/AÇÃO	DOT.INICIAL	DOT.ATUALIZ(*)	EMPENHADO	LIQUIDADO	%EXE	SALDO
*PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
MANUTENÇÃO DA GESTÃO						
• OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS		152.650,00	139.717,40	139.366,18	91	12.932,60
TOTAL "MANUTENÇÃO DA GESTÃO"		152.650,00	139.717,40	139.366,18	91	12.932,60
SAÚDE						
• APOIO A AÇÕES DOS CONSELHOS DE SAÚDE			0,00	0,00		0,00
• APOIO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	60.740,00		59.866,51	59.866,51	99	873,49
• IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE OUVIDORIAS DO SUS				0,00		0,00
• IMPLEMENTAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO	215.198,82		197.628,24	163.611,98	76	17.570,58
• REGULAÇÃO EM SAÚDE	31.511,18		29.877,39	29.877,39	95	1.633,79
• VIGILÂNCIA E CONTROLE A AGRAVOS TRANSMISSÍVEIS AGUDOS E ENDÊMICOS	627.080,06		586.777,10	586.777,10	94	40.302,96
• VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR, AMBIENTAL E SANITÁRIA	83.496,16		75.806,85	75.806,85	91	7.689,31
TOTAL "SAÚDE"		1.018.026,22	949.956,09	915.939,83	90	68.070,13
TOTAL PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		1.170.676,22	1.089.673,49	1.055.306,01	90	81.002,73

*) Dot. atualizada = Dot. Inicial + Suplementação - Redução.

Fonte: http://177.74.2.12/gera_relatorio_pdf.asp

Quanto a Avaliação da execução das ações, meta física e financeira, para o ano de 2021, a ação de capacitação de agentes públicos, não foi realizada, estando abaixo da meta estabelecida tanto na meta física quanto financeira, sendo reavaliada para ser executada conforme o estabelecido no ano de 2022.

A operacionalização das ações administrativas foi desenvolvida de acordo com o planejado, alcançando a meta física com louvor, ficando abaixo do planejado para meta

financeira, mas desenvolvendo a ação e alcançando os resultados de acordo ao esperado.

Fortalecimento a rede de atenção primária:

O Fortalecimento a rede de atenção primária, foi uma ação desenvolvida com louvor, deixando a ação no status esperado, alcançado na meta física e excedendo a meta financeira, tendo em vista que para a realização das ações de fortalecimento da atenção primária nos 09 municípios do Marajó I o que foi anteriormente pactuado era insuficiente, no entanto o valor foi revisado na revisão do PPA para o próximo exercício.

Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos:

A ação de Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos foi desenvolvida e alcançou os resultados positivos esperados, no entanto a meta financeira foi extrapolada diante da demanda e da importância desta ação, os nove municípios foram devidamente atendidos, e a meta financeira foi revisada para o exercício de 2022.

Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária:

A ação de Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária, alcançou os resultados esperados, alcançando a meta física que era atender aos nove municípios do Marajó I, no entanto não alcançou a meta financeira, vista que a meta financeira estabelecida foi muito acima do necessário, diante disso a meta financeira foi revisada para o exercício de 2022.

Implementação de Tratamento Fora do Domicílio:

A Implementação de Tratamento Fora do Domicílio foi desenvolvida adequadamente, atendendo aos cinco municípios que ainda são gestão básica na região do Marajó I, no entanto no SIGPLAN apresenta estar abaixo do esperado pelo fato de a alimentação não esta sendo realizada da forma correta, até novembro de 2021 foram beneficiadas 223 pessoas, atingindo a meta física estabelecida, informação que será inserida no SIGPLAN, quanto a meta financeira, a mesma não será atingida, pelo fato de a procura pelo tratamento fora do domicilio não demandou o suficiente para o alcance da meta, algumas das razões foi a melhoria das gestões de saúde municipais e o COVI-19.

Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde:

A ação de Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde ficou abaixo do esperando neste exercício, umas das razões é o número de servidores que o 7º Centro possui,



recursos humanos abaixo do necessário para o devido funcionamento da unidade gestora, demanda já apresentada a SESP, mas as ações serão reavaliadas e será alcançada solução para que no próximo exercício as metas determinadas sejam alcançadas, os municípios atendidos e a população paraense beneficiada.

Regulação em Saúde:

A ação de Regulação em Saúde apresenta meta física abaixo do esperado, e meta financeira muito acima do esperado, diante dos resultados apresentados a ação em análise será reavaliada, para verificar os erros cometidos e a razão dos resultados apresentados para reformulação da ação para o exercício de 2022.

Educação na Saúde:

A ação de Educação na Saúde atingiu a meta física com louvor e não utilizou a meta financeira, pelo fato de a ação de educação na saúde acompanhar todas as ações desenvolvidas por essa unidade gestora, sendo um trabalho contínuo desenvolvido por todas as equipes do 7CRS, sendo um trabalho efetivo e econômico aos cofres públicos.

Fonte:

<https://www.sistemas.pa.gov.br/sigplan/index.php?action=Programaobjetivo.objetivosProgramaRegiao&RegId=1&ProId=507&Ppa=6&Ano=202>

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O presente documento procurou, de forma objetiva, atender ao disposto estabelecido no documento “Orientações para a elaboração de Relatório de Gestão - DPE/SAPOR/SEPLAD”, e nas orientações do Núcleo de Planejamento da SESP. As metas definidas para este exercício não foram completamente atingidas, no enteando, com relação aos resultados pode-se considerar satisfatório, traduzindo o empenho e a dedicação do corpo funcional do 7CRS.

Esperamos por fim, que os elementos aqui expostos possam ser uma leitura e a análise acessível e compreensiva. Ressaltamos a imprescindível necessidade de capacitação da comissão de planejamento deste centro, para que o resultado deste centro possa melhorar, para que o PPA possa ser feito da forma correta, que as metas físicas e financeiras traçadas possam ser possíveis, para que o SIGPLAN seja alimentado corretamente e para que os relatórios de gestão possam ser adequados nos formatos solicitados.



8º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

Esta Regional tem a missão de Assegurar às populações pertencentes ao 8º CRS, em especial aos municípios de Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel, Políticas Públicas de Saúde, fundamentadas pelos princípios do SUS, ressaltando a prática de gestão participativa e o controle social, no que tange à melhoria da qualidade de vida da população do Marajó II.

Este 8º CRS foi inaugurado em 28/11/1987, pelo então Governador Hélio da Mota Gueiros, faz parte da composição organizacional da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, criado pela Lei 5.838 de março de 1994, publicada em Diário Oficial Nº 27.683, fundamento que definiu a Composição Organizacional da SESPA. Atualmente o 8º CRS é composto por quatro (04) divisões, sendo: Divisão Técnica (DT), Divisão de Vigilância em Saúde (DVS), Divisão de Organização, Controle e Avaliação (DOCA) e Divisão Administrativa Financeira (DAF).

Faz-se necessário destacar que, dentro das responsabilidades gerenciais desta Regional encontram-se os municípios de Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel, os quais desenvolvem programas em saúde pública, como forma de promover a ampliação de acesso à saúde com qualidade em todos os níveis de atenção em configuração humanizada, segundo as necessidades sociais e em tempo oportuno. Desses, três municípios ainda estão sob Gestão Estadual: Anajás, Bagre e Melgaço. É uma das Regiões de Saúde mais pobres do Estado, onde se concentram os Municípios com os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do Brasil, e também os piores indicadores da saúde, tornando desafiador promover as ações e os serviços de Saúde na Região.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



1.PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021

Dando a voz a população e fazendo com que as denúncias cheguem aos Órgãos competentes reativação da Ouvidoria



OUVIDORIA SESPAS 8ºCRS

A Ouvidoria do SUS - 8º Centro Regional de Saúde/SESPA é um canal democrático de comunicação com os usuários do SUS, destinado a busca ativa e disseminação de informações em saúde, recepção de manifestações dos cidadãos, bem como de realização de pesquisas para subsidiar a gestão e o controle social do SUS, assegurando encaminhamento e tratamento adequado das manifestações.

SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ELOGIOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA.

CANAL DE ATENDIMENTO

PRESENCIAL: Praça Dário Furtado, nº 100 – Bairro Centro / CEP: 68.800-000 – Breves-Pará. Horário: 08:00 às 14:00h.

TELEFONE/WHATSAPP: 91 98443-1112/91 7400-9040

CARTAS: Deverão ser enviadas para o endereço da ouvidoria.

E-MAIL: ouvidoria8crs@gmail.com
ouvidoria@sespa.pa.gov.br

INTERNET: Formulário web
www.saude.pa.gov.br (OUVIDORIA)

Discagem gratuita: 0800-280-9889 (SESPA)

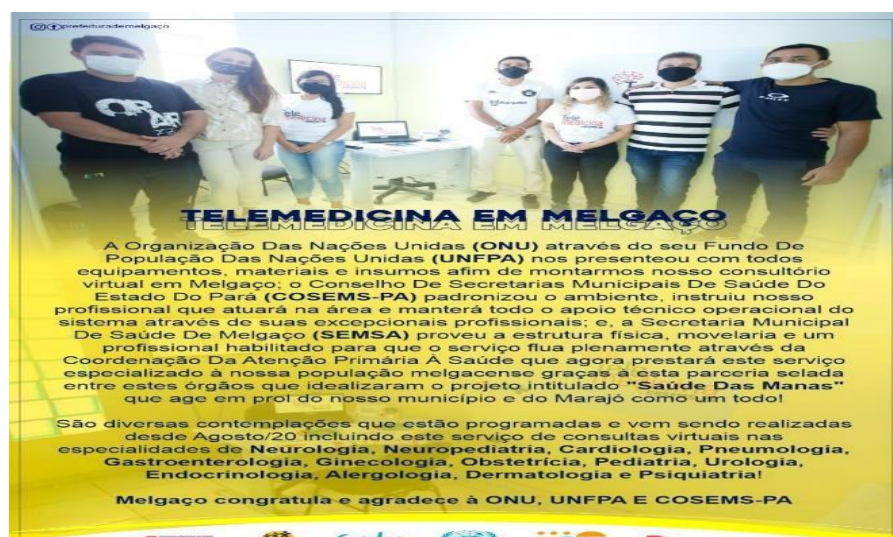
Municípios: Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel.

136 DISQUE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

PARÁ GOVERNO DO PARA FOR TODO O PARA

Implantação do serviço de telemedicina em Melgaço, Bagre e Anajás, com atendimento nas especialidades: neurologia, neuropediatria, cardiologia, pneumologia, gastroenterologia, ginecologia, obstetrícia, pediatria, urologia, endocrinologia, alergologia, dermatologia e psiquiatria.



TELEMEDICINA EM MELGAÇO

A Organização Das Nações Unidas (ONU) através do seu Fundo De População Das Nações Unidas (UNFPA) nos presenteou com todos equipamentos, materiais e insumos afim de montarmos nosso consultório virtual em Melgaço; o Conselho De Secretarias Municipais De Saúde Do Estado Do Pará (COSEMS-PA) padronizou o ambiente, instruiu nosso profissional que atuará na área e manterá todo o apoio técnico operacional do sistema através de suas excepcionais profissionais; e, a Secretaria Municipal De Saúde De Melgaço (SEMSA) proveu a estrutura física, mobiliária e um profissional habilitado para que o serviço flua plenamente através da Coordenação Da Atenção Primária À Saúde que agora prestará este serviço especializado à nossa população melgacense graças à esta parceria selada entre estes órgãos que idealizaram o projeto intitulado "Saúde Das Manas" que age em prol do nosso município e do Marajó como um todo!

São diversas contemplações que estão programadas e vem sendo realizadas desde Agosto/20 incluindo este serviço de consultas virtuais nas especialidades de Neurologia, Neuropediatria, Cardiologia, Pneumologia, Gastroenterologia, Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria, Urologia, Endocrinologia, Alergologia, Dermatologia e Psiquiatria!

Melgaço congratula e agradece à ONU, UNFPA E COSEMS-PA

SEMSA Melgaço Saúde das Manas ONU COSEMS-PA

PREFEITOS RECEBENDO A VACINA DA COVID-19

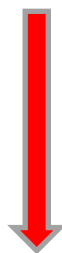
Vacinação contra a covid 19 no Marajó II.

Mais de 250 mil doses aplicadas no Marajó, mais de 50% da população vacinada com 2 doses.



FORÇA TAREFA CONTRA MALÁRIA

Redução de 2/3 da Malária no Marajó II



Ações nos municípios do Marajó.

Cobertura de 100% dos municípios com ações de vigilância em agravos endêmicos.



2. O QUE FIZEMOS EM 2021

Como resultados alcançados na ação **REGULAÇÃO EM SAÚDE**, cujo objetivo é garantir a organização das redes e fluxos assistenciais, provendo acesso equânime, integral e qualificado aos serviços de saúde para população. Com a implantação da Hemodiálise na região de saúde, foi possível atender a demanda dos municípios de: Anajás 07, Bagre 55, Breves 360, Gurupá 74 e Portel 190, num total de 686 sessões de hemodiálise realizadas, onde ocorreu a estratégia de captação dos usuários que estavam realizando o procedimento em outras regiões de saúde, impactando física e psicologicamente, além do aumento da qualidade da assistência na terapia renal substitutiva interferindo, positivamente, na qualidade de vida da pessoa com doença renal crônica, uma vez que aquele usuário, que estava longe de seu domicílio está no aconchego mais próximo ou no seu lar.

Regulado o atendimento aos usuários da região de saúde do Marajó, pelo Hospital Regional Público do Marajó, no que tange Atenção Especializada, feita através de um conjunto de ações, práticas, conhecimentos e serviços de saúde realizados em ambiente ambulatorial e hospitalar, que englobam a utilização de equipamentos médico-hospitalares e profissionais especializados para a produção do cuidado em média e alta complexidade, com realização de atendimentos ambulatoriais nas especialidades: clínica médica, cirurgia geral, pediatria, obstetrícia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia, urologia, ginecologia oncológica, otorrino, atendendo as demandas de usuários dos municípios de: Anajás 662, Bagre 691, Breves 5.178, curralinho 876 Gurupá 698, Melgaço 910 e Portel 1.760, com um total de 10.775 usuários atendidos.

Também o atendimento em SADT, com a oferta e realização de exames: laboratório de análises clínicas, radiologia, mamografia, eletrocardiografia, ecocardiografia, ergometria, MAPA, Holter, ultrassonografias, tomografias, endoscopia, com a realização por município de: Anajás 3.911, Bagre 5.076, Breves 34.494, Curralinho 3.140, Gurupá 3.178, Melgaço: 5.708 e Portel 10.008, com um total de 65.515 exames realizados, incluindo os exames para atendimento a mulher relacionados ao combate, tratamento e prevenção do câncer de colo de útero, a saber: Exerese (remoção por cirurgia) de zona de transformação de colo uterino. Com relação ao acesso regulado às consultas e exames ambulatoriais e internações de média e alta complexidade, são considerandos os sistemas de regulação ambulatorial SISREG e SER2, de acordo com



solicitações médicas as especialidades e exames especializados, com a garantia de suas despesas de deslocamentos pagas pelos municípios ou pela regional de saúde.

A ação de **Implementação de Tratamento fora de Domicílio** (TFD) tem como finalidade garantir o atendimento à saúde na atenção especializada aos pacientes fora do seu domicílio, inclusive fora do Estado. No exercício 2021 foram atendidos usuários do TFD em 03 municípios (BAGRE, MELGAÇO E ANAJÁS), com garantia de passagens para deslocamento da sede do município para Breves, bem como para sede da capital (BELÉM), com uma distribuição de 4637 unidades de passagens, num valor total de R\$ 453.595,00, contemplando os trechos: Anajás/Breves/Anajás; Breves/Belém/Breves; Bagre/Belém/Bagre e Melgaço/Belém/Melgaço. Ainda, foram pagas diárias para 32 usuários beneficiados, com despesa total de R\$ 33.239,25 e fornecimento de serviço de funerária e traslado.

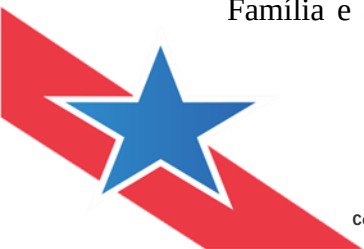
Reativação da **Ouvidoria** do Centro Regional de Saúde, realizado o apoio e sensibilização aos municípios na implantação de novos serviços de Ouvidoria do SUS, com a realização de capacitações e assessoria técnica ao município de Portel, através de visita técnica no período 20 a 25/06/2021, onde se reuniu com os gestores locais para tratar da implantação da OUVIDORIA DO SUS. Também, foi realizada a divulgação dos canais de recebimentos das manifestações junto à população, atualmente temos Ouvidorias do SUS em funcionamento, somente Breves. Na regional de saúde, desde a implantação, temos um total de 20 (vinte) demandas atendidas, sendo denúncias (1), elogios (1), reclamações (9) e solicitação de informações (6), feitas pelos canais disponíveis: e-mail, telefone, pessoalmente e formulário web.

Implantação do serviço de telemedicina no município de Melgaço, Bagre e Anajás, em parceria com a ONU, UNFP E COSEMS/PA. Ofertando as seguintes especialidades: Neurologia, Neuropediatria, Cardiologia, Pneumologia, Gastroenterologia, Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria, Urologia, Endocrinologia, Alergologia, Dermatologia e Psiquiatria, gerando aumento da produtividade da equipe, otimização e redução de custos, e para o cliente/usuário Tratamento e monitoramento em condições crônicas, por meio do acompanhamento remoto, da sua casa, durante o home office, ou da clínica hospitalar, e também a Acessibilidade à todos com a oferta de atendimento médico acessível, independente da distância, com certeza é uma grande vantagem proporcionada pela Telemedicina.



Na **Educação em Saúde**, atuamos diretamente na assessoria aos municípios sob nossa jurisdição, tendo como ferramenta a webconferência, que favorece a participação da maior parte dos profissionais com representatividade de todos os municípios, sendo aplicada aos diversos eixos de trabalho: no CIES com a equipe do grupo de educação permanente em saúde; atenção Primária em Saúde no enfrentamento à COVID-19; com as referências técnicas de humanização com objetivo de alinhar as metas CEH às ações dos Coletivos de Humanização como estratégia na implementação; no papel do ACS e do ACS no enfrentamento à covid-19; no credenciamento das UBS Fluviais; no projeto ImunizaSUS - Projeto de transformação das UBS em sala de aula; na oficina sobre avaliação dos indicadores e dos cadastros dos cidadãos no Programa Previne Brasil; na sistematização das atuais recomendações acerca da vacinação para Covid 19 em gestantes, puérperas e lactantes; na atualização em planejamento sexual e reprodutivo: uma estratégia para a redução da mortalidade materna; na prevenção à gravidez na adolescência na atenção básica em tempos de pandemia da Covid 19.

No ano de 2021, a **Atenção Primária** precisou se adaptar ainda mais à realidade , Covid 19, e aos trabalhos executados buscando a melhor estratégia para garantir a sustentabilidade dos sistemas de saúde, possibilitando ações preventivas, integradas e contínuas, apesar das dificuldades com recursos para execução. Tivemos o desafio de continuar nosso trabalho, e o fizemos garantindo monitoramento e assessoria técnica ao Sistema e-SUS Atenção Primária; Previne Brasil; credenciamento das UBS Fluviais; apoio técnico para o enfrentamento à COVID-19 e avaliação dos indicadores e dos cadastros dos cidadãos no Programa Previne Brasil; implementação das atividades do planejamento sexual e reprodutivo, como estratégia para a redução da mortalidade materna; fortalecimento da atenção à saúde da criança através de informações práticas sobre assistência durante a pandemia Covid 19, participação e realização de oficinas de formação de operacionais e multiplicadores na Estratégia de Atenção Integrada as Doenças Prevalentes na Infância AIDPI-Criança; atualização do Sistema de Informação do Câncer-SISCAN; organização do serviço através da construção de Procedimentos Operacionais Administrativos – POA; reorganização das estratégias para funcionamento dos comitês municipais de enfrentamento aos acidentes de motor com escarpelamento e suas notificações; organização das estratégias de notificação dos casos; orientações sobre o retorno do acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família e a pandemia do novo coronavírus, passo a passo para adesão ao PSE, ciclo



2021/2022; monitoramento das ações do programa nacional de suplementação de vitamina A; e à iniciação a prevenção do tabagismo, crescer saudável ciclo 2021/2022 e prevenção e controle da anemia; além do debates sobre envelhecimento e direito do idoso.

Apesar de não estar no rol das atividades sobre nossa gerência, implementamos com excelência um eixo da rede de atenção à pessoa com deficiência através dos cadastros para solicitação de Carteiras de Passe Livre para pessoas com deficiência do município de Breves; de forma a promover o benefício que garante a pessoas com deficiência, comprovadamente carentes, o acesso gratuito ao transporte coletivo interestadual por rodovia, ferrovia e barco.

A pandemia do Covid 19 veio desafiar a Atenção Primária à Saúde a modificar seus processos de trabalho, sem abandonar suas ações programáticas. Para 2022 iremos continuar executando a Política Estadual de Saúde, a partir dos princípios, diretrizes e competências designadas pelo **Sistema Único de Saúde (SUS)**. Sendo assim, em nível regional, estaremos arduamente em conjunto com às Secretarias Municipais de Saúde atuando na orientação, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de saúde, no sentido de assegurar a prevenção, recuperação e promoção da saúde pública. A pandemia reforça a necessidade de defesa do protagonismo da APS para alocação de recursos financeiros otimizando gastos e organizando fluxos para reduzir gastos desnecessários.

O ano de 2021 foi de muito trabalho para este centro regional de saúde, estivemos incansavelmente buscando melhorias para os municípios sob nossa jurisdição o que consequentemente gera benefícios a população marajoara, principalmente os ribeirinhos. Tivemos a realização da força tarefa de enfrentamento a raiva, para prevenirmos futuros novos surtos, sabendo que nossa região já sofreu com dois surtos no passado. Essas ações foram realizadas em 03 (três) municípios da nossa região: Gurupá, Curralinho e Portel, sendo que Portel recebeu 02 (duas) visitas, tais ações impactaram diretamente na vida de 283 pessoas identificadas com agressão por morcego hematófago e mais de 200(duzentas) famílias ribeirinhas e suas comunidades. Com a captura e tratamento de 820 morcegos hematófagos, o que representa o alcance de cerca de 8 vezes mais morcegos, evitando assim o crescimento desordenado de colônias e prevenindo surtos de raiva humana e animal.



Ainda tivemos a pactuação de ações e estratégias entre os 03(três) Poderes: Federal, Estadual e Municipal para combate a malária do estado com articulação do 8º CRS e apoiadores municipais e municípios, essa pactuação se deu entre município de Breves e Anajás, onde hoje tem sido os grandes focos de malária na região do Marajó ocidental, dessa união nasceram as forças tarefas que visam as regiões de fronteira entre esses dois municípios. A atuação ocorreu na busca ativa, por meio da coleta de sangue, distribuição de MILD's (mosquiteiro impregnado de longa duração) e educação em saúde, a força tarefa alcançou 2.972 pessoas protegidas diretamente e mais de 100 famílias alcançadas.

Foi um ano intenso de capacitações, tivemos capacitações para os mais diversos agravos, sendo todas pensadas de forma para fortalecer a rede de vigilâncias dos municípios, através da regional de saúde os municípios sob jurisdição do 8º CRS, foram capacitados através da oficina de agravos endêmicos sobre cuidados e estratégias para conter o avanço da raiva, leishmaniose, chagas, malária, também capacitamos em manejo de dengue, visitando os municípios e fazendo em loco o trabalho de orientação técnica e auxiliando os, sempre visando a melhoria da vida da população, principalmente os ribeirinhos.

Ainda nesse ano sofremos muito com a pandemia, porém com o advento da vacina nossa população ficou mais segura, a vigilância vacinal se tornou prioridade, desde o dia 19/01/2021 até agora já foram aplicadas mais de 250 mil doses da vacina contra o corona vírus, representando mais saúde para população e mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos gestores que tem rios e não ruas, já temos mais de 45% da população imunizada no Marajó II.

3. O QUE IREMOS FAZER

Dar continuidade as Ações de visitas aos municípios; as ações voltadas a erradicação da malária, tanto forma comum quanto grave; ações de captura e controle de colônias de morcegos hematófagos, para evitar surtos de raiva humana; intensificar as ações de supervisão e capacitação aos servidores municipais para controle da doença de chagas; organizar a equipe de entomologia do 8º regional, considerando que já possui um técnico capacitado pronto para realizar esse trabalho em todos os municípios e direcionar de maneira precisa as ações, principalmente no que diz respeito a controle de vetores; capacitações em relação ao sistema de agravos, pois manter o sistema de



notificação atualizado é tão importante quanto realizar as ações de campo; realizar capacitação de microscopistas no município de Portel e atualização nos outros seis municípios do marajó II.

Valorizar o servidor oferecendo semanalmente um momento onde o mesmo possa se conectar com sua fé. ampliar as vistorias nas serrarias e fábricas da região, assim como nos hospitais, realizar o realinhamento dos serviços ofertados no Hospital Regional Público do Marajó, com a implantação de serviços cirúrgicos na especialidade de: Otorrinolaringologia, urologia. Mastologia e ginecologia, Intensificar as ações de implantação da Ouvidoria do SUS, nos municípios de: ANAJÁS, BAGRE, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO E PORTEL; qualificar as já existente, na perspectiva de alcançar a meta de 100 de municípios com o Serviço de Ouvidoria do SUS em funcionamento até 2023.

Ampliar e realizar a busca ativa, visando a captação de usuários da região, que ainda estão em terapia renal substitutiva em outra região de saúde, para realização no Hospital Regional Público do marajó; realizar apoio logístico em telemedicina para operacionalização do serviço implantado no município de: Anajás que se encontra inoperante devido, má qualidade da internet; garantir a continuidade e apoio aos municípios em Atenção Básica, referente a Programa de Tratamento fora do Domicílio, a saber: Bagre, Melgaço e Anajás, com fornecimento de passagens e diárias.

4. AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUÍRAM COM AS METAS DOS ODS.

Implementação de **tratamento fora do domicílio**, com Aquisição de passagens fluviais e Pagamento de ajudas de custo (diárias) que foram disponibilizadas para os beneficiários e acompanhantes do Tratamento Fora do Domicílio dos municípios sob responsabilidade do 8º CRS: Anajás, Bagre e Melgaço, também fornecimento de serviços funerários para beneficiários do programa de Tratamento Fora do Domicílio, contribui para a meta do ODS 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

Apoio a ações dos Conselhos de Saúde Orientações aos Conselhos Municipais de Saúde quanto a articulação e participação de gestores nas reuniões da CIR/Marajó II;



Orientações sobre o sistema DIGISUS; Orientações aos Conselhos Municipais de Saúde da região de saúde Marajó II quanto às ações de enfrentamento à pandemia de covid-19; Orientações e participação em reunião ordinária e extraordinária do Conselho Municipal de Breves para prestar esclarecimentos quanto ao papel do estado através do 8º CRS no enfrentamento à pandemia de covid-19 no município de Breves e demais municípios da região de Marajó II (Regulação ambulatorial e de acesso ao Hospital Regional Público do Marajó - HRPM, serviços e rede assistencial). Prestação de esclarecimentos, quanto a falta de Médico radiologista (reunião do dia: 02/03/2021), - discussão de deliberação do HRPM. Quanto a leitos para internação e demais serviços, suspensos, por conta da PANDEMIA COVID 19 e suspensão de atendimentos ambulatoriais e SADT (06/04/2021), contribuindo para as metas 16,6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis. 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

Nas ações de articulação Interfederativas, foram realizadas reuniões mensais da CIR-Marajó II em 10/02/2021 em Belém, onde foram tratados os seguintes assuntos: PPI do município de Anajás; Orientação sobre ampliação do PACS no município de Anajás; Realização de Reunião mensal da CIR-Marajó II em 29/04/2021 em Breves, assuntos tratados: realinhamento para ampliar o numero de vagas ambulatoriais de consulta e exames em geral para os municípios do 8º CRS/SESPA e HRPM/SESPA, união da rede municipal, regional para implantação da maternidade marajoara; discussão sobre o fluxo de pacientes para o município de Breves; contratação de médicos brasileiros ou estrangeiros Que não está ligada ao programa “mais médicos”; TFD/SESPA; Discussão sobre o serviço de transporte de paciente regulados; apoio por parte do estado, para manutenção de EPI’S para enfrentamento da COVID-19, nos municípios; agilização do credenciamento do HPP-BAGRE; programa previne Brasil; PPI da região de saúde; Composição da câmara técnica CIR MARAJÓ II; Eleição para vice presidente da CIR MARAJÓ II. Realização de Reunião mensal da CIR-Marajó II em 26/08/2021 em Breves, Assuntos: Apresentação da ação integrada entre o 8º CRS/SESPA e HRPM/SESPA; Implantação dos comitês municipais de prevenção aos acidentes por escarpelamento; Apresentação e aprovação do projeto UBSF DE ANAJÁS; Credenciamento de agente de combate a endemias do município de Anajás; TFD/SESPA; Apresentação e aprovação do projeto UBSF DE GURUPÁ;

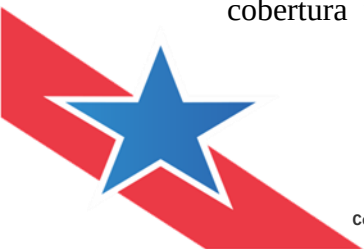


Convocar a DDRAR para abrir discussão sobre o processo de contratualização da nova OS que ira gerir o HRPM; apresentação/Avaliação do programa de controle e combate da malária (estatísticas 2019/2020/2021), da região de saúde Marajó II.; Apresentação/Avaliação do programa de controle e combate da Raiva (estatísticas 2020/2021), da região de saúde Marajó II; Realização, contribuindo para as metas de ODS 16,6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis e 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

Na Implementação da rede de **Ouvidoria** do SUS foi realizada reunião ampliada com servidores para orientações sobre acolhimento e atendimento humanizado ao usuário, verificação de demanda de atendimento, contribuindo assim para a meta 16,6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

Implementação do **planejamento do SUS**, Orientação para utilização do sistema Gerenciador de Metas - GM/SESPA junto a equipe do NISPLAN em Belém; monitoramento e acompanhamento do sistema DigiSUS nos municípios da região de saúde Marajó II; Alimentação do SIGPLAN mensalmente, contribuindo assim para a meta 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

Regulação em saúde - Realização de Regulação de Acesso de média e alta complexidade para internação hospitalar e ambulatorial de usuários do SUS no Hospital Regional Público do Marajó em Breves; Orientações da Central de Regulação do HRPM para operacionalização do sistema de regulação hospitalar SER II às Regulações dos municípios de jurisdição da região de Saúde Marajó II (fluxos, rotinas e protocolos); Orientação às regulações municipais quanto ao fluxo para internação no HRPM para usuários do agravo COVID-19; Programação para realização de cirurgias (geral e ortopédica) de caráter eletivo no Hospital Regional Público do Marajó para usuários do SUS no âmbito da região de Saúde Marajó II; Reunião realizada entre a Diretoria do 8º CRS com Diretoria Técnica do nível Central/SESPA, Coordenação da Central de Regulação Estadual para tratar de assuntos relacionados ao sistema de regulação no Marajó II. Contratação de médicos e enfermeiros para composição do complexo regulador do 8º CRS/SESPA, contribuindo para a meta do ODS 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a



serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

Com ações de **Apoio à Rede de Atenção Primária**, tais como capacitações, tais como: Realizado a Análise, discussão dos indicadores e Assessoramento técnico no Previne Brasil através dos relatórios extraídos dos Sistemas de informação E-SUS, para intervenção técnica regional na problemática das equipes da ESF; no período de 29/03 a 28/05/2021, nos 07 (sete) municípios do 8º CRS/SESPA, auxiliando nas Metas da ODS para o alcance até 2030: 3.1- Redução da taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos e 3.7- Assegurando o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

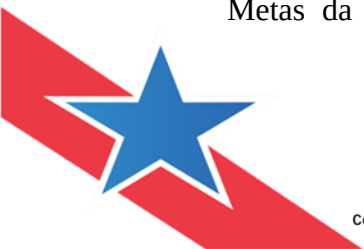
Realizado o **Monitoramento das UBS Fluvial**, no período de 25/06 a 06/08/2021, nos municípios de Curralinho e Melgaço, contribuindo nas Metas da ODS para o alcance até 2030,

3.4- Redução em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

Realizado Monitoramento dos Dispositivos de **Saúde Mental/CAPS**; no período de 26 a 29/10/2021, no município de Breves e contribuem nas Metas da ODS para o alcance até 2030: 3.4- Redução em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar e 3.5- Reforçando a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

Execução de Treinamento de **Atualização do Sistema de Informação do Câncer-SISCAN** para os municípios do 8º CRS/SESPA, no período de 28/04 a 14/05/2021, nos 07 (sete) municípios 8º CRS/SESPA. A atividade contribuiu para as Metas da ODS 3.1- Redução da taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos e 3.4- Redução em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

Realizado Vistoria para Credenciamento das UBS fluviais, no período de 03/05 a 20/11/2021, nos municípios de Anajás, Gurupá e Portel. A atividade contribuiu para as Metas da ODS 3.8- Buscando atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a

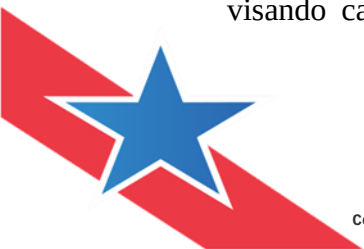


proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos; 3.1- Redução da taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos e 3.4- Redução em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

Realizado a Análise, discussão dos indicadores e Assessoramento técnico no Previne Brasil através dos relatórios extraídos dos Sistemas de informação E-SUS, para intervenção técnica regional na problemática das equipes da ESF; no período de 29/03 a 28/05/2021, nos 07 (sete) municípios do 8º CRS/SESPA. A atividade contribuem para as Metas da ODS 3.1- Redução da taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos e 3.7- Assegurando o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Execução de Treinamento dos Programas da **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** no município de Melgaço, no período de 07 a 11/06/2 e no município de Portel, no período de 21 a 25/06/2021 Usando como estratégia de ensino a exposição dialogada, atividade prática nas unidades de saúde e operacionalização dos Sistemas de Micronutrientes, SISVAN e Bolsa Família. auxiliaram alcançar Foram capacitados 21 técnicos da Secretaria Municipal de Saúde (Enfermeiros, Técnicos Enfermagem, ACS e Nutricionista). Valor aplicado: R\$2.136,42 (4,5 diárias para dois Coordenadores Regionais dos Programas), contribuindo para as metas de ODS 3.7 assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Ações de **enfretamento a doenças endêmicas como a Malária**, desempenho da Força tarefa da Malária que visa diminuir o número de casos de malária no estado, em consonância com a meta de ODS 3.3 acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis. Supervisão dos municípios sob a jurisdição do 8º CRS para o combate a **doença de chagas aguda, tuberculose e hanseníase**, visando capacitar os servidores municipais a nova tabela de pedidos de medicações,



prazos de tratamento, alimentação do sistema, isso impacta diretamente da meta 3.3 acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

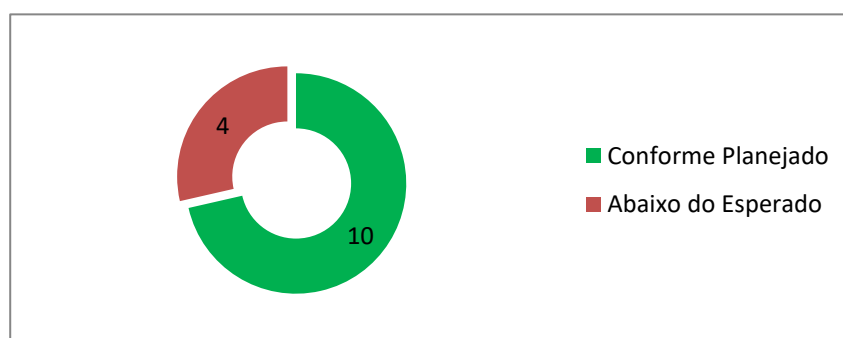
5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

Em relação ao PPA 2020-2023, do 8º Centro Regional de Saúde, esse é composto por 3 Programas Temáticos e 15 Ações, que, no decorrer de 2020, foram diminuídas para 14.

Os programas Temáticos com os maiores valores executados foram **Saúde**, com R\$ 1,45 milhão, dos quais, R\$ 815 mil (56%) foram para a Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e R\$ 554 mil (38%) para Implementação do Tratamento Fora do Domicílio e **Manutenção da Gestão**, com R\$ 34 mil.

No que tange às 14 ações, relativos ao conjunto dos 3 Programas Temáticos executados pelo 8º Centro Regional de Saúde, 10 delas (71,5%) apresentaram bom desempenho financeiro, com execução orçamentária dentro do valor previsto no PPA 2020-2023, e 4 (28,5%) tiveram execução abaixo do esperado. Destaca-se que a execução desses Compromissos deve ocorrer até o final do período do PPA, em 2023.

5.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES



Fonte: SIGPLAN/SEPLAD



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os elementos para análise do presente Relatório de Gestão, em cada detalhe departamental apresentado, fazem parte de um todo consistente. Nosso objetivo foi mostrar a partir de um amplo espectro, detalhes da atuação do 8º Centro Regional de Saúde neste triênio 2019-2021 nos municípios que estão sob a sua jurisdição, de maneira que ajudassem a identificar o trabalho realizado por cada uma das divisões.

O 8º Centro Regional de Saúde, como órgão agregado da Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, é diretamente responsável pela supervisão das políticas esboçadas por esta, e sua responsabilidade se dilata, no correspondente anseio de todas as Secretarias Municipais de Saúde do Marajó II, buscando soluções rápidas e satisfatórias.

Convém prevenir que o resultado final não é a exposição de um modelo acabado, mas um trabalho de difícil e prolongado processo de experiências. Esperamos por fim, que os elementos analíticos aqui expostos, possam tornar a leitura e a análise menos árdua, e mais compreensiva. Ressaltamos a ativa participação de todos, imprescindível para o adequado formato que ora apresentamos.



9º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

Este relatório registra as ações e atividades desenvolvidas pelo 9º Centro Regional de Saúde/SESPA, as quais foram executadas durante o ano de 2021, atendendo aos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS, considerando as respectivas atribuições dos diversos setores, os quais desenvolveram, na medida do possível, suas atividades laborais para cumprir os cronogramas desta Regional, mesmo em momento de pandemia onde requer maior dedicação e esforço para cumprir tais demandas. Nossas ações foram postergadas, em razão da Pandemia da COVID 19, pois seguimos as orientações dos DECRETOS de situação de emergência, promulgados pelos governos federal, estadual e municipal. Nesse sentido priorizamos ações, que contribuíssem para o combate a este mal que atinge a população mundial. No entanto a partir do segundo semestre e na medida do possível, algumas foram realizadas. Foram realizadas ainda, ações que contribuíssem para a qualificação e aperfeiçoamento dos serviços de saúde oferecidos ao pacientes dos municípios contemplados pela assistência desta Regional. Reconhecemos a importância de obtermos bons resultados, uma vez que, trabalhamos no intuito de atender satisfatoriamente os municípios de nossa responsabilidade, e é com muito entusiasmo que sabemos que teremos novos desafios os quais temos certeza que envidaremos esforços e determinação para enfrentá-los.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECD837063C9906



1. PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021:

PRIMEIRO RECEBIMENTO DE VACINA CONTRA COVID 19



DISTRIBUIÇÃO DE CILINDROS DE OXIGÊNIO PARA OS MUNICÍPIOS DA ANTIGA CALHA NORTE



TESTAGEM ITINERANTE DE RT PCR PARA COVID 19 EM SANTARÉM

Capacitações e orientações técnicas presenciais e também no formato virtual.



2- O QUE FIZEMOS EM 2021

Considerando que o ano de 2021 foi um ano atípico pelo cenário pandêmico estabelecido, no qual o 9º CRS, precisou manter as atividades de trabalho nos diversos cenários epidemiológicos vivenciados pelas regiões de saúde do Baixo Amazonas e Tapajós, passando por períodos onde se fez necessário o isolamento social e medidas restritivas de trânsito de pessoas nos municípios, esta equipe teve que se adequar no sentido de desenvolver as atividades de monitoramento, acompanhamento, supervisão,

Como a pandemia não é um fenômeno de curta duração, fez-se necessário desenvolver estratégias para as ações e visitas *in loco*, de forma gradual, sempre integrando a Atenção Primária, as Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária e Serviço de Regulação, onde conseguimos atender, grande parte das demandas dos municípios do Baixo Amazonas e Tapajós nas diversas áreas temáticas desde a saúde da criança, adolescente, mulher, homem, idoso, saúde mental, povos tradicionais, imunização, controle das TB e MH, ISTs, HIV e Hepatites, humanização, saúde do trabalhador, educação permanente e assistência farmacêutica nos componentes estratégico e especializado.

Foram realizadas reuniões técnicas, supervisões, vistorias, orientações, avaliações, capacitações, os quais muito contribuíram para o fortalecimento do SUS integrando os vários níveis de Atenção e Programas de Saúde. Realizamos ainda a vistoria e encaminhamento de vacinas, incluindo os imunizantes utilizados no combate ao COVID 19.

No apoio aos serviços de Atenção Básica, realizamos o Assessoramento aos 20 municípios da regional quanto aos programas Bolsa Família, Micronutrientes e Saúde na Escola, Saúde da Criança do adolescente, da mulher, do homem, do idoso, saúde mental, povos tradicionais, imunização, controle das TB e MH, ISTs, HIV e Hepatites, humanização, saúde do trabalhador, educação permanente e assistência farmacêutica nos componentes estratégico e especializado. Atendimento das demandas judiciais para fórmulas alimentares especiais. Nestas ações foram utilizados o total de R\$ 41.477,58, pertinentes as atividades da Divisão Técnica.



Quanto aos encontros da Comissão Intergestores Regional - CIR, em reunião ordinária no mês de fevereiro/ 2019, a pedido dos secretários de saúde da região do TAPAJOS, ficou definido que o local de realização das reuniões do colegiado dessa região seriam em Santarém e não mais em Itaituba, como acontecia anteriormente, juntamente com a Região do Baixo Amazonas, tronan-se assim a Comissão Intergestores Regional do Baixo Amazoas e Tapajós - CIRBAT. As pautas são discutidas de forma macro, porém as aprovações/implantações/implementações das demandas acontecem de forma individual de acordo com o quórum de cada região, por comissão, respeitando o regimento interno de ambas. Então apesar de não utilizarmos recursos, as reuniões foram realizadas, conforme o calendário programado para este ano.

Na implementação da Rede de Atenção Psicossocial Realizamos também atividades no CAPS II, tais como acolhimento inicial, consultas individuais, atendimento individual de usuários e/ou familiares, Grupos terapêuticos de usuários e/ou com familiares, Atendimento em Grupo com Assembleias e Reuniões, Práticas Corporais, tiveram redução do serviço devido a situação de pandemia. O fortalecimento do protagonismo do usuário, atenção as situações de crise Ação de articulação de redes intra e intersetoriais, promoção da contratualidade, matriciamento de equipes dos pontos de atenção à pessoa com sofrimento mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, busca ativa, práticas expressivas e comunicativas (atividades externas como exposições e passeios), atividades culturais/lazer, com redução do serviço devido a situação de pandemia, atividades sócio-comunitárias, articulação com recursos da comunidade, acompanhamento nos grupos em oficinas com fins de reinserção social, também com redução do serviço devido a situação de pandemia. Tratamento medicamentoso, com dispensação de Medicamentos Controlados, e o encerramento da farmácia e a descentralização da farmácia para as UBS, atendimentos em grupos e/ou oficinas, com redução do serviço também devido a situação de pandemia, promoção da saúde mental e prevenção, tratamento e reabilitação dos problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, matriciamento de equipes da Atenção Básica, Ações de Reabilitação psicossocial., as quais beneficiaram o total de 13.386 nos municípios de *Alenquer Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, N. Progresso, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Placas, Santarém, Terra Santa, utilizando o*

total de R\$7.118,38.

Considerando a necessidade de fomentar as ações da Educação na Saúde, promoveu-se a capacitação de servidores para acessar o sistema de informações SIA, Projeto de Fortalecimento do SUS visando o cumprimento das ações planejadas no instrumento voltadas para a qualificação dos sujeitos envolvidos, dos municípios do Baixo Amazonas, Xingu e Tapajós, ações ocorreram basicamente por videoconferências, sem utilização de recurso

Foram realizados ainda, serviços e ações inerentes a Divisão de Organização, Controle e Avaliação – DOCA / 9º CRS-SESPA, incluindo os dados quantitativos e qualitativos de produção de serviços assistenciais, no que tange ao apoio à Implementação dos serviços de média e alta complexidade executados no exercício 2021, no âmbito dos 20 municípios, compreendendo as Regiões do Baixo Amazonas e Tapajós, como visita a Base Operacional da aeronave do Serviço de Resgate Aéreo – Santarém. Implementação de Ações de Média e Alta complexidade do Hospital Regional do Tapajós em Itaituba e no Hospital 9 de Abril na Providência de Deus em Juruti.

Na Regulação em Saúde ocorreram a Realização de treinamento para os operadores do Sistema de Regulação SER II (16 municípios participaram: Aveiro, Almeirim, Alenquer, Belterra, Curuá, Jacareacanga, Juruti, Mojuí dos Campos, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Placas, Rurópolis, Santarém e Trairão). Controle e Avaliação dos serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Mojuí dos Campos, Belterra, Aveiro Óbidos, Terra Santa (PPI). Apoio as ações do Barco Hospital Papa Francisco na providência de Deus (Municípios: Belterra, Aveiro, Óbidos, Prainha e Almeirim e Santarém). Valor Utilizado R\$ 87.865,91

Realização de inspeções em estabelecimentos de média e alta complexidade, a fim de avaliar o cumprimento da prestação de ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento. Atendimento às demandas dos Órgãos de Fiscalização e Controle, como o Ministério Público realizando inspeções e visitas de monitoramento para emissão de relatórios e pareceres técnicos.



Realizamos o transporte aeromédico realizado pela Base Santarém no período de 01/01/2021 a 11/12/2021, identificados por tipo de aeronave:

Aeronave asa fixa (COVID 19): 436

Aeronave asa fixa (NÃO COVID 19): 313

Aeronave asa fixa (Total): 749

Aeronave asa rotativa (COVID 19): 109

Aeronave asa rotativa (NÃO COVID 19): 37

Aeronave asa rotativa (Total): 146

Total geral: 895

Aproveitando a oportunidade informamos o quantitativo de voos acionados que foram cancelados pelos solicitantes, também identificados por tipo de aeronave:

Aeronave asa rotativa: 223

Aeronave asa fixa: 29

Total geral: 252

As demais atividades planejadas tais como supervisões, visitas técnicas aos estabelecimentos hospitalares foram suspensas boa parte do ano devido à Pandemia em curso, as quais deverão ser retomadas no exercício seguinte. Valor gasto R\$ 176.103,74.

No ano de 2021, 1.727 usuários foram beneficiados com ajuda de custo e transporte, pelo Programa de Tratamento Fora de Domicílio, no período de Janeiro a Novembro/2021, pertencentes aos municípios REGIAO BAIXO AMAZONAS: BELTERRA, CURUÁ, FARO, MOJUI DOS CAMPOS, TERRA SANTA Valor gasto: R\$ 635.061,79

No que diz respeito a vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária, foram realizadas inspeções sanitárias em serviços de média e alta complexidade, utilizando como objeto o RISCO SANITÁRIO, um total de 36 inspeções sanitárias, 80% da meta estabelecida nos municípios de Santarém, Monte Alegre, Novo Progresso, Trairão, Óbidos, Itaituba, Placas, Prainha, Almeirim, Rurópolis, Aveiro, Jacareacanga, Juruti, Terra Santa, Faro, Alenquer, Belterra, Mojui dos campos, Curuá, Oriximiná.



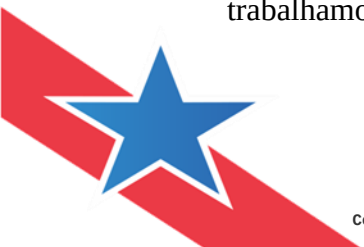
Realizamos inspeções sanitárias em serviços de média e alta complexidade, utilizando como objeto o RISCO SANITÁRIO, afim de avaliar o cumprimento das boas práticas em conformidade com as normas sanitárias:- Atendimento às demandas dos Órgãos de Fiscalização e Controle (Ministério Público (Saúde), realizando inspeções para emissão de relatórios e pareceres), nos municípios de Santarém, Itaituba, Prainha, Óbidos, Monte Alegre, Prainha e Rurópolis.

Implementação orientações técnicas do Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2021/2022, municípios contemplados: Novo Progresso, Trairão, Óbidos, Itaituba, Oriximiná, Placas, Prainha, Almeirim, Aveiro, Curuá, Jacareacanga, Monte Alegre, Rurópolis

Ampliação do monitoramento e licenciamento dos estabelecimentos nos 20 municípios de abrangência do 9º Centro Regional de Saúde do Estado do Pará, utilizando como objeto o RISCO SANITÁRIO, em conformidade com a legislação vigente, atingindo os 20 municípios de jurisdição, intensificação as ações de Vigilância Sanitária no controle e intervenção da COVID – 19 nos municípios de Curuá, Alenquer, Faro, Terra Santa, Juruti, Santarém, Itaituba, Prainha, Rurópolis, Monte Alegre, alas ações de enfrentamento a COVID, foram realizadas junto aos municípios, reuniões técnicas presenciais e on-line, para discussão do Plano de contingência, vacinação, protocolos assistenciais; monitoramento dos sistemas(COVID-19,SIVEP GRIPE, SIPNI COVID, SIM); supervisão dos estoques de imunobiológicos, salas de vacina e rede de frio; divulgação de protocolos e normas técnicas; capacitação em diagnósticos laboratoriais; distribuição de testes e materiais informativos. Valor utilizado R\$ 37.924,51.

Na implementação de Planejamento do SUS, através das referências técnicas deste CRS, promoveu-se o acompanhamento dos municípios de Alenquer, Prainha, Belterra, Curuá, Juruti, Óbidos, Monte Alegre, Novo Progresso, com orientação para alimentação dos instrumentos de planejamento no DigiSUS; apoio técnico quanto ao processo de construção dos PMS (Planos Municipais de Saúde) para o quadriênio 2022 a 2025, no total de 21 pessoas qualificadas, o valor gasto foi R\$ 40.367,31.

Na Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Emdêmicos, trabalhamos no controle e vigilância da Doença de Chagas Aguda, Leishmanioses e



Raiva junto aos municípios prioritários através de ações de capacitação no manejo clínico, no diagnóstico laboratorial humano e animal; apoio técnico nas ações de inquéritos entomológicos, implantação dos PIT, investigação de epizootias, assim como ações de prevenção direcionadas a batedores de açai e a profissionais de saúde sendo beneficiados a população residente dos municípios Alenquer, Almeirim, Curuá, Faro, Itaituba Juruti, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Rurópolis, Santarém, Terra Santa, Trairão.

Foram realizadas inúmeras capacitações, com público absoluto formado por profissionais dos 20 municípios do 9º CRS, buscando qualificá-los em ações que puderam impactar na prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e acompanhamento das pessoas portadoras de agravos agudos e endêmicos. Valor gasto nestas ações: R\$ 373.212,87.

Na Operacionalização das ações Administrativas, celebrou-se os seguintes contratos:

- A contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de agenciamento de viagens pelo período de 12 (doze) meses.
- A Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens fluviais para atendimento do Programa de TFD e demais necessidades Administrativas, do 9º CRS, por um período de 12 (doze) meses.
- A Contratação de empresa para fornecimento de Recarga de água mineral natural e/ou água potável de mesa em garrafão de 20 litros e 100 garrafas transparentes de polipropileno ou policarbonato com 20 litros.
- A contratação de empresa para Prestação de serviços de forma continuada de lavagem e lubrificação de veículos oficiais de forma estimada por um período de 6 (seis) meses decorrentes do ano de 2021.
- Contratação de empresa para prestação de serviços de MANUTENÇÃO CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, pelo período de 6 (SEIS) meses
- A contratação de empresa para aquisição de pneus para veículos oficiais a Serviço Operacional de Endemias e Administrativo.



- A Contratação de empresa ESPECIALIZADA na prestação de serviço para Manutenção de Equipamentos odontológicos, 03 (três) consultórios Odontológico do CEO/Estadual TIPO I da URE/9ºCRS);

- A contratação de empresa para fornecimento de material de expediente;
- Contratação de empresa para fornecimento de Recarga e aquisição de tonner;

- A Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para Manutenção Preventiva e Corretiva, com reposição total de peças caso necessário, de equipamentos de impressão.

Valor utilizado, Regiões do Baixo Amazonas e Tapajós R\$ 159.578,21

Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde, realizamos fiscalização e registro, dos bens patrimoniais, pertencentes ao 9ºCRS, nos municípios de Itaituba, Rurópolis, Juruti, Faro e Terra Santa. Fiscalização no setor de Transportes da Secretaria da Vigilância em Saúde para averiguar a situação de bens patrimoniais que se encontram inservíveis e em Oriximiná. Conferência, e averiguação do funcionamento dos equipamentos hospitalares, um possível recolhimento dos mesmos, e realizar a atualização do acervo patrimonial imobiliário afetados a esta Sespa, em Juruti. Atualização do acervo patrimonial imobiliário afetados a esta Sespa, Faro, Placas, Itaituba e Belterra foram utilizados R\$ 13.675,07.

Na Operacionalização das Ações de Recursos Humanos foram utilizados no pagamento de Gratificação de Desempenho Institucional aos servidores contemplados, lotados na URES o valor de R\$ 4.592,48.

Na Capacitação de Agentes Públicos Governança Pública no sentido de aprimoramento do Desenvolvimento de Pessoas, foi realizada deslocamento de servidores ao nível central, para realização de qualificação junto a SESP, mais precisamente no setor financeiro. Foram utilizados o total de R\$ 4.340,28, com o pagamento de Diárias e Passagens aéreas.



2. O QUE IREMOS FAZER

Para o Apoio aos Serviços de Atenção Primária, realizaremos ações nos municípios de jurisdição do 9ºCRS, através do processo de acompanhamento e apoio técnico, com a utilização do recurso financeiro programado de R\$ 161.605,00 para o exercício de 2022.

Para a implementação da rede de Ouvidorias do SUS, buscaremos cumprir a meta estipulada no PPA, além de outras ações de apoio e supervisão na rede de Ouvidorias municipais, com a utilização de R\$ 10.000,00 distribuídos entre as três regiões de nossa abrangência.

Visando o fortalecimento dos serviços de média e alta complexidade, tendo em vista a crescente demanda populacional por serviços de saúde, pretendemos realizar os procedimentos de saúde de praxe, além de outras atividades relacionadas à supervisão e apoio técnico, com o recurso programado de R\$ 789.927,00.

Na implementação da Rede de Atenção Psicossocial, será utilizado o recurso de R\$ 3.229,00 , em 2022. Além da realização de 50.000 procedimentos em saúde conforme o programado, beneficiaremos usuários através do Programa Tratamento Fora do Domicílio, utilizando o recurso de R\$ 550.923,00, nas regiões Baixo Amazonas e Tapajós.

No Planeja SUS, esperamos implementar na região, 20 Instrumentos de Gestão, e para isso, teremos um recurso de R\$ 56.596,00

A Regulação executará ações de assessoramento técnico, supervisão e monitoramento nos serviços de regulação municipal, através da equipe do complexo regulador regional e para isto, utilizaremos recurso de R\$ 19.375,00, nas Regiões do Baixo Amazonas e Tapajós.

Por meio de ações de fortalecimento aos Conselhos Municipais, apoiaremos 20 municípios utilizando recurso de R\$ 6.456,00.

Será utilizado o investimento na ordem de R\$ 155.171,00, para a manutenção da gestão, com contratos mantidos.

A articulação Interfederativa apoiar a implementação das atividades da Comissão Intergestora Regional, com recurso de R\$30.640,00.

As ações de Educação na Saúde espera qualificar mais profissionais para execução com excelência de ações em saúde de forma humanizada e eficaz, até a quantidade programada, utilizando recurso de R\$ 33.512,00. Em 2022, programamos 11

ações para implementar a Humanização na Saúde, com a utilização de R\$ 6.000,00, junto aos municípios sob jurisdição desde 9º Centro Regional de Saúde.

Para reduzir os riscos e agravos à saúde da população, apoiaremos e atenderemos os 20 municípios adscritos utilizando recurso total de R\$ 616.704,00.

3. AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUEM COM AS METAS ODS.

Com ações de Apoio à Rede de Atenção Primária, tais como capacitações de qualificação na assistência ao pré-natal, parto e puerpério e apoio às ações de investigação de óbito materno, além da execução de ações articuladas com a Vigilância em Saúde, contribuímos com a **meta 3.1** que pretende até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para menos 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

Assegurada a distribuição de contraceptivos orais e injetáveis como forma de fortalecimento do Planejamento Sexual Reprodutivo em 100% dos municípios, melhorando o acesso aos insumos com a implantação do programa nos 20 municípios adstritos ao 9º CRS.

A Proporção de Gravidez na Adolescência apresentou discreto declínio, ação que contribuiu com a **meta 3.7** de assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

As ações para Implementação do Tratamento Fora de Domicílio, através de atendimentos a pacientes no programa TFD, beneficiou usuários com necessidade de deslocamento intermunicipal e interestadual, além de ações de Implementação dos serviços de Média e Alta Complexidade.

Ações de enfrentamento a COVID 19, Sarampo, Doenças endêmicas como Malária, Doença de Chagas, Leishmanioses; IST's; Hepatites Virais, por meio de ações como, Capacitações aos profissionais de saúde, distribuição de vacinas, orientações quanto aos protocolos assistenciais, capacitação em diagnósticos laboratoriais, Testes Rápidos, dispensação de medicamentos estratégicos, vigilância epidemiológica, contribuíram para a **meta ODS 3.3** que visa acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.



O Monitoramento das metas pactuadas no SISAGUA nos municípios de nossa jurisdição contribuiu com a **meta 3.9** que pretende reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

Realizamos atendimento na Ouvidoria 9º CRS, com recebimento das manifestações, análise, tratamento e encaminhamentos pertinentes, das manifestações registradas no sistema OUVIDOR SUS; mediação de conflitos estimulando a participação responsável; disseminação de informações; Supervisão e apoio técnico à sub rede de ouvidorias municipais adstritas ao 9º CRS. Estas ações contribuem com a **meta 16.6** no objetivo de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

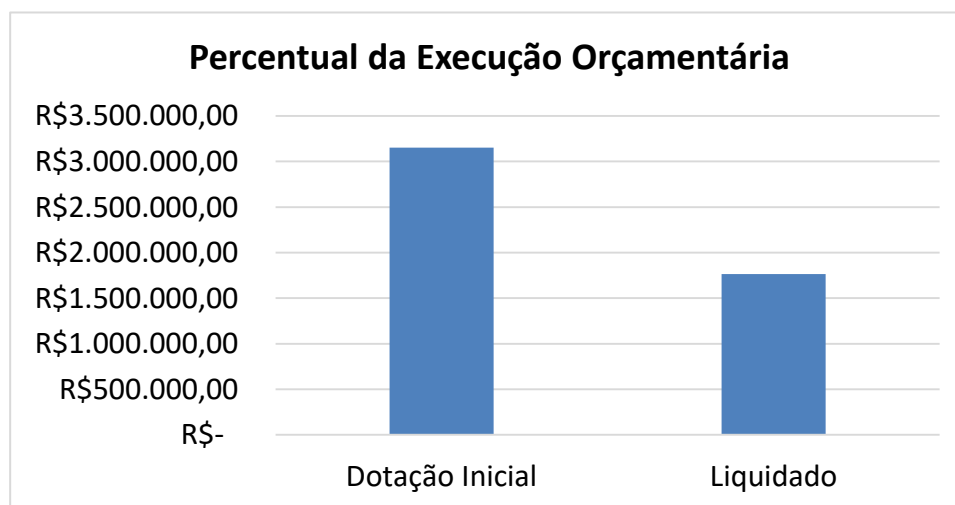
O apoio aos 20 municípios com orientações voltadas aos instrumentos de Planejamento do SUS, por meio de oficinas de elaboração do Plano de saúde 2022 a 2025, articulação contínua com os Conselhos de Saúde fortalecendo o Controle Social; participação em Conferências Municipais de Saúde, reuniões ordinárias da CIR, foram ações executadas que contribuíram com a **ODS 16.7** que visa garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECD837D63C99D6



5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

5.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO

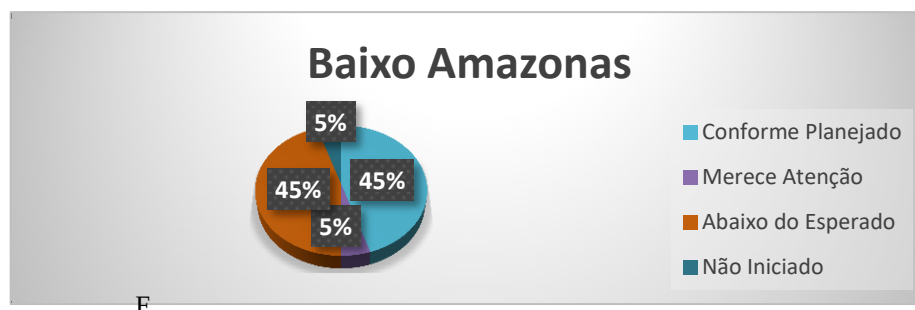


Fonte: SIGPLAN, em 02/12/2021.

ANÁLISE:

A execução orçamentária do 9º CRS sofreu forte impacto provocado pela Pandemia da Covid 19, uma vez que, vários técnicos desta regional, não puderam se deslocar aos municípios a fim de desenvolver suas ações planejadas para o período, tendo sido executada grande parte das ações de forma remota. A dotação inicial para as Regiões do Baixo Amazonas e Tapajós, foi de R\$ 3.154.403,85, onde foi liquidado 55,95%, totalizando o valor de R\$ 1.764.932,80.

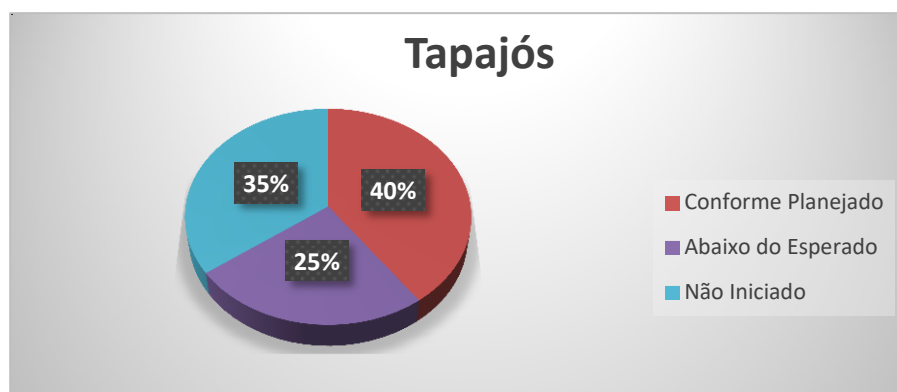
5.2 AVALIAÇÃO DO ALCANCE DOS COMPROMISSOS REGIONAIS



Fonte: SIGPLAN, em 24/11/2021.

ANÁLISE:

Dos compromissos programados para a região do Baixo Amazonas, 45% dos compromissos regionais estão conforme o planejado e outros 45% estão abaixo do esperado, complementando a informação somam-se 5% que merecem atenção e 5% não iniciados. Com o objetivo de Fortalecer a rede de atenção à saúde dos serviços de Média e Alta Complexidade, foi ampliado, no Hospital Regional do Baixo Amazonas, a oferta de leitos clínicos e de UTI para o atendimento aos pacientes com Covid 19. Atualmente o Hospital Regional do Baixo Amazonas é administrado pela OSS PROSAÚDE. Em 2021 a Região do Baixo Amazonas também foi contemplada com as ações da Policlínica Intinerante.



Fonte: SIGPLAN, em 24/11/2021.

Análise:

Dos compromissos programados para a região do Tapajós, 25% estão abaixo do esperado, 35% não foram iniciados e 40% estão conforme o planejado. Em cumprimento ao planejado para o objetivo de Fortalecer a rede de atenção à saúde dos serviços de Média e Alta Complexidade, tivemos a Implantação do Hospital Regional do Tapajós, cuja obra foi entregue em 2020, antecipadamente, em razão da necessidade de ampliar a oferta de leitos clínicos e de UTI para o atendimento aos pacientes com Covid 19 e Janeiro de 2021, iniciou o serviço de traumatologia porta aberta e demais especialidades ambulatoriais, assim como o Serviço de Nefrologia. Ainda em 2021 a região foi contemplada com as ações da Policlínica Intinerante.

Análise:

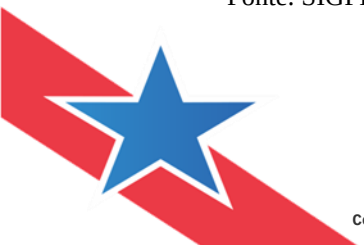


Dos compromissos programados para a região do Xingu, 50% não foram iniciados, 25% estão conforme o planejado e 25% está abaixo do esperado, esta região tem apenas o município de Placas sob a responsabilidade do 9º CRS. Em 2021 o município recebeu as ações da Policlínica Intinerante, além das ações referentes ao combate a Covid-19.

5.4 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, DA FÍSICA E FINANCEIRA

OBJETIVO: Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	19	0	0,00	13	0,20	0,00	0,00
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	51	48	94,12	48,00	3,01	0,00	0,00
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	19	1	5,26	15,00	6,40	3,30	51,59
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	19	16	84,21	81,00	52,33	50,78	97,04
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	9	0	0,00	5,19	0,50	0,00	0,00
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	13	3	23,08	29,88	97,41	88,70	91,05
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	2	2	100,00	29,74	0,00	0,00	0,00
COVIDPARÁ Ações de Saúde	Município Atendido	0	0	0,00	0,00	56,97	17,40	30,14
Implementação da humanização na Saúde	Ação Realizada	3	1	33,33	4,50	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIGPLAN/SEPLAD



PROGRAMA SAÚDE

ANÁLISE:

Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde

Devido a pandemia da Covid-19, a maioria dos municípios não realizaram suas Conferências Municipais de Saúde, ficando esta Regional impossibilitada de realizar as ações de apoio aos conselhos municipais.

Educação na Saúde

Tem como produto “pessoa qualificada”, mesmo não tendo sido utilizado recurso, atingiu 94% da meta física. Isso decorreu em grande parte pelo fato de que muitas das capacitações realizadas em modo *on line*, não utilizaram deste orçamento. Esta situação deverá ser corrigida no exercício de 2022, com o alinhamento entre o produto da ação e o orçamento programado.

Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS

Tem como produto, “demanda finalizada”. Alcançou de janeiro a outubro, apenas 5% da meta física, com execução de 51,50 % do orçamento previsto, e 47%. Estes resultados foram bastante impactados, considerando que esta Ouvidoria teve uma redução no seu número de demandas por conta de algumas Ouvidorias Municipais e sub redes se encontrarem sem Ouvidor, por conta de demissões e substituições de servidores bem como troca de governos e gestores. Diante dessas dificuldades, estamos em conversa com os Coordenadores dos Municípios a fim de ir realizando os treinamentos aos novos ouvidores nesta Regional, no setor da Ouvidoria, com o objetivo de solucionar e concretizar os serviços de forma segura, respeitando todos protocolos de segurança para prevenção contra o COVID e suas CEPAS existentes até o momento.

Implementação do Planejamento do SUS

Alcançamos 84,21 % da meta física programada e 97,04% da meta financeira executada, considerando que atividades planejadas para atuação in loco não puderam ser realizadas na sua totalidade por questões ligadas a pandemia do COVID 19.

Realização de Auditoria no SUS

Considerando que este 9º CRS não possui auditores e nem programa auditorias, apenas acompanha as demandas oriundas do Departamento de Auditoria da SESPA (DEAUDS), a meta física e financeira é igual a 0%.



Articulação Interfederativa

Em reunião ordinária da CIR do mês de fevereiro/ 2019, a pedido dos secretários de saúde da região do TAPAJOS, ficou definido que o local de realização das reuniões do colegiado dessa região seriam em Santarém, e não mais em Itaituba, como acontecia anteriormente, juntamente com a Região do Baixo Amazonas. As pautas são discutidas de forma macro, porém as aprovações/implantações/implementações das demandas acontecem de forma individual de acordo com o quórum da região, por comissão, respeitando o regimento interno de ambas. Nesse sentido o produto desta ação, apesar de apresentar 100% da meta física executada, apresenta 0,00% do orçamento executado.

CovidPará Ações de Saúde

Apesar de não haver planejamento com metas físicas, houve execução financeira para ações de combate a Covid-19 no âmbito dos 20 municípios sob jurisdição deste 9º CRS, abrangendo a Atenção Primária a Saúde, Vigilância Epidemiológica, Imunização, Vigilância Sanitária, Média e Alta Complexidade, através da ampliação de leitos em hospitais de referencia para assistência a COVID no contexto regional e transferências de pacientes pelo serviço aeromédico de suporte avançado.

Implementação de Tratamento Fora de Domicílio

Foi utilizado 95% do recurso orçamentário previsto, com alcance de 246% da meta física, até a competência outubro/2021, por conta do aumento da procura do serviço, pelos municípios atendidos.

Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade:

Tem como produto, “procedimentos realizados”, no qual o estado oferta atendimentos no CEO/URES, onde ofertou 59.995 procedimentos, atingindo a meta física em 70%, embora com execução orçamentária em torno de 18,12%. Atribui-se esta baixa execução à dificuldade existente neste ano, em especial, a existência de apenas um pregoeiro na nossa regional, o que dificultou a aquisição de produtos inerentes a média e alta complexidade. O que será superado no próximo exercício, considerando que serão nomeados servidores para reforçar a Comissão Permanente de Licitação.



Tabela 4 - Execução Física e Financeira da Atenção Primária em Saúde

OBJETIVO: Fortalecer a rede de APS								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Apoio aos serviços de APS	Município Apoiado	20	20	100	174,64	43,63	42,55	97,51

Fonte: SIGPLAN, acesso em 25/11/2021.

ANÁLISE:

Na avaliação das ações para o Apoio aos Serviços da Atenção Primária, foi realizado 100% da meta prevista, não havendo alinhamento entre o planejamento e a execução orçamentária, considerando que grande parte de atividades de orientações, monitoramentos de indicadores e feedback aos municípios foram oferecidas online, por conta ainda da situação pandêmica.

Tabela 5 - Execução Física e Financeira da Vigilância em Saúde

OBJETIVO: Reduzir os Riscos e Agravos à Saúde								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Apoiado	20	20	100,00	365,53	588,28	440,17	74,82
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	20	20	100,00	79,33	146,36	122,80	83,90

Fonte: SIGPLAN, acesso em 25/11/2021



Análise:

Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos

Apesar de atingir 100% da meta física, executamos 74,82% do orçamento previsto. O desempenho dessa ação ficou comprometido em função do período pandêmico em que vários servidores estavam afastados de suas funções por serem do grupo de risco de comorbidade e idosos. O que levou os programas a reduzir as atividades a serem realizadas em nossos municípios, que por sua vez também, estavam com servidores remanejados a atuação para o enfrentamento do COVID-19; Além do que, muitos servidores municipais e regionais apresentaram adoecimento e outros infelizmente até óbito.

Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária

Executamos 83,90% do orçamento previsto e 100% da meta física, com 20 municípios atendidos, continuaremos executando as ações para que ocorra o alinhamento entre as metas física e financeira.

PROGRAMA CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Tabela 6 - Execução Física e Financeira Atenção Psicossocial

OBJETIVO: Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta	Meta		Dotação	Dotação	Despesa	
		Prevista	Realizada	%	Inicial	Real	Realizada	%
Implementação Município								
da Rede de	Apoiado	1	1	100	3,11	7,53	7,12	94,
Atenção								5
Psicossocial								

Fonte: SIGPLAN, acesso em 25/11/2021



Análise:

Quanto à execução orçamentária programada, atingimos 94,52%, o que nos possibilitou atingir 100% da meta física, com atendimento de 13.386 usuários, dos municípios de nossa jurisdição através do CAPS II.

PROGRAMA GOVERNANÇA PÚBLICA

Tabela 7 - Execução Física e Financeira da Governança Pública

OBJETIVO: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	0	0	0,00		5,70	4,34	76,15

Fonte: SIGPLAN, acesso em 24/11/2021

PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

Tabela 8 - Execução Física e Financeira Administrativa

OBJETIVO: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado								
Ação	Produto	Execução Física			Exec. Orçamentária/Financeira			
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Operacionalização das ações Administrativas	Contrato mantido	6	5	83	112,68	176,10	172,45	97,93
Operacionalização das ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	298	6	2	18,01	6,26	4,59	73,40

Fonte: SIGPLAN, acesso em 25/11/2021



Análise:

Neste ano de 2021, foi executado 97,93 e 73,40, nas ações Operacionalização das ações Administrativas e Operacionalização das ações de Recursos Humanos, respectivamente, sendo estes resultados considerados satisfatórios para esta Gestão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O 9º Centro Regional de Saúde - CRS/SESPA tem sob sua responsabilidade 20 municípios, divididos em 02 (duas) Regiões de Saúde: *Baixo Amazonas e Tapajós*, juntas possuem uma população de aproximadamente 750 mil habitantes, cerca de 11,7% da população do Estado do Pará, com uma área de mais de 500 mil Km², que correspondem a 40% de todo o território do Estado. Os 20 municípios ficam distribuídos em: 14 no Baixo Amazonas e 06 na Região do Tapajós.

O ano de 2021 nos trouxe inúmeras dificuldades, umas já existentes como: extenso território, questões financeiras, carência de Recursos Humanos, e outras novas, como a Pandemia do novo Coronavírus, mesmo com todas essas adversidades, o 9º CRS por meio do seu corpo técnico, realizou monitoramento e assessoramento no que diz respeito a continuidade na construção do SUS e consequentemente dos serviços de saúde para toda população sob responsabilidade desta Regional. Nossa proposta é continuar contribuindo com esse crescimento, com um esforço contínuo, para alcançar as metas programadas no Plano Estadual de Saúde e da Programação Anual de Saúde.

Nossas metas físicas e financeiras, em uma avaliação mais detalhada, podemos considerar satisfatória, onde alcançamos nossos objetivos em sua maioria, lembrando que o planejamento para 2021, fora realizado em 2020, não obtivemos um resultado mais próximo do planejado, em sua maior parte, devido os remanejamentos de alguns recursos, para atender novas metas ou fortalecer as existentes, uma vez que novas metas foram traçadas devido a Pandemia pelo novo Coronavírus.



10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O 10º Centro Regional de Saúde abrange 09 (nove) municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Porto do Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu e 01 (um) Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI Altamira), com população total de 340.654 hab., o percentual da população em relação ao Estado é de 4,05 % (IBGE, 2010).

Os municípios do 10º CRS encontram-se 90% na Plena da Gestão Municipal de Saúde, com exceção ao Município de Altamira, o qual ainda se encontra na Gestão Básica. A estrutura física do sistema de saúde municipal da Região atende uma população de 340.654 habitantes (estimativa 2016/IBGE). Totalizam 130 prédios públicos, onde aproximadamente 80% são próprios. Ressalta-se que muitos prédios são antigos. Foram construídos em lógicas de funcionamento da época, necessitando de adaptação ao novo modelo de saúde, principalmente as Unidades Saúde da Família.

A rede hospitalar da região conta com 01(um) Hospital Regional Público da Transamazônica-HRPT e 01 (um) Hospital geral Público no Distrito de Castelo dos Sonhos, ambos no município de Altamira e mantidos pelo Governo do Estado do Pará, os quais são responsáveis pelos serviços de média e alta complexidade na região.

Cada município de abrangência do 10ºCRS/SESPA, dispõe de um hospital municipal, que na maioria são Hospitais de Pequeno porte, os quais atendem a população de acordo com as 04 Clínicas Básicas (Pediatria, Obstetrícia, Clínica Médica e Cirúrgica) disponíveis nesses serviços.

Quanto aos hospitais particulares, a região apresentou um encolhimento da oferta deste serviço, tanto para aqueles que se descredenciaram da rede conveniada ao SUS, quantos os que fecharam as suas portas de forma definitiva. Neste contexto, destacam-se os municípios de Altamira, Pacajá e Uruará, que dispõem de 01 estabelecimento hospitalar privado em suas sedes.



1. PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021.



Supervisão em Laboratório de Malaria
mun. em area ribeirinha no Rio IRIRI



Monitoramento Vacina COVID-19 no
de Senador Jose Porfirio



Testagem em massa para diagnostico da COVID-19



2- O QUE FIZEMOS EM 2021

Em 2021, com o início da vacina para combater o COVID -19, todas as áreas técnicas do 10ºCRS/SESPA, participaram direta ou indiretamente da distribuição e envio aos municípios de abrangências, em parceria constante com a equipe de Epidemiologia/DVS/SESPA.

O 10ºCRS/SESPA, através das suas áreas técnicas, abrangeu 100% dos municípios da Região de Saúde do Xingu. Bem como, beneficiou diferentes pessoas, populações tradicionais, pessoas em situação de vulnerabilidade e privadas de liberdade (criança, adolescentes e jovens, mulher, homem, pessoa idosa), com ações de monitoramento, supervisão, capacitação, oficinas, visitas técnicas de avaliação, com o intuito de qualificar os serviços de prestados pela atenção básica assim podemos afirmar que 100% da população da Região de Saúde do Xingu, foi beneficiada.

Através do programa de implementação do planejamento, realizou visita técnica junto a 07 (sete) municípios de jurisdição do 10ºCRS, para reunir com seus CMS e deliberar quanto a realização das conferências municipais de saúde, desses somente 05 (cinco) realizaram. Assim dos 09 (nove) municípios 70% estão em elaboração dos PMS 2022/2025. Os RT's de planejamento realizaram ainda o acompanhamento nos municípios, para apoiar e orientar quanto a inserção dos instrumentos de planejamento no sistema DigiSUS, foi apresentado e discutido o manual de apoio a elaboração dos PMS 2022/2025, disponibilizado pelo NISPLAN/SESPA, até o momento somente 01 (um) município concluiu o Plano Municipal de Saúde 2022 a 2025. Conforme o sistema SIGPLAN, nestas ações foram utilizado um total de R\$ 27.892,15 do recurso orçado.

A equipe técnica de regulação em saúde, realizou reuniões em área hospitalar para discutir o fluxo de atendimento dos pacientes, bem como a definição do fluxo de pacientes para outros serviços de saúde via TFD. Valor disponibilizado para as ações foi de nestas ações foram utilizado um total de R\$ R\$23.856,69.

A vigilância em saúde endêmica apoiou Cursos Intensivos de Gestão Integrada de Controle e Vigilância com foco para Dengue, Chikungunya, Zika Vírus, Febre Amarela e Noções Básicas de Epizootias, nas áreas endêmicas da região Xingu. Bem como na prevenção e cuidados dos agravos de Leishmaniose, Malária, Chagas e ainda realizar ações de Georeferenciamento em todos os municípios de abrangência do 10ºCRS/SESPA. Utilizou o valor de R\$ R\$302.698,75.

Em relação as ações da Educação na Saúde, realizou-se Oficina regionalizada para a



implantação da CIES Xingu (Comissão de Integração Ensino e Serviço), cujo objetivo principal é revisão do PAREPS, visando o cumprimento das ações planejadas no instrumento voltadas para a qualificação em serviço. Valor gasto R\$9.257,82.

As ações de Regulação em saúde ocorreram por meio realizar reuniões em áreas hospitalares para qualificar o fluxo de atendimento dos pacientes, Incorporação dos hospitais junto a Rede de Atenção à Saúde da região Xingu e defini do fluxo de pacientes para outros serviços de saúde via TFD. Ainda capacitação e implantação do SER Ambulatorial, apresentação dos fluxos do sistema regulatório, nesta ações fora gasto R\$ 23.856,69.

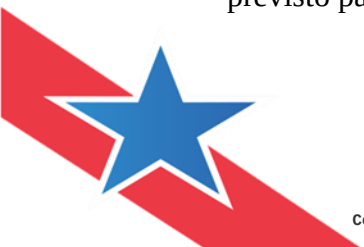
Em relação as ações de vigilância em saúde do trabalhador realizou-se capacitação para as RT's de VISAT municipal, capacitações no preenchimento da ficha de notificação dos agravos. Na Vigilância Ambiental realizou-se treinamento e monitoramento das metas pactuadas. A VISA realizou monitoramentos das ações da comissão de controle de infecção hospitalar e inspeção, cadastro e capacitação em 100% dos municípios doa região Xingu. Valor total gasto: R\$108.698.10

3- O QUE IREMOS FAZER EM 2022

As áreas técnicas do 10ºCRS, para o ano de 2022, terão seus planejamentos voltados ao fortalecimento da Atenção Básica na região do Xingu, bem como a intensificação das ações em Vigilância em Saúde, e como recurso **um montante de R\$ 2.237.557**, conforme previsto na revisão do PPA 2020/2023, o qual foi divididos por programas atividades, que possuem objetivos, meta e ações específicas.

As ações de **Atenção Básica**, visam a redução da mortalidade materna infantil, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, tendo como foco a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, bem como no controle das doenças transmissíveis, para o desenvolvimento de todas as ações foi orçado para o ano de 2022 um **valor de R\$ 170.000,00/ano.** e deve alcançar todos os 09 municípios no fortalecimento das ações básicas voltadas diretamente a população no seu território.

O **Apoio as Ações dos Conselhos de Saúde**, foi planejado no sentido de dar suporte técnico e operacional aos Conselhos Municipais de Saúde em relação as conferencias de saúde, capacitação e nas reuniões ordinárias, o destaque orçamentário previsto para o ano de 2022 foi de **R\$ 5.779,00/ano.**



As ações de **Articulação Interfederativa**, refere-se ao apoio técnico, financeiro, logístico, entre outros que o 10ºCRS, proporciona para que as reuniões da Comissão Intergestora Regional CIR Xingu aconteçam e abrange os 09 (nove) municípios. E no ano de 2022, foi planejado o valor de **R\$ 25.000/ano**.

O Programa atividade de **Educação na Saúde**, refere-se a qualquer capacitação/qualificação, na área da saúde destinada a qualquer pessoa (servidor ou não) da esfera municipal, estadual, federal ou qualquer cidadão. Também poderá ser computado qualquer palestra/seminário/workshop/oficina destinada à transmissão de informações na área da saúde. Foi programado no PPA a capacitação de 200 pessoas e um recurso de **R\$ 35.000/ano**.

Na **Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS**, visa dar apoio através de capacitações, monitoramento na execução por partes dos municípios em implementar o serviço, contando com o apoio financeiro de **R\$ 10.000/ano**.

No programa atividade de **Implementação da Humanização na Saúde**, o 10ºCRS através de diferentes áreas técnicas, realizara o apoio técnico necessário para implementar na região de saúde do Xingu a política de humanização. Que prevê para 2022 um orçamento de **R\$ 10.000/ano**.

Na **Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência**, está contida nesta ação as distribuições de Órtese e Prótese, a implementação dos Centros de Reabilitação (CER), seja por demanda espontânea ou judicial. Foi programado no PPA o atendimento de 10 pessoas em 9 municípios é um valor **R\$ 10.000/ano**.

No programa **Implementação de Tratamento Fora de Domicílio**, onde o produto desta ação é Usuário Beneficiado e a liquidação da despesa deve ocorrer para o município em que o usuário é residente, e não para o município que será realizado o tratamento. Destaca-se que as Despesas dos Exercícios Anteriores (DEA) não foram compatibilizadas como meta física em 2022. O Planejado para subsidiar essa ação ficou em **R\$ 1.377.345/ano**.

A **Implementação do Planejamento do SUS**, as ações implementar o instrumento de gestão, ou seja, refere-se Plano Municipal de Saúde (PMS). A meta física da ação para 2022 é 01 (um), é o recurso planejado foi de **R\$ 21.888/ano**.

No programa **Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde**, nesta ação foram programadas as reestruturações de 01 (uma) unidade administrativa, que no caso seria a sede do 10ºCRS/SESPA, com um valor de **R\$ 60.000/ano**.



Esta ação **Regulação em Saúde**, refere-se ao controle, monitoramento dos serviços, habilitação dos serviços e alimentação de sistemas e a Regulação do Acesso à Assistência (SISREG e Sistemas de Regulação do Acesso (SER), Treinamento de TFD e do SAMU), O produto da ação é Serviço/Acesso regulado, sempre que o CRS habilitar um serviço no município ou regular um acesso e foi previsto um destaque orçamentário de **R\$ 24.128/ano**.

4- AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUEM COM AS METAS DOS ODS.

A Divisão de controle e avaliação –DOCA, em virtude da Pandemia as viagens institucionais aos municípios da Região da Transamazônica foram suspensas em 50%, os atendimentos ambulatoriais do Hospital Regional Público da Transamazônica/HRPT foram suspensos, ficando somente o funcionamento para internação, o serviço de TFD a demanda de processos aumentou, em virtude de transferência de pacientes acometidos pelo COVID-19 para outras centrais devido falta de leito no HRPT.

A Coordenação de **Imunização**, contribuiu com a **ODS 3.8**, realizando o armazenamento e entrega de insumos (seringas e agulhas) e imunos (Vacina, Soros e imunoglobulinas) utilizadas na vacinação de rotina e campanhas nacionais de vacinação (COVID, influenza, Sarampo e atualização de caderneta) para os 9 Municípios e DSEI Altamira. Monitorou os Surtos de Sarampo e doenças imunopreveníveis, através de oficinas para nivelamento da equipe da saúde municipal nos 9 municípios de abrangência do 10ºCRS para o enfrentamento e interrupção do surto. Também em conjunto com a coordenação estadual de imunização implantou junto aos municípios e áreas indígenas o sistema de informação das doses de vacina contra COVID 19 (SIPNI - COVID), bem como, treinamento no painel técnico para suporte e avaliação de todas as doses aplicadas da vacina COVID – 19, tanto municipal como indígena.

A equipe técnica do 10ºCRS/SESPA, através do Sistema de vigilância alimentar e nutricional – **SISVAN**, realizou monitoramento do estado nutricional (classificação a partir de dados de peso e estatura) e alimentar (consumo alimentar), onde foi possível atender 100% de uma população de crianças, adolescentes, adultos, gestantes e idosos, com uma cobertura em todas as faixas etárias de 100%. Contribuindo assim com a **ODS 3.7**. O programa responsável pelo monitoramento das ações de IST/AIDS e HEPATITES VIRALIS e alimentação dos sistemas SISLOGLAB, atingiu 100% do que



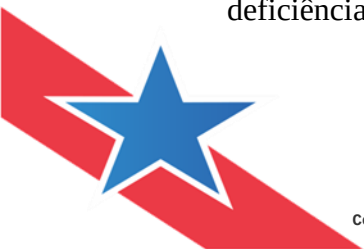
foi proposto aos municípios. E faz relação com a **ODS 3.3**

No programa **Saúde da Mulher**, onde o objetivo principal e o controle do câncer de colo de útero e câncer de mama, foram realizados junto aos municípios oficinas de preenchimento na solicitação de mamografia e informações de descentralização de TFD, para pacientes oncológicos da Região de Saúde do Xingu. Dentro as estratégias de controle foi realizado a liberação independente do bandeiramento (COVID-19), para realização de mamografia de diagnóstico. No ano de 2021 a região do Xingu apresenta uma demanda reprimida de rastreamento em mamografia de 254 pacientes e foram realizados coletas de PCCU na região um total de 7.313, porem os indicadores ainda mostram um baixo desempenho por parte dos municípios. Contribuiu com a **ODS 3.7**

A **mortalidade infantil** é um importante indicador das condições de vida em um determinado local, as taxas elevadas de mortalidade infantil refletem níveis precários de saúde e fragilidades em relação às condições de vida e ao desenvolvimento socioeconômico. Assim para o alcance da ODS 3.2, foram realizados capacitações em **AIDIPI**, para os municípios da Região de saúde do Xingu. Apresentam as seguintes taxas relacionados a mortalidade infantil, taxa de gravidez na adolescência de 20,8%. A taxa de Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal é de 65.7. A Proporção de partos normais (naturais) está em 66.0%. Assim contribui com a **meta da ODS 3.1**, que recomenda reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

O programa **implementação de tratamento fora de Domicilio**, contribui diretamente com a **ODS 3.8**, no sentido de Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade, através de pagamento de ajuda de custo do TFD, Fornecimento de passagens no Trecho Altamira ao município de referência (Belém, Santarém e Marabá).

Na Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência, foram realizados Reunião técnica entre a Diretora da DOCA com a Coordenação de Pessoa com deficiência para tratar assuntos referentes aos usuários no sentido de região de saúde do Xingu, Concessão de órteses e próteses e Concessão de carteira de Passe Livre, conformidade com a meta da **ODS 10.2**, que recomenda empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.



O setor de **Ouvidoria** do 10ºCRS, através de sua equipe técnica realizou rodas de conversa no intuito de qualificação as informações dos usuários no sistema. Contribuindo assim com a **ODS da meta 16.6**, que visa Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

O 10ºCRS, deu apoio aos 09 municípios em relação aos instrumentos de **Planejamento do SUS**, através de visitas técnicas, rodas de conversas no intuito de subsidiar a elaboração do Plano de saúde 2022 a 2025, manteve uma articulação com os Conselhos de Saúde fortalecendo assim os atores envolvidos do Controle Social; participou ainda ativamente das Conferências Municipais de Saúde, reuniões ordinárias da CIR, de forma a contribuir com a **ODS 16.7** que visa garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

As áreas técnicas realizaram diferentes ações de enfrentamento a COVID 19, Sarampo, Doenças endêmicas como Malária, Doença de Chagas, Leishmanioses; levantamento entomológico e ainda a dispensação de medicamentos estratégicos, contribuindo assim para a meta **ODS 3.3**. que orientar acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



5 - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 – AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Tabela 1 – Execução Orçamentaria por programa

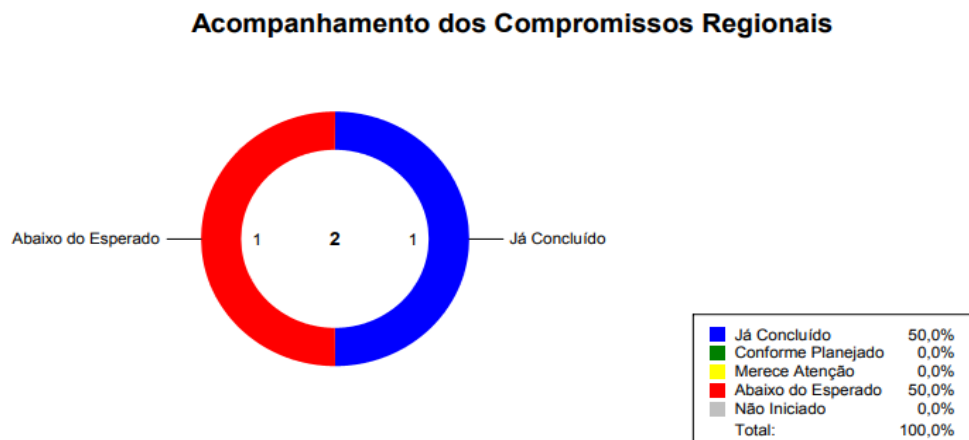
ÁREA/PROGRAMAÇÃO/AÇÃO	DOT.INICIAL	DOT.ATUALIZ(1)	EMPENHADO	LIQUIDADO	%EXE	SALDO
PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS						
- IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL		4.610,00		0,00		4.610,00
TOTAL "CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS"		4.610,00		0,00		4.610,00
GOVERNANÇA PÚBLICA						
- CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS		5.341,05	5.341,05	5.341,05	100	0,00
TOTAL "GOVERNANÇA PÚBLICA"		5.341,05	5.341,05	5.341,05	100	0,00
MANUTENÇÃO DA GESTÃO						
- ABASTECIMENTO DE UNIDADES MÓVEIS DO ESTADO			0,00	0,00		0,00
- OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS	238.145,71	220.513,60	220.513,60	210.104,90	88	17.632,11
TOTAL "MANUTENÇÃO DA GESTÃO"	238.145,71	220.513,60	220.513,60	210.104,90	88	17.632,11
SAÚDE						
- APOIO A AÇÕES DOS CONSELHOS DE SAÚDE		7.367,12	7.367,12	7.367,12	100	0,00
- APOIO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA		57.962,80	57.962,80	54.120,16	93	0,00
- ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA		10.513,82	7.584,32	3.320,36	32	2.929,50
- COVIDPARÁ - AÇÕES DE SAÚDE	4.568.197,31	1.998.000,00	1.998.000,00	1.998.000,00	44	2.570.197,31
- EDUCAÇÃO NA SAÚDE		9.257,82	9.257,82	9.257,82	100	0,00
- IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE OUVIDORIAS DO SUS			0,00	0,00		0,00
- IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10.426,00	8.664,37	8.664,37	8.664,37	83	1.761,63
- IMPLEMENTAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO	1.567.152,53	1.479.532,27	1.479.532,27	1.080.570,68	69	87.620,26
- IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO SUS	38.200,00	27.892,15	27.892,15	27.892,15	73	10.307,85
- IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			0,00	0,00		0,00
- REALIZAÇÃO DE AUDITORIA DO SUS			0,00	0,00		0,00
- REGULAÇÃO EM SAÚDE	34.856,69	23.856,69	23.856,69	23.856,69	68	11.000,00
- VIGILÂNCIA E CONTROLE A AGRAVOS TRANSMISSÍVEIS AGUDOS E ENDÊMICOS	469.194,80	312.510,25	312.510,25	302.698,75	65	156.684,55
- VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR, AMBIENTAL E SANITÁRIA	986.893,98	111.967,50	111.967,50	108.698,10	11	874.926,48
TOTAL "SAÚDE"	7.760.022,87	4.044.595,29	4.044.595,29	3.624.446,20	47	3.715.427,58
TOTAL PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	8.008.119,63	4.270.449,94	4.270.449,94	3.839.892,15	48	3.737.669,69

10/12/2021 13:47:54

1/2

Fonte: SIGPLAN/10/12/2021

5.2 AVALIAÇÃO DO ALCANCE DOS COMPROMISSOS REGIONAIS



Fonte: SIGPLAN/10/12/2021

Análise:

Um dos compromissos da Região de Saúde do Xingu era Implantar o Centro de Atenção Especializada no HRPT, porém devido a Pandemia de COVID-19, não ocorreu, ficando assim considerado abaixo do esperado, para subsidiar esse compromisso o Governo do Estado em parceria com o governo municipal firmo o compromisso de construção da Policlínica de Altamira, onde o projeto encontra-se em fase de elaboração de estudo de viabilidade técnica e perfil assistencial, com previsão de início no 1º semestre de 2022.

Outro compromisso regional pactuado foi a realização do evento saúde por todo o para o qual ocorreu através da Policlínica itinerante, no município de Altamira.

5.3. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, META FÍSICA E FINANCEIRA.

Programa: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos.

Implementação da Rede de atenção psicossocial.

Análise:

Em 2021, o programa Cidadania e Direitos Humanos não apresentou programação orçamentaria inicial, apresentou uma meta inicial de R\$ 11.811,00. Porém não consta nada realizado o que corresponde a uma execução orçamentária de 0% da dotação autorizada.

O ano de 2021, ainda em meio a pandemia do Novo coronavirus covid-19, fez com que as ações do programa Cidadania e Direitos Humanos, fossem realizadas em sua totalidade a distância através do apoio da coordenação regional do programa, dessa forma não apresentaram a mesma tendência de centralização na aplicação de recursos observada nos anos anteriores do PPA 2016-2019. Assim, a região do Xingu, ficou com 0% de meta das despesas.



Programa: Governança Pública

Capacitação de Agentes Públicos

Análise:

O programa Governança para Resultados não apresentou programação orçamentaria inicial. Teve uma meta inicial de R\$ 16.823,00 e teve como realização R\$ 5.345,00, o que corresponde a 32% de realização orçamentaria, podemos que o programação deva ter sido afetada diretamente por conta da pandemia do COVID-19.

Programa: Manutenção da Gestão

Operacionalização das Ações Administrativas

Análise: O objetivo 2, do programa manutenção da gestão, teve com dotação orçamentaria no valor de R\$248.351,00 e teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$274.863,00 o que corresponde a 76% de realização orçamentaria, a superação da ação se dá devido a estratégias de enfrentamento da COVID-19

Programa: Saúde

Apoio a ações dos conselhos de saúde

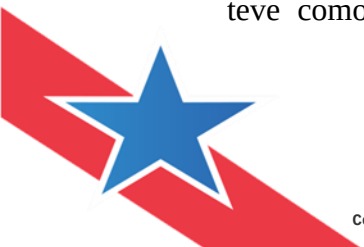
Análise: O programa Apoio as ações dos conselhos de saúde, teve com dotação orçamentaria inicial o valor de R\$5.720,00 e teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$7.367,12, o que corresponde a 125% de realização orçamentaria, consideramos a pandemia do COVID-19, que não permitiu a efetivação da ação em sua totalidade, o que nos remete a um replanejamento da ação considerando o contexto pandêmico pelo qual passamos.

Articulação Interfederativa

Análise: O programa Articulação Interfederativa de dotação orçamentaria inicial no valor de R\$27.369,00, a qual teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$ 3.320,36 o que correspondeu ao alcance de realização orçamentaria de 11%.

Educação na Saúde

Análise: Na ação de nº3: a dotação orçamentaria inicial foi de R\$31.740,00 e teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$9.257,82 o que



correspondeu a 21% de realização orçamentaria. Porem a informação qualitativa foi informada de forma considerável.

Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS

Analise: a ação teve com dotação orçamentaria no valor de R\$10.000.00 e teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$ R\$6.409.26o que corresponde a 56% de realização orçamentaria.

Implementação do Planejamento do SUS

Analise: A ação teve com dotação orçamentaria no valor de R\$ R\$21.663.00 e teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$ 69.077.58 o que corresponde a 44% de realização orçamentaria, a superação da ação se dá devido a estratégias de enfrentamento da COVID-19.

Regulação em Saúde

Analise: na ação destinada a regulação o programado de dotação orçamentaria foi o valor de R\$23.880.00 e teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$56.971.20 o que correspondeu a 75% de realização orçamentaria, a superação da ação se dá devido a estratégias de enfrentamento da COVID-19 e que se revisado a programação do PPA para o ano de 2021.

fortalecer a rede de atenção a saúde dos serviços de média e alta complexidade (4 ações) COVIDPARÁ - Ações de Saúde

Analise: a ação não foi programada no PPA, por se tratar da PANDEMIA do Novo Coronavírus, inúmeras foram as estratégias a serem realizadas pela Gestão junto a região de integração, assim esta ação não possui OGE inicial, mais apresenta como recurso orçamentário realizado R\$1.998.000,00, segundo avaliação do Sistema SIGPLAN o que assim corresponde a 0% de realização, a ação foi especifica ao enfrentamento da COVID-19



Implementação da rede de atenção à pessoa com deficiência

Análise: a ação apresentou teve como programação inicial de R\$13.308,00. Do total disponível, não houve efetivamente liquidação do montante o que corresponde a uma execução orçamentária de 0% da dotação autorizada.

Implementação da rede de atenção a urgência e emergência

Análise: a ação não apresenta OGE inicial, porem neste programa atividade o sistema SIGPLAN informa que teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$8.664,37, porem corresponde a 0% de realização orçamentaria, a superação da ação se dá devido a estratégias de enfrentamento da COVID-19

Implementação de tratamento fora de domicílio

Análise: nesta ação foi relacionado o tratamento fora de domicilio (TFD), teve com dotação orçamentaria inicial o valor de R\$1.019.907,00 e teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$1.076.412,68, com alcance de um percentual de 88% de realização orçamentaria, a superação da ação se dá devido a estratégias de enfrentamento da COVID-19.

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Apoio aos serviços de atenção primária

Análise: nesta ação a dotação orçamentaria inicial foi no valor de R\$146.952,00 e teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$54.120,16 o que corresponde a 46% de realização orçamentaria.

Devido à pandemia do COVID-19, o 10º CRS, em relação ao apoio aos serviços de Atenção Primária se fez presente nos 09 (nove) municípios, implementado o monitoramento e estratégias de enfrentamento a COVID_19, bem como ao combate ao câncer, sisab, melhor em casa, saúde do adolescente e jovem, saúde nas escolas, prevenções do colo do útero e PCCU, SIFILIS.

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Vigilância e controle a agravos transmissíveis agudos e endêmicos.

Análise:



A ação apresentou com dotação orçamentaria inicial o valor de **R\$327.546,00** e teve como realizado segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$302.698,75 o que corresponde a 71% de realização orçamentaria.

Vigilância em saúde do trabalhador, ambiental e sanitária

Análise: a ação teve com dotação orçamentaria **inicial o valor R\$131.521,00** e teve como realização segundo avaliação do Sistema SIGPLAN R\$108.698,10, o que corresponde a 97% de realização orçamentaria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O presente instrumento técnico de gestão se consolida como mecanismo norteador das ações de saúde desenvolvidas no ano de 2021. O 10ºCRS/SESPA, elaborou o RGI 2021 no formato da DPE/SAPOR/SEPLAD e que foi disponibilizado pelo NISPLAN/SESPA, acredita ter conseguido construí-lo, dentro do proposto, conforme orientado pelos técnicos do NISPLAN/SESPA.

Cabe destacar que todas as áreas de atuação da política de saúde foram de algum modo impactadas pela situação de emergência em saúde provocada pela pandemia de COVID-19. Os gestores do SUS, nas três esferas enfrentaram o desafio de manter o desempenho das ações, conforme pactuado e planejado para o ano de 2021, porém devido a pandemia apresentar picos alarmantes, foi necessário criar estratégias que se pudesse, de fato alcançar as metas propostas.

As áreas técnicas do 10ºCRS/SESPA, buscam oferecer apoio constante aos municípios da Região de Saúde do Xingu, uma vez que, os mesmos vêm enfrentando inúmeras dificuldades, principalmente com desfinanciamento dos serviços ofertados pelo SUS, para que ocorra uma saúde de qualidade, integral e resolutive, garantindo atendimentos em todos os níveis de atenção à saúde.

Nesse sentido, a gestão do 10ºCRS/SESPA, almeja para o exercício 2022, que as ações sejam executadas de acordo com o que está previsto no Plano Estadual de Saúde 2020/2023 (PES) do Estado do Pará e no Plano Plurianual (PPA) 2022/2023 e está sendo planejado pelas áreas técnicas – com foco na Saúde, no planejamento estratégico.

E assim juntamente com os demais Centros Regionais de Saúde, contribuir com a Mensagem de Governador a ser apresentada para o ano de 2022.



11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O 11º Centro Regional de Saúde, localizado no município de Marabá, possui 21 municípios na sua área de abrangência: Abel Figueiredo, Breu Branco, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Goianésia do Pará, Itupiranga, Marabá, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia e Tucuruí. Fazendo parte da Região de Integração Carajás, Lago de Tucuruí e Rio Capim, criadas pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008. O presente relatório tem por objetivo registrar as ações e atividades desenvolvidas pelo 11º Centro Regional de Saúde/SESPA, as quais foram executadas durante o ano de 2021, atendendo aos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS, considerando as respectivas atribuições dos diversos setores, os quais desenvolveram, na medida do possível, suas atividades laborais para cumprir os cronogramas desta Regional, mesmo em momento de pandemia onde requer maior dedicação e esforço para cumprir tais demandas.

Nossas ações foram realizadas, em razão da Pandemia do COVID 19, pois seguimos as orientações dos DECRETOS de situação de emergência, promulgados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Nesse sentido priorizamos ações, que contribuíssem para o combate a doença que atinge até nos dias atuais a população mundial.

Foram realizadas ainda, ações que contribuíssem para a qualificação e aperfeiçoamento dos serviços de saúde oferecidos aos pacientes dos municípios contemplados pela assistência desta Regional.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B08DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



4. PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021.

RETOMADA DO SERVIÇO DE RESSONÂNCIA NO HOSPITAL REGIONAL DE MARABÁ



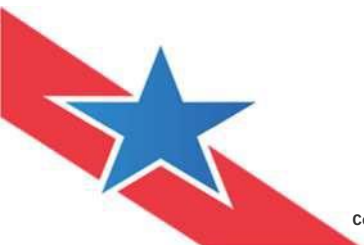
Fig.01 – Aparelho de ressonância instalada no HRPS.

Uma das principais realizações que podemos destacar entre o Governo do Estado, 11º CRS e os Gestores das Regiões Carajás, Lago de Tucuruí e Rio Capim, foi a articulação para o retorno dos serviços do Centro de Diagnóstico por Imagem do Hospital Regional Público do Sudeste do Pará “Dr. Geraldo Veloso/HRSP”, que é referência em serviços de saúde para mais de 1 milhão de habitantes de 23 municípios da região.

5. O QUE FIZEMOS EM 2021

Através da ação de **Apoio aos Serviços de Atenção Primária** da Divisão Técnica o 11º CRS atuou em Programas voltados para (crianças, adolescentes, jovens, mulheres, homens, pessoa idosa – Divisão Técnica) desenvolvendo atividades de monitoramento, avaliação, capacitação, oficinas, em 100% dos municípios adstritos, beneficiando 100% dos residentes desta região e realizou-se 10(dez) monitoramentos. Nestas ações foram gastos os valores de R\$ 52.255,04.

Através da UDME (Unidade Dispensação de Medicamentos Especializados) foram realizados 8.262 atendimentos e cadastros a pacientes e feitas 263.526 dispensação de medicamentos. Atendimento de insulinas: 4.500 atendimentos e cadastros realizados em um total de 3.200.



Na ação Apoio a **Ações dos Conselhos de Saúde** houve participação de servidores deste CRS nas Conferencias Municipais de Saúde de Canaã dos Carajás, Jacundá, Palestina do Pará onde foram proferidas palestras em relações aos temas propostos. Valor gasto: R\$ 1.661,66.

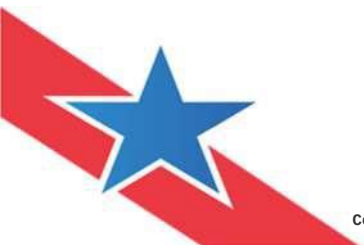
Na ação **Articulação Interfederativa**, na Região do Lago de Tucuruí foram realizadas 03(três) reuniões no decorrer de 2021, no município de Tucuruí/PA, sendo 01(um) on-line. Municípios que compõem a Região de Saúde do Lago de Tucuruí Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Novo Repartimento, Tailândia e Tucuruí. Na Região de Saúde de Carajás foram realizadas 05(cinco) reuniões sendo 01(um) online. Os Municípios que compõem a Região de Saúde de Carajás: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia. Valor gasto: R\$ 12.106,38.

Nas ações da **Educação na Saúde**, promoveu-se reunião no município de Tucuruí para a reativação da CIES do Lago de Tucuruí (Comissão de Integração Ensino e Serviço), cujo objetivo foi a retomada do PAREPS, visando o cumprimento das ações planejadas no instrumento voltado para a qualificação dos sujeitos envolvidos.

Implementação do Planejamento do SUS por meio das referências técnicas deste 11º CRS, promoveu-se o acompanhamento dos municípios, com orientação para alimentação dos instrumentos de planejamento no DigiSUS, apoio técnico quanto ao processo de construção dos PMS (Planos Municipais de Saúde) para o quadriênio 2022 a 2025. Valor gasto com ações R\$ 25.518,35.

Realização de **Auditoria do SUS** no período de janeiro a novembro de 2021, foram realizadas 11(onze) visitas ao município de Rodon, para análise e avaliação dos serviços ambulatorial e hospitalar, produzidos nas duas instituições de saúde contratualizadas e elaboração de relatórios com parecer da comissão autorizada através da portaria nº 290 de 03 de novembro de 2021 e enviados ao DAS/DDASS para liberação de pagamento dos serviços prestados. Valor gasto com ações R\$ 23.263,24. Obs: Esta ação foi excluída em agosto de 2021 deste Centro Regional.

Implementação da **Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência**, aproximadamente 60 pessoas foram atendidas na entrega de cadeira de rodas e emissão



de passe fácil. O total gasto foi de R\$ 3.916,77. Obs: Esta ação foi excluída em agosto de 2021 deste Centro Regional.

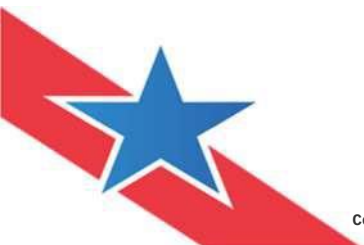
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio, com o intuito de garantir tratamentos médicos especializados não disponíveis na localidade de domicílio do paciente, são concedidos os benefícios de ajuda de custo (diárias) aos usuários vinculados ao Sistema Único de Saúde e seus acompanhantes. Assim, foram beneficiados, até novembro de 2021, pelo programa de TFD os usuários dos municípios com menos de 21.000 (vinte e um mil) habitantes. Valor gasto com ações R\$ 110.003,17, correspondendo a 65% do valor inicial.

Na Ação **Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos e Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária** a Divisão de Vigilância em Saúde, dentre as atividades *in loco* de Monitoramento, realizaram 23 monitoramentos e 12 inspeções sanitárias; das Ações e Programas de Vigilância em Saúde nos municípios de abrangência do 11º CRS, iniciadas somente no 2º semestre de 2021 em virtude da alta curva epidemiológica da 2ª onda da Covid-19 na Região no 1º semestre de 2021. Os 21 municípios (100%) de abrangência do 11º CRS foram contemplados com suporte técnico e monitoramento *in loco* pela Vigilância em Saúde em 2021. O valor gasto com ações foi de R\$ 133.627,49, equivalendo a 55% do valor inicial.

A Manutenção da Gestão apresenta até então avaliação média em relação ao programado, entretanto, esse numero ampliado considerando que ainda estão em tramitação vários processos empenhados a liquidar. **Total gasto R\$ 292.177,93**

As capacitações ocorreram na modalidade EAD, os Servidores do 11º CRS/SESPA participaram do curso " Noções de Direito Administrativo", " Planejamento Público: Estratégias com PPA, LDO e LOA" e " a Nova Lei de Licitações e Contratos", todos ofertados pela EGPA, sem ônus para o Centro Regional, tendo sido utilizado com pagamento de diárias o total de R\$ 3.916,77, equivalendo a 13% da dotação inicial do OGE.

Quanto à ação Edição e Publicação de Atos da Administração Pública, foi ultrapassada a meta física de 84 publicações, em 70%, haja vista que foram publicados 143 Atos. Ressalta-se que a despesa é executada pela SESPA CENTRAL, justificando a não utilização dos recurso.



4. AÇÕES REALIZADAS EM 2021 QUE CONTRIBUEM COM AS METAS DOS ODS.

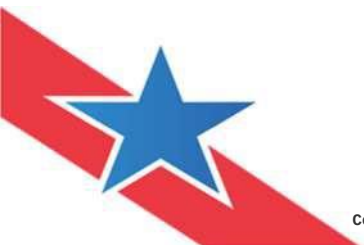
Ações de enfrentamento a COVID 19, Doenças endêmicas como Malária, Doença de Chagas, Leishmanioses; IST's; Hepatites Virais, por meio de ações como, Capacitações aos profissionais de saúde, distribuição de vacinas, orientações quanto aos protocolos assistenciais, capacitação em diagnósticos laboratoriais, Testes Rápidos, dispensação de medicamentos estratégicos, vigilância epidemiológica, contribuíram para a meta ODS 3.3 que visa acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

A aquisição de órteses e passes livres, para posterior dispensação aos usuários dos municípios, contribuem com a meta 10.2 quanto a promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Apoio aos municípios com orientações voltadas aos instrumentos de Planejamento do SUS, por meio de oficinas de elaboração do Plano de saúde 2022 a 2025, articulação contínua com os Conselhos de Saúde fortalecendo o Controle Social; participação em Conferências Municipais de Saúde, reuniões ordinárias da CIR, foram ações executadas que contribuíram com a ODS 16.7 que visa garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório mostra que o 11º CRS/SESPA no compromisso com as suas regiões de integração, diante das adversidades em razão do cenário pandêmico e financeiro realizou monitoramento e assessoria Técnica, com certo êxito no que diz respeito a continuidade na construção do SUS e consequentemente dos serviços de saúde com qualidade para a população de nossa Região. Nossa proposta é continuar contribuindo e no esforço contínuo para alcançar as metas programadas no PPA e Plano Estadual de Saúde.



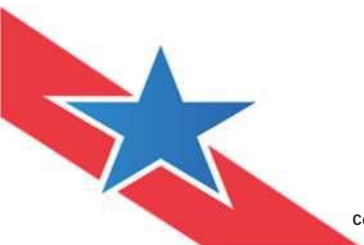
12º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O 12º Centro Regional de Saúde (CRS) é uma das 13 unidades administrativas da SESPA distribuídas em todo o território paraense, visa descentralizar os serviços e acompanhar de forma mais próxima a Região de Saúde Araguaia, buscando reduzir as barreiras geográficas entre a SESPA e os municípios de abrangência desta região, que possui na sua totalidade 575.301 mil habitantes (estimativa IBGE 2021), e assim melhor atender ao cidadão.

A área de abrangência da Região de Saúde Araguaia coincide com a do 12º CRS, composta pelos municípios de Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Redenção, Rio Maria, Pau D'arco, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara.

A sede do 12º CRS está localizada em frente à Praça da Bíblia, nº 300, Bairro Centro, Conceição do Araguaia-PA, CEP: 68.540-000, e sua equipe técnica executa monitoramento, supervisão, capacitação e presta apoio técnico, quando solicitado, aos 15 municípios. O 12º CRS conta com quatro divisões: Divisão Administrativa e Financeira; Divisão de Organização, Controle e Avaliação; Divisão Técnica; Divisão de Endemias. Possui corpo técnico de 172 servidores, sendo 64 servidores da SESPA e 108 servidores cedidos pelo Ministério da Saúde.



1. PRINCIPAIS DESTAQUES 2019 – 2021



Municípios da Região de Saúde Araguaia se destacam no desempenho do Programa Previne Brasil.

Seis municípios entre os 20 melhores do Estado do Pará

Pau D'arco – Bannach – Água Azul do Norte – Xinguara – Rio Maria – Floresta do Araguaia

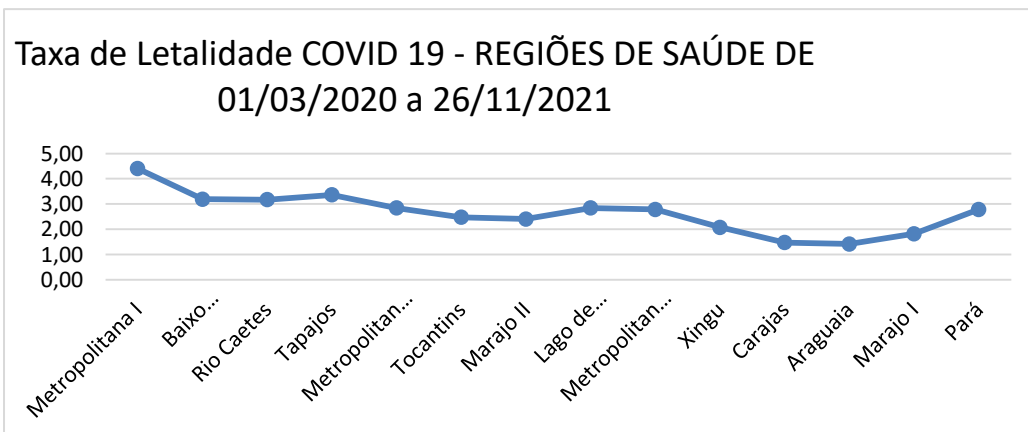


Orientação sobre os indicadores do Previne Brasil



Região de Saúde Araguaia tem a menor taxa de letalidade por covid-19 do Estado do Pará.

Prevenção, assistência e vacinação contribuíram para redução do índice.



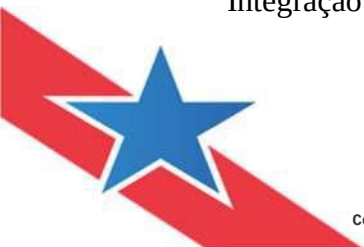
2. O QUE FIZEMOS EM 2021

A estabilidade de casos de covid-19 em 2021 na região possibilitou visitas nos municípios para fortalecimento das equipes e serviços. Mesmo assim, em alguns momentos, foi necessário realizar atividades de forma remota.

O fortalecimento da **Articulação Interfederativa** através das discussões das políticas públicas na região Araguaia, nos municípios de Água Azul do Norte; Conceição do Araguaia; Cumaru do Norte; Ourilândia do Norte; Pau D'Arco; Redenção; Rio Maria; Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, por meio da realização de seis reuniões da CIR (três online e três presenciais), possibilitou a reorganização dos serviços diante da pandemia ainda em curso. Com relação a esta ação foi realizado o equivalente a R\$13.649,35 (Treze Mil Seiscentos e Quarenta e Nove Reais e Trinta e Cinco Centavos) o correspondente a execução de 51% previstos para esta ação. Aliado a isso, ações de apoio aos Conselhos Municipais de Saúde com a realização de supervisão e orientação nos municípios da região Araguaia de Saúde que foram: Água Azul do Norte; Bannach; Conceição do Araguaia e Cumaru do Norte, bem como capacitação para operacionalização do Sistema de Informações de Planejamento do SUS (DIGISUS -DGMP) e apoio técnico e palestras nas Conferências Municipais de Saúde. Foram executados 31% do recurso previsto para essa ação, o equivalente a R\$ 10.444,72, dos R\$ 34.000,00 programados.

Nas ações de **Implementação do Planejamento do SUS**, realizamos o planejamento das ações da regional para o exercício 2021, a Elaboração do Relatório Anual de Gestão do Exercício 2020, as avaliações Quadrimestrais dos Indicadores da pactuação regional e do Plano Estadual de Saúde. Para a gestão municipal, Oficina para Elaboração do Plano Municipal de Saúde, para manuseio do DIGISUS – Módulo Planejamento, Supervisão demonstrativa da situação dos instrumentos de Gestão em todos os municípios da Região de Saúde Araguaia de Saúde e nas reuniões da CIR-Araguaia.

Em relação à **Educação na Saúde**, o 12º CRS alcançou 28 pessoas qualificadas, atingindo 93,33% da meta física. Nesse cenário, Política de Educação Permanente se intensificou com a capacitação de técnicos de referência municipal e da Comissão de Integração Ensino Serviço – CIES Araguaia, que beneficiou profissionais dos serviços



de saúde, instituições de ensino, associações e sindicatos relacionados à saúde. Houve também reuniões remotas que facilitaram a participação dos técnicos. Quanto à execução financeira, foram alcançados 16,54%, da meta programada.

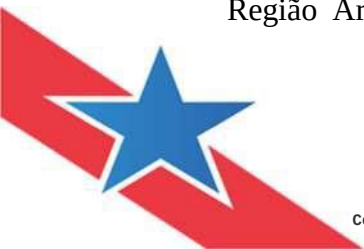
Na **Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS** a equipe do Controle e Avaliação realizou a implantação de duas Ouvidorias nos municípios de Água Azul do Norte e Conceição do Araguaia e supervisão nas ouvidorias de Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Rio Maria, Santana do Araguaia e reimplantação da ouvidoria do município de São Félix do Xingu. Atualmente, são oito ouvidorias implantadas na região.

Sobre a Regulação na Saúde, foram realizados 32.717 serviços de acesso regulados, com um custo de R\$ 192.490,00. Foi realizada auditoria no serviço de saúde no Hospital Regional Público do Araguaia e acompanhamento de auditorias externas em São Félix do Xingu e Xinguará. No Tratamento Fora do Domicílio, foram realizados processos para pagamento de passagens e diárias, beneficiando 309 usuários dos municípios com menos de 21.000 habitantes: Bannach, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Rio Maria e Sapucaia.

Quanto a **Rede de Atenção da Pessoa com Deficiência**, o 12º CRS/SESPA fez a compra de órteses, próteses e meios de locomoção e entregou oito cadeiras de rodas aos usuários da Região de Saúde Araguaia. Foram utilizados R\$ 16.030,00 (Dezesseis mil e trinta reais) recursos financeiros e atendidos ao todo 25 (vinte cinco) usuários. A ação de valorização à pessoa com deficiência foi à descentralização do serviço de Passe Livre. O 12º CRS realizou divulgação deste serviço em 100% dos municípios e atendidos 18 usuários pelo programa do Passe Livre. Houve ainda a implantação do Centro Especializado de Referência (CER) tipo III, com atendimento nas modalidades motora, auditiva e visual, no município de Redenção, com habilitação no ano de 2021.

Na **Rede de Urgência e Emergência** foram realizadas orientações mensais aos coordenadores dos SAMU1-192, UPA 24H e visitas técnicas para averiguar os componentes da RUE (hospitais, UPA 24H, SAMU-192), contemplando assim, os 15 (quinze) municípios da região, com o recurso gasto de R\$ 6.650,00 (Seis mil seiscentos e cinquenta reais). Iniciou-se a expansão do serviço SAMU-192 para 03 (três) municípios: Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Sapucaia

No Apoio aos **Serviços da Atenção Primária** destacam-se seis municípios da Região Araguaia entre os melhores na avaliação de indicadores de desempenho do



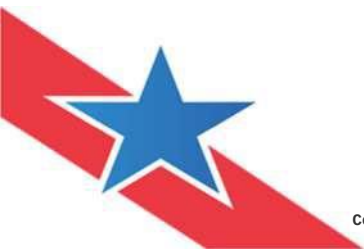
programa Previne Brasil, novo modelo de financiamento da atenção primária em saúde, são eles Pau D'arco (92%), ficando em 2º lugar no Estado do Pará, Bannach, Água Azul do Norte, Xinguara (acima de 70%), Rio Maria e Floresta do Araguaia (acima de 69%). Esses indicadores de saúde buscam qualificar o acesso e os atendimentos da população na região.

Sobre a ação referente à **Implementação de Rede das Doenças Crônicas não Transmissíveis** foi realizado ações de qualificação de profissionais de saúde, em especial na Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, preconizado no Programa Previne Brasil, e monitoramento dos programas Academia de Saúde. Além disso, ampliação do serviço tratamento do fumante em 27% em relação ao ano anterior. No ano de 2021 foram realizadas capacitação e aplicação de teste rápido HIV, campanhas extras muros e monitoramento das ações de IST AIDS e redução à incidência de AIDS em menores de 05 anos.

Para implementação da **Rede de Atenção Psicossocial** houve acompanhamento do serviço nos municípios de Água Azul do Norte, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Felix do Xingu e Tucumã, municípios que tem CAPS, e apoio matricial nos outros seis municípios. Foi aplicado 100% do recurso programado, ou seja, R\$ 13.890,00.

Em relação à ação de **Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos**, destaca-se o enfrentamento à Covid-19. Nessa área o 12º CRS se empenhou em orientar, capacitar e acompanhar a reorganização dos serviços e suprir os municípios com insumos e imunobiológicos para contribuir com a redução da morbimortalidade pela SARS-CoV-2, o que impactou no índice de letalidade de acordo com o Boletim Epidemiológico COVID-19 da Secretaria de Estado de Saúde do Pará do dia 26 de novembro de 2021, que apresentou a Região Araguaia com a menor taxa de letalidade do Estado do Pará (1,41%). No que tange a meta física e financeira, foi programado e realizado 100% dos municípios, sendo programado R\$ 1.166.210,00 e executado R\$ 1.042.340,00, o equivalente a 89,38% do valor total.

Na **Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação** apenas mantivemos em funcionamento dos equipamentos e sistemas de informações necessários ao desenvolvimento das atividades na regional e realizamos supervisão e monitoramento nos equipamentos e sistemas de informações de Saúde nos municípios da Região

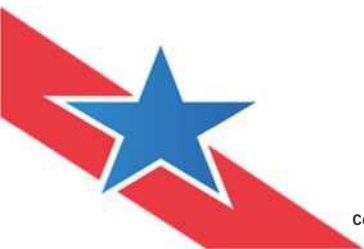


Araguaia de Saúde. Sem meta programada, foram 22 serviços realizados. Recursos executados sem programação R\$ 54.000,00.

Na Operacionalização das Ações Administrativas durante o ano de 2021, a Divisão Administrativa deste 12º Centro Regional de Saúde participou de Reunião on-line sobre as Metas Físicas e Qualitativas do último Quadrimestre de 2020 da Região Araguaia, com orientação sobre a Alimentação no Sistema Integrado de Planejamento SIGPLAN. Reunião on-line sobre o Processo Administrativo Eletrônico, PAE. Através do Núcleo de Planejamento participou de uma breve aula sobre a LOA, LDO, PPA, SISTEMA DE DIGISUS, GM-SESPA E SIGPLAN para o conhecimento dos servidores desta Regional. Houve avaliação quadrimestral, in loco das ações realizadas dos indicadores da Programação Anual de Saúde (PAS) do ano 2021. Na Escola de Governo do Pará, capacitação sobre Gerência e Fiscalização de Contratos.

Reunião com a equipe do HRP, para discutir fluxo da mamografia e sistema de informação do câncer-SISCAN; Oficina de atualização do SISCAN em Redenção, com a presença da coordenação estadual do serviço de oncologia. (para os 15 municípios). Monitoramento da produção da PCCU via Sistema de informação do câncer (SISCAN), dos 15 municípios; Treinamento sobre o sistema de informação do câncer (SISCAN), para os enfermeiros da ESF do município de Floresta do Araguaia, Água Azul do Norte; Orientação do sistema de informação do câncer (SISCAN) aos municípios de Rio Maria, Xinguara, Água Azul do Norte, Sapucaia e Santana do Araguaia; Orientação aos municípios quanto ao cadastro de exames histopatológico, citopatológico e mamografia-(SISCAN); Reunião com o coordenador da regulação do município de Redenção sobre o fluxo da mamografia e informação no SISCAN; Reunião com a equipe do HRP, para discutir fluxo da mamografia e sistema de informação do câncer-SISCAN; Realizado pela Coordenação Estadual da Saúde da Mulher o 1º fórum estadual de redução da mortalidade materna, com a participação de 70% dos municípios e enfermeiros das maternidades, de forma on-line.

O 12 CRS realiza monitoramentos e avaliações do SINAN com os municípios que são recomendados a realizarem os testes na atenção primária ou CTA/SAE em todos os casos de tuberculose. Estes testes foram disponibilizados para cada município que alimentou o sistema SISLOGLAB – SISTEMA DE CONTROLE LOGISTICO DE INSUMOS LABORATORIAS, com a produção do que foi realizado.

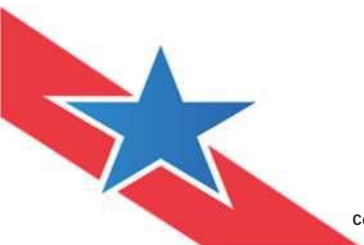


Em 2021, realizamos in loco monitoramento nos municípios com monitoramento das ações de controle in loco nos municípios: Água Azul do Norte, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Felix do Xingu, Tucumã e Xinguara. Capacitação para médicos, enfermeiros, fisioterapeutas no município de Xinguara, realizada pelo Nível Central Referência em Hanseníase.

Entrega de material gráfico, livros de registros, panfletos e cartazes. Distribuição de medicamentos. Reduzir a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária na Região Amazônica com a META REGIONALIZADA: Reduzir (IPA) em 15% nas 13 Regiões de Saúde; Eliminar a malária em municípios com IPA menor do que 01 (um) caso por 1000 habitantes; Reduzir a malária em municípios com IPA acima 01 (um) caso por 1000 habitantes. No segundo quadrimestre as supervisões nas ações de controle da malária (nível regional e central) tiveram como foco apoiar os municípios na reestruturação das equipes que trabalham no controle das doenças transmitidas por vetores, no caso, o agente transmissor da malária (Mosquito Anopheles).

Na melhoria do atendimento ao paciente suspeito com diagnóstico laboratorial da doença no menor espaço de tempo possível em relação aos primeiros sintomas, tratamento imediato, bem como garantir o abastecimento de antimalárico para o tratamento da doença.

Apesar do empenho da Regional e dos municípios visando à redução da morbidade e considerando que a malária está concentrada em áreas de extrativismo mineral, em garimpos na área indígena kaiapo, região de difícil acesso, aliado a falta de estrutura e recursos orçamentários para realização de ações efetivas nas localidades positivas tem contribuído para o incremento de 433% nos casos de malária na região Araguaia, em relação ao 2º quadrimestre de 2020.



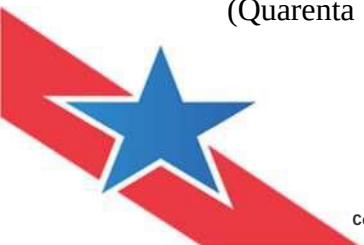
3. O QUE IREMOS FAZER

Em 2022 o 12º CRS pretende realizar a implantação de 100% de Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) em todas as Equipes de Saúde da Família (eSF) e Equipe de Atenção Primária (eAP), tendo como principal objetivo apoiar o processo de informatização das UBS e o acompanhamento qualificado, de acordo com necessidade de saúde das pessoas atendidas, priorizando o CPF como identificação principal do usuário na Atenção Primária em Saúde. Atualmente, 13 municípios possuem PEC, mas não em todas as unidades de saúde.

Para o ano 2022 foram programadas ações de vigilância, monitoramento nas estratégias de saúde, capacitações e avaliação do SINAN com os municípios de abrangência, Capacitação Manejo Clínico de Tuberculose, Reuniões com coordenadores e nível central e avaliação dos indicadores, Campanha de Combate Tuberculose, sendo realizado com monitoramento das ações de Controle in loco nos municípios de Água Azul do Norte, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Felix do Xingu, Tucumã e Xinguará; Reunião com DSEI Kaiapo sobre os casos de tuberculose no município Redenção com o Nível Central com entrega de material gráfico, livros de registros, panfletos e cartazes, distribuição de medicamentos. Meta Programada: Realizar exames anti-HIV em 100% dos casos novos de tuberculose. A confecção TB-HIV está relacionada a maiores taxas de abandono e de falência ao tratamento e a piores taxas de cura, sendo condição sine qua non, ampliar o acesso do teste rápido aos portadores de tuberculose.

Na ação da Pessoa com Deficiência a meta para o ano de 2022 é a divulgação mais intensa dos serviços, com objetivo de beneficiar 70 (setenta) usuários da região de saúde. Pretende-se também a expansão dos serviços prestados pelo CER para toda a Região de Saúde Araguaia.

Pretendemos realizar e aplicar os recursos previstos no ano de 2022 para: Capacitação de agentes públicos, com recurso previsto de R\$ 16.146,00 (Dezesseis Mil Cento e Quarenta e Seis Reais); Tecnologia da informação, com recurso previsto de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e Oito Mil Reais); Operacionalização das ações administrativa, com recurso previsto de R\$ 1.041.305,00 (Um Milhão, Quarenta e Um Mil, Trezentos e Cinco Reais); Apoio aos conselhos de saúde, com recursos previstos de R\$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais); Articulação interfederativa, com recursos previstos de R\$



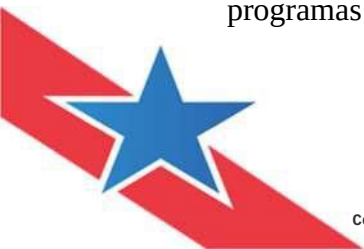
45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais); Educação na saúde, com o recurso previsto de R\$ 57.500,00 (Cinquenta e Sete Mil e Quinhentos Reais); Implementação da rede de ouvidoria, com o recurso previsto de R\$ 20.500,00 (Vinte Mil e Quinhentos Reais); Implementação do planejamento no SUS, com recursos previsto de R\$ 93.000,00 (Noventa e Três Mil Reais); Regulação em saúde, com recurso previsto de R\$ 237.860,00 (Duzentos e Trinta e Sete Mil, Oitocentos e Sessenta Reais); Implementar Tratamento Fora do Domicílio – TFD, com recurso previsto de R\$ 606.889,00 (Seiscentos e Seis Mil Oitocentos e Oitenta e Nove Reais); Apoio aos serviços de Atenção Primária onde ressaltamos que dentre outras atividades está programado até 2022 a implantação de 100% de PEC em todas as Equipes de Saúde. Aumentar a proporção de cura dos casos novos de hanseníase nos anos das cortes.

Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

4. AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUEM COM AS METAS DOS ODS.

O 12º Centro Regional de Saúde alinhado com a meta 3.1 e 3.2, atuou de forma estratégica, diretamente nos 15 municípios da Região Araguaia de Saúde realizando orientações aos técnicos de saúde municipal, dispensando insumos de responsabilidade da regional, fazendo monitoramento e análise dos indicadores visando o alcance dos objetivos proposto realizamos Web conferência sobre “pré-natal” do parceiro adolescente, monitoramento da mamografia, treinamento sobre SISCAN para enfermeiros de Água Azul do Norte e Floresta do Araguaia, orientação sobre SISCAN aos municípios de Água Azul do Norte, Rio Maria, Santana do Araguaia, Sapucaia e Xinguara, reforçamos junto aos municípios as ações do Programa Saúde na Escola, visando à redução e agravamento de risco da gravidez na adolescência, implementada ainda a distribuição de imunobiológico e insumos para ações de saúde das crianças.

Vale ressaltar que realizamos ações diretas junto aos municípios produtores de malária, na busca ativa de caso e malária, no tratamento e no controle químico do mosquito transmissor nos municípios de Cumaru do Norte, São Felix do Xingú, Ourilândia do Norte, Tucumã e Bannach. Nos outros agravos realizamos supervisão nos programas de controles dos agravos nos 15 municípios da Região Araguaia de Saúde,



distribuição de materiais e insumos de responsabilidade estadual. Levantamento entomológico e controle químicos dos mosquitos transmissores da malária, dengue e Leishmaniose. Mantivemos o Laboratório de controle de Qualidade da Água em funcionamento, bem com o laboratório de controle de qualidade das Lâminas de Malária, Laboratório de Diagnóstico de Dengue, Zica, Chicungunha e Leishmanioses. Distribuímos os medicamentos e insumos estratégicos de responsabilidade estadual. Tais ações contribuíram com a meta 3.3.

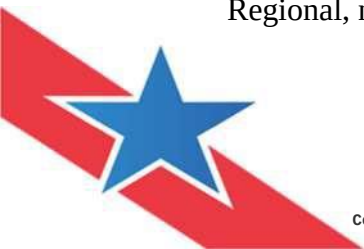
Visando a redução da mortalidade prematura, atuamos com ações conjuntas com os municípios da região Araguaia de Saúde no fortalecimento das ações de matriciamento da saúde mental nos municípios que não possuem CAPS e com orientações e supervisões nos 09(nove) municípios com CAPS. Estruturamos grupos de trabalho para atuar em ações de interna e externa de saúde do trabalhador. Realizamos campanhas de prevenção de suicídio em conjunto com todos os municípios da região. Tais ações contribuíram com a meta 3.4.

Foram reforçadas as ações do Programa Saúde na Escola dos 15 municípios trabalhados a prevenção do uso de álcool e outras drogas. Mantivemos a orientação, a capacitação bem como distribuição de insumos e medicamentos aos municípios para controle do Tabagismo, estas ações contribuem de forma direta as metas 3.a e 3.5.

Além das atividades preventivas do Programa Saúde na Escola junto aos municípios, realizamos também as orientações para implantação do programa vida no trânsito em 12 municípios com o escopo de implantar o projeto vida no trânsito. Reunião com órgãos oficiais e sociedade civil organizada no município de conceição para oficialização do projeto vida no trânsito. Reunião com a prefeitura de conceição com o escopo de articular a assinatura de decreto municipal legitimando o projeto vida no trânsito no município supracitado. Lançamento do projeto em conceição do Araguaia e comemoração do dia mundial em memória das vítimas de trânsito, ações que se correlacionam com a meta 3.6.

Foram realizadas capacitações aos profissionais dos municípios da região Araguaia com vista dispensação dos insumos do programa aos municípios, dos quais realizamos a distribuição. Tais ações contribuíram com a meta 3.7.

Buscamos no apoio aos Conselhos Municipais de Saúde, nas Conferências Municipais de Saúde, nas reuniões técnicas, nas reuniões da Comissão Intergestora Regional, na participação em CIB. Tais ações contribuem com a meta 3.8.



5- AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - 2021/UG: 200106.
EXECUÇÃO POR FONTE ATÉ 14/12/2021:

FONTE	DISPONÍVEL	A LIQUIDAR	LIQUIDADO	DESP.PAGA
103	56.729,66	56.389,43	2.196.977,90	2.160.617,18
149	41.963,47	39.354,07	1.250.154,29	1.250.154,29
349	1.865,00	-	-	-
TOTAL	100.558,13	95.743,50	3.447.132,19	3.410.771,47

Fonte: SIGPLAN/SEPLAD

Programa: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

Implementação da Rede de Atenção Psicossocial

A ação teve o desempenho conforme o programado, a meta física de apoiar os 15 municípios da região Araguaia de Saúde, foram atingidos os 100% e o financeiro programado foi de R\$ 20.000,00 foi realizado 13.886,73 atingindo 69%% do recurso previsto.

Programa: Governança Pública

Capacitação de Agentes Públicos

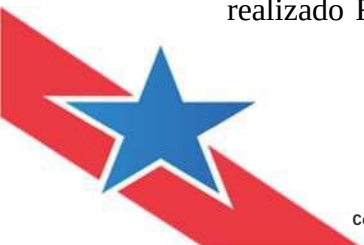
Teve o desempenho conforme o programado, sendo a meta física prevista foi de 08 Agentes Capacitados e atingiu 100% e a Dotação Real foi de R\$ 36.455,00 e realizado 8.783,06 atingindo 24%, o status da ação está em sinal verde pelas ações realizadas validadas na avaliação do monitoramento.

Edição e Publicação de Atos da Administração Pública

A meta física programada foi de 145 Atos Publicados e atingiu 132 sendo 91% e o financeiro programado foi de R\$ 30.000,00 e realizado 1.817,77 sendo 6% do recurso previsto, o status da ação está em sinal verde pelas ações realizadas por ser validadas na avaliação do monitoramento.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Não houve meta física programada e não houve financeiro programado, mas foram realizados dois serviços através de Pregão Presencial, sendo um com liberação de sinal de internet e outro com serviço de manutenção em computadores do 12º CRS, realizado R\$ 54.000,00. O status da ação permanece com sinal em vermelho devido a



não programação com OGE (2021).

Programa: Manutenção da Gestão

Abastecimento de Unidades Móveis do Estado

Não foi programado meta física, mas foram realizadas 05(cinco) unidades abastecidas e não houve programação para o financeiro, mas foi realizado R\$ 46.079,29. O status da ação permanece com sinal em vermelho devido a não programação com OGE (2021).

Operacionalização das ações Administrativas

Foi programada meta física 17 Contratos mantidos e atingiu 63 sendo 371% e o financeiro programado foi de R\$ 798.000,00 e o realizado foi de 743.828,19 sendo 93% do recurso previsto. O status da ação está em sinal verde pelas ações realizadas por ser validadas na avaliação do monitoramento.

Programa: Saúde

Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde

Programada meta física 15 Conselhos apoiado e atingiu 30 ficando 200% (será corrigido no SIGPLAN PARA 100%), e no financeiro foi programado R\$ 34.000,00 e realizado 10.444,72 sendo 31% do recurso previsto. O status da ação está em sinal verde pelas ações realizadas por ser validadas na avaliação do monitoramento.

Articulação Interfederativa

De acordo com dados pesquisados no SIGPLAN no ano de 2021 foi programada meta física 01 Comissão Intergestora e atingiu 12 sendo 1200%, e no financeiro programado foi de R\$ 26.800,00 e o realizado foi de 13.649,35 sendo 51% do recurso previsto. O status da ação está em sinal verde pelas ações realizadas por ser validadas na avaliação do monitoramento.

Educação na Saúde

Programada meta física 30 Pessoa qualificada e atingiu 29 pessoas sendo 97%, e o financeiro programado foi de R\$ 50.955,00 e o realizado foi de 8.426,99 sendo 17% do recurso previsto. O status da ação está em sinal verde pelas ações realizadas por ser validadas na avaliação do monitoramento.

Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS

Programada meta física 15 demandas finalizadas e atingiu 11 pessoas sendo 73%, e o financeiro programado foi de R\$ 20.200,00 e o realizado foi de 12.225,07 sendo 61% do recurso previsto. O status da ação está em sinal verde pelas ações



realizadas por ser validadas na avaliação do monitoramento.

Implementação do Planejamento do SUS

Para o ano de 2021 foi programada meta física 15 Instrumento de Gestão Implementada e atingiu 17 sendo 113%, e o financeiro programado foi de R\$ 65.000,00 e o realizado foi de 102.548,16 sendo 158% do recurso previsto. O status da ação está em sinal verde pelas ações realizadas por ser validadas na avaliação do monitoramento.

Realização de Auditoria do SUS

De acordo com dados pesquisados no SIGPLAN no ano de 2021 não foi programada meta física para Auditoria Realizada e não houve o financeiro programado, mas foi realizado R\$ 11.512,93. Ações realizadas em acompanhamento de Auditorias em Hospitais e outros estabelecimentos de Saúde, bem como em bares e restaurantes. Devido a não programação com OGE(2021)(a) o status da ação está em sinal vermelho.

Regulação em Saúde

Programada meta física 155 Serviço / Acesso Regulado e atingiu 105 sendo 66%, e o financeiro programado foi de R\$ 275.600,00 e o realizado foi de 211.514,53 sendo 77% do recurso previsto. O status da ação está em sinal amarelo porque falta inserir as informações do mês de Dezembro de 2021.

Implementação da Rede das Doenças Crônicas não Transmissíveis

De acordo com dados pesquisados no SIGPLAN no ano de 2021 não foi programada meta física para Paciente Atendido, pois o 12º CRS não atende pacientes, mas foi realizado R\$ 16.616,60 com vistorias em Hospitais da Região Araguaia sobre os Procedimentos com os Pacientes Atendidos. O status da ação está em sinal vermelho devido a não programação com OGE(2021)(a).

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência

De acordo com dados pesquisados no SIGPLAN no ano de 2021 foi programada meta física para 90 Pessoas Atendida e atingiu 25 sendo 28%, e o financeiro foi de R\$ 24.000,00 e realizado R\$ 23.202,53 atingindo 97% com aquisição de material para doação, tipo cadeiras de rodas. O status da ação está em sinal vermelho devido não avaliação positiva por parte do monitoramento da SEPLAD.

Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência

De acordo com dados pesquisados no SIGPLAN no ano de 2021 não foi programada meta física para Municípios Apoiado, mas houve realizado 15 Municípios da Região Araguaia e o financeiro de R\$ 6.646,64 com a presença da equipe da DOCA



do 12º acompanhando os procedimentos na rede de atenção a urgência e emergência SAMU. O status da ação está em sinal vermelho devido não programação com OGE (2021).

Implementação de Tratamento Fora de Domicílio

Conforme o SIGPLAN no ano de 2021 foi programada meta física para 90 Usuário Beneficiado atingiu 460 sendo 511%, e o financeiro programado foi de R\$ 588.850,00 e o realizado foi de 457.293,28 sendo 78% do recurso previsto. O status da ação está em sinal verde, devido possibilidade de enviar Pacientes e Acompanhantes a Capital Belém, Redenção ou Tucuruí para tratamentos e cirurgias, trazendo EFETIVIDADE desta ação a Região Araguaia.

Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade

De acordo com dados pesquisados no SIGPLAN no ano de 2021 foi programada meta física para 14 Procedimentos de Saúde Realizados e atingiu 84 sendo 600%, e o financeiro programado foi de R\$ 29.000,00 e o realizado foi de 27.671,31 sendo 95% do recurso previsto. O status da ação está em sinal verde, devido possibilidade de acompanhar e fiscalizar a os Procedimentos de Saúde alcançados na Região Araguaia, trazendo EFETIVIDADE desta ação para população.

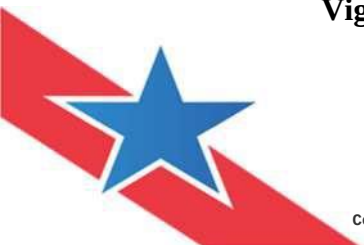
Apoio aos Serviços de Atenção Primária

De acordo com dados pesquisados no SIGPLAN no ano de 2021 foi programada meta física para 15 Municípios Apoiado e o realizado atingiu 100%, e o financeiro programado foi de R\$ 513.812,00 e o realizado foi de 333.396,29 sendo 65% do recurso previsto. O status da ação está em sinal verde, devido possibilidade de acompanhar e fiscalizar os Municípios da Região Araguaia nas ações da Atenção Primária, trazendo EFETIVIDADE desta ação para população.

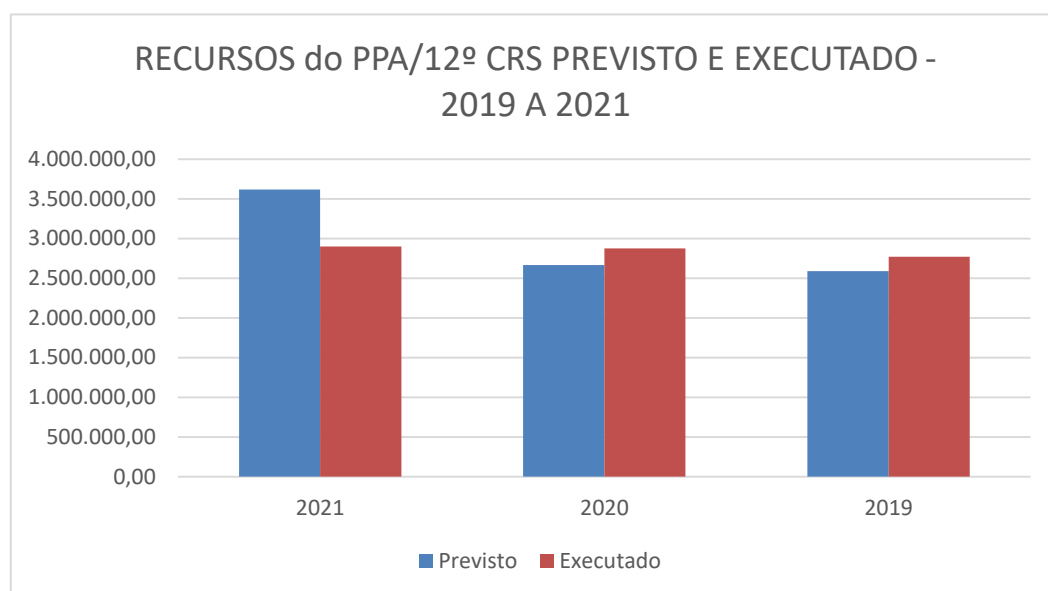
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos.

Para o ano de 2021 foi programada meta física para 15 Municípios Apoiado e o realizado atingiu 100%, e o financeiro programado foi de R\$ 575.670,00 e o realizado foi de 1.161.552,28 sendo 262% do recurso previsto, pois tem a contra partida do Estado através da Fonte 0103, além de Remanejamentos. O status da ação está em sinal verde, devido possibilidade de acompanhar e fiscalizar os Municípios da Região Araguaia nas ações das Endemias, trazendo EFETIVIDADE desta ação para população com controle da Dengue, Malária dentre outros agravos transmissíveis.

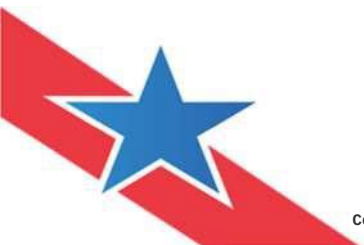
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária.



De acordo com dados pesquisados no SIGPLAN no ano de 2021 foi programada meta física para 15 Municípios Atendidos e o realizado atingiu 100%, e o financeiro programado foi de R\$ 193.480,00 e o realizado foi de 174.916,17 sendo 90% do recurso previsto, pois tem a contra partida do Estado através da Fonte 0103, além de Remanejamentos. O status da ação está em sinal verde, devido possibilidade de acompanhar e fiscalizar os Municípios da Região Araguaia nas ações de Vigilância Sanitária, Saúde do Trabalhador e Ambiental, trazendo EFETIVIDADE desta ação para população na inspeção da qualidade dos serviços de saúde prestados a população, para uma higiene sanitária adequada, controle de medicações e seus procedimentos, qualidade no fornecimento de água potável e apoio a saúde do trabalhador na Região Araguaia para atingir uma saúde com equidade.



Fonte: OGE/2021



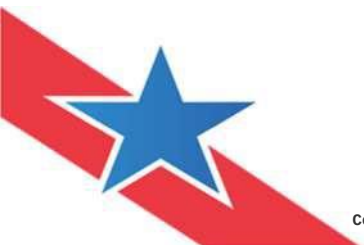
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 12º Centro Regional de Saúde apoiou os 15 (Quinze) municípios da área de abrangência no Programa Saúde, Cidadania, Justiça e Direitos humanos, Governança Pública e Manutenção da Gestão, contribuindo para o alcance das metas e indicadores Estaduais e Federais, bem como, assegurando vida saudável e promoção do bem-estar para a população da Região de Saúde, conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O processo de planejamento em saúde é fator importante para organização dos serviços e causa de ajustes em demandas que merecem ser prioritárias onde os destaques de recursos objetivem a eficiência da gestão do cuidado. O 12º CRS tem como missão prestar essa assessoria, monitoramento e supervisão dos municípios da Região Araguaia, na qual sua equipe técnica une esforços para realizar as atividades planejadas e de novas demandas como o ocorrido com enfrentamento a Covid-19, e fortalecer as políticas públicas de saúde nos municípios.

Mesmo com baixos Recursos Humano Efetivo, mesmo com Servidores cedidos pelo Ministério da Saúde, esta Regional procura atender os Municípios da Região Araguaia, para atingir o máximo possível à efetividade em suas ações, no intuito de trazer para população sul paraense procedimentos eficazes às suas reais necessidades e aproximando a Capital Belém no atendimento ao um melhor desenvolvimento local.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

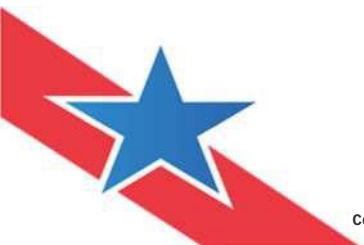
APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta de forma objetiva, atender ao disposto estabelecido no documento “Orientações para a elaboração de Relatório de Gestão - DPE/SAPOR/SEPLAD”, e nas orientações do Núcleo de Planejamento da SESPA-NISPLAN. Algumas metas definidas para este exercício foram em sua totalidade satisfatória e outras nem tanto, contudo, no que se refere ao resultado e alcance das metas de modo geral pode se considerar satisfatório, haja vista o empenho e a dedicação dos funcionários pertencentes ao 13º CRS.

Esperamos que as informações aqui apresentadas possam ser de leitura e a análise acessível e compreensiva. Ressaltamos a imprescindível necessidade de capacitação da comissão de planejamento deste centro, para que o resultado deste centro possa melhorar, para que o PPA possa ser feito da forma correta, que as metas físicas e financeiras traçadas possam ser possíveis, para que o SIGPLAN seja alimentado corretamente e para que os relatórios de gestão possam ser adequados nos formatos solicitados.

Com decorrência da pandemia do Novo Corona Vírus (COVID 19) houve a necessidade de criar estratégias de trabalho para conseguir alcançar as metas propostas para 2021; havendo a necessidade de realizar ações nos cinco municípios de jurisdição, especificamente para Monitoramento e Assessoramento quanto às ações elaboradas e executadas pelos municípios.

A SESPA se faz presente em todo o Estado, por meio dos 13 Centros Regionais de Saúde (CRS). As Regionais de Saúde são as unidades administrativas da SESPA distribuídas em todo o território paraense visando a descentralização de serviços e redução das barreiras geográficas para melhor atender ao cidadão, assessorando e acompanhando de perto as ações de saúde nos municípios da sua abrangência, sendo o 13º Centro Regional de Saúde uma das representações regionais da SESPA na Região de Saúde Tocantins, juntamente com o 6º Centro Regional de Saúde, tendo como área de abrangência 05 municípios (Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará).

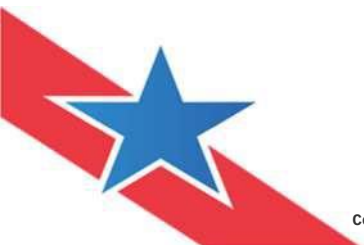


1. PRINCIPAIS DESTAQUES E ENTREGAS 2019-2021

RECEBIMENTO DAS VACINAS CONTRA O COVID-19



Capacitação em manipulação de alimentos e educação em saúde; Para alunos de 7º e 8º ano, com objetivo de formar aliados ao adquirir alimentos de qualidade, em especial o açaí, em Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará – em 2019. Os eventos capacitaram 102 manipuladores e em média de 300 alunos, 06 professores e 03 coordenadores).

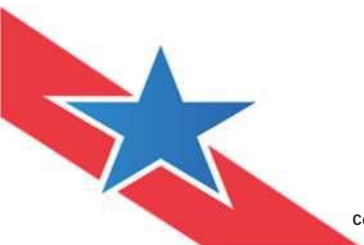


2. QUE FIZEMOS EM 2021

Na Ação: **Educação na Saúde**; de janeiro a novembro de 2021, as qualificações realizadas foram de Especialização em Informática na Saúde por dois servidores cursando de forma EAD, através do AVASUS/MS ofertado pela UFRN, sendo informados os módulos quase que mensalmente com previsão de conclusão para maio de 2022; ocorreram também várias qualificações quanto o PRO EPS SUS, como base na PNEPS e as alterações das portarias que orientam a utilização do recurso disponibilizado pelo MS; dessa forma, houve a necessidade de qualificar os técnicos dos municípios, principalmente devido a troca de gestão por conta das eleições de 2020. Inicialmente quanto a Portaria MS nº2.637 de 29/09/2020, depois a Portaria GM/MS nº1.574 de 08/07/2021, ambas falando do recurso disponibilizado aos municípios e a necessidade de prestar contas do que foi realizado.

Como forma de melhorar o processo de trabalho foi orientado os municípios a indicarem profissionais para ocuparem a Função de Referências Técnicas de Educação na Saúde-RTES, um titular e outro suplente, com objetivo de articular ações e fortalecer a PNEPS nos municípios; resultando assim, em um calendário anual de reuniões remotas, visitas in loco e a realização do 1º encontro das RTES do 13ºCRS previsto para ocorrer no dia 02/12/2021 como forma de trocar experiências exitosas e aprimorar as práticas de educação na saúde dos municípios.

Enquanto que a CIES Tocantins retomou suas atividades apesar dos entraves de algumas ausências de representações, conseguiu se organizar, recebeu assessoramento da Gerência de Educação Permanente em Saúde-GEP/CES/DGTES/SESPA, participou do Encontro de Gestores da SESPA, do workshop específico para Educação na saúde, onde as RTES que conduzem a secretaria da referida CIES puderam se qualificar para melhor desenvolver as funções junto a região de saúde. Como resultados também foi possível avançar no PAREPS, o plano Regional de Educação Permanente em Saúde, elaborado no ano de 2018, após serem eleitas duas ações de EPS para construção de projetos e execução que atenda toda a região de saúde Tocantins, que encontra-se em processo de elaboração dos projetos pelos grupos de trabalhos.



Na Ação: **Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador**; no período de janeiro a novembro de 2021 em visita aos municípios de jurisdição desta regional.

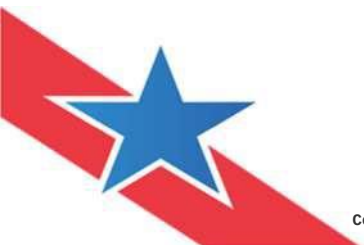
Foram realizados treinamento Vigiagua / VSPEA, ações de supervisão, monitoramento dos programas de Saúde trabalhador, vigilância ambiental dos municípios, relacionados ao programa de vigilância da qualidade da água para consumo humano (Vigiagua), programa VIGISSOLO, vigiar agrotóxico, analisando as dificuldades encontradas para atingir as metas pactuadas e repasse de sugestões. Orientação aos técnicos responsáveis pelo vigiagua municipal através de celular para inserir informações no SISAGUA validar laudos, alcançar 90% cobertura. Inserir manualmente os laudos que não migraram do Sistema GAL, e que fizessem avaliações dos sistemas e corrigissem as inconsistências encontradas.

Realizamos visita e inspeção sanitária aos sistemas de abastecimento de água para consumo humano em locais onde serão coletadas amostras de água através do sistema VISAMB/Gal, análise dos dados com o responsável pelo sistema de informação do VIGIAGUA, verificando inconsistências encontradas nos cadastros dos sistemas de abastecimento e realizar a correção dos mesmos, visando garantir à população de modo geral o acesso à água em quantidade e qualidade suficiente e compatível com o padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente.

Realizamos também análises sobre os programas SISOLO relacionados a situação de cadastro de locais passíveis de solo contaminados com objetivo de proteger a população com moradia próxima dos locais passíveis de contaminantes químicos.

Analisamos os cadastros de locais de vendas de agrotóxicos, áreas cadastradas com população exposta a contaminação pelo uso de agrotóxico, notificações e investigações de pessoas suspeitas de contaminação. Tendo como público alvo pessoas que manipulam na venda e aplicação do produto.

Municípios atendidos e regiões beneficiadas: Cametá, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Região Baixo Tocantins, Oeiras do Pará, Microrregião de Cametá entre as Ilhas do Marajó e Tocantins, Valor aplicado. R\$ 13.055,73. Tendo como estratégias utilizadas; Supervisão, Monitoramento, acompanhamento, avaliação dos indicadores, orientações e reuniões in loco com os técnicos municipais buscando melhorias para a população por eles atendidas.



Impacto significativo na melhora na qualidade de vida da população dos municípios que realizam tratamento e desinfecção da água, pois passou a receber água de boa qualidade para consumo humano evitando com isso surtos de diarreias. Descarte em locais adequados dos resíduos sólidos e coletas seletivas de lixo evitando com isso a contaminação dos lixões. Uso sustentável dos recursos naturais para melhorar as lavouras para produção e consumo de alimentos saudáveis livres de agrotóxicos.

Na AÇÃO: **OUIDORIA**, são Canais democráticos de comunicação com os usuários do SUS, destinados à busca ativa e disseminação de informações, recepção de manifestações dos cidadãos, bem como de realização de pesquisas de satisfação para subsidiar a gestão e o controle social do SUS; dessa forma, no ano de 2021 a Ouvidoria do 13ºCRS desenvolveu suas atividades atuando em duas vertentes, uma de viabilização dos direitos dos (as) usuários (as) de serem ouvidos e terem suas manifestações pessoais e coletivas tratadas adequadamente no âmbito do SUS e na divulgação e sensibilização do serviço de Ouvidorias do SUS nas localidades dos municípios adstritos ao 13ºCRS.

Implementação do serviço de Ouvidoria do SUS nos municípios:

Em 2021 foram realizados 10 assessoramentos e 10 monitoramentos respectivamente nos 05 de municípios de abrangência do 13ºCRS, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará, sendo divididas as visitas técnicas por quadrimestre, assim como também foi possível realizar 02 ações de ouvidoria itinerante na campanha julho amarelo e ação de saúde a comunidade quilombola em parceria com áreas técnicas do SUS nos municípios.

As ações apresentadas, visam à implementação do serviço de Ouvidoria do SUS nas diversas localidades, que fazem parte dos municípios jurisdicionados ao 13ºCRS consequentemente da região de saúde Tocantins; as estratégias de acompanhamento e monitoramento do processo de trabalho do serviço de Ouvidoria do SUS objetivam aproximar as equipes de profissionais à frente do serviço, fortalecendo a rede de Ouvidorias Públicas do estado; havendo a troca de experiências exitosas pelas vivências e aprendizados que vão sendo trocados nas visitas e encontros que são realizados, além de permitir que a gestão reconheça o papel do serviço junto às demais áreas do SUS necessárias para o aprimoramento das Políticas de Saúde Pública.

Dos 05 municípios que contemplam o 13ºCRS, todos os municípios apresentam-se com o serviço de ouvidoria implantado em funcionamento, trabalhando para o



processo de transição para o novo Sistema OuvidorSUS/MS, que se encontra em adequação para entrada em produção prevista para fevereiro de 2022.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC):

O SIC foi incorporado pela Ouvidoria do 13ºCRS desde 2016 através da Portaria/SESPA nº 101 de 16 de janeiro de 2016, com a responsabilidade de recebimento e monitoramento das solicitações de informações através do Sistema Serviço de Informação ao Cidadão –SIC.PA.

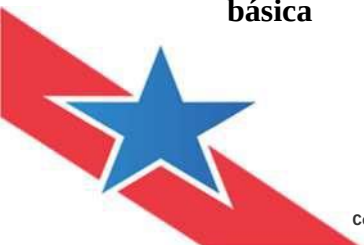
No ano de 2021 não tivemos registros de pedidos de informações de interesse do 13ºCRS.

Na AÇÃO: **Capacitação de Agentes Públicos;** das áreas de capacitações predominantes foram as de atualização de operacionalização de sistemas e práticas de processos administrativos no âmbito regional, quanto ao Controle Interno, elaboração de instrumentos de gestão de planejamento e outros.

Na AÇÃO de **Imunização**, de janeiro a abril (1º quadrimestre) foram feitas avaliações da cobertura vacinal de rotina nos 5 municípios de jurisdição deste 13º Centro Regional de Saúde; de maio a agosto (2º quadrimestre) foram realizados assessoramentos aos municípios para operacionalização e monitoramento dos casos de EAPV na campanha e avaliação técnica das salas de vacina para receber a Pfizer em Mocajuba; de setembro a dezembro foram realizadas supervisões das ações de imunização como registro e monitoramento da campanha de Covid e rotina nos municípios de Oeiras do Pará, Baião e Limoeiro do Ajuru.

Foram distribuídos aos municípios os quantitativos de vacinas conforme a seguinte descrição: **Baião:** 27.300 doses de vacina de rotina, 69.927 doses de vacina de Covid, total de 97.227 de doses de vacinas distribuídas. **Cametá:** 139.946 doses de vacina de rotina, 222.100 doses de vacina de Covid, total de 362.046 de doses de vacinas distribuídas. **Limoeiro do Ajuru:** 39.892 doses de vacina de rotina, 44.936 doses de vacina de Covid, total de 83.801 de doses de vacinas distribuídas. **Mocajuba:** 50.032 doses de vacina de rotina, 43.909 doses de vacina de Covid, total de 93.941 de doses de vacinas distribuídas. **Oeiras do Pará:** 22.583 doses de vacina de rotina, 46.214 doses de vacina de Covid, total de 68.797 de doses de vacinas distribuídas

Na AÇÃO de SAÚDE BUCAL; junho e novembro de 2021- monitoramento das ações e processo de trabalho das equipes de saúde bucal no âmbito da atenção básica



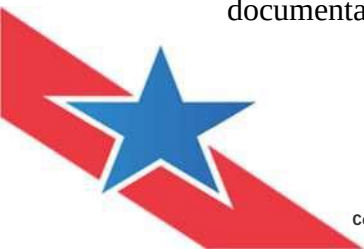
100 pessoas foram beneficiadas, entre coordenadores municipais da atenção básica e de saúde bucal, ASBs e cirurgiões dentistas que irão ser multiplicadores e irão levar aos seus gestores as dificuldades encontradas e a melhoria nos atendimentos de saúde bucal a população de seus municípios, foram beneficiados sob nossa jurisdição: Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará, as ações foram realizadas nas UBS da zona urbana e rural dos referidos municípios. Com um valor aplicado de R\$ 2.373,80 em diárias.

Verificou-se o atendimento em cada unidade de saúde, forma de trabalho, observando a estrutura, insumos, equipamentos, profissionais, procedimentos realizados (produção odontológica), além da utilização de computador e data show, para mostrar através de palestras aos profissionais (ASBs, cirurgiões dentistas), a importância do indicador de saúde bucal do programa previne brasil, metas alcançadas e melhoria para o alcance das mesmas, além de palestra educativa sobre a importância do pré-natal odontológico.

A saúde começa pela boca, doenças seculares como cárie e doença periodontal causam infecções e dores, que podem acarretar problemas mais complexos (ex: endocardite bacteriana, perda do elemento dentário). Se as UBSs e os profissionais de saúde bucal estiverem aptos ao atendimento, com materiais para realizar a prevenção e os tratamentos curativos, teremos uma população com mais sorrisos saudáveis (estética) e função da mastigação recuperada. Alguns municípios tiveram uma grande melhoria no índice da saúde bucal (Cametá, Mocajuba), mas outros tiveram até mesmo perda de equipes (Baião, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará), com a perda de recursos e de equipes, conseqüentemente a população será penalizada.

Julho de 2021- vistoria na UBS fluvial de limoeiro do Ajuru para fins de credenciamento de uma equipe de saúde bucal

Com mais ou menos 20000 pessoas beneficiadas, entre usuários especialmente da população ribeirinha e sem acesso a saúde bucal, com os municípios beneficiados sob nossa jurisdição: Limoeiro do Ajuru, em especial a zona ribeirinha. E com o valor aplicado de R\$ 593,45 em diárias. Foi realizada a vistoria na sala odontológica, onde foi verificado estrutura, equipamentos, insumos, profissionais cadastrados, população que será atendida, carga horária, procedimentos que serão realizados e foi verificada toda documentação necessária para o correto funcionamento. Em especial a população



ribeirinha e sem acesso a saúde bucal o impacto é muito bom, populações que estão à muito tempo sem nenhum tipo de informação e atendimento, principalmente relacionado a saúde bucal.

. Na AÇÃO: DCNT - DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS; Junho de 2021- monitoramento nas UBS para verificação dos programas de hipertensão e diabetes no alcance das metas pactuadas, relacionado aos indicadores do programa previne Brasil.

Mais ou menos 100 pessoas beneficiadas , entre ACS e profissionais de saúde que irão ser multiplicadores das informações. Os municípios beneficiados sob nossa jurisdição: Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, as ações foram realizadas nas UBS da zona urbana dos referidos municípios. Com um valor aplicado de R\$ 1.186,90 em diárias. Utilização de computador e data show, para mostrar através de palestra o que são a hipertensão e o diabetes, além da obesidade. Os males causados por essas doenças crônicas e muitas vezes silenciosas; e falar dos indicadores e metas do programa previne brasil além da importância em se realizar a busca ativa desses referidos usuários.

Impactou na redução de doentes ocupando leitos nos hospitais, por conta de outras doenças mais complexas provocadas pelo não tratamento na fase inicial dessas doenças crônicas. Equipes bem preparadas com informações atualizadas, e com a UBS ofertando medicação tanto para os diabéticos como para os hipertensos melhora esses índices de doentes. Profissionais orientando e encaminhando também esses pacientes para tratamento preventivo (academia da saúde, através da prática de esportes e lazer), contribui para a melhoria da saúde e bem estar dessa população. Infelizmente, verificamos a falta de medicamentos nas UBS, falta de materiais nas academias da saúde, dificultando com isso a redução dessas doenças na população.

Julho de 2021- monitoramento das relacionadas ao programa de alimentação e nutrição (vitamina a, ferro, micronutrientes, ácido fólico) e avaliação no andamento do acompanhamento das condicionalidades do programa bolsa família.

Mais ou menos 100 pessoas beneficiadas, entre profissionais de saúde (coordenador da atenção básica, nutricionista, enfermeiros da UBS), digitadores do sistema, que irão ser multiplicadores das informações. Os municípios beneficiados sob nossa jurisdição: Mocajuba e Baião, as ações foram realizadas na secretaria municipal de saúde e nas UBS dos referidos municípios. Com um valor aplicado de R\$ 1.186,90



em diárias. Foram levados relatórios retirados do sistema e-gestor, com a meta que o município pactuou e a qual ele alcançou. E foi conversado com os profissionais sobre estratégias para a melhoria e alcance das metas

Prevenção é tudo, inclusive na infância, onde se bem realizada irá ocorrer uma redução de doentes ocupando leitos nos hospitais, por conta de outras doenças mais complexas provocadas pela falta da utilização das vitaminas A, ácido fólico, micronutrientes. Equipes bem preparadas com informações atualizadas, e com a UBS ofertando as vitaminas e micronutriente necessário contribui para a melhoria da saúde e bem estar dessa população (crianças), onde teremos adultos mais saudáveis. Infelizmente, verificamos que mesmo com a oferta gratuita pelo SUS, as metas ficam abaixo do pactuado pelos municípios, seja por falta de digitação dos profissionais ou pela não divulgação ou falta de interesse pelos profissionais.

Na AÇÃO: **VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**; no ano de 2021 foram realizadas ações de saúde pontuais e planejadas, respeitando todos os protocolos de saúde devido ao enfrentamento da pandemia do COVID-19. As ações de destaques foram: Combate às Hepatites Virais, Combate a Sífilis, Combate à Aids e Avaliação do programa de Planejamento Reprodutivo.

Os municípios beneficiados foram: Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. Diante disso, profissionais da saúde e toda a população em geral (urbana e rural) foram beneficiadas (jovens, adultos, idosos, ribeirinhos, homens, mulheres e público LGBTQIA+). As estratégias utilizadas foram inicialmente, reuniões com as coordenações de saúde de cada município, planejando de acordo com as particularidades de cada região; posteriormente, foram feitas ações de educação e saúde com palestras realizadas pela equipe multiprofissional, realização de testes rápidos (HIV/AIDS, Sífilis e Hepatites Virais), consulta médica, distribuição de preservativo e vacinação em um dia “D” de cada município.

Ações de orientação quanto ao Planejamento Reprodutivo foram estabelecidas, a fim de atender as demandas municipais, e com isso, uma das formas de realizar a cobertura foi a distribuição mensal de anticoncepcionais. Sendo assim, as ações do 13º CRS foram realizadas buscando cumprir as metas anuais e o que foi planejado em cada QDQQ.

Em termo de valores aplicados, em cada destaque mencionado acima, o orçamento ficou em média R\$ 15.000,00 (quinze mil) segundo valores repassados



através das ações descritas no QDQQ, consoante a estimativa de repasse do Ministério da Saúde e Governo do Estado do Pará.

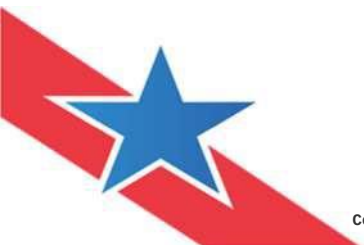
Portanto, tais ações impactaram de forma positiva a sociedade, de uma forma geral. A população recebeu informações educativas através de palestras, interferindo no cotidiano dessas pessoas e trabalhando na prevenção de doenças e agravos, além disso, testagem rápida auxiliou para detectar precocemente as IST e encaminhamento para o correto tratamento, somado a isso, essas ações contribuíram para aumentar o conhecimento dos profissionais da saúde, aumento o conhecimento técnico-científico e melhorando sua humanização.

Na AÇÃO: VIGILÂNCIA SANITÁRIA; realizamos ação de cooperação técnica na reorganização de gestão de VISA, inspeção em fábrica de produção de gelados comestíveis, em Estabelecimento Assistenciais de Saúde (UBSF), orientações sobre CCIH e/ ou IRAS, ação de Monitoramento, avaliação e fortalecimento da gestão em VISA, fortalecimento quanto a execução das ações de combate ao Covid-19 e inspeção e ou fiscalização em indústrias de Palmito.

Continuamos realizando fortalecimento quanto a execução das ações de combate ao Covid-19, monitoramento, avaliação e fortalecimento da gestão em VISA, cooperação técnica em conjunto com a VISA municipal, na fiscalização de produtos e serviços em logradouros e balneários, seguindo a operação veraneio no município de acordo com os decretos estadual e municipal relacionados ao COVID-19 e ação de cooperação técnica para equipe de VISA sobre CCIH, ação relacionada as farmácias e drogarias.

Ações de cooperação técnica, assessoria focado para elaboração e/ ou implementar o plano de VISA, 2º monitoramento, avaliação e fortalecimento da gestão em VISA cooperação técnica na inspeção em estabelecimentos Assistenciais de Saúde – EAS, inspeção e/ ou fiscalização em indústrias de Palmito, cooperação técnica ao controle de produtos e serviços sujeitos a VISA.

Nos municípios de **Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará**, a VISA trabalhou visando beneficiar a população de forma geral aplicou R\$: 82.731,00, quanto aos caminhos percorridos (reunião de orientações para os novos gestores e profissionais, haja vista ter ocorrido eleições municipais, aplicávamos a legislação vigente para cada seguimento, com o intuito de fortalecer as vigilâncias



municipais, aplicação de cheque liste, avaliávamos documentos e a estrutura física e discutíamos leis, RDC, nota técnica, decreto.

Quanto aos serviços e produtos, foram prestados e adquiridos com melhor característica, evitando assim, um número maior de pessoas com morbidade e até mesmo a mortalidade, melhorando a qualidade de vida da população.

Na AÇÃO: **PLANEJAMENTO DO SUS**; Realizamos monitoramento e avaliação no Sistema DIGISUS aos municípios de jurisdição deste 13º CRS (Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará), apoio e orientações acerca da Elaboração dos Planos Municipais de Saúde-PMS, bem como, em todos instrumentos de gestão do SUS.

Na AÇÃO: **VIGILÂNCIA E CONTROLE A AGRAVOS TRANSMISSÍVEIS AGUDOS E ENDÊMICOS**; apesar das dificuldades em decorrência da pandemia do COVID-19, as ações junto aos municípios de jurisdição do 13º CRS se mantiveram presentes através das supervisões, monitoramentos, apoio técnico, treinamentos, apoio logístico no que diz respeito a meios e materiais implementados nas ações como: aparelhos microscópios, veículos aquáticos e terrestres, bem como disponibilização de cota de combustível (gasolina) como forma complementar de ajudar os municípios no combate aos agravos endêmicos.

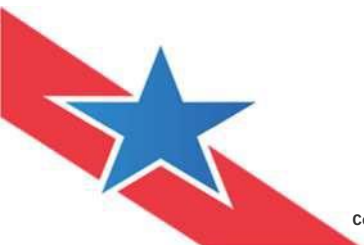
Ações Realizadas:

DENGUE:

- ✓ Supervisão do Programa Estadual de Controle da Dengue – PECD;
- ✓ Supervisão direta e indireta das ações de controle e vigilância da dengue desenvolvidas pelas SMS's;
- ✓ Supervisão e avaliação do sistema de informação do Programa Nacional de Controle da Dengue-SISPNCD;

DOENÇA DE CHAGAS:

- ✓ Supervisão e avaliação das as ações de controle e vigilância da doença de Chagas;
- ✓ Reuniões com equipe técnica para conhecimento e monitoramento das ações de vigilância e controle da doença de Chagas;
- ✓ Supervisão e avaliação dos laboratórios de base que realizam diagnóstico de doenças de Chagas, com ênfase nas atividades de microscopia, disponibilidade de



medicamentos e insumos, bem como na preparação de materiais químicos usados na coloração de lâminas;

Supervisão e avaliação das ações de controle e vigilância da malária e doença de Chagas em UDT's;

LEISHMANIOSE:

✓ Monitoramento, supervisão e avaliação das ações de vigilância e controle da leishmaniose;

✓ Orientações sobre o fluxograma de informações, bem como das ações de controle e vigilância do agravo;

✓ Avaliação e supervisão das ações de controle e vigilância da leishmaniose;

✓ Orientações acerca do sistema de insumos estratégicos SIES/leishmaniose;

MALÁRIA:

✓ Reuniões com equipe técnica para verificação da disponibilidade de medicamentos e insumos utilizados nos postos de notificações

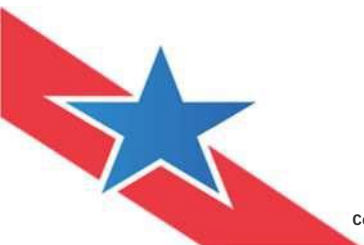
✓ Supervisão e avaliação das ações de controle e vigilância da malária realizadas em UDT's instaladas em localidades endêmicas;

✓ Supervisão e avaliação dos laboratórios de base que realizam diagnóstico de malária e doenças de chagas, com ênfase nas atividades de microscopia, disponibilidade de medicamentos e insumos, bem como na preparação de materiais químicos usados na coloração de lâminas;

✓ Monitoramento e avaliação das ações de busca ativa e passiva, diagnóstico e tratamento de casos positivos, distribuição e instalação de MILD's em áreas prioritárias;

✓ Apoio técnico e ações de controle da malária (distribuição e instalação de MILD'S, busca de casos positivos, notificação, diagnóstico, tratamento, educação em saúde) em localidades endêmicas do município de Oeiras do Pará.

✓ Apoio técnico nas ações de controle realizadas em parceira com equipes da força tarefa que atua no controle da malária (Departamento de Controle de Doenças Transmissíveis por Vetores-DCDTV/DVS/SESPA e Secretarias Municipais de Saúde-SMS;



ZOONOSES:

- ✓ Supervisão e avaliação das ações de controle de zoonoses;
- ✓ Orientações da coordenação estadual de zoonoses sobre o fluxograma de informações, bem como das ações de controle e vigilância do agravo;
- ✓ Investigação de agressões de morcegos quirópteros a humanos e animais domésticos ocorridas nas localidades rurais;
- ✓ Ações de captura de morcegos quirópteros em conjunto com as SMS's;
- ✓ Supervisão e monitoramento das ações de controle de zoonoses, bem como verificação de estoque, lote e validades de vacinas e soros.

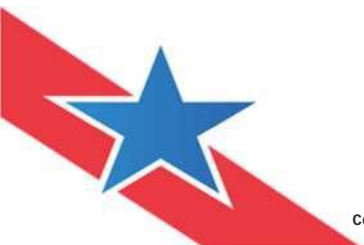
Como já frisado, mesmo com o cenário desfavorável por conta da pandemia, ainda assim, conseguimos colaborar e apoiar os cinco municípios (Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará) através das ações descritas acima. No ano de 2020 foram registrados 2.060 (dois mil e sessenta) casos de malária nos cinco municípios de abrangência do 13º CRS, já no ano de 2021, houve uma redução de 87% dos casos positivos em relação a 2020.

Sendo assim, as estratégias que possibilitaram essa redução significativa dos casos estão relacionadas a ampliação do número de UDT's, (unidade de diagnóstico e tratamento) capacitação de novos profissionais, diagnóstico precoce e tratamento imediato, monitoramento das LVC's e tratamento supervisionado. Tanto que o município de Oeiras do Pará foi premiado com o Título de “Campeões Contra a Malária nas Américas” (Edição 2020), promovido pela OPAS/OMS. Em reconhecimento ao trabalho realizado e principalmente a significativa redução dos casos comparados a outros cenários nacionais e internacionais.

Na AÇÃO: **TABAGISMO**; foi realizado apoio ao município nas ações relacionadas ao Programa de controle do tabagismo através de informações e orientações. Palestramos sobre a data pontual 31 de maio dia mundial sem tabaco, onde foram distribuídos banners, faixas e camisas que foram confeccionadas pelo 13 CRS. Foram realizados nas UBS dos municípios e no hospital de Baião.

Aproximadamente 70 (setenta) pessoas no geral participaram das palestras realizadas nos municípios.

Em Cametá, realizamos 2 (duas) Capacitações do Controle do Tabagismo no auditório da SESPA para as equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS). A primeira



capacitação foi realizado no dia 12/08/2021, no período da manhã e tarde, com intervalo para o almoço. Foram beneficiados 16 (dezesesseis) profissionais.

A segunda capacitação, ocorreu no dia 26/11/2021, apenas no período da manhã voltado para a prática. Foram beneficiados 16 (dezesesseis) profissionais, tendo como objetivo reduzir a prevalência de fumantes e a suas consequências na saúde da população. Participam das capacitações profissionais da área da Saúde, dentre eles educadores físicos, enfermeiros, médicos, nutricionistas entre outros que estão distribuídos nas Unidades Básicas de Saúde de Cametá.

Realizamos as contagens e distribuição das medicações do programa para os municípios que possuem a implantação do programa. Envio das planilhas de estoque da medicação do Tabagismo dos municípios.

Na AÇÃO: **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**; realizamos orientação quanto ao preenchimento da planilha de pedido de TUBERCULOSTÁTICOS e HANSENOSTÁTICOS aos municípios de jurisdição do 13º CRS (Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará). Orientação sobre operacionalização do Hórus aos municípios de jurisdição.

Apresentação na sede da secretaria municipal de saúde de Baião, visita a CAF em reunião com os farmacêuticos, foi realizado avaliação e monitoramento da distribuição dos medicamentos relacionados ao programa TB, MH e Misoprostol; visita as unidades dispensadoras de medicamentos, Hospital São Joaquim para avaliação e monitoramento do uso de Misoprostol.

Apresentação na sede da secretaria municipal de saúde de Mocajuba, visita a CAF em reunião com os farmacêuticos do município, foi realizado monitoramento e avaliação da distribuição dos medicamentos relacionados ao programa TB, MH e Misoprostol.; visita as unidades dispensadoras de medicamentos, Hospital Maria do Carmo para tratar avaliação e monitoramento do uso de Misoprostol; em reunião com os farmacêuticos no Hospital Maria do Carmo, dando continuidade no monitoramento e avaliação do uso do Misoprostol e seu estoque; envio de pedido extra de leishmaniose e chagas para o município de Oeiras do Pará e atualização de estoque;

Apresentação na sede da secretaria municipal de saúde de Oeiras do Pará, reunião com os farmacêuticos para averiguar as dificuldades no processo de solicitação e distribuição dos medicamentos relacionados ao programa TB, MH e Misoprostol; visita a CAF, para realizar monitoramento e avaliação da distribuição dos medicamentos



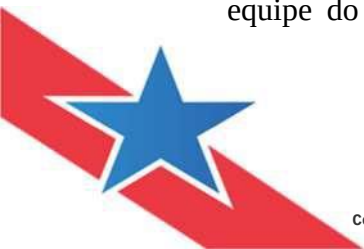
estoque e armazenamento; verificado junto a equipe a atualização dos cadastros dos pacientes no sistema (SINAN), que fazem uso dos medicamentos relacionados ao programa TB, MH e Misoprostol e o período previsto para o término de tratamento; visita as unidades dispensadoras de medicamentos e ida ao Hospital para avaliação e monitoramento do uso de Misoprostol; reunião com os coordenadores de chagas e leishmaniose na sede da regional, para ajustar os critérios de avaliação das solicitações dos medicamentos do programa de chagas e leishmaniose;

Apresentação na sede da secretaria municipal de saúde de Limoeiro do Ajuru, em reunião com os farmacêuticos, para avaliação embasada nos critérios de solicitação de medicamentos relacionados ao programa TB, MH e Misoprostol; visita as unidades dispensadoras de medicamentos, CAF para avaliação e monitoramento da distribuição dos medicamentos relacionados ao programa TB, MH e Misoprostol; visita as unidades dispensadoras de medicamentos, Hospital de Limoeiro do Ajuru para avaliação e monitoramento do uso de Misoprostol; em reunião com os farmacêuticos no Hospital, dando continuidade no monitoramento e avaliação do uso do Misoprostol e seu estoque; solicitação por e-mail dos pedidos trimestral de Chagas e Leishmaniose dos municípios sob nossa jurisdição (Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará);

Organização e envio dos anticoncepcionais aos municípios sob nossa jurisdição (Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará) reunião com os coordenadores de chagas e toxoplasmose, para informar a importância dos documentos necessários para os pedidos e distribuição dos medicamentos para os municípios, assim como informar aos coordenadores de nível central.

Na AÇÃO: **SAÚDE MENTAL**; realizado nos municípios de Cametá, Mocajuba e Baião no que diz respeito ao Programa de Saúde Mental nos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Realizado orientações, monitoramentos as equipes sobre os matriciamentos dos CAPS, apoiando e orientando as equipes acerca das propostas de intervenções pedagógicas terapêuticas. Monitoramento dos serviços existentes na RAPS e das Atividades realizadas para a ampliação dessa rede de saúde, nos municípios, garantindo a prestação de serviços de saúde mental de acordo com a legislação vigente.

Em Cametá (CAPS II), foi realizado uma visita técnica juntamente com a farmacêutica da CRS 13º com o objetivo de monitoramento, apoiar a equipe e, oferecer suporte no que diz respeito às medicações e o processo de trabalho. Reunião com a equipe do CAPS para tratarmos questões referentes a implantação do CAPS III no



município. Posteriormente, houve reunião com o Secretário de Saúde para tratar questões referentes a implantação do CAPS III, no entanto no decorrer da reunião o mesmo citou que ele havia informado no PPA sobre a implantação do CAPS AD. Contudo, não iria atender as demandas do município. No que diz respeito ao Matriciamento, foram realizados 10 (dez), até a presente data.

Em Mocajuba (CAPS I), além dos objetivos supracitado, foi realizado reunião com a Coordenadora do CAPS e, posteriormente com o Secretário de Saúde do município para tratar assuntos referentes a estrutura física do CAPS, processo de trabalho, medicação, insumos de trabalho e, acerca do repasse de recurso de custeio destinados para a manutenção do mesmo e devida aplicabilidade do recurso financeiro.

Foi encaminhado o relatório referente a Estrutura física e as condições de trabalho do CAPS Mocajuba para a Coordenadora do CAPS, Coordenação de Saúde Mental de Belém e ao Secretário de Saúde do Município de Mocajuba.

Baseado na descrição do relatório, realizado reunião com o Secretário de Saúde e a Equipe Técnica do CAPS para discutimos sobre as demais providências cabíveis. A reunião foi benéfica e atualmente o CAPS de Mocajuba está tendo o suporte necessário do município para continuar atendendo seus usuários com qualidade. Foram realizados 25 (vinte e cinco) matriciamento.

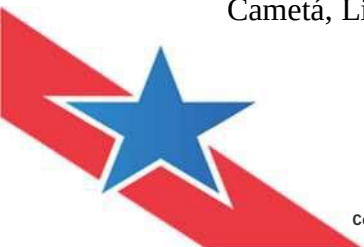
O CAPS de Baião, foi observado nos monitoramentos que recebem o devido suporte do município, conta com uma equipe comprometida e organizada. Até o presente data já foram realizados 24 matriciamentos.

Na AÇÃO: **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA;** foi realizado monitoramento das ações, suporte e orientação as equipes, verificando se está tendo adesão nos programas. Averiguamos com os coordenadores as dificuldades encontradas na execução, as ações que estão sendo trabalhadas, se teve a criação dos grupos intersetoriais.

Monitoramento para verificar como está sendo realizado o planejamento das reuniões de grupos. Encontro com os Coordenadores para o monitoramento das ações a respeito do trabalho realizado sobre o Covid.

Avaliação e Monitoramento das Ações de Atenção Integral da Saúde do Adolescente e Jovem conjuntamente as ações do PSE.

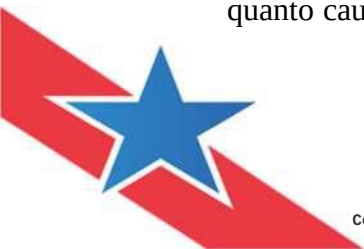
Na Pandemia o Programa teve que reajustar a nova realidade. Os municípios de Cametá, Limoeiro e Mocajuba, mesmo com suas dificuldades conseguiram realizar suas



atividades de forma remota. Suas estratégias foram voltadas para os vídeos com os referentes temas de ações do PSE, em parceria com as escolas, também foram disponibilizados materiais impressos. No entanto, o município de Oeiras até o momento não realizou suas atividades, e informaram que irão iniciar ao menos 3 (três) ações nesse mês de dezembro. Em agosto, foi produzido pela Coordenação do CRS 13º, três materiais com os temas de Nutrição, Covid-19 e, Tabagismo para que o município iniciasse o trabalho. Mas não tivemos êxito até o momento.

Em apoio ao município de Limoeiro gravamos um vídeo para falar sobre uma das ações do PSE, o Tabagismo. Os profissionais da saúde de Limoeiro também fizeram seus vídeos falando sobre Nutrição, e entre outros temas.

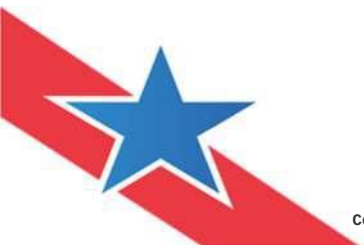
Na AÇÃO: **ATENÇÃO PRIMÁRIA**; durante o exercício em curso, em conformidade e respeitando os protocolos e medidas preventivas de enfrentamento a pandemia – COVID-19, realizamos ações conforme programadas no QDQQ para 1º, 2º e 3º e eventualmente alguma demanda que surgiram por conta de algum episódio inesperado de interesse da saúde pública. Sendo que as diversidades de ações beneficiaram os 05 municípios de jurisdição do 13 Centro Regional de Saúde voltada para bem comum atingindo a população adstrita. Considerando as novas gestões na jurisdição iniciamos capacitando as novas equipes; As ações realizadas foram as seguintes: Treinamento dos Sistemas de Informações de Nascidos Vivos e de Mortalidade (SIM/SINASC); Realização do Treinamento do Sistema de Agravos de Notificação (SINAN); Instalação dos sistemas SINAN, SIM e SINASC em máquinas novas dos municípios; Participação do Treinamento de Codificação do CID-10; Participação na Oficina do Sistema de Agravos de Notificação (SINAN) para Regionais; Participação da Web-conferência sobre Doenças Exantemáticas; Realização da Web-conferência sobre ILTB com todos os municípios de nossa jurisdição; Participação na Reunião de apoio as ações de enfrentamento do Sarampo com Ministério da Saúde; Participação na web-conferência sobre os surtos de Sarampo no município de Cametá; Participação na reunião técnica sobre Sarampo com município de Cametá, Oeiras do Para e Mocajuba (pendências do SINAN, casos inconclusivos, casos não registrados no SINAN com exames solicitados no GAL, fluxo de retorno...), Busca Ativa de óbitos no município de Baião e Oeiras do Para, Busca Ativa de Nascimento no município de Baião, Avaliação dos Sistemas de mortalidade em todos os municípios quanto causas bem definidas e investigação de óbitos de mulheres em idade fértil, óbito



fetal e infantil, Treinamento de Hanseníase na Regional com a presença dos 5 municípios com prática de atendimento, Avaliação no sistema de Tuberculose com o município de Cametá, Baião e Mocajuba, Treinamento para o comitê de Mortalidade com menção a tuberculose para as regionais, Avaliação dos sistemas de informação SIM, SINASC e SINAN para as regionais, Busca ativa de faltosos de Hanseníase no município de Baião, visitas técnicas em todos os 5 municípios adstritos deste Centro Regional: para assessoria aos técnicos do municípios no enfrentamento a pandemia da Covid-19 e monitoramento das informações dos casos e de óbitos pelo agravo, visto que os municípios ainda tem dificuldades nesse registro e no cruzamento destas informações bem como na codificação das declarações de óbito apesar do conhecimento e ampla divulgação das notas técnicas do agravo desde o início da pandemia, Participação na reunião técnica sobre as notificações de óbitos por COVID-19 nos municípios do 13ºCRS; Realização da Web-conferência sobre os Sistemas de Informação E-SUS NOTIFICA, SIVEP-GRIPE e MONITORAMENTO/SESPA; Orientação técnica sobre a investigação dos casos de óbitos por COVID-19 divergentes e inconsistentes nos sistemas de informações; Supervisão e Monitoramento das ações de combate frente a pandemia do COVID-19 nos municípios de nossa jurisdição. Oficina do SINAN NET com avaliação nos indicadores operacionais e epidemiológicos da hanseníase, referente ao 1º, 2º e 3º quadrimestre.

Nas ações da **DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO-DOCA**, foram realizadas análise e autorização de processos de pacientes do Programa de Tratamento Fora de Domicílio de Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará; análise e pagamento de ajuda de custo de pacientes e acompanhantes do PTFD; Apoio técnico ao PTFD, MAC, REGULAÇÃO DO ACESSO dos municípios sob jurisdição deste Centro Regional de saúde; auditoria e autorização das AIH's dos hospitais de Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará; Avaliação e cadastro dos laudos da ARCON, avaliação de saúde semestral dos servidores da FUNASA; operacionalização dos sistemas: SIHD, BPA, SIA, CNES, SISAH01, SIGPLAN, GM, CNES, FPO, DATASUS.

Avaliação e autorização dos processos de TFD com emissão de passagens após análise do Médico Auditor e devolução às secretarias de saúde de Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru; atendimento ao público em demanda espontânea para cadastro do



Passe Livre Intermunicipal, análise e cálculo dos registros da ajuda de custo; alimentação de sistemas de informação gerais.

3. O QUE IREMOS FAZER

Para qualificar um número maior de pessoas em 2022 pretendemos:

Qualificar 28 pessoas;

Implementar as atividades da CIES Tocantins;

Monitorar e acompanhar as Referências Técnicas de Educação na Saúde dos municípios incentivando a elaboração e realização de projetos e/ou ações de Educação permanente e continuado no SUS.

A Ouvidoria do 13ºCRS pretende realizar em 2022 ações para o fortalecimento do serviço de Ouvidorias do SUS nos municípios jurisdicionados ao 13ºCRS:

Apoiar implantação de novos canais de acesso de ouvidorias do SUS nos municípios, através de capacitações e apoio técnico em parceria com ouvidoria central da SESPÁ;

Monitoramento das ouvidorias implantadas;

Capacitação do novo sistema OuvidorSUS/MS para os pontos de respostas das ouvidorias municipais e de estabelecimentos de saúde;

Elaboração de materiais informativos para divulgação junto à população dos canais recebimento das manifestações;

Qualificação da equipe da Ouvidoria do 13ºCRS/SESPA;

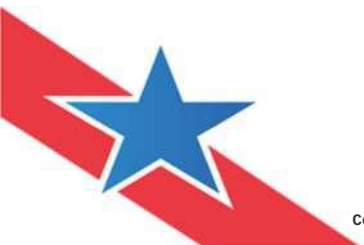
Participação em Seminário de Controle Social no SUS, para a ação de educação permanente junto aos Conselhos Municipais de Saúde e comunidades de difícil acesso.

Para capacitar um número significativo de agentes públicos pretende realizar em 2022 maior divulgação e sensibilização de ofertas de cursos:

Capacitar 47 agentes públicos.

Monitoramento das ações e processo de trabalho das equipes de saúde bucal no âmbito da atenção básica-5 municípios.

Monitoramento das relacionadas ao programa de alimentação e nutrição (vitamina a, ferro, micronutrientes, ácido fólico) e avaliação no andamento do acompanhamento das condicionalidades do programa bolsa família -5 municípios.



Monitoramento nas UBS para verificação dos programas de hipertensão e diabetes no alcance das metas pactuadas, relacionado aos indicadores do programa previne brasil.

O planejamento para 2022 destaca-se as ações de capacitação presencial e on-line para profissionais da saúde, reunião com os gestores para alinhar ações de saúde mais concretas, atuar mais em ações preventivas de saúde, além de melhorar o suporte, apoio, supervisão e orientações da SESPA nos municípios sob jurisdição do 13º CRS.

Nos próximos anos o Governo investirá nas ações de promoção e prevenção da saúde e na melhoria social que refletirá na qualidade de vida da população.

Estaremos monitorando, avaliando e fortalecendo as gestões de VISA dos municípios, para que intensifiquem as ações de educação em saúde, desejando o licenciar dos regulados por vigilância em especial o batedor de açai.

Apoiar os municípios na identificação/ mapeamento do perfil da situação (circunstancia e aspectos que afetem tanto a ordem social e a economia municipal) para priorização de produtos e serviços a serem monitorados pela vigilância sanitária.

Coordenar regionalmente o processo de construção do Plano de Monitoramento de Produtos, monitorar a execução do Plano de Monitoramento de Produtos. Ampliar o % de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios no ano.

Continuaremos a realizar monitoramento e avaliação nos municípios de jurisdição do 13ºCRS, no que se refere aos instrumentos de planejamento do SUS, realizando visitas nos municípios para que possam tirar todas as dúvidas na elaboração de seus instrumentos de planejamento: Plano de Saúde, Programação e Relatórios.

Manter as ações de vigilância, monitoramento e supervisões dos agravos de acordo com as orientações do ministério da saúde;

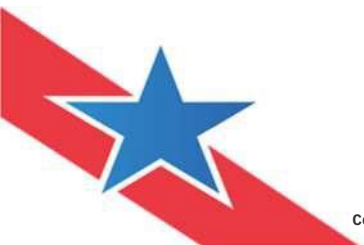
Participar das reuniões da CIR de acordo com o calendário 2022;

Realizar treinamento e atualização dos colaboradores municipais;

Realizar oficinas online e presenciais para tratar de assuntos referente a cada endemias;

Participar de cursos de atualização promovidos pelo Nível Central;

Colaborar com as ações de vigilância em saúde referente aos agravos em conjunto com os municípios de jurisdição do 13º CRS;



Reunir com as equipes técnicas dos municípios para planejar as ações de vigilância em saúde para o ano de 2022.

Supervisão e avaliação do sistema de informação do Programa Nacional de Controle da Dengue-SISPNCD, SIES, SINAN e SIVEP-MALÁRIA;

Corrigir as inconsistências nos sistemas de informações.

Monitoramento do programa de Controle do Tabagismo e apoio aos 5 municípios sob jurisdição: Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará e no 13CRS, nas ações de prevenção e promoção de saúde em alusão ao dia 31 de Maio-Dia Mundial sem Tabaco.

Capacitação do tratamento do tabagismo-5 municípios.

Realizar monitoramentos voltados para o tratamento do controle do Tabagismo, se estão sendo executados de forma eficaz, visando assegurar melhor qualidade de vida para a população, desenvolvendo uma série de ações educativas para gerar mudanças de atitude e de comportamentos diminuindo as taxas de iniciação no tabagismo. Apoiando as ações e movimentações do município.

Vamos intensificar os monitoramentos, suporte e apoio as equipes. Orientar, apoiar e reforçar os CAPS dos municípios no que diz respeito ao trabalho voltado a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

Foi realizado o pedido de materiais (camisas, banners, entre outros), para ser distribuídos aos municípios em alguns eventos específicos dos CAPS para dar suporte nas ações. Em 2021, não tivemos materiais para realizar a distribuição.

Verificar as dificuldades encontradas pelos técnicos do CAPS no que diz respeito ao processo de trabalho e, terce um plano de trabalho voltado para essas demandas.

Monitoramento e a avaliação das ações do PSE para que seja realizado o aperfeiçoamento das atividades, ao acompanhar as implicações propagadas no território, bem como a reorientação das ações, quando necessário.

Os profissionais de Oeiras foi o município que está tendo dificuldades em desenvolver suas ações devido não ter também suporte do município. Em 2022, será necessário intensificar os monitoramentos, a reunião em equipe e a formação do grupo intersetorial. Verificar as dificuldades desses profissionais e se for necessário realizar uma capacitação para a equipe.



No que diz respeito aos demais municípios, intensificar os monitoramentos e realizar pelo menos uma vez ao mês reuniões remotas com as equipes para que haver trocas de experiências e discutir soluções.

4. AÇÕES REALIZADAS EM 2021, QUE CONTRIBUEM COM AS METAS DOS ODS.

A **Educação na Saúde** do 13ºCRS tem suas ações ligadas diretamente ao **cumprimento do ODS 3.c**, trabalhando com objetivo de Saúde e Bem-estar, para garantir aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Nesse contexto as RTES's do 13ºCRS vem trabalhando em prol de desenvolver **ações voltadas para Educação Permanente em Saúde** no que tange a pautar a Educação na Saúde na CIR Tocantins; conduzindo a secretaria executiva da CIES Tocantins nas atividades da comissão na região de saúde; monitorando e acompanhando os diálogos com os municípios sobre as ações do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde-PAREPS e sua manutenção nos Planos Municipais de Saúde; Apoiando e cooperando tecnicamente com os municípios sobre a PNEPS e a elaboração dos Planos de Ação; Fortalecendo nos municípios Agentes Multiplicadores da PNEPS; e ainda fomentando a criação dos NEP's nos municípios do 13ºCRS.

A **Ouvidoria** do 13ºCRS tem suas ações ligadas diretamente ao **cumprimento do ODS 16.6**, e como desafio trabalhou sobre a garantia de Instituições Eficazes, responsáveis pela garantia de Direitos e transparentes em todos os níveis. Nesse contexto, a ouvidoria do 13ºCRS disponibilizou aos usuários do SUS canais de recebimentos das manifestações (presencial, telefone, e-mail, formulário web, carta e redes sociais), sendo registrado no ano um quantitativo de **27** manifestações com tratativas no âmbito do 13ºCRS e SESP, tendo como ação finalística ajustes e qualificação dos serviços.

Como ferramenta de diálogo com a população contribuiu de forma significativa para a obtenção de resultados positivos para a Gestão do SUS, pois uma simples manifestação traz consigo dados reais que implicam em verdadeiros indicadores de mudanças. Sendo assim, as Ouvidorias do SUS, além de contribuírem para



transparência pública, para eficácia e eficiência da ação Institucional participam também da Governança através da participação direta do cidadão.

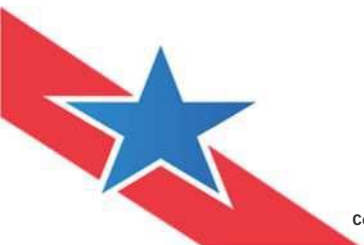
O serviço de Ouvidoria do 13ºCRS atuou de forma direta para a disseminação de informações e mediação do acesso aos fluxos do SUS durante a pandemia do COVID 19, direcionando os usuários para os locais de atendimento, realização de testes rápidos, recebimento de resultados de exames de COVID, divulgação de locais e cronograma da vacina COVID, além da divulgação dos contatos das vigilâncias sanitárias municipais, recebimento de denúncias do descumprimento do Decreto Estadual e protocolos sanitários para o enfrentamento do COVID no Pará.

O apoio aos 05 municípios de jurisdição com monitoramento e orientações acerca dos instrumentos de Planejamento do SUS, por meio de oficinas de elaboração do Plano de saúde 2022 a 2025, apoio as ações dos Conselhos de Saúde fortalecendo o Controle Social; participação em Conferências Municipais de Saúde, reuniões ordinárias da CIR, foram ações executadas que contribuíram com a **meta 16.7 da articulação Interfederativa** que visa garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

Fortalecimento quanto a execução das ações de combate ao Covid-19, inspeção e ou fiscalização em indústrias de Palmito e Capacitação em manipulação de alimentos.

Inspeção em fábrica de produção de gelados comestíveis, em Estabelecimento Assistenciais de Saúde (UBSF), ação relacionada as farmácias e drogarias.

Com o objetivo de gerar maiores cuidados da saúde para a população em geral e em especial a população mais vulnerável e que se encontra em situação de pobreza, alinhado com a **meta 3.3 e a meta 3.7**, o Governo Federal e o Governo Estadual incentivou o aumento da realização de testes rápidos, assim como o aumento da distribuição de preservativos (masculino e feminino), anticoncepcionais (orais e injetáveis), implante de DIU, além da intensificação das ações educativas de saúde para conscientizar a população da importância da promoção e prevenção da saúde. Tais medidas visam diminuir a taxa de fecundidade, natalidade, afetando diretamente a taxa de mortalidade materna. Além disso, metas do Ministério da Saúde visam erradicar as Hepatites Virais até 2030 e erradicar a Sífilis em municípios com mais de 100 mil habitantes até 2030.



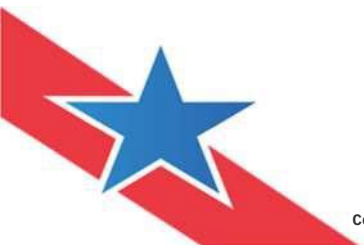
Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;

Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar; Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;

Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas;

Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais; atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;

Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo; Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos; Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.



5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS.

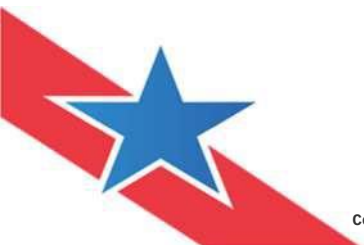
5.1 Avaliação da Execução Orçamentária

PROGRAMA	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
	PPA Inicial	OGE 2021	OGE Dotação Real	Realizado	% Executado
Cidadania, Justiça e Direitos humanos.	16.760,00	3.258,00	4.037,00	4.035,46	100
Governança Pública	50.535,00	11.070,00	11.632,00	11.631,62	100
Manutenção da Gestão	815.753,00	249.402,66	287.319,06	219.187,43	88
Saúde	2.019.260,00	1.871.679,76	1.869.821,07	1.727.863,29	92

Fonte: SIGPLAN, acesso em 10/12/2021.

ANÁLISE:

De modo geral, ressaltamos que apesar do recurso ser inferior ao programado no PPA, houve bastante produtividade no que tange a execução das ações programadas na Programação Anual deste 13º Centro Regional de Saúde. No que diz respeito Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, as ações foram executadas em sua totalidade, perfazendo 100% das metas programadas. A execução do Programa de Governança Pública também obtivemos 100% da execução orçamentária em relação ao programado, apesar de que, em meio a pandemia, houve dificuldade na realização de vários treinamentos/capacitações, mas mesmo assim, alguns cursos aconteceram. Quanto a Manutenção da Gestão alcançamos o percentual de 88%, sendo realizada aquisição de material de consumo para abastecimento do HPP de Oeiras do Pará, tais como: Material técnico hospitalar, gêneros alimentícios, medicamentos, material laboratorial, etc, pretendo chegar aos cem por cento, pois alguns processos foram empenhados e ainda não aparecem no SIGPLAN. O Programa Saúde executou 92% do seu orçamento para o desenvolvimento das ações planejadas em 2021, que chegará aos cem por cento, haja vista, que ainda existem ações que estão sendo executadas neste mês de dezembro, como por exemplo: a campanha do Dezembro Vermelho, mês de prevenção ao combate a IST/Aids.



5.Avaliação da execução das ações, meta física e financeira.

5.1.1 Avaliação das ações de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

5.1.1.1 Implementação da Rede de Atenção Psicossocial

Realizado todas as ações da meta física, alcançando 100%; com relação a meta financeira foi programado na OGE 2021 o valor de R\$ 3.258,00 e realizado R\$ 4.035,46 perfazendo um percentual de 124% acima do programada, mas que foi o suficiente para realizar as programações da referida ação.

5.1.2 Avaliação das ações de Governança Pública

5.1.2.1 Capacitação de Agentes Públicos

Até novembro de 2021, o 13ºCRS conta com um quantitativo de 85 agentes públicos lotados na sede do Escritório Regional/Cametá, entre cedidos do Ministério da Saúde, temporários (contrato emergencial e PSS), terceirizados e inativos; levando em conta essas informações no ano de 2021 estava programada 47 capacitação de agentes públicos 03 ou 04 por mês. Foram realizadas 29 capacitações de agentes públicos até o mês de novembro. Das 47 ações físicas programadas no ano foram realizadas apenas 26 ações, tendo alcançado o índice de 55% da meta anual, considerando o momento vivenciado de retomada gradual das atividades.

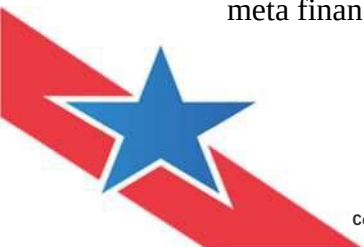
5.1.3 Avaliação das ações de Manutenção da Gestão

5.1.3.1 Operacionalização das Ações Administrativas

Com relação às ações administrativas foram mantidos 3 contratos de 5 programados na meta física num total de 60%, levando em consideração os contratos de 12 meses; na meta financeira foi programado R\$ 174.905,00 e realizado R\$ 92.421,31 sendo alcançado um percentual de 53%.

5.1.3.2 Operacionalização das Ações de Recursos Humanos

Nas ações de Recursos Humanos são feitos os pagamentos da GDI dos servidores do HPP de Oeiras do Pará sem ônus pra Sespa, tendo na meta física programada de 56 unidades que corresponde aos servidores remunerados de acordo com o produto da ação, porém houve um aumento de mais 3 servidores sendo realizado o pagamento para 59 servidores/unidades em percentual corresponde a 105%. Referente a meta financeira há uma discrepância na relação do programado para o realizado com um



percentual de 1.033% devido ao fato de ser realizado um pagamento a cada trimestre, daí o aumento do valor de R\$ 12.266 para R\$ 126.766,12 fazendo-se necessário a execução de um orçamento maior, como mostra o quadro acima.

5.1.4 Avaliação das ações de Saúde

5.1.4.1 Apoio as ações dos Conselhos de Saúde

No que se refere a meta física foi alcançado o percentual de 100%, programado 5 realizado 5, onde foram apoiados os 5 conselhos de saúde dos municípios de jurisdição do 13ºCRS uns de forma presencial outros de forma remota, na meta financeira houve um percentual de 73%.

5.1.4.2 Apoio aos Serviços de Atenção Primária

Nas ações de apoio aos serviços de Atenção Primária, foi bastante proveitosa a execução das programações, devido ao fato de ser uma das ações onde se encontra a maior parte dos programas necessários para o apoio aos municípios de jurisdição de acordo com o produto desta ação, obtendo um alcance da meta física de 100% e 88% da meta financeira.

5.1.4.3 Articulação Interfederativa

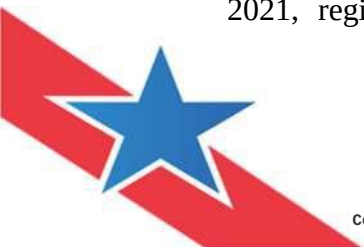
Articulação Interfederativa na meta física teve 100% pelo fato de que existe apenas 1 comissão intergestora que organiza, participa e implementada a reunião da CIR da Região Tocantins que durante o ano de 2021 aconteceram reuniões tanto remotas como presenciais, sendo esta segunda a responsável pela utilização do recurso de R\$ 13.530,66 dos R\$ 29.050,00 programados num percentual de 47%.

5.1.4.4 Educação na Saúde

O 13ºCRS conta com um quantitativo de 26 pessoas qualificadas; das 28 ações físicas programadas no ano foram realizadas 29 ações, tendo alcançado o índice de 104 % da meta anual, considerando o momento vivenciado de retomada gradual das atividades, apesar da meta física realizada está um pouco acima da programada, na meta financeira foi realizado abaixo do programado com um percentual de 92% que corresponde a R\$ 6.171,88 realizado de R\$ 6.718,00 programado.

5.1.4.5 Implementação da Rede de Ouvidoria do SUS

A Ouvidoria do 13ºCentro Regional de Saúde no período de janeiro a novembro 2021, registrou 27 novas manifestações **(06) Denúncias, (04) Informações, (16)**



Reclamações e (01) Solicitação, das 27 manifestações 20 foram respondidas em tempo hábil (**MANIFESTAÇÕES FINALIZADAS**), alcançando um **índice de 74,07% de resolutividade**. Na execução das ações das metas físicas e financeiras, houve um alcance de 155% na física e 125% na financeira.

Ainda tiveram 74 manifestações de anos anteriores que se encontravam pendentes no sistema OuvidorSUS sendo finalizadas, tendo assim um total de 101 manifestações tratadas no ano. O que demonstra que após a Lei 13.460/2017 os serviços estão caminhando para se adequar aos prazos conforme a referida Lei, entretanto ainda se tem fragilidade na integração da Ouvidoria Regional com as áreas técnicas da SESPA e com as Secretarias Municipais de Saúde, tendo como grande desafio instituir o diálogo com as áreas da saúde para qualificação e agilidade nos processos de resposta ao cidadão.

Das Manifestações recebidas no ano os assuntos mais demandados foram **Gestão (13) e Transporte (07)**; onde os principais problemas de gestão são referentes ao atendimento prestados pela equipe de saúde e profissionais de saúde, assim como o processo de trabalho, as relações em redes de atendimento; enquanto que de transporte refere-se ao Programa Tratamento Fora Domicilio –TFD, onde as reclamações se dão por conta da demora na concessão do benefício, que continuam com dividas de anos anteriores e atrasos constantes no pagamento para continuidade de tratamento dos pacientes dos municípios de Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará na maioria das manifestações; o que pode ser acompanhado na integra via sistema OuvidorSUS, através dos relatórios gerenciais gerados pelo referido sistema.

5.1.4.6 Implementação da Rede de Doenças Crônicas não - transmissíveis.

Há uma particularidade na ação de DCNT, pois não foi programado no PPA/OGE nenhuma meta física e financeira nesta ação, no entanto no QDQQ foi programado valores para execução das atividades desta ação sendo realizado o valor de R\$ 18.228,30, porém não há um índice de porcentagem porque não há uma referência, ficando esta ação abaixo do esperado, no “vermelho”. Ressaltamos que esta ação foi excluída para o ano de 2022, por motivo de que o produto da ação não condiz com as atribuições dos Centros Regionais de Saúde para execução desta ação.

5.1.4.7 Implementação de Tratamento Fora de Domicílio

No programa de TFD, o pagamento da ajuda de custo aos usuários do PTFD foi insuficiente e foram priorizados os de tratamento contínuos, sendo que os demais



diagnósticos, acumulam registros nos processos para serem somados e pagos ao final do ano, devido ao baixo valor pago por diária. Fizemos uma previsão de recurso para DEA, mas não fomos contemplados na fonte específica, recebendo a orientação do FES que este deveria ser retirado do recurso do ano atual. Por esse motivo o baixo índice na relação da meta física e financeira. Foi programado para o QDQQ anual em cima do valor que constava no PPA, porém, só foi atendido a metade do valor, pedimos que para o ano de 2022 seja revisto esse valor na disponibilidade orçamentária conforme o programado no PPA, haja vista que possuímos várias demandas judiciais.

5.1.4.8 Implementação do Planejamento do SUS

Na execução das ações da Implementação do Planejamento do SUS teve na sua meta física o alcance de 100% tendo os 5 instrumentos de gestão implementado e na sua meta financeira um alcance de 94% do programado, que corresponde a R\$ 22.313,72 realizado de R\$ 23.780,00 programado.

5.1.4.9 implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade

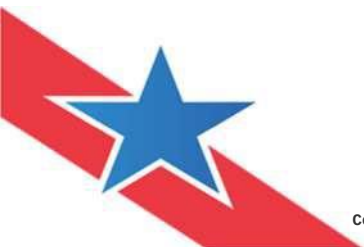
No que tange a ação de Média e Alta complexidade, houve uma disparidade na programação com um valor referencial muito alto, e apesar das programações feitas, bem como as aquisições dos materiais de consumo: material técnico hospitalar, material laboratorial, medicamentos etc, comprados para o HPP de Oeiras do Pará, não se conseguiu alcançar um percentual considerável ficando no “amarelo” com um índice de 70% na meta física e 52% na meta financeira.

5.1.4.10 Regulação em Saúde

Na ação de Regulação de Saúde, na meta física houve um alcance de 77% (39 programado e 30 realizado) e na meta financeira 94% (R\$ 23.799,00 programado e R\$ 22.313,72 realizado) tendo um aproveitamento satisfatório na execução das metas física e financeira.

5.1.4.11 Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos.

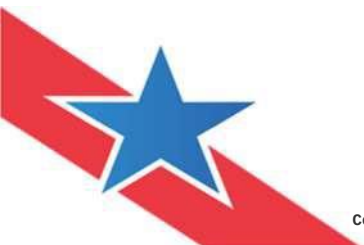
Nesta ação, igualmente como a ação de Atenção Primária e de acordo com seu produto de município atendido, possuem os programas que prestam o maior apoio aos municípios de jurisdição, dessa forma, auxiliam as secretarias de saúde municipais no combate aos agravos transmissíveis agudos e ao controle de endemias, perfazendo um percentual de 100% na meta física e 87% na meta financeira.



5.1.4.12 Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária.

Concomitantemente, com as ações de Atenção Primária e as ações de Vigilância e controle a agravos transmissíveis agudos e endêmicos, esta ação também tem uma programação bastante ampla na operacionalização das ações de apoio e atendimento aos municípios de jurisdição, até porque envolve 3 programações em 1, e o recurso disponível vem de fonte federal. Alcance da meta física de 100% e meta financeira de 92%.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFFA01C.6A95B80DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6



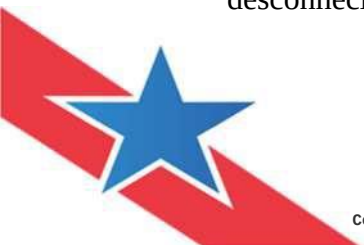
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA SESP.

Considerando o encerramento de 2021, onde Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Saúde Pública buscou, de forma eficiente, humanizada e resolutiva atender as necessidades emanadas pela Sociedade, principalmente no que tange a Pandemia COVID-19 e a Distribuição das Vacinas, oferecendo serviços com qualidade e viabilizando dar o apoio a todos os municípios que compõem as 12(doze) Regiões de Integração do Estado.

Iniciamos pela mudança na estruturação da Organização Administrativa, onde a SESP requalificou seus **espaços físicos** com aquisição de mobiliários e equipamentos de informática; aumentou o **quadro de pessoal** assegurando o atendimento das demandas da sociedade e qualificando os serviços; criou mais de **50 (cinquenta) fluxos de processos internos**, gerando celeridade ao trabalho; **implementou a infraestrutura tecnológica** para o funcionamento de redes, dados e conectividade garantindo, assim, a segurança das informações dos departamentos desta Secretaria. Não medimos esforços para salvar o maior número de vidas, firmamos parcerias com outras áreas fundamentais para atingirmos nossa Missão, contamos com o apoio incondicional das Polícias Militar e Civil, também da Marinha e Exército, possibilitando a realização de nossas ações, adentrando em nossos rios e florestas, principalmente no que tange a distribuição e entrega ao municípios das vacinas para combater a COVID-19.

Nossas equipes não mediram esforços para garantir a saúde necessária à população urbana, rural e aos povos das comunidades tradicionais, ninguém foi esquecido. O SUS valendo-se de estratégias e união de forças estabeleceu novos processos, serviços e equipamentos de atenção à saúde, ampliando os investimentos, agilidade na prestação de serviços, disponibilidade de insumos médico-hospitalares e de profissionais, fazendo saúde pública com qualidade, centrado na pessoa humana, no cuidado integrado, e na emergência, assim sendo, toda sua estrutura direcionada a este fim.

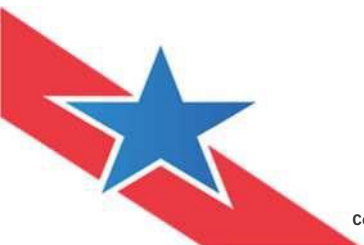
Ano em que os profissionais da área da Saúde lutaram sua maior batalha, talvez a última para muitos. Por quase 02 (dois) anos, priorizaram outras vidas, outras famílias e povos distantes, deixaram suas casas e familiares para se estabelecerem nos hospitais e em outros estabelecimentos de saúde, doaram suas vidas em prol de pessoas desconhecidas, profissionais valorosos que amam o seu fazer! Talvez tenhamos, ainda,



que viver outros grandes desafios na Saúde Pública, mas temos a convicção do potencial que o Sistema Único de Saúde possui, e de sua capacidade de Superação e de se Reinventar.

Todo esse empenho e amor à vida e ao próximo se materializam nos resultados alcançados: distribuição das vacinas para COVID-19 à todos os 144 municípios do estado, garantindo a imunização por todo o Pará; redução da mortalidade infantil de 2,0% (no período de 2019 à 2020) para 12,20% (no período de 2020 à 2021); redução do coeficiente de mortalidade materna - CMM de 98,21 (2020) para 83,56 (2021); 32.106 serviços de saúde realizados nas ações do programa Saúde por Todo Pará no Marajó, Áreas Indígenas e Quilombolas; 76.900 ações do Programa TerSaúde/TerPaz nos 5 territórios; emissão de 2.254 carteiras de identificação da pessoa com transtorno do espectro – CIPTEA e realização do 1º Festival Paraense de TEAlentos (13 mil visualizações no Youtube, 31 apresentações de pessoas com TEA, alcançou as 12 Regiões de Integração); diminuição considerável de doenças endêmicas no Pará (como a malária, dengue, chikungunya e zika, que de 2020 para 2021 tiveram o número de casos confirmados reduzidos em mais de 90%, mitigando satisfatoriamente o impacto dessas doenças na população); realização de mais de 30.000 exames câncer do colo do útero/câncer de mama e 332.178 exames para o Teste do Pezinho, em benefício dos 144 municípios; 124.285 análises para o diagnóstico da COVID-19, beneficiando todas as regiões de integração; criação de 338 leitos permanentes e de 5.898 leitos para enfrentamento da Covid 19 nos anos 2020/2021, em quatro Regiões de Integração do Estado; regulação de mais de 119.000 internações de média e alta complexidade (de janeiro a outubro); implantação dos serviços de neuro pediatria no Hospital Regional da Transamazônica em Altamira e de Cirurgia Bariátrica no Hospital Santa Terezinha em Belém; implementação do serviço de cirurgia cardíaca pediátrica, através do Hospital Santa Maria de Belém/Ananindeua e ampliação do Serviço de Terapia Renal Substitutiva no Hospital São Francisco de Ulianópolis.

Nosso sentimento é dever cumprido, principalmente perante quem financia os gastos públicos e o cuidado em saúde pública: a população deste Estado. Esse é justamente o verdadeiro sentido do trabalho realizado que buscamos demonstrar neste relatório, refletindo mais do que as possibilidades oportunizadas, mas principalmente o engajamento e o compromisso de toda equipe que trabalha com Saúde Pública,



buscando sempre fazer melhor a cada dia, apesar das dificuldades próprias da produção de saúde pública.

Gratidão aos profissionais da Saúde Pública que, direta e indiretamente, contribuiriam para que levássemos Saúde por todo Pará.

Cordialmente,

ARIEL DOURADORA SAMPAIO MARTINS DE BARROS

Secretário de Estado de Saúde Pública em exercício

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Mirian Rocha Kahwage (Lei 11.419/2006)
EM 26/05/2022 15:02 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 7D6B22D497BADEB5.67CFA1E78FFFA01C.6A95B808DD7A634C3.CAECDB37D63C99D6

